

Linguística Portuguesa



A abordagem Cognitiva

Hanna J. Batoréo

Hanna J. Batoréo

Linguística Portuguesa
Abordagem Cognitiva

Universidade Aberta

Lisboa

2004

Grande Prémio de Linguística Luís Filipe Lindley Cintra — 2005

1 CD-ROM original em versão pdf. — 20201

ÍNDICE

Capa

Folha de rosto

Índice

Sinopse

Nota sobre a numeração das páginas

Convenções adoptadas no texto

CAPÍTULO 1

1. Introdução

- 1.1. O poder da linguagem
- 1.2. O poder dos actos de fala
- 1.3. O poder do discurso
- 1.4. O poder do texto
- 1.5. A linguagem do PODER e o poder da linguagem

CAPÍTULO 2.

2. Linguagem e cognição

- 2.1. Teorias explicativas

- 2.2. Relações de interdependência entre a linguagem e a cognição
- 2.3. Os aspectos biológicos da linguagem
- 2.4. Espaço de emoções e sentimentos
 - 2.4.1. Estudo das emoções enquanto área cognitiva
 - 2.4.2. Sentir os sentimentos: a consciência da emoção
- 2.5. O Relativismo linguístico e a hipótese Sapir-Whorf

CAPÍTULO 3.

3. Linguística Cognitiva

- 3.1. Fundamentação teórica
 - 3.1.1. Carácter holístico e a não-modularidade da Linguística Cognitiva
 - 3.1.2. Categorização e fundamentos semânticos da Linguística Cognitiva
 - 3.1.3. Polissemia, metáfora e metonímia
- 3.2. Cognição, cultura e primitivos linguísticos
- 3.3. Psicolinguística enquanto ciência cognitiva
 - 3.3.1. Psicolinguística: o ponto de encontro entre a Psicologia e a Linguística
 - 3.3.2. Estudar a produção da linguagem
 - 3.3.3. Estudar a aquisição da linguagem

Capítulo 3 — Conceitos fundamentais:

- (i) Estrutura Semântica
- (ii) Gramática Cognitiva
- (iii) Holismo
- (iv) Unidades Não-Discretas
- (v) Imagens

CAPÍTULO 4.

4. O estudo da metáfora e da metonímia conceptuais em Linguística Cognitiva: propostas de aplicações

- 4.1. Metáfora conceptual na expressão de emoções e sentimentos
 - 4.1.1. Expressão das emoções primárias: o exemplo da RAIVA
 - 4.1.2. A metáfora conceptual na expressão de sentimentos positivos e negativos
- 4.2. A metáfora da GUERRA e a metaforização do fenómeno bélico
 - 4.2.1. A conceptualização do debate em termos de actividade bélica: a metáfora O DEBATE É UMA GUERRA
 - 4.2.2. Metáforas utilizadas na conceptualização da guerra

CAPÍTULO 5.

5. Notas Finais

CAPÍTULO 6.

6. Referências Bibliográficas Específicas - - Linguística Geral

- 6.1. Dicionários da Língua Portuguesa
- 6.2. Dicionários Linguísticos
- 6.3. Gramáticas Portuguesas
- 6.4. Introdução à Linguística

CAPÍTULO 7.

7. Bibliografia

CAPÍTULO 8. ANEXOS: TEXTOS EXTRA

Índice dos textos extra (de A a J)

TEXTO A

Augusto Soares da SILVA. 1997. A Linguística Cognitiva. Uma Breve Introdução a um Novo Paradigma em Linguística. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 1 – Fasc. 1 – 2, 1997, 59-101.

TEXTO B

Hanna Jakubowicz BATORÉO. 2005. O Estudo do Português Europeu na mira da Linguística Cognitiva - uma experiência de 15 anos. In: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa, 2005.

TEXTO C

Augusto Soares da SILVA. 2001. Introdução. In: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 1-18.

TEXTO D

Augusto Soares da SILVA. 2004. Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva. In: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. I: p: 1-18.

TEXTO E

Augusto Soares da SILVA. 2003. O poder cognitivo da metáfora e da metonímia. In: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 7 – Fasc. 1 – 2, Dez. 2003, 13-75.

TEXTO F

Hanna Jakubowicz BATORÉO. 2005. Como não ‘*pôr o pé em ramo verde*’ ou do papel da polissemia na construção do sentido. In: Silva, F. *et alii* (org.) *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, FLUP, 2005.

TEXTO G

Augusto Soares da SILVA. 2004. Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento. In: A. Dinis e J. M. Curado (org.) *Consciência e Cognição*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia de Braga, UCP, 2004, 79-96.

TEXTO H

Ana Margarida ABRANTES. 2001. ‘Da vida e outras viagens...’ A relevância das metáforas conceptuais na abordagem de uma língua estrangeira. In: *Máthesis*, 10, 2001, 319-332.

TEXTO I

Ana Margarida ABRANTES. 2001. Guerra, paz, ou pacificação? Aspectos semânticos e pragmáticos do eufemismo na imprensa. In: Silva, Augusto Soares da (org.) (2001) – *Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 79-98.

TEXTO J

Hanna Jakubowicz BATORÉO. 2004. The taboo of war and WAR metaphoric conceptualisation: song lyrics of the Portuguese colonial war. In: Silva, Augusto Soares da; Amadeu Torres, Miguel Gonçalves (eds.) – *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina, Vol. 2: 185-202.

Tendo em conta as novas imagens do ser humano e das relações interpessoais que, sobretudo na última década, têm emergido das *Ciências Cognitivas*, pretende promover-se um debate interdisciplinar sobre as profundas e rápidas mudanças verificadas na compreensão do ser humano, na sua *actividade linguística* e nas relações interpessoais. Disciplinas como as neurociências, a inteligência artificial, a psicologia cognitiva e a *Linguística Cognitiva* têm sido objecto de intensos debates, tendo como ponto de convergência a tentativa de compreender as raízes biológicas do comportamento humano, do ponto de vista individual e social, bem como as influências que as Ciências Cognitivas têm exercido sobre questões e actividades tão centrais como a ciência, a ética, a religião, a arte, etc.

Na sequência do enquadramento teórico acima esboçado, surge *um novo paradigma de estudos linguísticos*: a **Linguística Cognitiva**, entendida como uma abordagem da *linguagem*, perspectivada como *veículo de conhecimento* e em conexão com *a experiência humana do mundo*. Neste caso, as unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não na sua qualidade de entidades autónomas (como acontece na Linguística pós-saussureana quer estrutural quer generativa), mas como se fossem manifestações de:

- capacidades cognitivas gerais;
- organização conceptual;
- princípios de categorização;
- mecanismos de processamento;
- mecanismos de experiência cultural, social e individual.

Tendo por área de estudo a *Língua Portuguesa*, no presente trabalho que se enquadra na Linguística Cognitiva, serão destacadas as seguintes vertentes:

- Características da categorização linguística:
 - prototipicidade,
 - polissemia,
 - modelos cognitivos,
 - metáfora conceptual,
 - imagens mentais;

- A *interface* conceptual entre sintaxe e semântica;
- A base pragmática ligada à experiência da linguagem-no-uso;
- A relação entre linguagem e pensamento;
- O relativismo e os universais conceptuais.

Especial destaque será dado ao estudo da expressão dos afectos em casos como a expressão do poder e a metaforização da guerra.

~~Índice das imagens inseridas no texto~~

~~Índice das imagens disponibilizadas em “links”~~

~~Índice dos textos disponibilizados em “links”~~

NOTA

SOBRE A NUMERAÇÃO DAS PÁGINAS

A **totalidade do texto** apresentado agora em formato pdf. ocupa 524 páginas e corresponde ao original do CD-ROM construído, em 2004, em hiper-texto, pelo que **as páginas** reunidas agora em formato pdf. **não estão numeradas sequencialmente.**

A **primeira parte**, que corresponde ao texto principal, da autoria de Hanna Batoréo, ocupa 133 páginas numeradas. Acrescentam-se a este texto páginas intercaladas e não numeradas de definições extra que podem ser activadas em hiper-texto.

A **segunda parte** é constituída por dez textos extra (identificados de A a J) da autoria de Hanna Batoréo, Augusto Soares da Silva e Ana Margarida Abrantes, devidamente identificados no respectivo índice. Cada um destes textos apresenta numeração separada.

Convenções adoptadas no texto

- Exemplos linguísticos – em *itálico*
- Texto corrido *em destaque* – em *itálico*
- Tópicos **destacados** no texto corrido – em **negrito**
- Metáforas conceptuais – em MAIÚSCULAS (PEQUENAS)
- Notas de cor
 - Notas linguísticas básicas: **destaque a verde**
 - Fontes linguísticas e notas da história da Linguística: **destaque a azul**
 - Para saber mais: **destaque a vermelho**

1.1. O poder da linguagem

Tradicionalmente, a linguagem verbal é considerada a propriedade que distingue a espécie humana dos outros animais, dando-se o maior destaque à *capacidade de criatividade* com que o Homem utiliza a sua língua. Segundo Descartes, os humanos combinam «*as palavras de maneiras diversas para responder com oportunidade*» Descartes (1637/1961: 68) a tudo o que se disser na sua presença. A linguagem e as línguas são objecto de estudo científico da Linguística.

A partir do trabalho desenvolvido sobre a Gramática por Noam Chomsky e pela sua escola, desde meados do século XX, o *conhecimento linguístico* é considerado como fundamentalmente humano, a par de outros saberes que caracterizam a capacidade cognitiva. Este conhecimento não depende de línguas naturais (i. e., particulares ou humanas), mas só pode ser desencadeado por exposição às mesmas, em função do *input* linguístico (i. e., toda a informação disponível) por elas fornecido.

Para actualizar os seus conhecimentos em Linguística, pode recorrer a:

- Mateus et alii (2003) e
- Faria et alii (org.) (1996)
- Cf. Fundamento de **análise linguística** em Duarte (2000).

PARA SABER MAIS¹

A capacidade que todo o Homem tem de, em situações novas, reagir verbalmente de forma adequada, quer produzindo, quer interpretando produções linguísticas novas – de acordo com as regras constitutivas (a arquitectura interna) do sistema linguístico de uma língua

¹ **PARA SABER MAIS** sobre a teoria do conhecimento da língua divulgada por Chomsky, consulte: Chomsky (1986/1994), Duarte (1994); no que diz respeito à revolução chomskiana, consulte: Batoréo (2000: capítulo 2.2).

particular – é conhecida por *criatividade linguística* e faz parte da competência linguística da nossa espécie. É importante não a confundir com a *criatividade artística* que, ocasionalmente, ocorre ao nível da produção, p. ex. no registo poético ou publicitário. Assim, se ouvirmos, por exemplo, alguém perguntar ‘*quem é eu?*’, somos levados a pensar que se trata de uma frase incorrecta por não obedecer à regra de concordância entre o sujeito e o predicado, obrigatória em Português. Se pensarmos, no entanto, que a frase é retirada do contexto de um texto de Fernando Pessoa e utilizada intencionalmente pelo poeta para mostrar a dualidade da personalidade do artista, o juízo referente à aceitabilidade da frase muda, em virtude do contexto (poético) em que surge. A criatividade artística pode vir a ser transgressora em relação às regras constitutivas da competência linguística, alterá-las ou violá-las, indo à procura de novos significados.

No que respeita ao poder da linguagem e de acordo com o acima exposto:

O PODER DA LINGUAGEM

➔ é a capacidade de *se criar*, de *se formar* e de *se construir* a si próprio

A **Linguagem** – entendida como faculdade humana universal – é uma actividade significativa de representação, tanto de produção como de reconhecimento de formas (sequências linguísticas). Apreendida através da diversidade das suas manifestações nas diferentes *linguas naturais*, ou seja, humanas (no caso do nosso estudo, a *Língua Portuguesa*), é objecto do **estudo científico** da **Linguística**.

«**Linguagem** – Capacidade humana de comunicar através do uso sistemático e convencional de sons, sinais ou símbolos escritos. O termo é utilizado para exprimir outros conceitos como os meios de comunicação dos animais ou os sistemas de programação em informática» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 234).

«Língua natural – Sistema de comunicação verbal que se desenvolve espontaneamente no interior de uma comunidade. Este termo opõe-se a língua artificial. Exemplos: Português, francês, etc.» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 233).

«Linguística – Estudo científico da linguagem e das línguas naturais. A utilização deste termo depende das perspectivas metodológicas, das teorias e das disciplinas que estudam os diferentes fenómenos» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 236).

A **Gramática** é concebida como um modelo de conhecimento da língua do falante-ouvinte, representativo de uma dada comunidade linguística, constituída por várias componentes, que correspondem aos diversos tipos de saber linguístico de tal falante. Os níveis linguísticos a analisar são os seguintes: (i) *lexical*, (ii) *morfológico*, (iii) *sintáctico*, (iv) *textual* e (v) *discursivo*, tanto na sua modularidade independente, como nas possíveis áreas de intersecções e inter-relacionamentos.

«**Gramática universal** – Objecto principal da investigação integrada numa teoria que procura especificar, de um modo preciso, a forma possível de uma gramática nas línguas naturais, com especial referência às restrições formais a que essa gramática está sujeita.» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 234).

«**Gramática central ('core grammar')** – conjunto universal de princípios linguísticos que caracterizam todos os princípios gramaticais não-marcados de uma língua.» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 197).

1.2. O poder dos actos de fala

Nos tempos em que os behavioristas declaravam a linguagem um simples “comportamento verbal” – que se inseria na perspectiva geral da aprendizagem humana sem “ter direito” a processos ou mecanismos específicos para tal capacidade –, e em que os semânticos lógicos defendiam que as condições de verdade eram suficientes para a compreensão e explicação da língua, um filósofo britânico, John L. Austin, publica, em 1962, uma série de conferências, sob o título “*How to Do Things with Words*”, em que propõe um olhar diferente sobre as questões referentes à linguagem e ao seu funcionamento. Refutando a posição dos semânticos lógicos, aponta para uma outra dimensão da linguagem, defendendo que, **no processo da sua utilização**, muitas frases declarativas não se empregam apenas para fazer asserções verdadeiras ou falsas (ou seja, não são apenas enunciados constativos, *que dizem algo*), mas, enquanto *enunciados performativos*, servem para *fazer algo*. Assim, ao dizermos ‘*dou-te a minha palavra de honra*’ não emitimos apenas as palavras que constituem a frase citada, sujeita, obviamente, aos juízos de verdade; produzimos, simultaneamente, um *enunciado performativo*, em que as nossas palavras – por si só – constituem um *acto de juramento*, isto é, exercem poder dentro do contexto em que são inseridas.

PARA SABER MAIS¹

Na teoria de Austin e, posteriormente, na de Searle, os *enunciados performativos* são concebidos como *actos* ou, mais especificamente, actos de fala. Ao defender-se que as palavras não servem apenas para *dizer*, mas também para *fazer*, atribui-se aos enunciados certa *força*, um determinado poder. Nesta teoria, os enunciados não são o objecto, mas o meio para se atingir algo, apontando-se, antes, para *a própria função comunicativa do discurso, considerada como actividade* e não se referindo às potenciais estratégias por parte do falante ou do ouvinte na construção do discurso.

¹ PARA SABER MAIS, consulte o capítulo 8 em: Faria et al. (org.) (1996).

De acordo com o acima exposto:

O PODER DA LINGUAGEM é a capacidade de:

- ➔ *nomear, designar, definir;*
- ➔ *fazer, actuar, comunicar, transmitir força, legitimar,*
- ➔ *dispor de um determinado poder para criar autoridade.*

Por enunciado entendemos uma sequência textual a que é associada uma significação. O enunciado pode corresponder a uma frase, a um fragmento desta ou a um conjunto de frases que constituem um (fragmento de) texto.

«**Actos de fala** (= acto de linguagem, acto linguístico) – Acção realizada por um falante através de um enunciado, considerando as intenções da sua realização e os efeitos que visa alcançar no alocutário. Segundo Austin, este acto envolve a produção de um acto locutório, de um acto ilocutório e de um acto perlocutório. Na teorização de Searle esta classificação é quadripartida: acto de enunciação, acto proposicional, acto ilocutório e acto perlocutório. O termo é sobretudo associado à noção de **acto ilocutório**, cujo valor adquire.» (Xavier e Mateus (org.) vol. I, 1990: 21, 21-22, 30).

«**Acto ilocutório** (= acto elocutório, acto ilocucionário, acto ilocutivo) – Um dos quatro tipos de actos que, segundo Searle, são realizados num acto de fala. É a acção realizada por um locutor com um enunciado: prometer, ameaçar, convidar, etc. O conceito foi introduzido por Austin, mas é a Searle que se deve a actual classificação destes actos em seis categorias: assertivos, compromissivos, directivos, expressivos, declarativos e declarativos assertivos.» (Xavier e Mateus (org.) vol. I, 1990: 24).

1.3. O poder do discurso

Passados vinte anos sobre os tratados de Austin e Searle, a Pragmática e, sobretudo, o estudo da interacção verbal permitem verificar que a *teoria dos actos de fala* ganha o seu ‘valor acrescentado’ não só como uma forma de *acção*, mas também como uma forma de interacção (Edmondson, 1981).

No estudo da interacção verbal – entendida como discurso –, os enunciados, enquanto entidades constituintes de um texto, passam a ser o meio utilizado pelos intervenientes – o(s) locutor(es) e o(s) alocutário(s) – que *interagem ao nível discursivo*, alternando o uso da palavra, *negociando o sentido* num determinado contexto, isto é, *agindo* para estabelecer consenso ou, pelo contrário, para fazer valer o ponto de vista de uma das partes. O locutor que pretende passar uma determinada mensagem, sabendo que o alocutário não partilha dos seus pontos de vista, tem por objectivo *agir sobre* este de tal modo que a sua mensagem não só passe, mas também venha a ser aceite, combatendo os argumentos do adversário. Por conseguinte, o locutor utiliza a linguagem para *dominar, manipular ou ter autoridade sobre o outro*, isto é, para exercer poder.

Numa *abordagem discursiva* mais pormenorizada, verificamos que, para exercer o seu poder numa determinada situação, o locutor se serve de *características linguísticas* da mensagem que transmite, bem como das *características psicossociolinguísticas* em que está enquadrado o uso da referida mensagem (cf. os pontos (i) – (iv) do texto à frente). O exercício de poder deve ser considerado em articulação com o *status* «[...] porque ambos são factores psicossociais que interferem na configuração psicológica dos indivíduos em interacção, na divisão em classes, logo, nas próprias consequências de tal divisão: assumam estas a forma de barreiras ou de distância social, umas e outras com reflexos directos nos dialectos sociais, ou seja, em usos verbais.» (Marques, 1998: 368).

No que diz respeito às **(i) características linguísticas**, considerem-se as seguintes vertentes:

- Escolha do registo, isto é, do grau de formalidade e da adequação ao espaço e tempo da interacção, tal como, p. ex., as formas de tratamento, de deferência e de delicadeza (nas dimensões: social, política, cultural, económica, etc.);
- Escolha do léxico e das estruturas sintáctico-semânticas;
- Referência *sócio-semântica* do *próprio* e do *outro*;
- Escolha das *características prosódicas*: (alterações de) tom e altura da voz, rapidez da fala, intensidade e ênfase, utilização de pausas preenchidas, etc.

No que diz respeito à **(ii) linguagem não verbal**, isto é, a factores extralinguísticos, vejam-se os seguintes factores:

- gestos, linguagem gestual,
- expressão facial, mímica,
- postura corporal,
- proximidade física,
- capacidade e oportunidade de intervenção ao nível de 'tomada de vez' na negociação do sentido,
- controlo da situação, ou seja, monitorização discursiva.

Na referência **(iii) às variáveis** típicas da **situação social** em que se desenvolve a interacção verbal, tomem-se em consideração:

- idade;
- sexo;
- situação sócio-profissional;
- *status* dos intervenientes, marcado pelos 'sinais exteriores de riqueza', tais como, p. ex., tipo de vestuário, facilidade de acesso a outros bens socialmente marcados (carro, casa, etc.), bem como relações de estatuto existentes (simétricas e assimétricas).

No que diz respeito às **(iv) restrições contextuais e culturais**, tomem-se na sua globalidade as características que se referem a:

- partilha do universo de referência;
- crenças e atitudes;
- intenções, pressuposições;
- inferências, etc.

Em suma, da totalidade dos factores especificados nos blocos de (i) a (iv) resultam *relações de hierarquia entre os intervenientes na interacção verbal, geradoras do PODER*: «To be involved in social interaction is to be involved in an interchange in which our own activities are directed to other people and other's activities are directed to us» (Schiffrin, 1994: 415). Bons exemplos deste tipo de discurso encontram-se nas *interacções verbais* (Faria, 1983/1991) em que o controlo institucional da informação e do saber justifica o domínio do verbal, até pelo uso de pares rotinizados, tais como pergunta-resposta (Marques, 1998: 372).

De acordo com o acima exposto:

O PODER DA LINGUAGEM é a capacidade de:

- ➔ *negociar o sentido* em função do contexto psicossociolinguístico
- ➔ *produzir um efeito sobre o OUTRO*

«**Pragmática** – Disciplina que estuda **os princípios da linguagem em situação de uso**, na qual o **locutor**, o **alocutário** e o **contexto** são as categorias principais que determinam a **interpretação linguística**. Para a pragmática **o significado das palavras é uma função da acção ou acções que com ele se praticam** ou podem praticar, tendo em consideração o modo como as influências contextuais determinam o modo de agir linguístico. Muitas das recentes discussões na área da pragmática derivam da necessidade de existência de uma teoria pragmática que tenha o seu lugar ao lado da sintaxe, da semântica e da fonologia numa teoria geral da linguagem.» (Xavier e Mateus (org.) vol. I, 1990: 292).

«Interacção – Termo que designa a situação geral de comunicação entre falantes. A interacção pode ser realizada em presença ou à distância.» (Xavier e Mateus (org.) vol. I, 1990: 215).

«**Discurso** – Acontecimento estrutural manifestado em comportamento linguístico e não linguístico. Do ponto de vista da pragmática, discurso refere o modo como os significados são atribuídos e trocados por interlocutores em contextos reais. Num discurso particular, os enunciados são compreendidos por meio de referência a um conjunto particular de ideias, valores ou convenções que existem fora das palavras trocadas. Esta noção opõe-se à noção de **texto** que é encarado como pertencente ao domínio do sistema linguístico e como produto, enquanto discurso pertence ao domínio da linguagem em uso e é visto como processo.» (Xavier e Mateus (org.) vol. I, 1990: 129).

«**Registo** – Variedade de língua definida de acordo com o seu uso em situações sociais, por exemplo, científicas, religiosas, etc.» (Xavier e Mateus (org.) vol. I, 1990: 313).

«**Léxico** – Termo que designa o conjunto virtual das palavras de uma língua. O léxico pode ser entendido também como sinónimo de índice, glossário, vocabulário ou dicionário sucinto relativo à língua corrente, a uma ciência ou técnica ou a outro domínio especializado, a um autor ou a uma determinada época. No domínio da informática. O léxico de instruções designa a lista completa de termos utilizados numa linguagem simbólica. Em terminologia, o léxico documental designa o conjunto de termos, palavras-chave ou descritores.» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 225).

«**Item lexical – Unidade do léxico** que pode ser constituída por uma ou mais palavras. Exemplos: ‘chuva’, ‘guarda-chuva’, ‘peixinho-de-horta’.» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 218).

«**Semântica** – Área da linguística que estuda **o significado tal como ele é estruturado nas línguas**. O termo é usado de formas variadas em diversos campos, entre os quais é de salientar a filosofia e a lógica em virtude da sua relação com a semântica linguística. [...]» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 341).

«**Sintaxe** – Área da linguística que estuda **as regras, as condições e os princípios subjacentes à organização estrutural** dos constituintes das frases, ou seja, o estudo da ordem dos constituintes das frases.» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 356).

«**Prosódia** – Estudo da natureza e funcionamento das variações de tom, intensidade e duração na cadeia falada.» (Xavier e Mateus (org.) vol. I, 1990: 300). A prosódia faz parte da **Fonologia** (suprasegmental). A Fonologia é o ramo de Linguística que estuda os sistemas sonoros das línguas.

É importante distinguir e não confundir a linguagem gestual (=gestos) com a **Língua Gestual**, língua nativa (primeira) dos surdos mudos (Cf. Maria Raquel Delgado-Martins (1996). “Língua Gestual: uma Linguagem Alternativa”, em: Faria et alii (org.) (1996: 103-114.)

De acordo com a definição tradicional de Halliday e Hassan (1976), entendemos por texto um 'tecido' que serve de suporte a uma estrutura linguística fechada «[...] *used in linguistics to refer to any passage, spoken ou written, of whatever length, that does form a unified whole*» (1976: 1). **A gramática de texto** rege-se por princípios que *não incluem o uso* (o contexto, a situação, o aspecto interaccional, o comportamento dos falantes), factores que são imprescindíveis na análise de discurso, sendo predominantemente teórica e baseada em modelos.

Citemos, sobretudo, os [discursos político e parlamentar](#) (p. ex. Marques, 1988, 1998, Pedro, 1997), tal como o **discurso pedagógico** (Faria, 1978; Pedro, 1982/1992; Vieira de Castro 1995, Maria de Lourdes Dionísio, 2000).

Para exemplificar o **PODER no discurso político**, consideremos o estudo *Complementação verbal – estudo sociolinguístico* de Maria Emília Ricardo Marques (1988), cujo *corpus* foi constituído pelo discurso parlamentar produzido durante as duas últimas Assembleias Nacionais, entre 1972 e Abril de 1974: «Recorde-se que *na génese do poder político* e na estruturação do estado actual, e por oposição às referidas legislaturas A. N., *a Assembleia Constituinte teve papel de relevo*, quer como duelo por um poder futuro, quer como exercício de um poder instável, reflexo de luta quer entre culturas políticas e ideologias diferentes, *quer entre diferenças profissionais no domínio da palavra, diferenças essas que exigiam, naturalmente, atitudes e percursos discursivos diferenciados*.

Ora, se *participar* é contribuir para a vida de uma organização, tal percurso *leva a um somatório de acontecimentos e de actos de fala muito variados*. Tais actos e acontecimentos não podem, aliás, confundir-se nem com acção pura e simples, nem com impulsos agressivos.

É que participar implica compromisso público, tanto do grupo como do indivíduo, em actividade vital, parlamentar no caso vertente, mesmo que muitas vezes tivesse sido marcada por filtragens perceptivas, por mais ou menos afectividade, tensão ou distância, pela própria disposição momentânea dos deputados intervenientes.

Essa participação, já em si um *determinado estágio no acesso ao poder pela palavra*, assumiu formas diversas, em função de sujeitos comunicantes que iam, dos apáticos, quase simples espectadores e que só agiam votando, aos empenhados e aos beligerantes. [...]» (Marques. 1998: 372-373). [itálicos nossos].

1.4. O poder do texto

De todos os tipos de texto, o mais poderoso é o *texto argumentativo*, pelo menos no que diz respeito à utilização do poder *directo* da linguagem. Os outros tipos de texto: explicativo, descritivo e narrativo podem, igualmente, ser transmissores de poder, embora de um modo mais implícito e indirecto. No texto argumentativo – tal como acontece, p. ex., nos textos políticos, nas declarações de apoio ou nos *slogans* publicitários – procuram *influenciar-se* os ouvintes, os leitores ou os espectadores para que aceitem um determinado ponto de vista, produto ou ideia. O objectivo da argumentação é procurar *convencer*, ou mesmo *persuadir* o alocutário, ou seja, *levá-lo a “adquirir” como boa e correcta uma determinada proposta*.

No caso do texto político e jornalístico (van Dijk, 1997), trata-se de *lavagem ao cérebro do destinatário*, que é induzido a adquirir ideias anteriormente consideradas adversárias, as quais – fruto de uma argumentação eficaz – acabam por surgir como as únicas aceitáveis, ou mesmo correctas. Em consequência, leva-se, até, o destinatário a uma mudança de orientação ideológica.

Quando se trata de **publicidade** (Pinto, 1997), há preocupação de, em último caso, chegar a uma ‘aquisição’ entendida no sentido físico da palavra, ou seja, **a orientação do desejo** que leva a comprar um determinado produto, ou a efectuar uma compra em determinado sítio (preferindo-o a outro), até à altura desconhecido, mas argumentativamente apresentado como *bom, correcto e insubstituível*. Veja-se, a título de exemplo, o *slogan* de uma loja de fotografias X:

‘Revelamos o seu talento fotográfico!’

O objectivo do autor desta frase publicitária é *persuadir* as pessoas que pretendem ver os seus rolos de fotografias revelados a entrarem na loja X e aí procurarem o serviço de que precisam, evitando, assim, que recorram à concorrência. O objectivo directo deste acto é, naturalmente, a aquisição dos serviços da loja X. A ‘mais-valia’ deste lugar não é – objectivamente – profissional. A única coisa que a loja X faz é *convencer-nos* de que merecemos

ser seus clientes por sermos donos de um talento *que só ela* pode revelar. Ou seja, utilizando apenas uma frase simples, a loja X *manipula o subconsciente* vaidoso de qualquer ser humano, que gostaria (i) de ser talentoso (seja em que área for) e (ii) de ver os seus talentos reconhecidos, o que lhe permitiria criar mais amor próprio (para, por sua vez, *controlar* os outros). O valor de verdade desta frase não interessa nem à loja X nem ao cliente.

Na análise da frase supracitada, colocamo-nos ao nível de execução do PODER linguístico sobre as ilusões do cliente ao nível da forma clássica da argumentação chamada silogismo. No caso em análise, a premissa maior e a conclusão são implícitas:

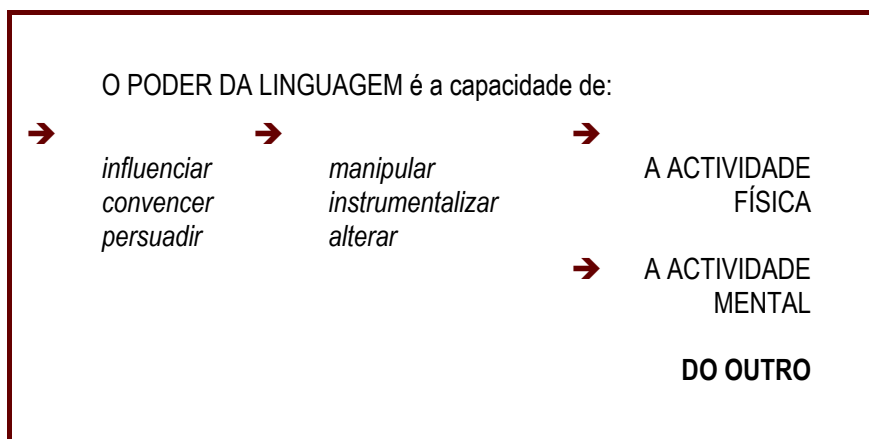
- (a) [o cliente] *É uma pessoa dotada de talento fotográfico*
(b) *Portanto, se quer ser reconhecido como uma pessoa talentosa, isso só pode acontecer na loja X*

Na argumentação, parte-se de algo que é conhecido (aqui: *os rolos de fotografias revelam-se nas lojas de tipo X*) e tido como condição suficiente para desencadear algo que é *imposto por força do enquadramento criado pelo PODER da linguagem* (aqui: *a vocação específica da loja X para revelar os talentos até à data desconhecidos*). O fundamento das premissas é o facto de os participantes aceitarem algo como um dado adquirido por todos, isto é, enquanto verdade universalmente aceite (*partilha do Universo de Referência*).

Afinal – e ao contrário do que defendiam os behavioristas – a linguagem não se limita a um comportamento verbal. Usamos a linguagem para comunicar, para estruturar o pensamento, para clarificar as ideias e, também, para nos divertirmos. Os jogos de palavras, os trocadilhos, os duplos sentidos são bons exemplos de uma capacidade que ultrapassa o nosso conhecimento intuitivo e que requer a consciência e o controlo de tarefas linguísticas. O autor do *slogan* publicitário acima referido, que codificou a mensagem para manipular o cliente potencial da loja X, contava, à partida, com a capacidade de *consciência linguística* da parte do seu potencial descodificador. O jogo linguístico que aqui surge baseia-se na polissemia da palavra ‘revelar’: (i) *fazer aparecer a imagem fotográfica (na emulsão do negativo ou do positivo)*, (ii) *tirar o véu, fazer conhecer o que era secreto ou ignorado, descobrir*. Quem descodificar esta dupla mensagem, será levado a sentir-se *um privilegiado* ao ingressar numa *loja mágica* (= na realidade, loja X) *predestinada à descoberta de talentos desconhecidos* (= na realidade, uma loja

que ganha dinheiro a revelar rolos de fotografias, como tantas outras). A magia artificialmente criada com a conivência do cliente resulta, assim, do PODER da linguagem sobre ele exercida e com ele co-produzida.

De acordo com o acima exposto:



1.5. A linguagem do PODER e o poder da linguagem

Conforme tivemos a oportunidade de observar, a linguagem, além de conter aspectos comportamentais, serve para comunicar, para estruturar o pensamento, para clarificar as nossas ideias, para manipular e controlar as ideias dos outros e, também, para nos divertirmos. No entanto, e em termos teóricos, *concebemos a linguagem como produto do funcionamento da mente humana e o seu estudo como objecto das Ciências Cognitivas.*

PARA SABER MAIS¹

Se a linguagem – concebida enquanto Ciência Cognitiva – abrange, tal como demonstrado acima, tantas vertentes operacionais que nos permitem, p. ex., *criar, guardar, elaborar, usar, manipular, alterar e controlar conhecimentos*, só existe uma expressão que traduz estas potencialidades de uma forma mais transparente e sucinta ao mesmo tempo:

Trata-se da metáfora: **A linguagem é o poder**

No nosso entender, a metáfora apresentada não constitui nem figura de estilo, nem figura retórica, conforme se poderia pensar na sequência da tradição aristotélica. Na sua análise, enquadramo-nos na noção “conceptual” da metáfora, estabelecida no estudo cognitivo por George Lakoff e Mark Johnson (1980) (cf. [capítulo 4](#) do presente estudo). Muitos dos dados propostos por esta teoria não são propriamente novos; nova é a configuração dos elementos intervenientes e, sobretudo, no seu dimensionamento integrado. Tal como mencionámos atrás, a linguagem e a sua instanciação, línguas naturais, fazem parte da cognição humana e, como tal, ligam-se a outros domínios cognitivos (tais como, p. ex. categorização, memória, atenção,

¹ PARA SABER MAIS, consulte Sim-Sim (1998: capítulo 9) e Batoréo (2000: capítulo 2).

concentração, visão, processamento de informação), apontando, desde logo, para uma abordagem e investigação interdisciplinares. Segundo esta perspectiva, o *significado* é interpretado como “*conceptualização*”, como um processo cognitivo ou o seu resultado. As estruturas linguísticas, por seu lado, dependem da conceptualização do mundo em que vivemos, sendo moldadas pela nossa experiência pessoal – biológica e cultural –, pelo mundo circundante e pelas relações entre nós próprios e o mundo. As estruturas ou unidades linguísticas fazem parte da categorização e influenciam-na, sendo os esquemas construcionais assim criados de carácter imagético, organizados em protótipos, esteoreótipos e ‘semelhanças de família’. Por conseguinte, também [a metáfora](#) é vista enquanto entidade conceptual, fundamental e típica da língua e da sua construção.

Por outro lado, o nosso [sistema conceptual](#) é, no fundo, basicamente metafórico e organizado de um modo sistemático.

Uma das vertentes importantes da nossa conceptualização do mundo caracteriza-se por noções abstractas com base nas unidades básicas concretas que fazem parte do nosso dia-a-dia. Quando passamos de um domínio concreto para outro abstracto, efectuamos a conceptualização de uma noção abstracta em função de uma outra, concreta, que faz parte da nossa vivência quotidiana. É assim que são criadas as [metáforas](#) ontológicas.

Elas permitem-nos lidar com conceitos e abstracções como se de entidades manipuláveis se tratasse: uma vez efectuada a operação de metaforização, podemos referenciá-las e quantificá-las.

A metáfora conceptual em análise: A LINGUAGEM É O PODER constitui, na nossa perspectiva, uma metáfora ontológica. A noção abstracta da *linguagem* – que aliás pode ser categorizada de modos muito diversos, conforme temos vindo a demonstrar ao longo do presente texto – vem aqui conceptualizada enquanto PODER, na multiplicidade das suas vertentes operacionais.

De acordo com o acima exposto:

O PODER DA LINGUAGEM é a capacidade de:

- criar, construir, formar, segundo as suas regras linguísticas constitutivas
 - designar, nomear, definir
 - agir, actuar para fazer ----- ALGO
 - comunicar para negociar o sentido
 - produzir um efeito sobre ----- O OUTRO
 - dispor de um determinado PODER para criar
 - autoridade
 - soberania
 - legitimação
 - influenciar, convencer, persuadir para
 - instrumentalizar
 - manipular
 - alterar ----- O OUTRO
- (ao nível do desempenho físico e da actividade mental [consciente, subconsciente → crenças, manifestações culturais])

→ CRIAR ALGO
→ CONTROLAR O OUTRO

PARA SABER MAIS²

² **PARA SABER MAIS:** Para confirmar a viabilidade da análise proposta e a manifestação da noção do PODER, consulte: Batoréo (2002 e 2003) «**A metáfora conceptual A LINGUAGEM É O PODER e a sua manifestação no discurso literário para crianças**» (parte I e II). A literatura infantil, tendo por base uma função socializadora, dá um relevo especial à problemática da ordem social. É, sobretudo, nos textos teatrais e *através de instanciações de interações*, ou seja, diálogos, *que os esquemas ou modelos mentais e sociais pretendidos são veiculados*. Deste modo, *as crianças* – na sua qualidade de destinatários do texto literário – *são levadas a interiorizar os discursos e as propostas de configuração do mundo que lhes são apresentadas*, visto que – como defende Janet Maybin (1998: 279) – *elas criam sentidos ao se apropriarem do discurso dos outros*. Surge, por conseguinte, a *multifuncionalidade semântica do discurso* frente ao nível de distribuição, organização e participação no diálogo, ou seja, na sua *construção socializadora*, que *veicula valores morais e ideológicos*.

As ciências da cognição (cognitivas) têm como objecto o estudo dos **processos cognitivos** envolvidos na *apreensão, conservação e elaboração do conhecimento* pelo homem, entendendo-se por **cognição** as actividades mentais que nos levam a *adquirir, guardar e usar qualquer forma de conhecimento*.

«Primarily on the basis of linguistic evidence, we have found that most of our ordinary conceptual system is metaphorical in nature» (Lakoff e Johnson, 1980: 4).

«We have found [...] that metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature» (Lakoff e Johnson, 1980: 3).

«The essence of [metaphor](#) is understanding and experiencing one kind of reality in terms of another» (Lakoff e Johnson, 1980: 5).

2. Linguagem e cognição

2.1. Teorias explicativas

Muitas são as questões que se levantam à volta das relações existentes entre a linguagem e a cognição. Se entendemos por **linguagem** *um sistema simbólico, usado para comunicar e pensar* e por **cognição** *um sistema de actividades mentais que nos permite adquirir, guardar e usar a informação*, ou seja, que nos permite criar conhecimento, as relações existentes entre estes dois fenómenos (e, ultimamente, sistemas) têm sido sempre alvo de grandes controvérsias.

PARA SABER MAIS¹

As questões mais importantes que se levantam em torno das relações existentes entre a linguagem e a cognição parecem ser as seguintes:

- Existe linguagem sem pensamento?
- Os falantes de línguas diferentes pensam de modo diferente?
- A linguagem pode ser considerada instrumento de pensamento?
- Existe alguma relação de dependência entre os processos constituintes de um sistema e do outro?

Para podermos responder a estas questões precisamos de uma teoria explicativa, no sentido científico do termo.

No meio de várias abordagens possíveis, **são três as teorias** que têm marcado em particular a referida área de conhecimento:

- o behaviorismo (de Skinner);
- o inatismo (de Chomsky) e
- o cognitivismo (de Piaget).

¹ **PARA SABER MAIS:** Consulte-se a bibliografia sobre as possibilidades de existência da **linguagem-em-não-humanos**: A. Gardner & B. Gardner (1969) sobre a língua gestual americana (ASL) ensinada a símios; A. J. Premack & D. Premack (1972) sobre as tentativas de leitura pelos símios; bem como M. Piatelli-Palmarini (org.) (1979).

Além das três teorias acima especificadas, diferentes abordagens têm originado respostas diferentes às questões atrás formuladas. Se, por um lado, nunca são totalmente coincidentes, por outro, nem sempre são antagónicas. Nunca chegam, no entanto, a ser definitivas, **continuando em aberto**.

PARA SABER MAIS²

Em muitos dos seus tratados, Chomsky (1966, 1968, 1986) percorre a história dos estudos sobre o relacionamento entre [a linguagem e a mente](#), mostrando que tais noções como, por exemplo, o papel destacado da linguagem e a sua ligação com a mente humana, a universalidade e a invariabilidade constituem, desde sempre, interesses nucleares da investigação humana.

A linguagem e a mente revelam-se inseparáveis de noções tais como [o conhecimento e o modo como o homem o adquire](#). O próprio Chomsky se situa, neste contexto, como o continuador de uma tradição, que ele próprio considera como desacreditada, esquecida e "olhada com muito desagrado pela investigação linguística dominante, desde o final do século XIX até aos anos 50" mas, finalmente, ressuscitada com a Gramática Generativa.

Recuando no tempo, até meados do século passado, verifica-se que no interior da tradição racionalista algumas opiniões diferiam das de Chomsky, no que se refere às características básicas dos alicerces da linguagem, embora os cientistas estivessem, basicamente, de acordo sobre a importância dos processos cognitivos envolvidos. As opiniões variavam quanto à caracterização destes processos e ao papel desempenhado, especificamente, pela linguagem. No início dos anos setenta, muitos psicolinguistas abandonaram o inatismo chomskiano, optando pela teoria piagetiana, segundo a qual a aquisição da linguagem resulta da interacção de capacidades cognitivas gerais (= "*all-purpose cognitive skills*") com os estímulos externos do meio-ambiente. O foco de investigação da área de aquisição da linguagem foi, por conseguinte, mudado da competência gramatical para as bases cognitivas do desenvolvimento da linguagem, por um lado, e para as capacidades pragmáticas, por outro.

² **PARA SABER MAIS**, consultar: Skinner, 1957; Chomsky 1959, 1966, 1968, 1986; Piaget 1977; Piatelli-Palmarini 1975/1979.

No que diz respeito à teoria piagetiana, observe-se que o seu mentor, cujo esforço ia no sentido do estabelecimento de uma *teoria do conhecimento*, não desenvolveu nenhuma teoria explícita da aquisição da linguagem – ao contrário de Chomsky que construiu uma *Teoria da Linguagem* –, mas várias das ideias que se encontram dispersas nos seus estudos podem constituir uma boa base para tal teoria.

Tendo começado a sua investigação mais de trinta anos antes de Chomsky, Piaget defende desde o início dos anos vinte do século passado que a linguagem não dispõe de um papel autónomo especial em relação à cognição humana em geral. A linguagem é apenas um dos vários sistemas simbólicos que se encontram ao alcance da criança e se desenvolvem estruturalmente à medida que esta cresce, reflectindo o desenvolvimento cognitivo prévio. Do mesmo modo que todo o desenvolvimento cognitivo, a aprendizagem da linguagem está também envolvida na actividade de acomodação das representações interiores do mundo a partir das informações recebidas da interacção (simbólica) com o ambiente. Este desenvolvimento procede de vários estádios sucessivos de equilíbrio, o que pode ser encarado como um eventual paralelismo em relação às sucessivas gramáticas do **Mecanismo de Aquisição da Linguagem** (*Language Acquisition Device*) de Chomsky, em que, cada vez que surge uma gramática nova, ela é a mais perfeita e mais próxima da etapa estável final da competência da linguagem (Chomsky, 1986/1994). O pensamento é, para Piaget, uma função base que determina a linguagem e cujo princípio se encontra na [actividade interiorizada](#), mas que, uma vez adquirida a linguagem, pode servir-se dela como de um instrumento.

Ao estudar o desenvolvimento intelectual da criança, Piaget conclui desde cedo que ele é constituído por etapas que se caracterizam por uma sequência fixa, embora o ritmo e a idade exacta com que são atingidos os sucessivos estádios possam variar de um indivíduo para o outro. Piaget distingue como primeiro estádio o período sensório-motor, que dura do nascimento até aos dezoito meses. Segue-se-lhe um estádio pré-operatório, dos dezoito meses até aos seis – sete anos. Dos sete até aos onze existe o estádio das operações concretas, enquanto que, dos onze anos em diante, assistimos ao período das operações formais. Nesta especificação nota-se claramente que a idade dos seis – sete anos é considerada a idade limite, a partir da qual surgem certas operações mentais antes inexistentes. Até esta idade, defende Piaget, o desenvolvimento da criança caracteriza-se por fala egocêntrica – centrada no "eu" do indivíduo, em que a criança não compreende que as ideias e as necessidades dos outros são diferentes das suas. Piaget descreve esta etapa como isenta de introspecção (Piaget, 1928/1967: 139) e

dá-lhe o nome de "estágio de transdução pura" (Piaget, 1928/1967: 214-215). Coexistem nela duas realidades heterogêneas e igualmente reais: o mundo do jogo e o da observação. Nesta fase não se verifica a distinção entre o significado e o significante. É só a partir dos seis – sete anos que a criança passa a um nível de desenvolvimento das operações mentais propriamente ditas.

Os discípulos de Piaget da Escola de Genebra, no entanto, não seguiram cegamente os passos do seu mestre. Sinclair de Zwart (1978), por exemplo, criticou a subvalorização da linguagem, defendida por Piaget, em comparação com o desenvolvimento cognitivo. Outros, como Bronckart (1977, 1983), criticam Piaget por se ter centrado excessivamente na função representativa em detrimento dos aspectos sociais e comunicativos. Em geral, as ideias de Sinclair de Zwart e Bronckart, entre outros, permitiram uma maior aproximação às ideias de Chomsky ao criarem, em Genebra, uma Psicolinguística com raízes piagetianas mas com destaque especial para o estudo da linguagem infantil e o desenvolvimento mental, assim como para a caracterização da estrutura linguística em termos cognitivos.

A teoria piagetiana influenciou muitos psicolinguistas, que começaram a pôr em questão a convicção reinante até ao fim dos anos sessenta, segundo a qual o domínio das estruturas sintáticas da língua materna se completava até aos cinco anos de idade, servindo o período posterior apenas para o enriquecimento do léxico (Karmiloff-Smith, 1986: 456). Os estudos desenvolvidos a partir dos anos sessenta, como, por exemplo, os de Carol Chomsky (1969) e de Karmiloff-Smith (1979, 1991) permitem-nos verificar que depois dos cinco anos ocorrem na linguagem muitas mudanças de carácter fundamental e isto não apenas ao nível de construções sintáticas complexas mas, também, no que diz respeito às construções aparentemente mais simples de carácter morfológico-lexical, como, por exemplo, os determinantes. Considera-se, presentemente, que a fronteira linguística dos cinco anos – que, por sua vez, corresponde, aproximadamente, ao fim do período pré-operatório de Piaget – pode ser considerada como tal apenas como marcante de "uma gramática de enunciado" (= "*utterance grammar*"). Esta gramática ainda rudimentar dá, mais tarde, origem a uma outra, mais operacional, em que se torna possível reorganizar as componentes e adquirir processos para a sua ordenação em textos correntes. Assim, a idade dos cinco anos marca, do ponto de vista linguístico, uma nova etapa no desenvolvimento da linguagem, dando origem a uma gradual mudança funcional de utilização das categorias linguísticas nos enunciados justapostos para a sua utilização em textos bem estruturados.

«Uma teoria, no sentido científico do termo, é uma tentativa de explicação de fenómenos, através de uma rede articulada e sistematizada de constructos, de definições e de asserções com o propósito de justificar e predizer factos (Kerlinger, 1973)» (Sim-Sim, 1998: 298).

Para os **behavioristas** a linguagem é considerada **um comportamento de cariz verbal**. O ser humano dispõe de capacidades gerais de aprendizagem, não específicas para a linguagem. O comportamento da linguagem é modelado e reforçado pelos falantes adultos que convivem com a criança e a quem ela imita, o que significa que o desenvolvimento da linguagem consiste na aprendizagem de respostas, através da imitação e do reforço.

Pelo contrário, para os **inatistas** o ser humano dispõe de **capacidade inata para a linguagem** (distinta das capacidades gerais de aprendizagem), bem como de **mecanismos específicos da mente para a aquisição da linguagem**. Esta capacidade inata e os mecanismos específicos genética e biologicamente determinados (núcleo fixo inato) explicam a **universalidade** dos processos de desenvolvimento.

Contudo, para os **cognitivistas** a universalidade dos processos de desenvolvimento pode ser interpretada pelas capacidades cognitivas mais lentas e, por conseguinte, subjacentes à capacidade para a linguagem. **Logo o desenvolvimento linguístico depende das aquisições cognitivas.**

«Lembremos, por curiosidade, que o historiador grego Heródoto nos relata [uma experiência sobre o aparecimento da linguagem](#) em duas crianças, promovida pelo faraó egípcio Psamético (664-610 AC), com vista a determinar qual a língua «original» dos seres humanos. A metodologia consistia em privar de qualquer contacto com linguagem oral dois recém-nascidos e verificar qual a primeira palavra produzida pelas crianças. A língua a que pertencesse tal palavra seria, portanto, «a língua original» da espécie humana. como a palavra produzida foi uma cadeia sonora, semelhante a «becos», forma frígia para pão, os egípcios admitiram ser frígio a língua original do homem..... Embora os resultados e a metodologia sejam questionáveis, o interesse pela temática é evidente!» (Sim-Sim, 1998: 306).

«O estudo da linguagem tem uma história longa e rica, que se estende por milhares de anos. Este estudo tem sido muitas vezes entendido como uma pesquisa acerca da natureza da mente e do pensamento, considerando que "as línguas são o melhor espelho da mente humana" (Leibniz). Uma concepção frequente foi a de que "no que diz respeito à sua *substância*, a gramática é uma e a mesma para todas as línguas, ainda que possa variar acidentalmente" (Roger Bacon). A "substância" invariável foi frequentemente entendida como a mente e os seus actos; as línguas particulares usam vários mecanismos – alguns radicados na razão humana, outros arbitrários e casuais – para a expressão do pensamento, que é uma constante nas línguas. Um dos princípios gramáticos racionalistas do século XVIII definiu a 'gramática geral' como uma ciência dedutiva que se ocupa dos "princípios imutáveis e gerais da linguagem oral ou escrita" e suas consequências: é "anterior a todas as línguas", visto que os seus princípios "são os mesmos que regulam a razão humana nas suas operações intelectuais" (Beauzée). **Assim, "a ciência da linguagem não difere muito da ciência do pensamento"**. A "gramática particular" não é uma verdadeira "ciência" no sentido desta tradição racionalista, porque não se baseia unicamente em leis necessárias universais; é uma "arte" ou técnica que mostra o modo como certas línguas realizam os princípios gerais da razão humana. John Stuart Mill exprimiu posteriormente a mesma ideia: "os princípios e as regras da gramática são os meios pelos quais as formas da língua correspondem às formas universais do pensamento. A estrutura de cada frase é uma lição de lógica". Outros, particularmente durante o período Romântico, argumentam que a natureza e o conteúdo do pensamento são determinados, em parte, por mecanismos que se tornaram disponíveis para a expressão destas línguas particulares. Estes mecanismos podem incluir o contributo do génio individual, que tem influência sobre o carácter de uma língua, enriquecendo os seus meios de expressão e os conceitos sem afectar a sua 'forma', o seu sistema de sons e as regras de formação de palavras e de frases (Humboldt).» (Chomsky 1986/1994: 21).

«No que diz respeito à aquisição do conhecimento, defendeu-se generalizadamente a ideia de que a mente não é "tanto para ser preenchida com coisas exteriores e partir do nada, como um recipiente, mas antes para ser incitada e estimulada" (Ralph Cudworth); "o crescimento do conhecimento assemelha-se, de preferência, ao crescimento dos Frutos; embora causas externas possam, de algum modo, interferir, são o vigor interno e a qualidade da árvore que fazem os frutos amadurecer até atingirem a maturidade adequada" (James Harris). Aplicada à linguagem, esta concepção essencialmente platónica sugeria que o conhecimento de uma língua particular cresce e amadurece ao longo de um percurso que é, em parte, determinado intrinsecamente, como modificações que reflectem um uso observável, do mesmo modo que o sistema visual ou outros "órgãos" do corpo se desenvolvem segundo um percurso determinado por instruções genéticas, sob os efeitos despoletador e modelador de factores ambientais.» (Chomsky 1986/1994: 22).

«Cinquante années d'expériences nous ont appris qu'il n'existe pas de connaissances résultant d'un simple enregistrement d'observations, sans une structuration due aux activités du sujet. Mais il n'existe pas non plus (chez l'homme) de structures cognitives *a priori* ou innées: seul le fonctionnement de l'intelligence est héréditaire et **il n'engendre des structures que par une organisation d'actions successives exercées sur des objects**. Il en résulte qu'une épistémologie conforme aux données de la psychogenèse ne saurait être ni empiriste ni préformiste, mais ne peut consister qu'en un constructivisme, avec l'élaboration continue d'opérations et de structures nouvelles.» (Piaget, 1979: 53).

2. Linguagem e cognição

2.2. Relações de interdependência entre a linguagem e a cognição

As relações de interdependência que existem entre vários aspectos da cognição, nomeadamente entre a linguagem verbal e as outras capacidades cognitivas humanas – tais como a percepção, a atenção e a memória – tornam-se evidentes em certas circunstâncias, tais como, por exemplo (cf. Faria, 1993:22):

- **lapsos de língua**, quando acabamos por dizer algo diferente do que inicialmente planeámos;
- **dificuldades de acesso ao léxico mental**, em que parece termos a expressão necessária "na ponta da língua" mas não nos conseguimos lembrar dela;
- situações em que só **tomamos consciência do que pensamos** depois de o termos formulado linguisticamente;
- quando conseguimos **resolver um problema** que estava em aberto apenas no próprio momento em que decidimos falar dele;
- quando "dependemos" da **explicitação de conceitos novos** da língua em que efectuámos a leitura que lhes dizia respeito.

As dependências entre as capacidades cognitivas humanas são encaradas de modo variado, frequentemente contraditório, o que se procurará especificar nos capítulos seguintes. Essas dependências podem ser vistas unidireccionalmente, quando, por exemplo, a linguagem é considerada como sendo determinada ao nível cognitivo como um órgão biológico (Chomsky) ou um instinto (Pinker), ou, bem pelo contrário, sugerindo ser a língua a base cognitiva do falante (a versão forte da hipótese Sapir-Whorf, cf. capítulo 2.5 do presente estudo).

Vários são os cientistas que concebem a linguagem de modo independente do resto do desenvolvimento humano, definindo-a em função do seu relacionamento com a mente. É frequente ver-se defendida a **dependência** existente entre ambos quer em termos de uma **interacção** quer como **relação de suporte mútuo** – ao processar a informação, por exemplo –, quer ainda como **relacionamento instrumental**.

A ideia do **carácter instrumental da linguagem** – sublinhado por Benveniste (1966) e, actualmente, retomado e desenvolvido em correntes de Linguística Cognitiva (cf. **capítulo 3**) – foi introduzida, originalmente, por Vygotsky (que a formulara no início dos anos trinta) e estendida a outros processos cognitivos. Numa perspectiva em que existe pensamento pré-verbal e inteligência pré-linguística e a própria linguagem é considerada como um fenómeno parcialmente automatizado, **Vygotsky concebe a verbalização** como o factor que permite o evoluir da consciência do homem. Assim, a linguagem, em vez de apenas influenciar o comportamento dos outros, controla-o, estando intimamente ligada ao funcionamento e ao desenvolvimento intelectuais.

O próprio Vygotsky indica os pontos de vista que o diferenciam de Piaget (Vygotsky, [1934] 1979: 175-176). Para ele, **a criança parte do social** e só assim consegue utilizar a linguagem como instrumento do seu pensamento, enquanto para Piaget o social é o ponto de chegada (e não de partida), depois do abandono da etapa egocêntrica. Assim, e ao contrário de Piaget, para quem a linguagem constitui apenas mais uma das manifestações cognitivas do homem, Vygotsky reconhece a autonomia da linguagem, que é defendida, posteriormente, tanto na tradição chomskiana, como na linguística cognitiva desenvolvida nos últimos anos.

Observe-se que a **teoria vygotskiana** encontra, ainda hoje em dia vários adeptos entre os académicos que trabalham na área.

O mesmo **cariz interaccionista** observado na teoria piagetiana e no pensamento vygotskiano verifica-se, também, na teoria da linguagem funcional de Halliday (1975). Considerada, também, sociolinguística e sociossemântica, defende que o desenvolvimento da linguagem pode ser interpretado, desde cedo, como o domínio progressivo de um potencial funcional no contexto da interacção (Halliday, 1975: 5). Baseando-se nos estudos de Firth (1957), Bernstein (1971) e Malinowski (1923), Halliday concebe o sistema linguístico do adulto como uma semântica central, organizada funcionalmente, em que o processo de aprendizagem da linguagem não é encarado como um simples desenvolvimento das estruturas, mas focando o que a criança quer dizer quando utiliza as estruturas que está a desenvolver. A razão da utilização de certos tipos de significados prende-se, para Halliday, com as funções para as quais serve a linguagem na primeira infância. Desta maneira, as etapas do desenvolvimento da linguagem da criança, distinguidas nos estudos estruturalistas como etapa holofrástica, etapa de duas palavras, etc., passam a ser explicadas, no modelo de Halliday, em termos de exigência das funções para as quais serve a linguagem. Distinguem-se, assim, três fases: (i) a das origens

funcionais, (ii) a da transição para a linguagem adulta e (iii) a do sistema adulto. Segundo esta perspectiva, enquanto o sistema adulto da linguagem é multifuncional, isto é, cada enunciado dispõe de significado ideacional, interpretacional e textual, o sistema de criança pequena é apenas monofuncional, sendo a função equivalente ao uso. A aquisição da linguagem pode ser vista, assim, como processo de aprendizagem de expressão do significado (= "*learn how to mean*") em que o potencial significativo se desenvolve de acordo com as linhas funcionais. Os usos funcionais iniciais tornam-se progressivamente mais gerais e abstractos até a criança desenvolver a base do sistema adulto, por volta do segundo ano de vida.

O cariz sociolinguístico e interaccionista é visível, também, nos estudos de Teun Van Dijk (1992), embora o seu interesse não se centre na área da Aquisição da Linguagem. Van Dijk foca a sua investigação na área da cognição, abordada numa dimensão social. A cognição social aponta para a existência de uma mente colectiva em funcionamento numa sociedade, tendo em vista a criação de ideologias. O seu trabalho interdisciplinar, desenvolvido desde o princípio dos anos setenta, tem sido ampliado no sentido mais geral do papel do poder e da ideologia no discurso e na reprodução de convicções sociopolíticas na sociedade, tais como preconceitos, racismo ou manipulação social.

Perspectivando a problemática relativa à linguagem, mente e pensamento, na sequência das perspectivas atrás apresentadas, afigura-se uma ampla "nova via" de abordagens, que se traduz na defesa da **hipótese interaccionista ou pragmática**, referida também como versão fraca da hipótese inatista. Entre as duas hipóteses extremas – por um lado, aquela que defende que a criança representa o "material bruto" que a experiência vivida transforma num conjunto de reacções que definem as suas capacidades e formam a sua individualidade e, por outro, aquela que afirma que a criança nasce com características inatas muito específicas, isto é, com o conhecimento sobre a natureza do mundo e da linguagem e com o mecanismo que lhe permite pôr a verificar as hipóteses –, existe uma versão intermédia, que procura realçar a possibilidade de interacção entre os dois extremos.

Observe-se que esta "nova via" é a hipótese mais próxima da maneira intuitiva comum da percepção dos fenómenos da aquisição, o que faz com que a abordagem interaccionista seja, provavelmente, aquela que tem o maior número de defensores. Do ponto de vista científico, no entanto, é indispensável que existam hipóteses "fortes", por permitirem formular e estudar os fenómenos numa versão extrema mais pura.

Os interaccionistas assumem, por princípio, a tese dos inatistas, segundo a qual a linguagem constitui apenas uma capacidade humana, excluindo, a priori, a possibilidade da aquisição da linguagem pelos animais. Assumem, também, o carácter inato da linguagem, assim como a sua interacção com o factor ambiental, procurando definir o peso e a importância de cada um destes componentes no processo da aquisição (cf. Snow, 1986).

PARA SABER MAIS¹

¹ **TEXTO G:** SILVA, 2004c.

«[...] uma língua natural pode, aparentemente, **modalizar o pensamento**, no sentido de facilitar ou dificultar, e assim de algum modo regular, aquilo que faz sentido pensar-se. Se assim for, a fala e o discurso que se produz ('o texto') deverá conter elementos indiciadores dos diferentes processos que lhe estão subjacentes, sejam eles de natureza linguística, cognitiva ou social (Goldman-Eisler, 1968, Levelt, 1989, por exemplo). E tais processos são susceptíveis de observação na forma como os falantes utilizam as suas línguas particulares. [...] Ao falar-se de interdependência está a defender-se a perspectiva de que a linguagem verbal não é totalmente autónoma, sendo, pelo menos em parte, expressão ou função de outros sistemas – cognitivos ou sociais – que a regulam ou determinam. É este o sentido da concepção de 'relatividade' aplicada à linguagem verbal, concepção que tem levado, no plano empírico, à procura e detecção das interrelações e à definição do tipo e do grau de dependências» (Faria, 1993: 22-23).

«A ideia de que a estrutura da língua que se fala de algum modo afecta, e consequentemente regula, o pensamento do respectivo falante não é nova, e aparece ciclicamente revestida de argumentos nem sempre susceptíveis de alguma credibilidade. É fácil constatar que, partindo de afirmações aparentemente ingénuas no plano das línguas, se assiste, frequentemente, à discriminação crítica de pessoas, classificando falantes, com base nas características e atributos inicialmente descritivos para as respectivas línguas maternas. O senso comum comporta, infelizmente, valores do tipo agora simplesmente referidos. Mesmo no final do século XX, ainda encontramos pessoas que acreditam que o alemão é 'a língua ideal' para a Filosofia, que a língua inglesa é a mais 'rica' em vocabulário, que o italiano é 'voltado' para a poesia, que um crioulo não chega a ser língua, que as línguas sem escrita não permitem pensamento elaborado, etc., etc. Um passo mais, e encontramos os mesmos avaliadores a expressarem a sua opinião sobre a superioridade de pensamento do povo alemão, sobre a específica 'facilidade' de elaboração de discurso dos falantes do inglês, do 'poeta' que cada italiano é, da 'incapacidade' de desenvolvimento das populações indígenas, etc., etc.» (Faria, 1993: 35-36).

Uma outra forma de abordagem das relações entre o linguístico e o cognitivo é olhar para as manifestações de crescimento como produtos das manifestações nos processos e estratégias usadas pelos indivíduos para processar a informação (linguística e não-linguística) em diferentes idades. Tal significa reconhecer no homem um processador de informação. **O próprio processo da informação** diz, assim, respeito ao estudo dos **processos mentais que permitem receber, organizar, elaborar, reter e recuperar a informação**

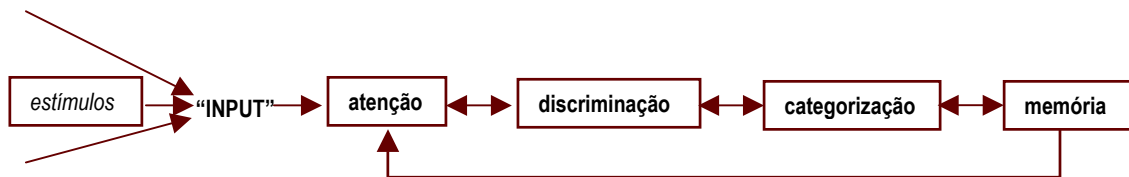


Fig. 1 Etapas de processamento da informação (cf. Sim-Sim, 1998: 314-315)

«O pensamento das crianças, precisamente porque surge como um conjunto amorfo e indistinto, tem que encontrar a sua expressão numa palavra isolada; à medida que o seu pensamento se vai tornando mais diferenciado, a criança vai perdendo a possibilidade de se exprimir por meio de palavras isoladas e tem que construir um todo compósito [...] O pensamento e a palavra não são talhados ao mesmo modelo: em certo sentido há mais diferenças do que semelhanças entre eles. A estrutura da linguagem não se limita a reflectir como num espelho a estrutura do pensamento; é por isso que não se pode vestir o pensamento com palavras, como se de um ornamento se tratasse. O pensamento sofre muitas alterações ao transformar-se em fala. Não se limita a encontrar expressão na fala, encontra nela a sua realidade e a sua forma» (Vygotsky, [1934] 1979: 166).

«My work on perspective-taking, competition, and brain mechanisms suggests that the most likely **account of the origin of language** is one grounded on **social mechanisms**. In this sense, the elaboration of an emergent account of perspective-taking suggests [a Vygotskian approach to language evolution](#)» (Brian MacWhinney em: <http://psyling.psy.cmu.edu/brian>, 26 de Junho de 2004).

«It's, of course, absurd to argue that any complex behaviour is entirely innate or intirely learned. Innate and environmental factors always interact in the development of complex abilities and both are of crucial importance. It is not, however, absurd to ask what proportion of the development variation in some complex ability like languages is attributable to innate as opposed to environmental factors can be relatively more important in determining an individual's achievement for another type (e.g. singing on key). Chomsky's position regarding language was that it was more like singing on key than like arithmetic, anyone with an innately good ear can learn to sing on key, with only minimal practice and exposure to music, and any human being (i.e. any processor of the species – specific innate linguistic structure) can learn language on the basis of minimal exposure to even complex and ill-formed utterances [...]. Chomsky's position regarding the importance of linguistic input was unproven, since all children, in addition to processing as innate linguistic ability, also receive a simplified well-formed, and redundant corpus. Thus, the relative importance of the innate and social factores could be determined» (Snow, 1986: 72-77).

2. Linguagem e cognição

2.3. Os aspectos biológicos da linguagem

A especificidade da linguagem verbal parece relacionar-se com a especialização biológica do ser humano, nomeadamente com o desenvolvimento do seu sistema nervoso, o que mostra que o homem dispõe de características especialmente adaptadas à linguagem verbal, tanto ao nível periférico como ao nível central. Se, ao nível do sistema nervoso periférico o aparelho articulatório e o aparelho acústico apresentam vantagens ao nível da produção e do reconhecimento da linguagem verbal, é sobretudo ao nível do sistema nervoso central que esta capacidade se torna mais evidente. O cérebro humano é composto por dois hemisférios, apresentando dominância hemisférica com lateralização de funções, conforme foi descoberto por Paul Broca, em 1865, no estudo de doentes afásicos com lesões cerebrais.

PARA SABER MAIS¹

Com base na investigação sobre as afasias, Broca formulou a hipótese de que o **hemisfério esquerdo é dominante para a linguagem**, ao mesmo tempo que é responsável pelo controlo da mão direita e, consequentemente, da parte direita do corpo.

Esta dependência dá-se, no entanto, apenas nos indivíduos destros, enquanto que nos esquerdinos é o hemisfério direito o responsável pela linguagem e pelo controlo da mão esquerda. A investigação em neurobiologia tem vindo a revelar que a relação sistemática cruzada tal como proposta por Broca – ou seja, dominância da linguagem à esquerda, controlo manual à direita e vice-versa – não se dá de forma tão regular. Em cerca de 90% das pessoas, o hemisfério esquerdo é, preferencialmente, responsável pela linguagem, enquanto o hemisfério

¹ PARA SABER MAIS, consulte: Faria et alii (org.) (1996); Castro Caldas (1999); Damásio (1994, 1999 e 2003).
Consultar: ATLAS VISUAL DO CÉREBRO <http://www.psicoactiva.com/atlas/cerebro.htm> (em Castelhana)

IMAGEM 1: Atlas Visual do Cérebro

IMAGEM 2: Sistema nervoso

IMAGEM 3: Córtex cerebral

IMAGEM 4: Tronco encefálico

direito é responsável pelo processamento da informação não-verbal e pelas capacidades visuais, musicais e espaciais. Os restantes indivíduos apresentam dominância do hemisfério direito – sendo ou não esquerdinos – ou, então, apresentam dominâncias mistas.

Quanto à organização da linguagem no cérebro, têm surgido várias teorias acerca da sua localização e da lateralização.

Sabe-se, desde os estudos efectuados nos fins do século XX, que *os dois hemisférios não são rigorosamente simétricos* e que a região temporal esquerda é significativamente maior do que a do lado direito. Parece, também, haver consenso quanto à especialização dos hemisférios, tendo-se desistido da distinção baseada na localização da linguagem verbal e não-verbal, por não apresentar evidência empírica suficiente. Enquanto o hemisfério esquerdo parece ser mais apto para o processamento analítico e serial de informação, o direito demonstra mais capacidades no domínio do processamento sintético e holístico. Conforme indicam os estudos em neurobiologia e neurocirurgia dos últimos anos (A. Damásio & Gershwind, 1984), há evidência de que o hemisfério não-dominante esteja activamente envolvido no funcionamento da linguagem no cérebro, mesmo nos indivíduos com a lateralização definida, o que aponta para o envolvimento de várias áreas do cérebro no processamento da linguagem, sendo apenas as funções mais fulcrais centradas na zona perissilvica.

A investigação de Hanna e António Damásio (Damásio, 1994) chamou a atenção para a **importância do lobo frontal** no funcionamento da linguagem humana. É importante sublinhar que, neste caso, pode tratar-se de uma das localizações das capacidades linguísticas ou, alternativamente, de uma zona de interface possível entre o módulo da linguagem e os outros módulos cognitivos. Enquanto a localização de algumas actividades nervosas superiores, tais como a percepção de sons ou o controlo muscular na articulação é mais fácil de determinar, outras actividades, tais como o planeamento e a compreensão são difíceis de localizar.

Apesar da investigação interdisciplinar com um historial de mais de um século, a questão da localização da linguagem continua, ainda, parcialmente em aberto.

Na teoria chomskiana, a capacidade da linguagem de carácter empírico é diferenciada da Faculdade da Linguagem, um constructo teórico que pressupõe a existência, no ser humano, de um órgão biologicamente pré-programado para a linguagem. Não só a linguagem mas as funções cognitivas em geral são tratadas como órgãos especializados cujo desenvolvimento e funcionamento obedecem às mesmas leis que regem os outros órgãos fisiológicos. Repare-se, no entanto, que Chomsky não foi o primeiro a destacar o carácter biológico da linguagem

humana. Muito do seu trabalho deve-se aos estudos sobre os **fundamentos biológicos da linguagem** desenvolvidos por Eric Lenneberg (1967, 1969). Lenneberg compara a aparição e o desenvolvimento da linguagem com a aparição e o desenvolvimento de outras capacidades humanas tais como, por exemplo, a capacidade de andar, considerando todas elas reguladas por um processo de maturação quer de aspectos cognitivos quer de aspectos orgânicos. Lenneberg destaca, também, a existência de uma "matriz biológica" que constitui um conjunto de características inatas, específica para cada espécie. A linguagem é uma manifestação das tendências cognitivas ("*cognitive propensities*"), mas é, também, «um aspecto de um processo fundamental biologicamente determinado» (Lenneberg, 1967: 419), em que o papel do *input* linguístico é escasso e apenas reduzido aos níveis mínimos do estímulo.

Ao procurar determinar as bases biológicas das capacidades especificamente linguísticas, Lenneberg define um **período crítico** para a aquisição da linguagem. Considera que até aos 18 meses se decide a especialização funcional hemisférica, fixada definitivamente na puberdade, isto é, por volta dos treze anos. Em termos práticos, isto significa que, no caso de uma língua não ter sido adquirida até esta altura, o hemisfério esquerdo passa a focar outras funções, tornando a aquisição da linguagem muito dificultada, se não impossível.

A teoria do período crítico de Lenneberg foi posta em causa pela investigação psicolinguística posterior, especialmente nos estudos sobre a equipotencialidade funcional até aos 18 meses, a aquisição da linguagem depois da puberdade (Curtiss, 1977) e a hipótese da maior facilidade de aquisição da linguagem no próprio período crítico (Snow & Hoefnagel-Höhle, 1978), assim como pelos estudos desenvolvidos na área da aquisição simultânea de duas línguas – considerado por Swain (1972) como "bilinguismo como primeira língua" – nos trabalhos desenvolvidos, sobretudo, por Redlinger (1979) e Saunders (1982).

A investigação fundamental de Lenneberg demonstrou que o desenvolvimento da linguagem tem algumas das características típicas de comportamentos biologicamente determinados, sendo três delas particularmente importantes. Trata-se da progressão ordenada dos estádios de desenvolvimento, do período crítico da aprendizagem e de uma certa independência da aquisição da linguagem em relação ao estímulo exterior (cf. Goodluck, 1993: 140-141).

Na sequência da proposta chomskiana, a dimensão biológica da linguagem ganhou, ultimamente, uma perspectiva mais ampla, que permite falar não só num órgão biológico mas, também, num instinto. Em *The Language Instinct*, Steven Pinker (1994) defende convictamente

a abordagem biológica, em oposição aos modelos sociais e culturais da linguagem ("Standard Social Science Model"), considerados o paradigma cultural do século XX.

A teoria de Pinker tem as suas raízes ainda no século XIX, na teoria darwiniana exposta no *The Descent of Man* (1871). Ao defender a linguagem concebida como instinto, Pinker faz uma ponte entre a selecção natural de Darwin e a procura da definição da mente humana proposta por Chomsky.

O cartesianismo tem sido o enquadramento formal forte da corrente racionalista do nosso pensamento. Para Descartes "conhecer" é "ver" organicamente, já que apenas a visão física nos permite juntar dados suficientes para criar a consciência cognitiva. Esta corrente filosófica baseia-se na afirmação, formulada em Francês, – considerada por muitos como a mais conhecida na história da filosofia –, que surge na quarta secção de *O Discurso do Método* (1637): "*Je pense, donc je suis*". Graças a ela, Descartes tornou-se um símbolo de um conjunto de ideias acerca do corpo, do cérebro e da mente que, de uma ou de outra forma, continuam a influenciar as ciências e as humanidades no mundo ocidental. Recuperado, em força, com o advento da Gramática Generativa, o cartesianismo tem constituído a base da filosofia da linguagem, embora várias outras abordagens do interrelacionamento da linguagem e do pensamento tenham surgido e criado escolas científicas.

Com o grande surto da importância das neurociências nos anos noventa, e especialmente com o livro de António Damásio (1994/1995), [*O Erro de Descartes: a Emoção, a Razão e o Cérebro Humano*](#) surgiu, no entanto, **uma proposta de desconstrução do cartesianismo**. Baseando-se quer nas descobertas neurobiológicas do cérebro levadas a cabo ao longo de vinte anos de investigação científica por uma equipa que chefia, quer nas simulações computacionais do cérebro efectuadas por Hanna Damásio, quer ainda no estudo das lesões cerebrais efectuado pelo casal Damásio, **o cientista defende a existência no cérebro de um núcleo responsável pelas emoções e pelos sentimentos que considera substancial na construção do conhecimento**, assim como no funcionamento da mente humana. Localiza-o nos lobos frontais, mostrando que a sua ablação ou disfunção parcial afecta decisivamente a cognição humana, mesmo que o homem sob observação "mantenha" as suas capacidades intelectuais aparentemente intactas.

Além de ter esclarecido a função de partes dos lobos frontais, Damásio propôs um novo mecanismo fisiológico que terá de ser investigado num futuro próximo. Para este cientista, a

frase de Descartes ilustra precisamente o oposto do que considera ser verdade acerca das origens da mente e acerca das relações entre a mente e o corpo.

Mesmo que se torne indispensável esperar vários anos para comprovar os resultados obtidos por Hanna e António Damásio na área das neurociências, as suas descobertas causaram, sem dúvida, uma revolução ao nível ontológico, defendendo uma visão mais global da totalidade do funcionamento humano, em que se postula **a indissociabilidade da componente racional e da componente emocional**, há milénios defendida pela medicina oriental mas praticamente esquecida pela ciência ocidental. Esta decomposição do mundo cartesiano, originária das neurociências, coincide com as últimas abordagens propostas pela Ciência Cognitiva e, especialmente, dadas as suas preocupações holísticas, defendidas nas correntes cognitivistas, da linguística desenvolvida nos últimos trinta anos.

«**Afasia** (= disfasia) – Distúrbios da linguagem devidos a lesões na área do cérebro envolvida no processamento da linguagem, que podem ocorrer em vários graus, afectando tanto a compreensão como a produção, quer ao nível da fala, quer ao nível da leitura/escrita. As lesões resultam dos acidentes vasculares cerebrais, tumores, doenças ou traumatismos cerebrais. Do ponto de vista neurológico, as afasias classificam-se segundo a área do cérebro afectada pela lesão, enquanto do ponto de vista comportamental se tem em conta as disfunções psicológicas e linguísticas ocorridas. É frequente surgirem casos afásicos mistos que não permitem um diagnóstico clássico claro. A afasia é frequentemente acompanhada por agnosia, apraxia, anartria.» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 20).

«**Lateralização** (=dominância cerebral) – Assimetria funcional do cérebro humano que se traduz pela concentração de certas funções cognitivas do sujeito num ou noutro hemisfério cerebral. Costuma estudar-se esta assimetria na interdependência de outros factores, tais como a **lateralidade**, o sexo e a condição mono ou multilingue, sem que se tenha chegado a conclusões convincentes quanto ao seu carácter. Pensa-se que cada hemisfério é dominante para certas funções e não-dominante para outras, e que, na maioria dos casos, o ser humano possui um hemisfério esquerdo verbal e analítico, e um hemisfério direito visuo-espacial, que manipula os objectos no espaço e é responsável pela imagem corporal, musicalidade e emocionalidade.» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 221-222).

«**Lateralidade** – Tendência demonstrada pelo sujeito para a preponderância da utilização de uma das mãos em determinadas formas de execução motora. Existem sujeitos de lateralidade dextra, canhota (esquerdina), ambidextra, mista ou de lateralidade não definida (potencialmente ambidextros). A lateralidade tem sido objecto de numerosas pesquisas, sem que os diferentes investigadores tenham chegado a conclusões satisfatórias. em termos latos, considera-se que quase todos os dextros possuem a linguagem no hemisfério esquerdo, enquanto os canhotos, que constituem 15% da população, a têm situada quer num hemisfério, quer noutro, quer ainda em ambos os hemisférios.» (Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 221).

«The idea that a single area of the brain can be related to a single behavioral ability such as vision or speech, is known as the theory of cerebral 'localization'. Support for the theory came from the work of such neurologists as [Paul Pierre Broca](#) (1848-1903), and **Carl Wernicke** (1848-1905), who had found that damage to specific areas of the brain correlated with the loss of certain kinds of linguistic ability in their patients (aphasia). Damage to 'Broca's area' resulted in a reduced ability to speak, though comprehension remained relatively unimpaired. Damage to 'Wernicke's area' resulted in a reduced ability to comprehend speech, though the ability to speak was relatively unaffected» (Crystal, 1989: 260).

«The two hemispheres of the brain look so alike that they were long assumed to be identical. Then it was found after those cross-connections are destroyed, usually only the left brain can recognize or speak words, and only the right brain can draw pictures. More recently, when modern methods found other differences between those sides, it seems to me that some psychologists went mad - and tried to match those differences to every mentalistic two-part theory that ever was conceived. Our culture soon became entranced by this revival of an old idea in modern guise: that our minds are meeting grounds for pairs of anti principles. On one side stands the Logical, across from Analogical. The left-side brain is Rational; the right side is Emotional. No wonder so many seized upon this pseudoscientific scheme: it gave new life to every dead idea of how to cleave the mental world into halves as nicely as a peach. What's wrong with this is that each brain has *many* parts, not only two. And though there are many differences, we also ought to ask about why those left-right brain halves are actually so similar. What functions might this serve? For one thing, we know that when a major brain area is damaged in a young person, the mirror region across the way. [...]. My own theory of what happens when the cross-connections between those brain halves are destroyed is that, in early life, we start with most similar agencies on either side. Later, as we grow more complex, a combination of genetic and circumstantial effects lead one of each pair to take control of both. Otherwise we might become paralyzed by conflicts, because many agents would have to serve two masters. Eventually, the adult managers for many skills would tend to develop one side of the brain most concerned with language because those agencies connect to an unusually large number of other agencies. The less side of the brain will continue to develop, but with fewer administrative functions – and end up with more of our lower-level skills, but with less involvement in plans and higher-level goal that engage many agencies at once. Then if, by accident, the brain half is abandoned to itself, it will seem more childish and less mature because it lags so far behind in administrative growth». (Minsky, 1985: 116).

«Olhando para o conjunto do encéfalo e tendo em linha de conta os acidentes [topográficos] anatómicos, devemos identificar algumas das áreas macroscópicas que nos permitirão entender aquilo que será tratado mais à frente. Pretende-se que aqui sejam encontradas as **referências topográficas** citadas no decorrer do texto como se de um mapa se tratasse. Existem **dois hemisférios cerebrais** semelhantes no seu aspecto exterior, mas anatomicamente e funcionalmente diferentes. Entre eles existe um espaço que recebe o nome de “**fenda inter-hemisférica**”. Os dois hemisférios estão ligados por uma estrutura mediana constituindo um aglomerado compacto de axónios que permite a troca de informações entre os dois lados e que tem o nome de “**corpo caloso**”. Na face externa é fácil identificar um sulco mais profundo horizontal que recebeu o nome de “**rego de Sylvius**” e que separa o **lobo temporal** e que fica abaixo do **lobo frontal**, que fica acima. Quase perpendicular a este encontra-se um outro, menos evidente para olhos menos treinados, que se chama “**rego de Rolando**” e que separa o lobo frontal, que fica à frente, do **lobo parietal**, que fica atrás. Mais difícil, agora, é identificar os acidentes externos que marcam os limites posteriores dos lobos parietal e temporal, separando-os do **lobo occipital**. Na profundidade do rego de Sylvius encontra-se a **ínsula** [...].

Deve ainda fazer-se referência ao **sistema límbico** [...]. Este sistema integra múltiplas estruturas, sendo a sua porção cortical localizada na face interna dos hemisférios cerebrais, como que rodeando o corpo caloso. As funções atribuídas a este sistema dizem respeito fundamentalmente à *memória* e a certos aspectos da *vida afectiva*.» (Castro-Caldas, 1999: 35-36 e 38, itálicos e negritos nossos).

«Language is not a cultural artefact that we can learn the way we learn to tell the time or how the federal government works. Instead, it is a distinct piece of the biological makeup of our brains. **Language is a complex, specialized skill**, which develops in a child spontaneously, without conscious effort or formal instruction, is deployed without awareness of its underlying logic, is qualitatively the same in every individual, and is distinct from more general abilities to process information or behave intelligently. For these reasons some cognitive scientists have described language as a psychological faculty, a mental organ, a neural system, and a computational module. But I prefer the admittedly quaint term "instinct". It conveys the idea that people know how to talk in more or less the sense that spiders know how to spin webs. Web-spinning was not invented by some unsung spider genius and does not depend on having had the right education or on having an aptitude for architecture or the construction trades. Rather, spiders spin spider webs because they have spider webs, which give them the urge to spin and the competence to succeed. Although there are differences between webs and words, I will encourage you to see language in this way, for it helps to make sense of the phenomena we will explore. **Thinking of language as an instinct inverts the popular wisdom, especially as it has been passed down in the canon of the humanities and social sciences.** Language is no more a cultural invention than is upright posture.» (Pinker, 1994: 18-19).

«Qual foi, então, o erro de Descartes? Ou, melhor ainda, a *que* erro de Descartes me estou a referir com ingratidão? Poderíamos começar com um protesto e censurá-lo por ter convencido os biólogos a adoptarem, até hoje, uma mecânica de relojoeiro como modelo dos processos vitais. Mas talvez isso não fosse muito justo, e comecemos, então, pelo 'penso, logo existo'» (Damásio, 1994/1995: 253-254).

«A afirmação sugere que pensar e ter consciência de pensar são os verdadeiros substratos de existir. E como sabemos que Descartes via o acto de pensar como uma actividade separada do corpo, esta afirmação celebra a separação da mente, a 'coisa pensante' (*res cogitans*), do corpo não pensante, o qual tem extensão e partes mecânicas (*res extensa*). [...] **É este o erro de Descartes:** a separação abissal entre o corpo e a mente, entre a substância corporal, infinitamente divisível, com volume, com dimensões e com um funcionamento mecânico, por um lado, e a substância mental, indivisível, sem volume, sem dimensões e inatingível; a sugestão de que o raciocínio, o juízo moral e o sofrimento adveniente da dor física ou agitação emocional poderiam existir independentemente do corpo. Em concreto: a separação das operações mais refinadas da mente, para um lado, e da estrutura e funcionamento do organismo biológico, para o outro.» (Damásio, 1994/1995: 254-255)

«**A negligência cartesiana da mente**, por parte da biologia e da medicina ocidentais, tem tido duas consequências negativas principais. A primeira situa-se no campo da ciência. O esforço para compreender a mente em termos biológicos em geral atrasou-se várias décadas e pode dizer-se que só agora começa. Mais vale tarde do que nunca, sem qualquer dúvida, mas o atraso significa também que se tem vindo a perder o impacto potencial que um conhecimento profundo da biologia da mente poderia ter tido nos problemas das sociedades humanas. A segunda consequência negativa relaciona-se com o diagnóstico e com o tratamento eficaz das doenças que nos confrontam. [...]» (Damásio, 1994/1995: 261).

2. Linguagem e cognição

2.4. Espaço de emoções e sentimentos

2.4.1. Estudo das emoções enquanto área cognitiva

Quando a Psicologia cognitiva se estabeleceu nos anos setenta do século passado, uma das perguntas mais pertinentes que surgiu tinha a ver com a abrangência dos estudos emocionais. Pela primeira vez, em 1981, Norman definiu as emoções como um dos doze tópicos de desafio das ciências cognitivas. No entanto, foi só com António Damásio (1994, 1999, 2003), e a sua equipa, que a área das emoções e dos sentimentos ficou reabilitada, enquanto actividade cognitiva, determinada biologicamente. Porém, esta reabilitação despertou algumas vozes aconselhando prudência e cuidado no que diz respeito à interpretação dos dados e à correlação efectuada entre os resultados do trabalho experimental na área das emoções.

Observe-se, no entanto, que – ao longo da década de noventa – a equipa de António e Hanna Damásio se tem dedicado à investigação do substrato biológico dos processos emocionais, reunindo provas sobre o carácter cognitivo das emoções, na interacção entre a natureza (herdada e adquirida) e o meio-ambiente.

O espaço das emoções, surge, assim, na versão de Damásio (1994), como uma área de processos cognitivos, com expressão corporal, mas, também com carácter especificamente mental, encontrando representação a diversos níveis dos sistemas neurais.

De fora da emoção fica, assim, a percepção de todas as mudanças que constituem a resposta emocional, enquanto o sentimento surge como a experiência dessa mudança. Passados cinco anos (entre 1994 e 1999), a definição fornecida pelo autor torna-se mais transparente e esclarecedora.

Sublinhando, aqui, **o carácter universalista da base biológica das emoções**, abstraímos, pontualmente, das análises de carácter cultural. Lembramos, no entanto, que a conceptualização das emoções tanto pode ser vista através da motivação fisiológica como através da motivação cultural, tal como mostram ao longo dos anos os estudos de Wierzbicka (sobretudo 1992 e 1996) e, ultimamente, D'Andrade (1987) e Geeraerts & Grondelaers (1995). Apesar da aparente contradição entre estas duas correntes, a tendência actual é, antes, para tratar as duas perspectivas como complementares.

«Um dos estímulos classicamente considerado como importante condicionante é o *medo*. O medo parece ser a situação que mais consistentemente se relaciona com a activação do **complexo amigdalino** [...]; porém, *estamos agora a dar os primeiros passos para uma tipificação adequada dos processos emocionais*. Na realidade, as emoções têm sido objecto de reflexão numa perspectiva fenomenológica *sem preocupação com o substracto biológico que as suporta*. É necessário desenvolver melhores modelos para a correcta exploração destas funções. [...]. Não podemos, contudo, deixar de frisar que as múltiplas manifestações dos fenómenos emocionais são condicionantes importantes de *actividade consciente* e, por isso, variáveis a ter em linha de conta.» (Castro-Caldas, 1999: 273, itálicos nossos).

A amígdala (ou complexo amigdalino) é uma estrutura anatómica que se encontra na face interna do lobo temporal na vizinhança do hipocampo. «As conexões anatómicas descritas permitem compreender a posição particular desta estrutura *reunindo informações* oriundas do tratamento elaborado do *córtex sensorial* (informação cognitiva de carácter declarativo), tendo ligações com o *lobo frontal* (planeamento, tomada de decisão, memória de trabalho), com o *sistema límbico* (memórias explícitas), com os *gânglios de base* (processamento sensório-motor implícito) e com o *hipotálamo* (controlo de funções viscerais e endócrinas). Parece ser evidente que esta estrutura se encontra envolvida em processos associativos, em particular aqueles que reúnem informação de tão diferentes domínios de actividade.» (Castro-Caldas, 1999: 272, itálicos nossos).

PARA SABER MAIS¹

¹ PARA SABER MAIS, consulte: ATLAS VISUAL DO CÉREBRO <http://www.psicoactiva.com/atlas/cerebro.htm> (em castelhano)

IMAGEM 5: Amígdalas

«[...] **Emoções** e **sentimentos** são os sensores para o encontro, ou a falta dele, entre a natureza e as circunstâncias. E por natureza refiro-me tanto à natureza que herdámos enquanto conjunto de adaptações geneticamente estabelecidas como à natureza que adquirimos por via do desenvolvimento individual através de interacções com o nosso ambiente social, quer de forma consciente e voluntária quer de forma inconsciente e involuntária. Os sentimentos, juntamente com as emoções que os originam, não são um luxo. Servem de guias internos e ajudam-nos a comunicar aos outros sinais que também os podem guiar. E os sentimentos não são nem inatingíveis nem ilusórios. Ao contrário da opinião científica tradicional, são precisamente tão cognitivos como qualquer outra percepção. São o resultado de uma curiosa organização fisiológica que transformou o cérebro no público das actividades teatrais do corpo. [...] Os sentimentos permitem-nos entrever o organismo em plena agitação biológica, vislumbrar alguns mecanismos da própria vida no desempenho das suas tarefas. Se não fora a possibilidade de sentir os estados do corpo, que estão inerentemente destinados a serem dolorosos ou apazíveis, não haveria sofrimento ou felicidade, desejo ou misericórdia, tragédia ou glória na condição humana.» (Damásio, 1994/95: 17).

«[...] A emoção é a combinação de um *processo avaliatório mental*, simples ou complexo, com *respostas disposicionais a este processo*, na sua maioria *dirigidas ao corpo propriamente dito*, resultando num estado emocional do corpo mas também *dirigidas ao próprio cérebro* (núcleos neurotransmissores no tronco cerebral), resultando em alterações mentais adicionais.» (Damásio, 1994/95: 153, itálicos do autor).

«Não obstante o facto de a aprendizagem e a cultura alterarem a expressão das emoções e revestirem-nas de novos significados, as emoções são processos biologicamente determinados, dependentes de dispositivos cerebrais estabelecidos de forma inata e sedimentados por uma longa história revolucionária.» (Damásio, 1999/2000: 72).

2. Linguagem e cognição

2.4. Espaço de emoções e sentimentos

2.4.2. Sentir os sentimentos: a consciência da emoção

No primeiro dos seus três estudos da última década, Damásio (1994) trata de um modo aparentemente indistinto as ‘emoções’ e os ‘sentimentos’, indicando apenas o carácter cronológico e causal como a única diferença entre os dois fenómenos: as emoções surgem primeiro e estão – embora nem sempre – na origem dos sentimentos.

Tendo por objectivo destringir os conceitos operacionais básicos em discussão, verifica-se que se, por um lado, nem todos os sentimentos precisam de ter emoções na sua origem, por outro lado, nem todas as emoções podem ser classificadas do mesmo modo. Retomando e reforçando uma antiga distinção (Ungerer, 1993 e Strongman, 1996) entre as emoções primárias e as emoções secundárias, Damásio (1994) atribui a cada um dos grupos uma base neuro-cognitiva: a rede de circuitos do sistema límbico, tais como a amígdala e o cíngulo, no primeiro caso e a rede de glândulas endócrinas, como a pituitária e as supra-renais, no segundo (Damásio, 1994/95: 149).

Se as emoções primárias são inatas e límbicas – diz o autor –, **as emoções secundárias** traduzem-se por uma experiência – real ou imaginada (tal como, por exemplo, o encontro com um velho amigo ou a morte de um ente querido) – *com mudanças que ocorrem ao nível de órgãos internos* (coração, pulmões, intestinos, bexiga, etc.), *pele, musculatura esquelética e glândulas endócrinas* e podem ser **claramente observáveis** pela mudança de **ritmo do funcionamento** dos órgãos (bater do coração, ritmo de respiração), pela **temperatura** do corpo, ou pelo tipo e quantidade quer das **secreções externas** (urina, fezes, lágrimas, suor) quer ao nível **interno** (circulação do sangue e das secreções das hormonais) (Damásio, 1994/95: 149).

Se a **proposta de base neurofisiológica das emoções** é muito recente, a distinção entre as emoções primárias e as secundárias tem já vários séculos de discussão fenomenológica. Veja-se que, ao longo dos séculos, os estudiosos nunca estiveram de acordo quanto à classificação das emoções primárias num grupo ou no outro, embora todos partissem do pressuposto de que estas serviriam de base para as mais complexas. Assim, por exemplo,

Descartes falava de seis emoções de base (*admiração, amor, ódio, desejo, alegria e tristeza*), W. James de três (*tristeza, amor e fúria*), Shand de sete (*medo, raiva, alegria, tristeza, assombro e repulsa*), Ribot de cinco (*ódio, medo, raiva, amor, emoções sexuais/desejo e emoções egoístas*), Watson de três (*medo, raiva e amor*) e Derjabin de quatro (*raiva, alegria, tristeza e medo*). Damásio (1999) distingue seis emoções primárias: *alegria, tristeza, medo, cólera, surpresa e aversão*, distinguindo-as claramente das outras.

Com base no quadro acima apresentado, parece tornar-se claro que, de todas as emoções tomadas em consideração nas discussões acerca do seu carácter primário, apenas duas se repetem invariavelmente, reunindo unanimidade: o *medo* e a *raiva* (*ira* e/ ou *cólera*). Esta convergência parece dever-se ao facto de o *medo* e a *raiva* terem, na vida humana, motivação muito forte do ponto de vista psicológico e por serem as suas manifestações transparentes para testemunhas e fáceis de detectar, ao mesmo tempo que são difíceis de esconder do adversário. [Esta “transparência visceral”](#) encontra, por sua vez, **reflexo na linguagem**, estando na origem das metonímias (ou seja, expressões das manifestações corporais das emoções, tais como suor, calor, etc.) e das metáforas, que em conjunto com as metonímias contribuem para a construção da [linguagem idiomática](#) da área das emoções, fisiologicamente determinada. É curioso verificar que os primeiros trabalhos efectuados na área de expressão linguística das emoções recaíram precisamente – e, sem dúvida pelas razões acima especificadas –, na área da *raiva*.

PARA SABER MAIS¹

Em 1999, Damásio distingue as emoções dos sentimentos, [devido à existência da consciência](#), embora não o faça de um modo linear: quem *sente* emoções, *tem* sentimentos, o que ocorre apenas nos seres equipados de consciência, ou seja, programados para atingir um novo nível de regulação.

¹ PARA SABER MAIS, consulte: Kovecses, 1986; Lakoff & Kovecses, 1987, Geeraerts & Grondelaers, 1995 e Abrantes, 1999 (discutidos nos capítulos seguintes).

Consultar: ATLAS VISUAL DO CÉREBRO <http://www.psicoactiva.com/atlas/cerebro.htm> (em castelhano)

IMAGEM 6: Sistema límbico

No esquema de “*Níveis de regulação vital*” (Tabela 2.1. em: Damásio, 1999/2000: 76). o autor apresenta quatro níveis organizados hierarquicamente. Por ordem crescente temos: (i) *regulação básica da vida*, ou seja, “padrões de resposta relativamente simples e estereotipados, que incluem regulação metabólica, os reflexos, os mecanismos biológicos subjacentes ao que irá tornar-se dor e prazer, impulsos e motivações”; (ii) *emoções*, isto é, “padrões de resposta complexos e estereotipados, que incluem emoções secundárias, primárias e de fundo” e (iii) *sentimentos*, entendidos como “padrões sensoriais que assinalam dor, prazer e emoções quando se transformam em imagens”. Acima do nível (iii) dos sentimentos, percorre a barreira da *consciência*, acima da qual se encontra o último dos níveis hierárquicos (iv) a *razão superior*, em que “planos de resposta complexos, flexíveis e individualizados são formalizados sob a forma de imagens conscientes e podem ser executados como comportamento”. Entre os quatro níveis organizados hierarquicamente existem setas verticais duplas orientadas tanto para cima como para baixo, o que indica causalidade em sentido ascendente ou descendente. Assim, por exemplo, entre os dois primeiros níveis, (i) e (ii), a *dor* pode induzir emoções (sentido ascendente) e algumas emoções podem incluir um estado de *dor* (sentido descendente).

Seguindo esta ordem de pensamento, – se ‘*sentir uma emoção*’ é *ter imagens mentais* originadas pelos padrões neurais que *representam modificações corporais e mentais* –, é de prever que a abordagem linguística dos sentimentos se direcione para a expressão verbal a que estas imagens se encontram subjacentes.

«O que é um sentimento? O que me leva a não usar indistintamente os termos ‘emoção’ e ‘sentimento’? Uma das razões encontra-se no facto de, apesar de alguns sentimentos estarem relacionados com as emoções, exist[ir]em muitas que não estão: todas as emoções originam sentimentos, se se estiver desperto e atento, mas nem todos os sentimentos provêm de emoções. Chamo sentimento de fundo (*background*) a estes últimos que não têm origem nas emoções [...]» (Damásio, 1994/98: 157).

«As emoções primárias (leia-se, inatas, pré-organizadas, jamesianas) dependem da rede de circuitos do sistema límbico, sendo a amígdala e o cíngulo as personagens principais.» Damásio 1994/95: 148. cf. as definições do sistema límbico e da amígdala no subcapítulo anterior).

«A palavra emoção traz em geral à mente uma das seis emoções ditas primárias ou *universais*: alegria, tristeza, medo, cólera, surpresa ou aversão. Pensar em termos de emoções primárias torna mais fácil a discussão do problema, mas é importante notar que existem muitos outros comportamentos aos quais tem sido atribuído o rótulo 'emoção'. Nestes incluem-se **emoções secundárias** ou *sociais*, tais como a vergonha, o ciúme, a culpa ou o orgulho; e as que denomino *emoções de fundo*, tais como o bem-estar ou o mal-estar, a calma ou a tensão. O rótulo emoção também tem sido aplicado a impulsos e motivações e a estados de dor e prazer.» (Damásio, 1999/2000: 71-72).

«The physiological effect of an emotion stands for the emotion.» (Lakoff & Kovecses, 1987).

«Idiomatic meaning is a product of interplay between **metonymy and metaphor**.» (Ungerer, 1993).

(cf. **Capítulo 4** do presente estudo)

«As emoções fornecem automaticamente ao organismo comportamentos orientados para a sobrevivência. Nos organismos equipados para sentirem emoções, isto é, para terem sentimentos, as emoções também exercem um impacto sobre a mente, à medida que ocorrem, no aqui e agora. Porém, nos organismos equipados com consciência, isto é, capazes de saber que têm sentimentos, atinge-se um novo nível de regulação. **A consciência permite que os sentimentos sejam conhecidos**, promovendo deste modo o impacto interno da emoção e permitindo que a emoção permeie o processo do pensamento pela mão do sentimento. Eventualmente, a consciência permite que qualquer objecto venha a ser conhecido – o ‘objecto’ emoção e qualquer outro objecto – e ao fazê-lo reforça a capacidade de o organismo responder adaptativamente, atenta que está às necessidades do organismo em questão. A emoção está vocacionada para a sobrevivência de um organismo, tal como a consciência.» (Damásio, 1999/2000: 77).

«Sentir uma emoção é uma coisa simples. Consiste em ter imagens mentais provenientes dos padrões neurais que representam as modificações do corpo e do cérebro que constituem a emoção. Porém, saber que temos um sentimento, “sentir” um sentimento, só ocorre depois de termos construído as representações de segunda ordem necessárias à consciência nuclear. [...] Estas representações significam a relação entre o organismo e o objecto (que neste caso é uma emoção), e o efeito causal desse objecto sobre o organismo.» (Damásio 1999/2000: 320)

2. Linguagem e cognição

2.5. O Relativismo linguístico e a hipótese Sapir-Whorf

Conforme se observou nos subcapítulos 2.1. e 2.2., os partidários do inatismo, ao postularem a existência de um conjunto invariável de ideias inatas no ser humano, pouco avançam sobre as suas características. A experiência, isto é, os 'factos empíricos' a cuja existência se referem tão-pouco chega a ser definida. Para Chomsky, as línguas diferem entre si quase exclusivamente na forma. O léxico não é o sistema único de categorização imposto sobre a realidade externa, nem o "formador" ('*shaper*') das ideias, mas um conjunto de etiquetas para serem atribuídas aos conceitos, sendo independentes da linguagem, determinadas pela biologia e, por conseguinte, objecto de uma variação mínima.

O que se entende por 'critérios empíricos'? Como concebemos os conceitos inatos de que, pressupostamente, somos portadores? Trata-se da representação individual dos conceitos, isto é, por exemplo, uma mesa (objecto) tem uma representação ao nível conceptual em um conceito 'mesa'? Será que uma representação pode ser pensada de modo diferente? Qual é a alternativa ao 'órgão biologicamente determinado' da mente humana, postulado pela teoria chomskiana?

Verifica-se, de facto, que existe uma larga tradição filosófica e linguística que concebe a linguagem como um instrumento na expressão do significado. Esta linha de pensamento aponta para uma grande diferenciação entre as línguas, sobretudo ao nível semântico.

A ideia da possibilidade de "transferência" do significado encontrou, ao longo dos anos, grandes defensores e grandes críticos. Assim, por exemplo, um pensador alemão do séc. XVIII, Johann Gottfried von Herder (1744-1803), precursor do papel activo desempenhado pela linguagem na percepção do mundo, defendia que pensar é falar e, por conseguinte, o pensamento difere de língua para língua, de povo para povo. Herder entendia o pensamento como uma linguagem interna, dependente dela na sua formulação, não podendo, por conseguinte, ser transferido para outra língua. Para Herder a linguagem constitui um tesouro e a forma do nosso pensamento, já que todas as línguas naturais representam "a alma" e a cultura da sua nação. Por outro lado, porém, as profundas diferenças semânticas entre línguas podem levar a encarar idiomas diferentes como portadores de sistemas cognitivos diversificados,

encontrando-se o grande defensor dessa ideia num outro alemão, Wilhelm von Humboldt (1762-1835).

Ao analisar a interdependência que existe entre a linguagem e a percepção humana do mundo, Humboldt chegou à conclusão de que a linguagem dispõe da sua própria forma (*'innere Sprachform'*). Concebida deste modo, a linguagem é abordada globalmente como um todo bem organizado, que conceptualiza a realidade exterior, dividindo-a em grupos de conceitos e acabando por influenciar a imaginação e por moldar o comportamento dos indivíduos e a sua percepção do mundo. A linguagem constitui, por conseguinte, o reflexo do mundo exterior formado na "alma" do indivíduo, resultante da acumulação tanto individual como global das experiências, avaliações e expressão pela linguagem. [A linguagem](#), entendida deste modo, constitui um meio não apenas de comunicação, mas, sobretudo, [um instrumento de conceptualização](#), interpretação e avaliação do mundo que rodeia o Homem.

Na sua apreciação linguística, Humboldt foi tão longe que, pela primeira vez, propôs uma diferenciação entre a língua materna (nativa) e a língua não-materna, isto é, a língua segunda ou estrangeira. [Adquirir uma língua não-materna](#) significa, para ele, adquirir um ponto de vista diferente do anterior, tanto em termos conceptuais, como em termos culturais.

As ideias de Humboldt foram objecto de um certo revivalismo nos anos vinte e trinta do século passado, nos trabalhos lexicológicos da língua alemã desenvolvidos, entre outros, por Trier e Weisgerber. Estes linguistas defenderam a existência de um mundo de conceitos que, do mesmo modo que o léxico, constitui uma estrutura interiormente organizada e hierarquizada, desempenhando um papel de "intermediário" entre o mundo das coisas e o mundo das formas linguísticas (*'sprachliche Zwischenwelt'*). Segundo Weisgerber a estrutura lexical, sendo reflexo da estrutura conceptual, organiza o pensamento humano. Assim, a linguagem, ao moldar a visão que o Homem tem do mundo, cria, simultaneamente, a história e a cultura de um povo, criando a "alma" de uma nação na forma de "mundo intermediário".

O idealismo de Herder e de Humboldt foram retomados, posteriormente, pelo linguista e antropólogo americano Edward Sapir (1884-1939) e pelo seu aluno Lee Whorf (1897-1941) na apresentação de uma hipótese acerca do relacionamento entre a linguagem e o pensamento, que se tornou muito popular em meados do século passado. Esta hipótese, conhecida como "hipótese Sapir-Whorf", reuniu dois princípios básicos: o do *determinismo linguístico* e o do *relativismo linguístico*. De acordo com ela, o tipo de distinções que chegam a ser codificadas

numa língua não o são numa outra. Segundo Sapir, o estudo de uma língua implica a análise de uma realidade social.

A teoria sapiriana tinha nas suas raízes uma abordagem cultural e etnográfica, defendida por F. Boas (1858-1942) no princípio do século.

Se observarmos, aqui, os exemplos de culturas, tais como a **árabe** (BASFao, 1991: 220) ou a dos **Orokaivas da Nova Guiné** (Itéanu, 1983), poderemos reconsiderar como as suas características, estudadas por antropólogos, sociólogos e etnógrafos, se traduzem, ao nível linguístico, nas línguas locais, privilegiando, por exemplo, certo tipo de marcação semântica, gramatical ou lexical, em função da sua própria conceptualização espacial do mundo. Existe evidência linguística que prova a forte marcação aspectual da língua dos Oroikava – por exemplo, ao nível da iteração – o que traduz uma conceptualização específica das relações espaço-temporais verificadas nesta cultura.

Considere-se, também, a valorização do espaço interior na cultura árabe, em que se valoriza especialmente o estar em família, isto é, em segurança e protegido de todos os males que acabam por ser projectados para o exterior, levando a uma polarização do *bem* e do *mal* em função da oposição *espaço interior* versus *espaço exterior*. Em Árabe, existem expressões linguísticas que traduzem esta polaridade (cf. BASfao, 1991: 220) como, por exemplo, na oposição entre duas expressões '*Weld zenga*' ('filho da rua') e '*Weld darhum*' ('filho de família'). Observe-se que as duas expressões se referem a um indivíduo como sendo '*filho de*', isto é, um ser que funciona não ao nível individual, mas em termos relacionais, como elemento que pertence a uma comunidade – neste caso, a família – e é avaliado em função do seu relacionamento com ela. Esta avaliação pode ser positiva se o indivíduo é um bom membro desta comunidade, ou será negativa se funcionar fora dela. Um indivíduo visto como bom, cheio de qualidades, é o '*filho de família*' – à letra: '*filho da casa de seus pais, filho da casa*' –, enquanto um indivíduo vadio, frequentemente de origem plebeia é o '*filho da rua*'. A propósito desta distinção, veja-se, igualmente, que em Português existe, também, a expressão '*filho-família*' que – de um modo análogo – significa '*indivíduo de menoridade sujeito à autoridade paterna*'. Também em Português, a palavra '*rua*' pode ter subjacente o conceito da exterioridade desprezível, alheia ao que é valorizado como bom, isto é, a casa, a família, o que, como em Árabe se expressa em fórmulas comuns, como '*filho de boas famílias*', etc. É preciso sublinhar, no entanto, que o facto de expressões aparentemente análogas funcionarem nestas duas línguas não traduz, necessariamente, o mesmo tipo de conceptualização cultural. Em Árabe, as

expressões '*filho de família*' ou '*filho da rua*' referem-se à conduta moral de um indivíduo, que só pode ser avaliado em função do núcleo familiar da sociedade a que pertence. Em Português, dispomos de outras expressões avaliativas, tais como, p. ex., '*um homem bom*' (cf. Lima, 1989), que não são obrigatoriamente relacionais e permitem uma avaliação moral mais global e variada. A exterioridade da rua, avaliada negativamente, transparece, por sua vez, em expressões portuguesas como '*deitar à rua*', isto é, '*desprezar*', '*desperdiçar*' ou '*pôr alguém na rua/ no meio da rua/ no olho da rua*', o que significa expulsá-lo da casa onde está. Embora este fenómeno linguístico não seja raro e surja, também, noutras línguas (observe-se, por exemplo, a expressão polaca '*wyrzucic kogos na ulice*', equivalente à portuguesa '*pôr alguém na rua*'), o Português dispõe de uma interjeição de expulsão '*Rua!*', de uma força expressiva muito mais marcante do que o '*Fora!*' habitual noutras línguas (cf. esp. '*Fuera!*', ingl. '*Off (you go)!*', etc.). Esta explicitação forte do alvo da expulsão aponta para uma conceptualização muito marcada do *espaço da rua* como *exterior*.

O relativismo linguístico fez repensar todo um trabalho desenvolvido em princípios do século XX, segundo o qual as novas descobertas antropológicas se avaliavam, hierarquicamente, do ponto de vista do eurocentrismo cultural e linguístico.

Lévy-Bruhl (1857-1939), filósofo francês, defensor da ideia do pensamento pré-lógico nas sociedades primitivas, tentou provar que as línguas dos povos ditos primitivos eram desprovidas de palavras abstractas ou genéricas e, por essa razão, apenas se prestavam ao pensamento concreto, argumentando com o facto de, em situações em que o Francês ou o Inglês usam uma só palavra, algumas línguas de África ou da América utilizam várias. Trata-se de um fenómeno geralmente conhecido, frequentemente citado e exemplificado quer com a designação da neve, entre os Esquimós, quer com a do cavalo, entre os Árabes, quer ainda com a dos pronomes pessoais nas línguas ameríndias ou do Pacífico, etc. Com base nestes factos linguísticos, Lévy-Bruhl concluiu da existência do que chamou *a inaptidão para a generalização* dos povos denominados primitivos, criando, assim, uma hierarquização valorativa dos povos e das suas culturas.

Em consequência, o desconhecimento do funcionamento autónomo da língua serviu de justificação a considerações racistas sobre a inferioridade das línguas e dos povos considerados primitivos. No entanto, esta ilusão da superioridade das línguas e culturas indoeuropeias, fundada numa pretensa aptidão para a generalização e para a abstracção, já fora denunciada, em 1925, por Jean Paulhan. É preciso ter presente que foi nos anos trinta que Vygotsky

desenvolveu o seu pensamento acerca da linguagem como instrumento na vida humana, mas as suas teorias, dada a situação política da altura, foram desenvolvidas em total isolamento e, por conseguinte, independentemente e em paralelo com o pensamento ocidental.

Assim, em 1956, Whorf levantou publicamente o problema de as línguas serem um instrumento de organização da sociedade, sendo aplicadas a um mundo considerado como "real". Whorf defende – de uma maneira muito mais radical do que Sapir – que, ao reflectir esse mundo real, cada língua é especificamente diferente e confirma o mundo à sua maneira. Defende, deste modo, o relativismo linguístico, tendo em conta a realidade social que é implicada no estudo de uma língua, baseando-se numa larga investigação antropológica e linguística sobre as línguas e culturas ameríndias, sobretudo no da língua Hopi.

Na sua formulação mais radical, [a chamada hipótese de Sapir-Whorf](#) considera que a visão do mundo dos sujeitos falantes se encontra totalmente determinada pela estrutura da sua língua. Este ponto de vista apoia-se, essencialmente, na classificação dos termos de parentesco, na repartição das cores, etc., e em certas particularidades gramaticais.

Foi também neste sentido que Benveniste (1966) defendeu as categorias mentais e as leis do pensamento apenas como reflexos da organização e da distribuição das categorias linguísticas. As variedades da experiência filosófica e espiritual, segundo Benveniste, dependem inconscientemente de uma classificação que a língua opera, pelo simples facto de ser uma língua e de ser simbólica. Isto leva a que pensemos apenas num universo já modelado pela língua.

Levando ao extremo a hipótese de Sapir-Whorf – a ideia do modelamento do pensamento e da cultura pela língua – há quem chegue a conclusões igualmente radicais. Assim, por exemplo, tem havido quem pense que os falantes das línguas que fazem certo tipo de distinções lexicais podem ter mais facilidade em se exprimirem acerca da realidade que os rodeia do que os que falam uma língua que não lhes proporciona essas "facilidades". Esta linha de pensamento pode levar a um tipo de conclusões, já anteriormente avançadas por Lévy-Brühl, sobre a "superioridade" de algumas línguas, culturas e gentes sobre outras. Considere-se, por exemplo, a hipótese de que uma língua com uma expressão aspectual rica – como, por exemplo, a Hopi, a dos Orokaivas ou, então, as línguas eslavas – seria mais “adequada” à expressão da realidade e, sobretudo, na percepção da temporalidade (no sentido temporo-aspectual) de que os idiomas que não privilegiam o aspecto na sua expressão, como p. ex., as línguas românicas.

Ao seguir a versão forte da hipótese em discussão podemos, igualmente, ser levados a pensar que a estrutura gramatical das línguas pode predispor os falantes a adaptarem determinados esquemas de pensamento. Assim, os nativos das línguas em que o adjetivo precede o nome – p. ex., os anglófonos ou os eslavos – seriam mais indutivos, enquanto os falantes das línguas em que o adjetivo segue ao nome – como, p. ex., nas línguas românicas – poderiam ser considerados mais dedutivos. Esta hipótese, mantida na sua [versão forte](#), parece bastante discutível.

Decorrido quase meio século sobre a formulação da hipótese Sapir-Whorf, a questão da "linguagem do pensamento" ou a "linguagem mental" continua viva nas discussões dos cientistas cognitivos. P.M. Churchland e P.S. Churchland (1990) analisam as duas correntes metodológicas existentes – [a racionalista e a naturalista](#) –, mostrando que a primeira defende a linguagem como subjacente ao pensamento ("linguagem mental"), sendo seu objectivo definir a representação mental, enquanto a segunda, representada pelos próprios autores, nega a sua existência.

A hipótese do relativismo linguístico, independentemente da matização mais forte ou mais fraca que se lhe queira eventualmente conceder, **é convictamente contestada pela corrente universalista**, que defende a existência de operações mentais idênticas de raiz biológica subjacentes às diferenças superficiais.

Ao defender que a linguagem é um instinto, Pinker (1994) defende que a questão da ["linguagem mental"](#) constitui um dos pontos fulcrais da sua teoria. Pinker não é, no entanto, o primeiro a falar na "língua mental" (*mentalese*), devendo-se a Anna Wierzbicka (1980) a utilização do conceito de "língua mentalis" na referência aos primitivos linguísticos. Pinker rejeita, no entanto, com toda a convicção, a hipótese de a linguagem poder moldar o pensamento, ao que chama de "absurdo convencional".

[O ataque de Pinker à teoria whorfiana](#) baseia-se nos estudos linguísticos posteriores aos do próprio Whorf, pretendendo demonstrar que estes careciam de fundamento e de metodologia científica.

Pinker aponta as ciências cognitivas como fornecedoras de evidência suficiente para conseguirmos separar o que considera como a linguagem mental universal, que corresponde ao nosso pensamento, da língua particular em que exprimimos esta linguagem universal. A evidência é rica e multifacetada desde, por exemplo, os afásicos inteligentes que perderam a fala e os surdos-mudos, até às crianças normais no primeiro ano de vida, antes de surgir a fase

propriamente linguística (Pinker, 1994: 67). Esta evidência leva Pinker a rejeitar definitivamente o papel "moldador" da língua em relação ao pensamento, assim como a defender a distinção entre dois tipos de conhecimento linguístico: uma linguagem universal e várias línguas particulares. Aprender uma língua seria, por esta ordem de ideias, aprender – ao nível puramente linguístico – como "traduzir" a linguagem comum e universal do pensamento para uma das línguas particulares.

Apesar da crítica fortemente inatista de Pinker, continuam a existir e a desenvolver-se abordagens que têm as suas raízes na versão fraca da hipótese Sapir-Whorf e que, na caracterização do relacionamento entre a linguagem e a mente, conseguem conjugar a componente inata com a componente cultural.

Uma versão fraca desta pressuposição permite reflectir, com base empírica nos dados linguísticos existentes, sobre os prismas de percepção diferenciados apresentados pelos falantes de idiomas que apresentam codificação linguística distinta. Esta premissa tem encontrado, presentemente, uma grande popularidade na investigação em Psicolinguística Cognitiva, sobretudo na linha dos estudos interlinguísticos que levaram Slobin (1990) a falar em **aprender a "pensar para falar" ("thinking for speaking")**.

Consideremos, também, a proposta segundo a qual as distinções lexicais têm influência sobre a percepção da realidade, por exemplo a das cores e das relações de parentesco, largamente evidenciadas na literatura da área, com estudos linguísticos (cf. Berlin and Kay, 1969; Lakoff, 1987; Taylor, 1989; Wierzbicka, 1992) pormenorizados, numa grande variedade de culturas. Esta hipótese não parece ser discutível, embora o raciocínio que leva à sua elaboração tenha características claramente circulares a fazerem lembrar o dilema de "aparecimento do ovo e da galinha". Se, por um lado, podemos encarar a língua como reflectindo determinadas categorias do pensamento, regulando determinadas manifestações socioculturais, por outro, temos provas (Faria, 1983) de que a expressão linguística também muda sob a influência de factores reguladores de carácter sócio-económico.

Concebida deste modo, a linguagem surge, de facto, como um verdadeiro instrumento, em sentido mais amplo do que inicialmente foi sugerido quer por Vygotsky quer por Whorf, permitindo definir as diferenças conceptuais existentes entre várias comunidades linguísticas.

Parece tratar-se, deste modo, de "uma faca de dois gumes", isto é, com funcionamento bilateral, vectorizado em sentidos opostos: o pensamento serve-se da linguagem para modelar o mundo, enquanto a realidade encontra nela o instrumento que lhe serve para modelar o

pensamento. **Este papel duplo da linguagem, como "formador" ("shaper") tanto do pensamento/ mente – entendido, em termos latos, como um sistema cognitivo – como o da realidade do mundo circundante, parece constituir um legado importante da hipótese Sapir-Whorf** para os anos noventa do século passado, constituindo um pressuposto cientificamente bem documentado pela investigação linguística e, sobretudo, pela investigação psicolinguística.

Enquanto a versão forte da hipótese Sapir-Whorf é contestada pela corrente universalista, a versão fraca permite pôr a hipótese da existência quer da componente universalista inata de carácter cognitivo quer da componente sócio-cultural. Não se pode esquecer que o próprio Whorf não punha totalmente de parte a existência de um conjunto de conceitos universais comuns à espécie humana.

O papel do linguista surge, assim, como o de um investigador que define até que ponto as línguas são formadas pela "natureza humana" e até que ponto se devem à moldagem cultural. O linguista pretende, por conseguinte, caracterizar as duas componentes, primeiro individualmente e, depois, **em interação nas diferentes interfaces cognitivo-linguístico-culturais**.

Esta tarefa pode ser desenvolvida com vista a uma abordagem global e abrangente de carácter psicossociolinguístico, com base no trabalho experimental. Pode-se também, e tendo a linguística de tipo descritivo como campo de investigação, promover o desenvolvimento de estudos linguísticos de carácter cognitivo. Foi assim que, nas últimas duas décadas, nasceram vários ramos do que se convencionou denominar *linguística*, *semântica* ou *gramática cognitiva*.

A versão mais fraca da hipótese Sapir-Whorf pode, por sua vez, sugerir que as estruturas linguísticas permitem perceber a realidade através de prismas diferenciados. As interdependências podem traduzir-se, por exemplo, ao nível da relação entre as categorias perceptuais e a linguagem verbal, como acontece no caso da categorização das cores (Berlin & Kay, 1969), ou ao nível da categorização social, nas estruturas de designação do parentesco, da auto-referência e das formas de tratamento (Faria, 1983; Faria, 1993, 31-33).

PARA SABER MAIS¹

¹ **PARA SABER MAIS**, consulte: M. H. M. Mateus (2002) "Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes?" in *A Face Exposta da Língua Portuguesa*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 53-70.

Chomsky: «Language and thought are awakened in the mind, and follow a largely predetermined course, much like other biological properties. [...] Human knowledge and understanding in these areas [...] is not derived by induction [...]. Rather, it grows in the mind, on the basis of our biological nature, triggered by appropriate experience, and **in a limited way shaped by experience** that settles options left open by the innate structure of the mind», (Chomsky, 1987: 25).

«However surprising the conclusion may be that nature has provided us with an innate stock of concepts, and that the child's task is to discover their labels, **the empirical facts appear to leave open few other possibilities**» (Chomsky, 1987: 23).

«We must assume [...] that the conceptual resources of the lexicon are largely fixed by the language faculty with **only minor variation possible**» (Chomsky, 1987: 48).

«There is no clear alternative to the assumption that **the acquisition of vocabulary is guided by a rich and invariant conceptual system, which is prior to any experience** [...] Many have found this conclusion completely unacceptable, even absurd: it certainly departs radically from traditional views.» (Chomsky, 1987: 33).

«Os princípios de funcionalidade revelam também como tanto o discurso quanto as cognições estão por sua vez, encaixados na interação estratégica, e no interior de **uma estrutura mais ampla de reprodução sociocultural**, encaixe esse, que, de novo, é cognitivamente representado, por exemplo, em termos de **relações entre modelos particulares e conhecimento, atitudes e ideologias gerais das cognições sociais partilhadas pelo grupo**. De facto, ouvir, recordar ou recontar selectivamente uma história sobre "esses turcos que moram ali em baixo" instancia estrategicamente e, portanto, funcionalmente, num modelo expresso através de uma narrativa, uma atitude e ideologia mais gerais sobre "estrangeiros", uma **cognição social** que funciona, ela mesma, na reprodução do poder do grupo branco. Portanto, **a funcionalidade no uso da linguagem e no discurso não mostra apenas como as frases ou textos são organizados, e nem apenas como estão relacionados com cognição, interação e estrutura social**. Ela revela também que **o discurso nunca é independente do contexto**, e portanto jamais é inocente», Wierzbicka, 1992: 3 (tradução nossa).

«[Each language \[...\] contains a characteristic worldview](#). As individual sound mediates between object and person, so the whole of language mediates between human beings and the internal and external nature that effects them [...] The same act which enables him [man] to spin language out of himself enables him to spin himself into language, and each language draws a circle around the people to whom it adheres which it is possible for the individual to escape only by stepping into a different one», (*Wilhelm von Humboldts Werke*. Ed. Albert Leitzmann. 17 vols, Berlin, B. Behr, (1903-36), vol.7, 60. Citações em inglês – segundo Wierzbicka, 1992: 3).

«To be sure, a midpoint, around which all languages revolve, can be sought and really found, and this midpoint should always be kept in mind in the comparative study of languages, both in the grammar and lexicon. For in both there is a number of things which can be determined completely a priori, and which can be separated from the conditions of a particular language. On the other hand, there is a far greater number of concepts, and also grammatical peculiarities, which are so inextricably woven into the individuality of their language that they can neither be kept suspended between all languages on the mere thread of inner perception nor can they be carried over into another language without alternation». Citações em inglês – segundo Wierzbicka, 1992. *Wilhelm von Humboldts Werke*, Ed. Albert Leitzmann, 17 vols, Berlin, B. Behr, (1903-36), vol. 4, 21-23.

«[To learn a foreign language](#) should therefore be to acquire a new standpoint in the world-view hitherto possessed, and in fact to a certain extent this is so, since every language contains the whole conceptual fabric and mode of presentation of a portion of mankind. But because we always carry over, more or less, our own world-view, and even our own language-view, this outcome is not purely and completely experienced.» (W. Humboldt (1836) *On language: the diversity of human language structure and its influence on the mental development of mankind*. Trad. inglesa, Cambridge, C.U.P., 1988. Citado segundo Wierzbicka, 92.)

«Language is a guide to "[social reality](#)". Though language is not ordinarily thought of as essential interest to the students of social science, it powerfully conditions all our thinking about social problems and processes. **Human beings do not live in the objective world alone**, nor alone in the world of social activity as ordinarily understood, but are very much **at the mercy of the particular language** which has become the medium of expression for their society. It is quite an illusion to imagine that one adjusts to reality essentially without the use of language and that language is merely an incidental means of solving specific problems of communication or reflection. The fact of the matter is that the 'real world' is to a large extent unconsciously built up on the language habits of the group. No two languages are ever sufficiently similar to be considered as representing the same social reality. The words in which different societies live are distinct worlds, not merely the same world with different labels attached.» (E. Sapir, 1949: 162).

«[Language](#) seems to be the most instructive field of inquiry in an investigation of the formation of the fundamental ethnic ideas. [...] Judging the importance of linguistic studies from this point of view, it seems well worth while to subject the whole range of linguistic concepts to a searching analysis, and to seek in the peculiarities of the grouping of ideas in different languages an important characteristics in the history of the mental development of the various branches of mankind», (Boas, 1911: 70-71).

Conforme nota M. Yagello (1991: 89), [Lévy-Brühl](#) não se lembrou, no entanto, «de analisar com cuidado as línguas indoeuropeias, o que lhe teria permitido observar que, em muitas situações, se passa o fenómeno inverso. Se, em Malgaxe, por exemplo, há muitas palavras que correspondem ao 'nós', em Francês, pelo contrário, existe, uma única palavra para designar todos os alimentos comestíveis como arroz, ou todos os tipos de abrigo, de recipiente de casa sem se ter em consideração o tamanho ou a finalidade, e sem distinção do conteúdo animado ou inanimado, humano ou não-humano. Há, em resumo, uma só palavra que apenas contém a ideia central de 'lugar ou objecto susceptível de conter alguma coisa ou alguém' – uma ideia abstracta que precisa de longas explicações para ser compreendida em Francês. O malgaxe é contudo perfeitamente capaz de distinguir 'casa de habitação', 'casebre', 'caixa', 'urna funerária', 'colmeia', 'estojo', 'cabana', etc. Ao reunir todos estes objectos sob uma etiqueta comum, não faz mais do que conceptualizar aquilo que lhes é comum, negligenciando as diferenças, linguisticamente pouco pertinentes» (Yagello, 1991: 89).

«[Language](#) is not merely reproducing instrument for voicing ideas but rather **is itself the shaper of ideas, the program and guide for the individual's mental activity, for his analysis of impression, for his synthesis of his mental stock in trade.** [...] We dissect nature along lines laid down by our native languages. The categories and types that we isolate from the world of phenomena we do not find there because they stare every observer in the face; on the contrary, the world is presented in a kaleidoscopic flux of impressions which has to be organized by our minds – and this means largely by the linguistic systems in our minds. We cut nature up, organize it into concepts, and ascribe significances as we do, largely because we are parties to an agreement to organize it in this way – an agreement that holds throughout our speech community and is codified in the patterns of our language. The agreement is, of course, an implicit and unstated one, *but its terms are absolutely obligatory*, we cannot talk at all except by subscribing to the organization and classification of data which the agreement decrees.» (B. Whorf, 1956: 213-214).

«When more abstract notions are considered (such as time, duration, velocity), the differences become yet more complex: Hopi, for instance, lacks a concept of time seen as a dimension; there are no forms corresponding to English tenses, but there are a series of forms which make it possible to talk about various durations, from the speaker's point of view. It would be very difficult, Whorf argues, for a Hopi and an English physicist to understand each other's thinking, given the major differences between the languages. Examples such as these made *the Sapir-Whorf hypothesis very plausible; but in its strongest form it is unlikely to have any adherents now*. The fact that successful translations between languages can be made is a major argument against it, as is the fact that the conceptual uniqueness of a language such as Hopi can nonetheless be explained using English that there are some conceptual differences between cultures due to language is undeniable, but this not to say that the differences are so great that mutual comprehension is impossible. One language may take many words to say what another languages says in a single word, but in the end the circumlocution can make the point.» (Crystal, 1987/1989: 15).

«Broadly speaking, research on the question of how the mind-brain works follows one of two methodological colors. The first is in substantial degree part of the rationalist tradition, emphasizing the linguistic and rule-following aspect of cognition, and is now prominently represented by cognitive/computational psychology; or by a substantial movement within the field [...]. The second is **naturalistic** in character, and is part of a tradition [...] and is the guiding framework for most neuroscientists and physiological psychologists. [...]. The first and more familiar point is that computational psychology should seek a wider conception of cognitive processes than is embodied in a sentential/rationalistic model. [...]. What needs to be done is to figure out the program that mimics what cognitive organisms do.» (Churchland & Churchland, 1990: 300-301).

«**Mental representations do two jobs** in theories that employ them. First, they provide a canonical notation for specifying the intentional contents of mental states. But second, mental symbols constitute domains over which mental processes are defined. If you think of a *mental process* – extensionally as it were – as a sequence of mental states each specified with reference to its intentional content, then mental representations provide a mechanism for the construction of these sequences: they allow you to get, in a mechanical way, from one such state to the next by *performing operations on the representations*.» (Fodor, 1990: 290).

«**Learning a language** is learning a perfectly general procedure for determining the meaning of a sentence from a specification of its syntactic structure together with the meanings of its lexical elements. Linguistic capacities can't help but be systematic on this account, because give or take a bit, the very same combinatorial mechanisms that determine the meaning of any of the sentences determine the meaning of all of the rest.» (Fodor, 1990: 294).

«Are our thoughts couched in some silent medium of the brain – [a language of thought](#), or "mentalese" – and merely clothed in words whenever we need to communicate them to a listener? No question could be more central to understanding the language instinct. In much of our social and political discourse, people simply assume that words determine thoughts. [...]. But it is wrong, all wrong. The idea that thought is the same thing as language is an example of what can be called a conventional absurdity: a statement that goes against all common sense but that everyone believes because they dimly recall having heard in somewhere and because it is so pregnant with implications. [...]. [...] There is no scientific evidence that languages dramatically shape their speakers' ways of thinking. [...] The idea that language shapes thinking seemed plausible when scientists were in the dark about how thinking works or even how to study it. Now that cognitive scientists know how to think about thinking, there is less of a temptation to equate it with language just because words are more palpable than thoughts.» (Pinker, 1994: 56-59).

«As soon as Whorf's articles appeared, the psycholinguists Eric Lenneberg and Roger Brown pointed out two non sequiturs in his argument. First, Whorf did not actually study any Apaches; it is not clear that he ever met one. His assertions about Apache psychology are based entirely on Apache grammar – making his argument circular. Apaches speak differently, so they must think differently. How do we know that they think differently? Just listen to the way they speak. Second, Whorf rendered the sentences as clumsy, word-for-word translations, designed to make the literal meanings seem as odd as possible. [...] Turning the tables, I could take the English sentence "He walks" and render it "As solitary masculinity, leggedness proceeds" [...].» (Pinker, 1994: 60-61).

«Whorf wrote that the Hopi language contains "no words, grammatical forms, constructions, or expressions that refer directly to the time, or to past, or future, or to enduring or lasting". He suggested, too, that the Hopi had "no general notion or intuition of TIME as a smooth flowing continuum in which everything in the universe at an equal rate, out of a future, through a present, into a past". According to Whorf, they did not conceptualize events as being like points, or lengths of time like days as countable things. Rather they seemed to focus on change and process itself, and on psychological distinctions between presently known, mythical, and conjecturally distant. The Hopi also had little interest in "exact sequences, dating, calendars, chronology". [...]. In the extensive study of the Hopi, the anthropologist Ekkehart Malotki [...] showed that Hopi speech contains tense, metaphors for time, units of time (including days, numbers of days, parts of the day, yesterday and tomorrow, days of the week, weeks, months, lunar phases, seasons, and the year), ways to quantify units of time, and words like "ancient", "quick", "long time", and "finished". Their culture keeps records with sophisticated methods of dating, including a horizon-based sun-calendar, exact ceremonial day sequences, knotted calendar strings, notched calendar stics, and several devices for timekeeping using the principle of the sundial. **No one is really sure how Whorf came up with his outlandish claims, but his limited, badly analyzed sample of Hopi speech and his long-time learnings toward mysticism must have contributed.**» (Pinker, 1994: 63).

«People do not think in English or Chinese or Apache; they think in a language of thought.

This language of thought probably looks a bit like all these languages; probably it has symbols for concepts, and arrangements of symbols that correspond to who did what to whom [...]. But compared with any given language, mentalese must be richer in some ways and simpler in others. It must be richer, for example, in that several concept symbols must correspond to a given English word like *stool* or *stud*. There must be extra paraphernalia that differentiate logically distinct kinds of concepts [...]. On the other hand, mentalese must be simpler than spoken languages; conversation specific words and constructions (like *a* and *the*) are absent, and information about pronouncing words, or even ordering them, is unnecessary. Now, it could be that English speakers think in some kind of simplified and annotated quasi-English, with the design I have just described, and that Apache speakers think in a simplified and annotated quasi-Apache. But to get these languages of thought to subserve reasoning properly, they would have to look much more like each other than either one does to its spoken counterpart, and it is likely that they are the same: a universal mentalese. Knowing a language, then, is knowing how to translate mentalese into strings of words and vice versa. People without a language would still have mentalese, and babies and many nonhuman animals presumably have simpler dialects. Indeed, if babies did not have a mentalese to translate to and from English, it is not clear how learning English could take place, or even what learning English would mean». (Pinker, 1994: 82).

«The very existence of such [a common stock of conceptions](#), possibly possessing a yet unstudied arrangement of its own, does yet seem to be greatly appreciated; yet to me it seems to be a necessary concomitant of the communicability of ideas by language; it holds the principle of this communicability, and is in a sense the universal language to which the various specific languages give an entrance» (Whorf, 1956: 36).

«Uma versão mais fraca da mesma perspectiva pode sugerir que as estruturas da língua que se fala predispõem o indivíduo a tomar maior atenção a umas coisas do que a outras, ou a perceber as coisas de determinada maneira. Estes aspectos são interessantes, tanto no que toca a questões de reprodução cultural através da aquisição de uma língua natural, como, ainda, a aspectos da aquisição do que é mais especificamente marcado em cada língua. A perspectiva de Whorf veio a influenciar, de forma importante, estudos no âmbito da Sociologia da linguagem e da Sociolinguística (Bernstein, Hymes, Gumperz) mas, também, no âmbito da Linguística Cognitiva (Lakoff) e da Aquisição da Linguagem (Slobin).» (Faria, 1993: 36).

3.1. Fundamentação teórica

3.1.1. Carácter holístico e a não-modularidade da Linguística Cognitiva

Conforme foi sendo assinalado ao longo dos últimos capítulos, na área dos estudos cognitivos a linguagem é considerada como um domínio integrante da cognição humana, intimamente ligada a outros domínios cognitivos, o que implica a necessidade de investigação interdisciplinar. Do ponto de vista metodológico, a linguagem pode ser abordada modularmente, como um conjunto de componentes relativamente autónomas, tal como tem sido defendido na linguística chomskiana ao longo das últimas décadas. Numa perspectiva recente, estas componentes interagem entre si, criando interfaces intralinguísticas, permitindo, assim, uma visão mais contínua do que a inicialmente proposta de módulos independentes bem delimitados. Por outro lado, os módulos linguísticos interagem com outras componentes da cognição humana, criando interfaces cognitivas.

Esta assunção fundamental acerca da linguagem, que permite concebê-la como um domínio integrante da cognição humana em interacção com as outras componentes cognitivas, assim como a necessidade de investigação interdisciplinar que daí advém, são partilhadas, igualmente, pela **Linguística Cognitiva**, desenvolvida desde meados da década de setenta e institucionalizada como paradigma em finais dos anos oitenta e princípio dos anos noventa. É, no entanto, o único ponto de base comum às duas correntes, já que **a Linguística Cognitiva se opõe terminantemente à visão modular preconizada pela linguística chomskiana**.

A Linguística Cognitiva que surgiu nos finais da década de setenta e se institucionalizou dez anos mais tarde, foi impulsionada, por um lado, pelo interesse no fenómeno da significação (cf. Semântica Cognitiva) e, por outro, pela investigação psicolinguística de Eleanor Rosch (1978) sobre o papel fundamental dos protótipos no processo de categorização.

Entre vários linguistas cognitivos, **três nomes** se têm destacado, passando a fazer escola no âmbito de Linguística Cognitiva:

George Lakoff (Lakoff & Johnson, 1980; Lakoff, 1987, 1994)



(para Português, ver os estudos de Abrantes, 2002 e 2003; Amaral, 2001; Batoréo, 2003 e 2004; Coimbra, 1999; Silva, 2003, entre outros);

- **Ronald Langacker** (1987, 1990, 1991 e 2000)



(para Português, ver sobretudo: Silva, 1999 [1997]);

- **Leonard Talmy** (1978, 1983, 1985, 1988, 2000)



(para Português, ver sobretudo: Batoréo, 2000 [1996]).

Em Portugal, os estudos mais desenvolvidos dentro do enquadramento teórico da Linguística Cognitiva foram elaborados por Lima (1989), Almeida (1995), Batoréo (2000 [1996]), Silva (1999 [1997]) e Teixeira (2003 [2001]).

PARA SABER MAIS¹

Toda a área da Linguística Cognitiva apresenta certas **características paradigmáticas** que constituem pré-requisitos teóricos do seu funcionamento:

Holismo

Estrutura Semântica

Unidades Não-Discretas

Imagens

Gramática Cognitiva

¹ **PARA SABER MAIS** sobre **Linguística Cognitiva**, consulte, entre outros: Silva, 1995, 1997, 1999, 2003, 2001; Batoréo 2000; Taylor, 1989; Ungerer & Schmidt, 1996.

PARA SABER MAIS sobre **Linguística Cognitiva em Portugal**, consulte: Batoréo (2004).

TEXTO A, SILVA, 1997.

TEXTO B, BATORÉO, 2005c.

TEXTO C, SILVA, 2001a.

TEXTO D, SILVA, 2004a.

«Language is an integral part of human cognition. An account of linguistic structure should therefore articulate with what is known about cognitive processing in general, regardless of whether one posits a special language "module" (Fodor, 1983), or an innate *faculté de langage*. If such a faculty exists, it is nevertheless embedded in the general psychological matrix, for it represents the evolution and fixation of structures having a less specialized origin. Even the blueprints for language are wired genetically into the human organism, their elaboration into a fully specified linguistic system during language acquisition, and their implementation in everyday language use, are clearly dependent on experimental factors and inextricably bound up with psychological phenomena that are not specifically linguistic in character. Thus we have no valid reason to anticipate a sharp dichotomy between linguistic ability and other aspects of cognitive processing. Instead of grasping at any apparent rationale for asserting the uniqueness and insularity of language, we should try more seriously to integrate the findings of linguistics and cognitive psychology». (Langacker, 1987: 12-13).

Em 1997 (**TEXTO A**), Augusto Soares da Silva afirma o seguinte sobre o “novo paradigma em linguística”:

«A Linguística Cognitiva é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autónomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual.

São **temas de especial interesse** da Linguística Cognitiva os seguintes:

- as características estruturais da categorização linguística (tais como
 - prototipicidade,
 - polissemia,
 - modelos cognitivos
 - metáfora e
 - imagens mentais),
- os princípios funcionais da organização linguística
 - (- iconicidade e
 - naturalidade),
 - a interface conceptual entre sintaxe e semântica,
 - a base pragmática e ligada à experiência da linguagem-no-uso e
 - a relação entre linguagem e pensamento

(incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais).» (1997: 59, [distribuição do texto e destaques nossos]).

[A Linguística Cognitiva] «Só em 1990 é que se [institucionaliza](#), com a criação da “International Cognitive Linguistics Association”, da revista “Cognitive Linguistics” (dirigida por Dirk Geeraerts) e da Colecção “Cognitive Linguistics Research” (editada por René Dirven e Ronald Langacker e publicada por Mouton de Gruyter).» (Silva, 1997: 60).

3.1. Fundamentação teórica

3.1.2. Categorização e fundamentos semânticos de Linguística Cognitiva

Na sua discussão sobre os padrões do significado de "Bom", em Português, e baseando-se no estudo de von Wright (1963), Lima (1989) chama a atenção para «um fenómeno que, aparentemente, não se deixa solucionar pela aplicação de nenhuma das noções teóricas, correntemente à disposição dos semanticistas, para explicar palavras com padrões complexos de significado» (Lima 1989: 126), evidenciando os seguintes fenómenos: **a vagueza** (= vaguidade), **a ambiguidade** (na acepção de 'homonímia'), **a analogia e a parecença** (= semelhança) **de família** (Lima 1989: 126-131).

O próprio **conceito de vagueza** não foi introduzido pelos cognitivistas, mas retomado dos estudos filosóficos de Ludwig Wittgenstein, defensor da análise do sentido em alargado contexto linguístico – autor da ideia "the meaning of a word is its use in the language" – e da sua análise do 'jogo' ('*spiegel*'/'*game*') e do conceito de *parecença de família*, divulgadas em *Philosophical Investigations* (1953).

A ideia de semântica prática, isto é uma concepção prática, ou pragmática, do significado, contrastada com a concepção do significado como entidade ou como causa e/ou efeito, inspirada em Ludwig Wittgenstein, constitui o enquadramento teórico da tese de Lima (1989).

A revolução pós-chomskiana baseia-se na rejeição das principais bases da linguística estrutural e generativa e na aceitação de critérios totalmente diferentes. Tanto o estruturalismo, com as suas diversas escolas, como a gramática generativa transformacional, partilham a mesma convicção de que a língua como um sistema pode descrever profundamente os fenómenos linguísticos por meio de regras exactas, apresentáveis em fórmulas matemáticas, utilizando os modelos fornecidos pela teoria dos conjuntos ligada à teoria da categorização. No entanto, o tipo de Linguística (semântica, gramática) desenvolvida pelos cognitivistas parte do princípio de que a tradição objectivista não nos permite descrever correctamente como percebemos a nossa experiência, pensamento e linguagem. **Ao procurar verbalizá-la, a**

Linguística Cognitiva alarga as bases do estudo da linguagem muito para além das fronteiras estabelecidas pela Linguística tradicional, procurando fontes de interpretação em outras ciências, tais como a Psicologia, a Filosofia ou a Etnologia. Ao pôr em questão a análise do significado como representação de um conceito que corresponde a uma palavra, assim como a definição dos significados em função das condições necessárias e suficientes, os cognitivistas criaram uma teoria holística do significado, tendo em conta não só os dados linguísticos, mas também culturais e baseando-se nas regras da teoria da Gestalt que foram adoptadas como regras metodológicas básicas de funcionamento.

A palavra alemã '*Gestalt*' que pode ser traduzida como '*estrutura*', '*organização*', indica a unidade do todo, que, por sua vez se impõe aos componentes. A noção de '*gestalt*' foi introduzida na Psicologia, em 1890, por Christian Ehrenfels, dando início à teoria de '*gestaltismo*' ('*Gestalttheorie*').

A observação do processo de metaforização existente na linguagem levou os cognitivistas a rejeitar a abordagem clássica da descrição da realidade em categorias discretas. O termo 'clássica', aqui utilizado, aponta tanto para as suas raízes gregas na filosofia de **Aristóteles**, como para o conceito tradicional que dominou a Psicologia, a Filosofia e a Linguística – tanto estruturalista como generativa – ao longo da maior parte do século XX.

Durante muito tempo não houve, em Linguística, quem pusesse em questão a globalidade da categorização clássica. A crítica global surgiu, apenas, com os cognitivistas numa nova proposta de categorização, principalmente nos últimos vinte anos, embora tivesse sido iniciada já no princípio dos anos setenta do século XX.

Segundo os cognitivistas, não existem categorias de conceptualização rígida, com fronteiras bem delimitadas. Os processos de metaforização em curso permanente nas nossas mentes constituem prova de fluidez e vagueza. O mundo dos conceitos não se afigura, por conseguinte, como bem organizado e dividido em campos bem delimitados, em que cada membro de uma categoria é, automaticamente, o seu membro representativo. Existem no mundo, tanto ao nível cognitivo como ao nível linguístico, categorias que não podem ser definidas em função de condições necessárias e suficientes. Algumas delas têm constituição por escala e os seus membros podem ser definidos como melhores ou piores representantes desta categoria, consoante se encontrem mais perto ou mais longe do seu protótipo. O protótipo pode ser caracterizado, *grosso modo*, como o exemplar-padrão de uma categoria.

As fontes desta "revolução de categorização" encontram-se já no trabalho de Wittgenstein, em que o autor demonstra que alguns dos conceitos, como por exemplo, o de 'jogo' são de tal modo heterogéneos, que se torna impossível definir as condições mínimas indispensáveis para a sua definição. Jogos como, por exemplo, o *xadrez*, o *bridge*, o *futebol* ou a *apanhada*, assemelham-se, uns aos outros, até certo ponto, como membros da mesma família. Não se pode, no entanto, seleccionar um único traço característico, e muito menos um conjunto de características comuns a todos os jogos. Todos eles têm, no entanto, aquilo que Wittgenstein apontou como '**parecença de família**', que permite classificar todas as actividades dentro da mesma categoria conceptual de 'jogo'.

As pesquisas psicológicas de Eleanor Rosch mostraram também que nem todos os elementos da mesma categoria são representativos em idêntico grau. Nos estudos efectuados para o Inglês da América, o tordo ou o pardal, por exemplo, são aves mais "prototípicas" do que o frango, o pinguim ou a avestruz. A semelhança dentro da mesma família pode ser apresentada de maneira que vários representantes da mesma categoria podem ser agrupados em 'cadeias de parecenças'. Nestas cadeias, os representantes prototípicos encontram-se dispostos centralmente, enquanto os outros ocupam lugares distanciados, de acordo com o grau de semelhança entre si e em relação ao protótipo central. Daí que os representantes afastados apresentarão menos semelhanças do que as espécies dispostas a pouca distância umas das outras.

Os tratados de Wittgenstein, assim como a investigação empírica de Eleanor Rosch, fizeram reflectir os linguistas sobre a insuficiência das categorias clássicas, delimitadas estritamente, e sem a diferenciação do grau de pertença para as suas categorias no âmbito da descrição de línguas naturais.

Enquanto para a linguística estrutural, a linguagem era um conjunto de frases, para a Linguística Cognitiva, o ponto de partida é constituído pela constatação de que a linguagem tem carácter simbólico. Este carácter, de que já falava o próprio Saussure, tem aqui características globais, abrangendo todos os níveis do funcionamento da linguagem. A partir daí surge, consequentemente, um posicionamento da Linguística Cognitiva radicalmente oposto às teorias anteriores. **Como ponto mais alto e objecto central dos estudos linguísticos, surge aqui o significado e não a estrutura, que acontecera nas teorias anteriores.**

A Linguística Cognitiva concebe de modo diferente o próprio carácter dos signos linguísticos, pondo em questão o carácter arbitrário casual não-motivado e, por conseguinte,

imprevisível do relacionamento entre o significante e o significado. O argumento principal dos estruturalistas apontava para o facto de os mesmos referentes receberem em várias línguas formas fónicas e gráficas diferentes, que nada tinham a ver com a natureza dos objectos por elas designados. Algumas excepções a esta regra, como, as onomatopeias, eram consideradas fenómenos marginais, com a agravante de estarem contaminados pelas leis fonológicas, características de línguas particulares. Contrariando este ponto de vista, a Linguística Cognitiva parte do princípio de que **a arbitrariedade da relação entre o significado e o significante é apenas uma questão de grau**. Por conseguinte, não se pode falar numa relação totalmente livre e arbitrária, imprevisível ou não motivada. De facto, apenas os signos mais pequenos, como, por exemplo, os morfemas, mostram geralmente um grande grau de arbitrariedade. Mas, depois, quanto mais complexo for um signo mais previsível se torna que o tipo de relacionamento em que entra se venha a apresentar como não-casual e motivado – isto é, menos arbitrário –, embora, também neste caso, se trate apenas de uma questão de grau.

Do mesmo modo que no caso da **arbitrariedade**, quando se trata do carácter convencional, fala-se, apenas, do **grau** do fenómeno. Vários signos complexos apresentam vários níveis de convencionalidade das ligações simbólicas entre o significado e o significante, o que, por sua vez, tem a ver com o grau de motivação dos signos. Assim, por exemplo, temos frases de um fraco grau de convencionalização e as expressões de carácter fixo, convencionalizado, como as idiomáticas ou os provérbios. Entre um extremo e o outro encontram-se vários graus de convencionalização e fixidez das expressões nas línguas vivas, como se pode observar, por exemplo, no caso da sequência de expressões como: '*estar numa fossa*', '*estar com (um)as trombas*', '*estar pelos cabelos*' ou '*estar nas lonas*'. A arbitrariedade, tal como a convencionalização, estão ligadas à motivação dos conjuntos simbólicos. Quanto mais arbitrário é um signo, tanto menos, na maioria dos casos, se encontra motivado, o que significa que a relação simbólica entre o significado e o significante encontra menor número de provas na nossa experiência sensorial.

Uma outra característica distintiva da Linguística Cognitiva é a procura do **carácter simbólico da linguagem em todos os níveis do seu funcionamento**. Dado que o simbolismo da linguagem se encontra em todos os seus níveis, a linguística cognitiva não considera como imprescindível defender a existência independente das suas componentes. As fronteiras entre as áreas de análise linguística são muito pouco nítidas, já que uma grande quantidade de casos existentes num espaço fronteiriço pouco definido não permite a sua inclusão inequívoca num ou

noutro nível. A Linguística Cognitiva rejeita, por exemplo, o tratamento *modular* das suas componentes, partindo do princípio de que o estabelecimento das fronteiras tem um carácter sempre arbitrário, alheio à própria linguagem, por não reflectir a estrutura inerente à língua, o que torna falsa a descrição linguística feita nestes termos. Também o é qualquer outra descrição da linguagem baseada nas distinções tradicionais que levam sempre ao esquecimento ou à marginalização de casos fronteiriços. A Linguística Cognitiva prescinde das divisões binárias, partindo do princípio de que o aparelho conceptual mais adequado para a análise é concedido pela teoria dos protótipos, já que todos estes fenómenos podem ser descritos por meio de categorias naturais, que têm estrutura prototípica. John Robert Ross mostrou que, praticamente, todas as categorias sintácticas revelam efeitos prototípicos. Partindo dos resultados da sua análise e utilizando a terminologia da semântica cognitiva, pode constatar-se que a linguística generativa trata apenas os fenómenos prototípicos, isto é, todos os que se encontram mais motivados do ponto de vista da experiência directa, excluindo dos seus interesses aqueles que não são representativos para a sua categoria e que constituem o alargamento metafórico das interpretações prototípicas, no uso da língua no dia a dia. Destaca-se, aqui, especialmente, o emprego das imagens linguísticas que a Linguística Generativa pôs sempre fora do escopo dos seus estudos. Segundo as contas efectuadas por G. Lakoff (1987) para o Inglês, os sentidos exactos das frases constituem apenas entre 2 a 5% de todas as construções utilizadas nos actos de comunicação normal, geridos na "gramática nuclear", pelas cerca de vinte regras sintácticas que dela fazem parte. A sua utilidade prática é, por isso, muito baixa.

Formando-se em oposição à gramática generativa e baseando-se em pressupostos ontológicos que rejeitam a visão aristotélica do mundo, a Linguística Cognitiva surge contra a imposição da apreensão do mundo em categorias discretas e de acordo com os axiomas da teoria clássica do conhecimento.

Segundo este [objectivismo](#) (cf. Lakoff & Johnson, 1980/1988: 231-237), o mundo é constituído por entidades com características definidas, que podem ser ora inerentes à existência das coisas, ora ocasionais, surgindo ao acaso. As características que lhes são inerentes constituem a base da categorização. Assim, todas as entidades que possuem uma característica em comum pertencem a uma mesma categoria. Surgem, assim, as divisões em categorias e subcategorias (e subcategorias de subcategorias, etc.) que assentam quer na comunidade de características inerentes (p. ex., a colher e o garfo pertencem à mesma categoria de objectos), quer na comunidade de características ocasionais (p. ex., esferográficas de metal e

garfos de metal pertencem à mesma categoria de objectos feitos de metal, formada com base na característica "ser feito de metal"). Estas entidades objectivamente existentes, que pertencem a categorias diversas, entram em certas relações umas com as outras. Estas relações são igualmente independentes porque não surgem em função de nenhuma mente. Temos, assim, uma psicologia, considerada objectiva, que se baseia no pressuposto de que as categorias de que a mente se serve correspondem às categorias existentes no mundo real. Esta é, também, a base da racionalidade objectiva, que considera como racional tudo o que corresponde à lógica objectiva, isto é, tudo o que corresponde às relações lógicas, entre as categorias dos objectos no mundo real. O funcionamento racional do homem no mundo que o rodeia reduz-se, principalmente, à sua capacidade para enfrentar as exigências da racionalidade objectiva.

Tanto a ontologia objectiva como a psicologia objectiva se encontram na base da linguística objectiva, em que todas as coisas são (ou não) constituintes de uma categoria, conforme cumpram (ou não) as condições dadas. Não há casos intermédios. Existem, no entanto, as categorias complexas, resultantes da conexão lógica de categorias simples. Na área da semântica clássica este tipo de junção descreve-se como operação efectuada em conjuntos, isto é, conjunção, disjunção ou negação, enriquecidas nos últimos tempos por operações lógicas altamente complexas. Assim, ao nível da descrição semântica de uma língua natural, o significado dos signos complexos é reduzido ao significado dos signos simples e às regras da conexão, levando ao reducionismo da linguística tradicional. Visto que as expressões linguísticas são tratadas como objectos, a gramática pode ser o objectivo da investigação que põe de lado o significado ou o raciocínio. Na Linguística Cognitiva, pelo contrário, é o significado que se encontra focado como o núcleo de todo o interesse linguístico.

«[...] concepção que pode ser topicamente resumida na ideia de que explicar o significado de uma expressão é explicar como se usa essa expressão ou, mais concretamente, é explicar a regra para o uso dessa expressão.» (Pinto de Lima, 1989: 136-137).

Gestalt – «Partimos do princípio de que uma descrição correcta exige o reconhecimento de que:

- os objectos são apenas coisas que se relacionam com as nossas interacções com o mundo e a projecção sobre o mundo;
- as características são interaccionais e não inerentes;
- as categorias são *gestalten* experimentais, definidas pelos protótipos e não algo estritamente determinado, definível pela teoria dos conjuntos»

(Lakoff e Johnson, 1980/1988: 238 [tradução nossa]).

A categorização clássica (cf. Taylor, 1991: 22-24) em termos aristotélicos apresenta as seguintes características, definidas por Aristóteles, em *Metafísica*:

- (i) As categorias são definidas na conjugação de traços necessários e suficientes;
- (ii) Os traços são binários;
- (iii) As categorias apresentam fronteiras claramente definidas;
- (iv) Todos os membros de uma categoria apresentam o mesmo 'status'.

Os estudos desenvolvidos em Linguística – tanto estruturalista como generativa – e, sobretudo em Fonologia (nos estudos da Escola de Praga, de Jakobson, Chomsky e Halle, etc.), assim como, mais tarde, em Semântica (Katz, Fodor, Postal, Bierwisch, etc.) permitiram acrescentar algumas características mais, além das inicialmente propostas pela teoria aristotélica. Assim, **a abordagem clássica** defende, também, que os traços são:

- (i) primitivos;
- (ii) universais;
- (iii) abstractos e
- (iv) inatos.

«How should we explain to someone [what a game is](#)? I imagine that we should describe *games* to him, and we might add: «This and *similar things* are called "*games*"»». (Wittgenstein, 1978: 33).

«Ao conceber a semântica a partir da noção de protótipo, surgem naturalmente outras noções descritivas de 'feixe' ('cluster') de propriedades, ou condições para aplicabilidade do termo que designa a categoria correspondente; deste modo, a representatividade de um objecto, ou de uma subcategoria, em relação à categoria pode ser avaliada consoante o número das propriedades do "feixe" que o objecto apresenta e a importância dessas propriedades. Além disso, a ideia de protótipo relaciona-se com a de **"encadeamento" ("chaining")**. Um objecto pode ser designado pelo nome de uma categoria devido a certas semelhanças com o protótipo dessa categoria; porém, o referido objecto pode ele próprio funcionar como protótipo em relação a um terceiro objecto de certo modo similar; esse terceiro objecto pode, mais uma vez, ser protótipo de um quarto; e assim por diante. Este encadeamento de objectos ligados por similaridades apresenta a característica de eles poderem ser todos designados pelo mesmo nome, embora possa não haver, entre alguns membros da cadeia, semelhanças apreciáveis» (Lima, 1989: 12).

Tendo como exemplos duas expressões – *gato branco* e *vinho branco* – iremos, sem dificuldade, apontar para a menor arbitrariedade, no primeiro caso do que no segundo. A arbitrariedade está intimamente ligada à possibilidade de análise do signo linguístico. Assim, no primeiro caso, podemos analisar com facilidade *gato branco* como *um gato* de cor *branca*, análise esta que já não é tão linear no segundo caso. O *vinho branco* não é vinho a que possamos atribuir uma cor *branca* de uma maneira análoga ao que aconteceu no caso anterior. Trata-se, mais exactamente, de um certo tipo de vinho que se opõe ao *vinho tinto* e cuja cor é ligeiramente alourada. O grau de arbitrariedade de atribuição deste signo é maior do que no caso do *gato branco*, mas, por sua vez, sem dúvida mais pequeno do que na expressão *desporto branco* (que abrange ténis, esgrima e esqui) ou *arma branca* (espada, sabre, etc.) e onde a atribuição da cor branca é ainda menos marcada. Em expressões que podemos encontrar em algumas línguas como *mentira branca* (= "mentira inofensiva", em Inglês), *febre branca* (= "loucura", em Polaco), *ver ratinhos brancos* (= "estar com delírio alcohólico", em Polaco) ou *corvo branco* (= "livro antigo e muito raro", em Polaco) de modo análogo ao que acontece com *sorriso amarelo*, em Português, a relação simbólica tem carácter totalmente arbitrário, embora motivado do ponto de vista metafórico.

Assim, e voltando aos exemplos na nota anterior, um *gato branco*, um signo de grau de arbitrariedade muito baixo, caracteriza-se por um grau de motivação muito forte, já que a nossa experiência de "brancura" está intimamente relacionada com a nossa capacidade sensorial por meio do órgão de visão. No caso do *vinho branco*, este grau de motivação é muito mais fraco, já que a cor, embora clara, não é propriamente branca, enquanto no caso de *mentira branca* ou *febre branca*, a nossa percepção visual não nos faculta a atribuição da cor branca (ou de qualquer outra cor), sendo, por isso, estas as expressões, menos motivadas do ponto de vista da percepção sensorial. Os exemplos apresentados provam como a experiência e a percepção sensorial desempenham um papel central na semântica da linguística cognitiva. (cf. Batoréo, 1996/2000).

«Lakoff opõe-se ao que designa por um **'objectivist view of meaning'** [...]. É para ele uma característica central desta "perspectiva objectivista" uma certa concepção da relação entre palavra e categoria designada pela palavra. A categoria - para adoptar a terminologia de Lakoff - é concebida "classicamente": um objecto está ou dentro ou fora da categoria; todos os objectos que estão dentro da categoria partilham certas propriedades comuns; a definição da categoria faz-se por indicação dessas propriedades comuns ou, alternativamente, por listagens das condições necessárias e suficientes para a pertença à categoria; a descrição do significado da palavra que designa a categoria equivale à explicitação dessas condições necessárias e suficientes. Outra característica importante da "perspectiva objectivista" é a ideia de que as propriedades definidoras das categorias são, depois de análise, atómicas, i.e., são propriedades simples que, combinadas de diversas formas, constituem complexos definidores das várias categorias. Em semântica esta ideia de propriedades atómicas transparece no conceito de traços semânticos mínimos. Pelo contrário, a semântica cognitiva substitui a definição de categoria através de condições necessárias e suficientes, pela definição de categoria através do conceito de protótipo. [...] Dentro desta concepção, a pertença de um objecto a uma categoria é decidida em termos da relativa distância do objecto ao protótipo. Assim, tal pertença é uma questão de gradação, de "mais" ou "menos", em lugar de uma questão de sim ou não» (Pinto de Lima, 1989: 11-12).

«A teoria relativista da descrição **objectivista** do sentido pressupõe que o sentido e as condições de verdade são dadas objectivamente não em termos universais mas em relação a uma determinada língua natural. Este objectivismo relativista é fiel ao mito objectivista, ao postular que a verdade é objectiva e que no mundo real existem objectos que se definem por características inerentes. Segundo o objectivismo relativista, as verdades expressas numa língua não precisam de ser traduzíveis para uma outra língua, já que todas as línguas podem moldar o mundo de maneira diferente umas das outras. No entanto, tudo o que uma língua escolhe existe objectivamente no mundo. Neste tipo de descrição a verdade e o significado continuam objectivos (apesar de dizerem respeito a uma língua apenas), enquanto o raciocínio humano fica excluído, visto não ter importância no que se refere à questão do sentido e da verdade». (Lakoff & Johnson, 1980/1988: 231-232. [Tradução nossa]).

3.1. Fundamentação teórica

3.1.3. Polissemia, metáfora e metonímia

Por polissemia entendemos o significado múltiplo das expressões linguísticas. Em Linguística Cognitiva, a polissemia é um fenómeno de **categorização prototípica**, o que quer dizer que os vários usos do mesmo item lexical estão organizados **à volta de um centro prototípico**, derivando **por parecenças de família** em relação ao núcleo.

Se pensarmos, p. ex., na palavra **‘pé’** (parte do corpo), nos outros sentidos da mesma palavra, tais como **‘pé’** (medida) ou **‘pé’** (parte de uma planta p. ex., *‘pé de salsa’*) e nas várias expressões de que este item linguístico faz parte *‘pé da cama’* (≠ *‘cabeceira’*), *pé da montanha*, *‘pé da mesa’*, *‘estar ao pé de (alguém)’*, *‘pé de dança’*, *‘pé-de-meia’*, etc., até – intuitivamente – constatamos que, em todos os casos apresentados, se trata de significados múltiplos do mesmo item **‘pé’** (ver a análise pormenorizada mais adiante). Também, intuitivamente, sabemos que o caso de **‘pé’** é diferente do caso de **‘canto’**, em que a mesma forma, por coincidência histórica, surgiu a designar (i) um ângulo (ou: lugar interior oposto à esquina), p. ex. *‘um canto da casa’* e (ii) a primeira pessoa do verbo *‘cantar’*, isto é, *‘eu canto’* ou, ainda, o resultado da acção de cantar *‘o canto (p. ex., gregoriano)’*. No caso exemplificado por **‘canto’**, trata-se claramente de dois tipos de sentido diferentes, sem parentesco ou raízes comuns, ou seja de homonímia. No entanto, se olharmos para o aspecto referenciado em (ii) acima apresentado, verificamos que – dentro da própria área semântica de *‘cantar’* – temos polissemia entre *‘(eu) canto’* e *‘canto (gregoriano)’*. Este exemplo simples mostra que as relações polissémicas e homonímicas entre unidades lexicais se cruzam de um modo complexo e nunca são lineares.

A representação da conceptualização cognitiva mais frequente desta estrutura é bidimensional, quer expressa no **modelo radial** de Lakoff (1987) quer no **modelo da rede** de Langacker (1978). Segundo alguns autores (cf. Geeraerts, 1992, 1998; Silva, 1997/1999, 2001), estas propostas não têm força explicativa suficiente. Só um **modelo multidimensional** consegue explicitar as ligações existentes entre os usos derivados e o seu centro prototípico,

dando conta, simultaneamente, das dimensões co-ocorrentes que estão na base dessas ligações semânticas.

PARA SABER MAIS¹

Para visualizarmos a complexidade da construção dos modelos existentes, observemos **um exemplo** linguístico concreto.

Repare-se que a polissemia não surge apenas a nível dos itens lexicais. A multiplicidade de significados das expressões linguísticas abrange todos os níveis de análise. Observemos, p. ex., o caso do morfema derivacional ‘-eiro’ em Português. Como relacionar entre si os significados das palavras formadas por derivação com este sufixo, tais como, ‘*castanheiro*’, ‘*padeiro*’, ‘*brejeiro*’, ‘*cinzeiro*’, ‘*galinheiro*’, ‘*faqueiro*’, ‘*isqueiro*’?

Primeiro, verificamos que se trata de casos de ‘-eiro’ diferentes que traduzem sentidos diferentes. Assim, verificamos que ‘*castanheiro*’ é uma árvore que dá castanhas, ‘*padeiro*’ é uma pessoa que trabalha na padaria, ‘*brejeiro*’ é uma característica de fenómeno, pessoa ou coisa sem jeito, ‘*cinzeiro*’ é um lugar onde se deposita cinza, ‘*galinheiro*’ é um lugar onde dormem as galinhas, ‘*faqueiro*’ é um lugar onde se guardam facas (talheres), mas também é um conjunto de facas (talheres), ‘*isqueiro*’ é um instrumento que serve para fazer lume, etc.

Em segundo lugar, podemos observar que os sentidos diferentes acima exemplificados podem agrupar-se em subgrupos. No caso em apreço, podemos distinguir: árvores de frutos (p. ex., ‘*castanheiro*’), profissões (p. ex., ‘*padeiro*’), características (p. ex., ‘*fuleiro*’), lugares (p. ex., ‘*cinzeiro*’, ‘*galinheiro*’, ‘*faqueiro*’), que – por sua vez – podem ser representados como núcleos prototípicos, à volta dos quais se agrupam os diferentes itens, portadores de sentidos diferentes.

Em terceiro lugar, reparamos que nem todos os grupos que distinguimos na primeira etapa de análise são igualmente produtivos. Se é relativamente fácil encontrar nomes de profissões (‘*mineiro*’, ‘*carteiro*’, ‘*fuzileiro*’, ‘*empreiteiro*’, etc.) ou nomes de árvores de fruto (‘*limoeiro*’, ‘*coqueiro*’, ‘*marmeleiro*’, etc.), este já não é o caso das características atribuídas às

¹ PARA SABER MAIS, consulte p. ex. Silva (2001: 154-155) para perceber a representação em modelos multidimensionais quer a polissemia do verbo ‘*deixar*’ quer a do objecto indirecto em Português.

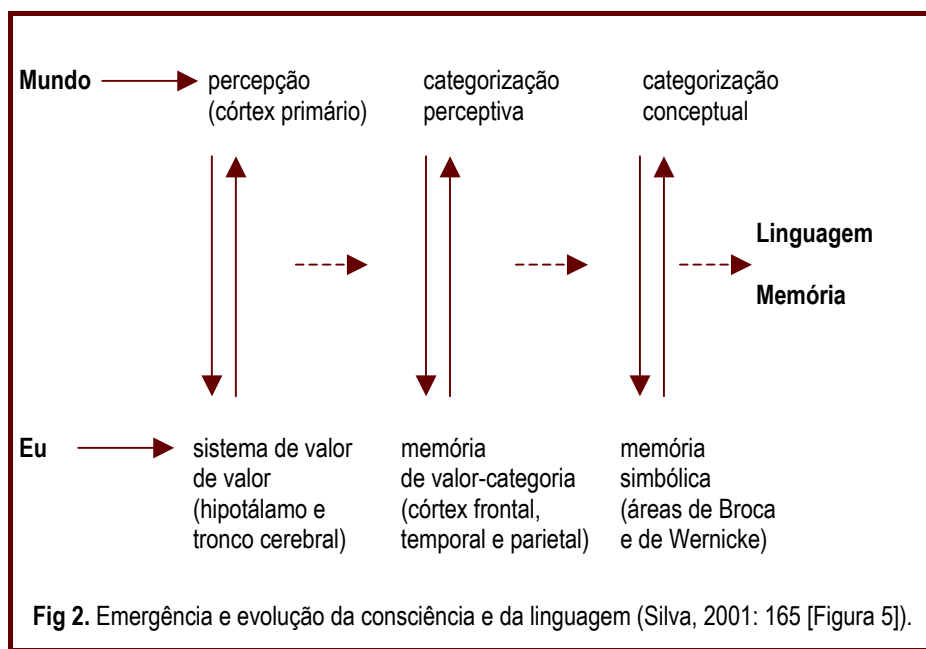
TEXTO E, SILVA, 2003b.

peças ou coisas ('verdadeiro', 'grosseiro', 'certo', 'fofoqueiro', 'foleiro' ... ?) ou de instrumentos ('ponteiro', ... ?).

Em quarto lugar, a área das designações de lugares é, por sua vez, bastante complexa, sendo preciso distinguir entre um lugar de poiso ('galinheiro'), de depósito ('cinzeiro'), de colocação de um conjunto de objectos individuais ('faqueiro', 'palheiro', etc.).

O princípio de análise polissémica acima traçado evidencia apenas **alguns** dos problemas que se levantam numa tentativa de representações possíveis entre vários exemplos da mesma categoria polissémica. Existe apenas um centro nuclear prototípico, ou vários? Se forem vários, todos eles apresentam o mesmo grau de saliência (são igualmente produtivos)? Quais são as distâncias das categorias menos prototípicas em relação ao núcleo principal? Quais são as distâncias existentes entre vários elementos menos centrais e/ou mais periféricos? Como podemos representar estas dependências? Em rede? Numa representação radial? Ou é apenas uma representação multidimensional que pode dar conta da riqueza dos sentidos como foi acima exemplificado?

A polissemia é uma janela importante para observarmos a construção do léxico mental.



Voltando ao exemplo, atrás apresentado, da palavra polissémica '**pé**' em Português, verificamos que os diferentes sentidos podem ser conceptualizados **através da metáfora** e/ou **da metonímia** a partir do sentido de base: o '**pé**' como parte do corpo. Se conceptualizarmos

outros sentidos, com base no nosso imaginário, **como se fossem** parte do “corpo” das entidades de que são elemento constituinte, estaremos a efectuar uma **operação por similaridade**, ou seja **construir uma metáfora**. Assim, vemos os suportes dos móveis **como se fossem** os ‘pés’ dos respectivos “corpos” (p. ex., ‘os pés da mesa’, ‘o pé do candeeiro’) e – por extensão metonímica – a parte inferior que serve de suporte de uma “construção” da natureza ou de uma obra humana (p. ex., ‘o pé da montanha’, ‘o pé de uma planta’, ‘o pé de uma coluna’ ou o suporte lógico (fase de resolução) na expressão ‘em que pé está este assunto?’). A expressão ‘o pé de uma planta’, como no caso de ‘o pé de salsa’ significa “a parte de base da planta (com as raízes)”, mas serve – outra vez por similaridade – de base para o sentido de “cada exemplo de uma planta”, como no caso de ‘o pé de laranja-lima’.

Existem, no entanto, significados que não são formados por similaridade a partir do sentido prototípico, mas **por contiguidade**. Assim, por exemplo, surge a expressão ‘os pés da cama’, no sentido contrário ao de ‘a cabeceira da cama’ (e não no sentido: os pés do móvel, que é um caso análogo às metáforas ‘os pés da mesa’, ‘o pé do candeeiro’, etc.). A expressão ‘os pés da cama’, no sentido contrário ao de ‘a cabeceira da cama’ é constituída por contiguidade a partir do sentido prototípico: o ‘pé’ como parte do corpo. Esta expressão refere-se ao lugar na cama onde “o dono” dos pés os costuma colocar, sendo este oposto ao lugar onde o mesmo “repousa” a cabeça. Trata-se de **uma imagem** esquemática, o que significa que, mesmo que uma pessoa durma atravessada na cama ou com os pés virados para a cabeceira, a conceptualização do espaço do móvel mantém-se inalterada, o mesmo se passando com as respectivas designações.

Repare-se, igualmente, na conceptualização que leva à formação da expressão ‘pé’ como medida, como no exemplo ‘a sala tem dez pés de altura’, o que significa que a altura da sala é de cerca de três metros (equivalendo a medida inglesa de um ‘pé’ a cerca de trinta centímetros). Em tempos, as medidas eram definidas em função de um pé prototípico de alguém que se serviu dessa parte do seu próprio corpo para determinar as medidas dos espaços e das dimensões circundantes. Por tradição, a conceptualização por contiguidade mantém-se, bem como a respectiva expressão. Na sequência desta conceptualização, quando falamos em ‘o pé direito da sala tem três metros’, transmitimos – por metáfora, ou seja, **como se fosse** de altura saliente – a imagem de um espaço com a dimensão vertical mais saliente do que o tradicionalmente esperado (o que é relativo e culturalmente determinado). Igualmente por metáfora criamos a expressão ‘dar um pé de dança’, que significa dar um passo de dança, *como se um passo fosse*

uma medida de ‘*pé*’. Por sua vez, ‘*dar um pé de dança*’ corresponde – por extensão metonímica – à actividade de dançar. A partir daí e, mais uma vez por extensão metonímica, surge a expressão ‘*ser bom pé de dança*’ que significa ‘*ser pé leve*’ e, ao contrário de ‘*ser pé de chumbo*’, refere uma característica pessoal de leveza e agilidade.

Do mesmo modo, ou seja, por contiguidade, podemos conceptualizar o referente da expressão ‘*pé de meia*’. Por tradição, as pessoas amalhavam o dinheiro e guardavam as poupanças numa meia, preenchendo – fisicamente – primeiro o espaço que serve para colocar o pé dentro da meia (que, por sua vez, é designado – por extensão metonímica – como ‘*pé*’ de uma meia). O conteúdo colocado no espaço do pé de uma meia passava, assim, e outra vez por metonímia, a designar-se por ‘*o pé-de-meia*’. Com o tempo – e por similaridade – todo e qualquer tipo de poupança, independentemente do sítio onde fosse guardado, passava a designar-se com a mesma expressão.

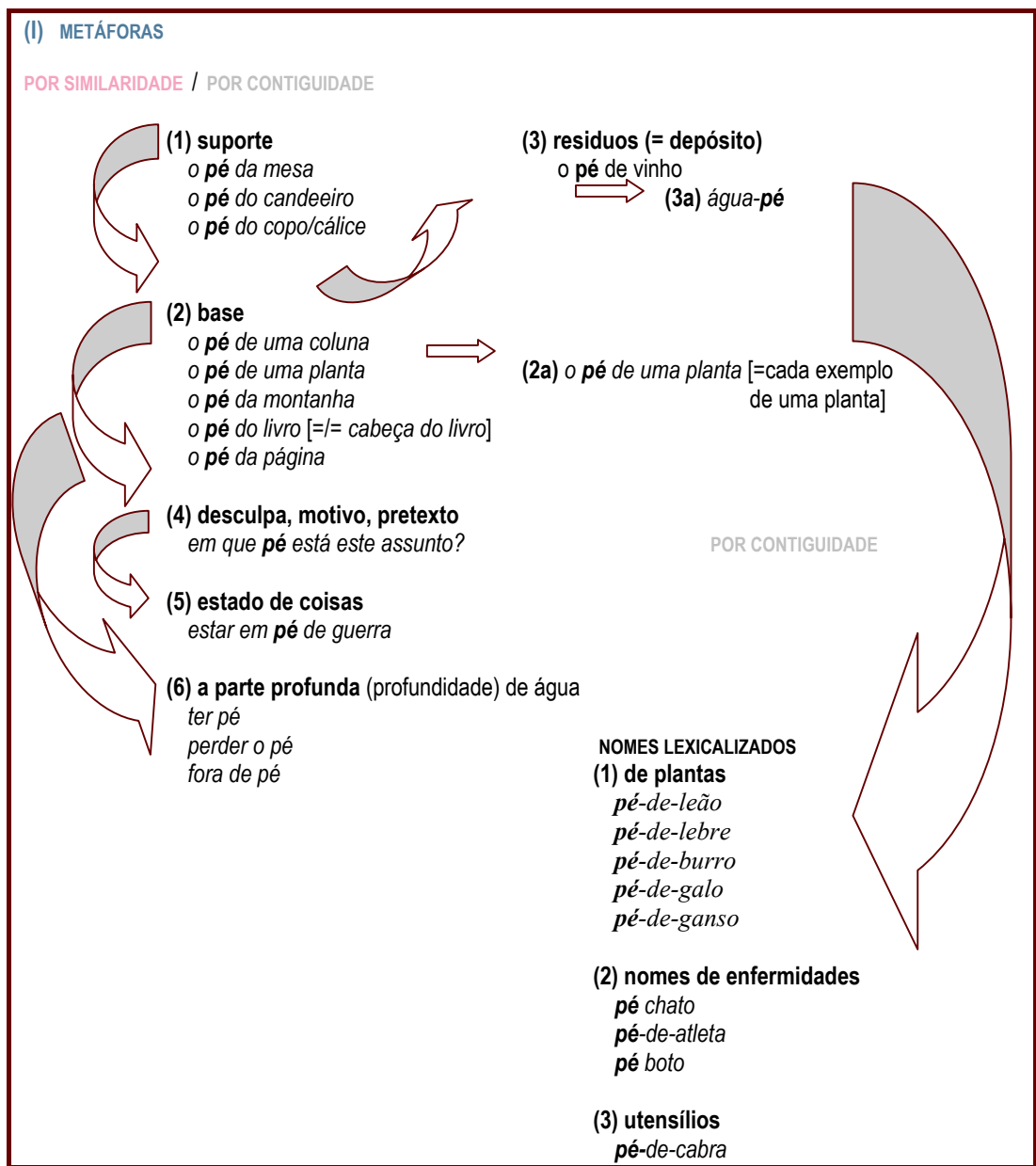
PARA SABER MAIS²

Os exemplos de polissemia da palavra portuguesa ‘*pé*’, acima apresentados, estão longe de dar conta de todas as ocorrências existentes na Língua, mas presumimos tratar-se das expressões mais frequentes. Pelo contrário, as expressões populares como, por exemplo, ‘*pé-de-burro*’, ‘*pé-de-galo*’, ‘*pé-de-ganso*’, ‘*pé-de-leão*’ ou ‘*pé-de-lebre*’ são geralmente desconhecidas das pessoas sem raízes na cultura agrícola, visto denominarem espécies de flora, cujas folhas (por contiguidade) apresentam – metonimicamente – parecenças com as características específicas das patas dos animais indicados na expressão. Trata-se de expressões **de alto nível de lexicalização**, tal como no caso de nomes de doenças ‘*pé boto*’, ‘*pé-de-atleta*’ ou ‘*pé chato*’. Assim, também um utensílio pode ser designado por ‘*pé*’ como na expressão ‘*pé-de-cabra*’. Trata-se de uma alavanca de ferro com uma extremidade fendida, à semelhança do pé da cabra.

Na sequência da apresentação efectuada, parece evidente que, para procurar representar a complexidade das relações existentes entre o “primeiro” ‘*pé*’ prototípico e as restantes expressões existentes na Língua com base na conceptualização do mesmo, é preciso estabelecer **uma rede de extensões efectuadas por similaridade – metáforas – ou por**

² PARA SABER MAIS, consulte **TEXTO F**, BATORÉO, 2005a.

contiguidade – metonímias – em cadeias sucessivas, em que os sentidos derivados se tornam, por sua vez, sentidos nucleares para as expressões novas. Uma das tentativas deste tipo de representação encontra-se proposta em baixo, na Fig. 3.



(I) POR SIMILARIDADE



(II) POR CONTIGUIDADE

[núcleo]	PÉ
	[parte (do membro inferior) do corpo]

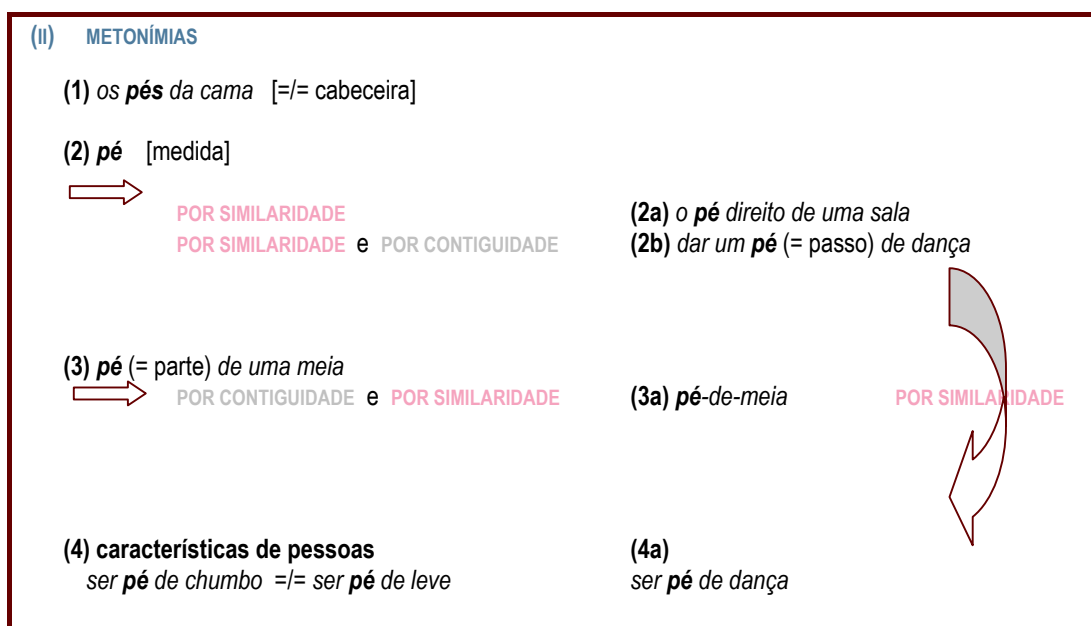


Fig. 3. Proposta de representação da polissemia de '**pé**' em Português

Abordadas do ponto de vista estrutural, tanto a metáfora como a metonímia constituem figuras de estilo ou tropos que operam uma transferência semântica ao explorar os dois grandes mecanismos organizadores da linguagem: o **eixo paradigmático (vertical)** e o **sintagmático (horizontal)**.

Ao assentar numa relação de *semelhança*, é no eixo paradigmático que funciona a metáfora. Pelo contrário, a metonímia, assenta sobre o eixo sintagmático, numa relação de *contiguidade*.

Trata-se, por conseguinte, de **metáforas** no caso das expressões como '*matar o tempo*', ou '*derrapagem do dólar*', uma vez que há substituição, no eixo vertical, de um termo próprio por um termo figurado. No entanto, trata-se de **metonímias**, por exemplo, em '*boina verde*' (= '*militar pára-quedista*', '*um militar que usa uma boina verde como parte do seu uniforme*'), '*capacete azul*' (= '*membro das forças armadas das Nações Unidas*'), '*almeida*' (= '*varredor municipal*' e, por extensão, '*uma pessoa vestida com uma grande capa cor de laranja como os varredores municipais a quem é atribuído, tradicionalmente, o nome 'Almeida'*') e em expressões, tais como, por exemplo, '*o galinheiro assobiava e a plateia aplaudia*' (= '*os espectadores do galinheiro e da plateia*') ou '*as cordas tocaram muito bem*' (= '*os músicos que tocam os instrumentos de cordas tocaram muito bem*'). Neste caso, trata-se de facto de uma metonímia dupla: '*as cordas*' substituem '*os instrumentos de corda*' (substituição de tipo classe/ espécie) e estes, por sua vez,

'os músicos que tocam instrumentos de cordas' (substituição de tipo instrumento/ seu utilizador). No caso da metonímia efectua-se uma *elipse* no eixo sintagmático de maneira que uma palavra representa um grupo de palavras.

No âmbito da **metonímia**, costuma distinguir-se, tradicionalmente, a sinédoque em que se estabelece uma relação de inclusão (da substituição do mais geral pelo mais concreto), ou seja, a parte pelo todo ('*pars pro totum*'), o todo pela parte ('*totum pro parte*'), o continente pelo conteúdo (ou ao contrário), a matéria pelo objecto, etc. A linguagem coloquial privilegia alguns tipos de sinédoques, como, por exemplo, o frequente emprego da marca de um produto em substituição de todos os produtos da mesma marca, ou, inclusive, de produtos de mesmo género, mas de marca diferente, como, por exemplo, em '*bebi uma imperial*' (= '*bebi uma cerveja de marca Imperial (servida à pressão)*') e, por extensão, '*bebi uma cerveja (de uma outra marca) de pressão*'). Verifique-se que se trata de um fenómeno de neologia muito poderoso, que pode, inclusive, dar origem a uma mudança de classe de palavra, como, em Inglês, no caso de '*hoover*' (= '*aspirador*', nome vindo de marca de aspiradores *Hoover*) e '*to hoover*' (= '*aspirar*'). Repare-se no carácter internacional deste tipo de neologia: enquanto em Inglês a marca escolhida neste processo era a *Hoover*, tanto em Português como em Polaco, por exemplo, "a sorte coube" à marca *Electrolux*. (Nota-se no entanto, ambos estes usos parecem, agora, relativamente datados).

Repare-se, também, no carácter comum das sinédoques locativas, em que um lugar substitui o objecto localizado, como, por exemplo, em '*Portugal está de luto*' (= '*todos os habitantes de Portugal estão de luto*'). Comparem-se os casos, em que o estabelecimento onde se exerce uma actividade pode ser substituído pelo nome do profissional que nele trabalha, como em '*o livro está no encadernador*' (= '*o livro está na loja do encadernador*', '*o livro está a encadernar*') ou, então, os exemplos, em que o local é substituído pelo nome (e/ ou pelo termo de parentesco ou relacionamento deste com o locutor) do seu proprietário, como em '*deixei o livro na tia Ana*', (= '*deixei o livro em casa da tia Ana*'). Em vez de '*casa*' pode tratar-se, eventualmente, de uma interpretação que permite pensar num outro local de localização habitual como, por exemplo, o escritório, a loja, etc.

A metonímia, constituída por *elipse*, parece funcionar como uma forma de abreviatura, tirando partido da redundância e decorrendo do princípio do menor esforço. Pelo contrário, a metáfora – sobretudo quando ainda não é "cristalizada" numa expressão feita – tem um potencial criativo de um desafio à redundância. Assim, por exemplo, as metáforas '*as asas da chávêna*' e

'as asas da liberdade, da vitória ou do desejo' não têm o mesmo valor expressivo, sendo a primeira obrigatória, em Português – dado que noutras línguas as chávenas não têm obrigatoriamente 'asas', mas, por exemplo, 'pegas', como em Inglês, ou 'orelhinhas', como em Polaco –, e as outras livres, podendo surgir noutras línguas naturais. **Nas metáforas livres**, dá-se a substituição de um significante por outro, por aproximação simbólica ou expressiva, permanecendo o significado o mesmo. Para se conseguir o efeito pretendido, é necessário que os locutores tenham consciência da existência de um elemento novo, "desviante" em relação à norma, e apreciem a sua *intenção*, poética ou lúdica. A metáfora livre ocorre na produção linguística, passando para o sistema, se ou quando cristalizar. As metáforas obrigatórias, pelo contrário, fazem parte do sistema. Neste caso um significante sofre uma extensão do significado para responder a novas ou alteradas necessidades de comunicação, sendo o carácter desta extensão dependente da língua natural e podendo variar de uma língua para outra.

É interessante verificar que nem sempre é fácil distinguir entre uma metáfora e uma metonímia, havendo casos de empregos derivados que apresentam características "cruzadas" de ambos os fenómenos. Repare-se, por exemplo, no caso fortemente polissémico de '**linha**', em Português, com cerca de uma vintena de significados. Se falarmos de uma disposição espacial em linha (linear), isto é, de um alinhamento, verificamos que este sentido resulta, por um lado, de uma metáfora – em que, por exemplo, uma ordenação militar é interpretada como um traço contínuo desenhado numa folha de papel – e, por outro, de uma metonímia, em que, por contiguidade, se estabelece uma relação entre os elementos organizados espacialmente e a ordem pretendida, tratando-se de metonímia de tipo causa – efeito.

Observe-se, agora, a metáfora obrigatória de '**asa**', já acima referida, muito comum em várias línguas europeias, em que o sentido primeiro da '*asa do pássaro*' deu origem a um sentido derivado. Enquanto em muitos idiomas existem, por exemplo, as '*asas do avião*', o que nos faz pensar numa metáfora muito generalizada, outras há que não têm uso geral, incidindo só em casos pontuais. Assim, em Inglês (Britânico) e em Francês, existem as '*asas do carro*' na designação do *guarda-lamas* – '*the wings of a motor-vehicle*' ou '*les ailes de la voiture*', respectivamente. A expressão as '*asas do moinho*' existe como metáfora obrigatória, por exemplo, em Francês – '*les ailes du moulin*', e em Polaco – '*skrzydła wiatraka*', sendo, em Português, formalmente existente e dicionarizada, mas de emprego pouco comum e de reconhecimento marginal. No caso das '*asas (asinhas) do nariz*', isto é as partes laterais inferiores que ladeiam as narinas, trata-se de uma metáfora obrigatória em Francês – '*les ailes*'

du nez – ou em Polaco, *'skrzydelka nosa'*, e possível em Português. Existem, igualmente, fragmentos da realidade que umas línguas chegam a **lexicalizar** e outras não. Assim, por exemplo, o Português refere-se à parte superior da orelha como a uma *'asa da orelha'*, criando uma metáfora obrigatória lusa, desconhecida, por exemplo, em Polaco.

No processo de metaforização, umas línguas servem-se do objecto-suporte a que se referem, outras apontam para o objectivo que se propõem alcançar, enquanto outras, ainda, evocam imagens simbólicas. Assim, por exemplo, enquanto as crianças portuguesas que não sabem nadar colocam nos braços as *'braçadeiras'* para se manterem à superfície da água e as americanas põem os *'floaties'* que lhes permitem 'flutuar' (ing. *'float'*), as polacas usam *'skrzydelka'*, isto é, as *'asinhas'*. Muitas línguas - como, por exemplo, o Inglês, o Francês ou o Polaco – utilizam a metáfora da *asa* na designação dos flancos (partes laterais) de grandes edifícios ou organizações; temos, assim as asas de castelos, igrejas ou hospitais, as asas do exército, dos partidos políticos, das multidões e, até, dos pensos higiénicos (*'wings'*, *'ailes'* e *'skrzydla/ skrzydelka'*, respectivamente). Em todos estes casos, o Português lexicaliza esta metáfora como *'ala'* - *'a ala da igreja'*, *'a ala do partido/ exército'*, etc., embora, também aceite, pontualmente, o emprego de *'asa'* em vez de *'ala'*.

Uma parte substancial das metáforas obrigatórias comumente utilizadas constrói-se como emprego derivado das partes do corpo, especialmente na linguagem coloquial de várias línguas. Observem-se, aqui, os exemplos da *'perna da mesa'*, do *'braço do sofá'* ou dos *'pés da cama'*. São, igualmente, frequentes as metáforas ligadas ao mar e à navegação, especialmente quando a tradição marítima tem importância cultural, como no caso português, o que acontece, de um modo análogo, por exemplo, em Inglês. Repare-se, assim, nas seguintes metáforas portuguesas: *'abordar uma questão'*, *'andar a vapor'*, *'uma tempestade num copo de água'*, *'os escolhos a evitar'*, etc. Em Português existem, no entanto, metáforas agrícolas que se referem ao mar – lembrando que a herança portuguesa é tanto marítima como agrícola – como, p. ex., *sulcar o mar*.

A lexicalização das expressões pode ser considerada como terminada a partir do momento em que a substituição da palavra figurada por um sinónimo ou um quase-sinónimo choca ou faz rir, o que constitui uma fonte de humor – tanto voluntário (nas anedotas ou jogos de palavras) como involuntário (nas produções das crianças ou dos estrangeiros) – quando em vez de, por exemplo, *'matar o tempo'* alguém se lembra de dizer ***'assassinar o tempo'***.

Uma consequência interessante dos mecanismos de encadeamento de sentidos é o facto de raramente se encontrarem, em duas línguas diferentes, palavras cujos campos semânticos se recubram com exactidão. Cada língua joga autonomamente com as figuras, e é por meio desse mecanismo que reajusta a sua conceptualização do mundo, como, aliás, o mostram os exemplos aqui discutidos. As figuras obrigatórias *lexicalizadas* são as grandes responsáveis pela *polissemia* (Taylor, 1989: 99-121, cap. 6, «Polysemy and meaning chain»). É, precisamente, como uma figura linguística, caracterizada e utilizada em oposição à metonímia, que a metáfora surge na classificação das afasias proposta por Roman Jakobson (R. Jakobson & M. Hale (1956), *Fundamentals of Language*.) A língua é aí estudada do ponto de vista do processo de comunicação, pressupondo um código comum existente entre o emissor e o receptor, que abrange unidades de nível, qualitativa e estruturalmente diferentes umas das outras, tanto no eixo sintagmático como no eixo paradigmático. Retomando esta dicotomia fundamental dos eixos do funcionamento linguístico, R. Jakobson define dois pólos opostos de afasias: por um lado as perturbações de relações de contiguidade e, por outro, as perturbações de relações de semelhança. Entre estes dois pólos agrupam-se todos os tipos existentes de afasias. No primeiro caso, o afásico apresenta dificuldades na constituição de frases. A sua fala caracteriza-se por agramatismos e estilo telegráfico. Existem perturbações ao nível metonímico, enquanto o aparecimento das metáforas se encontra intacto. No caso das perturbações das relações de semelhança verificam-se distúrbios ao nível da selecção de unidades no discurso, ao nível do estabelecimento de equivalências entre os sinónimos, nas perífrases, definição, assim como no emprego metalinguístico da linguagem e nas traduções de uma língua para a outra. O discurso do doente mantém as relações de contiguidade e, por conseguinte, o emprego das metonímias, enquanto o processo metafórico se encontra claramente perturbado.

Em 1963, R. Jakobson redefine a classificação das afasias, baseando-se sobretudo na classificação neuropsicológica de A. R. Luria (1962), estabelecendo três dicotomias fundamentais (em vez de duas) mas também neste caso toma por base a sua classificação linguística anterior, assim como a oposição linguística estrutural entre a metáfora e a metonímia.

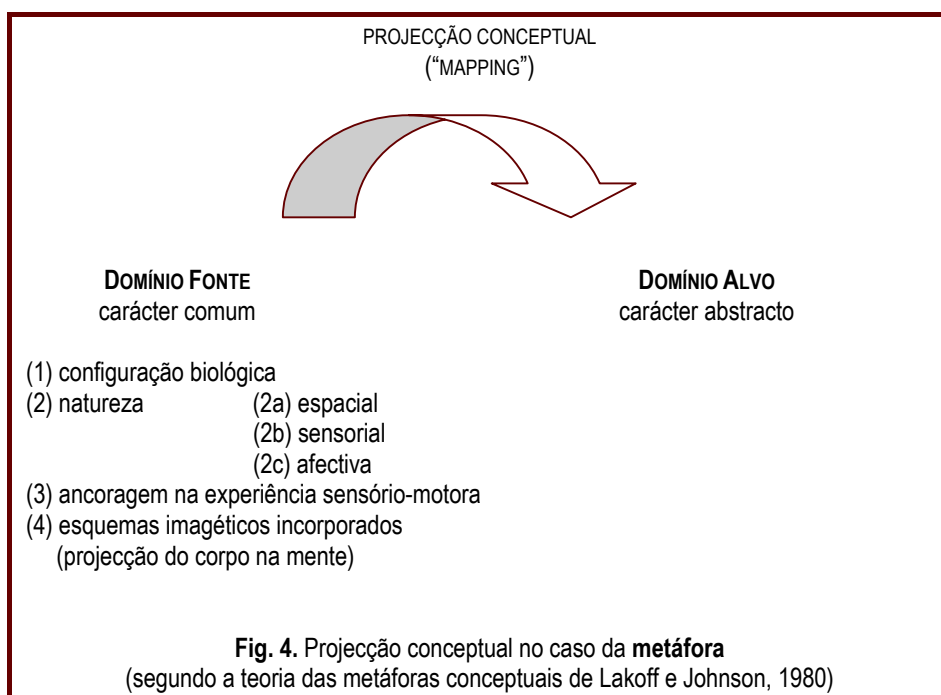
Em Linguística Cognitiva, [a metáfora](#) e a metonímia – que, tradicionalmente, foram encaradas pela Retórica como figuras de estilo – são definidas como **operações intelectuais com valor cognitivo próprio**.

Em 1980, Lakoff e Johnson lançam uma nova [teoria das metáforas conceptuais](#), segundo a qual a metáfora é um fenómeno cognitivo, que consiste na **conceptualização de um domínio mental (Domínio Alvo) através de outro (Domínio Fonte)**.

As expressões metafóricas são entendidas como expressões linguísticas através das quais se manifesta a conceptualização metafórica subjacente e que são por ela sancionadas.

A **conceptualização metafórica** tem **base experiencial**, ou seja, assenta nas nossas experiências enquanto organismos dotados de uma certa **configuração biológica** e em associação e interacção sistemática de **natureza espacial, sensorial e afectiva**, sempre **culturalmente ancorada**. O processo metafórico é, por conseguinte, entendido como sendo ancorado (“grounded”) na experiência sensório-motora, utilizando esquemas imagéticos incorporados (“embodied”), em que o corpo se projecta na mente. A partir do Domínio Fonte da experiência comum quotidiana é efectuado o **processo de transferência ou projecção conceptual (“mapping”)** na direcção do Domínio Alvo de carácter mais abstracto.

Na sequência de Lakoff & Johnson (1980), os estudos de Linguística Cognitiva focalizam [a metáfora e a metonímia convencionalizadas](#), na medida em que são estas as que mais informação trazem sobre o sistema conceptual humano.



³ PARA SABER MAIS, consulte, em Português, p. ex. Silva (2003) e Amaral (2001).

Segundo os cognitivistas, **o significado não se baseia na referencialidade do real, mas na experiência humana do mundo exterior**. O mundo real influencia de facto a nossa vida mas apenas no modo como delimita o nosso sistema cognitivo. No entanto, este papel é desempenhado apenas pela **nossa experiência** que, por um lado, **varia conforme a cultura** e, por outro, **permite a interpretação de uma experiência em termos de outras, o que constrói significados metafóricos**. As partes da realidade incompreensível e desconhecida são descobertas e ordenadas através da **metáfora**. Ao utilizar expressões como '*O João ficou cabisbaixo*' ou '*O João está numa fossa*' o falante transfere a experiência de uma forma de vida para a outra – de uma situação física de posição espacial inferior à considerada média ou neutral para uma situação psíquica de sentimentos considerados inferiores num espaço das relações humanas – o que constitui prova da capacidade criativa da função das metáforas linguísticas cujo objectivo é alargar as fronteiras das categorias conceptuais e, por conseguinte, conduzir ao alargamento do significado.

Verifique-se que a investigação de Lakoff e Johnson (1980) foca a língua comum no seu emprego diário e não a língua poética, artificialmente criada para fins estéticos, que tradicionalmente tem sido o campo e objecto principal de estudos dedicados à metáfora. Dada a sua indissociabilidade da vida quotidiana, podemos constatar que estas metáforas convencionalizadas caracterizam os seus utilizadores de uma maneira igualmente pormenorizada, tais como as metáforas não-convencionais, fruto de trabalho estético, caracterizam os artistas que as inventam. A simples escolha de metáforas utilizadas no dia-a-dia caracteriza-nos suficientemente, já que de entre muitas escolhemos apenas aquelas que correspondem da melhor maneira às nossas ideias e à nossa maneira de viver. A metáfora é onnipresente, o que torna, de facto, impossível exprimirmo-nos numa língua viva sem nos servirmos dela.

Um grupo considerável de metáforas estudadas por Lakoff e Johnson (1980) é constituído por metáforas espaciais, definidas como **orientacionais**, por se basearem nas noções básicas de orientação espacial: *cima/ baixo, frente/ trás, esquerda/ direita*. Transferindo a experiência espacial física – por exemplo, de orientação *cima/ baixo* ("up/ down") para uma outra área de experiência – tal como emocional ou intelectual –, reparamos como uma série de metáforas a funcionar por pares de significados opostos, e em que a metáfora é baseada na noção de *superioridade* (= *em cima*) recebe uma conotação positiva, enquanto a oposta, veicula uma conotação de inferioridade (= *em baixo*), negativa.

Segundo esta conceptualização, a felicidade, a saúde, o poder, o controlo, assim como tudo o que é **mais, melhor e racional**, tem localização ou orientação superior e, por conseguinte, é merecedor de avaliação positiva. Pelo contrário, a tristeza, o desequilíbrio (físico e psíquico), a morte, assim como o que é *menos, pior e emocional* tem localização inferior e, sendo por isso avaliado negativamente. De acordo com os casos seguintes, avaliamos a nossa experiência como positiva quando *estamos nas nuvens* ou *no céu* (localização superior), *subimos na carreira* ou *temos uma carreira ascendente* (orientação espacial: *para cima*), quando conseguimos *levantar a cabeça* ou algum acontecimento nos *faz levantar o ânimo* (orientação: *para cima*). Pelo contrário, a avaliação da experiência é negativa quando *caímos em desgraça*, *ficamos cabisbaixos* e *baixamos os braços* (orientação espacial: *para baixo*) ou *estamos na/ numa fossa* (posição espacial de inferioridade).

O mesmo tipo de oposição – conotação positiva *versus* conotação negativa – existe, igualmente, nos pares de metáforas *dentro de/ fora de*, *à direita/ à esquerda*. Assim, o que é positivo, socialmente aceite e aconselhado tem a orientação *para cima*, *à direita* e *para dentro*, enquanto a orientação *para baixo*, *para fora* e *para a esquerda* constitui um comportamento reprovável que visa a marginalização ou a exclusão do indivíduo da sociedade. Na sociedade ocidental, as línguas particulares veiculam, igualmente, este tipo de metáforas, como, por exemplo, nos seguintes exemplos portugueses: '*estou na/ numa fossa*' (= em baixo, frustrado, numa crise), '*um rapaz às direitas*' (= correcto, como deve ser) e em oposição a um '*indivíduo sinistro*' (= mau, de mau carácter), assim como no estrangeirismo sintagmático coloquial: '*este livro está muito in*' (= avaliado positivamente, exemplar a ser seguido, na moda).

Observe-se que, na metáfora – *Mais é para cima* ("More is up") (Taylor, 1989: 138) a associação entre a quantidade e a extensão vertical é feita por metonímia. O relacionamento verificado baseia-se na contiguidade ([relação metonímica](#)): à medida que vamos empilhando os objectos, isto é, juntando cada vez *mais*, a pilha vai ficando cada vez mais *alta*. Assim, o crescimento em quantidade traduz-se no crescimento em altura, como no caso da *acumulação* (= *mais* em quantidade) dos bens, dos conhecimentos, das influências, etc. que condicionam a ascensão social (= *mais* na subida hierárquica). Esta observação de que um relacionamento por metonímia pode estar na base do processo da metaforização constitui uma premissa que tem sido defendida por vários autores, tais como Eco (1979) e Skinner (1957).

Nem sempre é fácil discernir os processos metonímicos dos metafóricos e optar por apenas um tipo de processos na explicação dos fenómenos da conceptualização. Um dos casos

típicos é o da génese do caso da gramaticalização dos tempos futuros com 'ir' (Lima, 1999, 2001). O tipo de metonímia utilizado, neste caso, é *uma contiguidade das construções no discurso* (Lima, 2001: 123), enquanto a metonímia no seu sentido mais lato tem a ver com a contiguidade dos referentes no mundo. A metonímia, no caso do Inglês, fica a dever-se à contiguidade, numa série de frases, da construção '*be going*' e de um sintagma iniciado por '*to*' com valor final, enquanto, em Português, o mesmo acontece com uma construção sintáctica composta pelo verbo '*ir*' e uma oração infinitiva final.

Se, seguindo os passos de Whorf, concluirmos que por trás de uma língua natural está uma organização conceptual característica desta língua concreta, estudar o léxico será, no fundo, estudar os processos de metaforização típicos desta língua, assim como o seu funcionamento e a sua hierarquização.

Ao articular ideias e construir realidades novas, a metáfora constitui uma ponte entre o conhecido e o desconhecido, fornecendo pontos de vista alternativos na abordagem do já conhecido. Esta capacidade alternativa constitui o aspecto central do pensamento e dos conhecimentos humanos. Em oposição ao ponto de vista positivista, em que a realidade pretende surgir descrita com precisão, clareza e linearidade, e sem ambiguidades, o relativismo defende a cognição como resultante da construção mental. O conhecimento da realidade, conseguido por via da percepção, linguagem ou memória resulta da necessidade de ir além da informação prestada. Assim, o mundo objectivo não nos surge directamente acessível, produto de uma análise referencial, mas constrói-se, fruto da interacção e da interpenetração do conhecimento e da linguagem humanos.

Sobre este fundo estrutural de análise metafórica surge a grande novidade da linguística cognitiva: tratar a metaforização como um processo básico da nossa conceptualização, conforme defendem George Lakoff e Mark Johnson (1980) no estudo *Metaphors we live by*. Lakoff e Johnson desenvolvem um ponto de vista, segundo o qual a metáfora não é, apenas, um ornamento estilístico ou retórico, mas, pelo contrário, constitui um fenómeno central do funcionamento humano, que sem ser unicamente linguístico define a nossa maneira de conceber, de pensar e de actuar que chega ao ponto de dirigir a nossa vida e, mesmo, de a moldar. Assim, o nosso pensamento é predominantemente metafórico por operar nos conceitos, também eles metafóricos, sistematicamente organizados e reflectidos na língua de uma maneira coerente. O estudo da linguagem torna-se, assim, uma fonte importante do conhecimento sobre o carácter deste sistema (Black, 1962).

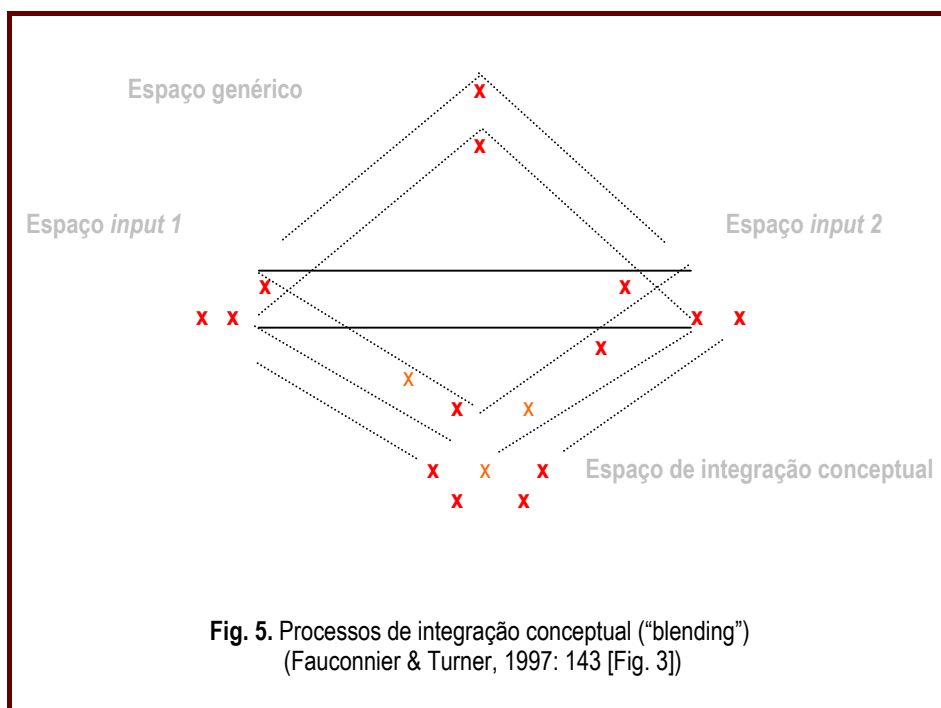
Nos últimos dez anos, a teoria da metáfora conceptual tem sido acompanhada pela teoria da integração conceptual (ou a teoria da mesclagem – “*blending theory*”), na versão original de Fauconnier e Turner (1997). Segundo os proponentes, o que caracteriza a metáfora não é o processo de transferência, mas a **construção** ou **activação** dos dois espaços (intermédios) – o espaço genérico e o espaço integrado – responsáveis pela inovação conceptual, além dos dois espaços *input*. Assim, a metáfora é definida como resultado de um processo cognitivo que decorre da projectção entre (quatro) espaços mentais.

Na teoria de integração conceptual, as unidades básicas da organização cognitiva são os espaços mentais, que dependem dos domínios cognitivos. Eles são construídos no discurso e representam cenários estruturados por diferentes domínios cognitivos.

Partindo do modelo básico de integração conceptual, Brandt (2002) propõe um desenvolvimento que é **um modelo de redes de espaços mentais** (“*mental space network*”) no qual, em vez de quatro espaços propostos por Fauconnier & Turner (1997), se sugere existência de seis espaços mentais (cf. Abrantes, 2002: 182-183).

⁴ PARA SABER MAIS:

Seguindo um caminho análogo, Isabel Hub Faria (1986) faz uma abordagem da metáfora que vai além do puramente linguístico. **Num estudo de cariz sociolinguístico com orientação para o significado**, a metáfora, ao relacionar-se com a produção, surge como uma marca do discurso masculino, enquanto a metonímia relacionada com a reprodução constitui uma marca do discurso feminino. O processo metonímico, introduzido pela inferência e resultando da selecção entre relações de associação, baseia-se em valores comuns, socializados e como tal depende da manutenção cultural das relações do sentido. No caso do processo metafórico, em que as regras de relacionamento são as de substituição de uma primeira relação entre o significante e o significado por uma outra relação entre o mesmo significante e um outro significado, não se trata de associação, como no caso da metonímia, mas sim, da pressuposição. Esta operação constitui condição necessária, mas não suficiente, para garantir a verdade da metáfora. No entanto, uma vez quebrada ou posta em questão, não modifica o valor de verdade do significado que pressupõe. No caso da metonímia, na quebra da manutenção das relações do sentido, e, ao contrário do que acontece no caso da metáfora, o processo apresenta-se desconexo. Verificamos, assim, que por detrás das estruturas de sentido existem mecanismos e percursos semânticos diferenciados – os da produção no caso da metáfora, e os da reprodução no caso da metonímia: «Uma operação de pressuposição assegura, pelo menos aparentemente, conexões entre significantes. No caso da inferência, é a existência de uma relação entre significados que é necessário assegurar. Se esta relação não existir, o discurso metonímico pode parecer absurdo, sem sentido. A metáfora, pelo contrário, produz sempre sentido porque não depende dos valores de verdade do que pressupõe» (Faria, 1986: 550).



PARA SABER MAIS⁵

⁵ PARA SABER MAIS, consulte Abrantes (2002) sobre a integração conceitual no caso de **eufemismos conceptuais**, como no exemplo 'ele deixou-nos' (no sentido de 'morreu') e no caso de **eufemismos oficiais**, como no caso de 'missão de paz' (no sentido de 'guerra'). Consulte, também, Pires (2002) para uma proposta de **estudo do desejo**, na qualidade da nossa concepção de **emoção**. Cf. Faria (1999).

Tradicionalmente, entende-se por polissemia uma «propriedade das unidades lexicais que têm vários significados relacionados de forma muito próxima. No domínio da linguística estrutural, a polissemia foi normalmente referida por oposição à homonímia em que uma mesma forma pode ter significados muito diversos e afastados entre si, mas nas mais recentes teorizações essa oposição tornou-se menos relevante.» (Xavier e Mateus (eds.), vol. II, 1992: 298).

Por homonímia entende-se a «relação existente entre unidades lexicais que têm as mesmas formas gráfica e fonética, mas significados diferentes. A homonímia compreende a homofonia, a homografia ou as duas.» (Xavier e Mateus (eds.), vol. II, 1992: 206). cf. homonímia parcial.

«Léxico mental – conjunto das entradas lexicais armazenadas na memória de longo prazo.»
(Xavier e Mateus (org.) vol. II, 1992: 226).

«Uma palavra é lexicalizada se já não pode ser formada por regras produtivas. As palavras podem ser semanticamente lexicalizadas se o seu significado deixou de ser a soma do resultado das suas partes, ou fonologicamente lexicalizadas se a sua forma não pode ser predita por processos fonológicos produtivos. Há ainda outras formas de lexicalização.» (Xavier e Mateus (eds.), vol. II, 1992: 206).

A gramaticalização constitui «Designação específica para um tipo de conversão. Este processo consiste em transformar palavras lexicais em palavras gramaticais. Em determinados estádios linguísticos, a palavra lexical e a palavra gramatical, decorrente da gramaticalização, podem coexistir. Exemplo. salvo – particípio ('o menino está salvo') e preposição ('entraram todos salvo ele').» (Xavier e Mateus (eds.), vol. II, 1992: 198).

«Provavelmente uma das primeiras razões da afirmação ou mesmo do sucesso da Linguística Cognitiva terá sido o reconhecimento explícito de um fenómeno linguístico do senso comum: o significado múltiplo das expressões linguísticas ou [polissemia](#). A partir dos trabalhos pioneiros de Langacker (p.ex. 1978), Brugman (1981), Lakoff (p. ex. 1982) e Talmy (p. ex. 1983), descrevendo estruturas altamente polissémicas, a tendência para o estabelecimento de distinções e de relações entre os usos de uma expressão tornou-se uma constante e a descrição da polissemia quase que uma obsessão, a tal ponto que se poderá perguntar o que é que resta à Linguística Cognitiva sem a polissemia.» (Silva, 2003: 14).

«Será que os vários usos de uma mesma forma lexical ou gramatical estão polissemicamente representados na mente dos falantes? Ou: as “network analyses” poderão ser tomadas como reflectindo idêntico armazenamento no léxico mental dos falantes? [...] Para começar, a instabilidade tanto sincrónica como diacrónica da polissemia é já sinal evidente de que os significados não são *objectos mentais* depositados nessa caixa misteriosa do cérebro/mente, mas *processos* ou *actos* (*actos de significação*, no sentido de Bruner 1990), subjectivamente construídos para fazerem sentido em universos do discurso intersubjectivamente partilhados, e que portanto a ‘linguagem do pensamento’ ou *mentalês*, de que fala Fodor (1976), pura e simplesmente não existe. Depois, a polissemia é um efeito cognitivo real da maneira como categorizamos o mundo, não em termos de condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes, mas segundo o princípio da prototipicidade. Terceiro, a polissemia revela-nos importantes mecanismos cognitivos e estratégias de conceptualização: imagens esquemáticas sensório-motoras, metáfora, metonímia, esquematização, subjectivação, integração conceptual, etc. E estas evidências linguísticas encontram fundamentação biológica nas teorias neurobiológicas da consciência de Edelman e Pöppel (1997) [...]. Segundo Edelman, a consciência (ou melhor, a sua evolução) envolve três diferentes níveis que emergem de uma relação dinâmica entre o cérebro e o mundo ou entre diferentes áreas do cérebro. [...]

Tudo isto explica assim a *incarnação* («embodiment») dos significados na experiência individual e corporal, colectiva e histórica, a heterogeneidade e a complexidade da categorização humana, a predisposição do cérebro para a formação de categorias (perceptivas, conceptuais e linguísticas) complexas e *polissémicas* e para a *criação* de aspectos da realidade através da metáfora, da metonímia e de outros mecanismos de imaginação.» (Silva, 2001: 162-165).

De acordo com P. Fontanier (1821/1968: 260), os tropos podem ser definidos de seguinte modo: «Les tropes, en grec *tropos* de *trepô*, tourner, sont certains sens plus ou moins différents du sens primitif qu'offrent les mots pour exprimer de nouvelles idées. Par ce changement de sens, le mot ne se trouve-t-il pas comme "tourné" d'un autre côté?» (Lievens-de Waegh, 1987: 153). «Fontanier, *op.cit.*, p. 261: **Métaphore**, en grec *metaphora*, transposition, translation, de *metapherô*, transporter, dérivé de *pherô*, porter et *meta*, au-delà. En effet, par la métaphore on transporte, pour ainsi dire, un mot d'une idée à une autre idée qui offre une ressemblance avec elle.» (Lievens-de Waegh, 1987: 166).

«Selon Fontanier (1821/1968: 261): **Métonymie**, en grec *metônumia*, changement de nom, d'*onoma*, nom, et de *meta* qui, dans la composition signifie changement. Ce trop donne à un objet le nom d'un objet différent, uni au premier par une certaine correspondance.» (Lievens-de Waegh, 1987: 155).

«An example of a compound lexeme based on metonymy is '*red cap*', which in American English denotes a porter and in British English a military policeman (in each case for obvious reasons). Once again, this is not fully endocentric, since its syntactic distribution is different from that of '*cap*' (cf. *The red cap who was on duty last night got drunk*) [...]. In what follows we will use the term 'metaphor' to include metonymy.» (Lyons, 1977: 548).

O exemplo típico de "desconstrução" das metáforas cristalizadas (como do processo contrário à [lexicalização](#)) e, por conseguinte, do humor linguístico ímpar é a *Alice no país das maravilhas*. Numa das cenas do livro, a expressão congelada '*matar o tempo*', que já não é percebida como figura, é tomada no seu sentido literal. Como '*matar*' implica um complemento animado, o Tempo torna-se um personagem animado, um personagem cuja existência é tornada necessária pelas obrigações semânticas do verbo '*matar*', que se pode, então, substituir por '*assassinar*'. No mundo da "desconstrução" do que de cristalizado se encontra na linguagem, a Rainha grita, então: "Ele está a assassinar o Tempo! Cortem-lhe a cabeça." (Carroll, 1865/ 1977: 80).

«The cognitive paradigm sees [metaphor](#) as a means whereby ever more abstract and intangible areas of experience can be conceptualized in terms of the familiar and concrete. Metaphor is thus motivated by a search for understanding. It is characterized, not by a violation of selection restrictions, but by a conceptualization of one cognitive domain in terms of components more usually associated with another cognitive domain.» (Taylor, 1989: 132-133).

«What, then, is a metaphor? It might be easy to agree on functional definitions like "A *metaphor* is that which allows us to replace one kind of thought with another". But when we ask for a structural definition of "metaphor", we find no unity, only an endless variety of processes and strategies. Some are simple, as when we make an analogy by stripping away so many details that two different objects seem the same. But other forms of metaphor are as complex as can be. In the end there is little to gain by cloaking them all under the same name "metaphor", because there isn't any boundary between metaphorical thought and ordinary thought. No two things or mental states ever are identical, so every psychological process must employ one means or another to induce the illusion of sameness. Every thought is to some degree a metaphor.

Once scientists like Volta and Ampere discovered how to represent electricity in terms of the pressures and flows of fluids, they could transport much of what they already knew about fluids to the domains of electricity. Good metaphors are useful because they transport unframes, intact, from one world into another. Such cross-realm correspondences can enable us to transport entire families of problems into other realms, in which we can apply to them some already well-developed skills. However, such correspondences are hard to find since most reformulations merely transform the unframes of one realm into disorderly accumulations in the other realm.» (Minsky, 1985: 299).

«**Metaphor** has always been something of an embarrassment to generative linguistics. The source of the problem lies in the view that the meanings of words can be represented as bundles of necessary and sufficient features. Meanings, on this approach, emerge as entities with clear-cut boundaries. The possibility of combining words into phrases is then a question of the compatibility of the feature specifications of the component forms, compatibility being formalized in terms of selection restrictions. Again the acceptability of word combinations is a clear-cut matter: either the feature specifications are compatible, or they are not. Within this tradition, the essence of metaphor is captured by the notion of a violation of a selection restriction. The approach taken by Botha (1968) with regard to these violations is representative of a whole generation of linguists. Botha distinguished between novel, creative metaphors, and established, or dead metaphors. [...]. The view that metaphor lies outside the study of linguistic competence proper underlies Searle's (1979) well-known account. [...]. Searle's account presupposes a distinction between semantics and pragmatics, the former having to do with literal, or purely linguistic meaning, the latter with the context-dependent construal of intended meaning. [...]. A devastating criticism of Searle's account of metaphor may be found in Cooper (1986, 68 ff).» (Taylor, 1989: 131-132).

«A metáfora convencionalizada é a que os falantes são capazes de utilizar sem terem (ou sem precisarem de ter) consciência da sua natureza metafórica, isto é, sem terem que activamente construir o domínio-alvo em termos do domínio-origem. Por exemplo, quando dizemos chegar a uma conclusão não temos que activamente construir o raciocínio em termos de viagem. Naturalmente que qualquer falante poderá (re)activar esta projecção e tomar, assim, consciência da natureza desta metáfora. É esta a impressão de 'coisa óbvia!', quando tomamos consciência da natureza metafórica da maior parte das metáforas convencionais. Não de todas, porque algumas estão tão convencionalizadas que o seu domínio-origem é inerte, já não pode ser mentalmente activado e o conhecimento que dele podemos tomar, por via etimológica e diacrónica, equivale simplesmente a uma descoberta. Por exemplo, o verbo *espalhar*, cujo significado primitivo, hoje desaparecido, era 'separar a palha (dos cereais)'. A convencionalização é um processo social de aceitação de um novo sentido de um novo termo por parte de uma comunidade linguística. Este processo gradual e contínuo estabelece-se através do uso constante da expressão e compreende o que Langacker (1987) denomina *incrustamento* ("entrenchment") de traços comuns recorrentes em "eventos de uso", isto é, no próprio discurso. Este processo de rotinização cognitiva implica uma esquematização ou abstracção reforçando estes traços recorrentes e "cancelando" os não recorrentes, o que semanticamente traz consigo uma descontextualização.» (Silva, 2003: 63-64).

«Esta característica da conceptualização metafórica é particularmente evidente na **interpretação dos provérbios**, que serviu de base ao estudo de Lakoff e Turner. Segundo os autores, **os provérbios fornecem instruções gerais sobre a natureza humana** através de situações menos gerais, que denominam "estruturas de conhecimento específico". Note-se que os provérbios são enunciados que se caracterizam semanticamente por **um tipo de referência sempre genérico** (situações-tipo), que autoriza simultaneamente a remissão para **um nível de maior abstracção**, que estabelece os limites da interpretação e da aplicação do provérbio, e para **níveis específicos**, situações particulares.» (Amaral, 2001: 255; cf. Lakoff & Turner, 1989: 162-163).

«Happy is up, sad is down;- Health and life are up, sickness and death are down;- Having control (force) is up, being subject to control (force) is down;- More is up, less is down;- Good is up, bad is down;- Rational is up, emotional is down; etc.» (Lakoff & Johnson, 1980).

«It is tempting to see all [metaphorical associations](#) as being grounded in metonymy. This view has been shared by scholars as diverse as Eco and Skinner. Eco (1979, 77) surmises that all associations are first grasped 'as contiguity internal to semantic fields', while Skinner (1957) postulated that verbal responses generalize from the stimulus to salient attributes of the stimulus, and to entities that are contiguous to the stimulus» (Taylor, 1989: 138-139). (Cf. os estudos de Barcelona, 2002).

«Uma das questões sempre presente, e mais premente ainda no domínio do texto literário, é saber se se está ou não perante uma metáfora ou uma metonímia num determinado fragmento textual. Barcelona (2002) sugere alguns passos de identificação/ explicação da metáfora no texto, ilustrando-os com a análise de uma passagem de "Romeu e Julieta". Primeiro, verificar os domínios interligados pela projecção metafórica em termos precisos. aqui, convirá procurar expressões convencionais adicionais, procurar evidência semântica/ pragmática adicional, identificar o padrão metafórico e, finalmente, descreveu o funcionamento da metáfora no contexto em causa.» (Silva, 2003: 62).

«[...] sobre a questão “metáfora vs. metonímia” na [génese do futuro com *ir*](#), pensamos que [...] se pode inferir a plausibilidade da hipótese aqui defendida de que estamos perante **um processo misto com predominância metonímica**. Por um lado, o facto de o ponto de partida nesta evolução ser uma construção sintáctica com dois termos (*ir* como verbo de movimento + oração infinitiva final) cuja contiguidade faz irromper pragmaticamente o traço “futuro”, torna razoável a hipótese de **um processo metonímico**, em tudo semelhante ao inglês, estudado por Traugott. Este processo constituiria a espinha dorsal da evolução. Por outro lado, contudo, os casos encontrados em português, em que *ir* ocorre com sujeitos não humanos aos quais é atribuído movimento, deixam pensar que estas **construções metafóricas** devem ter exercido influência apreciável na modificação dos padrões de distribuição de *ir* que levou à função de auxiliar de futuro.» (Lima, 2001: 141).

«A ideia nova e central é a de que na projectação conceptual, tal como decorre no discurso, os domínios origem e alvo (*ou espaços input*) são projectados num *espaço de integração* (“blend”), cuja estrutura conceptual não deriva inteiramente dos espaços *input*. Não estamos, pois, perante uma nova teoria específica da metáfora, mas uma teoria dos mecanismos de integração (e inovação) conceptual que ocorrem no discurso e que se aplicam a uma vasta diversidade de fenómenos, entre os quais estão a categorização, as interferências, a metáfora e a metonímia, a ironia, processos e mecanismos discursivos, construções sintácticas, morfo-sintácticas e fonológicas. Como os proponentes asseguram, **a teoria de integração conceptual** não é compatível com a da metáfora conceptual de Lakoff e Johnson; as duas abordagens são, antes, complementares [...]» (Silva, 2003: 55).

«**Mental spaces** are small conceptual pickets structures as we think and talkm for purposes of local understanding and action. Mental spaces are very partial assemblies containing elements and structured by frames and cognitive models. They are interconnected, and can be modiefied as thoughtr and discourse unfold» (Fauconnier & Turner, 1997: 9).

«**A mental space** is built in part by recruting structure from (possibly many) conceptual domains and from local context» (Fauconnier & Turner, 1997: 41).

«**Um exemplo ilustrativo** do processo de integração conceptual e ao mesmo tempo do alcance explicativo desta teoria em relação à metáfora encontra-se na expressão metafórica **o cirurgião é um carnicheiro**. Será que a teoria da metáfora conceptual explica bem esta metáfora? Em termos da teoria lakoviana, temos aqui uma projecção do domínio-origem do açougue para o domínio alvo da cirurgia, envolvendo uma série de correspondências: carnicheiro → cirurgião, animal (vaca) → ser humano, mercadoria → doente, cutelo → bisturi, etc. mas esta análise parece não poder explicar o elemento crucial desta metáfora: a 'incompetência' do cirurgião (é esta a interpretação mais normal da expressão em causa). Esta noção não é projectada do domínio-origem para o domínio-alvo, já que um talhante, embora com menos prestígio social do que um cirurgião, é suposto que também seja competente no que faz e merece igualmente reconhecimento por isso. Esta avaliação negativa deriva, antes, da incongruência da combinação entre o tipo de coisas que um cirurgião faz com o tipo de coisas que um talhante faz, apesar de entre as duas actividades poder reconhecer-se algo em comum.» (Silva, 2003: 58) (cf. Grady, Oakley & Coulson, 1999: 105)

3.2. Cognição, cultura e primitivos linguísticos

Dentro de várias tendências que se perspectivam na área da Linguagem e do Conhecimento, periféricas em relação à Linguística Cognitiva entendida no seu sentido nuclear, destacam-se os estudos desenvolvidos por Anna Wierzbicka, na linha de pensamento iniciada pelo racionalismo do séc. XVII – Leibniz, Descartes e Pascal – preocupado com a procura dos universais da nossa mente. Leibniz (1705/ 1980) acredita, por exemplo, que todo o ser humano nasce com uma série de conceitos inatos, que existem latentes ao longo da nossa vida e podem ser activados e desenvolvidos pela experiência. Os conceitos inatos com que nascemos são de tal maneira claros que toda a nossa experiência é interpretada através deles. Leibniz considera estas ideias de base como átomos do pensamento e chama-lhes **"o alfabeto do pensamento humano"**. Acredita que "o alfabeto" se encontra na base de todo o pensamento complexo que, por sua vez, não é mais do que a combinação destas ideias básicas.

Este "alfabeto" é traduzido por Wierzbicka, primeiro para uma *"lingua mentalis"* (1980), isto é, um conjunto de elementos indefiníveis, que constituem a base do nosso pensamento e asseguram a tradutibilidade de diversos conceitos subjacentes a línguas naturais, para, depois (Wierzbicka, 1985 e ss.), formar um conjunto de conceitos básicos da mente humana, igualmente indefiníveis e universais. Assim, os átomos do "alfabeto" do pensamento, que constituem peças básicas para a construção de conceitos mais complexos e elaborados, são entendidos como **protótipos** – conceitos elementares, universais e indefiníveis – que remetem para o conhecimento imediato, e que constituem alicerces do pensamento de que dispõe a mente humana e, por conseguinte, da língua em que se exprime e da cultura em que se realiza.

A referência conversacional às partes do corpo do alocutário é extremamente comum na linguagem humana e característica de várias culturas, sobretudo daquelas em que a cortesia, o enaltecimento do outro em relação ao próprio, faz parte de uma certa herança cultural. No caso polaco, por exemplo, a tradicional e profundamente enraizada e formalizada cortesia dos homens em relação às mulheres (simbolizada pelo habitual "beija-mão"), tanto no convívio social diário como em algumas fórmulas tradicionais de boa educação, só nas últimas décadas tem vindo a desaparecer. Antes da Segunda Grande Guerra, no entanto, era comum ouvir um polaco

cumprimentar uma mulher com expressões como: '*padam do nozek*' ('*atiro-me aos (seus) pezinhos*'), '*raczki caluje*' ('*beijo as (suas) mãozinhas*') ou '*nisko sie klaniam*' (à letra: '*faço uma vénia baixa*'). Repare-se que a imagem que subjaz a cada uma destas expressões é a de um homem curvado, que baixa, intencionalmente, a parte do corpo mais digna – a cabeça – até ao nível, presumivelmente menos digno, das mãos ou dos pés de uma mulher. Verifiquem-se, a este respeito, os aparentemente inesperados paralelismos com a [cultura tailandesa](#).

Apesar da evidência linguística do papel do corpo humano na conceptualização do mundo, ela não pode assumir, segundo Wierzbicka, características universais, dada a grande variedade na sua realização pragmática. Para esta linguista [os conceitos humanos universais](#) não se encontram no mundo que nos rodeia em todas as suas variedades, mas existem na nossa mente.

A investigação conducente ao estabelecimento de [uma listagem dos primitivos](#) constitui para Wierzbicka uma chave para a investigação linguística.

Os critérios utilizados por Wierzbicka (1992, 11-13) na definição do conjunto inato dos [conceitos universais humanos](#) são basicamente cinco, sendo os três primeiros provenientes directamente dos ensinamentos de Descartes e de Leibniz.

O estudo apresentado em 1992 por Wierzbicka, constitui uma proposta concreta para evidenciar as **configurações culturais** veiculadas por línguas diferentes em função dos conceitos básicos ('*universal human concepts in culture-specific configurations*'). Com evidência linguística principalmente no Russo, no Inglês, no Polaco e em algumas das línguas indígenas australianas, e com mais dados provenientes de meia dúzia de outras línguas (por exemplo Francês, Castelhana e Alemão), Wierzbicka analisa emoções, conceitos morais, nomes próprios e formas de tratamento, assim como termos de parentesco em função do conjunto pré-estabelecido de conceitos primitivos.

Esta análise constitui uma proposta de investigação cultural com metodologia interdisciplinar, fortemente enraizada na cognição e na linguagem. Ao utilizar *corpora* linguísticos (principalmente escritos: textos de ficção, de análise histórica e sócio-económica, provérbios ou textos jornalísticos) como ponto de arranque para a análise conceptual, Wierzbicka destaca a pertinência da linguagem-instrumento tanto na modelagem do pensamento como na formação da cultura veiculada por uma língua particular, contribuindo, deste modo, para a caracterização da interface Cognição – Linguagem.

Outra **vertente cognitiva** que privilegia a abordagem cultural é a proposta de D'Andrade (1987) sobre o modelo cultural da mente, conceptualizada como uma complexa cadeia causal. (cf. Pires, 2002).

A procura da definição da evidência empírica, pretendida por Chomsky e por vários linguistas de outras áreas de investigação, pode seguir um de dois caminhos paralelos, tendo como objectivo determinar não só o papel desempenhado por um conceito determinado na definição dos outros conceitos, como também o leque de línguas em que este conceito se encontra lexicalizado. Temos, assim, de dois critérios básicos investigação linguística: o da **capacidade definidora e o da universalidade**. A combinação de ambos os critérios constitui a garantia do carácter empírico da investigação linguística.

Wierzbicka (1992) concebe a **capacidade definidora do linguista** como um dos seus instrumentos profissionais básicos, em oposição àqueles que defendem a **vagueza do pensamento** e, por conseguinte, **da linguagem**, assim como a impossibilidade directa da sua definição (Lakoff, 1972: 183). Surge, deste modo, a principal diferença entre a linha da linguística cognitiva defendida por Wierzbicka e as outras correntes convergentes, a que se convencionou chamar "semântica dos protótipos" ou, posteriormente, Linguística Cognitiva.

Enquanto uma proposta teórica que operacionalize a interrelação entre a Cognição e Cultura, a **proposta de Wierzbicka** afigura-se, simultaneamente, atractiva e produtiva, o que se procurará **exemplificar**, mais adiante, pelo estudo do conceito traduzido pelo recipiente denominado em inglês '**cup**' (segundo Batoréo, 1996/2000). Do ponto de vista metodológico, esta proposta serve-se da *análise contrastiva*, advogando o conceito vago do significado (Labov, 1973/1974: 341), o que lhe permite fugir às tendências etnocêntricas – das quais a anglocêntrica ou a eurocêntrica são as mais comuns –, assim como evitar conclusões de tipo mentalista, levando, pelo contrário, a interpretações sócio-culturais. Nesta vertente, é frequente, por exemplo, analisar nomes e conceitos de artefactos como produtos de cultura material, como, por exemplo, nas análises intra e interlinguísticas da palavra inglesa '**cup**', conforme exemplificado no estudo de bases cognitivas de Labov (1973) e de carácter cognitivo e sócio-cultural de Wierzbicka (1985). Os conceitos abrangem os diferentes recipientes conforme a sua forma (tamanho, dimensões [altura vs. largura] material, presença de asas, pés, tampas, etc.), objectivo de emprego, como, por exemplo, conteúdos (tipo de líquidos ou outras substâncias que neles podem ser guardados) ou empregos pragmáticos (por exemplo, recipiente utilizado juntamente com um pires, recipiente utilizado para guardar um líquido em oposição a um outro que serve

para o beber depressa, recipientes tradicionais de porcelana ou vidro em oposição a recipientes de plástico ou de papel, etc.) e culturais (recipientes utilizados em reuniões formais vs. não-formais, com função simbólica, etc.).

Este tipo de análise obriga os linguistas a estudarem a categorização da classe de conceitos de tipo recipiente “cup” que, em Português, além de '*chávena*' (termo que parece ser o correspondente directo da '*cup*' inglesa) irá abranger, também, '*copo*', '*vaso*', '*malga*', '*tigela*', '*cálice*', '*caneca*', '*xícara*', '*taça*', '*púcaro*', etc., alargando os termos ingleses tomados em consideração, além da '*cup*' propriamente dita, para '*vase*', '*bowl*', '*mug*', '*glass*', etc. Tanto '*cup*', inglesa, como '*chávena*', portuguesa, constituem medidas utilizadas na cozinha tradicional (p. ex., '*uma chávena de farinha*'). No entanto, enquanto, em Português, se bebe uma '*chávena de chá*' ou uma '*chávena de café*' (sendo esta, por tradição, mais pequena do que aquela), ou então, '*um copo/ uma caneca de café com leite*', em Inglês temos '*a cup of tea*', mas '*a mug (a cup) of coffee*', o que tem a ver com o papel social e cultural que cada uma das bebidas representa nas respectivas culturas. Enquanto em Portugal bebemos, em geral, '*um copo*' de uma bebida alcoólica (cerveja ou vinho) – podendo beber-se, também, '*uma caneca de cerveja*', '*um cálice de vinho do Porto*' e uma '*taça de champanhe*' –, em Inglês utilizamos para o efeito geralmente apenas um '*copo*' ('*glass*') ou, eventualmente, uma '*taça*' ('*cup*'), como em '*wine-cup*'. Se se comparar, no entanto, a situação existente com uma outra língua, por exemplo, o Polaco, verifica-se que a distribuição dos objectos de tipo '*cup*' apresenta variação bastante diferente.

O café e o chá servem-se, em Polaco, em '*filizanki*' ('*chávenas*'), em quantidades pequenas, numa recepção formal, enquanto numa situação informal, se servem em maiores quantidades, em '*szklanki*' ('*copos*') ou '*kubki*' ('*canecas*'). Em Polaco, é um copo (de chá), e não uma chávena – como em Português ou em Inglês –, que constitui a medida padrão, enquanto todos os tipos de álcool se servem em '*kieliszek*' ('*calicezinho*') – de tamanhos e feitios diferentes, apesar de o termo utilizado ser, morfologicamente, a forma diminutiva de '*kielich*' ('*cálice*'). Assim, em Portugal, '*vai-se beber/ tomar um copo*', enquanto em situações análogas, na Polónia '*idzie sie na kielicha*' (pol. à letra: '*se vai ao cálice*'), os falantes de Inglês não se referem directamente ao recipiente, mas ao seu conteúdo (mesmo que seja em termos vagos) '*let's take/have a drink*' ou à medida de uma bebida, como em '*a pint of lager*' ou '*a glass of Scotch*' ('*um copo de whisky*'). O termo polaco não diminutivo '*kielich*' ('*cálice*'), quando utilizado para as bebidas alcoólicas, é um termo marcado, enquanto em Português surge em expressões fixas como '*beber um cálice de amargura*'. Em Inglês, pelo contrário, continua a ser a '*chávena*' a

designação utilizada nas expressões metafóricas, como em '*a cup of happiness*' ou em '*it is not my cup of tea*'. Tanto em Português como em Polaco, o '*cálice*' (pol. '*kielich*') surge na designação litúrgica do vaso que serve na missa para a consagração do vinho e da água, enquanto o Inglês utiliza, neste caso, tanto o seu equivalente comum '*cup*' ou '*wine-cup*', como '*chalice*', palavra erudita de uso muito restrito. O mesmo fenómeno de convergência entre o Português e o Polaco surge no caso da acepção botânica do '*cálice*' ('*kielich*') para a qual o Inglês utiliza o termo específico '*calyx*'. Porém, enquanto o Português trata as suas flores em vasos ou em *canteiros* e o Polaco em vasos ('*doniczka*') ou em caixas ('*skrzynka*'), o Inglês serve-se, para o efeito, respectivamente, de copos '*cup*'/'*flower-cup*' ou camas '*flower-bed*'.

Nas competições desportivas, enquanto o Inglês ganha uma '*cup*', um Português tem direito a uma '*taça*' (mas um Brasileiro a uma '*copa*') e um Polaco a um *púcaro* ('*puchar*'), embora os respectivos objectos não sirvam para ingerir líquidos e sejam apenas símbolos de prémios valiosos.

Na referência à parte constituinte do *soutien* feminino (ou, como querem os dicionários portugueses, do '*sutiã*' ou '*porta-seios*'), que se destina a segurar o peito, verifica-se a utilização de uma imagem, que, prototipicamente, pode ser representada por uma '*cup*'. A sua realização, em Inglês, efectua-se, portanto, como '*chávana*' ('*the cups of the bra*'), enquanto em Polaco, como '*tigelinha*' (pol. '*miseczka*'). Pelo contrário, os Franceses, ao designarem o objecto como '*bonnet*' ('*chapeuzinho*', '*boina*') prescindem da imagem de uma *taça* ou *tigela* "aplicada" ao peito, servindo-se, antes, da imagem de um objecto que *tapa*, em vez de um que *encaixa* ou *sustenta*. Em Português, quando designada, a parte principal do *soutien* é denominada como '*copas*' ou '*caixas*'. Estes termos surgem quer como sinónimos quer como designadores de duas estruturas diferentes. Neste caso, as pessoas utilizam a '*caixa*' para se referirem à armação que constitui o "esqueleto" do *soutien*, enquanto as '*copas*' definem, antes, o conteúdo do "esqueleto", moldado e forrado separadamente do resto da peça. A designação '*copas*' transmite a mesma imagem de um *recipiente de suporte* '*cup*' que se observa nos exemplos anteriores. A '*caixa*', pelo contrário, transmite a imagem de um recipiente fechado, conjugando o *suporte* com a *tampa* numa única imagem de um *contentor*. Veja-se que a própria palavra '*soutien*' utilizada em Francês e em Português, assim como a designação alemã '*Busthalter*' – tal como o seu decalque polaco '*biustonosz*' – transmitem, também, a imagem de "sustentáculo". Pelo contrário, a designação inglesa '*bra*' (vinda da palavra francesa '*brassière*') como outro termo comum polaco '*stanik*' referem-se, apenas, parte do tronco do corpo da mulher, como em Português '*corpete*'.

Verifica-se, neste caso, não se tratar, no fundo, de uma análise lexicológica ou lexicográfica de uma *palavra* ('*cup*'), mas de um conceito que se encontra na base da metaforização, concebida como um processo definido sócio-culturalmente. Assim, o tipo de metáfora utilizada permite verificar que, enquanto algumas das sociedades em que o uso do artefacto '*porta-seios*' é corrente, as mulheres não só *suportam* o peito, mas o "*encaixam*" em artefactos para tal concebidos, enquanto noutras os mesmos artefactos servem, antes, para *tapar* o peito, protegendo-o de um olhar indiscreto.

«[In a polite conversation in Thai](#), the use of the basic words for 'you' and 'I' would sound outrageously crude and inappropriate. Instead, various self-deprecating expressions would be used for 'I' and various deferential expressions for 'you'. Many of the expressions which stand for 'I' refer to the speaker's hair, crown of the head, top of the head and the like, and many of the expressions that stand for 'you' refer to the addressee's feet, soles of the feet, or even to the dust underneath his teeth, the idea being that the speaker is putting the most valued and respected part of his own body, the head, at the same level as the lowest, the least honorable part of the addressee's body (cf. Cook 1968). But this does not mean that Thai has no personal pronouns, no basic words for 'you' and 'I'.» (Wierzbicka, 1992: 14).

«Language doesn't reflect the world directly: it reflects [human conceptualisation](#), human interpretation of the world. As a result, words referring to parts of the body, and words referring to the world around us, can be as language-specific as those referring to customs, rituals, and beliefs.» (Wierzbicka, 1992: 7).

«The list of hypothetical semantic primitives proposed here is in fact not just a list, but a mini-language, with its own grammatical categories and its own syntax. [...]. I believe that the final identification of the universal set of semantic primitives (that is, of the 'alphabet of human thoughts') is an urgent task of linguistic semantics, with vital consequences not only for linguistics but also for cognitive science and for cultural anthropology, as a universal and 'culture-free' analytical framework is indispensable for a rigorous analysis and comparison of meanings encoded and conveyed in language. [...]. If there is a universal set of human concepts, is it possible to discover what they really are? And if one were faced with several alternative lists of candidates for such concepts, could one determine in a non-arbitrary way which list is most likely to be true? [...] The challenge consists not in proposing a list of candidates (although even this has been attempted very seldom, and by very few scholars) but in justifying it.» (Wierzbicka, 1992: 10-11).

Segundo a teoria de Wierzbicka (1992) pretende-se que os universais (primitivos) sejam:

- (1) intuitivamente claros e se expliquem a si próprios
- (2) impossíveis de definir (como o conceito cartesiano de '*cogito*');
- (3) funcionais como peças unitárias de construção na composição de conceitos cada vez mais complexos;
- (4) operacionais em trabalho descritivo extenso, com base em numerosas línguas, distantes tipológica e geograficamente;
- (5) funcionais, igualmente, como universais lexicais, isto é, como conceitos que recebem etiquetas próprias, diferenciadas, conforme as diversas línguas a que pertencem.

«The combination of these two independent criteria – [defining power and universality](#) – provides a powerful empirical check on the range of hypotheses which could be put forward on the basis of mere speculation and gives the program of research defined in this way a strongly empirical character.» (Wierzbicka, 1992: 11)

«The new slogan 'against definitions' is now proclaimed even in the titles of some scholarly publications [...]. A new climate of opinion has emerged in which anyone who tries to define anything at all runs the danger of being seen as an old-fashion figure, out of touch with his or her times and intellectual currents. To be in, a semanticist is expected to talk not about definitions but about family resemblances, prototypes, and the fuzziness of human thought. [...]. The 'modern' view on the subject is, it is assumed, that words can't be defined because the meaning encoded in human language is essentially 'fuzzy' as in human thinking in general. It is sometimes acknowledged that, for 'practical reasons' definitions may be necessary, but this 'practical task' is regarded as pedestrian, and it is left to lexicographers. Theoreticians, it is implied, have higher things to attend to. Remarkably, nobody seems to believe that dictionary definitions are good, but to try to improve on them, or to develop methods for doing so, is seen as being neither necessary nor possible; in any case, it is not something that theorists of language and thought should be expected to take an interest in. [...]». (Wierzbicka, 1992: 23).

3.3. Psicolinguística enquanto ciência cognitiva

3.3.1. Psicolinguística: o ponto de encontro entre a Psicologia e a Linguística

Até aos anos cinquenta do século passado os linguistas e os psicólogos trabalharam separadamente, apesar de em ambas as áreas o enquadramento teórico ter sido behaviorista. O ponto de encontro entre a Psicologia e a Linguística deu-se no momento em que a teoria geral de aprendizagem foi considerada capaz de dar conta do comportamento linguístico, assim como da sua aquisição, ou seja, o primeiro momento de arranque entre as forças reunidas da Psicologia e da Linguística na criação de uma nova disciplina – a Psicolinguística – foi dado nos primeiros anos da segunda metade do século XX.

PARA SABER MAIS¹

A **etapa cognitiva**, considerada como o terceiro período dos estudos psicolinguísticos e iniciada nos anos setenta, questiona a singularidade da linguagem humana e da sua aprendizagem. A premissa principal da abordagem cognitiva coloca **a linguagem na dependência da cognição**, defendendo tratar-se apenas de um dos vários processos cognitivos existentes, sem atribuir prioridade a nenhum dos sistemas cognitivos em detrimento dos outros. A nuclearidade e a independência da gramática, características do período anterior, são rejeitadas, passando a assumir-se que as estruturas linguísticas não são adquiridas independentemente dos conceitos semânticos ou das funções discursivas da linguagem e a defender-se que todas as componentes do saber linguístico são regidas dentro de um sistema cognitivo existente. Assim, embora a teoria linguística continuasse a desempenhar papel central na teoria psicolinguística, deixou de ter carácter tão decisivo como no período anterior.

Como evidencia a história das ciências cognitivas, já em 1966 Fodor discutia a possibilidade da existência de um conjunto de princípios gerais de aprendizagem, enquanto

¹ PARA SABER MAIS, consulte Batoréo, 1996/2000, bem como Batoréo (em preparação).

Lenneberg concebia a linguagem no sentido mais lato, destacando as suas bases biológicas e cognitivas. **Em 1968, Chomsky enquadra a Linguística numa área muito mais vasta da cognição humana, argumentando que os linguistas são de facto psicólogos cognitivos.**

No entanto, é só no princípio dos anos setenta com Bever e Slobin, que surgem os **primeiros estudos específicos** na área, considerados como representativos da **abordagem cognitiva em Psicolinguística**. Nesta fase, defende-se que não existem razões para tratar a competência linguística como uma capacidade independente ou prévia em relação às outras e apresentam-se os princípios cognitivos gerais que governam a aquisição das estruturas linguísticas. Verifica-se, progressivamente, alguma diversificação no enquadramento cognitivista: por um lado, existe a abordagem tradicional, de raiz piagetiana, que não atribui qualquer autonomia à linguagem no meio das capacidades cognitivas humanas; por outro, os linguistas e psicolinguistas de formação chomskiana e pós-chomskiana conseguem co-relacionar o cognitivismo com a especificidade da linguagem e com o seu carácter inato.

A partir do início dos anos oitenta – isto é, na **quarta etapa do desenvolvimento da Psicolinguística** –, a investigação principal é feita **no âmbito da Ciência Cognitiva como actividade interdisciplinar**, surgindo, então, a designação de **Psicolinguística Cognitiva**. Ao ultrapassar o carácter inicialmente mais delimitado das disciplinas de Linguística e Psicologia, a área de estudos em que a Psicolinguística passa a ser inserida torna-se muito mais vasta, abrangendo **a natureza do conhecimento centrada na estrutura da representação mental e nos processos mentais subjacentes ao raciocínio e à tomada de decisão**. A teoria psicolinguística corrente reflecte, por conseguinte, uma grande variedade teórica de cunho fortemente interdisciplinar.

A partir dos anos oitenta, **a Psicolinguística** é, assim, entendida como **uma Ciência Cognitiva**, marcadamente **interdisciplinar**, que relaciona os processos mentais e a linguagem, abrangendo **a produção, a compreensão e a aquisição**, assim como as patologias da linguagem.

A Psicolinguística dos anos noventa surge como **um ponto de encontro** de várias áreas científicas, permitindo retomar nas suas intertexturas as questões antigas – tal como a relação entre os processos mentais e a linguagem verbal – focando-os de um modo inovador na interface Cognição–Linguagem.

O objectivo da Psicolinguística Cognitiva é, por conseguinte, fornecer **uma teoria unificada e abrangente da linguagem** que possa dar conta do modo como esta executa restrições que resultam numa série de estratégias de processamento e produção características do uso linguístico. A Psicolinguística procura também formular uma teoria da linguagem válida do ponto de vista linguístico e psicológico, capaz de explicar a natureza da linguagem e a sua aquisição.

As origens da **Psicolinguística** são atribuídas a um vasto leque de correntes e tendências muito diversificadas e geograficamente dispersas. Destacam-se entre eles os estudos psicológicos de Wundt e Mead do princípio do século, a escola soviética de Vygotsky, Luria e Leontiev iniciada nos anos trinta, como também a primeira síntese entre Psicologia e Linguagem em Pronko, bem como a Teoria de Informação de Shannon e Weaver e a Teoria de Comunicação de G. A. Miller.

A Psicolinguística destes primeiros tempos abrange **a comunicação humana**, assim como o conteúdo das mensagens e as características dos indivíduos que as seleccionam e interpretam. Concebida como fazendo parte de uma **macrolinguística** (também chamada exolinguística ou metalinguística), a Psicolinguística estudava os processos de codificação e decodificação das mensagens, ultrapassando o âmbito de uma microlinguística – isto é, a Linguística propriamente dita – dedicada ao estudo da estrutura e dos signos do discurso.

O desenvolvimento da Psicolinguística, nos pouco mais de cinquenta anos da sua existência, pode ser traçado de modo a distinguir **quatro períodos**, que correspondem, aproximadamente, a cada uma das quatro décadas. Pode falar-se, assim, da (i) fase inicial de carácter formativo, (ii) da etapa linguística, (iii) fase cognitiva e (iv) da etapa interdisciplinar no âmbito da Ciência Cognitiva (cf. Batoréo, 2000 [1996]).

cf. **Capítulo 2** do presente estudo.

«More than ever before, researchers are very much aware of developments in adjacent fields, exhibiting research goals and a breadth of knowledge not confined to a single discipline. Linguists and psychologists can no longer afford to ignore scientific answers in the other field which impinge on research problems in their own field and the explanations they offer for them», (Kess, 1992: 27).

«Psicolinguística – Ramo da linguística que estuda a relação entre processos mentais e a linguagem verbal. Essa relação implica, por um lado, estruturas cognitivas como a percepção, a memória, a atenção e, por outro, processos de produção que permitem ao indivíduo construir uma interpretação a partir de uma cadeia de sons e, ainda, processos e mecanismos de aquisição de uma língua natural e desenvolvimento da capacidade de linguagem. Os estudos sobre aquisição e desenvolvimento da linguagem, resultando do contributo de várias disciplinas (Psicologia do Desenvolvimento, Psicomетria e Psicologia da fala) para além da Linguística, desenvolveram-se paralelamente a outras áreas da Psicolinguística, e de modo consistente ao longo do tempo.» (Xavier & Mateus 1992: 316).

«Certainly the current meeting of psychology, linguistics, and psycholinguistics (together with philosophy and artificial intelligence concerns in computer science) in the new discipline of cognitive science is the most compelling contemporary example of the drive to have our descriptions of linguistics and cognitive behavior meet around a common and mutually important focal point. This interdisciplinary collegiality in the face of common problems is particularly evident at the intersection of cognition and language, where different theoretical paradigms must be brought together in focussing on a common set of scientific problems.» (Kess, 1992: 4).

3.3. Psicolinguística enquanto ciência cognitiva

3.3.2. Estudar a produção da linguagem

Ao estudar **a produção da linguagem** pretendemos verificar *porquê* e *como* os homens dizem o que dizem. Parte-se do princípio de que, precedida por uma intenção, existe uma mensagem que se pretende comunicar e que esta mensagem precisa de ser codificada de um modo específico, isto é, segundo as regras do sistema da língua natural particular em que se insere. Isto significa que, além das perguntas iniciais: *porquê* e *como* da produção linguística, é preciso acrescentar as relativas a *a quem* e *em que situação*, definindo um Universo de Referência, situado num determinado Espaço e Tempo e constituindo um interrelacionamento entre quem produz a mensagem (o Locutor) e quem a recebe (o Alocutário). A produção assim entendida não constitui uma imagem em espelho da compreensão, já que, por exemplo, as ambiguidades da mensagem, que dificultam ou mesmo inviabilizam a compreensão, podem ser propositadas por parte de quem as produz. No entanto, embora as estratégias da compreensão e da produção sejam divergentes, as unidades em que ambos os fenómenos se baseiam podem ser consideradas como semelhantes ou relacionadas. A questão de uma partilha plausível de características sensório-motoras pela percepção e produção da fala, levantada por alguns autores, continua em aberto.

O problema da unidade de análise em Psicolinguística, ou seja, a unidade de percepção e/ou de produção, tem sido alvo de grande polémica. Os primeiros estudos psicolinguísticos de Miller, no início dos anos cinquenta, apontaram para a necessidade de investigação neste âmbito.

A importância atribuída pela Linguística dos anos setenta ao discurso e ao texto reorienta o conceito da unidade de análise, abandonando o da frase (ou de parte dela) e definindo como tal o enunciado, unidade de fala no momento de enunciação que, em função do contexto em que ocorre, pode corresponder quer a uma sílaba, quer a uma palavra, quer ainda a uma oração ou uma frase. O desenvolvimento na área da fonologia e da sua aquisição dá destaque especial à sílaba e ao papel que esta desempenha como unidade de análise psicolinguística.

A investigação psicolinguística de base no enquadramento cognitivo aponta para o **enunciado** como unidade perceptual da linguagem. Este conceito, no entanto, não é pacífico, sendo fundamental ter em conta que não existe um único item básico de análise e que, no fundo, a cada componente de processamento corresponde uma unidade.

A problemática dos **níveis de processamento** tem constituído, igualmente, um dos temas de grande destaque em Psicolinguística. A existência de duas orientações – a ascendente e a descendente – na integração do conhecimento e no seu processamento é, também, considerada operativa ao nível da aquisição da linguagem. Por sua vez, as diferentes componentes do conhecimento linguístico são consideradas como módulos independentes e em interacção, cuja aquisição se pode efectuar de acordo com uma ordem, segundo alguns, "para cima", segundo outros, "para baixo" desta hierarquia.

A caracterização da produção da fala pode levar, assim, à apresentação de [um modelo de produção](#).

Segundo os estudos da **fala espontânea** de Goldman-Eisler (1968), dois terços da produção oral são constituídos por conjuntos (= "*chunks*") que abrangem menos de seis palavras, enquanto, as pausas ocupam, na maioria dos casos, quarenta a cinquenta por cento do tempo total da produção. Verifica-se, igualmente, que a complexidade cognitiva do discurso influencia o espaçamento da produção e a desaceleração do seu ritmo, mas a preparação prévia da intervenção oral ao nível do planeamento e, sobretudo, da estruturação do discurso, elimina estes factores.

Em geral, pode observar-se que a fala espontânea evidencia interdependências entre a complexidade cognitiva da mensagem e a realização da sua produção. Assim, por exemplo, pausas e hesitações são mais frequentes no caso da avaliação do que de uma simples descrição. Quanto à ocorrência de pausas, não se observa aumento em relação à complexidade sintáctica da frase. Considera-se, aliás, que a complexidade e a hierarquização estrutural da frase têm a ver com a capacidade linguística do Locutor, enquanto o planeamento e o acesso lexical têm carácter volitivo. A fala espontânea caracteriza-se não só pelas **pausas e hesitações** mas, também, pela ocorrência de **erros** de vários tipos, tais como substituições, metáteses, omissões, acréscimos e falsos começos. Muitos deles constituem a antecipação do som seguinte, como acontece no caso de vários tipos de *lapsus linguae*, quando surge "pal/arelo" em vez de para/elo" ou "verão da Madeira" em vez de "varão de madeira". Os lapsos podem ser ora de tipo articulatório ora de tipo semântico, surgindo inversões – como em "samola de cão" em

vez de "sacola de mão" – ou substituições, com "mal enganada" em vez de "mal amada" e "enganada". Surgem também formas cruzadas, conhecidas como palavras *portemanteau*, em que se cria uma nova palavra com base em segmentos de outros itens lexicais, como, por exemplo, em "portunhol" ("português" + "espanhol"), mostrando uma certa capacidade neológica que os falantes manifestam durante a produção espontânea da fala. No entanto, certos erros nunca ocorrem, dando provas claras da consciência que o Locutor tem, por exemplo, da divisão do discurso em partes, da existência de palavras lexicais e gramaticais ou do campo semântico a que um item lexical pertence. Além da explicação linguística, os erros da produção são frequentemente alvo de interpretações psicológicas ou psicanalíticas, falando-se então de "lapsos freudianos", como, no caso do atrás citado de "mal-enganada" ou, por exemplo em Inglês, quando em vez de *past fashion* surge, com conotações eróticas, *fast passion* ou aparece *bare shoulders* em vez de *share boulders* (cf. Kess, 1992: 59).

«Much ink has been spilled on the question of what units of processing are involved in [speech production](#), and in part for the wrong reasons. Many authors have tried to delineate **the unit of speech**, and this search for the Holy Grail has enriched the literature with an astonishing gamma of units. Others, surely, have recognized that there is no single unit of speech production, but have spent much attention on one particular unit. [...]», (Levitt, 1989: 23).

«[...] Podemos afirmar que a sílaba, sendo a primeira unidade linguística com uma estrutura interna complexa a surgir nas produções das crianças, é a primeira unidade a permitir-nos, em termos de produção, a observação e o acompanhamento da organização da informação verbal no processo de desenvolvimento linguístico, em geral, e no de aquisição de uma língua natural, em particular, desde o seu início; por outras palavras, e com base na teoria linguística, a sílaba é a primeira unidade a surgir nos enunciados das crianças com uma estrutura interna hierarquicamente organizada, que permite o preenchimento de posições teoricamente vazias à partida, preenchimento esse regido por princípios universais e por valores de parâmetros específicos das línguas [...].» (Freitas, 1993: 102).

Segundo Levelt (1989), podem distinguir-se quatro componentes diferentes do modelo, relacionadas com quatro actividades fundamentais por ele abrangidas:

- (i) *Conceptualização*, isto é, a geração de mensagens pré-verbais em função da intenção do Locutor;
- (ii) *Formulação*, que abrange a *codificação gramatical* (geração de relações gramaticais que reflectem as relações conceptuais da mensagem) e a *codificação fonológica* (que corresponde à "fala interior");
- (iii) *Articulação*, isto é, a execução do plano fonético com uma série de instruções neuromusculares, levando à realização da fala explícita (em oposição à "fala interior" da etapa anterior);
- (iv) *Sistema de compreensão da fala* que torna viável a interligação da fala interior e da fala explícita com o sistema conceptual, permitindo um auto-controlo realizado pelo próprio Locutor.

3.3. Psicolinguística enquanto ciência cognitiva

3.3.3. Estudar a aquisição da linguagem

O fenómeno da **Produção** está estreitamente ligado ao da **Aquisição da Linguagem**. Estudar as sucessivas etapas do desenvolvimento da linguagem significa, de facto, verificar que tipo de produção linguística ocorre em vários estágios etários, tendo em consideração as suas particularidades e o interrelacionamento existente entre elas e explicitar o conhecimento linguístico em função da teoria linguística adoptada.

A Aquisição da Linguagem é considerada, actualmente, como uma das áreas científicas mais importantes dedicadas ao estudo da mente humana (Kess, 1992, 58-59). Não constitui, no entanto, uma área homogénea de investigação, sendo impossível referir-se a apenas *um* processo e defini-lo como característico da aquisição da linguagem. O interesse pela [Aquisição da Linguagem](#) tem chamado, igualmente, a atenção para os processos gerais de aprendizagem e sobretudo para os aspectos cognitivos a ela ligados, quando se tornou evidente que a força do que aprendemos depende do modo como se faz a sua representação na nossa mente (Minsky, 1985: 229).

Na investigação da área da aquisição da linguagem é habitual distinguir-se entre a aquisição da língua primeira (L1), materna (= nativa) e a aquisição das línguas não-maternas: língua segunda (L2) ou língua estrangeira. Estabelece-se, normalmente, a diferença entre o carácter organizado e controlado no segundo caso a contrastar com um processo totalmente natural, não-organizado, no primeiro, se excluirmos as estratégias controladas e avançadas de leitura e escrita nas crianças escolarizadas ou o ensino de deficientes.

A conceptualização diferenciada nos primeiros estádios em relação à gramática adulta leva à definição de um dos conceitos metodológicos de base na investigação em Psicolinguística e que reporta à questão do [erro](#) na linguagem infantil. Se optarmos pela teoria contínua, ou seja, se utilizarmos os critérios da gramática adulta na análise da linguagem infantil, somos forçados a admitir que a criança comete erros, isto é, que as regras da sua gramática estão em desacordo com a gramática-alvo. Se, pelo contrário, concebermos a linguagem infantil como uma série de

gramáticas variadas, cada uma com regras próprias, não podemos propriamente falar de erro, já que a gramática pontual de uma certa etapa está de acordo com as regras reconhecidas para ela. Neste momento de análise, o relacionamento com a gramática adulta não é considerado pertinente:

O tipo de problemática estudada na área da Aquisição da Linguagem nas últimas décadas pode, em termos latos, resumir-se a **três questões principais** relativas a este período da aquisição da linguagem (Goodluck, 1993, 100-105):

- (i) à necessidade de análise semântica;
- (ii) a uma possível existência de correspondências especiais (= "*mapping*") entre categorias sintáticas e semânticas;
- (iii) à possibilidade de prescindir de algumas ou de todas as categorias sintáticas na referida análise.

Enquanto a primeira (i) das perguntas parece permitir uma resposta imediatamente afirmativa, as duas questões restantes ((ii) e (iii)) continuam ainda em aberto.

A necessidade de análise semântica (i) foi apontada claramente por Bowerman (1973) ao indicar que a análise adequada desta etapa de desenvolvimento linguístico deveria tomar em consideração a existência dos papéis temáticos e a sua distribuição. Quanto às duas últimas questões, não se encontrou evidência suficiente para defender a hipótese de determinação semântica e não sintática da fala telegráfica. Uma grande parte dos estudos efectuados mostra que, na aquisição das primeiras palavras, a sintaxe constitui força condutora pelo menos tão forte como as propriedades semânticas e perceptuais.

A segunda questão (ii) constitui o núcleo da "*semantic bootstrapping hypothesis*", segundo a qual o relacionamento isomórfico das categorias semântico-sintáticas dos primeiros tempos da aquisição da linguagem constitui a base do conhecimento da língua particular em aprendizagem. Defende-se, por conseguinte, que este isomorfismo sintático-semântico faz a criança "*enfiar-se*" (= "*bootstrapping*") nas regras sintáticas, isto é, nas estruturas frásicas da sua língua (Goodluck, 1993, 102).

Quanto à terceira das questões aqui apresentadas (iii), isto é, à hipótese de que a criança não dispõe à partida de todas as categorias sintáticas da gramática adulta, a área de investigação compreendida encontra-se entre o que habitualmente se defende como a hipótese da prioridade da semântica ("*semantics first*") e a hipótese de construções sintáticas adquiridas

tardiamente ("syntax late"). A prioridade na aquisição será dada, assim, às construções que correspondem a certo tipo de noções semânticas.

A investigação psicolinguística pretende mostrar que, nos primeiros tempos, os enunciados das crianças não apresentam categorias sintáticas, enquanto as categorias que existem podem ser descritas em termos das distinções teóricas léxico-funcionais, o que encontra o seu reflexo na teoria da "protolinguagem" proposta por Bickerton, assim como, por exemplo, na investigação psicolinguística desenvolvida por Meisel (1994).

A maioria dos investigadores, no entanto, aponta claramente para a existência de categorias sintáticas desde o princípio do desenvolvimento da criança, postulando, até, que isso acontece de um modo parcialmente independente das categorias perceptuais e semânticas. (Goodluck, 1993: 104-105).

Note-se ainda que, no que diz respeito à **aquisição do léxico**, uma das características da aquisição é a de que o significado das unidades lexicais que primeiro foram aprendidas vai mudando ao longo do processo de aquisição, fazendo com que se modifique também o conhecimento semântico em geral. Com a Hipótese de Traços Semânticos (*Semantic Feature Hypothesis*) E. Clark (1973b) defende que a criança adquire o conhecimento das palavras por acrescentar traços semânticos, começando pelos mais genéricos e evoluindo para os mais específicos. As categorias semânticas assim criadas são tipicamente mais abrangentes do que as dos adultos, já que são estabelecidas com apenas um ou dois critérios de classificação, sendo, por isso, denominadas de hiperextensões. Os primeiros traços semânticos são derivados perceptualmente pela criança, com base no movimento, forma, tamanho, som, sabor e textura dos objectos que pode encontrar no seu meio-ambiente. Nem todas as características perceptuais desempenham igual importância para a criança: a cor, por exemplo, não parece constituir factor significativo. As hiperextensões permitem construir grandes categorias semânticas, negligenciando as diferenças e procurando semelhanças de acordo com dimensões específicas, de importância exclusiva mas, por regra, de duração limitada. Surgem, assim, os casos em que a criança chama de "pai" a todos os homens encontrados na rua ou dá o nome do seu urso de peluche aos animais da quinta ou do jardim zoológico que vai visitar.

Os estudos sobre o primeiro vocabulário mostraram, também, que embora muito interessada em aspectos activos da vida, a criança aprende a indicar os objectos e as pessoas antes de se referir às actividades. Num estudo posterior, E. Clark (1982) defende que o vocabulário referente às acções se encontra atrasado em relação às denominações dos

objectos: novas palavras que se referem às actividades são criadas morfologicamente a partir do nome do objecto em que a acção se centra. Assim, por exemplo, surgem os casos de "amanteigar" o pão ou de "achocolatar o leite".

Falar da aquisição significa, assim, falar da **aquisição da produção e do desenvolvimento da compreensão**. A aquisição da produção, por sua vez, é encarada a níveis das componentes da linguagem, passando a estudar-se, individualmente, a aquisição da fonologia, da sintaxe, da semântica e da pragmática. Estudar a aquisição de cada uma das componentes da linguagem, sem esquecer a interacção entre elas existente, tornou-se possível graças, sobretudo, à metodologia experimental que exige uma grande especialização em cada uma das subáreas referidas.

Línguas particulares e diferentes apresentam às crianças diversos tipos de problemas formais que estas têm de aprender a resolver, assim como descobrir que existem correspondências ("*mapping*") linguísticas concretas para certas noções conceptuais, havendo restrições tanto linguísticas como cognitivas sobre a sua ordem de aquisição. Assim, por exemplo, uma forma simples do ponto de vista linguístico mas difícil ao nível conceptual pode surgir mais tarde no desenvolvimento da linguagem.

A investigação desenvolvida na área sugere que a percepção de sons é feita de modo categorial a partir do primeiro mês de vida, defendendo-se que o ser humano se encontra equipado com mecanismos perceptuais inatos que acabam por ser sincronizados com as características fonológicas da língua em aquisição. As crianças dispõem de uma capacidade de distinção entre categorias fonéticas sem nenhuma experiência anterior mas perdem-na por volta do fim do primeiro ano, quando surgem as primeiras palavras. A sua língua materna dispõe então de um conjunto de contrastes fonémicos para a formação de um inventário concreto das primeiras palavras. A aquisição da fonologia exige, por conseguinte, a aquisição tanto de um sistema formal subjacente ao sistema da língua em questão como das características fisiológicas da produção da fala e dos pormenores acústicos da percepção. Tanto na produção como na percepção, as crianças passam por etapas sistemáticas do mais simples para o mais complexo, aprendendo a diferenciar entre as unidades potencialmente plausíveis na sua língua e as inaceitáveis do ponto de vista sistémico, estando completo todo o processo da aquisição da fonologia entre os cinco e os sete anos. A aquisição da morfologia, por sua vez, implica que a criança aprenda como funcionam as diferentes partes do discurso, o que diferencia os morfemas lexicais e gramaticais, assim como o modo em que estes últimos constroem a maquinaria

gramatical da sua língua. A ordem de aquisição dos morfemas depende da sua complexidade linguística e não da frequência no *input* que a criança recebe.

Os estudos efectuados no âmbito funcionalista relativos ao desenvolvimento gramatical de línguas tipologicamente diferentes apontam, inequivocamente, para a necessidade de prosseguir **a investigação inter e intralinguística ("cross-linguistic studies")** na área da aquisição da linguagem.

Segundo R. A. Berman esta necessidade surge na tentativa de encontrar respostas mais exactas para uma série de questões relacionadas com as características – universais e específicas – e princípios da aquisição da linguagem, assim como com a sua relativa dificuldade. Quais são os aspectos do desenvolvimento da linguagem – pergunta Berman – que aparecem como universais, em contraste com aqueles que são limitados pela forma ou pelo contexto de línguas particulares? Se existir, de facto, um tronco universal comum, poder-se-á atribuí-lo a uma base cognitiva geral ou apenas a um conhecimento unicamente linguístico? Que aspectos da estrutura linguística e do relacionamento entre a forma e o conteúdo colocam, ao nível interlinguístico, problemas especiais ao estudante da língua e como pode este fenómeno ser previsto ou explicado? Quais são as estratégias subjacentes à aquisição de várias línguas que podem ser destacadas, se tomarmos em consideração os processos de correspondência directa entre a forma e o sentido ou uma excessiva tendência de regularização?

Com base nos estudos inter e intralinguísticos, Slobin (1985) apresenta o modelo de **Gramática Básica da Criança** (*'Basic Child Grammar'*), considerada como conhecimento partilhado pelas crianças, independentemente das suas línguas maternas particulares. A esta fase puramente cognitiva, seguem-se outras duas, determinadas linguisticamente. Assim, a segunda fase depende da estrutura geral da língua materna particular designadamente, por exemplo, da existência das concordâncias verbais ou distinções aspectuais. A terceira fase caracteriza-se por fenómenos mais específicos do sistema linguístico da língua materna em aquisição: as idiossincrasias lexicais, as características pragmáticas, a variedade de registos, etc. A tese da *Gramática Básica da Criança* é a da determinação cognitiva do uso de formas gramaticais. Segundo este modelo, a aquisição da linguagem é função de um espaço semântico pré-estruturado no qual as unidades de significado ("*meanings*" e "*clusters of meanings*") constituem um conjunto privilegiado de noções gramaticalizáveis, subjacentes às construções gramaticais da língua particular para as quais são projectadas. Assim, a Gramática Básica da Criança constitui uma base universal, posteriormente sujeita a especificações, que reflecte a

forma ideal subjacente à linguagem humana. Esta proposta aponta para certas correspondências não só com o mecanismo inato LAD de Chomsky, mas, também, para outros postulados da existência de substratos universais inatos de características cognitivas e/ou semânticas da linguagem, tais como, p. ex., o Bioprograma de Bickerton (1981), ou a atrás mencionada hipótese semântica de Pinker ("*semantic bootstrapping hypotheses*" - 1984). Na fase seguinte verifica-se, já, a dependência de uma estrutura geral da língua materna particular, caracterizada por marcações morfológicas específicas, como, por exemplo, casos ou marcas aspectuais, assim como concordâncias ao nível morfossintático. A terceira fase da aquisição da linguagem corresponde aos fenómenos mais específicos do sistema linguístico da língua materna em questão, de acordo tanto com as exigências lexicais como com pragmáticas do discurso, normas várias, registos, etc.

A perspectiva interlinguística aponta para um gradual estreitamento do tronco comum do conhecimento partilhado pelas crianças na aquisição de várias línguas maternas, em simultâneo com o conhecimento cada vez mais profundo da estruturação das línguas maternas particulares. Segundo esta teoria, a criança adquirente da língua não tem ainda, na fase inicial, a noção das regras que relacionam as formas e os sentidos, nem consegue referir-se ao mesmo acontecimento utilizando processos diferentes. Quando as crianças passam para a segunda fase, isto é, quando se tornam sensíveis às propriedades estruturais da língua particular que estão a aprender, a sua "sincronização" funciona, principalmente, nas estruturas mais difundidas e persistentes no sistema linguístico em causa, o que se processa com relativa facilidade e rapidez. No período entre, aproximadamente, os dois e os quatro anos, que corresponde à fase de maior aquisição da morfossintaxe na sua língua materna, a criança apercebe-se, de maneira muito crítica, da atenção selectiva que precisa prestar tanto à forma, como ao lugar em que a informação por ela comunicada precisa de ser marcada gramaticalmente, isto é, aprende uma série de princípios operacionais, que Slobin (1985) considera como estratégias indispensáveis no processo da aquisição da linguagem.

Uma das alíneas mais produtivas dos "*cross-linguistic studies*" são os estudos dedicados à produção narrativa e à aquisição da competência narrativa, tal como demonstrado nos últimos quinze anos por Slobin, Berman, assim como por Hendrix e Hickmann e, para Português, por Batoréo. (V. Batoréo, 2000 [1996]).

Numa outra vertente dos estudos interlinguísticos, Melissa Bowerman (1989) apresenta dúvidas quanto ao facto de os sentidos associados pelas crianças às formas linguísticas

poderem ser atribuíveis, apenas, à experiência não-linguística, defendendo, pelo contrário, que é o *input* linguístico que dirige a atenção dos aprendentes para modos de classificação a que não teriam acesso de outra maneira. Baseando-se numa vasta investigação sobre a [expressão do espaço](#) em várias línguas particulares, Bowerman chega à conclusão de que as categorias semânticas não podem ser vistas como um reflexo directo da estrutura da experiência não-linguística. Pelo contrário, a aprendizagem semântica é dirigida pela linguagem, isto é, por uma forma que inicialmente se encontra ligada a um núcleo universal de significado. Demasiado restrito, este núcleo pode estender-se, gradualmente, a situações dissemelhantes, até serem alcançadas as diferenças apropriadas para uma língua particular em aquisição.

A investigação de Bowerman constitui uma séria proposta de revisão da versão fraca da hipótese Sapir-Whorf (cf. [capítulo 2](#) do presente estudo) no seio da Psicolinguística. Embora não a mencione explicitamente, Bowerman redimensiona esta problemática utilizando uma metodologia psicolinguística, tanto ao nível intralinguístico (para o Inglês, o Coreano ou o Neerlandês), como na comparação de vários idiomas, ou seja, em análises interlinguísticas.

PARA SABER MAIS¹

A evidência proveniente da linguagem infantil confronta os dois modelos: o clássico e o cognitivo. Se, de acordo com o primeiro modelo, a criança começa por [ter acesso às categorias](#) com o mínimo de traços característicos, somos levados a pensar que as primeiras categorias a adquirir são as abstractas. Estas categorias são, no entanto, de aquisição relativamente tardia, dando prioridade às de carácter básico com saliência perceptual, funcional e referencial.

A contrastar com o modelo clássico, o modelo não-clássico de carácter prototípico implica a existência de uma hipoextensão inicial. De acordo com este enquadramento, as categorias prototípicas irão, inicialmente, cristalizar em torno da representação mental que a criança tiver do protótipo, formando-o provavelmente como um feixe de atributos perceptuais e funcionais, ou então, como um "*gestalt*" holístico. Se a aquisição, no modelo clássico, implica uma restrição da hiperextensão inicial efectuada em etapas discretas, a aquisição – segundo a versão não-clássica – significará então, pelo contrário, uma assimilação à categoria com base na semelhança com o protótipo, levando a uma progressiva extensão do núcleo inicial. As

¹ **PARA SABER MAIS** sobre a aquisição do espaço, bem como sobre a da competência narrativa, consulte os estudos de Hendrix e de Hickmann e, para Português, Batoréo, 2000 [1996].

emergentes versões prototípicas que a criança irá formar em várias etapas do desenvolvimento não precisam, obrigatoriamente, de constituir subsistemas do sistema-alvo, conforme defende a teoria clássica. A aprendizagem categorial significará, antes, um gradual ajustamento da representação prototípica às normas adultas e uma capacidade de seleccionar as dimensões apropriadas da semelhança como critério de pertença categorial. Os estados intermédios caracterizar-se-ão por extensões em relação à etapa inicial e/ ou implicarão vários graus de sobreposição, acabando por criar uma categoria isomórfica com a categoria adulta. Repare-se que o fenómeno de hiperextensão surge em ambas as abordagens, mas ganhando peso e apresentando caracterização muito distinta. Enquanto no modelo clássico a hiperextensão é inicial – o que significa que a pertença à categoria ainda não sofreu um estreitamento indispensável, não apresentando o sistema infantil (alguns d)os traços definidores do sistema adulto –, no modelo não-clássico ela constitui o alargamento do núcleo conceptual inicialmente muito reduzido. Por sua vez, no modelo prototípico, este alargamento global é constituído por uma série de extensões e restrições graduais – em oposição aos passos discretos postulados para o modelo clássico –, sendo a estabilidade característica do núcleo do protótipo o que contrasta com a vagueza da periferia de fronteiras oscilantes. Uma das extensões típicas que surgem em várias línguas – embora em grau de convencionalização e frequência diversificadas –, é o emprego de verbos tais como '*abrir*' e '*fechar*' no sentido de '*ligar*' vs. '*desligar*' em relação à luz e aparelhos eléctricos, assim como no caso do acesso à água e/ ou ao gás. Trata-se do emprego de uma metáfora espacial de contentor a três dimensões – passível, por conseguinte, de ser '*aberto*' ou '*fechado*' –, aplicada ao domínio de uma aparelhagem que se põe a funcionar, permitindo o acesso à fonte de energia, ou se desliga, vedando este acesso. (Taylor, 1989: 255).

A perspetivação introduzida na Psicolinguística pelos estudos intra e interlinguísticos leva-nos a redimensionar muita da problemática tradicionalmente central à investigação linguística, como por exemplo a da tipologia linguística. Conforme salienta Comrie (1988), a tipologia linguística tem que ser reapreciada e reanalisada muito para além dos critérios tradicionais de categorização genética e de propriedades estruturais nos traços das línguas descendentes na mesma família de idiomas. O potencial linguístico humano é muito diferenciado, o que implica grande variação entre as línguas que podem ser comparadas em termos das suas estruturas. A variação existente não é aleatória e estudá-la implica estudar restrições a ela inerentes, ou seja, procurar parâmetros que a definem. A tipologia morfológica tradicional surge bastante limitada e prova que é difícil falar em tipologias absolutas sem excepções, em que uma língua pertence apenas a um único género tipológico.

«Ultimately, it is children, not computer programs or abstract algorithms, that actually do the language learning, and by examining their behavior and that of their parents, we can try to figure out how their learning strategies operate. Although many scholars in the last 100 years and more have kept diaries of their children's speech (Charles Darwin was one of the first), it was only after portable tape recorders became available in the late 1950s that children's spontaneous speech began to be analyzed systematically within developmental psychology (see Brown 1973; Marastos 1983; Gleitman and Wanner 1982). These *naturalistic studies* of children's spontaneous speech have become even more accessible now that they can be put into computer files and disseminated and analyzed automatically (MacWhinney and Snow 1985). They are complemented by *experimental methods*; in *production* tasks children utter sentences to describe pictures or scenes, in response to questions, or to imitate target sentences; in *comprehension tasks* they listen to sentences and then point to pictures or act out events with toys; in *judgment tasks* they indicate whether or which sentences provided by an experiment sound "silly" to them.» (Pinker, 1990: 207).

«**Why study these acquisitions?** One motivation is an interest in the learning process itself. Even assuming that children innately possess a substantial base of linguistic knowledge, there exists considerable variation across languages. [...] These are the acquisitions that any adequate theory must account for, and explaining how all normal children come to possess such knowledge on the basis of limited input poses puzzles of extraordinary intellectual depth. But there are other reasons for studying language acquisition. Scholars from Aristotle to Wittgenstein have used the process of a child acquiring her first language as a way to explore broader questions about the nature of grammar, thought, and meaning. Philosophers turn to the logical problem of lexical acquisition when debating the nature of word meaning, linguists use the study of language acquisition to explore the nature of universal grammar, and psychologists have analyzed everything from infant babbling to overgeneralization of the past-tense morpheme when contrasting theories of learning and mental representation.» (Bloom, 1993: 1-2).

«Será necessário definir previamente o que se entende por "erro". A palavra "erro" é utilizada [...] não no sentido habitual, que tem conotações normativas, mas como mero indicador de diferenças em relação à *performance* dos adultos. [...] Na perspectiva assumida no presente estudo, as *performances* das crianças que não correspondam à gramática-padrão não serão consideradas erradas. Elas serão estudadas *em si*, não à luz da gramática do adulto, mas a partir do seu próprio sistema. Defender-se-á que para cada estágio a criança tem uma gramática "ótima" (White 1982) – pode mesmo dizer-se que a criança não erra se os seus erros são sistemáticos, se ela respeita a *sua* gramática.» (Vasconcelos, 1991: 60).

«I assume that all human beings have the same basic perceptual and cognitive capacities and can in principle recognize the same similarities and differences among [spatial configurations](#) or other to-be-categorized referents. However, to the extent that languages use different criteria for classifying referents, semantic categories cannot be viewed as a direct reflection of the structure of non-linguistic thought. Instead, they constitute a level of organization in which, from among all the possible ways of human beings can classify the elements of their experience, a language selects and combines certain options and not others. It is therefore a level of organization in which, from among all the possible ways human beings can classify the elements of their experience, a language selects and combines certain options and not others. It is therefore a level of organization that children must learn, through experience with the way linguistic forms are used in the speech around them.» (Bowerman, 1989: 149-150).

«The classical view predicts that the first categories to be learnt by the child will be those specified by a minimum number of features. These categories will, perforce, be categories at a very high level of abstraction like PHYSICAL OBJECT, ANIMAL, etc. There is strong evidence, however, that abstract categories emerge relatively late in the child's development, well after the acquisition of categories at the basic level (Brown, 1958). [...] The salience of basic level categories, even in very young children, is fully in accord with Rosch's hypothesis that basic level categories maximize the perceptual, functional and other attributes of the things which occur in the world [...].» (Taylor, 1989: 252-253).

Estrutura Semântica

À unidade linguística é associada, convencionalmente, uma unidade conceptual, determinada pelo mundo exterior ao Homem, com a qual este se relaciona. O objectivo da teoria linguística é, por conseguinte, estudar a natureza do significado, ou seja, a conceptualização, entendida como processamento cognitivo.

O conhecimento do mundo determina a experiência humana que, por sua vez, define a conceptualização inerente ao significado das estruturas linguísticas. Esta conceptualização pode ser caracterizada por estruturas denominadas, conforme os autores, como "espaços", "domínios" ou "modelos mentais" ou então como "modelos cognitivos (idealizados)". Sendo o significado o assunto central de toda a teoria linguística, a semântica (considerada como específica de uma dada língua particular) e, sobretudo, a estrutura semântica constitui o seu núcleo indiscutível.

O constructo básico da Gramática Cognitiva caracteriza-se pela relação simbólica entre uma unidade semântica e uma unidade fonológica, em que a gramática é concebida como um "inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais", baseado no uso linguístico, que abrange unidades sujeitas à categorização, tipicamente polissémicas e estruturadas com base em esquemas e protótipos (cf. o estudo sobre o **protótipo espacial** em Português, em Batoréo, 1999).

«The most fundamental issue in linguistic theory is [the nature of meaning](#) and how to deal with it. I take it as self-evident that meaning is a cognitive phenomenon and must eventually be analyzed as such. Cognitive grammar therefore equates meaning with conceptualization (explicated as cognitive processing).» (Langacker, 1987: 5).

«Domain – A coherent area of conceptualization relative to which semantic units may be characterized. Three-dimensional space, smell, color, touch sensation, etc. are basic domains. A concept or conceptual complex of any degree of complexity can function as an abstract domain (e.g. the human body, the rules of chess, a kinship network) [...]», (Langacker, 1987: 488).

«Semantic structure – A conceptualization shaped in accordance with linguistic convention and functioning as the semantic pole of a linguistic expression». (Langacker, 1987: 493).

«[...] The grammar of a language is defined as those aspects of cognitive organization in which resides a speaker's grasp of established linguistic convention. It can be characterized as a **structured inventory of conventional linguistic units**.» (Langacker, 1987: 57).

«1. **Semantic structure** is not universal; it is language specific to a considerable degree. Further, semantic structure is based on conventional imagery and is characterized relative to knowledge structures.

2. **Grammar (or syntax)** does not constitute an autonomous formal level of representation. Instead, grammar is symbolic in nature, consisting in the conventional symbolization of semantic structure.

3. There is no meaningful distinction between **grammar and lexicon**. Lexicon, morphology, and syntax form a continuum of symbolic structures, which differ along various parameters but can be divided into separate components only arbitrarily.» (Langacker, 1987, 2-3).

«As únicas **unidades** permitidas na gramática de uma língua são (i) estruturas semânticas, fonológicas e simbólicas, que ocorrem indissimuladamente como (partes de) expressões linguísticas, (ii) esquemas destas estruturas e (iii) relações de categorização (*elaborações* de um esquema e *extensões*, metafóricas e metonímicas fundamentalmente, de um protótipo), envolvendo as estruturas de (i) e (ii).» (Silva, 1995a: 4).

«**Schema** – Structure A is a schema with respect to structure B when A is compatible with the specification to B but characterizes corresponding entities with less precision and detail (The relation between A and B is equivalent to that between a superordinate and subordinate node in a taxonomic hierarchy)» (Langacker, 1987, 492);

«**Instantiate** – To elaborate; an instantiation is a subcase of a schema (consistent with its specifications but more precise)» (Langacker, 1987: 490).

«**Prototype** – That unit in a schematic network which is naturally more salient, most often thought of, most likely to be chosen as representative of the category. In a generalized sense, the term is also adopted for the standard in a categorizing relationship based on extension rather than schemacity» (Langacker, 1987: 492).

A centralidade é uma das características importantes do próprio enquadramento teórico da Linguística Cognitiva, constituindo uma das noções-chave da **prototipicidade**: «**Centrality** - One of the dimensions that differentiate the elements in our (encyclopedic) knowledge of an entity: some elements are more central, and others are more peripheral, to our conception of it. Centrality which can be equated with likelihood of activation in a neutral context, correlates with the degree to which a specification is conventional, generic, intrinsic, and characteristic» (Langacker, 1987: 486).

Gramática Cognitiva

As dimensões aqui especificadas funcionam, igualmente, na descrição da gramática da língua: na Gramática Cognitiva as classes gramaticais são determinadas pela natureza da sua proeminência e caracterizadas em termos esquemáticos e prototípicos. Destacam-se duas categorias fundamentais: a dos nomes, que do ponto de vista prototípico designa objectos físicos discretos, e a dos verbos, que determina interacções energéticas decorrentes entre estes objectos. Segundo o modelo cognitivo a que Langacker atribuiu o nome de "[modelo bola-de-bilhar](#)", o mundo é constituído por objectos portadores de nomes que interagem por trocas de energia quando entram em contacto. Dado o seu carácter inerentemente simbólico, as construções gramaticalmente válidas apresentam valores conceptuais e semânticos e podem ser analisadas segundo os princípios determinados e desenvolvidos na Linguística Cognitiva. Langacker (1991) aplica estes princípios a um amplo conjunto de fenómenos de gramática tais como, por exemplo, a modalidade, a nominalização, a transitividade, a agentividade (cf. Almeida, 1995).

Para sintetizar, observe-se que, no modelo teórico da Linguística Cognitiva, **a análise gramatical e a análise semântica são indissociáveis**: uma análise gramatical que não dá conta do significado limita-se apenas a fornecer uma listagem de formas indefinidas. Recapitulando, [o estudo do significado](#) – objectivo central desta teoria – pode ser abordado em função dos determinados pressupostos de base (Langacker, 1988b: 50).

Por conseguinte, no enquadramento teórico da Linguística Cognitiva, [o estudo das formas](#) não pode ser dissociado do estudo dos significados a elas associados e por elas simbolizados, quer no que se refere à língua materna quer no que diz respeito à língua não-materna.

«A estrutura da oração é caracterizada por Langacker relativamente a determinados *modelos cognitivos idealizados*. Um é o "[modelo bola-de-bilhar](#)", pelo qual a oração é concebida como uma *cadeia de acção*, cujo objecto iniciador do fluxo de energia corresponde ao sujeito (*o trajector* de um processo perfilado a nível oracional) e cujo objecto final desse fluxo corresponde ao objecto directo (o marco primário do processo). O sujeito prototípico é pois a *fonte de energia* volitiva que inicia a cadeia de actividade, isto é, um agente (humano) responsável pela ocorrência do evento; o objecto directo prototípico é um paciente, um objecto inanimado que absorve a energia transmitida e que por isso mesmo sofre uma mudança interna de estado. Estes são os dois participantes "directos" ou centrais do processo perfilado por uma oração (sendo o sujeito o mais proeminente); qualquer outro é considerado "oblíquo" e é geralmente marcado (por preposições nas línguas sem sistema morfológico de caso).» (Silva, 1995a: 8-9).

O estudo do significado – pressupostos de base de Linguística Cognitiva

(Langacker, 1988b: 50)

- (i) **A linguagem constitui um todo conceptual e simbólico.** O significado reduz-se, por conseguinte, à conceptualização, entendida como experiência mental e explicitada em termos de processamento cognitivo;
- (ii) **A Gramática é um inventário estruturado** de unidades linguísticas convencionais, sujeitas à categorização e estruturadas com base em esquemas e protótipos;
- (iii) Uma expressão linguística utilizada com frequência proporciona, por regra, uma **rede de sentidos inter-relacionados**, dando origem à **polissemia**;
- (iv) **As estruturas semânticas caracterizam-se em função de domínios cognitivos** (entendidos como áreas de conceptualização, i.e., conceitos ou complexos conceptuais), devidamente configurados e sujeitos a extensões e elaborações;
- (v) **A estrutura semântica** é determinada pelo "perfil" (*designatum*) em relação à "base", criando oposição **Figura/ Fundo**;
- (vi) **As estruturas semânticas são portadoras de imaginários convencionalizados**, o que permite efectuar determinados construtos conceptuais.

«Diferenças formais entre línguas são sintomas de diferenças de conceptualização. Aprender uma língua estrangeira significa, portanto, aprender não somente as formas, mas também as estruturas conceptuais associadas a essas formas, umas idênticas, e por isso cognitivamente "naturais", outras diferentes, cognitivamente "marcadas", em relação às correspondentes da língua materna.» (Silva, 1995a: 10).

3. Linguística Cognitiva

Holismo

A Linguística Cognitiva afirma-se contra as teses da autonomia e da modularidade, concebendo a linguagem numa visão holística de um todo conceptual e simbólico.

A teoria holística do significado defendida pela Linguística Cognitiva – em que o símbolo unitário é apenas tomado em consideração enquanto parte de um sistema de significados que constitui um *todo* envolvente – surge na tradição linguística e filosófica de Frege (1984), Wittgenstein (1953) e Davidson (1984). Esta tradição encontra a sua continuação e desenvolvimento em Quine (1992), Lewis (1992), Churchland (1992) e outros.

«Cognitive grammar thus diverges quite radically from the mainstream of contemporary **linguistic theory**, particularly as represented in the generative tradition. The differences are not confined to matters of detail, but reach to the level of philosophy and organizing assumptions. I will succinctly sketch these differences as they pertain to the nature of linguistic investigation, the nature of a linguistic system, the nature of grammatical structure, and the nature of meaning.» (Langacker, 1988a: 3).

«Cognitive grammar is offered as an **alternative to the generative tradition**, and rejects many of its underlying assumptions. There are nevertheless a number of parallels to be noted between this framework and developments in one or another version of generative theory. Cognitive grammar is not in any significant sense an outgrowth of generative semantics, but it does share with that conception a concern for dealing explicitly with meaning, and for providing a unified account of grammar and lexicon [...]. Current doctrine favors a minimalist account of linguistic knowledge, described in accordance with a complex array of theoretical apparatus featuring specialized devices for the various "components" of the linguistic system. By contrast, cognitive grammar pursues a maximalist account of linguistic knowledge, and tends toward austerity in the adoption of theoretical constructs; it seeks a unified treatment of the various facets of the domains in question rather than the basic constructs invoked to handle them». (Langacker, 1988d: 160).

«**Semantic holism** is a doctrine about the metaphysically necessary conditions for something to have meaning or content". "[...] it's about the doctrine that only whole languages or whole theories or whole belief systems really have meanings, so that the meaning of smaller units – words, sentences, hypotheses, predictions, discourses, dialogues, texts, thoughts, and the like – are merely derivative.». (Fodor e Lepore, 1992: X).

«**Meaning** is [...] something that words have *in sentences*; and it is something that sentences have *in a language*. Just as nothing is a heart except as it is part of a whole *system* of organs, and nothing is a Ministry of Finance except as it is part of a whole *system* of institutions, so nothing is a symbol except as it is part of a *whole system of signifiers*. "Only in the context of a sentence does a word have a meaning" says Frege ("On sense and reference"), and "to understand a sentence is to understand a language", says Wittgenstein (*Philosophical Investigations*, parag. 199). And Davidson puts the two together: "only in the context of the language does a sentence (and therefore a word) have a meaning" ("Truth and Meaning", p. 22). It looks as though some of the arguments for these conclusions require only truisms for their premises. No wonder the conclusions themselves are so widely taken for granted» (Fodor e Lepore , 1992: IX-X).

«**Meaning (or semantic) holism** must be distinguished from a number of related ideas with which it's easily confused: from holism about confirmation, for example, or about interpretation or about the individuation of functional properties. These other kinds of holism might be true even if meaning holism isn't. Or at least, so it seems; unless there are arguments to show not just that confirmation, interpretation, or the individuation of functional properties is holistic but also that the meaning of a symbol is somehow determined by facts about how its applications are confirmed or how its tokens are interpreted or the functions that it performs.» Ver, também, Fodor e Lepore, 1992: I.

Unidades Não-Discretas

A não-discrição constitui um dos pressupostos metodológicos básicos da Linguística Cognitiva, subjacente à prototipicidade e à parecência de família.

De acordo com Geeraerts et al. (1994), por exemplo, a própria estrutura da variação lexical pode ser determinada quer pela variação semântica – tanto semasiológica como onomasiológica –, quer pela variação externa. A distinção de traços básicos de *não-igualdade* e de *não-discrição* permite definir quatro tipos diferentes de efeitos prototípicos, tanto extensionalmente, isto é, a nível referencial, como intensionalmente (= com intensidade), ou seja, a nível dos significados. O traço de não-igualdade abrange diferentes graus de saliência e a estrutura interna entre o centro e a periferia, quer a nível da tipicidade dos membros de uma categoria quer a nível do agrupamento de significados em parecências de família e conjuntos radiais de sobreposições. O traço de *não-discrição* refere a flexibilidade, o que se traduz na ausência de limites nítidos a nível referencial e na ausência de definições em termos de condições necessárias e suficientes. Estas quatro características da prototipicidade não são co-extensivas, como mostra o exemplo da categoria *ave* (= "*bird*"), em que se verifica a existência de três das quatro características estabelecidas. De facto, a nível referencial a categoria é bem-delimitada, já que um animal não pode ser apenas vagamente caracterizado como pertencente à categoria das aves; a pertença é discreta: ele ou é ou não é categorizado como tal. A categoria apresenta, no entanto, as outras três características prototípicas, dado existirem representantes da categoria mais ou menos típicos (veja-se o exemplo do pardal – mais prototípico – e do pinguim – espécie não-típica), visto os membros da categoria poderem ser agrupados por parecências de família (segundo, por exemplo, cor, tamanho, hábitos de vida) ou em subgrupos sobrepostos e dado não ser possível a definição de *ave* em termos de condições necessárias e suficientes, ou seja, em função de traços tais como 'capacidade de voar' ou 'animal com penas' (o kiwi ou o pinguim não preencheriam estes pré-requisitos formais). A escolha de uma determinada forma lexical para um determinado referente prende-se, por um lado, com a prototipicidade semasiológica desse referente e com a saliência (= 'entrenchment') onomasiológica dessa forma enquanto categoria e, por outro, com factores externos de natureza pragmática ou sociolinguística (cf. o estudo do verbo 'deixar', em Português, em Silva 1999 [1997]).

Non-discreteness: «Much in language is a matter of degree. Linguistic relationships are not invariably all-or-nothing affairs, nor are linguistic categories always sharply defined and never fuzzy around the edges. This is perhaps unfortunate from the analytical standpoint – discrete entities are easier to manipulate, require simpler descriptive tools, lend themselves to stronger claims, and yield esthetically more pleasing analyses – but it is true nonetheless. Eventually the predilections of the analyst give way to the actual complexity of the empirical data. Nondiscrete aspects of language structure must be accommodated organically in the basic design of an adequate linguistic theory. The issue of discreteness has a number of interrelated dimensions. Four merit a closer look here. The first of these is the adequacy of simple, categorial judgments. The second is whether the criterial-attribute model or the prototype model offers a better account of linguistic categorization. The third dimension is the appropriateness of imposing a sharply dichotomous organization on gradient phenomena. The final dimension is whether an integrated system is adequately described componentially (as a bundle of features), or whether some type of holistic representation might also be required» (Langacker, 1987: 14).

«Linguistic structures are more realistically conceived as falling along a **continuous scale of entrenchment** in cognitive organization. Every use of a structure has a positive impact on its degree of entrenchment, whereas extended periods of disuse have a negative impact. With repeated use, a novel structure becomes progressively entrenched, to the point of becoming a unit; moreover, units are variably entrenched depending on the frequency of their occurrence [...]» (Langacker, 1987: 59).

«Tomando uma outra categoria diferente, o verbo *deixar* [...] evidencia estes quatro efeitos prototípicos. Por um lado, ele não permite uma definição (clássica) em termos de condições necessárias e suficientes: algo como 'afastamento, separação' é ambíguo e algo como 'não (inter)agir' é extremamente genérico. Por outro lado, a sua estrutura compreende dois núcleos semânticos – (i) 'suspender a interacção' (afastar-se, abandonar, ceder, legar, etc.) e (ii) 'não intervir' (não impedir, permitir, largar-soltar, etc.) – estruturados por idênticas dimensões, inter-relacionados e com áreas de sobreposição. Por outro lado, ainda, a delimitação entre estes dois núcleos não é nítida: casos como "deixar alguém na dúvida", "deixar alguém em paz" são de difícil categorização. Finalmente, cada um dos referidos núcleos contém significados mais típicos do que outros: por exemplo, 'suspender activamente a interacção não-espacial' (abandonar, transferir o direito de posse ou uso) é mais típico do que 'suspender a interacção espacial' (afastar-se, ir embora); e 'não intervir passivamente' (não impedir) é mais típico do que 'não intervir activamente' (permitir, largar-soltar); ou ainda, "deixar cair", "deixar alguém enganar-se" são casos periféricos de 'não intervir', e "deixar alguém na duvida" representa uma instância não típica de 'suspender a interacção'. [...]. Retomando o verbo *deixar*, fácil é verificar que ele pertence a vários campos lexicais: ao campo psico-social das relações interpessoais (no sentido de 'abandonar'), ao campo da (mudança de) posse ('legar'), ao de movimento ('afastar-se', 'não se aproximar'), ao campo deontico da permissividade ('permitir', 'não intervir'), etc. E todas estas (bem) definidas categorizações estão inter-relacionadas. [...]. Tomando uma vez mais o verbo *deixar*, note-se como factores estilísticos influenciam a escolha entre *permitir* (termo mais formal) e *deixar* para nomear a acção de 'conceder permissão', bem como a escolha entre *abandonar* (termo afectivamente mais "carregado") e *deixar* (expressão eufemística) para nomear a acção de 'romper uma relação ou função'.» (Silva, 1995b: 5-6).

Imagens

Embora no sentido mais geral o significado se identifique com a conceptualização (entendida como um tipo de "experiência mental"), é igualmente significativo como este conteúdo conceptual se constrói convencionalmente. As construções (= '*construals*') criam imagens convencionais (= '*imagery*') em dimensões variadas que, por sua vez, abrangem, por exemplo, diferentes níveis de *especificidade*.

A abordagem de uma situação varia em função da perspectivação adoptada, isto é, do *posicionamento estratégico* (por exemplo, deíctico) ou do grau de *objectividade/ subjectividade* utilizado. Uma determinada entidade pode ser, ainda, concebida relativamente ao plano do fundo diferente (= '*background*'), criando uma organização cognitiva assimétrica de tipo Figura/Base ou *Figura/Fundo* dentro de uma determinada *Cena*. A **Cena** é, aqui, equivalente ao Domínio abstracto ('*abstract domain*') de Langacker.

Na terminologia específica de Langacker (1987, 231-243) trata-se de *Trajector* (= '*trajector*') e *Marco* (= '*landmark*'), enquanto Talmy (1985 e ss.) segue a dicotomia geralmente aceite de *Figura* (= '*figure*') e plano de *Fundo* (= '*ground*'), indicada, também, em Langacker (1987), ver, também, "Denotatum" vs. "Designatum" in J.P. Bronckart et al. (1983).

Torna-se evidente, por conseguinte, que para caracterizar uma expressão se distingue o seu perfil ou seja uma determinada sub-estrutura em que se foca a atenção relativamente à *base* ou seja ao domínio cognitivo que ela requer para a sua caracterização. Esta dimensão abrange a relativa *proeminência* de uma entidade em relação a outra, ora como *saliência* ora como definição do *perfil*.

A construção da *Figura* implica a atribuição especial de proeminência como entidade à volta da qual a Cena é organizada.

Como as dimensões das imagens se fundamentam, por um lado, em aspectos universais da experiência humana e, por outro, representam a manifestação linguística de capacidades cognitivas em geral, elas podem ser abordadas como candidatas ao estatuto de universais ou mesmo primitivos linguísticos.

Como noção básica no processo de conceptualização revela-se o conceito de 'vagueza' ('fuziness') do pensamento e da impossibilidade directa da definição inequívoca de uma língua natural, conforme defende Lakoff, em 1972.

Segundo os linguistas cognitivos, o que define o significado não é uma forma linguística isolada mas um modelo cognitivo idealizado – idealized cognitive model –, i. e., uma estrutura global, constituída por uma imagem de situação que representa o conteúdo do enunciado produzido pelo locutor e que se encontra na mente do falante. Este significado deveria ser analisado de modo global, conforme rezam as regras da teoria do gestaltismo adoptadas na metodologia de cognitivismo: a estrutura prototípica, a estrutura do esquema imagético e os correlacionamentos de tipo metonímico e metafórico.

«Imagery – The ability to construe a situation in alternate ways for purposes of thought or expression, e.g. by effecting various types of focal adjustment» (Langacker, 1987: 490).

«By **imagery**, I do not refer to visual imagery or sensory imagery more generally, as studied by Kosslyn (1980), Shepard (1978), and others (though I believe this phenomenon to be both cognitively and semantically significant). I refer instead to our amazing mental ability to "structure" or "construe" a conceived situation in many alternate ways. In view of its obvious significance, it is surprising that this ability has received so little systematic attention. I would argue, in fact, that imagery is crucial to a revealing account of either semantic or grammatical structure, and provides the necessary foundation for a subjectivist theory of meaning.» (Langacker, 1988b: 63).

«Perspective – The way in which a scene is viewed. Aspects of perspective include figure/ground alignment, vantage point and subjectivity» (Langacker, 1987: 91).

«[An abstract domain](#) is essentially equivalent to what Lakoff (1982, 1987) terms an **ICM** (for **idealized cognitive model**) and what others have variously called a **frame**, **scene**, **schema** or even **script** (at least in some uses)», (Langacker, 1987: 150 (nota 4)).

«Impressionistically, the figure within a scene is a substructure perceived as "standing out" from the remainder (the ground) and accorded special prominence as the pivotal entity around which the scene is organized and for which it provides a setting. Figure/ground organization is not in general automatically determined for a given scene; it is normally possible to structure the same scene with alternate choices of figure. However various factors do contribute to the naturalness and likelihood of a particular choice. A relatively compact region that contrasts sharply with its surroundings shows a strong tendency to be selected as the figure». (Langacker, 1987: 120.)

«Base – The cognitive structure against which the designatum of a semantic structure is profiled; the ground with respect to which the designatum is the figure. The base includes significations in one or more domains, which collectively are called the matrix of the semantic structure» (Langacker, 1987: 486).

«**Profile** – The entity designated by a semantic structure. It is a substructure within the base that is obligatory accessed, functions as the focal point within the objective scene, and achieves a special degree of prominence (resulting in one level of figure/ ground organization)» (Langacker, 1987: 491).

Definição do perfil: «Por exemplo, "copo meio-vazio" e "copo meio-cheio" têm as mesmas condições de verdade, mas diferem, pois são construídas por diferentes suposições e expectativas. [...] As frases (i) "O copo está meio-cheio" e (ii) "O copo está meio-vazio" têm por *base* toda a informação relativa à existência de um continente (copo) e de um conteúdo (o que ele contém), bem como o conhecimento específico do conceito 'copo' (um objecto que prototipicamente contém uma espécie de líquido para beber), e apresentam, como aspecto que participa directamente na relação expressa, isto é, como *zona activa*, o líquido. Mas estas mesmas frases **perfilam** coisas diferentes: (i) perfila a parte inferior do copo (o seu conteúdo) e (ii) perfila a parte superior do mesmo (o restante da sua capacidade)» (Silva, 1995a: 5-6).

«Por exemplo, não obstante *em cima* e *em baixo* representarem o mesmo domínio conceptual e perfilarem a mesma relação espacial, o seu contraste deve-se ao alinhamento *trajector/marco*: *X está em cima de Y* toma *Y* como *marco* para a localização do *trajector* (*X*), ao passo que *Y está em baixo de X* utiliza *X* como *marco* para a localização de *Y* (o *trajector*). O facto de as frases como "??O burro está por baixo do rapaz" ou "??A casa está em frente do carro" serem pouco aceitáveis, em oposição a "O rapaz está em cima do burro" e "O carro está em frente da casa", permite depreender, além do mais, que o *marco* é normalmente conceptualizado como o elemento mais fixo e mais englobante da cena». (Silva, 1995a: 5-6).

«Natural language concepts have vague boundaries and **fuzzy edges**» (Lakoff, 1972: 183).

«The claim is that at least some semantic features are gradable, i.e. they can take on a range of values between 1 and 0. A good candidate for the status of a **fuzzy feature** would be [Tall]. To the extent that a fuzzy feature enters into the definition of a word meaning (e.g. the meaning of the adjective tall), that word would exhibit fuzziness. Thus, an entity might display the feature [Tall] only to a certain degree, say 0.75, i.e. the entity would count as 'fairly tall', not 'very tall'. Another entity might display the feature to a greater degree, say 0.95. Thus, of two tall entities, one could be described as taller than the other. At one time, Lakoff (1972) was optimistic about the potential contribution of fuzzy set category to linguistic semantics. Recently, however, he has expressed the view that the approach is of only marginal interest of the cognitive linguist (1987, 1996). The reason is that the kind of fuzziness said to be associated with the category TALL is only superficially comparable with the prototype effects exhibited by the categories studied [...]. The fuzziness of GAME, CUP, FURNITURE, etc. is not the consequence of the fuzziness of any of the semantic features whose conjunction can be said to define the essence of the categories. These categories are structured by a criss-crossing of similarities, not by a set of necessary and sufficient conditions. [...] While the former aspect could well be a candidate for a fuzzy feature, the latter certainly are not.» (Taylor, 1991: 54-55).

«The main thesis [...] is that we organize our knowledge by means of structures **called idealized cognitive models**, or ICM's and that category structures and prototype effects are by-products of that organization. [...].

Each ICM is a complex structured whole, a gestalt, which uses four kinds of structuring principles:

- propositional structure, as in Fillmore's frame
- image-schematic structure, as in Langacker's cognitive grammar
- metaphoric mappings, as described by Lakoff and Johnson
- metonymic mappings, as described by Lakoff and Johnson.

Each ICM, as used, structures a mental space, as described by Fauconnier. [...] In general, any element of a cognitive model can correspond to a conceptual category. [...]» (Lakoff, 1987: 68-69).

«The ideas about **cognitive models** [...] have developed within cognitive linguistics and come from four sources: Fillmore's frame semantics (Fillmore, 1982b), Lakoff and Johnson's theory of metaphor and metonymy (Lakoff and Johnson, 1980), Langacker's cognitive grammar (Langacker, 1986), and Fauconnier's theory of mental spaces (Fauconnier 1985). Fillmore's frame semantics is similar in many ways to schema theory (Rumelhart, 1975), scripts (Schank and Abelson, 1977), and frames with defaults (Minsky, 1975).» (Lakoff, 1987: 68).

4.1. Metáfora conceptual na expressão de emoções e sentimentos

4.1.1. Expressão das emoções primárias: o exemplo da RAIVA

Tal como já foi indicado no capítulo 2.4. do presente estudo, as únicas duas emoções primárias que reúnem uma relativa concordância entre os estudiosos – e isto, até, entre os neurocognitivistas – são a *raiva* e o *medo*. Nos últimos vinte anos, a primeira delas, ou seja a *raiva* (ou: *ódio*, *cólera*, *fúria*) (ingl. [anger](#)), tem sido alvo de um interesse particular na área de Linguística Cognitiva, mostrando uma forte conceptualização estruturada, subjacente à expressão verbal, construída convencionalmente quer do ponto de vista fisiológico, quer do ponto de vista cultural.

PARA SABER MAIS¹

Quando se diz que alguém ‘*sobe (pelas) paredes*’ / ‘*amaranha pelas paredes*’, ‘*deita fumo pelos ouvidos/ pelas ventas*’ ou ‘*começa a ferver*’, em vez de, simplesmente, se referir que ‘*está com raiva*’, utiliza-se uma linguagem baseada em esquemas imagéticos, composta por metonímias e metáforas comuns (cf. Capítulo 3.1.3.), utilizadas no dia-a-dia, baseadas em imagens mentais, que traduzem o acto de “experienciar” as emoções. Repare-se que não se trata de um produto de uma imaginação singularmente original e rara, mas de **imagens mentais partilhadas pela comunidade cultural e linguística** que as emprega, **convencionalizadas pelo uso**, e não oferecendo dúvidas quanto à sua interpretação num contexto mais vasto.

No enquadramento teórico da Linguística Cognitiva, o ser humano, bem como a sua mente, é conceptualizado como um CONTENTOR, enquanto os estados mentais e fisiológicos, entre eles a RAIVA, são compreendidos como CONTEÚDOS. Prototipicamente, *o contentor contém o conteúdo*, ou seja, estabelece-se entre estas duas entidades uma relação de posse, o que – no

¹ PARA SABER MAIS sobre o estudo de RAIVA em Linguística Cognitiva, consultem-se os estudos de Kovecses (Kovecses 1986, 1988, 1990 e Lakoff & Kovecses, 1987), para o Inglês, e de Abrantes (1999) para o Português.

TEXTO H, ABRANTES, 2001b.

caso em estudo – dá origem às expressões '**ter raiva**' e '**estar com raiva**'. É o verbo '*ter*' que, também prototipicamente, estabelece a relação de inclusão, disponibilizando a entidade contida (segundo Taylor, «highlights the accessibility or immediate availability of an entity», 1996: 341-342).

Na sequência da conceptualização mais lata acima apresentada, a **metonímia conceptual** que resulta como a mais produtiva na expressão da *raiva* é o EFEITO PELA CAUSA, ou mais especificamente, segundo Kovecses, OS EFEITOS FISIOLÓGICOS DA RAIVA SÃO A RAIVA:

- (i) o calor (rubor, corar)
- (ii) a pressão interna (agitação)
- (iii) a interferência nas outras capacidades cognitivas (por exemplo, a visão).

Comparem-se, por conseguinte, os seguintes exemplos, que correspondem aos efeitos acima especificados:

- (i) '*Estar de cabeça quente*'; '*Corar de raiva*'; '*Vermelho de raiva*'; etc.
- (ii) '*Quase ter um enfarte*'; '*Quase ter um ataque*'; '*Ferver em pouca água*'; '*la-lhe dando uma coisa*'; '*As mãos tremiam-lhe de fúria*'; '*Mal podia conter a raiva*'; '*Estava a rebentar de raiva*'; etc.
- (iii) '*Ficou cego de raiva*'; '*Estava tão furioso que já não via nada*'; etc.

No que diz respeito às *metáforas* utilizadas na expressão verbal da *raiva*, sendo esquemas conceptuais produtivos, implicam a projecção de domínios já conhecidos do mundo das experiências concretas, motivada, do ponto de vista fisiológico, para a estrutura do domínio alvo no processo de conceptualização. Conforme já verificámos mais acima, a metáfora produtiva mais geral é O CORPO É UM CONTENTOR DE EMOÇÕES, em que elementos estruturais dominantes são um interior e um exterior do contentor, assim como um limite que os separa. Deste modo, quando *salta a tampa a alguém*, a imagem convencional que nos aparece é o corpo, enquanto um contentor de emoções, (isto é, o exterior), cheio de *raiva* (isto é, o conteúdo da emoção do interior) que, pela sua força, empurra (isto é, faz saltar) a tampa que separa o interior do exterior do contentor (isto é, o limite que os separa). Por conseguinte, uma pessoa que “experiencia” a *raiva* sente que o contentor do seu corpo se enche com esta emoção, até entrar em ebulição e, eventualmente, em ruptura com a solidez do contentor. É assim que surge o *cenário prototípico da raiva*, bem como os cenários alternativos *periféricos* da sua expressão (p. ex., *raiva frustrada, redireccionada, espontânea, cozida 'em lume brando'*, etc.) (cf. Abrantes, 1999: 118-120 e ss).

Segundo os estudos de Kovecses acima mencionados, uma metáfora mais concreta correspondente à raiva seria A RAIVA É CALOR, sendo a sua elaboração mais produtiva A RAIVA É O CALOR DE UM LÍQUIDO INCLUÍDO NUM CONTENTOR, ou, numa metáfora ainda mais central e representativa: A RAIVA É O CALOR DE UM FLUÍDO NUM CONTENTOR. Neste caso, lidamos, simultaneamente, com um produto de conceptualização metafórica e com a concepção metonímica da *raiva*, com base num dos seus efeitos fisiológicos: o aumento da temperatura do corpo, como consequência da experiência da raiva. Repare-se que, neste caso, a causa da *raiva* é **exterior** em relação ao Experienciador, situação paradigmática na metáfora geral O CORPO É UM CONTENTOR DE EMOÇÕES, acima analisada. No caso da metáfora mais específica, a causa externa – e, por conseguinte, consciente, – faz subir a temperatura de um líquido contido num espaço de capacidade limitada.

É, precisamente, esta a estrutura conceptualizada e a imagem subjacente a expressões que exprimem as diferentes etapas do processo:

- (i) o princípio do processo de raiva,
- (ii) a intensificação do processo,
- (iii) a explosão da raiva,

bem como os respectivos exemplos:

- (i) *‘Começou a encher’; ‘Começou a ferver’; ‘Começaram a subir-lhe os azeites’; ‘Começou a ferver-lhe o sangue’; ‘Subiu-lhe a mostarda ao nariz’; etc.;*
- (ii) *‘Está com os azeites’; ‘Está a fumar’; ‘Mal pode conter a raiva’; ‘Subiu aos arames’; ‘Subiu (trepou) pelas paredes’; ‘Subiu ao tecto’; ‘Subiu-lhe o sangue à cabeça’; ‘Deita fumo pelos ouvidos / pelas ventas’; ‘Chora de/por/com raiva’; etc. (cf. Faria, 1999: 13);*
- (iii) *‘Está a rebentar de raiva’; ‘Explode de fúria’; ‘Tudo o faz explodir’; ‘Atirar-se ao ar’; ‘Foi aos ares’; ‘Saltou-lhe a tampa’; etc.*

Kovecses (1990) entende que o modelo fisiológico da raiva, metonimicamente entendido como a própria emoção, pode ser concebido simultaneamente como em efeito de loucura, dando origem à metáfora A RAIVA É A LOUCURA, cujas expressões típicas são:

‘Ele fica fora de si’; ‘Isto deixa-o maluco’; ‘Isto está a dar comigo em doida’; ‘Ele fica histérico’; ‘Ele fica possesso’; etc.

Este modelo cultural está na base de extensão metonímica da metáfora acima apresentada, originando uma outra metáfora: O COMPORTAMENTO FRUSTRADO VIOLENTO INDICA A RAIVA, visível em expressões como:

*‘Arrancar os cabelos’; ‘Dar / bater com a cabeça na parede’; ‘Partir a loiça toda’;
‘Desatar aos berros’; ‘Bater com a porta’; ‘Torcer o pescoço a alguém’, etc.*

Nesta conceptualização, uma causa desencadeia uma forma de energia – a *raiva* – entendida como o calor interno. O calor pode ser entendido como o ponto de partida de uma outra força energética, tal como a pressão ou a agitação. Reconhece-se na *raiva* uma emoção negativa, passível de desencadear emoções igualmente negativas, reacções indesejáveis, ou, até, comportamentos agressivos dirigidos aos outros, em princípio de carácter exterior, consciente e volitivo.

A *raiva* faz, assim, surgir entre outras metáforas novas:

- (i) A RAIVA É UM Oponente (que é preciso controlar);
- (ii) A RAIVA É UM ANIMAL PERIGOSO;
- (iii) O COMPORTAMENTO ANIMAL AGRESSIVO É O COMPORTAMENTO FURIOSO e
- (iv) A RAIVA É UM FARDIO

Para ilustrar as metáforas apresentadas, comparem-se os seguintes exemplos:

- (i) *‘Ela lutou contra a raiva’; ‘Ela tratou de acalmar os ânimos’; ‘A raiva invadiu-a’; ‘A raiva apossou-se dela’; ‘Ficou possessa’; etc.;*
- (ii) *‘Ficou uma fera’; ‘Ficou como um cão raivoso’; ‘Ficou como um touro enraivecido’; etc.;*
- (iii) *‘Vinha a espumar’; ‘Cuspia fogo’; ‘Estava capaz de lhe bater’; ‘Estava capaz de o matar’; etc.;*
- (iv) *‘Descarregou (a raiva) em alguém’; etc.*

O factor de existência da imagem mental que nos permite avaliar consciente e/ou volitivamente um sentimento transparece ao nível da expressão verbal das emoções. Em princípio, se se reconhece que as percepções são causadas por factores externos e o conhecimento e a crença têm uma origem interna, o caso das emoções apresenta-se mais problemático, já que a sua causação pode ser tanto externa como interna, variando a sua expressão no uso de formas verbais Experienciais ou Agentivas.

Por conseguinte, no caso particular *da raiva*, podemos exprimi-la na perspectiva de **Experienciadores (Exp) da emoção**, suscitada por um estímulo exterior a nós que assume o papel de Agente (Ag). Neste sentido, nas situações em que nós (Exp) nos sentimos insultados por alguém (Ag), pelo atraso de um transporte (Ag) ou pelo adiamento de uma reunião (Ag), tornamo-nos sujeitos Experienciadores da evolução da (experiência da) *raiva* em nós. **Ficamos**

(Exp), assim, simplesmente *aborrecidos, zangados, irritados, irados, etc.* ou, então, *irritamo-nos* ou *aborrecemo-nos*.

Podemos, no entanto, perspectivar também a *raiva enquanto Agentes*, em expressões como ***sentir raiva*** em relação a algo, com os estímulos exteriores desagradáveis de carácter causal (cf. Abrantes, 1999: 117). No entanto, repare-se que numa situação Agentiva (ver o exemplo (ii) abaixo) é **pragmaticamente muito pouco frequente** utilizarmos simplesmente as formas verbais Agentivas correspondentes às Experienciadoras.

Observem-se, para o efeito, as seguintes **construções sintácticas de carácter paralelo**:

- (i) *Adão (Exp) enraiveceu-se com o comportamento de Eva (Causa).*
- (ii) ***O comportamento de Eva (Ag) enfureceu Adão (Pac)***
- (iii) *Adão (Exp) enfureceu-se.*

A imagem mental que, por nos perturbar, criamos de uma situação desagradável provoca em nós reacções corporais e mentais fortes **de carácter agentivo** e leva-nos a verbalizar os sentimentos de um modo **esquematicamente conceptualizado e partilhado ao nível da mesma comunidade**, utilizando metáforas, metonímias e esquemas prototípicos, o que dá origem a expressões tais como:

(Ag) + *cuspir fogo*,

(Ag) + *saltar a tampa* ou

(Ag) + *descarregar a fúria em alguém*.

Repare-se que a interpretação acima apresentada corresponde à análise fornecida pela ***Dinâmica de Forças***, proposta por **L. Talmy (1988)**, que visa analisar a interacção das entidades em termos de forças exercidas, tal como é perspectivada pela linguagem. Talmy defende, por exemplo, que **o próprio sujeito (Agentivo) de construção sintáctica (transitiva)** traduz o processo da *Dinâmica de Forças*, por o fazê-lo corresponder à parte consciente da mente, onde estão armazenados valores sociais e morais, e por a contrastá-la com a parte dos desejos, cujo carácter impetuoso e primário entra em conflito com a própria mente e trava com ela uma luta.

PARA SABER MAIS²

² **PARA SABER MAIS** sobre o estudo de *outras emoções* em Português, consulte-se Pires, 2001 e 2002, sobre o DESEJO e Florescu-Becken, 2002, sobre A ALEGRIA.

Na sequência do que acima se apresentou, realça-se que o esquema básico de análise das emoções **tem sempre carácter espacial**. Observe-se, por exemplo, que a cadeia causal no âmbito das emoções – ou seja, a causa da *emoção*, por um lado, e a *emoção* como origem causal por outro – é conceptualizada em função das relações de domínio físico, dimensionado no enquadramento espacial.

Pela convicção de que a organização espacial é central na cognição humana fica, assim, corroborada, mais uma vez, a Teoria Localista. Defendendo-se o papel fundamental das expressões espaciais na constituição de esquemas estruturais para as outras expressões (Batoréo, 2000 [1996]) e não esquecendo que na própria etimologia latina da palavra '*emoção*' encontramos o esquema imagético subjacente à expressão '*emovere*' – '*mover para fora*' de um movimento efectuado para fora (do nosso próprio corpo).

«[...] The expressions that indicate anger [...] are not a random collection, but rather are structured in terms of an elaborate cognitive model that is implicit in the semantics of language. This indicates that *anger* is not just an amorphous feeling devoid of any conceptual content, but rather that it has an elaborate cognitive structure.» (Kovecses, 1990: 68).

«[...] Quando se diz que alguém *ficou uma fera*, *arrancou os cabelos* ou que *lhe saltou a tampa*, tomar-se-á em atenção que a escolha das expressões não é arbitrária, convencionalizada num momento perdido no passado, mas antes obedece a um processo complexo e estruturado de conceptualização de um domínio emocional, que envolve simultaneamente factores culturais mais ou menos restritos e a experiência mais imediata do mundo.» (Abrantes, 1999: 134).

«Os efeitos físicos, entendidos como efeitos emocionais, são originados por uma causa externa, um acontecimento que despoleta a emoção no experienciador, que o leva a ter determinadas reacções físicas ou comportamentos específicos, que, entendidos como a manifestação da emoção, são linguisticamente expressos no lugar daquela. **A causa da raiva é, assim, normalmente exterior ao experienciador.**» (Abrantes, 1999: 112).

«For many emotions one can use either agentive or experiencial verb: *to fear* versus *to be afraid*, *to hate* versus *to feel angry*, and so on» (D'Andrade, 1987: 11). (Cf. Faria, 1999).

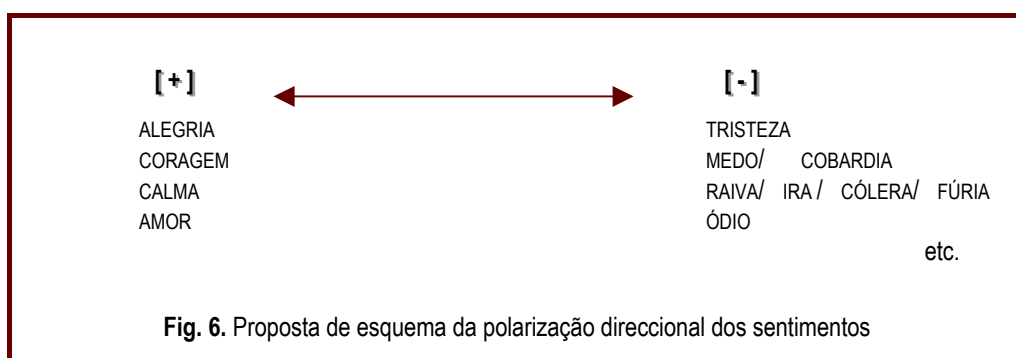
«This semantic arrangement is reflected syntactically in [the transitive constructions](#) [...]; the peripheral part of the self is expressed as **the subject Agent**, which **acts on the central part of the self appearing as the direct object Patient (the reflexive)**» (Talmy, 1988: 71).

«The conceptualization of emotion causality may be guided by the conceptualization of causality in general, and this domain may, in its turn, be guided (i.e. influenced and determined) by the way the *spatial domain is conceptualised*» (Dirven, 1997: 56, *itálicos nossos*).

4.1. Metáfora conceptual na expressão de emoções e sentimentos

4.1.2. A metáfora conceptual na expressão de sentimentos positivos e negativos

Na sequência do trabalho já efectuado, para o Português (cf. [subcapítulo anterior](#)), sobre a expressão de emoções e de sentimentos, a observação da produção linguística permite verificar que exprimimos sentimentos tanto positivos [+] como negativos [-] (Batoréo, 2003), que – a nível tipológico – podem ser organizados em pares conceptuais e semânticos antónimos, tal como proposto no esquema abaixo apresentado.



A consciência da existência da **polarização direccional**, intuitiva ao nível dos sentimentos e – por conseguinte – comportamentos emocionais, pode levar a defender a hipótese de existir, igualmente, a **polarização ao nível da expressão verbal, organizando por um lado a verbalização das emoções**, em função do protótipo do bem estar, do pólo positivo [+], e por outro, contrapondo-lhe, um núcleo oposto, de carácter negativo [-].

Esta hipótese parece encontrar a sua confirmação biológica ao [nível das neurociências](#).

Assim, a nível linguístico, observamos, aparentemente, a mesma polarização:

- *pulamos de alegria* (mas não: **de tristeza*);
- *salta-nos a tampa (de raiva)* (e não: **de amor*);
- *deitamos fumo pelos ouvidos/ pelas ventas* quando nos falta paciência (e não **quando contemplamos a natureza*);
- *aquecemos a conversa* ou *mantemos a discussão acesa*, enquanto, por outro lado, *congelamos o assunto* ou *mantemos um silêncio gelado*.

Os estudos desenvolvidos nos últimos anos na área da expressão dos sentimentos apontam, no entanto, para algumas “irregularidades” na tipologia anteriormente verificada:

- as expressões que exprimem as emoções **negativas** – tais como *a raiva* e *o medo* – são muito mais frequentes e ricamente expressas, nas línguas estudadas, do que as positivas;
- a nível da linguagem metafórica comum verifica-se uma certa **neutralização** da oposição direccional (positivo/ negativo), para dar, antes, destaque à **força da intensidade** do sentimento experimentado do que propriamente à sua polarização.

Repare-se que a segunda hipótese foi aventada, pela primeira vez, por Ungerer (1993) e Ungerer e Schmid (1996), que propunham uma análise unificada das emoções metafóricas básicas. Apesar das polarizações óbvias que deduzimos intuitivamente (e para as quais Damásio encontra justificação neurocognitiva), ao considerar as emoções em geral, facilmente reconhecemos que os limites que as separam são flexíveis na sua essência, o que transparece na expressão metonímica dos efeitos fisiológicos pelas causas emocionais (cf. Ungerer & Schmid, 1996: 132). A proximidade das relações fisiológicas às emoções resulta, ao nível da língua, em alguma indefinição na aplicação de expressões a estados emocionais. Veja-se, por exemplo, a associação das emoções às cores básicas, em expressões que revelam os efeitos fisiológicos daquela. Associadas à cor vermelha surgem emoções distantes na sua natureza, como o ÓDIO, o EMBARAÇO ou a PAIXÃO (cf. Abrantes, 1999: 116 e 108).

Assim, tanto os verbos agentivos – traduzindo os estados emocionais intensos – como as expressões estativas para sentimentos menos intensos neutralizam as oposições anteriormente consideradas.

	[-]	[+]
• Chorar com / de	raiva / tristeza / dor humilhação / horror	alegria / prazer / amor
• Chorar em		êxtase
• Ficar vermelho de	ódio / raiva / embaraço	paixão
• Ficar lívido / branco como a cal de	medo/ susto	
• Estar a ferver / Subir pelas paredes com / de	fúria / dor	alegria
• Perder a cabeça de	medo / raiva / desorientação	paixão
• Tempestade num copo de água por / com	raiva	paixão
Ficar com a cabeça quente		

Fig. 7. Neutralização (da polarização) das emoções nas expressões linguísticas

Com os exemplos atrás apresentados verifica-se que a análise efectuada na área da Linguística Cognitiva, sobretudo no âmbito da expressão da RAIVA, pode ser aplicada na análise de outros SENTIMENTOS fortes (positivos ou negativos, mas agentivos) em que a metáfora de base é: O SENTIMENTO (FORTE) É O CALOR DE UM LÍQUIDO DE UM CONTENTOR, ou numa metáfora ainda mais central e representativa: O SENTIMENTO É O CALOR DE UM FLUÍDO NUM CONTENTOR. Deste modo, lidamos, simultaneamente, com um produto de conceptualização metafórica e com a concepção metonímica do SENTIMENTO, com base num dos seus efeitos fisiológicos: o aumento da temperatura do corpo como consequência da experiência desta emoção provocada por uma causa externa (cf. o [capítulo anterior](#)).

A análise efectuada mostra que o que parece inicialmente determinante na análise das emoções: a direcionalidade, a intensão ou a agentividade estudadas separadamente umas das outras, não permitem uma abordagem aprofundada do fenómeno. Como sugere Ungerer (1997: 310-320), interessa estabelecer os elos de ligação tais **como a inferência emocional**, para a qual contam **as associações, a relevação da emoção e a selecção das suas causas**.

Observe-se, agora, como a neutralização atrás referida se manifesta numa área de marcadores linguísticos relativamente pouco estudados: as interjeições.

As interjeições constituem uma das manifestações linguísticas da expressão das emoções (Gonçalves, 2000a) tanto positivas como negativas. Isto quer dizer que, quer nos encontremos numa situação particularmente agradável – numa manifestação de alegria ou prazer, por exemplo, – quer numa situação desagradável – de medo, dor, tristeza ou repugnância – temos tendência para produzir *sons onomatopaicos*, do ponto de vista da Gramática considerados *interjeições*.

Uma breve análise comparativa efectuada nos dicionários mais conhecidos de Língua Portuguesa de apenas três interjeições mais comuns: *Ah!*, *Eh!* e *Oh!* (Gonçalves, 2000b) mostra claramente que – a este nível – não existe divisão entre emoções positivas e negativas.

Assim, das seis fontes utilizadas para analisar a interjeição *Ah!*, todas elas evidenciaram a expressão de *alegria* (6), mas a unanimidade já não foi total no caso da *dor* (5), *espanto* (4) ou *admiração* (3), surgindo ainda propostas como *contentamento*, *prazer*, *surpresa*, *sofrimento*, *terror*, *súplica* e *impaciência*, entre outros. Como mostram os exemplos, qualquer divisão entre uma emoção ora **positiva [+]**, tal como a *alegria* (e apesar de ter sido referida em todas as fontes consultadas), ou a *admiração*, ora **negativa [-]**, tal como a *dor* ou o *terror*, é puramente artificial. Apenas dois dos seis dicionários consultados informam tratar-se antes de uma ênfase, força e realce da expressão utilizada [Aurélio] ou de «qualquer afecto vivo de alma», sublinhado pela entoação que se dá à frase [Aulete]. Repare-se que a situação verificada no caso das interjeições *Eh!* e *Oh!* é análoga: no primeiro caso, apenas a *admiração* reúne consenso de (2) duas fontes (além de ocorrência, p. ex., de *dúvida* e *indecisão*), enquanto, no segundo, a ordem de preferência dos dicionários lembra o caso do *Ah!*: *alegria* (5), *repugnância* (4), *dor* (3) e *admiração* (3).

Na sequência dos estudos anteriores, bem como das análises efectuadas, realçamos que o estudo da expressão das emoções não pode ser tratado apenas ao nível linguístico, mas deve tomar-se em consideração a conceptualização dos sentimentos e das emoções – ao nível dos esquemas imagéticos, subjacentes a metáforas e metonímias conceptuais – e a sua projecção (“mapeamento”) para o nível linguístico. Esta representação realiza-se não aleatoriamente. É, antes, regular, social e culturalmente partilhada por sociedades. A *inferência emocional* é feita em função do que a comunidade considera comum e relevante, traduzindo-se, a nível linguístico, nos esquemas imagéticos das metáforas e das metonímias utilizadas no dia-a-dia.

«A essência da tristeza ou da felicidade é a percepção combinada de determinados estados corporais e de pensamentos a que estejam justapostos. [...] Estas componentes tendem a ser concordantes [...] Em conjugação com os estados corporais negativos, a criação de imagens é lenta, a sua diversidade é pequena e o raciocínio ineficaz; em conjugação com os estados emocionais positivos, a criação de imagem é rápida, a sua diversidade é alargada e o raciocínio pode ser rápido, embora não necessariamente eficiente. Quando os estados corporais negativos se repetem com frequência, ou quando se verifica um estado corporal negativo persistente, como sucede numa depressão, aumenta a proporção de pensamentos susceptíveis de serem associados às situações negativas, e o estilo e a eficiência do raciocínio são afectados.» (Damásio, 1994/98: 161, [sublinhados nossos]).

Ah!

- exprime variados sentimentos, como alegria, dor, aflição, espanto (Morais, 1949-1959);
- exprime admiração, alegria, desejo, dúvida, espanto, ironia, dor, tristeza, etc. e é usado às vezes enfaticamente, para dar mais força e realce às palavras a que se junta (Aurélio, 1986);
- serve para exprimir as impressões vivas: 1.º alegria, 2.º dor, 3.º admiração, 4.º comiseração, 5.º impaciência, 6.º - aviso (Lello, 1996);
- traduz sentimentos variados como alegria, contentamento, prazer, admiração, surpresa, saudade, sofrimento, dor, terror, súplica, impaciência (Machado, 1991);
- exprime dor, alegria e em geral qualquer afecto vivo de alma, segundo as palavras ou frases a que se junta, ou a intonação que se lhe dá. Muitas vezes serve apenas para dar mais força à frase (Aulete, 1987); designação de espanto, admiração, alegria (Figueiredo, 1996).

Eh!

- exprime dúvida, indecisão, protesto, prevenção ou admiração (Aulete, 1987);
- significativa de admiração (Figueiredo, 1996);
- voz empregada para chamar a atenção, para fazer andar ou parar os animais, segundo a entoação
- (Machado, 1991);
- serve para animar, excitar; serve para fazer andar ou parar os animais, segundo a entoação (Aurélio, 1986).

Oh!

- interjeição com que se exprime alegria, desprezo, dor, repugnância, saudade, admiração e outros aspectos de alma (Aulete, 1987);
- designativa de espanto, alegria, dor repugnância, etc. (Figueiredo, 1996);
- exprime surpresa, alegria, repugnância, etc. (Lello, 1996);
- interjeição que serve para exprimir espanto, alegria, dor, indignação, lástima, admiração, em suma afectos vivos e impressões súbitas da alma (Machado, 1991);
- exprime espanto, surpresa, alegria, tristeza, admiração, lástima, repugnância e outras impressões vivas ou súbitas (Aurélio, 1986).

4.2. A metáfora da GUERRA e a metaforização do fenómeno bélico

4.2.1. A conceptualização do debate em termos de actividade bélica: a metáfora O DEBATE É UMA GUERRA

No caso da metáfora conceptual ARGUMENT IS WAR – O DEBATE É UMA GUERRA (Lakoff & Johnson, 1980 e Taylor, 1989: 133-134), o âmbito de um debate intelectual é concebido como o terreno bélico, em que se *ataca o adversário* e se *defendem as posições*, em que se *recua estrategicamente* para depois *avançar* de novo, com o objectivo de *ganhar*, ou seja, de *fazer o adversário perder*. Como as **guerras**, os **debates** só podem trazer *vitórias* ou *derrotas* – ou, eventualmente, um período de *tréguas* –, já que um debate que acaba num acordo amigável deixa de ser um debate *stricto sensu*.

Na metáfora conceptual em causa, um domínio abstracto, O DEBATE, é conceptualizado como A GUERRA, entendida na sua dimensão de experiência bélica concreta, executada através de uma série de componentes indispensáveis para a sua realização. Como experiência concreta, uma guerra é conceptualizada como

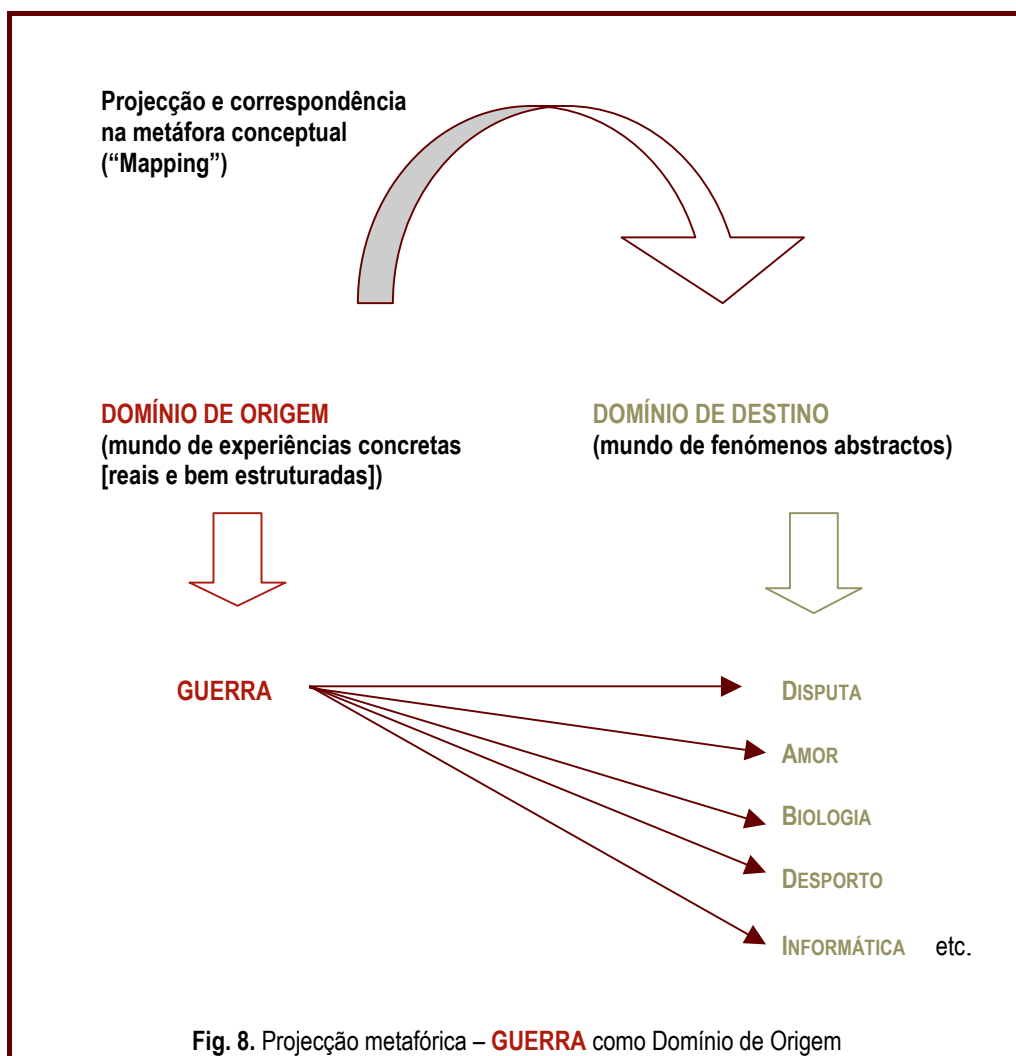
- (i) *um confronto* de dois adversários, dos quais – prototipicamente –
- (ii) *um ganha* e
- (iii) *o outro é derrotado*, enquanto o próprio confronto é organizado com
- (iv) o recurso a *armas* específicas e por *etapas*:
- há (v) *avanços* e
- (vi) *recuos* de ambas as partes, efectuados
- (vii) num *campo de batalha* de acordo com
- (viii) uma série de *estratégias* bem delineadas.

Para que a metáfora conceptual funcione, as componentes do domínio da *experiência concreta* são projectadas sobre o *domínio abstracto*, criando-se *correspondências* entre as componentes dos dois domínios. Assim, num domínio abstracto do **DEBATE** existe, em geral,

- (i) *um confronto entre dois adversários, em que*
- (ii) *um ganha e*
- (iii) *o outro perde, desenvolvendo-se a*
- (iv) *discussão – em que se esgrimem as capacidades discursivas – de acordo com o esquema da acção bélica por*
- (v) *avanços e*
- (vi) *recuos de ambas as partes.*

Uma vez projectado sobre um domínio concreto e encontradas as correspondências entre os dois domínios – ou seja, uma vez efectuado o “mapping” conceptual entre os dois espaços mentais –, o abstracto aparece mais tangível e “apreensível” nas novas coordenadas concretas do espaço da experiência imediata.

Note-se que a metáfora conceptual da GUERRA é muito comum, tal como se pode depreender do esquema abaixo apresentado, quer na **linguagem desportiva** (vejam-se os *avanços* e os *recuos*, p. ex., *dos adversários* dos encontros de futebol, ou as peças de xadrez que *matam* – ou *comem* – as outras peças de acordo com as *estratégias* pré-estabelecidas das regras do jogo), quer na **científica** (observem-se os vírus que *atacam* as células para as *derrotar* ou – por extensão – os vírus informáticos que *atacam* os programas do computador e *eliminam* os dados armazenados) quer, ainda, na **linguagem quotidiana da vida em sociedade**. Neste último âmbito, observem-se os *jogos de poder*, efectuados a todos os níveis, nos espaços político, académico ou empresarial. Em todas as comunidades, há sempre quem queira, p. ex., *identificar previamente o inimigo/ adversário* para – numa *estratégia de guerrilha* – o poder *eliminar* do jogo, com o objectivo de *poder avançar*, p. ex., num concurso e – já sem *adversários* (previamente *identificados, eliminados e/ou derrotados*) – de poder *ganhar a corrida* numa *investida final*.



4.2. A metáfora da GUERRA e a metaforização do fenómeno bélico

4.2.2. Metáforas utilizadas na conceptualização da guerra

Muito rico em metáforas conceptuais é o discurso político. No entanto, quando o discurso político se centra na **guerra**, a conceptualização efectuada – tal como apresentado no esquema mais abaixo – é diferente da que acima se apresenta. Neste caso, e ao contrário do que sucede na situação anterior, A GUERRA constitui o domínio abstracto, de difícil apreensão; é frequentemente tratada como um tabu que convém silenciar (total ou parcialmente) ou, então, exprimir – eufemisticamente – utilizando conceitos mais concretos (e/ou menos abstractos) e mais imediatos. A guerra real que mata e destrói pode ser conceptualizada de vários modos, conforme a *perfilção* (perspectivação ou focalização) efectuada pelo transmissor da informação (político, jornalista, estropiado de guerra, etc.).

Caso paradigmático é o das Guerras do Golfo (de 1991 e de 2003). Os esquemas de conceptualização nelas utilizados apresentam-se transparentes num espaço de opinião do jornal *Expresso*, concretamente na coluna *Carta Branca*, em que, a 1 de Novembro de 2003, o colunista Carlos Medina Ribeiro escreve: «Em plena invasão do Iraque, um jornalista perguntou a um cidadão barrigudo (com uma espingarda obsoleta e “protegido” com sacos de areia) o que estava ali a fazer. “Defendo a minha terra” – respondeu ele. A mesma pergunta, feita a um soldado do outro lado, deu origem a uma displicente resposta: “Pagam-me para isto...”. Mas o mais certo é que o primeiro tenha passado a ser referido como um “mercenário” e o segundo como um “libertador”.»

O que transparece no texto citado revela paralelismos com o que Lakoff (1992) demonstra no seu estudo pioneiro, centrado no discurso ocidental sobre a Primeira Guerra do Golfo (1991), exemplificando como o pensamento metafórico pode transformar *uma guerra ilegal* numa *guerra justa* ou num *mal menor*. Lakoff defende que existe uma série de metáforas de base que servem para operacionalizar o pensamento bélico.

Assim, a racionalização da GUERRA é feita através da metáfora utilizada pelo general prussiano von Clausewitz:

(1) A GUERRA É UM CÁLCULO DE CUSTOS/ BENEFÍCIOS.

De acordo com este enquadramento conceptual, as baixas e a destruição causadas pela guerra são aceites como um mal menor num confronto bélico em que os benefícios ganhos são a expulsão do invasor e o enriquecimento dos vencedores com o petróleo mais barato. “Pagam-me para isto...”, declara o soldado das forças invasoras do Iraque, reduzindo a realidade em que se encontra a uma simples folha de cálculo.

No entanto, a legitimação da GUERRA – tal como aconteceu na Guerra do Iraque – pode ser alcançada pelo emprego de uma outra metáfora:

(2) A GUERRA É UM CONTO DE FADAS.

Esta conceptualização implica a identificação dos actores de guerra: *o herói*, *o vilão* e *a vítima*. No caso da Primeira Guerra do Golfo, do ponto de vista do analista ocidental (Lakoff, 1992), *o vilão* é o Iraque, *a vítima* é o Kuwait e *o herói* são os Estados Unidos. No caso da Segunda Guerra do Golfo, com base no discurso do trecho jornalístico acima apresentado, podemos distinguir duas perfilações diferentes: a iraquiana e a ocidental. Se a focalização da GUERRA for feita a partir da perspectiva de *um cidadão barrigudo (com uma espingarda obsoleta e “protegido” com sacos de areia)*, cuja actividade se resume na declaração: “defendo a minha terra”, *o vilão* é “o soldado do outro lado”, ou seja, são os Estados Unidos que invadiram o Iraque, enquanto o cidadão iraquiano que – abnegadamente – defende a sua terra do opressor desempenha, simultaneamente, o papel da *vítima* e do *herói*. No entanto, e tal como se refere no próprio texto: “mas o mais certo é que o primeiro tenha passado a ser referido...”, ou seja, a focalização ocidental não corresponde à *perfilação* iraquiana. Assim, o “cidadão barrigudo” é conceptualizado como *vilão* e referido como “mercenário”, aparentemente manipulado pelo discurso bélico da parte iraquiana, enquanto “o soldado do outro lado”, pago pela sua actividade, é conceptualizado como “libertador”. No contexto da Segunda Guerra do Golfo, a metáfora utilizada é:

(3) NAÇÃO É UMA PESSOA

e o Iraque é identificado com Sadam Hussein. Assim, a GUERRA não é dirigida contra o povo iraquiano, mas contra Sadam e o objectivo do “soldado do outro lado” é “libertar” o povo iraquiano do seu opressor: Sadam. Voltando à conceptualização: **A GUERRA É UM CONTO DE FADAS**, desta vez, *o vilão* é Sadam, *a vítima* é o povo iraquiano e – mais uma vez – *o herói* são os Estados Unidos.

A GUERRA É UM CONTO DE FADAS é

(4) uma GUERRA JUSTA.

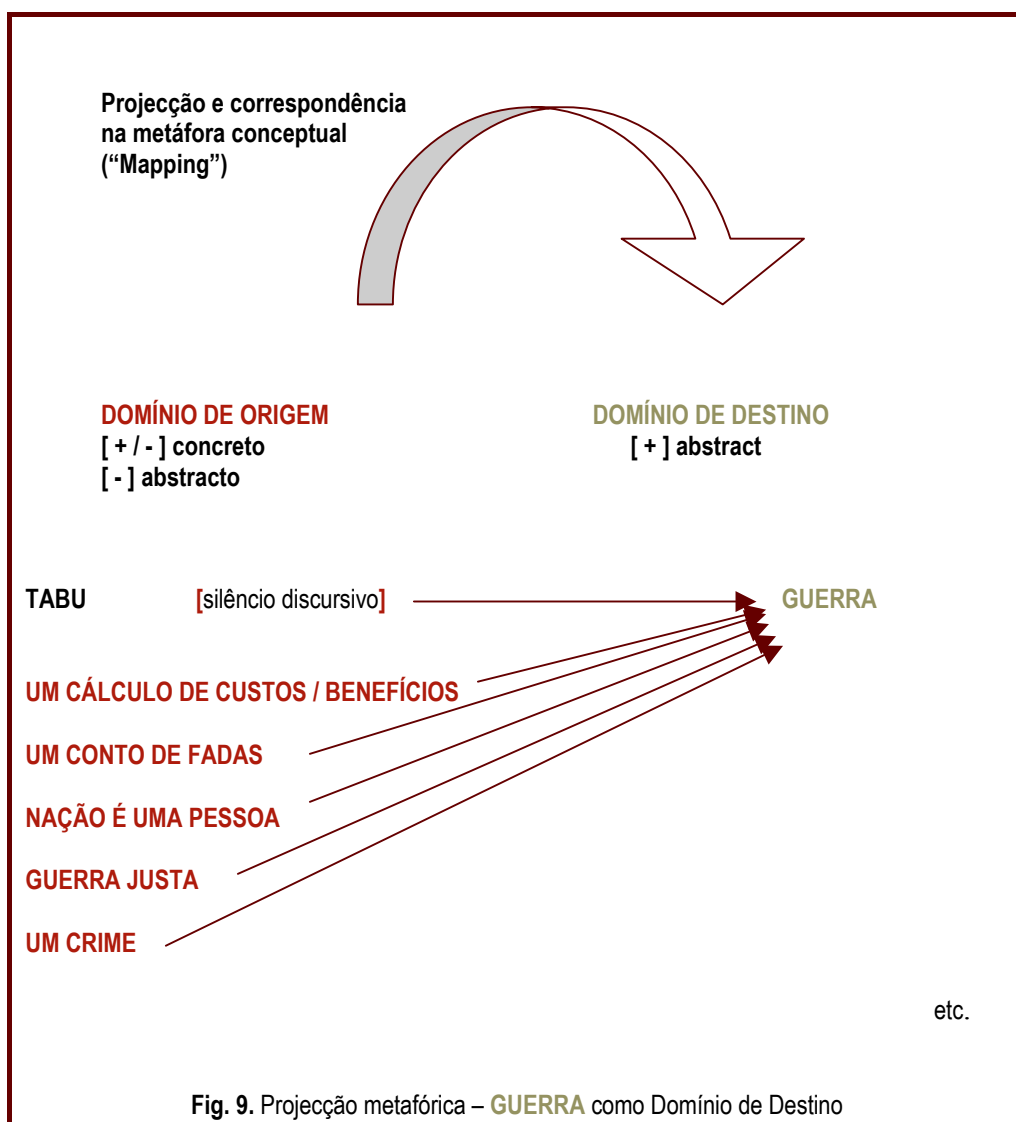
Do ponto de vista iraquiano, uma GUERRA JUSTA é efectuada em “legítima defesa”, enquanto que, do ponto de vista dos americanos e dos seus aliados, se trata de uma “guerra de libertação”. Como aponta Silva (2003b): “Na guerra do Golfo I, Bush-pai experimentou a história da «legítima defesa»: Sadam era uma «ameaça para o nosso petróleo». Mas a história mais convincente foi a da «libertação» do Kuwait». Na guerra do Golfo II, Bush-filho promoveu as mesmas histórias com algumas variantes: a associação de Sadam à Al Qaeda, variante da «legítima defesa», e o reconhecimento de que as vítimas são, não só o povo iraquiano, como também os países vizinhos e, até mesmo, o mundo inteiro, relativamente à história de «libertação».”

As metáforas utilizadas para a legitimação da GUERRA, e atrás exemplificadas de (1) a (4) a propósito das Guerras do Golfo (I e II), são igualmente reconhecidas noutros contextos de GUERRA, tal como, por exemplo, na Guerra do Kosovo (Abrantes, 2001 e 2002) ou na Guerra Colonial (cf. Batoréo 2003, 2004). No entanto, noutros contextos de discurso bélico, surge a metáfora

(5) A GUERRA É UM CRIME.

Uma vez acabada a guerra colonial, o soldado português, inicialmente manipulado pela ideologia legitimadora da guerra, consubstanciada na célebre trilogia “Deus, Pátria, Família”,

toma consciência da sua realidade, focalizando – metonimicamente – A GUERRA como a causa original, *em que todos os seus participantes são perdedores*, engolidos pela sua máquina dilacerante. Assim, a catarse só pode surgir se a consciência das vítimas lhes permitir uma identificação correcta do poder destrutivo da GUERRA e um encaminhamento rumo à construção de uma realidade da PAZ.



Tal como se procurou demonstrar na análise efectuada, a semântica tradicional não consegue abrir a porta à “simples” descrição da relação entre a palavra e o mundo extralinguístico, quer se trate de uma entidade quer de um estado de coisas. É esta a dimensão que a Linguística Cognitiva procura desenvolver e promover. O sistema conceptual que emerge da experiência humana no dia a dia está a servir de base para a semântica em sentido amplo. O

problema está em encontrar **regularidades** na correspondência entre a dimensão conceptual – e não a do mundo real tal como ele é, mas como o “apreendemos” e conceptualizamos” – e a expressão verbal estudada em Linguística. Procurou-se demonstrar, exemplificando, quais são as *regularidades* que se podem traçar quando se pretende (i) apresentar uma realidade abstracta (tal como um debate interior de um académico) em termos de uma actividade bélica de linhas mestras bem delineadas. A seguir, propomo-nos inverter os domínios entre os quais se operam as projecções e as correspondências metafóricas. Se, por um lado, a actividade bélica é bem determinada, por outro, (ii) a guerra real é um tabu com que, no fundo, não sabemos lidar. Para a fazer representar, costumamos servir-nos de outras conceptualizações, mais próximas da nossa vida quotidiana, do nosso imaginário básico que nos transmite mais segurança para enfrentar o “indizível”.

Acontece, no entanto, que quem utiliza as metáforas com grande destreza age sobre o imaginário e sobre as conceptualizações feitas por outros. Manipula-os. Domina-os. Exerce sobre eles um poder que só a palavra pode veicular.

Conforme mostram vários estudos elaborados para demonstrar a realização do mesmo tipo de conceptualização em diferentes línguas vivas, o poder cognitivo e comunicativo da metáfora conceptual pode vir a ser manipulativo e, mesmo, destrutivo, tal como exemplifica Lakoff: «The use of a metaphor with a set of definitions becomes pernicious when it hides realities in a harmful way» (Lakoff, 1992: 463) e [...] metaphors backed up by bombs can kill» (Lakoff, 1992: 481).

PARA SABER MAIS¹

¹ PARA SABER MAIS

TEXTO I, ABRANTES, 2001a.

TEXTO J, BATORÉO, 2004a.

5. Notas Finais

Com o trabalho apresentado pretendemos referenciar a multiplicidade de áreas, de perspectivas, de objectivos e de metodologias que actualmente se vive no âmbito dos estudos linguísticos encarados nas suas dimensões cognitiva e social.

Tal como se vem destacando nos últimos anos, as grandes mudanças que envolvem a Linguística têm sido, sobretudo, suscitadas pela relação, muitas vezes pouco assumida, com outras ciências e com novas tecnologias, nomeadamente as Ciências Exactas, as Ciências Sociais e as Ciências Cognitivas (cf. Faria et al., org., 1996: 20).

Longe vão os tempos em que se via na Gramática um instrumento de regulamentação dos usos correctos da língua, segundo os exemplos modelares dos textos literários de autores reconhecidos, tal como foi defendido, ao longo dos séculos, na tradição da Escola de Alexandria.

Todavia, a partir do século XIX e, sobretudo, desde os princípios do século XX, a Linguística afastou-se do modelo de regulamentação do uso linguístico dos falantes para se abrir a preocupações novas, tais como à necessidade de (i) detectar as regularidades estruturais existentes nas línguas conhecidas do mundo; (ii) descrever as regras subjacentes aos dados observáveis; (iii) detectar mecanismos na mudança linguística através dos tempos e através dos espaços geográficos, sociais e culturais; (iv) estabelecer tipologias linguísticas com base no estudo das línguas conhecidas e estudadas.

Deste modo, no terceiro quarto do século XX, surge um interesse especial, na investigação linguística, pela surpreendente rapidez e uniformidade observadas na aquisição da linguagem, pela variação entre línguas e pela mudança linguística. Na sequência destas preocupações, a Gramática é concebida como um modelo de conhecimento da língua do falante-ouvinte, representativo de uma dada comunidade linguística. Esta Gramática é constituída por várias componentes – a lexical, a sintáctica, a fonológica e a semântica –, componentes que correspondem aos vários saberes linguísticos de tipo intuitivo de tal falante. Estes saberes podem ser concebidos como módulos independentes que, por sua vez, abrem espaços para *interfaces* inter-modulares de saberes partilhados ou, alternativamente, podem ser encarados de modo englobante, como saberes linguísticos cognitivos de carácter holístico (não-modular).

Na sequência do acima referido evidenciam-se três questões essenciais sobre o pensamento e a linguagem (cf. Silva, 2004: 79):

- (i) Como é que organizamos o conhecimento do mundo que nos rodeia, ou seja, como categorizamos as entidades que povoam o mundo? Qual é a estrutura das categorias resultantes?
- (ii) Onde vem o conhecimento? Qual é a relação entre pensamento e realidade ou, mais especificamente, entre linguagem, pensamento e realidade?
- (iii) Serão os conceitos, logo o pensamento e a linguagem, fundamentalmente literais? Qual o papel da imaginação no pensamento e na linguagem?

As respostas seguintes configuram a posição epistemológica e filosófica que pode ser designada por *objectivismo*, contrastando com o *experencialismo*, tal como o defende a Linguística Cognitiva:

- (i) Se, segundo o *objectivismo*, as categorias conceptuais e linguísticas se formam e se definem por condições (individualmente) necessárias e (conjuntamente) suficientes, então todos os elementos de uma categoria têm o mesmo estatuto, destacando-se de outras categorias por fronteiras bem definidas e nítidas.

Pelo contrário, o *experencialismo* defende que a categorização se processa na base de protótipos. Por conseguinte, os vários elementos de uma categoria apresentam diferentes graus de saliência, agrupam-se por “semelhanças-de-família” e as fronteiras entre diferentes categorias são geralmente vagas e diluídas.

- (ii) O *objectivismo* defende o pensamento como sendo abstracto e, por conseguinte, independente dos condicionamentos individuais, sociais e culturais. Assim, a mente humana é considerada um espelho da realidade, na qual são colocados os conceitos e os significados dados *a priori*. Por conseguinte, a linguagem é considerada como uma capacidade diferenciada e autónoma relativamente à cognição humana.

Para o *experencialismo*, pelo contrário, o pensamento fundamenta-se na experiência do mundo e este não é dado; é construído através de estruturas cognitivas informativas, tais como a linguagem. Por conseguinte, a linguagem não é um módulo separado, mas parte integrante da cognição, em que não existe distinção entre conhecimento *linguístico* e conhecimento *enciclopédico*.

- (iii) O sistema conceptual humano, segundo o *objectivismo*, é, por natureza, literal e, por conseguinte, verdadeiro ou falso. Assim, a metáfora e outros tipos de

linguagem figurada são fenómenos exclusivamente linguísticos e próprios de linguagem literária.

Pelo contrário, o *experencialismo* defende que, no nosso dia-a-dia, é muito comum pensarmos e falarmos figurativamente. Por conseguinte, não existindo uma oposição fundamental entre literal e figurado, a metáfora e outros tipos de linguagem figurada são fenómenos conceptuais por natureza, processos e modelos cognitivos, naturais dos actos de pensar e de falar.

Conforme referenciam as respostas fornecidas acima, distinguem-se, de um modo claro, duas posições filosóficas e epistemológicas opostas – o *objectivismo* e o *experimentalismo* –, que permitem caracterizar a nossa posição perante o mundo e perante o papel que nele desempenham o pensamento e a linguagem humanas.

No trabalho apresentado, procurou evidenciar-se a vitalidade e a pertinência do *experimentalismo* advogado pela Linguística Cognitiva, tal como vivido na nossa experiência linguística do quotidiano.

Dicionários da Língua Portuguesa

AULETE, F. Júlio Caldas [Aulete]

1987 *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Brasileira Editora Delta, 5ª ed.

COSTA, J. A. & Melo, Sampaio e [Porto Editora]

1988 *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto Editora, 8ª ed.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda [Aurélio]

1986 *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed.

CASTELEIRO, João Malaca (org.) [Academia]

2001 *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Fundação Calouste Gulbenkian e Verbo.

LELLO (ed.) [Lello]

1996 *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lello & Irmão-Editores

MACHADO, José Pedro (coord.) [Machado]

1991 *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Publicações Alfa.

SILVA, António de Moraes [Moraes]

1949-1959 *Grande Dicionário de Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 10ª ed.

HOUAISS, António [Houaiss]

2002 *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa: Círculo de Leitores

Dicionários Linguísticos

BRIGHT, William

1992 *International Encyclopedia of Linguistics*, 4 vols., New York, Oxford: Oxford University Press.

CRYSTAL, David

1987 *Cambridge Encyclopedia of Language*, CUP, 1989.

DUCROT, Oscar & Tzvetan TODOROV

1972/1982 *Dicionário das Ciências da Linguagem*, tradução portuguesa. Edição portuguesa orientada por Eduardo Prado Coelho., 6ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.

MATEUS, Maria Helena Mira & Maria Francisca XAVIER (org.)

1990 e 1992 *Dicionário de Termos Linguísticos* - Vol. I (1990), Vol. 2 (1992), Lisboa, Edições Cosmos.

Gramáticas Portuguesas

CUNHA, C. & CINTRA, L. F. Lindley

1984 *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.

DUARTE, Inês

2002 *Língua Portuguesa. Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

MATEUS, M. H. M.; A. M. BRITO; I. DUARTE; I. H. FARIA et al.

2003 [1983] *Gramática da Língua Portuguesa*, **5ª edição** aumentada e revista, Lisboa, Editorial Caminho.

PERES, J. A. & T. MÓIA

1995 *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Coleção Universitária Série Linguística, Lisboa, Caminho.

Introdução à Linguística

FARIA, I. H., E. R. PEDRO, I. DUARTE & C. A. M. GOUVEIA (org.)

1996 *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Coleção Universitária Série Linguística, Lisboa, Editorial Caminho.

FROMKIN, V. & R. RODMAN

1974/1993 *An Introduction to Language*, 4th ed., 1988.

Trad. portuguesa de Isabel Casanova *Introdução à Linguagem*, Livraria Almedina, Coimbra, 1993.

7. Bibliografia

- ABRANTES, Ana Margarida
 1999 "O Regresso às Emoções: a Expressão da Raiva em Português", *Revista Portuguesa de Humanidades*, III (1999), 101-138.
- 2001a "Guerra, paz, ou pacificação? Aspectos semânticos e pragmáticos do eufemismo na imprensa", in: Silva, Augusto Soares da (org.) (2001) – *Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 79-98.
<http://www.facfil.ucp.pt/lexicon5.htm> [TEXTO I]
- 2001b "Da vida e outras viagens': A relevância das metáforas conceptuais de uma língua estrangeira" in: *Mathesis*, 10, 2001, 319-332.
www.crb.ucp.pt/Biblioteca/Mathesis/Mathesis10/IV/319.pdf [TEXTO H]
- 2002a *É a Guerra. O uso do eufemismo na imprensa. Um estudo contrastivo em Linguística Cognitiva*, Viseu: Passagem Editores.
- 2002b "Eufemismo e Integração Conceptual", *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1/ 2, 175-190.
- 2004 "On the cognitive process of reading Peter Weiss' *The Shadow of the Coachman's Body*", in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp.499-518.
- ADAM, J.-M.
 1992 *Les textes: types et prototypes*, Paris: Nathan.
- ALEGRIA, J. et al.
 1983 *L' Espace et le Temps Aujourd'hui*, Paris, Éditions du Seuil.
- ALMEIDA, Maria Clotilde
 1995 *Transitividade e Trajectória nas Concepções de "Abrir" e "Cortar" em Português e Alemão: Análise Prototípico-Analogista*, Dissertação de Doutoramento, (apresentada à FLUL).
- 1999 "Space-oriented Accusative versus Dative Symbolic Construction in German and its Portuguese Counterparts: a Cognitive Approach" in: Vilela, Mário & F. Silva (org.) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 17-32.
- 2001 "Body-based spatial conceptualisation in German" in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 305-324.
- 2002a "Polissemia: a chave de acesso ao sistema conceptual das línguas" in: Isabel Duarte, Joaquim Barbosa, Sérgio Matos e Thomas Hüsken (org.) *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística do Porto*, 2 vols., FLUP, 69-81.
- 2002b "Processo de compreensão em construções mescladas: análise semântica de ocorrências do português" in: *Actas do XVIII Encontro da APL*, Lisboa, 67-77.
- 2004 "More about blends: blending with proper names in the Portuguese media", in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp. 145-158.
- AMARAL, Patrícia
 2001 "Metáfora e Linguística Cognitiva" in Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 241-261.
- ANDERSON, Stephen R. & David W. Lightfoot
 2002 *The Language Organ. Linguistics and Cognitive Psychology*. Cambridge University Press.
- AUSTIN, J. L.
 1962 *How to Do Things with Words*, Oxford University Press: New York.

- BAMBERG, M.
1997 "Emotion Talk(s): The Role of Perspective in the Construction of Emotion", in: Niemeier & Dirven (eds.) (1997), 209-226.
- BARCELONA, António
2002 "Clarifying and applying the notions of Metaphor and Metonymy within Cognitive linguistics: An Update" in: R. Dirven & R. Pörrings (eds.) *Metaphor and metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 207-277.
2004 "Metonymy in discourse-pragmatic inferencing", in Silva, Torres e Gonçalves (org.) (2004), 159-174.
- BARCELONA, António (ed.)
2000 *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A cognitive Perspective*, Berlin. Mouton de Gruyter.
- BASFAO, K.
1991 "Arquitetura e Civilização - Tradição e Modernidade no Magrebe" in Centeno e Lima de Freitas (coord), 1991, 215-230.
- BASTOS, G.
2002 *Múltiplas Vozes: sobre a Construção do Individual e Social no Teatro para Crianças*, 2 volumes, Dissertação de Doutoramento, Lisboa: Universidade Aberta.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz
1994 Corpus "Batoréo 1994" disponível 'on-line' --> <http://psyling.psy.cmu.edu/brian/CHILDES>
1999 "Language Typology and Semantic Primitive of Space: Evidence from European Portuguese" in: M. Vilela & F. Silva (1999) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 1998, 33-48.
2000a [1996] *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa: 2000 (Dissertação de Doutoramento, Lisboa: FLUL, 1996).
2000b "Protótipo em Linguística Cognitiva: O Exemplo do Protótipo Espacial", *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Colibri, APL, FLUL, 2000, vol. I. 161-176.
2001a "O Espaço das Emoções no Português Europeu: Reflexões Metodológicas sobre a Ponte entre Neurociências e Linguística Cognitiva", in: Augusto Santos Silva (org.) (2001) *Linguagem e Cognição. A Perspectiva de Linguística Cognitiva*, Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, Braga, 2001, 445-464.
2001b "The Structure of Child Language and the Structure of Learner Language in Narrative Discourse: First and Second Language Acquisition in European Portuguese" in: M. Almgren; A. Barreña, M.-J. Ezeizabarrena; I. Idiazabal; B. MacWhinney (eds.) *Research on Child Language Acquisition. Proceedings of the 8th Conference of the Study of Child Language*, Cascadia Press, CD-ROM, 2001, 264-278.
2002a "Carácter Espacial da Significação Linguística: Localização Espacial, Temporal e Abstracta" em: Mateus, M. H. M. & C Nunes (org.) (2002) *Saberes no Tempo. Homenagem à Professora Doutora Henriqueta Costa Campos*. Edições Colibri, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (edição especial), 93-110.
2002b "There is Only a Thin Red Line Between the Sane and the Mad': Mind, Culture, Language and Metaphor – Interaction Between Imagination, Visual Perception and Cognition", Leonor Scliar-Cabral (ed.) *Ilha do Deserto. Unity and Diversity in Communication*, nº 43, Jul.- Dez. 2002, Florianópolis: Editora da UFSC, 111-126.
2002c "A metáfora conceptual 'A linguagem é o Poder' e a sua manifestação no discurso literário para crianças" (Parte I) in *Revista Portuguesa de Humanidades* 6, Ano 2002 – vol. 6–Fasc. 1-2, págs. 163-174.
2002d "«Dar um Cheirinho no Travão» ou Morfologia na Mira Cognitiva", em: *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto: APL, 171-182.
2003a "A metáfora conceptual 'A linguagem é o Poder' e a sua manifestação no discurso literário para crianças" (Parte II) in *Revista Portuguesa de Humanidades* 7, Ano 2003 – vol. 7–Fasc. 1-2, págs. 77-89.

- 2003b "Inter-sentidos: Modo e Causa no Padrão de Lexicalização Espacial do Português Europeu", in: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003, 117-154.
- 2003c "Modes of culture, taboos, and metaphor production in European Portuguese: what do we need WAR and WARIORS for?", in: *Researching and Applying Metaphor Conference – RAAM5 Conference*, University of Paris 13, September 3-5, 2003.
- 2003d "Descrever o Espaço em Português Europeu: Caso da Dimensão Superior do Eixo Vertical" in: *Língua e Discurso - Encontro em Homenagem a Joaquim Fonseca*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro 2003 (no prelo).
- 2003e "Space Image of Text Structure in European Portuguese and Other Languages" in: Barbara Lewandowska-Tomaszczyk e Alina Kwiatkowska (eds.) *Imagery in Language. In Honour of Professor Ronald W. Langacker*, Frankfurt/Main: Peter Lang, Series: Lodz Studies in Language (ed. Barbara Lewandowska-Tomaszczyk) Vol. 10 (no prelo).
- 2004a "The taboo of war and WAR metaphoric conceptualisation: song lyrics of the Portuguese colonial war", in: Silva, Augusto Soares da; Amadeu Torres, Miguel Gonçalves (eds.) – *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina, 185-202. **[TEXTO J]**
- 2004b "Evaluation processes in L2 European Portuguese Narratives" in: *Second Lisbon Meeting on Language Acquisition (with special Reference to Romance Languages)*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1-4 June, 2004 (no prelo).
- 2004c "Recensão de: «Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina», in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 8, Ano 2004, Fasc. 1-2, 582-584.
- 2005a "Como não 'pôr o pé em ramo verde' ou do papel da polissemia na construção do sentido" in: F. Silva et al. (org.) *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, FLUL. (no prelo) **[TEXTO F]**
- 2005b "Em torno da GUERRA e da PAZ: uma despedida com regresso anunciado", in: D. Carvalho, R. de Azevedo Teixeira e D. Vila Maior (org.) *Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*, Universidade Aberta (no prelo).
- 2005c "O Estudo do Português Europeu na mira da Linguística Cognitiva – uma experiência de 15 anos" in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (no prelo). **[TEXTO B]**
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz e Inês Duarte
2001 "Para a Caracterização da Língua-Alvo no Ensino de Português como Língua Estrangeira: Competência Narrativa e Aberturas de Narrativas" in: *Actas do V Congresso Internacional para o Ensino de Português como Língua Estrangeira*, Cidade de México, 2001, 185-208.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz e Isabel Hub Faria
2001 "Representation of Movement in European Portuguese: A Study of Children's Narrative" in K. E. Nelson; A. Aksu-Koç & C. Johnson (eds.) *Children's Language* Vol. 10, *Developing Narrative and Discourse Competence*, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 2001, 31-54.
- BELLUGI U. & R. B.
1964 *The Acquisition of Language*, Chicago, The University of Chicago Press;
- BENVENISTE, E.
1966 *Problèmes de Linguistique Générale*, Paris, Gallimard, Bibl. des Sciences Humaines.
- BERLIN, B. & P. KAY
1969 *Basic Colour Terms: Their Universality and Evolution*, Berkeley, University of California Press.
- BERMAN, R. & SLOBIN, D. I.
1994 *Different Ways of Relating Events in Narrative: A Crosslinguistic Developmental Study*, Hillsdale, N J, Lawrence Erlbaum Associates.
- BERNÁRDEZ, Enrique
2004 "Intimatec enemies? On the relation between language and culture", in Silva, Torres e Silva (org.) (2004), 21-46.

- BERNSTEIN, Basil
 1971 *Class, Code and Control*, London, Routledge.
 1981 "Codes, Modalities and the Process of Cultural Reproduction: a Model", *Language and Society*, 10, 327-363.
- BICKERTON, D.
 1981 *Roots of Language*, Ann Arbor, Karoma.
- BIERWISCH, M.
 1996 "How much Space gets into Language" in: L. Bloom et al. (eds.) (1996) *Language and Space*, A Bradford Book, The MIT Press, Cambridge, Mass./ London.
- BLACK, M.
 1962 *Models and Metaphors*, Ithaca, Cornell University Press.
- BLANK, Andreas
 1999 "Why do new meanings occur? A Cognitive typology of the motivations for lexical semantic change" in: BLANK, Andreas & Peter Koch (eds.) *Historical Semantics and Cognition*, Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 68-89.
- BLOOM, L.
 1970 *Language Development, Form and Function in Emerging Grammars*, Cambridge, Mass, MIT Press.
- BOWERMAN, Melissa
 1977 "The Acquisition of Word Meaning: an Investigation of Some Current Concepts", in Johnson-Laird, P.N. (ed.) *Thinking: Readings in Cognitive Science*, C.U.P., 239-253.
 1978 "Systematizing Semantic Knowledge: Changes over Time in the Child's Organization of Meaning", *Child Development*, 49, 977-87.
 1985 "What Shapes Children's Grammars?", in Slobin (ed.) (1985).
 1987 "Commentary", in B. MacWhinney (ed.) (1987), 443-466.
 1989 "Learning a Semantic System: What Role Do Cognitive Predispositions Play?" in M. L. Rice and R. L. Schiefelbusch (eds.), *The Teachability of Language*, Baltimore, Paul H. Brooks, in Bloom (ed.) (1993), 329-363.
 1990 "Mapping Thematic Roles onto Syntactic Functions: Are Children Helped by Innate Linking Rules?", *Linguistics* 28, 1253-1289.
 1993a "Typological Perspectives on Language Acquisition: Do Crosslinguistic Patterns Predict Development", in E. Clark (ed.), (1993), 7-15.
 1993b "The Crosslinguistic Study of Semantic Development: How do Children Learn about Space", Comunicação apresentada no *Crosslinguistic Workshop on the Acquisition of Slavic and Baltic Languages*, Cracóvia, Julho, 8-14, 1993.
 1994a "Linguistic and Nonlinguistic Determinants of Spatial Semantic Development: A Crosslinguistic Study of English, Korean, and Dutch", Comunicação apresentada na *Boston University Conference on Language Development*, Boston, 1994.
 1994b "Studying Semantic Development Crosslinguistically: How do Children Learn to Talk about Space?", Comunicação apresentada no *First Lisbon Meeting on Child Language*, Lisbon, 1994.
 1996a "Introduction", apresentado no *VIIth International Congress for the Study of Child Language*, Istambul, Turquia, 14-19 de Julho, 1996.
 1996b "Ellipsis of prepositional objects in early English and Dutch: Functional and formal constraints", apresentado no *VIIth International Congress for the Study of Child Language*, Istambul, Turquia, 14-19 de Julho, 1996.
- BRAINE, D. S.
 1963 "The Ontogeny of English Phrase Structure. The First Phrase", *Language*, 39, 1-13;
- BRANCO, António
 2004 "Cognitive anaphor resolution and the binding principles" in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp. 629-641.

- BRANDT, Per Aage
2000 "The Architecture of Semantic Domains. A Grounding Hypothesis in Cognitive Semiotics", *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 4 – 1/ 2, Braga: Faculdade de Filosofia da U.C.P. 11-51.
- BRANDT, Per Aage
2001 "Mental space networks and linguistic integration", in Silva, Augusto (org.) *Linguagem e Cognição. A perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística/ Universidade Católica portuguesa – Faculdade de Filosofia de Braga, 63-76.
- BROWN, R. & C. Fraser
1963 "The Acquisition of Syntax", in C. Cofer & B. Musgrave (eds.), *Verbal Behavior and Learning*, New York, McGraw-Hill; BROWN, R. & U. BELLUGI.
1964 "Three Processes in the Child's Acquisition of Syntax", *Harvard Educational Review*, 34, 133-151; BROWN, R. & Fraser
1964 "The Acquisition of Syntax", *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 29, Ohio, The Antioch Press;
- BRAINE, D. S.
1963 "The Ontogeny of English Phrase Structure. The First Phrase", *Language*, 39, 1-13;
- BRONCKART, J. P.
1977 *Théories du Langage. Une Introduction Critique*, Bruxelles, Mardaga.
- BRONCKART, J. P. et al.
1983 *Psycholinguistique de l'enfant*, Paris, Delachaux et Niestlé, p. 104.
- CARROLL, Lewis
1970 [1865] *The Annotated Alice. Alice's Adventures in Wonderland and Through the Looking Glass*, Penguin Books 1970, tradução portuguesa, Edições Europa-América, 1977.
- CARVALHO, David Gonçalves de
2003 *'Cima' e suas Configurações Espaciais. Uma Análise Descritiva na Perspectiva da Linguística Cognitiva*. 2 vols. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa - Perspectiva Cognitiva, apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2003.
- CASTRO, Ivo e Inês Duarte (org.).
2003 *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mira Mateus*. Vol. I e Vol. II. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- CASTRO, Rui Vieira de
1995 *Para a Análise do Discurso Pedagógico. Constituição e Transmissão de Pragmática Escolar*, Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho
- CASTRO-CALDAS, António
1999 *A Herança de Franz Joseph Gall. O Cérebro ao Serviço do Comportamento Humano*, McGraw-Hill De Portugal, Lda.
2001 "O Conhecimento da Leitura e da Escrita Modela a Função Neural", in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 465-490.
- CENTENO, Y. K e LIMA DE FREITAS (coord.)
1991 *A Simbólica do Espaço: Cidades, Ilhas, Jardins*, Lisboa, Editorial Estampa.
- CHAROLLES, M.
1997 «L'Encadrement du Discours – Univers, Champs, Domaines et Espaces», *Cahier de Recherche Linguistique*, LANDISCO, URA-CNRS 1035, Université de Nancy 2, n° 6, 1-73
<http://lattice.linguist.jussieu.fr/IMG/pdf/cadresdisc.pdf>
- CHOMSKY, Carol
1969 *The Acquisition of Syntax in Children from 5 to 10*, Cambridge, Mass., MIT Press.

- CHOMSKY, Noam A.
- 1957 *Syntactic Structures*, Haia, Mouton.
- 1959 "Review of: B.F. Skinner *Verbal Behaviour*, The Century Psychology Series, VIII + 178, N.Y., Appleton-Century-Crofts, Inc.", *Language*, 35.
- 1965 *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- 1966 *Cartesian Linguistics*, New York, Harper & Row.
- 1968 *Language and Mind*, Harcourt Brace Jovanovich, Inc. Tradução brasileira - *Linguagem e Pensamento*, Editora Vozes Limitada, Coleção: Perspectivas Lingüísticas, 3., Petrópolis - Rio de Janeiro, 1971.
- 1975 *Reflections on Language*, New York, Pantheon.
- 1979 "A Propos des Structures Cognitives et de leur Développement: Une Réponse à Piaget", in Piattelli Palmarini (ed.) (1979), 65-87.
- 1984 *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*, Preager Publishers, 1986. Tradução portuguesa *O Conhecimento da Língua. Sua Natureza, Origem e Uso*, Prefácio e coordenação da edição portuguesa de Inês Duarte, Editorial Caminho, Coleção Universitária, Série Linguística, 1994.
- 1987 "Language in a Psychological Setting", Tokyo, *Sophia Linguistica* 22, 1-73.
- 1988 *Language and Problems of Knowledge. The Managua Lectures*, Cambridge, Mass., The MIT Press.
- 1990 "On the Nature, Use and Acquisition of Language", in Lycan (ed.), (1990), 627-645.
- CHOMSKY, Noam & George A. Miller
- 1963 "Introduction to Formal Analysis of Natural Language", in R.D. Bush & F. Galanter (eds.) *Handbook of Mathematical Psychology*. New York, Wiley.
- CHURCHLAND, P. M.
- 1992 "State Space Semantics (and a Brief Conclusion)", in Fodor & Lepore (eds.), (1992), 187-208.
- CHURCHLAND, P. M. & CHURCHLAND, P. S.
- 1990 "Attacking the 'Language of Thought': Stalking the Wild Epistemic Engine", in Lycan (ed.), (1990), 300-312.
- CLARK, E. V.
- 1973a "Non Linguistic Strategies and the Acquisition of Word Meanings", *Cognition*, 12, 161-182.
- 1973b "What's in a Word? On the Child's Acquisition of Semantics in his First Language", in Moore, T.E. (coord), *Cognitive Development in the Acquisition of Language*, New York, Academic Press, 1973, 65-109.
- 1974 "Normal States and Evaluative Viewpoints", *Language*, 50, 316-332.
- 1977 "Strategies and the Mapping Problem in First Language Acquisition", in J. Macnamara (ed.), *Language Learning and Thought*, Academic Press, 147-165.
- 1978 "Locational: Existential, Locative, and Possessive Constructions", in Greenberg, J. H., *Universals of Human Language*, Vol.4, *Syntax*, Stanford, California, 82-125.
- 1982 "The Young Word Maker: A Case Study of Innovation in the Child's Lexicon", in Wanner, E. & L. Gleitman (eds.), (1982). *Language Acquisition: The State of the Art*. Cambridge, UK, C.U.P.
- 1987 "The Principle of Contrast: a Constraint on Language Acquisition", in B. MacWhinney (ed.), (1987), 1-34.
- 1995 "Later Lexical Development and Word Formation", in Fletcher & MacWhinney (1995), 393-412.
- CLARK, E. V. (ed.)
- 1993 *The Proceedings of the Twenty-fifth Annual Child Language Research Forum*, Stanford Linguistic Association, Stanford.
- CLARK, E. V. & K. L. CARPENTER
- 1989 "On Children's Uses of *From*, *By* and *With* in Oblique Noun Phrases", *Journal of Child Language*, 16, 349-364.
- 1993 "The Notion of Source in Language Acquisition", in Bloom (ed.), (1993), 251-284.
- 1996 "Language acquisition through the lexicon", apresentado no *VIIIth International Congress for the Study of Child Language*, Istambul, Turquia, 14-19 de Julho, 1996.

- COIMBRA E SILVA, Rosa Lúcia Torres do Couto
 1990 *A Metáfora e a Coesão Lexical no Texto Poético*. Relatório para um trabalho de síntese, Universidade de Aveiro.
- 1999a *Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: a Linguagem Metafórica*. Dissertação de Doutoramento. Texto policopiado, Universidade de Aveiro.
- 1999b "Quando a Garrafa é um Porco: Metáforas (Verbo) Pictóricas no Texto Publicitário" in *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga: APL, 2000: 243-253.
- COIMBRA E SILVA, Rosa Lúcia Torres do Couto & Urbana Pereira Bendiha
 2004 "Nem todas as cegonhas trazem bebés. Um estudo de metáforas com nomes de animais em falantes portugueses e chineses", in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp.217-226.
- COMRIE, Bernard
 1988 "Linguistic Typology" in: F. Newmeyer (ed.) (1988) *Linguistic theory. The Cambridge Survey*, 4 vols., 349-398.
- COSTA, Armanda
 2003 *Processamento de Frases em Português Europeu – informação morfológica, sintáctica e semântica em competição*, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.
- CUENCA, Maria Josep
 2004 "Translating interjections: an approach from grammaticvalization theory", in Silva, Torres e Silva (org.) (2004), 325-346.
- CURTISS, S. R.
 1977 *Genie: a Psycholinguistic Study of a Modern-day 'Wild Child'*, New York, Academic Press.
- D'ANDRADE, R.
 1987 "A Folk Model of the Mind" in Dorothy Holland & Naomi Quinn (eds.) *Cultural Models in Language and Thought*, Melbourne: Cambridge University Press, 112-148.
- 1989 "Cultural Cognition", in Posner (ed.), (1989), 795-830.
- DAMÁSIO, António R.
 1995 [1994] *Descartes' Error - Emotion, Reason and Human Brain*, trad. Portuguesa, 1995, *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, 18th ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1998.
- 2000 [1999] *The Feeling of What Happens*, trad. port. *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, Publicações Europa América, 2000.
- 2003 *Looking for Spinoza. Joy, Sound and The Feeling Brain*. Trad. Portuguesa: *Ao Encontro de Espinosa. As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*. Publicações Europa-América, 2003.
- DAMÁSIO, António R. & N. GERSHWIND
 1984 "The Neural Basis of Language", *Annual Review of Neuroscience*, 7, 127-147.
- DAVIDSON, D.
 1984 "Truth and Meaning", *Inquiries into Truth and Interpretation*, Clarendon Press, Oxford, 17-36.
- 1992 "Meaning Holism and Radical Interpretation", in Fodor & Lepore (eds.), (1992), 59-104.
- DESCARTES, R.
 1961 [1637] *Discurso do Método e Tratado das Paixões da Alma*, trad. portuguesa, 4^a edição, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1961.
- DIONÍSIO, Maria de Lourdes de T.
 2000 *A Construção Escolar de Comunidades de Leitores. Leituras do Manual de Português*. Coimbra: Almedina.

- DIONÍSIO, Marília da Conceição Rodrigues
2002 "O Corpo e a Mente: Metáforas de 'comer' e 'beber' em Português", Dissertação de Mestrado, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- DIRVEN, René
1997 "Emotions as Cause and the Cause of Emotions" in Niemeier & Dirven (eds.) (1997), 55-83.
- DIRVEN, R. & M. VERSPOOR (org.)
1998 *Cognitive Exploration of Language and Linguistics*. Cognitive Linguistics in Practice. John Benjamins Publishing Company.
- DUARTE, Inês
1994 Prefácio e coordenação da edição portuguesa de Chomsky (1984/1986), Lisboa, Caminho, Coleção Linguística, 1995.
- DUARTE, Inês e Hanna Jakubowicz Batoréo
2004 [1999] "Predicados Complexos e Ensino do Português Europeu como Língua Não-Materna" em: *Palavras*, Lisboa, APP, 39-46.
- ECO, Umberto
1979 *The Role of the Reader*, Bloomington, Indiana University Press.
- ERVIN-TRIPP, Susan & W.R. MILLER
1963 "Language Development", in H. W. Stevenson (ed.), *Yearbook of the National Society for Studies in Education*, vol.I. Chicago, The University of Chicago Press;
- ERVIN-TRIPP, Susan & W.R. MILLER
1964 "The Development of Grammar in Child Language", *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 29;
- FARIA, Isabel Hub
1978 *Class and Sex Differenciation in Discourses. Analysis of Portuguese Texts*. London: Institute of Education (Dissertação de Mestrado).
1991 [1982] *Para a Análise da Variação Sócio-Semântica*, INIC/ CLUL, Lisboa, 1991 (Dissertação de Doutoramento).
1993 Aquisição da Noção de "Agente" e a Produção de Sujeitos Sintáticos por Crianças Portuguesas até aos Dois Anos e Meio, *RILP*, 10, 16-50.
1999 "Expressões Idiomáticas, Metáforas, Emoções, Sentidos Figurados e Sujeitos Experienciadores" in I. H. Faria (org.) *Lindley Cintra - Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos/ Faculdade de Letras de Lisboa, 377-402.
2005 "Da Linguagem Humana ao Processamento Humano da Informação", conferência de encerramento do XX Encontro da APL, in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (no prelo).
- FARIA, Isabel Hub (org.)
1999 *Lindley Cintra - Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa. Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FAUCONNIER, Gilles
1985 *Mental Spaces*, Cambridge, MA: MIT Press.
1997 *Mappings in Thought and Language*, Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, Gilles & Mark TURNER
1994 «Conceptual Projection and Middle Spaces», Cognitive Science Technical Report, 94/01.
1998 "Conceptual Integration Networks" Cognitive Science 22/2, 133-187.
- FILLMORE, Charles
1985 "Frames and Semantics of Understanding", *Quaderni di Semantica*, 6, 222-254.
- FIRTH, J. K.
1957 *Papers in Linguistics 1934-1951*, London, O.U.P..

- FLETCHER, Paul & M. GARMAN (eds.)
1986 *Language Acquisition: Studies in First Language*, Cambridge, CUP, 2nd edition.
- FLETCHER, Paul & B. MACWHINNEY (eds.)
1995 *The Handbook of Child Language*, Basil Blackwell Ltd.
- FLORESCU BECKEN, Cristina
2002 *Expressão da Alegria no Português Europeu: Abordagem Cognitiva*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- FODOR, J. A.
1966 "How to Learn to Talk: Some Simple Ways", in F.G. Smith & G.A. Miller (eds.), *The Genesis of Language: A Psycholinguistic Approach*, Cambridge, MA: MIT Press, 105-128.
1979 "Fixation de Croyance et Acquisition de Concepts", in Piattelli-Palmarini (ed.), (1979), 219-225.
1980 "On the Impossibility of Acquiring More Powerful Structures", in Piattelli Palmerini (ed.), (1979).
1983 *The Modularity of Mind*, Cambridge, Mass., MIT Press.
1990a "Why There Still Has to Be a Language of Thought", in Lycan (ed.), (1990), 282-300.
1990 "Psychosemantics or : Where Do Truth Conditions Come From?", in Lycan (ed.), (1990), 312-338.
- FODOR, J. A. & E. LEPORE (eds.)
1992 *Holism. A Shopper's Guide*, Oxford UK & Cambridge USA, Blackwell Publishers.
- FONSECA, Joaquim
2003 "«Vou ali e já venho»: o discurso de uma despedida com regresso anunciado", conferência de encerramento no *Encontro em Homenagem a Joaquim Fonseca*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Nov. 2003 (no prelo).
- FONTANIER, P.
1968 [1821] *Les figures du discours*, Paris, 1968, s/ed.
- FORCEVILLE, Charles
1996 *Pictorial Metaphor in Advertising*. London/ New York: Routledge.
- FREGE, G.
1984 "On Sense and Reference", *Collected Papers on Mathematics, Logic and Philosophy*, ed. B. McGuinness, Oxford, Basil Blackwell, 157-177.
[1892] "Sens et Dénotation", *Écrit Logique et Philosophique*, Paris, Seuil, 1971, 102-126.
- FREITAS, Maria João
1993 "Sílabas e Desenvolvimento Fonológico: Questões Preliminares", *RILP*, 10, 97-108.
- GAMASCIA, J.-G.
1994 *As Ciências Cognitivas*, Biblioteca Básica de Ciência e Cultura, Instituto Piaget.
- GARDNER, A. & B. GARDNER
1969 "Teaching Sign language to a Chimpanzee", *Science*, 165, 664-672.
- GEERAERTS, Dirk
2004 "Cultural models of linguistic standardization", in Silva, Torres e Gonçalves (org.) (2004), 47-84.
- GEERAERTS, Dirk et alii
1994 *The Structure of Lexical Variation. Meaning, Naming, and Context*, Berlin, Mouton de Gruyter.
- GEERAERTS, Dirk & Stefan Grondelaers
1995 "Looking Back at Anger: Cultural Traditions and Metaphorical Patterns" in: J. Taylor & R. MacLaury (eds.) *Language and the Cognitive Construal of the World*, Berlin-New York, Mouton de Gruyter, 153-179.

- GEIGER, R.A. & B. Rudzka-Ostyn (eds.)
1993 *Conceptualizing and Mental Processing in Language*, Mouton de Gruyter, Berlin, New York, 1993.
- GIBBS, Raymond W. & G. Steen (eds.)
1999 *Metaphor in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins
- GOLDMAN-EISLER, F.
1968 *Psycholinguistics: Experiments in Spontaneous Speech*, New York, Academic Press.
- GONÇALVES, Miguel
2000a *A Interjeição em Português – Contributo para uma Abordagem em Semântica Discursiva*, 2 vols. Dissertação de Doutoramento em Linguística Portuguesa, Braga: Faculdade de Filosofia.
2000b "As Interjeições nos Dicionários de Língua: Estatuto e Tratamento", Comunicação apresentada no XVI Encontro da APL, FLUC, Coimbra, 28-30 de Setembro de 2000.
2004 "Delocutividade e Gramaticalização" in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp. 391-410.
- GOODLUCK, H.
1991 "Language Development: Relatives to the Rescue!", Commentary to: S. Crain "Language Acquisition in the Absence of Experience", *Behavioral and Brain Sciences*, 14, 597-650.
1993 *Language Acquisition. A Linguistic Introduction*, Oxford, UK and Cambridge, USA, Blackwell, 1993 (reprint).
- GRUBER, F. A. (eds.)
Language Development and Neurological Theory, New York, Academic Press.
- HALLIDAY, M. A. K.
1975 *Learning How to Mean: Explorations in the Development of Language*, London: Edward Arnold.
- HALLIDAY, M. A. K. & R. Hasan
1977 *Cohesion in English*, London, Longman.
- HENDRIKS, H.
1993 *Motion and Location in Children's Narrative Discourse: A Developmental Study of Chinese and Dutch*, PhD Dissertation, Nijmegen.
- HICKMANN, M.
1982 *The Development of Narrative Skills: Pragmatic and Metapragmatic Aspects of Discourse Cohesion*, Dissertação de Doutoramento, University of Chicago.
- HICKMANN, M. (ed.)
1987 *Social and Functional Approaches to Language and Thought*, Academic Press, 1987.
- HICKMANN, M.; J. Liang, H. Hendriks & F. Roland
1990 *The Development of Discourse Cohesion: Coding Manual*, Nijmegen: Max Planck Institute for Psycholinguistics.
- HICKMANN, M.; H. Hendriks; F. Roland & J. Liang
1994 *The Development of Reference to Person, Time, and Space in Discourse: A Coding Manual*, Nijmegen, Max Planck Institute for Psycholinguistics, 1994.
- ITÉANU, A.
1983 (Entrevista com), "L'Espace et le Temps des Autres", in Alegria et al. (1983), 273-288.
- JAKOBSON, Roman
1968 [1941] *Child Language, Aphasia and Phonological Universals*, tradução inglesa do original alemão de 1941, The Hague: Mouton, 1968.
1963 [1959] "Aspects Linguistiques de la Traduction", *Essais de Linguistique Générale I, Les Fondements du Langage*, Paris, Éditions de Minuit, 1963, 78-86.
1963 *Essais de Linguistique Générale: Les Fondements du Langage*, Paris, Éditions de Minuit, 1963.

- 1969 *Essais de Linguistique Générale: Rapports Internes et Externes du Langage*. Paris, Éditions de Minuit, 1969.
- JORGE, Guilhermina & S. JORGE
1997 *Dar à Língua: da Comunicação à Expressões Idiomáticas*, Microcosmos, Edições Cosmos, Lisboa, 1997.
- KARMILOFF-SMITH, Annette
1979 *A Functional Approach to Child Language*, Cambridge, England, C.U.P..
1991 "Beyond Modularity: Innate Constraints and Developmental Change", in S. Carey & R. Gelman (eds.), *Epigenesis of the Mind: Essays in Biology and Knowledge*, Lawrence Erlbaum.
1993 "Innate Constraints and Developmental Change", in Bloom, P. (ed.), (1993), 563-590.
- KESS, P.
1992 *Psycholinguistics*, Amsterdam, Konrad Koerner.
- KÖVECSES, Zoltan
1986 *Metaphors of Anger, Pride, and Love. A Lexical Approach to the Structure of Concepts*, Amsterdam, John Benjamins.
1988 *The Language of Love. The Semantics of Passion in Conversational English*, London and Toronto, Associated University Press.
1990 *Emotion Concepts*, New York, Springer.
- LAKOFF, George
1981 "Categories. An Essay in Cognitive Linguistics", *Linguistics in the Morning Calm*, 139-193.
1987 *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
1989 *More than cool reason: a field guide to poetic metaphor*. Chicago: The University of Chicago Press.
1992 "Metaphor and war: the metaphor system used to justify war in the Gulf", in: Pütz, M. (ed.) – *Thirty years of linguistic evolution. Studies in honour of René Dirvin on the occasion of his sixtieth birthday*. Philadelphia, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 463-481.
1998 "Vagueness as a euphemistic strategy" in: Athanasiadou, A. & Elzbieta Tabakowska (eds.) – *Speaking of Emotions*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 357-374.
2003a "Cognitive Activism: the Importance of Cognitive Linguistics for Politics", communication presented at *Language, Culture, and Cognition. An International Conference on Cognitive Linguistics*, Braga, July 16-18, 2003.
2003b "Metaphor and War, again", <http://www.alternet.org/story.html>.
- LAKOFF, George e Mark Johnson
1980 *Metaphors we Live by*, The University of Chicago; tradução polaca e prefácio de T. Krzeszowski, PIW, Warszawa, 1988.
- LAKOFF, George & Zoltan Kovecses
1987 "The Cognitive Model of Anger Inherent in American English", in: D. Holland & N. Quinn (1987), *Cultural Models in Language and Thought*, Melbourne, Cambridge University Press.
- LANGACKER, Ronald W.
1978 "The Form and Meaning of the English Auxiliary", *Language*, 54, 853-882.
1982 "Space, Grammar and Analysibility of the English Passive", *Language*, 58, 22-80.
1987/1991 *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol 1 - *Theoretical Prerequisites* (1987), Vol. 2 - *Applications* (1991), Stanford University Press, Stanford, California.
1988a "An Overview of Cognitive Grammar", in B. Rudzka-Ostyn (ed.), (1988), 3-48.
1988b "A View of Linguistic Semantics", in B. Rudzka-Ostyn (ed.), (1988), 49-90.
1988c "The Nature of Grammatical Valence", in B. Rudzka-Ostyn (ed.), (1988), 91-126.
1988d "A Usage-Based Model", in B. Rudzka-Ostyn (ed.), (1988), 127-164.
1991 *Concept, Image, and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar*, Mouton de Gruyter.
1993 "Universals of construal", *Proceedings of the Nineteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 447-463.
2000 *Grammar and Conceptualization*, Berlin, New York: Mouton de Gruyter.

- 2004 "Possession, Location, and Existence", in Silva, Torres e Silva (org.) (2004), 85-120.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm
1980 [1705] *New essays concerning human understanding*. Trad. inglesa. Cambridge, C.U.P., 1980.
- LEIRIA, I.
1991 *A Aquisição por falantes de Português Europeu, Língua Não-materna, dos Aspectos Verbais Expressos pelos Pretéritos Perfeito e Imperfeito*. Lisboa: FLUL. Dissertação de Mestrado.
1994 "Aquisição do Aspecto Verbal por Falantes Não-Nativos do Português-Europeu: o Exemplo dos Pretérito Perfeito e Imperfeito", *RILP*, 11, 74-112.
2001 *Léxico: Aquisição e Ensino do Português Europeu Língua Não-materna*. Lisboa: Faculdade de Letras. Dissertação de Doutoramento.
- LENNEBERG, E. H.
1967 *Biological Foundations of Language*, New York, Wiley, 1967.
1969 "On Explaining Language", *Science*, 164, 635-643.
1971 "Language & Cognition", in Steinberg, D. D. & Jakobovits, L. A. (eds.), (1971), 536-585.
- LENNEBERG, E. H. & E. LENNEBERG (eds.)
1975 *Foundations of Language Development. A Multidisciplinary Approach*, 2 vols., New York, Academic Press.
- LEVELT, W. J. M.
1989 *Speaking. From Intention to Articulation*, A Bradford Book, Cambridge, Ma. & London, England, The MIT Press.
- LÉVY-BRÜHL, Lucien
1926 [1910] *Les Fonctions mentales dans les sociétés inférieures* Versão inglesa, *How Natives Think*, 1926.
- LEWIS, D.
1992 "Meaning Holism and the Primacy of Belief", in Fodor & Lepore (eds.), (1992), 105-136.
- LIEVENS-DE WAECH, M.-L.
1987 "Langage de l'image chez les «Primitifs Flamands». Parallèles avec le Langage Verbal.", *Revue des Archéologues et Historiens d'Art de Louvain*, Hommage à Jazeps Trizna, XX, 1987, 153-177.
- LIMA, José Pinto de
1989 '*Significado Avaliativo*': para uma *Clarificação à Luz de uma Semântica Prática*, Dissertação de Doutoramento, FLUL, Lisboa.
1999 "Neither by Metaphor nor Really by Metonymy: the Shortcomings of these Concepts as Explanatory of Language Change", in: Vilela & Silva (org.) (1999), 207-221.
2001 "Sobre a Génese e a Evolução do Futuro com 'ir' em Português" in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 119-146.
- LIMA, Paula Lenz Costa
2003 "Metáfora e Linguagem", in: Heloísa Pedrosa de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educ, 2003, 155-180.
- LOPES, Ana Cristina Macário
2004 "A polifuncionalidade de 'bem' no PE contemporâneo" in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp.433-458.
- LURIA, A. R.
1970 [1947] *Trawmaticheskaja afazija*. Tradução inglesa: *Traumatic aphasia*, 1970.
1981 *Language and Cognition*, Toronto, John Wiley and Sons.

- LURIA, A. R. & F. Yudovitch
1971 [1956] *Speech and Development of Mental Processes in the Child*, (Tradução inglesa do original russo), London, Penguin, 1971.
- LYCAN, W. G. (ed.)
1990 *Mind and Cognition: A Reader*. Blackwell. Oxford, UK. Cambridge, USA.
- LYONS, J.
1978 *Semantics*, vol. I & II, CUP, 1978.
- LYONS, W.
1980 *Emotion*. Cambridge Studies in Philosophy, CUP.
- MACWHINNEY, Brian (ed.)
1987 *Mechanisms of Language Acquisition*, Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, Hillsdale, New Jersey, London.
- MACWHINNEY, Brian & Elizabeth Bates
1986 *The Crosslinguistic Studies of Sentence Processing*, Cambridge, C.U.P..
- MALINOWSKI, Bronislaw
"The Problem of Meaning in Primitive Languages", in: C. K. Ogden & I.A. Richards, *The meaning of Meaning*, London, Routledge and Kegan Paul.
- MATEUS, Maria Helena Mira
2002 *Face Exposta da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MATEUS, Maria Helena Mira. e Clara Nunes Correia (org.)
2002 *Saberes no Tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*, Lisboa, Edições Colibri
- MARQUES, Maria Arlinda R.
2001 *Funcionamento do Discurso Político Parlamentar. A Organização Enunciativa no Debate da Interpelação do Governo*. Coleção Poliedro, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos.
- MARQUES, Maria Emília Ricardo
1988 *Complementação Verbal – Estudo Sociolinguístico*. Lisboa: FCSH, UNL, Dissertação de Doutoramento.
1998 "Linguagem e Poder" in: Tavares, M. J. F. (org.) *Poder e Solidariedade. Actas das Jornadas Interdisciplinares*, Vol. II, págs. 367-385. Lisboa: Universidade Aberta, Centro de Estudos Históricos Interdisciplinares, Coleção de Estudos Pós-graduados.
- MAYBIN, J.
1998 "Children's Voices: Talk, Knowledge and Identity" in: J. Cheshire & P. Trudgill (eds.) (1998). *The Sociolinguistic Reader*, vol. 2, London/ New York: Arnold, pp. 278-294.
- MEISEL, J. M. (ed.)
1994 *Bilingual First Language Acquisition: French & German. Grammatical Development*. John Benjamins Publishing Company.
- MENDES, António Ângelo Marcelino
2001 "A Génese da Causatividade em Falantes do Português Europeu como Língua Materna" in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 491-508.
2004a "Estruturação e lexicalização da causação nos lexemas verbais derivados de 'ducere'" in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. I, pp. 487-507.
2004b "Variação e prototipicidade nas construções causativas: o caso da família etimológica derivada de 'ducere'", in: Actas do XIX Encontro da APL, Lisboa, 301-313.

- MENYUK, Paula
 1963a "Syntactic Structures in the Language of Children", *Journal of Child Development*, 34, 407-422;
 1963b "A Preliminary Evolution of Grammatical Capacity in Children", *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 2, 429-439
 1988 *Language Development: Knowledge and Use*, Scott, Foresman/ Little, Brown College Division.
- MILLER, G. A. & P. N. JOHNSON-LAIRD
 1976 *Language and Perception*, Cambridge, Mass., Harvard University Press & London: C.U.P..
- MINEIRO, Ana & Phillipp Steger
 2005 "A produtividade dos nomes metafóricos da construção naval em português europeu: um estudo comparado a partir de textos dos séculos XVI e XVII e do século XX", in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (no prelo).
- MINSKY, M.
 1975 "A Framework for Representing Knowledge", in P.H. Winston (ed.), *The Psychology of Computer Vision*, New York, Mc Graw-Hill.
 1985 *The Society of Mind*, Picador in association with Heinemann, 1987.
- NEWMeyer, F. J. (ed.)
 1988 *Linguistics: The Cambridge Survey. Vol. I - Linguistic Theory: Foundations; Vol. II - Linguistic Theory: Extensions and Implications; Vol. III - Psychological and Biological Aspects; Vol. IV - Language: The Socio-cultural Context*, Cambridge, C.U.P..
- NIEMEIER, S. & R. DIRVEN (eds.)
 1997 *The Language of Emotions. Conceptualization, Expression, and Theoretical Foundations*, Amsterdam, John Benjamins.
- NOVAIS, António Afonso A.
 2002 *Para a Semântica do Diminutivo: Análise Cognitiva do Sufixo '-inho'*. Dissertação de Mestrado, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- NUYTS, J. & E. PEDERSON (eds.)
 1997 *Language and Conceptualization*, Language, Culture and Cognition 01, Cambridge University Press.
- OLIVEIRA, S. M. De
 1995 Reflexões sobre 'Poder' e 'Solidariedade'", *Actas de X Encontro da APL*, Lisboa: FLUL.
- ORTONY, A.; G. L. Close & A. Collins
 1982 *The Cognitive Structure of Emotions*. Cambridge University Press, 1988.
- ORWELL, George
 1994 [1946] "Politics and the English language", in: George Orwell – *The Penguin Essays of George Orwell*, London: Penguin, 1994.
 1948 *Nineteen-Eighty-Four*, Basil Blackwell, 1949.
- OSGOOD, Ch. E.
 1953 *Method and Theory in Experimental Psychology*, New York, O.U.P..
- OSGOOD, Ch. E. & T. A. Seebok (org.)
 1954 *Psycholinguistics; a Survey of Theory and Research Problems*, Baltimore, Indiana University, 1965 (2nd ed.)
- OSGOOD, Ch. E.; G. I. Suci, & P.H. Tannenbaum
 1957 *The Measurement of Meaning*, Urbana, Illinois University Press.

- OSHERSON, D. N., S. M. Kosslyn & J. M. Hollerbach (eds.)
1990 *Visual Cognition and Action. An Invitation to Cognitive Science. Vol. 2.* Cambridge, Massachusetts. London, England, The MIT Press.
- OSHERSON, D. N. & H. Lasnik (eds.)
1990 *Language. An Invitation to Cognitive Science, Vol. 1,* A Bradford Book, Cambridge, Massachusetts, London, England, The MIT Press, 3rd printing, 1991.
- OSHERSON, D. N. & E. Smith (eds.)
1990 *Thinking. An Invitation to Cognitive Science, Vol. 3,* Cambridge, Massachusetts. London, England, The MIT Press, 3rd printing, 1991.
- PANTHER, K.-U. & G. Radden (eds.)
1999 *Metonymy in Language and Thought, Human Cognitive Processing, Vol. 4,* John Benjamins Publishing Company.
- PAPROTTÉ, W. & R. DIRVEN (eds.)
1985 *The Ubiquity of Metaphor. Metaphor in Language and Thought,* Amsterdam, Benjamins, 1985.
- PAULHAN, Jean
1925 "Le Don des langues. La mentalité primitive", *Oeuvres Complètes*, Paris, 1956.
- PEDRO, E. R.
1982/1992 *O Discurso na Aula: Uma Análise Sociolinguística de Prática Escolar em Portugal,* Lisboa: Rolim, 1982; 2ª edição, Lisboa: Caminho, 1992
- PEDRO, E. R. (org.)
1997 *Discourse Analysis. Proceedings of the 1st International Conference on Discourse Analysis, June 17-19, 1996,* Edições Colibri, APL, Lisboa: FLUL.
- PERDUE, C. (ed.)
1993 *Adult Language Acquisition: Cross-Linguistic Perspectives, Vol. I & II.* The European Science Foundation, Cambridge, C.U.P..
- PEREIRA, Iris Susana Pires
2005 "A referência anafórica discursiva: um processo cognitivo linguisticamente (pré-)configurado", in: *Actas do XX Encontro da APL,* Lisboa (no prelo)
- PIAGET, J.
1923 *La Langage et la Pensée chez l'Enfant,* Paris. Tradução brasileira: *A Linguagem e o Pensamento da Criança,* S. Paulo, Martins Fontes, 1989.
1927 *La Causalité Physique chez l'Enfant,* Paris.
1936 *La Naissance de l'Intelligence chez l'Enfant,* Paris.
1947 *Le Jugement et le Raisonnement chez l'Enfant.* Tradução brasileira - *O Raciocínio na Criança,* Editora Record, 1967.
1964 *Six études de Psychologie.* Tradução portuguesa - *Seis Estudos de psicologia,* Lisboa, Publicações D. Quixote, 1972, 4ª ed., 1984.
1968 *Le Structuralisme,* Paris, PUF.
1970a *Psychologie et Épistémologie.* Tradução portuguesa - *Psicologia e Epistemologia,* Lisboa, Publicações D. Quixote, 1972, 4ª ed. 1984.
1970b *Épistémologie des Sciences de l'Homme,* Paris, Gallimard, 1970.
1972 *Problèmes de Psychologie Génétique.* Tradução portuguesa - *Problemas de Psicologia Genética,* Lisboa, Publicações D. Quixote.
1972 [1926] *La Représentation du Monde chez l'Enfant,* Collection Bibliothèque de Philosophie Contemporaine, Paris, P. U. F., 1972.
1975 *L'Équilibration des Structures Cognitives - Problème Central du Développement.* Tradução portuguesa - *O Desenvolvimento do Pensamento,* Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977.
1979a "La Psychogenèse des Connaissances et sa Signification Épistémologique", in Piattelli-Palmarini (ed.), (1979), 53-64.

- 1979b "Schèmes d'Action et Apprentissage du Langage", in Piattelli-Palmarini (ed.), (1979), 247-251.
 1979c "Réponse à René Thom", in Piattelli-Palmarini (ed.), (1979), 510-512.
- PIAGET, J. & B. INHELDER
 1956 [1947] *La Représentation de l'Espace chez l'Enfant*, Paris, PUF, 1981. Tradução inglesa: *The Child's Conception of Space*, London, Routledge, 1956.
 1966 *L'Image Mental chez l'Enfant*, Paris, PUF, 1974.
- PIAGET, J. et al.
 1964 *L'Epistémologie de l'Espace*, Paris, PUF.
- PIAGET, J. & R. GARCIA,
 1983 *Psychogenèse et Histoire de Science*, Paris, Flammarion.
- PIATTELLI-PALMARINI, M.
 1979 "Introduction. A Propos des Programmes Scientifiques et de leur Noyau Central", in M. Piattelli-Palmerini (org.), 19-50.
 1989 "Evolution, Selection and Cognition: From Learning" to Parameter Setting in Biology and in the Study of Language", *Cognition*, 31, 1-44.
- PIATTTELLI-PALMARINI, M. (org)
 1979 *Théories du Langage, Théories de l'Apprentissage. Le Débat entre Jean Piaget et Noam Chomsky*. Centre Royaumont pour une Science de l'Homme. Éditions du Seuil, Paris. [Versão inglesa: *Language and Learning: The Debate Between Jean Piaget and Noam Chomsky*, Cambridge, Mass., Harvard, 1980.]
- PIERCE, A. E.
 1991 "Acquisition Errors in the Absence of Experience", Commentary to: S. Crain "Language Acquisition in the Absence of Experience", *Behavioral and Brain Sciences*, 14, 597-650, C.U.P..
- PIMENTEL, K. & TEIXEIRA, K.
 1993 *Virtual Reality, Beyond the New Looking Glass*, McGraw-Hill Inc. Tradução francesa: *La Réalité Virtuelle... de l'autre Côté du Miroir*, Addison-Wesley, 1994.
- PINKER, Stephen
 1984a "Visual Cognition: An Introduction", *Cognition*, 18, 1-63.
 1984b *Language Learnability and Language Development*, Cambridge, Mass. Harvard University Press.
 1987 "The Bootstrapping Problem in Language Acquisition", in B. MacWhinney (ed.) (1987), 399-442.
 1989 *Learnability and Cognition: the Acquisition of Argument Structure*, Cambridge, Mass., MIT Press.
 1990 "Language Acquisition", in Osherson, D.N. & H. Lasnik (eds.), (1990), 199-242.
 1993 "Rules of Language", in Bloom (ed.), (1993), 472-484.
 1994 *The Language Instinct: The New Science of Language and Mind*, Allen Lane, The Penguin Press.
 1999 *Words and Rules. The Ingredients of Language*. Basic Books.
- PINTO, Alexandra Guedes
 1997 *Publicidade: um Discurso de Sedução*, Coleção Linguística. Porto: Porto Editora.
- PINTO, Maria da Graça
 1985a "Invariância e variabilidade numa perspectiva Psicolinguística" *Actas do 1º Encontro da APL*, Lisboa.
 1985b "Primeiros Contributos para um Estudo da Compreensão e da Expressão na Criança com Base em Provas de Linguagem Oral e Escrita", *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas*, II Série, 251-275.
 1988 *Abordagem a Alguns Aspectos da Compreensão Verbal na Criança. Estudo Psicolinguístico Genético do Token Test e de Materiais de Metodologia Complementar*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, INIC.
 1989 "The Agentivity/Causality Relation Raised by the Instrumental Case of the Verb *to Touch*", *Archives de Psychologie*, 57, 157-171.
 1994 *Desenvolvimento e Distúrbios da Linguagem*, Porto, Porto Editora.

- PIRES, Maria da Conceição Pena Lemos
2002 "O desejo no modelo cognitivo da mente", *Revista Portuguesa de Humanidade*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1-6, 191-211.
- POSNER, M. (ed.)
1989 *Foundations of Cognitive Science*, Cambridge, Mass. & London, England, A Bradford Book, The MIT Press,
- PREMACK, A. J. & D. PREMACK
1972 "Teaching Language to an Ape", *Scientific American*, (October 1972), pp. 92-99; H. S. Terrace (1979). *Nim: A Chimpanzee who learned Sign Language*, Knopf, New York.
- QUINE, W.V.O.
1992 "Meaning Holism and Confirmation Holism", in Fodor & Lepore (eds.), (1992), 37-58.
- REDLINGER, W. E.
1979 "Early Developmental Bilingualism: A Review of the Literature", *The Bilingual Review*, Vol. VI, nº 1, East Michigan University.
- ROCAMORA Abellán, Rafael
2004 "Metonymy-based metaphors in advertising", in Silva, Torres e Gonçalves (org.) (2004), 245-264.
- ROSS, John. R.
1972 "Endstation Hauptwort. The category squish", *CLS* 8, 316-328.
- ROSH, E.
1973a "Natural Categories", *Cognitive Psychology*, 328-350.
1973b "On the Internal Structure of Perceptual and Semantic Categories", in T. E. Moore (ed.) (1973), 111-144.
1975 "Cognitive Representations of Semantic Categories", *Journal of Experimental Psychology*, 104, 192-233.
- ROSH, E. & B. B. Lloyd (ed.)
1978 *Cognition & Categorization*, Hillsdale, N. Y., Lawrence Erlbaum.
- RUDZKA-OSTYN, B. (ed.)
1988 *Topics in Cognitive Linguistics*, Amsterdam/ Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, 1988.
- SAMANIEGO-FERNÁNDEZ, Eva
1998 "Estudios sobre la Metáfora", *Espéculo, Revista de Estudos Literarios*, Universidade Complutense de Madrid, Ano III, nº 8, Março-Junho, 1998.
1998 "Estudios sobre la Metáfora II: La Metáfora y los Estudios de Traducción", *Espéculo, Revista de Estudos Literarios*, Universidade Complutense de Madrid, Ano III, nº 9, Julho-Outubro, 1998.
- SANTOS, Laura Ferreira
1996 *Pensar o Desejo: Freud, Girard e Deluze*, Braga: Universidade do Minho (Dissertação de Doutoramento).
- SAPIR, E.
1924 "Culture, Genuine and Spurious", *American Journal of Sociology*, 29, 401-429.
1949 *Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture and Personality*, (Ed. David Mandelbaum), Berkeley, University of California Press.
- SAUNDERS, G.
1982 *Bilingual Children. Guidance for the Family*, Multilingual Matters: 3.
- SCHIFFRIN, D.
1994 *Approaches to Discourse*, Oxford: Blackwell.

- SCHNEWLY, B., J. P. Broncart et al.
1983 "Pour une Psychologie du Langage", *Archive de Psychologie*, 51, 155-160.
- SCLIAR CABRAL, L.
1991 *Introdução à Psicolinguística*, Bomlivro, São Paulo.
- SEARLE, J. R.
1969 *Speech Acts: an Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge, C.U.P..
- SILVA, Augusto Soares da
1995 "A Gramática Cognitiva. Apresentação e uma Breve Aplicação" *Revista do Centro de Estudos Humanísticos*, Braga: Universidade do Minho, 83-116.
1997 "Linguística Cognitiva. Uma Breve Introdução a um Novo Paradigma em Linguística", in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 1 – Fasc. 1 – 2, 1997, 59-101.
<http://www.facfil.ucp.pt/lincognit.htm> [TEXTO A]
1999a [1997] *A Semântica de Deixar: uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*,. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia Lisboa, [Dissertação de Doutoramento, Universidade Católica de Braga, Faculdade de Filosofia, Braga, 1997].
1999b "Metáfora e conceitos permissivos e proibitivos" in: Vilela, Mário & F. Silva (org.) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 231-252.
2001a "Introdução" in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 1-18. [TEXTO C]
2001b "O que é que a Polissemia nos Mostra acerca do Significado e da Cognição?" in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 147-176.
2003a "O sentido múltiplo: polissemia, semântica e cognição" in: Heloísa Pedrosa de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003, 91-116.
2003b "O poder cognitivo da metáfora e da metonímia", in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 7 – Fasc. 1 – 2, Dez. 2003, 13-75. [TEXTO E]
2003c "Semântica cognitiva e análise do discurso", in: *Língua e Discurso - Encontro em homenagem a Joaquim Fonseca*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro 2003 (no prelo).
2004a "Introdução" in Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) (2004), 1-20. [TEXTO D]
2004b "Cultural Determinations of Causation" Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. I, pp. 575-606.
2004c "Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento In: Alfredo Dinis e José M. Curado (orgs.), *Consciência e Cognição*, Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, 2004, pp. 79-96. [TEXTO G]
2005a "Léxico e variação no Português Europeu e no Português do Brasil: Para uma sociolexicologia cognitiva do Português", in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (no prelo).
2005b "Revisitando as construções causativas e perceptivas em Português: significado e uso" in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (no prelo).
- SILVA, Augusto Soares da (org.)
2001 *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa.
- SILVA, Augusto Soares da; Amadeu Torres, Miguel Gonçalves (org.)
2004 *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina.
- SIM-SIM, Inês
1998 *Desenvolvimento da Linguagem*, Lisboa: Universidade Aberta, 2000.

- SINCLAIR-DE-ZWART, H.
 1967 *Acquisition du Langage et Développement de la Pensée*, Paris, Dunod.
 1969 "Developmental Psycholinguistics", in Elkind, D. & J.H. Flavell (eds.), *Studies in Cognitive Development. Essays in Honor of Jean Piaget*, New York, O.U.P..
 1978 "La Contribution de la Théorie de Piaget à l'Étude de l'Acquisition du Langage", *Cahiers de l'Institut de Linguistique de Louvain*, 5, 1-2, 29-40.
- SKINNER, F.
 1957 *Verbal Behaviour*
- SLOBIN, Dan I.
 1970 "Universals of Grammatical Development in Children" in G. B. Flores D'Arcais & W. J. M. Levelt (eds.) *Advances in Psycholinguistics*. New York: Elsevier.
 1973 "Cognitive Prerequisites for the Development of Grammar" in Ferguson & Slobin (eds.), *Studies of child language Development*, New York, Holt, Rinehart e Winston, 175-211.
 1974 *Psycholinguistics*, New York, Scott, Foresman and Company, 1974, 2nd edition, 1979.
 1977 "Language Change in Childhood and in History", in Macnamara, J. (ed.), (1977). *Language Learning and Thought*, Academic Press Inc., 185-215.
 1985 "Crosslinguistic Evidence for the Language - Making Capacity", in Slobin (ed.) (1985) Vol. II: 1157-1256.
 1989 "Factors of Language Typology in the Crosslinguistic Study of Acquisition", Paper presented to Symposium, *The Crosslinguistic Study of Child Language*, Tenth Biennial Meeting of the International Society for the Study of Behavioral Development, Jyväskylä, Finland, July 9-13, 1989.
 1990 "Learning to Think of Speaking: Native Language, Cognition and Rhetorical Style", *Comunicação apresentada na International Pragmatics Conference, Barcelona e na Fifth International Congress for the Study of Child Language*, Budapest.
 1991a "Can Crain Constrain the Constraints?", Commentary to: S. Crain "Language Acquisition in the Absence of Experience", *Behavioral and Brain Sciences*, 14, 597-650, C.U.P..
 1991b "Learning to Think for Speaking: Native Language, Cognition, and Rhetorical Style", *Pragmatics*, 1, 7-25.
 1992 "The Crosslinguistic Endeavor", in Slobin (ed.), (1992), 1-13.
 1993 "Adult Language Acquisition: a View from Child Language Study", in Perdue (ed.), (1993) Vol. II, 239-252
- SLOBIN, D. I. (ed.)
 1985/ 1992 *The Crosslinguistic Study of Language Acquisition*, Vol. 1 & 2 - 1985, Vol. 3 - 1992. Hillsdale, N.J., Lawrence Erlbaum.
- SMITH, N. & D. WILSON
 1979 *Modern Linguistics. The Results of Chomsky's Revolution*, Penguin Books, 1986.
- SNOW, Catherine & M. Hoefnagel-Höhle
 1978 "The Critical Period for Language Acquisition, Evidence from Second Language Learning", *Child Development*, 49. 1114- 1128.
 1986 "Conversation with Children", in Fletcher & Garman (eds.) (1986), 69-89.
 1995 "Issues in the Study of Input: Finetuning, Universality, Individual and Developmental Differences, and Necessary Causes", in Fletcher & MacWhinney (1995), 180-194.
- SNOW, C. E. & C. FERGUSON
 1977 *Talking to Children: Language Input and Language Acquisition*, Cambridge. C.U.P..
- STEINBERG, D. D. & JAKOBOVITS, L. A. (eds.)
 1971 *Semantics. An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, C.U.P., 1978.
- STEMMER, B. & H. A. WHITAKER (eds.)
 1998 *Handbook of Neurolinguistics*, Academic Press.

- STRONGMAN, K. T.
1996 *The Psychology of Emotion*, 4th edition, John Wiley & Sons Ltd., tradução portuguesa *A Psicologia da Emoção*, Manuais universitários, Climepsi Editores, 1998.
- SWAIN, M.
1972 *Bilingualism as a First Language*. Unpublished PhD dissertation, Department of Psychology, University of California, Irvine.
- SWEESTER, E.
1991 *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. C.U.P., Cambridge.
- SWIGGFERS, P.
1988 "Grammatical Categories and Human Conceptualization: Aristotle and the Modistae", in B. Rudzka-Ostyn (ed.), (1988), 621-646.
- TALMY, Leonard
1975 "Semantics and Syntax of Motion", in John P. Kimball (ed.) 1975, *Syntax and Semantics*, vol. 4, New York, Academic Press, 181-238.
1976 "Semantic Causative Types", in Shibatani (ed.), *Syntax and Semantics*, Vol. 6, New York, Academic Press.
1978a "Relations Between Subordination and Coordination", in J. Greenberg, C. Ferguson & E. Moravcsik (eds.), *Universals of Human Language*, Stanford, CA: Stanford University Press, 487-513.
1978b "Figure and Ground in Complex Sentences", in J. Greenberg, C. Ferguson & E. Moravcsik (eds.), *Universals of Human Language*, Stanford, CA, Stanford University Press, 625-649.
1983 "How Language Structures Space", in Pick & Acredolo (eds.), (1983), 225-282.
1985 "Lexicalization Patterns: Semantic Structure in Lexical Forms", in T. Shopen (ed.) *Language Typology and Syntactic Description*, Vol. III, *Grammatical Categories and the Lexicon*, Cambridge, C.U.P..
1988 "The Relation of Grammar to Cognition", in Rudzka-Ostyn, B. (ed.), (1988), 165-206.
1988 "Force Dynamics in Language and Cognition", *Cognitive Science*, 12, 49-100
2003 *Toward a Cognitive Semantics*, Vol 1 & 2, A Bradford Book, The MIT Press, Cambridge Massachusetts, London, England.
2004 "The representation of spatial structure in spoken and signed language", in Silva, Torres e Gonçalves (org.) (2004), 121- 164.
- TAYLOR, John R.
1989 *Linguistic Categorization. Prototypes in Linguistic Theory*, Clarendon Paperbacks, New York: Oxford University Press, 1991.
- TEIXEIRA, José
2001a [1999] *A Verbalização do Espaço: Modelos Mentais de Frente/Trás*. Dissertação de Doutoramento, Coleção Poliedro, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2001.
2001b "As confusões da esquerda e da direita. A configuração linguística da lateralidade" in: Silva (org.) (2001), pp. 173-192.
2004 "Front/back' ('Frente/ trás): space and its verbalization. The Portuguese case", in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp. 93-112.
- THOM, René
1979 "La Genèse de l'Espace Représentatif Selon Piaget", in Piattelli-Palmarini (ed.), 503-509.
1985 [1980] *Parábolas e Catástrofes. Entrevista sobre Matemática, Ciência e Filosofia conduzida por Giulio Giorrello e Simona Morini*, Tradução portuguesa, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985.
- TOMLIN, R. W.
1987 "Linguistic Reflections of Cognitive Events", in R.W. Tomlin (ed.),
- TOMLIN, R. W. (ed.)
1987 *Typological Studies in Language: Vol 2, Coherence and Grounding in Discourse* (455-480) Amsterdam, Philadelphia, Benjamins.

- TOFFLER, A.
1991 *Os Novos Poderes, Coleção Vida e Cultura*, trad. port. Lisboa, Livros do Brasil, 1991.
- TURNER, Mark & Gilles, FAUCONNIER
1995 "Conceptual Integration and Formal Expression", *Journal of Metaphor and Symbolic Activity*, 10/3, 183-203.
- UNGERER, F.
1993 "The Linguistic and Cognitive Relevance of Basic emotions" in Dirven, R. & Vauparys, J. (eds.) (1993) *Current Approaches to the Lexicon* (A Selection of Papers presented at the 18th LAVO Symposium), Peter Lang, Europaischer Verlag der Wissenschaften, pp. 189-209.
1997 "Emotions and Emotional Language in English and German New Stories", in: Niemeier & Dirven (eds.) (1997), 307-328.
- UNGERER, F. & H. J. SCHMID
1996 *An Introduction to Cognitive Linguistics*, Longman, Learning about Language, London & New York.
- VAN LANCKER, D. & N. A. PACHANNA
1998 "The Influence of Emotions on a Language and Communication Disorders" in: Stemmer & Whitaker (eds.) (1998), 301-311.
- VAN DIJK, T.
1997 *Discourse and Society*, New York: Academic Press.
- VAN DIJK, T. & W. Kintsch
1983 *Strategies of Discourse Comprehension*, New York: Academic Press.
- VARELA, Fernando
1995 *Conhecer as Ciências Cognitivas, Tendências e Perspectivas*. Série Epigénese e Desenvolvimento. Tradução portuguesa, Instituto Piaget, Lisboa.
- VASCONCELOS, Manuela
1991 *Compreensão e Produção de Frases com Orações Relativas: um Estudo Experimental com Crianças dos Três Anos e Meio aos Oito Anos e Meio*. Tese de Mestrado apresentada à FLUL.
1996 "Compreensão e Produção de Frases Relativas em Português Europeu" in: Faria et al. (org.) (1996), 323-330.
- VERGANI, Teresa
2002 *Matemática e Linguagem(s). Olhares Activos e Transculturais*. Lisboa: Pandora Edições.
- VERHAGEN, Arie
2004 "Language, culture, nature: exploring new perspectives", in Silva, Torres e Gonçalves (org.) (2004), 165-190.
- VILELA, Mário
1999 "O Seguro Morreu de Velho: Contributo para uma Abordagem Cognitiva" in: Vilela, Mário & F. Silva (org.) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 289-314.
2001 "Limites e 'Performances' da Semântica Cognitiva", in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 193-214.
2002 *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Livraria Almedina.
2003 "Ter metáforas à flor da pele (ou outra forma de "ter nervos") in: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003, 181-200.
- VILELA, Mário & Fátima Silva
2004 "The position of the adjective in Portuguese centre and periphery of the adjective class" Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. I, pp. 661-690.

- VILELA, Mário & F. Silva (org.)
1999 *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 1998.
- VYGOTSKY, L.
1934/1979 *Mind and Society: The Development of Higher Psychological Processes*, Tradução inglesa do original russo, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- WHORF, B. L.
1956 *Language, Thought, and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Ed. John B. Carroll, New York, Wiley.
- WIERZBICKA, A.
1980 *Lingua Mentalis: The Semantics of Natural Language*, Sydney, Academic Press.
1985 *Lexicography and Conceptual Analysis*, Ann Arbor.
1988 *The Semantics of Grammar*, Amsterdam-Philadelphia.
1991 *Cross-Cultural Pragmatics: The Semantics of Social Interaction*, Berlin: Mouton de Gruyter.
1992 *Semantics, Culture and Cognition: Universal Human Concepts*, N. Y., Oxford University Press.
1996 *Semantics, Primes and Universals*, O.U.P., Oxford, New York.
1998 "Anchoring Linguistic Typology in Universal Semantic Primes", ms.
- WITGENSTEIN, Ludwig
1953 *Philosophical Investigations I*. Tradução inglesa, Basil Blackwell, 1958, Parágrafos 50-92, 25-43.
- WRIGHT, G.H. von
1963 *The Varieties of Goodness*, Routledge & Kegan Paul, London.
- YAGUELLO, M.
1981 *Alice no País da Linguagem. Para Compreender a Linguística*. Tradução portuguesa, Editorial Estampa, Lisboa, 1991.

~~Informação na Internet~~

- | | |
|--|---|
| Associação Portuguesa de Linguística | <u>www.apl.org.pt</u> |
| Centro de Linguística da Universidade de Lisboa | <u>www.clul.ul.pt</u> |
| Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa | <u>www.facfil.ucp.pt</u> |

~~Linguística Cognitiva~~

- www.facfil.ucp.pt/LingCog
www.ucmes.info/especulo
<http://www.compapp.dcu.ie/~tonyv/trinity/survey.html>
<http://www.abc.net.au/rn/arts/ling/stories>
<http://www.inform.umd.edu/EdRes/Colleges/ARHU/Depts/English/englfac/MTurner/cin-web/cin.html>
<http://philosophy.uoregon.edu/metaphor/turner.html>
<http://psyling.psy.cmu.edu/brian/>
<http://www.alternet.org/story.html>
<http://www.psicocativa.com/atlas.cerebro.htm>

Índice dos textos disponibilizados em “links”

- TEXTO A** Augusto Soares da SILVA, 1997, “A Linguística Cognitiva. Uma Breve Introdução a um Novo Paradigma em Linguística”, in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 1 – Fasc. 1 – 2, 1997, 59-101.
<http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm>
- TEXTO B** Hanna Jakubowicz BATORÉO, 2005c, “O Estudo do Português Europeu na mira da Linguística Cognitiva - uma experiência de 15 anos”, in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa, 2005 (no prelo).
- TEXTO C** Augusto Soares da SILVA, 2001a, “Introdução” in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 1-18.
- TEXTO D** Augusto Soares da SILVA, 2004a, “Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva” in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. I: p: 1-18.
- TEXTO E** Augusto Soares da SILVA, 2003b, “O poder cognitivo da metáfora e da metonímia”, in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 7 – Fasc. 1 – 2, Dez. 2003, 13-75.
- TEXTO F** Hanna Jakubowicz BATORÉO, 2005a, “Como não ‘pôr o pé em ramo verde’ ou do papel da polissemia na construção do sentido” in: Silva, F. et alii (org.) *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, FLUP, 2005 (no prelo).
- TEXTO G** Augusto Soares da SILVA, 2004c, “Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento” in: A. Dinis e J. M. Curado (org.) *Consciência e Cognição*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia de Braga, UCP, 2004, 79-96.
- TEXTO H** Ana Margarida ABRANTES, 2001b, “‘Da vida e outras viagens...’ A relevância das metáforas conceptuais na abordagem de uma língua estrangeira” in: *Máthesis*, 10, 2001, 319-332.
[http://www.crb.ucp/Biblioteca/Mathesis/Mathesis 10/IV/ 319.pdf](http://www.crb.ucp/Biblioteca/Mathesis/Mathesis%2010/IV/319.pdf)

TEXTO I

Ana Margarida ABRANTES, 2001a, “Guerra, paz, ou pacificação? Aspectos semânticos e pragmáticos do eufemismo na imprensa”, in: Silva, Augusto Soares da (org.) (2001) – *Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 79-98.

<http://www.facfil.ucp.pt/lexicon5.htm>

TEXTO J

Hanna Jakubowicz BATORÉO, 2004a, “The taboo of war and WAR metaphoric conceptualisation: song lyrics of the Portuguese colonial war”, in: Silva, Augusto Soares da; Amadeu Torres, Miguel Gonçalves (eds.) – *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina, Vol. 2: 185-202.

[In: *Revista Portuguesa de Humanidades* 1, pp. 59-101. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP.
ou:
[http:// www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm](http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm)]

A LINGUÍSTICA COGNITIVA

UMA BREVE INTRODUÇÃO

A UM NOVO PARADIGMA EM LINGUÍSTICA

Augusto Soares da Silva

Universidade Católica - Faculdade de Filosofia de Braga

1. Introdução

A Linguística Cognitiva é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo. As unidades e as estruturas da linguagem são estudadas, não como se fossem entidades autónomas, mas como manifestações de capacidades cognitivas gerais, da organização conceptual, de princípios de categorização, de mecanismos de processamento e da experiência cultural, social e individual.

São temas de especial interesse da Linguística Cognitiva os seguintes: as características estruturais da categorização linguística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais), os princípios funcionais da organização linguística (iconicidade e naturalidade), a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a base pragmática e ligada à experiência da linguagem-no-uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais).

A Linguística Cognitiva surgiu nos finais da década de 70 e princípios da de 80, impulsionada, por um lado, pelo interesse pelo fenómeno da significação (já evidenciado, aliás, pelo movimento da Semântica Gerativa, mas, ao contrário deste, fora da tradição gerativa) e, por

outro, pela investigação psicolinguística de Eleanor Rosch (Rosch 1978, Rosch & Mervis 1975) sobre o papel fundamental dos protótipos no processo de categorização. Só em 1990 é que se institucionaliza, com a criação da "International Cognitive Linguistics Association", da revista "Cognitive Linguistics" (dirigida por Dirk Geeraerts) e da colecção "Cognitive Linguistics Research" (editada por René Dirven e Ronald Langacker e publicada por Mouton de Gruyter). Os representantes principais da Linguística Cognitiva são os norte-americanos (de Califórnia) George Lakoff (Lakoff 1987, Lakoff & Johnson 1980, Lakoff & Turner 1989), Ronald Langacker (1987, 1990, 1991) e Leonard Talmy (1978, 1983, 1985, 1988a,b). Mas, e ao mesmo tempo, surgem também na Europa importantes trabalhos e centros de investigação, em particular na Bélgica e na Holanda. Uma visão de conjunto da investigação em Linguística Cognitiva pode encontrar-se em Rudzka-Ostyn ed. (1988), Tsohatzidis ed. (1990), Geiger & Rudzka-Ostyn eds. (1993), Taylor & MacLaury eds. (1995), Casad ed. (1996), Fauconnier & Sweetser eds. (1996), Verspoor, Lee & Sweetser eds. (1997), Hiraga, Sinha & Wilcox eds. (1997). Em Taylor (1995), encontra-se uma síntese sobre os aspectos da categorização linguística e, em Ungerer & Schmid (1996), uma introdução actualizada à Linguística Cognitiva. E está já em preparação uma nova Série de textos introdutórios versando as várias áreas do estudo da linguagem na perspectiva cognitiva ("Cognitive Linguistics in Practice", ed. por G. Radden, R. Dirven *et al.* e publ. por John Benjamins Publishing Company, Amsterdam).

Entre nós, a Linguística Cognitiva é ainda pouco conhecida. Mas há já alguns trabalhos: Lima (1989), Almeida (1995), Batoréo (1996) e Silva (1997) são os primeiros estudos (mais desenvolvidos) no quadro da Linguística Cognitiva.

A seguir, e depois de uma confrontação com outras teorias linguísticas e da especificação da sua posição dentro da Ciência Cognitiva, apresentaremos uma breve introdução a alguns dos conceitos fundamentais e aos principais domínios de investigação da Linguística Cognitiva: categorização e protótipos, metáforas e metonímias conceptuais, esquemas imagéticos, modelos cognitivos e culturais e processos cognitivos da gramática¹.

2. Linguística Cognitiva e outras teorias linguísticas

Pela negação da tese da *autonomia* da linguagem (a linguagem como "sistema autónomo" ou como "faculdade autónoma"), a linguística cognitiva opõe-se aos dois paradigmas linguísticos

¹ Em Silva (1997: cap. 1), pode encontrar-se uma síntese mais desenvolvida de aspectos teóricos, descritivos e metodológicos da Semântica Cognitiva.

anteriores (o estruturalismo e o gerativismo). O estruturalismo linguístico, nas suas diferentes formas, entende e estuda a linguagem como um *sistema que se basta a si mesmo* (com a sua própria estrutura, os seus próprios princípios constitutivos, a sua própria dinâmica) e, por conseguinte, o mundo que ela representa e o modo como através dela o percebemos e conceptualizamos considera-os como aspectos "extra-linguísticos". Por seu lado, a gramática gerativa (de Chomsky e seus discípulos) defende que a *faculdade da linguagem* é uma componente autónoma da mente, específica e, em princípio, independente de outras faculdades mentais; por conseguinte, o conhecimento da linguagem é independente de outros tipos de conhecimento².

Consequentemente, a linguística cognitiva rejeita os postulados da linguística moderna decorrentes do princípio de autonomia da linguagem: entre outros, a separação entre conhecimento "semântico" (ou "linguístico") e conhecimento "enciclopédico" (ou "extra-linguístico"), fundamentada no postulado da existência de um nível estrutural ou sistémico de significação linguística (relativamente ao qual se considera que se podem e devem definir e analisar as categorias linguísticas), distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas; o postulado saussureano da arbitrariedade do signo linguístico; a afirmação da descrição e homogeneidade das categorias linguísticas; a ideia de que a linguagem é gerada por regras lógicas e por traços semânticos "objectivos"; a tese chomskyana da autonomia e da não-motivação semântica e conceptual da sintaxe.

Relativamente à gramática gerativa — paradigma linguístico das últimas três décadas — convém precisar que também ela é uma linguística *cognitiva*, na medida em que o seu objecto de investigação é a linguagem como "sistema de conhecimento" (Chomsky 1986: 24), como faculdade mental; também ela procura estudar as estruturas mentais que constituem o conhecimento e também ela reconhece que não pode haver conhecimento sem a existência de uma representação mental, mediadora na relação epistemológica entre sujeito e objecto. Mas há uma diferença essencial: a gramática gerativa interessa-se pelo conhecimento *da* linguagem (tomando-a, portanto, não como meio, mas como objecto da relação epistemológica) e procura saber como é que esse conhecimento é adquirido, ao passo que a linguística cognitiva interessa-se pelo conhecimento *através* da linguagem e procura saber como é que a linguagem contribui para o conhecimento do mundo. Quanto à questão da aquisição da linguagem, embora ainda não tenha construído uma teoria explícita, a linguística cognitiva possui elementos que lhe permitem rejeitar a tese gerativista de que a aquisição da linguagem envolve mecanismos e

² Sobre esta oposição fundamental entre a Linguística Cognitiva e a(s) linguística(s) "autónomas(s)", quer estruturalista quer gerativista, cf. Taylor (1995: 16-20) e Vandeloise (1991).

condicionamentos que são específicos da linguagem. Em particular, os estudos de linguistas cognitivistas que têm demonstrado que a conceptualização de domínios abstractos é feita, geralmente, em termos metafóricos a partir de domínios concretos e familiares (tais como o domínio espacial) constituem um bom elemento de uma futura teoria não-autonomista da aquisição da linguagem.

Ainda em oposição à gramática gerativa, a linguística cognitiva procura demonstrar que os alegados fenómenos "formais" que estiveram no centro da formação da teoria gerativa envolvem factores semânticos e funcionais. Quer isto dizer que para a linguística cognitiva a linguagem deve ser explicada em termos semânticos e funcionais (perspectiva que ela partilha, aliás, com outras teorias linguísticas pragmática e funcionalmente orientadas), e, portanto, uma sintaxe formal e autónoma revela-se pouco adequada.

A linguística cognitiva distingue-se, ainda, de várias formas de investigação sobre a linguagem no quadro da inteligência artificial e do vasto domínio de abordagens da linguagem como *fenómeno mental*, que também têm sido designadas, umas e outras, por "linguística cognitiva" (em Schwarz 1992, pode encontrar-se uma síntese deste vasto campo de investigação).

Pela importância que atribui aos aspectos *funcionais* dos fenómenos linguísticos (em particular, a função *categorizadora* da linguagem) e por desenvolver uma análise linguística com base na observação do uso linguístico (cf. Langaker 1987: 46, 1988b, que caracteriza a linguística cognitiva justamente como "usage-based model"), opondo-se assim ao abandono chomskyano da "performance" linguística, a linguística cognitiva é um tipo de linguística *pragmaticamente* orientada, tanto teórica como metodologicamente (como faz notar Nuyts 1993). Ela sintoniza, portanto, com várias escolas e teorias (recentes e antigas) que se concentram no uso da linguagem e nas funções por esta desempenhadas. Em particular, é grande a sintonia entre a linguística cognitiva e a linguística funcional e tipológica, tal como tem sido desenvolvida por Givón (1979, 1984, 1989, 1995) e outros. Mas a linguística cognitiva não é uma reduplicação da pragmática linguística, já que esta é apenas uma das disciplinas linguísticas, que se ocupa das línguas como instrumentos de acção e de comportamento.

A perspectiva "cognitiva" da linguagem não é nova, ao contrário do que alguns cognitivistas afirmam, nomeadamente Lakoff (1987: xii). Swiggers (1988) assinala uma longa tradição de estudo da linguagem em relação com a percepção e o conhecimento, com três marcos principais anteriores ao séc. XX: a *hermeneia* (expressão ou, melhor, interpretação de um pensamento) de Aristóteles, a gramática especulativa medieval (dos modistas) e a gramática filosófica (*grammaire générale* ou *raisonné*) dos séculos XVII e XVIII. E Geeraerts (1988a) faz notar as afinidades entre a Semântica Cognitiva e a semântica histórico-filológica do último quartel do

século passado e primeiro do nosso século: ambas partilham de uma concepção "psicológica" e "enciclopédica" da significação, ambas concebem os conceitos lexicais como complexos polissémicos flexíveis, ambas tomam, metodologicamente, uma orientação hermenêutica. Mas a Linguística Cognitiva é muito mais do que um simples regresso às posições tradicionais; a sua grande novidade reside no facto de a função cognitiva da linguagem passar a constituir o objecto de uma investigação sistemática e coerente.

3. Linguística Cognitiva e Ciência Cognitiva

Já vimos como a linguística cognitiva se distingue de outras teorias linguísticas que se podem considerar também como *cognitivas* (em particular, a gramática gerativa). Vejamos agora qual a posição e a especificidade da linguística cognitiva no quadro da Ciência Cognitiva (ou Ciência da Cognição).

A linguística cognitiva é *cognitiva* no mesmo sentido que o são outras ciências cognitivas (Psicologia Cognitiva, Neurociência, Inteligência Artificial, Antropologia, Filosofia, etc.)³: também ela assume que a nossa interacção com o mundo é mediada por estruturas mentais. Mas é, por natureza, mais específica, já que se ocupa unicamente da linguagem como um dos meios de conhecimento.

Porque a linguagem é considerada como uma parte integrante da cognição e em interacção com outros sistemas cognitivos (percepção, atenção, memória, raciocínio, etc.), a linguística cognitiva está aberta à interdisciplinaridade com as outras ciências cognitivas. Ela não só incorpora dados relevantes dessas ciências na teorização e descrição da linguagem, como também contribui para o estudo da cognição humana. Gibbs esclarece que a linguística cognitiva é especificamente *cognitiva* "not solely because of its commitment to incorporating a wide range of data from other cognitive disciplines, but because it (a) actively seeks correspondences between conceptual thought, bodily experience, and linguistic structure, and (b) because it seeks to discover the actual contents of human cognition" (Gibbs 1996: 49). Acrescenta Gibbs que a linguística cognitiva ocupa um lugar único dentro da ciência cognitiva e é até *mais* cognitiva na sua orientação do que as outras ciências cognitivas, visto que procura também encontrar, através da análise sistemática da estrutura e do uso linguísticos, os *conteúdos* da cognição humana, e não propriamente a sua *arquitectura* (o objectivo tradicionalmente mais perseguido, por exemplo,

³ Para uma visão geral da Ciência Cognitiva (e uma visão integrada das várias ciências cognitivas), veja-se Gardner (1985) e, mais recentemente, Flanagan (1991) e De Mey (1992).

pela psicologia cognitiva ou pela psicolinguística)⁴. Com efeito, a investigação cognitiva da linguagem tem descoberto uma série de importantes e frequentes estruturas conceptuais e pré-conceptuais, entre as quais estão o que adiante caracterizaremos como modelos cognitivos idealizados, metáforas e metonímias conceptuais, protótipos e esquemas imagéticos. Todavia, também é certo que só estudos experimentais psicológicos, psicolinguísticos e de outras áreas da ciência cognitiva poderão justificar a *realidade psicológica* destes conteúdos da mente, expressos na linguagem.

Mais especificamente, a linguística cognitiva caracteriza-se, ainda no quadro da ciência cognitiva, pela importância que atribui à semântica na análise linguística e por tentar demonstrar a natureza *enciclopédica* e *perspectivante* (ou *perspectivadora*) da significação linguística (Geeraerts 1995: 113). A primazia da semântica decorre da própria perspectiva cognitiva: se a função primária da linguagem é a categorização, então a significação será o fenómeno linguístico primário. E a natureza *enciclopédica* da significação (no sentido de esta se encontrar intimamente associada ao conhecimento do mundo) é uma consequência da função categorizadora da linguagem: se a linguagem serve para categorizar o mundo, então a significação linguística não pode ser dissociada do conhecimento do mundo, e, consequentemente, não se pode postular a existência de um nível de significação que pertence exclusivamente à linguagem distinto do nível em que a significação das formas linguísticas está ligada ao conhecimento do mundo. Por outro lado, a linguagem, pela sua função categorizadora, não reflecte *objectivamente* a realidade, mas impõe uma estrutura no mundo, interpreta-o e constrói-o; donde a natureza *perspectivante-perspectivadora* da significação linguística.

A posição filosófica e epistemológica da Linguística Cognitiva — que fundamenta as características específicas acabadas de referir — definem-na Lakoff e Johnson como sendo o *não-objectivismo* ou, positivamente, o *experientialismo* ("experientialism"; cf. Lakoff & Johnson 1980, Lakoff 1987, Johnson 1987, Johnson 1992), isto é, a perspectiva segundo a qual a cognição (e logo também a linguagem) é determinada pela nossa própria experiência corporal (o "corpo na mente", na expressão de Johnson 1987) e pela experiência individual e colectiva⁵; mas é também

⁴ Grande parte da investigação em Psicologia Cognitiva tem procurado descrever a arquitectura geral da mente, os mecanismos de processamento e transformação da informação e, mais recentemente, a natureza simbólica ou sub-simbólica (neurológica) do sistema cognitivo. E a Psicolinguística tem-se concentrado na especificação da estrutura do processador da linguagem e dos mecanismos que operam nas representações linguísticas.

⁵ Posição que Lakoff (1987: xiv) caracteriza assim: "Thought is *embodied*, that is, the structures used to put together our conceptual systems grow out of bodily experience and make sense in terms of it; moreover, the core of our conceptual systems is directly grounded in perception, body movement, and experience of a physical and social character". É, provavelmente, em Johnson (1987) que se encontra a descrição mais elaborada desta posição filosófica. Sobre a importância cognitiva do "embodiment" (*incorporação*) e sobre a *mente incorporada*, ver, também, Varela, Thompson & Rosch (1992) e Damásio (1995: cap. 10).

o *paradigmatismo* (de *paradigma*, no seu sentido etimológico de 'exemplo, modelo, padrão', sinónimo de *protótipo*), linguística e filosoficamente explorado por Geeraerts (1985; cf. também Geeraerts 1997: cap. 5), que assinala que a interpretação e a aquisição de novas experiências é feita à luz de conceitos e categorias já existentes, que, por isso mesmo, funcionam como modelos interpretativos, como *paradigmas* ou *protótipos*. Argumenta Geeraerts (1993) que estas duas posições são efectivamente complementares, e é pela sua integração, mais precisamente pela integração de factores *subjectivos* (a experiência individual determina o conhecimento) e *objectivos* (conceptualizações existentes influenciam a interpretação de novas experiências), que a Semântica Cognitiva é capaz de transcender a famosa dicotomia pós-cartesiana *empiricismo/racionalismo*.

4. Categorização e protótipos

Uma das capacidades cognitivas fundamentais é a *categorização*, isto é, o processo mental de identificação, classificação e nomeação de diferentes entidades como membros de uma mesma categoria. Como é que categorizamos a imensa variedade de entidades que constituem o mundo e que estrutura apresentam as categorias conceptuais?

A Linguística Cognitiva diz que a categorização linguística se processa, geralmente, na base de *protótipos* (exemplares típicos, mais representativos, ou, melhor, representações mentais destas entidades) e que, conseqüentemente, as categorias linguísticas apresentam uma estrutura *prototípica* (baseada em protótipos). Mais precisamente, a Linguística Cognitiva afirma que os vários membros ou propriedades de uma categoria possuem, geralmente, diferentes graus de saliência (uns são prototípicos e outros periféricos), agrupam-se, fundamentalmente, por similaridades parciais ou "parecenças-de-família" (conceito tomado de Wittgenstein 1953) e os limites entre si bem como entre diferentes categorias são, frequentemente, imprecisos. Esta concepção da categorização, conhecida como *teoria do protótipo*, tem a sua origem na investigação psicolinguística de Eleanor Rosch e seus discípulos sobre a categorização das cores, das aves, dos frutos e de outras classes de entidades, e foi, depois, desenvolvida em duas direcções: no âmbito da Psicologia, com vista à elaboração de modelos formais da memória conceptual humana, de interesse também para a Inteligência Artificial (cf. Smith & Medin 1981, Medin & Smith 1984, Neisser ed. 1987); e no campo da Linguística e, em particular, no da Semântica Lexical, sob a designação de Semântica do Protótipo (cf., entre outros, Coleman & Kay 1981; Geeraerts 1985, 1988b,c,d, 1989, 1997; Wierzbicka 1985; Craig ed. 1986; Lakoff

1987; Kleiber 1990; Tsohatzidis ed. 1990; Taylor 1995). A teoria do protótipo opõe-se à concepção "clássica" ou "lógica" da categorização (uma concepção com uma longa tradição e partilhada também pela linguística moderna, tanto estruturalista como gerativista), segundo a qual as categorias se formam e se definem em termos de "condições necessárias e suficientes" (isto é, através de propriedades individualmente necessárias e conjuntamente suficientes) e que, por conseguinte, os elementos de uma categoria têm o mesmo estatuto (não havendo pois graus de representatividade) e os limites entre si e entre diferentes categorias são nítidos⁶.

Apesar da sua evidência psicológica e linguística, a noção de *protótipo* tem-se mostrado complicada e tem suscitado alguma polémica, mesmo no seio da linguística cognitiva (cf., por exemplo, Lakoff 1987 e Kleiber 1990). Das várias (re)interpretações, a de Geeraerts (cf., sobretudo, Geeraerts 1989 e Geeraerts, Grondelaers & Bakema 1994) é, provavelmente, a mais coerente e produtiva. A ideia fundamental de Geeraerts é a de que a prototipicidade é, por si própria, uma noção *prototípica*, no sentido de que não se reduz a um único fenómeno, a uma única característica ou efeito, mas compreende vários fenómenos, várias características ou efeitos distintos e não necessariamente co-extensivos.

As respectivas características ou efeitos de prototipicidade, identificadas nos vários estudos psicológicos e linguísticos dos protótipos, mas não sistematizadas, entende-as Geeraerts como manifestações de duas propriedades fundamentais da categorização: a *não-igualdade* entre os elementos de uma categoria, isto é, os seus diferentes graus de saliência e a estrutura interna da categoria sob a forma de um centro e uma periferia, e a *não-discrição*, ou seja, a flexibilidade desses elementos e dessa categoria e as dificuldades de demarcação daí resultantes. A *não-igualdade* manifesta-se, *extensionalmente*, nos diferentes graus de representatividade entre os membros de uma categoria e, *intensionalmente*, no agrupamento de significados (diferentes ou subconjuntos de um mesmo significado) por (e sob a forma de) "parecenças-de-família" (do tipo AB, BC, CD, DE) e em consequentes sobreposições ou imbricações ("overlap, overlapping"). E a *não-discrição* tem também dois efeitos: *extensionalmente*, as flutuações nas margens de uma categoria, sinal de ausência de limites precisos, e, *intensionalmente*, a impossibilidade de definições em termos de "condições necessárias e suficientes".

Categorias há que combinam estes quatro efeitos de prototipicidade (sendo assim as mais prototipicamente prototípicas): por exemplo, *fruto*, em seu sentido próprio e não-técnico,

⁶ Rosch e Lakoff (1987: 5), entre outros, rotulam esta concepção de *aristotélica*, devido à distinção aristotélica (e escolástica) entre atributos essenciais e atributos acidentais, na base da qual a verdadeira definição de um conceito deveria ser constituída pelos seus atributos essenciais. Trata-se, porém, de uma qualificação imprópria, visto que em Aristóteles e na tradição filosófica ocidental se encontram reflexões ou mesmo concepções sobre a categorização compatíveis com a moderna teoria do protótipo. A este propósito, ver, de novo, Swiggers (1988) e Geeraerts (1988a).

apresenta membros mais representativos (laranja, maçã, pera, banana, etc.) do que outros (tomate, azeitona, coco), uma estrutura de elementos sobrepostos e em "parecenças-de-família", limites fluidos (por exemplo, a azeitona é um exemplar dúbio, situando-se numa zona de sobreposição do fruto e do vegetal), e não pode ser definido por "condições necessárias e suficientes"⁷. O mesmo se diga do verbo *deixar* (cf. a nossa análise em Silva 1997: cap. 2). Já *bird* (em português, *ave* mas também *pássaro*), embora apresente exemplares mais representativos do que outros (cf. o pardal ou o tordo face ao pinguim ou à avestruz) e o agrupamento dos seus elementos se faça por similaridades parciais e não por propriedades comuns (traços como 'capacidade de voar', 'com penas', 'com asas' não são comuns a todas as espécies, já que o pinguim e a avestruz não podem voar, o pinguim não tem penas perceptíveis, etc.), é uma categoria extensionalmente discreta (falantes suficientemente informados sabem que o morcego não é uma ave e que o pinguim, apesar de tudo, o é); o que mostra que grau de pertença a uma categoria e grau de representatividade não se implicam necessariamente. E os nomes de cor caracterizam-se por efeitos de prototipicidade a nível extensional mas não a nível intensional, isto é, eles são psicologicamente representados por *cores focais* (matizes prototípicos) e os limites entre si são nitidamente fluidos, mas cada termo de cor pode ser definido em termos discretos e por propriedades comuns a todos os seus matizes (tal como, para *vermelho*, 'de cor mais parecida com a do sangue do que com a do céu límpido, a da relva, a do sol, a do ...'; cf. Wierzbicka 1985: 342). Mais ainda: um conceito matemático como o de *número ímpar*, não obstante ser extensional e intensionalmente discreto, apresenta graus de representatividade entre os seus elementos (os números ímpares inferiores a 10 são psicologicamente mais salientes); o que mostra que até os conceitos científicos podem ser objecto de efeitos de prototipicidade. Tudo isto evidencia a existência de vários efeitos ou tipos de prototipicidade, que se recobrem (e se podem combinar de diferentes maneiras) mas não se implicam.

Geeraerts (1997) procura demonstrar que, diacronicamente, a mudança semântica reflecte os efeitos de prototipicidade referidos e toma determinadas formas implicadas por esses efeitos. Assim, a *não-igualdade* entre os elementos de uma categoria lexical faz com que a mudança na

⁷ A (longa) definição pretensamente "discreta" que Wierzbicka (1985: 299-300) propõe para *fruit* (fruto) não o é de facto. Várias das propriedades definidas por Wierzbicka, ou não são suficientemente genéricas, ou não são específicas (capazes de excluir os não-frutos): por exemplo, '(os frutos) crescem como partes de certas coisas que se desenvolvem fora da terra' aplica-se tanto a frutos como a alguns vegetais; 'são bons para se comer cozinhados com açúcar, ou cozinhados como parte de algumas coisas que têm açúcar', mas também se usam certos vegetais em certos tipos de bolos; 'têm a parte de fora (pele) mais dura do que as partes de dentro', mas isto não serve para o morango, que, além do mais, propriamente não tem pele; 'contêm pequenas partes, separadas de outras partes, que não são boas para se comer e que, lançadas à terra, fazem crescer coisas da mesma espécie', mas não o morango nem a banana; 'comem-se sem ser necessário cozinhá-los ou prepará-los', mas não o limão; 'têm muito sumo', mas não a banana.

extensão de um único significado tome tipicamente a forma de modulações do seu centro prototípico e de uma consequente expansão deste (os membros mais salientes de uma categoria tendem a ser mais estáveis do que os menos salientes); e a mudança na *intensão* de uma categoria lexical envolva tipicamente, não significados individuais e isolados, mas o conjunto de significados sincronicamente agrupados por "parecenças-de-família" e sobreposições (é pois este conjunto ou parte dele que se altera, ora na forma de desenvolvimentos a partir de vários significados coexistentes e/ou desaparecimentos de valores periféricos, ora na forma de reorganizações de protótipos, acompanhadas ou não desses desenvolvimentos e/ou desaparecimentos). A *não-discrição*, a nível *extensional*, de uma categoria lexical explica que a mudança extensional tome também a forma de modulações efêmeras das margens dessa categoria (uma das manifestações específicas deste tipo de mudanças é o que Geeraertts designa por "poligénese semântica", isto é, o facto de um mesmo significado, geralmente periférico, poder surgir mais do que uma vez na história de uma palavra, ligado a bases genéticas independentes e com um hiato temporal considerável). E a *não-discrição intensional* determina a natureza "enciclopédica" da mudança semântica, no sentido de esta poder envolver qualquer informação associada a um determinado item lexical (como manifestação específica desta tendência, um novo significado pode surgir, não de um significado já existente como um todo, mas de um sub-conjunto referencial, pragmático, conotativo, etc. de um significado pré-existente).

Estes efeitos de prototipicidade na mudança semântica (e quase todas estas características prototípicas da mudança semântica) encontrámo-los na história do verbo *deixar* (cf. Silva 1997: cap. 4). Este verbo remonta ao verbo latino *laxare* (**daxare*) 'afrouxar, relaxar'. Foi provavelmente de 'largar-soltar-libertar' (aplicação de *laxare* que se tornou prototípica aí pelo séc. II d.C.) que se desenvolveram, no latim tardio, os dois grupos de significados actuais (por relações metonímico-metafóricas, de enfraquecimento [passivização do sujeito] e por inversão do respectivo esquema imagético primário). Estes desenvolvimentos tomaram a forma de uma expansão do centro prototípico 'afrouxar \emptyset largar-soltar-libertar', envolveram toda (ou parte da) estrutura semântica pré-existente, e fizeram-se, alguns, a partir de aspectos contextuais e pragmáticos do protótipo 'largar-soltar-libertar' (num determinado lugar, como circunstante locativo de *laxare*; donde, por *reanálise* sintáctico-semântica, os sentidos de 'afastar-se, abandonar depois de ter deslocado / sem levar consigo'). Dos últimos períodos do latim tardio às primeiras fases do português e do português antigo (*leixar*) ao português moderno, seguiram-se duas reorganizações de protótipos. Na primeira, o desaparecimento de 'afrouxar, relaxar' e a desprototipicização de 'largar-soltar-libertar' deram origem à mudança de protótipos do domínio espacial para os domínios psico-social e moral, com a prototipicização de 'abandonar' e de

'permitir', e a um certo afastamento dos dois grupos (ou categorias) organizados à volta destes dois novos protótipos, mas também motivaram a emergência de significações esquemáticas, que os aproximam. Na segunda, mais escondida do que a anterior, o reforço dos valores "passivos" dá origem à prototipicização de 'não impedir, não intervir' (em detrimento de 'permitir') e à consequente dissimetria dos dois valores prototípicos de *deixar* (de um lado, o protótipo *activo* 'abandonar', e, do outro, o protótipo *passivo* 'não impedir, não intervir') e, consequentemente, a um reafastamento das duas categorias; por outro lado, a consolidação dos conteúdos esquemáticos é acompanhada de subidas dos valores prototípicos para níveis hierarquicamente superiores e de consolidações de relações intercategoriais.

Porque é que as categorias são formadas e organizadas em termos de prototipicidade, ou, por outras palavras, qual a razão de ser dos protótipos e dos efeitos de prototipicidade? Geeraerts (1988c) propõe uma explicação psicológico-funcional: as categorias estruturadas na base da prototipicidade são cognitivamente eficientes, pois, por um lado, têm a vantagem da *flexibilidade*, que lhes permite adaptarem-se aos vários contextos em que são usadas e integrarem novas entidades como membros mais ou menos periféricos, e, por outro, têm a vantagem da *estabilidade*, que proporciona a interpretação de novas experiências (através dos protótipos existentes), sem que, para o efeito, seja necessária a criação de novas categorias ou a redefinição de categorias já existentes, e, assim, permite a continuidade da estrutura geral do sistema categorial. A prototipicidade existe porque é cognitivamente vantajosa, porque satisfaz estas duas tendências, aparentemente contraditórias, da cognição humana. Daí que as categorias linguísticas sejam tipicamente flexíveis e polissémicas e daí a continuidade e a mutabilidade dos significados das palavras no seu desenvolvimento histórico.

Um outro processo implicado na categorização é a generalização ou abstracção, numa palavra, a *esquematisação* (cf. Langacker 1987: 371 ss.). Um *esquema* é "an abstract characterization that is fully compatible with all the members of the category it defines (so membership is not a matter of degree); it is an integrated structure that embodies the commonality of its members, which are conceptions of greater specificity and detail that elaborate the schema in contrasting ways" (Langacker 1987: 371). *Esquema* e *protótipo* e categorização por *esquema* e categorização por *protótipo* não se excluem, antes se complementam⁸. Na semântica de um item lexical (ou de uma outra categoria), polissémica ou não, há sentidos ou referentes esquemáticos e específicos, prototípicos e periféricos. A sua estrutura tem, por isso, a forma de um "network" (rede). O modelo de representação da estrutura das categorias que combina esquemas e protótipos é designado por Langacker (1987: 377-386, 1988a,b) como "network model".

⁸ Sobre esta complementaridade, ver, também, Taylor (1990, 1995: 65-68, 253).

A categorização linguística é um processo (e um resultado) com duas dimensões: uma (*semasiológica*), que acabamos de considerar, diz respeito à definição e à estrutura interna das categorias, concretamente às condições pelas quais x é membro da categoria Z ; e a outra (*onomasiológica*) diz respeito à escolha entre categorias alternativas, concretamente às condições pelas quais Z , e não W , é usado como nome de x . Relativamente à dimensão onomasiológica (ou, se quisermos, vertical) da categorização, estudos etnolinguísticos sobre as classificações populares de plantas e de animais (cf. o resumo de Berlin 1978) e estudos psicolinguísticos sobre hierarquias lexicais (cf., por exemplo, Rosch *et al.* 1976) verificaram que existe um nível de hierarquização lexical cognitivamente mais saliente, o chamado *nível básico*, que se identifica, em princípio, com o "nível genérico" de uma taxonomia biológica popular, e ao qual pertencem categorias que, do ponto de vista da aquisição, são apreendidas em primeiro lugar, funcionalmente, são as mais rapidamente aplicadas e, linguisticamente, são expressas por termos morfolologicamente curtos e simples (por exemplo, *pinheiro* relativamente a *árvore* e a *pinheiro-manso*)⁹. Estes e outros estudos verificaram ainda outros aspectos típicos das hierarquias lexicais (que também as faz distinguir das taxinomias científicas): correlações entre protótipos e categorias *básicas* (aqueles tendem a desenvolver-se no nível básico e a saliência destas deve-se à sua estrutura baseada em protótipos), relações de inclusão parcial e sobreposições entre os elementos de uma hierarquia, lacunas e percursos hierárquicos alternativos, competições lexicais, funções cognitivas específicas das categorias superordenadas (realçar atributos genéricos e funcionais e reunir categorias de um nível inferior relativamente a um determinado atributo) e das categorias subordinadas (especificar, num processo, não propriamente de subordinação ou de adição de atributos aos do termo superordenado, mas muitas vezes de criação de novas categorias, expressas ora por palavras "simples" ora por expressões compósitas).

Directamente em relação à questão da escolha de determinada forma lexical para nomear determinado referente, em detrimento de outras formas lexicais igualmente aplicáveis, Geeraerts, Grondelaers & Bakema (1994) concluem, com base na análise de um extenso "corpus" de termos de vestuário do neerlandês, que isso tem a ver, por um lado, com a prototipicidade semasiológica desse referente no campo de aplicação dessa forma e, simultaneamente, com a saliência onomasiológica dessa forma como categoria para nomear esse referente, e, por outro, com factores contextuais de natureza pragmática ou sociolinguística. Por outras palavras, a *nomeação*

⁹ Mas Geeraerts, Grondelaers & Bakema (1994: 134-146) afirmam que esta "hipótese do nível básico", como nível de saliência onomasiológica, não é universalmente válida, essencialmente porque a saliência onomasiológica pode situar-se a qualquer nível de uma hierarquia lexical. Tomando o conceito de "entrenchment" (fixação, ancoragem) de Langacker (1987: 59-60), os mesmos consideram que determinada categoria é onomasiologicamente saliente se, através do uso, estiver *ancorada* no conhecimento linguístico dos falantes.

é determinada pelas características semasiológicas e onomasiológicas dos itens envolvidos e por factores contextuais. Por exemplo, a escolha de *deixar*, em vez de *abandonar*, *permitir*, etc., para nomear os respectivos processos deve-se a um conjunto variado de factores: saliência semasiológica desses processos no campo de aplicação de *deixar*, saliência onomasiológica de *deixar*, a sua gramaticalização, adequação ao registo não-formal, estratégias eufemísticas e provável primariedade ontogenética (cf. Silva 1997: 177-202).

Ainda quanto à dimensão onomasiológica, Schmid (1993) e Geeraerts, Grondelaers & Bakema (1994) procuram demonstrar, contrariando as posições dos teóricos estruturalistas dos campos lexicais, que as estruturas onomasiológicas caracterizam-se, tal como as estruturas semasiológicas, pela *não-descrição* (interna e externa) e pela *não-igualdade* dos seus elementos, e são condicionadas por factores contextuais vários.

5. Metáforas e metonímias conceptuais

Tradicionalmente, metáfora e metonímia têm sido consideradas como "figuras de estilo", isto é, mecanismos retóricos de ornamentação da linguagem. E são essas metáforas criativas e poéticas (típicas da linguagem literária) que mais têm sido estudadas por filósofos, retóricos e críticos literários. Mas a metáfora e a metonímia não são exclusivas da linguagem literária ou de outras formas de criação linguística, nem são essencialmente mecanismos retóricos. Metáfora e metonímia são instrumentos cognitivos e a linguagem corrente está repleta de expressões metafóricas e metonímicas (a nível lexical, metáfora e metonímia são os dois meios mais frequentes de extensão semântica dos itens lexicais)¹⁰. São estas metáforas e metonímias generalizadas, convencionalizadas e lexicalizadas (geralmente não reconhecidas como metáforas e metonímias e impropriamente ditas "mortas"), as mais importantes do ponto de vista cognitivo. Para a Linguística Cognitiva, estas metáforas e metonímias são fenómenos verdadeiramente *conceptuais*¹¹ e constituem importantes *modelos cognitivos*. A sua principal diferença é a de que enquanto a metáfora envolve *domínios cognitivos* (domínios da experiência) diferentes, como uma projecção da estrutura de um domínio-origem numa estrutura correspondente de um domínio-alvo, a metonímia realiza-se dentro de um mesmo *domínio*, activando e realçando uma

¹⁰ Em Silva (1992), pode encontrar-se uma pequena descrição da acção da metáfora e da metonímia no léxico do Português.

¹¹ É claro que metáfora e metonímia não-generalizadas, poéticas ou literárias, são também fenómenos conceptuais, cognitivos.

categoria ou um sub-domínio por referência a outra categoria ou a outro sub-domínio do mesmo domínio (cf. Lakoff 1987: 288, Croft 1993 e Dirven 1993).

Num estudo pioneiro sobre este assunto, Lakoff & Johnson (1980) demonstram que conceptualizamos sistematicamente muitos domínios da experiência através de metáforas conceptuais, isto é, projectando neles outros domínios. Por exemplo, conceptualizamos uma discussão (um debate) através da metáfora DISCUSSÃO É GUERRA (sem que para isso tenhamos que ter experiência pessoal da guerra, mas porque temos dela imagens mentais mais ricas). Entre os dois domínios estabelecem-se analogias estruturais: os participantes de uma discussão correspondem aos adversários de uma guerra, o conflito de opiniões corresponde às diferentes posições dos beligerantes, levantar objecções corresponde a atacar e manter uma opinião a defender, desistir de uma opinião corresponde a render-se, etc. Tal como uma guerra, uma batalha ou uma luta, também uma discussão, um debate ou o processo de argumentação pode dividir-se em fases, desde as posições iniciais dos oponentes até à vitória de um deles, passando por momentos de ataque, defesa, retirada, contra-ataque. Como realizações linguísticas desta metáfora conceptual, *atacamos* ou *defendemos* determinada ideia ou argumento, *tomamos posições* e utilizamos *estratégias*, *atacamos cada ponto fraco* da argumentação de alguém, *demolimos* a argumentação do outro, acabamos por *ganhar* ou por *perder*, etc¹².

Outro exemplo: pensamos e falamos da vida humana em termos de uma viagem, mais precisamente de três viagens (cf. Lakoff & Turner 1989). O nascimento é o termo da nossa primeira viagem (cf. *vir*, *chegar* ao mundo, o bebé *vem a caminho*, *já chegou*); daí até à morte realizamos a nossa segunda viagem no mundo (somos viajantes, os nossos propósitos são destinos e os meios para os realizarmos são caminhos, as dificuldades da vida são obstáculos, o progresso realizado é a distância percorrida e as escolhas são encruzilhadas); a morte é o começo da nossa última viagem (ele *deixou-nos*, *partiu*, *foi para a sua última morada*, *ainda / já não está connosco*). Outros exemplos: conceptualizamos as expressões linguísticas como contentores onde pomos ideias e todo o tipo de informações, as ideias e os significados como objectos ou coisas e a comunicação linguística como envio e recepção de pacotes de informação (Reddy 1993 designa esta forma de conceptualizar a linguagem e a comunicação por *metáfora do conduto* ou *do canal* ["conduit metaphor"]); conceptualizamos o tempo em termos de espaço (como um objecto que se move) e como dinheiro, o sentimento e a emoção como força, o amor como fogo e como guerra, a ira como fogo ou como um animal perigoso, o corpo como um recipiente para sentimentos e emoções, a intimidade como proximidade e ligação físicas, a vida como um jogo (de azar), o

¹² De notar que cada metáfora ou metonímia conceptual é uma categoria que se pode manifestar em várias expressões linguísticas, ou, dito inversamente, diferentes expressões podem instanciar uma mesma metáfora ou metonímia conceptual.

mundo como um teatro, as teorias como construções (edifícios), a mente como uma máquina, o conhecimento e a compreensão como visão, os problemas como "puzzles", o bom, a felicidade e a virtude como em cima e o mau, a tristeza e o vício como em baixo, etc., etc. (cf. Lakoff & Johnson 1980, Lakoff & Turner 1989, Lakoff 1987, 1993, Kövecses 1986, 1988, 1990, Sweetser 1990, Gibbs 1994).

Estes e outros exemplos mostram que a metáfora não é uma mera extensão (ou transferência) semântica de uma categoria isolada para outra categoria de um domínio diferente, mas envolve uma analogia sistemática e coerente entre a estrutura interna de dois domínios da experiência e, consequentemente, todo o conhecimento relevante associado aos conceitos e domínios em causa. Os mesmos exemplos mostram também que a metáfora tende a ser unidireccional: através dela, geralmente conceptualizamos domínios abstractos em termos de domínios concretos e familiares. O que quer dizer que a conceptualização de categorias abstractas se fundamenta, em grande parte, na nossa experiência concreta cotidiana.

As metáforas conceptuais desempenham pois um papel crucial na conceptualização de muitos domínios. Elas constituem uma *maneira de pensar*, também em domínios como, por exemplo, a ética (cf. Johnson 1993), a política (cf. Lakoff 1992, 1996), ou as ciências (cf. vários estudos em Ortony 1993).

Que tipos de domínios-origem servem a metáfora, ou quais as características do "input" da metaforização? A experiência básica à luz da qual conceptualizamos metaforicamente domínios abstractos é, em certos casos, representada por categorias do nível *básico* ou pelas suas categorias superordenadas, e são os atributos salientes dessas categorias que são usados para estruturar a categoria abstracta (cf. *casa, igreja, castelo* e outras espécies de edifícios na conceptualização de uma teoria, ou *guerra* e os objectos e acções básicos que constituem esta categoria de evento na conceptualização de uma discussão). Noutros casos, são usados como domínios-origem objectos materiais, seres vivos e seres humanos (resultando daí metáforas "concretistas", animistas e antropomórficas). E ainda noutros, como fazem notar Lakoff (1987) e Johnson (1987), são utilizadas determinadas estruturas imagéticas bastante simples, geralmente de natureza espacial, ligadas à nossa experiência sensorio-motora — os chamados *esquemas imagéticos* (cf. secção seguinte). Por exemplo, o esquema imagético 'percurso' na metáfora conceptual A VIDA É UMA VIAGEM, os esquemas imagéticos 'em cima' e 'em baixo' na conceptualização metafórica do bom e do mau (*altos/baixos* valores, espírito *elevado*, entrar em *declínio*, *cair* em desgraça, *subir* ao céu, *descer* ao inferno), ou do poder e do domínio e da falta de poder e do ser dominado (*superior/inferior*, ter poder *sobre* alguém, estar *sob* o controlo de alguém, classe *baixa/alta*), os esquemas imagéticos de 'proximidade-distância' e/ou 'ligação-separação' metaforicamente

elaborados, por exemplo, no domínio das relações interpessoais afectivas ou outras (*relação estreita, pessoas chegadas, deixar/abandonar alguém*), ou ainda o esquema imagético tridimensional do *contentor* aplicado metaforicamente a expressões metalinguísticas (*conteúdo da palavra, da frase; palavras vazias*).

Metonímias *conceptuais* são os vários tipos de metonímia que se baseiam em relações de contiguidade (não apenas no sentido espacial, mas também temporal, causal ou conceptual), tradicionalmente designadas por "continente pelo conteúdo", "causa pelo efeito", "instrumento pelo agente que o utiliza ou pela actividade com ele praticada", "matéria pelo objecto fabricado dessa matéria", "parte pelo todo", etc. (e o inverso de algumas destas relações). Estes e outros tipos resultam, por vezes, de relações de contiguidade entre esquemas imagéticos (por exemplo, "parte-todo", "percurso-lugar", "origem-percurso-destino", "em massa - múltiplo"). Relativamente aos factores gerais que favorecem o processo metonímico, Taylor (1995: 90, 125-6) introduz a noção de *perspectivação* ("perspectivization"), isto é, a possibilidade de perspectivar determinada componente de uma estrutura conceptual unitária em detrimento de outra(s) ou do todo. Por exemplo, em *fechar a porta / a tampa* perspectiva-se apenas uma componente da acção de fechar, que é a colocação numa determinada posição do dispositivo com que se impede o acesso a determinado contentor, e, por isso, o objecto directo do verbo é o nome desse dispositivo. Mas em *fechar a caixa* perspectiva-se a acção de fechar na sua totalidade (não só a utilização de um dispositivo, mas também o impedimento de aceder a um contentor), e, por conseguinte, o objecto directo passa a ser o nome do contentor.

Metáfora e metonímia interactuam frequentemente. Goossens (1990) evidencia esta interacção, a que dá o nome de "metaphonymy", nas expressões do inglês que denotam "acção linguística" (tendo como domínios-origem a acção violenta, o som e partes do corpo), e verifica que há casos de *integração* da metonímia e da metáfora, ora como "metonímia dentro da metáfora" ora, mais raramente, "metáfora dentro da metonímia", e casos de *cumulação*, quer como "metáfora a partir de uma metonímia" quer, mais raramente, como "metonímia a partir de uma metáfora"¹³. Este estudo sugere que mais frequentemente a metonímia funciona como motivação conceptual da extensão metafórica do que o inverso (cf. também Taylor 1995: 124,139)¹⁴.

¹³ Sobre a interacção metonímia-metáfora no mesmo domínio da "acção linguística" (ou comunicação verbal), veja-se também Goossens *et al.* (1995).

¹⁴ Barcelona (1997) vai mais longe, ao defender que *qualquer* metáfora (mesmo as metáforas sinestésicas, que Taylor 1995 considera como independentes da metonímia) depende conceptualmente de uma metonímia. Trata-se de uma hipótese polémica: alguns cognitivistas, embora reconheçam que em muitos casos a metonímia é a base da metáfora, rejeitam-na e outros preferem considerar que a diferença cognitiva entre metáfora e metonímia é bem mais pequena do que tradicionalmente se assume.

Um dos domínios em que a interacção metáfora-metonímia é particularmente frequente é o das categorias de emoção. Nos seus importantes estudos sobre a linguagem das emoções, Kövecses (1986, 1988, 1990) e Lakoff (1987: 380-415) concluem que na conceptualização dos sentimentos e das emoções funcionam um princípio metonímico geral de tipo causa-efeito, pelo qual a ira, a tristeza, o medo, a alegria, o amor e outras emoções são referidas por sintomas fisiológicos correspondentes (tais como aumento/abaixamento da temperatura do corpo, rosto corado/pálido, gritos e lágrimas, abraços, suor, alteração das pulsações e do ritmo cardíaco), e várias metáforas conceptuais desencadeadas por estas metonímias fisiológicas (por exemplo, a ira como calor, como calor de um fluido num contentor, como fogo, como um animal perigoso; o medo como um opressor; a alegria como luz, como em cima; a tristeza como escuridão, como em baixo; o amor como nutriente, como alimento saboroso, como fogo). No inglês, a alegria e o amor são conceptualizadas mais por metáforas e o medo mais por metonímias; no caso da ira, há um equilíbrio entre os dois processos cognitivos¹⁵.

6. Esquemas imagéticos e suas transformações

Uma das ideias importantes (e originais) em Linguística Cognitiva é a de que grande parte do nosso conhecimento não é estático, mas fundamenta-se em e é estruturado por padrões dinâmicos, não-proposicionais e imagéticos dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação dos objectos e de interacções perceptivas — os chamados *esquemas imagéticos* ("image schemas"; cf. Johnson 1987 e Lakoff 1987, 1990). Entre os esquemas imagéticos mais frequentes, linguisticamente realizados de muitas variadas maneiras, estão os seguintes: *contentor* ("container") ou *recipiente*, *origem-percurso-destino*, *percurso* (ou *caminho*), *elo* ("link"), *força*, *equilíbrio* (ou *balança*), *bloqueio*, *remoção*, *contraforça*, *compulsão*, *parte-todo*, *centro-periferia*, *em cima - em baixo*, *à frente - atrás*, *dentro-fora*, *perto-longe*, *contacto*, *ordem linear*. Por exemplo, a ideia que temos do 'equilíbrio' é algo que apreendemos, não pela compreensão de um conjunto de regras, mas com o nosso próprio corpo, através de experiências corporais várias de equilíbrio e de desequilíbrio e da manutenção dos nossos sistemas e funções corporais em estados de equilíbrio. E este esquema imagético do equilíbrio é metaforicamente elaborado para a compreensão de vários domínios abstractos (por exemplo, estados psicológicos, relações legais e jurídicas, sistemas formais).

¹⁵ Sobre a linguagem das emoções, veja-se, também, a recente colectânea editada por Niemeier & Dirven (1997).

Os esquemas imagéticos não existem como entidades individuais e isoladas, mas ligam-se entre si através de *transformações de esquemas imagéticos* ("image-schema transformations"). Como importantes *transformações de esquemas imagéticos*, Lakoff (1987: 442-3) aponta as seguintes: *da focagem do percurso para a focagem do ponto-final* (seguir mentalmente o percurso de um objecto em movimento e depois focalizar o ponto onde ele pára ou virá a parar), *do múltiplo para a massa* (a partir de um grupo de vários objectos, imaginá-lo como um conjunto de entidades e, finalmente, como uma massa homogênea; analogamente, uma sequência de pontos é vista à distância como uma linha contínua), *seguir uma trajectória* ou, por outras palavras, *do movimento zero-dimensional para o movimento uni-dimensional* (percepcionando um objecto em movimento contínuo, pode mentalmente traçar-se o seu percurso ou a sua trajectória) e *sobreposição* (imaginando uma esfera grande e um cubo pequeno, aumentar o tamanho do cubo até que a esfera possa caber dentro dele e, depois, reduzir o tamanho do cubo e colocá-lo dentro da esfera). Cada *transformação de esquema imagético* reflecte pois aspectos importantes da experiência humana (sobretudo corporal) visual, auditiva ou cinestésica.

Vários estudos de linguística cognitiva têm comprovado o papel fundamental dos *esquemas imagéticos* e das suas *transformações* no conhecimento, no pensamento e na imaginação, na estruturação dos domínios da experiência, na metáfora (como vimos, esquemas imagéticos são metaforicamente elaborados para a conceptualização de várias categorias abstractas; cf. Lakoff & Johnson 1980, Lakoff 1987, 1990, Johnson 1987, 1993), na significação lexical, na extensão semântica das categorias lexicais e na coerência de complexos polissémicos (cf. Brugman 1989, Lakoff 1987: 416-461 e Dewell 1994, sobre a preposição *over*), na criação e na motivação semântica de formas e construções gramaticais (cf. Langaker 1987, 1991). Juntamente com os protótipos, a metáfora e a metonímia, salienta Johnson (1992) que eles conferem à significação uma natureza *incorporada* ("embodied") e *imagética* ("imaginative"). Recentemente, Gibbs & Colston (1995) encontraram em vários trabalhos experimentais de diferentes áreas da Psicologia (Psicologia Cognitiva, Psicologia do Desenvolvimento e Psicolinguística) evidência empírica sobre a realidade psicológica dos esquemas imagéticos e das suas transformações.

Em Silva (1997), mostrámos que a coerência semântica do verbo *deixar* (cujo complexo semasiológico compreende duas categorias semânticas numa certa "tensão homonímica", uma com objecto construído como estático e expresso num complemento nominal [*deixar x*] e outra com objecto dinâmico expresso num complemento verbal [*deixar fazer y*]) provém de seis esquemas imagéticos constituídos por movimentos de afastamento "activo" (cessando o contacto inicial) ou "passivo" (mantendo a separação inicial), ora do participante sujeito (cf. 'ir embora' e 'afastar-se depois de deslocar' vs. 'não se aproximar') ora do participante objecto (cf. 'permitir' e

'largar-soltar-libertar' vs. 'não impedir')¹⁶. Estes esquemas imagéticos estão ligados entre si por transformações de inversão do participante dinâmico que realiza o movimento (sujeito vs. objecto), de inversão da atitude do participante sujeito ("activo", afastando-se ou criando as condições para o afastamento do objecto vs. "passivo", mantendo-se afastado) e de adição/supressão de um momento anterior de intervenção prévia (de deslocação ou de bloqueio do objecto) por parte do sujeito. E são metaforicamente elaborados nos domínios das relações interpessoais e das funções sociais (como suspensão, abandono ou ruptura), da posse (como transferência de posse prototípica ou abstracta, transferência por morte, não-apropriação), da causação (como causação *negativa*), da permissão, da moral, da conduta (como desleixo, traço tipicamente português), da morte, do tempo (como posteridade, adiamento), da negação (como opção negativa: optar por não continuar a agir ou optar por não agir), etc. Diacronicamente, é do esquema imagético instanciado em 'largar-soltar-libertar' que provêm, directa ou indirectamente, por transformações de inversão do participante dinâmico e da atitude do sujeito e de supressão/manutenção do momento anterior, a categoria de significados com objecto estático, e, por transformações de supressão do momento anterior e de inversão da atitude do sujeito, a categoria de significados com objecto dinâmico.

7. Modelos cognitivos e culturais

A significação e a estrutura de uma categoria linguística dependem de determinadas estruturas de conhecimento sobre o domínio ou domínios da experiência a que essa categoria está associada. Trata-se de um conhecimento individualmente idealizado, isto é, de um *modelo cognitivo*, e interindividualmente partilhado pelos membros de um grupo social, ou *modelo cultural*. É no contexto dos respectivos modelos cognitivos e culturais que, para a Linguística Cognitiva, as categorias linguísticas podem ser devidamente caracterizadas.

Os modelos cognitivos têm limites indeterminados e tendem a associar-se em redes ("networks"). Por exemplo, o modelo cognitivo do domínio "praia" (estar na praia) compreende vários contextos e situações e está associado a outros modelos cognitivos tais como os do sol, das férias, da areia, da pesca, etc. Metodologicamente, a descrição do modelo ou modelos cognitivos implicados por uma categoria não pode ser exaustiva, mas selectiva. Os modelos cognitivos são omnipresentes: em qualquer acto de categorização estão envolvidos, mais ou menos

¹⁶ Estes esquemas imagéticos de *deixar* incorporam alguns dos esquemas imagéticos referidos acima, nomeadamente: *ligação, contacto, separação, contentor, parte-todo, bloqueio, remoção do bloqueio, ausência de bloqueio, afrouxamento, embora, atrás, de lado, de fora*.

conscientemente, um ou mais modelos cognitivos; mesmo nos casos de objectos ou situações desconhecidas ou não-familiares, é possível começar a ter deles uma ideia através de modelos cognitivos parecidos. Uma categoria pode envolver um complexo de diferentes modelos cognitivos: por exemplo, *mãe* remete, não só para os domínios de nascimento e genético, mas também para os domínios nutritivo (e educacional), marital e genealógico (cf. Lakoff 1987: 74-76), razão pela qual a mulher que alimenta e educa uma criança, mesmo que a não tenha dado à luz, pode ser considerada como sua mãe.

Determinados modelos cognitivos são exclusivamente culturais. Por exemplo, *sexta-feira* é o dia a seguir a quinta-feira e o sexto e penúltimo dia da semana no calendário ocidental e cristão; é o último dia da "semana de trabalho" na cultura ocidental; é, para os cristãos, o dia em que Cristo foi crucificado; é o dia de azar para os supersticiosos. E os modelos cognitivos sobre determinado objecto ou situação podem divergir de cultura para cultura. Por exemplo, o protótipo de secretária (mesa) para os chineses e japoneses é bem diferente do correspondente protótipo europeu: enquanto para estes a secretária prototípica tem uma determinada altura, porque nela se escreve sentado numa cadeira, e tem gavetas, porque serve também para guardar documentos pessoais e outras coisas; para aqueles, a secretária prototípica caracteriza-se pela ausência destas duas propriedades, porque aí o acto de escrever é tradicionalmente realizado sentado no chão com as pernas cruzadas. Outro exemplo: as propriedades prototípicas da primeira refeição do dia são diferentes em Portugal e na Inglaterra, porque diferentes são os respectivos modelos culturais sobre a função e a relevância das três refeições do dia (no modelo português, o *pequeno-almoço* é de menor importância do que as refeições do meio-dia e da noite, ao passo que, no modelo inglês, as refeições mais importantes são a primeira e a última).

Um tipo particularmente interessante de modelos culturais é o que se baseia em observações informais, crenças tradicionais ou mesmo superstições sobre fenómenos do mundo. São verdadeiras "teorias populares" ou "modelos populares" sobre, por exemplo, a medicina, o casamento, os astros, a mente humana, a linguagem humana, os sentimentos e as emoções, o comportamento dos animais, etc. (cf. Holland & Quinn eds. 1987). Particularmente em domínios técnicos e científicos, as teorias populares dos leigos são inexatas ou mesmo erradas à luz do conhecimento científico dos especialistas. Por exemplo, a maior parte das pessoas têm concepções sobre o movimento semelhantes às da teoria física pré-newtonina: nomeadamente, consideram que os objectos que são postos em movimento por um agente externo recebem uma força interna ou "ímpeto" que os conserva em movimento até esse ímpeto gradualmente se dissipar. Esta teoria popular do movimento fundamenta-se na observação cotidiana do movimento de certos objectos, tais como bolas de futebol ou de ténis. Acontece, porém, que em

muitos casos, não obstante a teoria popular ser cientificamente errada, ela permite chegar a resultados funcionais correctos: por exemplo, apesar de várias pessoas entenderem o mecanismo de um termostato em termos de uma válvula (quanto maior for a abertura maior será o fluxo, tal como numa boca de gás), e não como um mecanismo autoregulador que mantém uma temperatura uniforme, são capazes de fazer projecções correctas no controlo da temperatura (da sua casa, por exemplo). O que quer dizer que, para a sua vida cotidiana, as pessoas não precisam de modelos cientificamente correctos, mas de modelos funcionalmente efectivos.

A metáfora constitui um tópico importante para o estudo de modelos populares implícitos na linguagem¹⁷. Por exemplo, e como se referiu acima, a "metáfora do conduto" da comunicação e da significação linguísticas revela uma concepção objectivista e reificada da significação (os "significados" como *coisas*, que se podem delimitar, individualizar, registar, encontrar, contar, empacotar, avaliar ou mesmo digerir), partilhada pelas pessoas comuns e mesmo até por certas teorias semânticas. E as expressões metafóricas das emoções revelam uma teoria popular segundo a qual, entre outros efeitos fisiológicos, o calor do corpo é metonimicamente tomado em lugar da emoção e metaforicamente compreendido como um fluido quente que corre num contentor: o aumento de calor faz o fluido ferver e pode causar uma explosão, o que explica emoções tais como a ira, a alegria ou o amor, e a diminuição de calor está na base do medo.

Diferentes termos e conceitos correlatos são usados em Linguística Cognitiva para realçar determinados aspectos destas estruturas de conhecimento (genericamente designadas por modelos cognitivos e culturais), que estão na base das expressões linguísticas.

Langacker (1987) propõe a noção de *domínio* (domínio cognitivo) — qualquer área de conhecimento que serve de base à significação de uma "unidade cognitiva" linguisticamente expressa — e distingue entre domínios *básicos*, que representam experiências humanas cognitivamente irreduzíveis, como o espaço, a temperatura, o tempo, o gosto, a força, a dor, a cor, e domínios *complexos* ou "matriz de domínios" (categorias como *linha*, *depois*, *vermelho* e *frio* são directamente caracterizáveis em relação aos domínios básicos do espaço bi-dimensional, do tempo, da cor e da temperatura, respectivamente, mas *faca* só pode ser definida tendo em conta a sua forma, a sua função genérica, a sua inclusão no faqueiro e na mesa, o seu tamanho, a matéria de que é feita, os jogos com facas, etc.).

Fillmore (1975, 1977, 1978) introduz a noção de "frame", entendendo-a, inicialmente, mais num sentido linguístico (um "frame" é o conjunto dos meios lexicais e sintácticos disponíveis para referir uma *cena* ou cenário e cada opção lexical e sintáctica reflecte uma certa *perspectiva* sobre uma situação dessa cena; cf. o exemplo clássico da "cena" da transacção comercial e do seu

¹⁷ Para um estudo recente sobre a contribuição da metáfora para os modelos culturais, veja-se Shore (1996).

respectivo "frame" em inglês) e, posteriormente (Fillmore 1985, Fillmore & Atkins 1992), mais no sentido de modelo cognitivo. Não só em Linguística Cognitiva como em Inteligência Artificial, "frames" são estruturas de conhecimento relacionadas com determinadas situações de interacção, que se reflectem linguisticamente nas relações lexicais entre verbos e na sintaxe das orações; noção complementar é a de "script", introduzida pelos teóricos da Inteligência Artificial (cf. Schank & Abelson 1977), que designa sequências extensas de eventos ligados por cadeias causais. Próxima da noção de "frame", mas mais como uma estrutura cognitiva básica e universal, é a de *evento*, tal como tem sido teorizada por Talmy (1978, 1985) — cf. a sua análise da estrutura conceptual do evento de movimento, com seis componentes cognitivas: *figura*, *base*, *percurso*, *movimento*, *modo* e *causa*. Recentemente, Talmy (1991, 1996) reavivou o termo "frame" postulando o que designa por "event-frames" (de movimento, de causação, cíclico, de interacção entre participantes, de inter-relações).

Lakoff (1987) fala de *modelos cognitivos idealizados*, salientando assim a natureza psicológica ou idealizada dos modelos cognitivos, e, atendendo aos seus princípios de estruturação, distingue entre modelos *proposicionais* (idênticos aos "frames" de Fillmore), de *esquemas imagéticos*, *metafóricos* e *metonímicos*. Johnson (1987) teoriza a noção de *esquemas imagéticos*, demonstrando a natureza imagética e pré-conceptual de alguns modelos cognitivos. O estudo de Johnson-Laird (1983) é um tratamento psicolinguístico dos *modelos mentais*. A teoria de Fauconnier (1985) sobre *espaços mentais* visa descrever o modo pelo qual os modelos cognitivos são construídos no acto do discurso como constructos temporários (cf., também, a sua obra mais recente: Fauconnier 1997). Linguistas antropólogos e sociolinguistas focalizam a natureza interindividual, social e cultural dos modelos cognitivos, através do que designam por *modelos culturais* (cf. Holland & Quinn eds. 1987 e D'Andrade 1989).

8. A gramática como sistema de organização conceptual

Para a Linguística Cognitiva, as categorias (classes e construções) gramaticais são também, tal como as lexicais, entidades *simbólicas*, isto é, significativas (simbolizam um conteúdo conceptual). Elas devem pois ser consideradas, ao contrário do que advogam outras teorias linguísticas, não somente em termos das suas propriedades sintácticas, mas tendo em conta a sua base semântica. Tal como o léxico, a gramática é motivada por aspectos e funções conceptuais e semânticas e está intimamente relacionada com a categorização, processos imagéticos, modelos cognitivos e culturais. Esta perspectiva *simbólica* da gramática tem a sua expressão mais

elaborada na Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1990, 1991)¹⁸ e na Gramática de Construção de Fillmore (1988; Fillmore, Kay & O'Connor 1988; Goldberg 1995)¹⁹.

Tal como as categorias lexicais, também as categorias gramaticais são estruturadas com base em protótipos (cf., por exemplo, Taylor 1985: capp. 10 e 11). No seu notável estudo sobre as duas classes gramaticais mais importantes (republicado em Langacker 1990: cap. 3), diz Langacker que o substantivo denota, esquematicamente, uma "coisa" (ou 'região em algum domínio') e, prototipicamente, um objecto físico discreto, ao passo que um verbo denota, esquematicamente, uma "relação temporal complexa" (ou 'processo') e, prototipicamente, uma *interacção energética* (transferência de energia que conduz a uma mudança) entre objectos físicos discretos. Substantivos que não denotam objectos físicos discretos e verbos que não denotam interacções energéticas desviam-se, de diferentes maneiras, do respectivo protótipo. Substantivo (ao qual está associado o pronome) e verbo (ao qual se associam outras classes "relacionais": adjetivo, advérbio, preposição) representam uma oposição conceptual máxima inscrita num modelo cognitivo do mundo, a que Langacker dá o nome de "modelo da bola de bilhar", segundo o qual o mundo é povoado por objectos físicos discretos que se deslocam e interagem energeticamente quando se põem em contacto uns com os outros. Por seu lado, as construções sintácticas são também categorias prototípicas. Por exemplo, a construção transitiva prototípica descreve um evento real, envolvendo dois participantes específicos e distintos, em que um deles, o agente humano, causa directa, física e intencionalmente, uma mudança perceptível no outro, o paciente não-animado (cf. Lakoff 1977, Hopper & Thompson 1980, Langacker 1991)²⁰.

Por outro lado, não só as classes como as construções gramaticais são susceptíveis de caracterizações esquemáticas. Quanto às segundas, a gramática de uma língua compreende as chamadas "regras gramaticais", as quais, em Linguística Cognitiva, tomam a forma de *esquemas de construção*. Um *esquema de construção* é uma estrutura complexa convencionalizada que representa o que há de comum ao conjunto de construções específicas que o instanciam.

Também as categorias gramaticais se fundamentam, por vezes, na experiência cotidiana, em modelos cognitivos e culturais, e são objecto de metáforas e metonímias conceptuais e de esquemas imagéticos. No seu estudo sobre *dinâmica de forças* ("force dynamics"), Talmy (1988a) demonstra o impacto de padrões de dinâmica de forças na estrutura da linguagem. Conceptualizamos e exprimimos linguisticamente interacções físicas através de esquemas pré-

¹⁸ Em Silva (1995a,b), pode encontrar-se uma introdução (e aplicação) à teoria gramatical de Langacker.

¹⁹ Mais restritamente no domínio da sintaxe, vejam-se, também, os contributos de Croft (1991) e de Deane (1992).

²⁰ Sobre a transitividade, na perspectiva cognitiva, ver também Rice (1987) e Almeida (1995).

conceptuais de dinâmica de forças (que se fundamentam na nossa experiência cinestésica) e, metaforicamente, interações psicológicas e sociais em termos desses mesmos esquemas. Tal como Talmy a caracteriza, a *dinâmica de forças* é uma categoria complexa, que envolve vários factores. Os mais básicos são: dois participantes, um que exerce força (o *agonista*, que, numa oração transitiva, corresponde normalmente ao objecto directo) e outro que exerce, prototipicamente, uma contra-força (o *antagonista*, que corresponde ao sujeito); as tendências de força intrínsecas do agonista, quer para o movimento ou acção quer para o repouso/permanência ou inacção; "balance of strengths" (a entidade mais forte e a entidade mais fraca); e o resultado do conflito (ora o movimento-acção ora a permanência-inacção do agonista). Para além de outras aplicações, o conceito de dinâmica de força conduziu Talmy a uma redefinição e a uma importante exploração da noção de causatividade (ou causação) e, portanto, das construções causativas. A causação (do ingl. "causation") compreende, não apenas 'causing' (causar), mas também 'letting' (deixar) — 'causing' e 'letting' configuram duas dinâmicas de forças com um *antagonista* como sendo a entidade mais forte. 'Causing' envolve o começo ou a continuação da influência positiva do *antagonista*, de forma que o estado ou a actividade do *agonista* daí resultante é o oposto do da sua tendência intrínseca. 'Letting' envolve não-influência do *antagonista*, ora na forma de cessação da influência ora na de não-ocorrência, de maneira que a acção ou estado do *agonista* é o mesmo que o da sua tendência intrínseca. Mas a causação compreende ainda outras dinâmicas de forças com um *antagonista* como força mais fraca (algumas das quais não envolvem oposição). Por exemplo: 'apesar de / embora' (contraposto a 'por causa de'), 'ajudar', 'auxiliar', 'possibilitar', 'tentar', 'resistir', 'suportar'²¹. Com o mesmo conceito de dinâmica de forças, Sweetser (1990: 49-75) propõe uma explicação dos sentidos deôntico e epistémico dos verbos modais (cf. também Johnson 1987: 42-64). As noções de modalidade são extensões metafóricas de esquemas de dinâmica de forças do mundo físico. Por exemplo, o sentido de obrigatoriedade de *dever* denota uma força compulsiva que leva o sujeito a um acto; e no sentido de necessidade, *dever* denota uma força compulsiva de evidência que conduz o sujeito a uma conclusão.

Segundo Langacker (1987, 1991), a estrutura da oração é conceptualizada em termos de dois modelos cognitivos. Um é o já referido "modelo da bola de bilhar" (que compreende, aliás, a noção de "dinâmica de forças"), segundo o qual uma oração é uma *cadeia de acção*, em que um objecto entra em contacto com outro, daí resultando uma *transferência de energia*; este segundo objecto entra em contacto com um terceiro, resultando novamente uma transferência de energia, e assim sucessivamente. O objecto inicial desta cadeia, fonte de energia, é a sua *cabeça* e o objecto

²¹ Sobre a causatividade em geral e, em particular, a causatividade de *deixar*, veja-se Silva (1997: cap. 5).

final, que apenas consome a energia transmitida, a sua *cauda*. As noções de sujeito e objecto directo encontram aqui uma caracterização esquemática²². O sujeito é a cabeça da porção perfilada da cadeia de acção, é o iniciador do fluxo de energia. O objecto directo é a cauda da porção perfilada da cadeia de acção, o ponto final do fluxo de energia. O sujeito prototípico é a *fonte de energia* volitiva que inicia a cadeia da actividade, o mesmo é dizer, é um agente (humano, portanto), responsável pela ocorrência da acção; o objecto directo prototípico é um paciente, um objecto inanimado que absorve a energia transmitida e que por isso mesmo sofre uma mudança interna de estado. Estes são os dois participantes "directos" ou mais centrais no processo "perfilado" por uma oração, e são geralmente não-marcados morfologicamente; o sujeito é o participante mais proeminente e o objecto directo é o segundo participante mais proeminente (consequentemente, uma oração pode ter sujeito sem ter objecto, mas não inversamente). Qualquer outro participante é "oblíquo" ou menos central, e é geralmente marcado (por preposições nas línguas sem sistema morfológico de caso). Por outro lado, uma *cadeia de acção* pode ser linguisticamente realizada de diferentes maneiras. Assim, se a oração transitiva apresenta a energia necessária para a cadeia de acção vinda de uma origem externa e constrói o iniciador do fluxo de energia como sujeito e o ponto final desse fluxo como objecto, na oração intransitiva fonte e alvo de energia convergem num único participante — o sujeito. E uma terceira alternativa consiste em conceber o evento autonomamente, isto é, sem qualquer referência à energia que o produziu: é o que Langacker designa por "absolute construal", como, por exemplo, nos chamados verbos "inacusativos" ou "ergativos" (isto é, verbos cujo sujeito é um objecto directo subjacente: "O João chegou/caiu").

Um outro modelo cognitivo determinante na concepção dos eventos, e portanto na estrutura da oração, é o "modelo do palco". Conceptualizamos um evento como um *cenário* ("setting") estável e inclusivo, dentro do qual interagem, como actores, assimetricamente, determinados *participantes* numa cadeia de acção. Na codificação não-marcada do evento, a distinção *cenário/participante* reflecte-se na oposição entre determinadas expressões adverbiais, nomeadamente de lugar e de tempo, por um lado, e os complementos nominais do verbo, por outro; estes conceptualmente autónomos e centrais e aqueles dependentes e periféricos. Oposição que corresponde à que é estabelecida no quadro da Gramática de Valências entre "circunstantes" e "actantes", respectivamente. Mas estes diferentes estatutos não são inerentes e imutáveis, mas essencialmente uma questão de "construal" (cf. a seguir); quer isto dizer, nem sempre um nominal é construído como *participante* (ou *actante*) e nem sempre uma expressão adverbial é

²² Cf., mais adiante, uma complementação da caracterização que se segue, através das noções de "trajector" e "landmark".

construída como *cenário* ou fragmento do cenário (ou *circunstante*), podendo muito bem ser construída como participante ou actante.

A gramática de uma língua tem por função principal organizar uma determinada "cena" ou situação (cf., particularmente, Talmy 1988b). Cada construção sintáctica particular reflecte uma organização cognitiva específica por parte do conceptualizador da cena, e variações formais reflectem variações conceptuais, bem como construções competitivas representam organizações alternativas de uma cena. Não há lugar, portanto, para "estruturas profundas" nem para "regras de transformação", postuladas pelos gerativistas para a derivação das "estruturas de superfície", já que a forma de superfície de cada construção representa uma determinada organização cognitiva. Para a Linguística Cognitiva, o significado de uma expressão linguística (lexical ou gramatical) não se esgota no conteúdo conceptual que ela evoca; igualmente significativa é a maneira como esse conteúdo é *construído/interpretado*, por outras palavras, o "construal" ou perspectiva conceptual que essa expressão impõe na cena que descreve. Assim, duas expressões podem representar essencialmente o mesmo conteúdo conceptual e, não obstante, diferirem semanticamente em virtude das diferentes perspetivações conceptuais ("construals") desse conteúdo.

Os processos cognitivos envolvidos na organização de uma cena são idênticos a mecanismos de percepção (em particular, visual). Tal como um observador, também o "conceptualizador" divide uma cena em partes que constituem o plano de fundo e partes que constituem o primeiro plano, distingue um objecto como figura proeminente que se destaca da base, assume uma posição estratégica a partir da qual consegue uma determinada perspectiva da cena, e realiza operações cognitivas tais como focalizar determinada região, salientar ou secundarizar certos elementos, examinar as unidades relevantes de uma cena. Estes processos cognitivos são *imagéticos* por natureza, constituem imagens mentais; eles têm sido amplamente estudados sobretudo por Langacker (1987, 1988a, 1990, 1991), que os designa como "imagery". Langacker (1988a, 1990: 3-15) identifica várias dimensões da "imagery" (várias facetas do "construal") e agrupa-as nas seguintes rubricas: *especificidade*, *"background"*, *âmbito*, *perspectiva* e *proeminência*. Vejamos, muito sumariamente, cada uma delas.

Uma expressão pode ser conceptualizada em diferentes níveis de *especificidade* e detalhe. Pode, também, ser concebida relativamente ao "background" (plano de fundo) de outra. Por exemplo, e quanto a este segundo aspecto, as expressões *copo meio-vazio* e *copo meio-cheio* têm as mesmas "condições-de-verdade", mas diferem semanticamente, pois são construídas por diferentes suposições e expectativas. O *âmbito* de uma expressão compreende a totalidade dos *domínios cognitivos* que ela simboliza, e dos quais depende a sua caracterização. A *perspectiva*

inclui os factores *posição estratégica*, *orientação* e *subjectividade/objectividade*. Os dois primeiros estão implicados, por exemplo, nas frases (i) "Irei ao Porto amanhã" e (ii) "Chegarei ao Porto amanhã": o locutor descreve o movimento previsto, em (i), a partir da sua própria posição estratégica, e, em (ii), a partir da posição estratégica do alocutário. O terceiro factor diz respeito ao modo (e grau) pelo qual uma entidade ou situação funciona, assimetricamente, como *sujeito* ou como *objecto* de percepção ou conceptualização. Por exemplo, o movimento expresso em "O Zé passeou do outro lado do campo, pelos bosques e no cimo do monte" é concreto e objectivamente construído (existe uma entidade que se move, inteiramente distinta do conceptualizador ou locutor, tal como o é o próprio percurso). Mas em "Ontem houve um fogo do outro lado do rio, que atravessou o bosque e chegou ao cimo do monte", o movimento expresso é abstracto e subjectivamente construído (o percurso é parcialmente subjectivo, dado que se estende do locutor até à localização do fogo; é o locutor quem, conceptualmente, se move ao longo do percurso; o movimento não é, agora, o objecto de conceptualização, mas antes uma faceta inerente do processo de conceptualização).

A última dimensão é a relativa *proeminência* de uma entidade em relação a outra(s). Langacker distingue três tipos de proeminência. Um é a *saliência* que resulta de uma construção *objectiva* e de uma menção explícita. Um segundo tipo tem a ver com a organização assimétrica de cada expressão, composta de um *perfil* e uma *base*, e consiste no acto de *perfilar* ("profiling"). Ou seja, cada expressão, relativamente ao conjunto de domínios cognitivos que envolve, isto é, em relação à sua *base*, distingue determinada sub-estrutura como uma espécie de foco de atenção, e esta sub-estrutura, chamada *perfil*, é o que a expressão designa. Por exemplo, *hipotenusa* remete para o conceito de triângulo rectângulo (a sua *base*) e *perfila* o lado oposto ao ângulo recto. Um terceiro tipo de proeminência diz respeito à organização, também assimétrica, dos participantes de qualquer *relação* perfilada (expressa por verbos, preposições, adjectivos e advérbios): um deles é construído como *figura*, isto é, como participante ao qual se atribui especial proeminência e à volta do qual a cena é organizada — Langacker dá-lhe o nome de *trajector* ("trajector") —; o segundo participante saliente é a *base* (ou *fundo*, ponto de referência) ou, na terminologia de Langacker, o *marco* ("landmark"). Por exemplo, não obstante *em cima* e *em baixo* evocarem o mesmo "conteúdo conceptual" e *perfilar* a mesma relação espacial, o seu contraste semântico deve-se ao alinhamento *trajector/marco*: "X está em cima de Y" toma Y como *marco* para a localização do *trajector* (X), ao passo que "Y está em [por] baixo de X" utiliza X como *marco* para a localização de Y (o *trajector*). O facto de frases como "??O burro está por baixo do rapaz" ou "??A casa está em frente do carro" serem pouco aceitáveis, em oposição a "O rapaz está em cima do burro" e "O carro está em frente da casa", permite

depreender, além do mais, que o *marco* é normalmente conceptualizado como o elemento mais fixo e mais englobante da cena.

Estas duas organizações assimétricas *perfil/base* e *trajector/marco* (ou *figura/base*, na terminologia de Talmy 1978), correspondentes, de certa forma, à oposição da psicologia gestaltista *figura/fundo* (embora estes conceitos se refiram mais propriamente a relações perceptivas, e aqueles a relações conceptuais), ocupam um lugar central na teoria de Langacker e são amplamente utilizadas por outros cognitivistas, tanto na descrição da semântica das palavras (em particular, preposições)²³ como na descrição da semântica das construções gramaticais. Por exemplo, Langacker define, esquematicamente, as noções de sujeito e objecto directo em termos de, respectivamente, *trajector* e *marco*. E sugere que uma explicação unificada da diversidade sintáctica da estrutura de uma oração só é possível se se entender o esquema sujeito-verbo-complemento como um reflexo do princípio cognitivo geral do alinhamento *figura/base* (ou *trajector/marco*), isto é, numa oração transitiva, o sujeito corresponde à *figura* (ou *trajector*), o objecto à *base* (ou *marco*) e o verbo expressa a relação entre figura e base.

9. Conclusão

Outros temas e áreas de investigação têm sido objecto da Linguística Cognitiva. Entre outros, merecem aqui uma referência sumária os vários estudos sobre as motivações cognitivas e pragmáticas e os mecanismos (reanálise e analogia, metonímia e metáfora) da gramaticalização (cf. Heine, Claudi & Hünemeyer 1991; Traugott & Heine eds. 1991; Hopper & Traugott 1993; Heine 1993; Bybee, Perkins & Pagliuca 1994)²⁴, os estudos sobre a mudança linguística (cf. os trabalhos anteriores, Sweetser 1990, Winters 1989, 1992a,b, Nikiforidou 1991 e, relativamente às características, causas e mecanismos da mudança semântica, sobretudo Geeraerts 1997, parcialmente referido acima), a investigação da relação entre a forma linguística e o significado linguístico, sob a rubrica da *motivação*, mais especificamente na forma do princípio de *iconicidade* (isto é, a ideia de que as formas linguísticas reflectem aspectos da mensagem comunicada; cf. Haiman ed. 1985, Haiman 1985 e, em particular, os princípios de sequencialidade, proximidade e quantidade icónicas), a análise do discurso (cf. Liebert, Redeker e Waugh eds. 1997), a perspectiva cognitiva da fonologia (cf. Taylor 1995: capp.9 e 12, Bybee

²³ Ver, por exemplo, Vandeloise (1986), Brugman (1989) e Zelinsky-Wibbelt ed. (1993).

²⁴ Em Silva (1996), pode encontrar-se uma síntese da perspectiva cognitiva da gramaticalização.

1994, Nathan 1996), e implicações e aplicações pedagógicas no ensino da língua materna e no das línguas estrangeiras (cf. Taylor 1993).

Como já se pôde depreender ao longo desta exposição, a Linguística Cognitiva não é propriamente uma teoria única (nem unificada) da linguagem, mas antes um conjunto de perspectivas e de análises teórica e metodologicamente compatíveis. Mas, apesar e dentro desta diversidade (que é, aliás, e além do mais, uma consequência natural do facto de ter surgido, não de um, mas de vários autores), pode encontrar-se uma certa unidade e uma coerência geral. A linguagem é estudada como um sistema para a categorização do mundo, e nela naturalmente se reflectem capacidades cognitivas gerais e a experiência individual (a começar pela experiência do nosso próprio corpo), social e cultural. A categorização linguística é, por conseguinte, o objecto fundamental da análise linguística. O estudo dos processos de categorização no léxico é tomado como ponto de partida metodológico para o estudo dos processos de categorização na gramática; consequentemente, a gramática, tal como o léxico, é concebida como um inventário de unidades *simbólicas* (significativas). Por outro lado, a função categorizadora das unidades linguísticas é sistematicamente estudada tendo em conta ora a estrutura interna das categorias tomadas separadamente (cf. a teoria do protótipo), ora as estruturas conceptuais que integram várias categorias individuais em modelos mentais (cf. a teoria da metáfora generalizada e a teoria dos modelos cognitivos e culturais), ora ainda a relação entre forma e significado.

Apesar da sua juventude e da sua diversidade, e embora ainda não domine a linguística actual, a Linguística Cognitiva constitui um *paradigma* científico, no sentido de Thomas Kuhn (1962), isto é, um conjunto de ideias e de hipóteses, de mecanismos de representação, de problemas típicos e soluções exemplares, que determina a maneira como o linguista (e não só) vê a linguagem e orienta-o na descoberta e no estudo dos factos linguísticos relevantes.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Clotilde

- 1995 *Transitividade e Trajectória nas Concepções de 'Abrir' e de 'Cortar' em Português e Alemão: Análise Prototípico-Analogista*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BARCELONA, Antonio

- 1997 "Clarifying and applying the notions of metaphor and metonymy within Cognitive Linguistics", *Atlantis* (special issue in honour of Leocadio M. Mingorance).

BATORÉO, Hanna Jakubowicz

- 1996 *Contribuição para a Caracterização da Interface Expressão Linguística - Cognição Espacial no Português Europeu: Abordagem Psicolinguística da Expressão do Espaço em Narrativas Provocadas*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BERLIN, Brent

- 1978 "Ethnobiological classification", in Rosch & Lloyd (eds.), pp. 9-26.

BRUGMAN, Claudia

- 1989 *The Story of OVER. Polysemy, Semantics, and the Structure of the Lexicon*, New York, Garland.

BYBEE, Joan

- 1994 "A view of phonology from a cognitive and functional perspective", *Cognitive Linguistics* V-4, pp. 285-306.

BYBEE, Joan, PERKINS, Revere & PAGLIUCA, William

- 1994 *The Evolution of Grammar. Tense, Aspect, and Modality in the Languages of the World*, Chicago, The University of Chicago Press.

CASAD, Eugene H. (ed.)

- 1996 *Cognitive Linguistics in the Redwoods. The Expansion of a New Paradigm in Linguistics*, «Cognitive Linguistics Research, 6», Berlin - New York, Mouton de Gruyter.

CHOMSKY, Noam

- 1986 *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*, New York, Praeger.

COLEMAN, Linda & KAY, Paul

- 1981 "Prototype semantics: the English word *lie*", *Language* 57, pp. 26-44.

CRAIG, Colette (ed.)

- 1986 *Noun Classes and Categorization*, Amsterdam, John Benjamins.

CROFT, William

- 1991 *Syntactic Categories and Grammatical Relations: the cognitive organization of information*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- 1993 "The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies", *Cognitive Linguistics* IV-4, pp. 335-370.

DAMÁSIO, António R.

- 1995 *O Erro de Descartes. Emoção, razão e cérebro humano*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- D'ANDRADE, Roy
- 1989 "Cultural cognition", in M.I. Posner (ed.), *Foundations of Cognitive Science*, Cambridge, Mass., MIT Press, pp. 795-830.
- DE MEY, M.
- 1992 *The Cognitive Paradigm: An Integrated Understanding of Scientific Development*, 2^a ed., Chicago, The University of Chicago Press.
- DEANE, Paul D.
- 1992 *Grammar in Mind and Brain. Explorations in Cognitive Syntax*, «Cognitive Linguistics Research, 2», Berlin - New York, Mouton de Gruyter.
- DEWELL, Robert B.
- 1994 "Over again: image-schema transformations in semantic analysis", *Cognitive Linguistics* V-4, pp. 351-380.
- DIRVEN, René
- 1993 "Metonymy and metaphor: different mental strategies of conceptualisation", *Leuvense Bijdragen* 82, pp. 1-28.
- FAUCONNIER, Gilles
- 1985 *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*, Cambridge, Mass. and London, Mit Press/Bradford.
- 1997 *Mappings in Thought and Language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, Gilles & SWEETSER, Eve (eds.)
- 1996 *Spaces, Worlds, and Grammar*, Chicago, The University of Chicago Press.
- FILLMORE, Charles J.
- 1975 "An alternative to checklist theories of meaning", *Proceedings of the First Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, pp. 123-131.
- 1977 "Scenes-and-frames semantics", in A. Zampolli (ed.), *Linguistic Structures Processing*, Amsterdam, North Holland, pp. 55-81.
- 1978 "On the organization of semantic information in the lexicon", *Papers from the Parasession on the Lexicon*, Chicago Linguistics Society, pp. 148-173.
- 1985 "Frames and the semantics of understanding", *Quaderni di Semantica* VI-2, pp. 222-254.
- 1988 "The mechanisms of Construction Grammar", *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, pp. 35-55.

FILLMORE, Charles J., KAY, Paul & O'CONNOR, Mary Catherine

- 1988 "Regularity and idiomaticity in grammatical constructions: the case of *let alone*", *Language* 64, pp. 501-538.

FILLMORE, Charles J. & ATKINS, Beryl T.

- 1992 "Toward a frame-based lexicon: the semantics of RISK and its neighbors", in A. Lehrer & E. Kittay (eds.), *Frames, Fields, and Contrasts. New Essays in Semantic and Lexical Organization*, Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, pp. 75-102.

FLANAGAN, Owen

- 1991 *The Science of the Mind*, 2nd ed., Cambridge, Mass., London, The MIT Press.

GARDNER, Howard

- 1985 *The Mind's New Science. A History of the Cognitive Revolution*, New York, Basic Books, Inc., Publishers.

GEERAERTS, Dirk

- 1985 *Paradigm and Paradox. Explorations into a Paradigmatic Theory of Meaning and its Epistemological Background*, Leuven, Leuven University Press.
- 1988a "Cognitive Grammar and the history of Lexical Semantics", in Rudzka-Ostyn (ed.), pp. 647-677.
- 1988b "On necessary and sufficient conditions", *Journal of Semantics* 5, pp. 275-291.
- 1988c "Where does prototypicality come from?", in Rudzka-Ostyn (ed.), pp. 207-229.
- 1988d "Prototypicality as a prototypical notion", *Communication and Cognition* 21, pp. 343-355.
- 1989 "Prospects and problems of prototype theory", *Linguistics* 27, pp. 587-612.
- 1993 "Cognitive Semantics and the history of Philosophical Epistemology", in Geiger & Rudzka-Ostyn (eds.), pp. 53-79.
- 1995 "Cognitive Linguistics", in J. Verschueren *et al.* (eds.), *Handbook of Pragmatics*, Amsterdam, John Benjamins.
- 1997 *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*, Oxford, Oxford University Press.

GEERAERTS, Dirk, GRONDELAERS, Stefan & BAKEMA, Peter

- 1994 *The Structure of Lexical Variation. Meaning, Naming, and Context*, «Cognitive Linguistics Research, 5», Berlin - New York, Mouton de Gruyter.

GEIGER, Richard & RUDZKA-OSTYN, Brygida (eds.)

- 1993 *Conceptualizations and Mental Processing in Language*, «Cognitive Linguistics Research, 3», Berlin - New York, Mouton de Gruyter.
- GIBBS, Raymond W.
- 1994 *The Poetics of Mind. Figurative thought, language, and understanding*, Cambridge University Press.
- 1996 "What's cognitive about cognitive linguistics?", in Casad (ed.), pp. 27-53.
- GIBBS, Raymond W. & COLSTON, Herbert L.
- 1995 "The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations", *Cognitive Linguistics* VI-4, pp. 347-378.
- GIVÓN, Talmy
- 1979 *On Understanding Grammar*, New York, Academic Press.
- 1984 *Syntax. A Functional-Typological Introduction*, vol. 1, Amsterdam, John Benjamins.
- 1989 *Mind, Code and Context. Essays in Pragmatics*, Hillsdale, N.J, Erlbaum.
- 1995 *Functionalism and Grammar*, Amsterdam, John Benjamins.
- GOLDBERG, Adele E.
- 1995 *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*, Chicago, The University of Chicago Press.
- GOOSSENS, Louis
- 1990 "Metaphonymy: the interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action", *Cognitive Linguistics* I-3, pp. 323-340.
- GOOSSENS, Louis, PAUWELS, Paul, RUDZKA-OSTYN, Brygida *et al.* (eds.)
- 1995 *By Word of Mouth. Metaphor, Metonymy, and Linguistic Action in a Cognitive Perspective*, Amsterdam, John Benjamins.
- HAIMAN, John
- 1985 *Natural Syntax. Iconicity and Erosion*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HAIMAN, John (ed.)
- 1985 *Iconicity in Syntax*, Amsterdam, John Benjamins.
- HEINE, Bernd
- 1993 *Auxiliaries. Cognitive Forces and Grammaticalization*, Oxford, Oxford University Press.
- HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike
- 1991 *Grammaticalization. A Conceptual Framework*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- HIRAGA, Masako, SINHA, Chris & WILCOX, Sherman (eds.)

- 1997 *Cultural, Psychological and Typological Issues in Cognitive Linguistics*, Amsterdam, John Benjamins.
- HOLLAND, Dorothy & QUINN, Naomi (eds.)
- 1987 *Cultural Models in Language and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HOPPER, Paul & THOMPSON, Sandra A.
- 1980 "Transitivity in grammar and discourse", *Language* 56, pp. 251-299.
- HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elizabeth Closs
- 1993 *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JOHNSON, Mark
- 1987 *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*, Chicago, The University of Chicago Press.
- 1992 "Philosophical implications of Cognitive Semantics", *Cognitive Linguistics* III-4, pp. 345-366.
- 1993 *Moral Imagination: Implications of Cognitive Science for Ethics*, Chicago, The University of Chicago Press.
- JOHNSON-LAIRD, P.N.
- 1983 *Mental Models. Towards a Cognitive Science of Language, Inference, and Consciousness*, Cambridge, Cambridge University Press.
- KLEIBER, Georges
- 1990 *La Sémantique du Prototype. Catégories et sens lexical*, Paris, Presses Universitaires de France.
- KÖVECSES, Zoltán
- 1986 *Metaphors of Anger, Pride, and Love. A Lexical Approach to the Structure of Concepts*, Amsterdam, John Benjamins.
- 1988 *The Language of Love. The Semantics of Passion in Conversational English*, London and Toronto, Associated University Presses.
- 1990 *Emotion Concepts*, New York, Springer.
- KUHN, Thomas
- 1962 *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LAKOFF, George
- 1977 "Linguistic gestalts", *Chicago Linguistics Society* 13, pp. 236-287.
- 1987 *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*, Chicago, The University of Chicago Press.

- 1990 "The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schemas?", *Cognitive Linguistics* I-1, pp. 39-74.
- 1992 "Metaphor and war: The metaphor system used to justify war in the gulf", in Pütz (ed.), pp. 463-481.
- 1993 "The contemporary theory of metaphor", in Ortony (ed.), pp. 202-251.
- 1996 *Moral Politics: What Conservatives Know that Liberals Don't*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark
- 1980 *Metaphors We Live By*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LAKOFF, George & TURNER, Mark
- 1989 *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LANGACKER, Ronald W.
- 1987 *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. I, *Theoretical Prerequisites*, Stanford, California, Stanford University Press.
- 1988a "A view of Linguistic Semantics", in Rudzka-Ostyn (ed.), pp. 49-90.
- 1988b "A usage-based model", in Rudzka-Ostyn (ed.), pp. 127-161.
- 1990 *Concept, Image, and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar*, «Cognitive Linguistics Research, 1», Berlin - New York, Mouton de Gruyter.
- 1991 *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. II, *Descriptive Application*, Stanford, California, Stanford University Press.
- LIEBERT, Wolf-Andreas, REDEKER, Gisela & WAUGH, Linda (eds.)
- 1997 *Discourse and Perspectives in Cognitive Linguistics*, Amsterdam, John Benjamins.
- LIMA, José Pinto de
- 1989 "*Significado Avaliativo*": *Para uma Clarificação à luz de uma Semântica Prática*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MEDIN, Douglas L. & SMITH, Edward E.
- 1984 "Concepts and concept formation", *Annual Review of Psychology* 35, pp. 113-138.
- NATHAN, Geoffrey
- 1996 "Towards a Cognitive Phonology", in B. Hurch & R. Rhodes (eds.), *Natural Phonology: The State of the Art*, Berlin, Mouton de Gruyter.
- NEISSER, Ulrik (ed.)

- 1987 *Concepts and Conceptual Development. Ecological and Intellectual Factors in Categorization*, Cambridge, Cambridge University Press.
- NIEMEIER, Susanne & DIRVEN, René (eds.)
- 1997 *The Language of Emotions. Conceptualization, expression, and theoretical foundation*, Amsterdam, John Benjamins.
- NIKIFORIDOU, Kiki
- 1991 "The meanings of the genitive: a case study in semantic structure and semantic change", *Cognitive Linguistics* 2, pp. 149-205.
- NUYTS, Jan
- 1993 "Cognitive Linguistics" (review article of G. Lakoff 1987 and R. Langacker 1987), *Journal of Pragmatics* 20, pp. 269-290.
- ORTONY, Andrew (ed.)
- 1993 *Metaphor and Thought*, 2nd ed. (revista e aumentada), Cambridge, Cambridge University Press (1st ed: 1979).
- PÜTZ, Martin (ed.)
- 1992 *Thirty Years of Linguistic Evolution. Studies in Honour of René Dirven on the Occasion of his Sixtieth Birthday*, Amsterdam, John Benjamins.
- REDDY, Michael J.
- 1993 "The conduit metaphor - A case of frame conflict in our language about language", in Ortony (ed.), pp. 164-201.
- RICE, Sally
- 1987 *Towards a Cognitive Model of Transitivity*, Ph. D. Dissertation, San Diego, University of California.
- ROSCH, Eleanor
- 1978 "Principles of categorization", in E. Rosch & B. Lloyd (eds.), pp. 27-48.
- ROSCH, Eleanor & MERVIS, Carolyn B.
- 1975 "Family resemblances: studies in the internal structure of categories", *Cognitive Psychology* 7, pp. 573-605.
- ROSCH, Eleanor, MERVIS, Carolyn B. *et al.*
- 1976 "Basic objects in natural categories", *Cognitive Psychology* 8, pp. 382-439.
- ROSCH, Eleanor & LLOYD, Barbara B. (eds.)
- 1978 *Cognition and Categorization*, Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.
- RUDZKA-OSTYN, Brygida (ed.)
- 1988 *Topics in Cognitive Linguistics*, Amsterdam, John Benjamins.

SCHANK, Roger C. & ABELSON, Roger P.

- 1977 *Scripts, plans, goals, and understanding*, Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Publishers.

SCHMID, Hans-Jörg

- 1993 *Cottage und Co., idea, start vs. begin. Die Kategorisierung als Grundprinzip einer differenzierten Bedeutungsbeschreibung*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

SCHWARZ, Monika

- 1992 *Einführung in die Kognitive Linguistik*, Tübingen, Francke.

SHORE, Bradd

- 1996 *Culture in Mind: Cognition, Culture, and the Problem of Meaning*, Oxford, Oxford University Press.

SILVA, Augusto Soares da

- 1992 "Metáfora, metonímia e léxico", *Diacrítica* 7 (Revista do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho), pp. 313-330.
- 1995a "A Gramática Cognitiva. Apresentação e uma breve aplicação", *Diacrítica* 10, pp. 83-116.
- 1995b "Fundamentos teóricos e contributos pedagógicos da Gramática Cognitiva", *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. III, pp. 401-412.
- 1995c "Sobre a estrutura da variação lexical. Elementos de Lexicologia Cognitiva", *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, vol. III, pp. 413-423.
- 1996 "Dos conceitos lexicais aos conceitos gramaticais: aspectos da gramaticalização", *Diacrítica* 11, pp. 113-138.
- 1997 *A Semântica de DEIXAR. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Dissertação de Doutoramento, Braga, Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Filosofia de Braga.

SMITH, Edward E. & MEDIN, Douglas L.

- 1981 *Categories and Concepts*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.

SWEETSER, Eve

- 1990 *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge, Cambridge University Press.

SWIGGERS, Pierre

- 1988 "Grammatical categories and human conceptualization: Aristotle and the Modistae", in Rudzka-Ostyn (ed.), pp. 621-646.

TALMY, Leonard

- 1978 "Figure and ground in complex sentences", in J. Greenberg (ed.), *Universals of Human Language*, vol. 4, Stanford, Stanford University Press, pp. 625-649.
- 1983 "How language structures space", in H. Pick & L. Acredolo (eds.), *Spatial Orientation: theory, research, and application*, New York, Plenum Press, pp. 225-282.
- 1985 "Lexicalization patterns: semantic structure in lexical forms", in T. Shopen (ed.), *Language Typology and Syntactic Description*, vol. 3, *Grammatical Categories and the Lexicon*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 57-149.
- 1988a "Force dynamics in language and cognition", *Cognitive Science* 12, pp. 49-100.
- 1988b "The relation of grammar to cognition", in Rudzka-Ostyn (ed.), pp. 165-205.
- 1991 "Path to realization: a typology of event conflation", *Proceedings of the Seventeenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 480-519.
- 1996 "The windowing of attention in language", in M. Shibatani & S. Thompson (eds.), *Grammatical Constructions: Their Form and Meaning*, Oxford, Oxford University Press.

TAYLOR, John R.

- 1990 "Schemas, prototypes, and models: in search of the unity of the sign", in Tsohatzidis (ed.), pp. 521-534.
- 1993 "Some pedagogical implications of cognitive linguistics", in Geiger & Rudzka-Ostyn (eds.), pp. 201-223.
- 1995 *Linguistic Categorization. Prototypes in Linguistic Theory*, 2nd ed. (aumentada) Oxford, Clarendon Press (1st ed., 1989).

TAYLOR, John R. & MACLAURY, Robert E. (eds.)

- 1995 *Language and the Cognitive Construal of the World*, Berlin - New York, Mouton de Gruyter.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs & HEINE, Bernd (eds.)

- 1991 *Approaches to Grammaticalization*, Amsterdam, John Benjamins, 2 vols.

TSOHATZIDIS, Savas L. (ed.)

- 1990 *Meanings and Prototypes. Studies in Linguistic Categorization*, London and New York, Routledge.

UNGERER, Friedrich & SCHMID, Hans-Jörg

- 1996 *An Introduction to Cognitive Linguistics*, London and New York, Longman.
- VANDELOISE, Claude
- 1986 *L'Espace en Français. Sémantique des Prépositions Spatiales*, Paris, Éditions du Seuil.
- 1991 "Autonomie du langage et cognition", in Vandeloise (ed.), *Sémantique Cognitive* (Rev. *Communications* 53), Paris, Seuil, pp. 69-101.
- VARELA, Francisco J, THOMPSON, Evan & ROSCH, Eleanor
- 1992 *The Embodied Mind. Cognitive Science and Human Experience*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- VERSPOOR, Marjolijn, LEE, Kee Dong & SWEETSER, Eve (eds.)
- 1997 *Lexical and Syntactic Constructions and the Construction of Meaning*, Amsterdam, John Benjamins.
- WIERZBICKA, Anna
- 1985 *Lexicography and Conceptual Analysis*, Ann Arbor, Karoma Publishers.
- WINTERS, Margaret E.
- 1989 "Diachronic prototype theory: on the evolution of the French subjunctive", *Linguistics* 27, pp. 703-730.
- 1992a "Schemas and prototypes: remarks on syntax change", in G. Kellermann & M. Morrissey (eds.), *Diachrony within Synchrony: Language, History, and Cognition*, Frankfurt am Main, Peter Lang, pp. 265-280.
- 1992b "Diachrony within synchrony: the challenge of cognitive grammar", in M. Pütz (ed.), pp. 503-512.
- WITTGENSTEIN, Ludwig
- 1953 *Philosophical Investigations*, Oxford, Basil Blackwell.
- ZELINSKY-WIBBELT, Cornelia (ed.)
- 1993 *The Semantics of Prepositions. From Mental Processing to Natural Language Processing*, Berlin - New York, Mouton de Gruyter.

Hanna J. Batoréo
(Universidade Aberta)

O Estudo do Português Europeu na mira da Linguística Cognitiva - uma experiência de 15 anos

0. Introdução

Passados que foram os primeiros vinte anos da actividade da *Associação Portuguesa de Linguística*, e chegado o tempo dos relatórios, avaliações e exames (científicos) de consciência que efemérides dessas em nós suscitam, chega também a altura de avaliar os primeiros 15 anos da actividade de uma ciência aparentemente “menor” no meio linguístico português, a Linguística Cognitiva, que, curiosamente, se instalou entre nós praticamente ao mesmo tempo que deu o seu grito do Ipiranga lá fora, contrariando, assim, a aparente tendência nacional para aproveitar os bons exemplos vindos do estrangeiro com um atraso de, pelo menos, vinte anos. Acolhida, de início, pragmaticamente – por um lado, no seio dos estudos de Linguagem e Cognição e de Psicossociolinguística (Isabel Hub Faria da FLUL), e, por outro, no dos estudos léxico-semânticos (Mário Vilela da FLUP), a Linguística Cognitiva reclama, hoje, a sua independência com a consciência da sua identidade própria, das suas raízes bem fortes e de (alguma) obra feita.

Ao concluir o capítulo de “Introdução” ao livro recém-lançado e intitulado *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, Augusto Soares da Silva, co-editor da obra, refere que “Os estudos na perspectiva da Linguística Cognitiva não têm entre nós a projecção alcançada em diversos países. A obra que agora se publica, na sequência das que resultaram de dois encontros anteriores (...), constitui, também, um importante contributo para a Linguística Cognitiva em Portugal (e para o desejado diálogo com outras perspectivas e saberes) e naturalmente para a investigação, o ensino e a política da língua portuguesa.” (Silva, 2004: 12). O autor relança, deste modo, a importância do momento presente para o novo despertar da Linguística Cognitiva em Portugal. Se é verdade que a projecção desta área de estudos (ainda) não conseguiu entre nós a dimensão alcançada nos países onde tem os seus maiores representantes, ou seja, em primeiro lugar, nos Estados Unidos, mas também, por exemplo, na Bélgica, na Holanda, em Espanha, em França ou na Polónia, não é menos verdade que, passados os primeiros 15 anos da sua infância um tanto recatada, Portugal está a entrar num novo período de uma adolescência mais assumida, mais consciente e muito mais produtiva.

1. O primeiro marco importante: A “Semântica pragmática” de José Pinto de Lima (1989)

Completam-se este ano precisamente 15 anos desde que, em 1989, – e isto praticamente na mesma altura em que aparecem lá fora as pedras basilares de

Linguística Cognitiva com os estudos de Lakoff (1987), Langacker (1987) e Talmy (1983, 1985, 1988) – surge, em Portugal, a primeira tese de doutoramento, da autoria de José Pinto de Lima, elaborada no enquadramento da, assim chamada na altura, Semântica Cognitiva. A dissertação, *'Significado Avaliativo': para uma Clarificação à Luz de uma Semântica Prática*, permite seguir o caminho académico do autor, a partir das suas preocupações pragmáticas e raízes profundas na área dos Estudos Germanísticos, com destaque particular para os tratados de Ludwig Wittgenstein (1953).

Na discussão sobre os padrões do significado de "Bom", em Português, chama-se, pela primeira vez, a atenção para "um fenómeno que, aparentemente, não se deixa solucionar pela aplicação de nenhuma das noções teóricas, correntemente à disposição dos semanticistas para explicar palavras com padrões complexos de significado" (Lima 1989: 126). O autor evidencia, assim, de uma perspectiva semântica nova, a importância dos seguintes fenómenos basilares (Lima 1989: 126-131): a vagueza ("vaguidade", nas palavras de Lima)¹, a ambiguidade (na acepção de "homonímia"), a analogia e a parecença de família ("semelhança", nas palavras do autor).

O enquadramento teórico da tese de Lima (1989) é constituído pela ideia de que existe uma semântica prática, isto é, uma concepção prática, ou pragmática, do significado. Inspirando-se na investigação empírica da área da Psicologia, da autoria de Eleanor Rosch, o autor defende tratar-se da ideia "[...] de que explicar o significado de uma expressão é explicar como se usa essa expressão ou, mais concretamente, é explicar a regra para o uso dessa expressão." (Lima, 1989: 136-137). Lima defende, assim, que, ao pôr em questão a análise do significado como representação de um conceito que corresponde a uma palavra, assim como a definição dos significados em função das condições necessárias e suficientes, os cognitivistas conceberam a semântica a partir da noção de protótipo² e criaram uma teoria holística do significado, tendo em conta não só os dados linguísticos, mas também os culturais, baseando-se nas regras da teoria da Gestalt³ que foram adoptadas como regras metodológicas básicas de funcionamento.

Como ponto mais alto e objecto central dos estudos linguísticos, surge aqui *o significado* e não *a estrutura*. É esta a razão que está na origem, nos primeiros tempos

¹ Repare-se, aqui, que o próprio conceito de vagueza não foi introduzido pelos cognitivistas, mas retomado dos estudos filosóficos de Ludwig Wittgenstein, defensor da análise do sentido em alargado contexto linguístico – autor da ideia "the meaning of a word is its use in the language" – e da sua análise do 'jogo' ('*spiel*'/'*game*') e do conceito de *parecença de família*, divulgadas em *Philosophical Investigations* (1953).

² "Ao conceber a semântica a partir da noção de protótipo, surgem naturalmente outras noções descritivas de 'feixe' ('cluster') de propriedades, ou condições para aplicabilidade do termo que designa a categoria correspondente; deste modo, a representatividade de um objecto, ou de uma subcategoria, em relação à categoria pode ser avaliada consoante o número das propriedades do "feixe" que o objecto apresenta e a importância dessas propriedades. Além disso, a ideia de protótipo relaciona-se com a de "encadeamento" ("chaining"). Um objecto pode ser designado pelo nome de uma categoria devido a certas semelhanças com o protótipo dessa categoria; porém, o referido objecto pode ele próprio funcionar como protótipo em relação a um terceiro objecto de certo modo similar; esse terceiro objecto pode, mais uma vez, ser protótipo de um quarto; e assim por diante. Este encadeamento de objectos ligados por similaridades apresenta a característica de eles poderem ser todos designados pelo mesmo nome, embora possa não haver, entre alguns membros da cadeia, semelhanças apreciáveis" (Lima, 1989: 12.)

³ A palavra alemã '*Gestalt*', que pode ser traduzida como '*estrutura*', '*organização*', indica a unidade do todo, que, por sua vez, se impõe aos componentes. A noção de '*gestalt*' foi introduzida na Psicologia, em 1890, por Christian Ehrenfels, dando início à teoria de '*gestaltismo*' ('*Gestalttheorie*').

da existência da Linguística Cognitiva, da utilização do termo *semântica* como equivalente ao de *linguística*. Estudar a linguística significa para os cognitivistas estudar a *semântica pragmática*, isto é, o *significado-em-uso*, tal como se depreende – transparentemente – do título da dissertação de Lima.

2. Passagem para o novo milénio

2.1. Primeiras apresentações do paradigma: Augusto Soares da Silva (1995, 1997)

A coincidir com o aparecimento do núcleo das teses de doutoramento dos anos noventa (ver mais à frente a secção 2.3.), é de notar a publicação, em Braga, de dois textos introdutórios à nova área linguística. Assim, em 1995, na *Diacrítica* da Universidade do Minho, surge o texto “*A gramática cognitiva. Apresentação e uma breve aplicação*”, e, dois anos mais tarde, na *Revista Portuguesa de Humanidades* da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa aparece o artigo “*A linguística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística*”. Ambos os textos são da autoria de Augusto Soares da Silva, um investigador vindo, na altura, da área de filosofia e proporcionam um verdadeiro arranque do “novo paradigma” de estudos linguísticos.

O primeiro texto dedica-se, sobretudo, a lançar a ideia da gramática como fenómeno simbólico, de “um inventário estruturado de unidades linguísticas convencionais” (1995a: 86), tal como apresentado e aplicado nos estudos de Langacker. É esta a teoria que o autor vai aplicar às suas análises linguísticas, principalmente à do verbo ‘deixar’, que constitui o tema da sua dissertação de doutoramento apresentada no mesmo ano (ver, à frente, a secção 2.2.). Segundo Langacker, duas formas alternativas de estruturar e construir uma mesma situação constituem imagens convencionais que são inerentes não apenas às entidades lexicais, como também às classes e construções gramaticais, sendo este último aspecto o mais importante e mais original na proposta conceptualista e subjectivista do significado defendida pelo teórico americano. Outro aspecto a que é dado um destaque primordial no artigo de Silva (1995) é a abolição, pelos linguistas cognitivos, da concepção inicial da dicotomia diacronia/ sincronia introduzida e sustentada por Saussure. Se é verdade que alguns signos linguísticos são arbitrariamente atribuídos por uma comunidade àquilo que referem, não deixa de ser verdade que a maioria é motivada através de mecanismos semânticos, tais como a metáfora e a metonímia, estando na base da mudança semântica e da polissemia. Surge, assim, uma certa motivação semântica, acrónica no seu carácter. Pelo facto de as transferências de significado do passado metafórica ou metonimicamente motivadas estarem reflectidas em significados do presente⁴, a divisão rígida entre a sincronia e a diacronia deixa de fazer sentido, dando origem à “diacronia dentro da sincronia”.

O segundo texto, de 1997, surge como uma proposta mais abrangente ao nível da pluralidade de perspectivas oferecidas pelos estudos cognitivos. O autor sai dos interesses restritos do seu enquadramento privilegiado de estudos langackerianos e

⁴ É o que acontece, por exemplo, com os verbos de percepção, como ‘ver’, que configuram significados de domínio mental ou com os significados modais de certos verbos que derivam de significados não-modais: “Os significados modais de certos verbos derivam de significados não-modais, que geralmente têm a ver com forças físicas ou mentais. Por exemplo, o significado primitivo de *poder* indica que nenhuma força impede a realização de algo; significados posteriores passam a designar uma ausência de proibição mental e, consequentemente, uma afirmação positiva de permissão concedida. Ora, tem sido demonstrado que a criança adquire os vários significados dos verbos modais numa ordem igual à do seu desenvolvimento diacrónico.” Silva (1995: 102-103).

aponta para o lugar da Linguística Cognitiva no quadro das Ciências Cognitivas, para as noções de categorização e prototipicidade (estudos de Lakoff, 1987; Kleiber, 1990 e Geeraerts e colaboradores 1989, 1994 e 1997), bem como para a formação de metáforas e metonímias conceptuais com os seus esquemas imagéticos inerentes (Lakoff, 1987) e para os modelos cognitivos e culturais.

2.2. A Semântica de ‘Deixar’. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical - dissertação de doutoramento (Silva, 1997).

A dissertação de doutoramento de Augusto Soares da Silva (1997), *A Semântica de ‘Deixar’. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, abrange o estudo do complexo semasiológico do verbo ‘deixar’, constituído por duas categorias semânticas, que permanecem numa certa “tensão homonímica”: uma com objecto construído como estático e expresso num complemento nominal [*deixar x*] (p. ex., ‘*deixa-me em paz*’) e outra com objecto dinâmico e expresso num complemento verbal [*deixar fazer x*] (p. ex. ‘*deixem-nos trabalhar*’). O autor demonstra que a coerência semântica deste complexo semasiológico provém de seis esquemas imagéticos constituídos por movimentos de:

- (i) afastamento “activo” – cessando o contacto inicial (p. ex. “*deixar os filhos com a avó*”);
- (ii) afastamento passivo – mantendo a separação inicial (p. ex. ‘*deixar estar/ deixar andar/ deixar ficar*’);
- (iii e iv) participante sujeito – p. ex., ‘*ir embora*’ e ‘*afastar-se depois de deslocar*’ vs. ‘*não se aproximar*’;
- (v e vi) participante objecto – ‘*permitir*’ e ‘*largar*’/ ‘*soltar*’/ ‘*libertar*’ vs. ‘*não impedir*’.

A dissertação referida aparece na mesma altura que as outras teses da “geração dos anos noventa”, nomeadamente as de Almeida (1995), Batoréo (1996), Teixeira (1999) e Coimbra (1999), sendo de todas elas a mais “militantemente” defensora dos princípios autónomos de Linguística Cognitiva. Esta atitude empenhada e responsável traduz-se – como aliás não deixa de acontecer também no caso dos seus colegas “de percurso” – numa actualização permanente da problemática abordada na dissertação de doutoramento, o que se reflecte nas comunicações apresentadas nos encontros da Associação Portuguesa de Linguística, bem como nas respectivas actas, e, nos últimos tempos, em várias publicações estrangeiras. Destaca-se, aqui, a problemática da causação (= “causation”) levantada por Silva com a sua dissertação de doutoramento e abordada na multiplicidade de vertentes que proporciona e de enquadramentos teóricos sob um prisma dos quais pode ser analisada (ver bibliografia). Nestes últimos destacam-se a conceptualização simbólica de Langacker, a dinâmica de forças de Talmy, bem como a prototipicidade e a convergência lexical de Geeraerts, a polissemia, os processos de gramaticalização, e isto só para enumerar os enquadramentos mais consistentes e mais produtivos na análise da problemática escolhida.

2.3. Dissertações de doutoramento de Almeida (1995), Batoréo (1996), Teixeira (1999) e Coimbra (1999)

Três dos autores das teses de doutoramento referidas e apresentadas na segunda metade dos anos noventa (Almeida, Batoréo e Teixeira) partilham uma profunda convicção – embora assumindo-a e desenvolvendo-a em graus muito variáveis – de que

o espaço e a sua conceptualização se encontram na base da nossa vivência e, muito especialmente, na base da nossa actividade linguística. Como escreve Silva, esta preocupação está praticamente presente em toda a investigação desenvolvida em ciências cognitivas: “Se estudar o Espaço convoca vários saberes, também é verdade que o mesmo constitui uma das áreas mais transparentes da interdependência entre linguagem e cognição. Não é por acaso que nas duas últimas décadas, marcadas pelo estudo da mente e do cérebro, tem estado constantemente presente, quer como objecto quer como sujeito e tanto ao nível teórico como meta-teórico, na construção do paradigma cognitivo em Psicologia, Neurociências, Linguística, Inteligência Artificial, Antropologia, entre outras ciências cognitivas. É justamente no quadro da Linguística Cognitiva que [...] não só os marcadores linguísticos do espaço (com destaque para preposições, verbos e deícticos) têm sido objecto de muitos dos trabalhos mais relevantes, como as principais teorias, métodos e agendas deste novo paradigma linguístico estão enformadas pelo próprio espaço [...]. Destas investigações linguísticas e psicológicas e de outras psicolinguísticas e antropológicas sobre a aquisição da linguagem espacial [...] convergem evidências sobre a função primordial do espaço na cognição humana, quer na organização da nossa própria existência, quer na estruturação de outros domínios” (Silva, 2002a: 507).

Na primeira das dissertações referidas, apresentada em 1995, intitulada *Transitividade e Trajectória nas Concepções de "Abrir" e "Cortar" em Português e Alemão: Análise Prototípico-Analogista*, a sua autora Clotilde Almeida apresenta um estudo contrastivo luso-alemão, em que patenteia uma profunda convicção sobre a necessidade de pesquisa conjunta e englobante do perfil sintáctico-semântico, enraizada na noção langackeriana de *proeminência*. Dentro deste enquadramento, o núcleo da análise baseia-se na relação *perfilada* (conceito partilhado igualmente por Talmy), construída como “trajector” (“figura” para Talmy) em relação a um “marco” (“fundo” para Talmy), instrumento de análise que prova ser teórica e praticamente operacional uma vez utilizado em Linguística.

No Laboratório de Psicolinguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação de Isabel Hub Faria, foi concluída, em 1996, a dissertação de doutoramento de Hanna Batoréo, concebida tanto ao nível linguístico como psicolinguístico e cujo título – na versão já adaptada para publicação conjunta da Fundação Calouste Gulbenkian e a FCT em 2000 – é *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*. A parte linguística do estudo teve por enquadramento teórico a investigação desenvolvida por Leonard Talmy (1983, 1985 e 1988) na área de expressão do espaço com base na relação perfilada entre a “figura” e o “fundo”, bem como sobre os padrões de lexicalização que permitem distinguir tipologicamente línguas como o Espanhol (e o Português) das outras como o Inglês ou as línguas eslavas no que diz respeito à conceptualização e verbalização das relações espaciais. A parte psicolinguística baseou-se nos estudos sobre a aquisição dos estudos espaciais (Melissa Bowerman), sendo o desenho experimental elaborado para o estudo das relações espaciais produzidas nas narrativas orientadas (Maya Hickmann e Henriette Hendriks), tanto por adultos como por crianças⁵. A autora do estudo assume-o como “moderadamente whorfiano”,

⁵ A parte psicolinguística do estudo é constituída pelo *Corpus* das cento e vinte narrativas (sessenta de adultos e sessenta de crianças de três faixas etárias diferentes), recolhidas de acordo com a técnica experimental de narrativas orientadas da autoria de Maya Hickmann (CNRS, Paris). Depois de recolhido, o *Corpus* foi transcrito, codificado e analisado segundo o sistema informatizado *CHILDES*, conforme as regras estipuladas, desde 1985, por Brian MacWhinney da Universidade de Carnegie Mellon (EUA) e por Catherine Snow da Universidade de Harvard (EUA) e, posteriormente, actualizadas pelos mesmos

partindo do pressuposto de que as línguas diferem na estrutura semântica que apresentam. Silva refere-se-lhe como à obra “pioneira em Portugal” e “de maior relevância, não só para quem se ocupa da temática espacial, como no contexto do actual paradigma das Ciências da Cognição.” (Silva, 2002a: 510). Para tal, fundamenta a sua opinião, organizando a argumentação em cinco itens: (i) “a natureza globalizante da análise, cruzando saberes de várias ciências, predominantemente da Linguística, Psicologia e Antropologia, e orientando-se em função de critérios não apenas linguísticos, mas também cognitivos e culturais”; (ii) “a abundância e riqueza de informação que disponibiliza ao linguista e ao psicolinguista e os caminhos que abre no tão vasto domínio de investigação da linguagem e cognição”; (iii) “a parametrização da tipologia do espaço no Português Europeu que propõe, determinando o seu protótipo, os seus padrões de lexicalização e os seus marcadores linguísticos e as restrições que a língua portuguesa efectua sobre os primitivos espaciais cognitivos, e tudo com base na análise de vários sectores do léxico/vocabulário espacial”; (iv) “os resultados psicolinguísticos sobre produção, compreensão e aquisição da linguagem espacial, que contrariam a teoria chomskyana da modularidade e confirmam as hipóteses linguísticas e cognitivas de L. Talmy e os métodos e resultados psicolinguísticos de M. Bowerman, M. Hickmann e H. Hendriks”; (v) “a comprovação psicolinguística das interligações entre espaço, tempo e aspecto, espaço, posse e pertença e ainda espaço, existência e negação”. (Silva, 2002a: 510).

Três anos mais tarde, em 1999, surgem mais duas dissertações de doutoramento, uma em Braga e outra em Aveiro. A primeira é apresentada por José Teixeira à Universidade do Minho e publicada, em 2001, com o título *A Verbalização do Espaço: Modelos Mentais de Frente/Trás*. O autor deste estudo centrou-o numa parte específica dos estudos espaciais – a parte definida pelo eixo sagital da orientação espacial humana – e nos modelos mentais construídos na base do eixo frente/trás. O instrumento conceptual e metodológico deste estudo – considerado por Silva como “o segundo grande trabalho sobre conceptualização e verbalização do espaço no português europeu [...]” (Silva, 2002b: 511) – encontra uma fundamentação teórica original na Teoria do Caos⁶, utilizando o conceito de “modelo mental” (empregado livremente, sem as restrições inicialmente introduzidas pelo autor do conceito P. N. Johnson-Laird) como instrumento operacional aplicado à análise do espaço da frontalidade.

No mesmo ano, Rosa Lídia Coimbra apresenta à Universidade de Aveiro a dissertação de doutoramento intitulada *Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: a Linguagem Metafórica*, na sequência de vários anos de investigação sobre a

investigadores. Desde 1997, o mesmo *Corpus* encontra-se disponibilizado *on-line*, no banco de dados do sistema *CHILDES* orientado por Brian MacWhinney, como *Corpus Batoréo 94*, em: <http://psyling.psy.cmu.edu/brian/CHILDES>, podendo ser consultado e estudado por todos os pesquisadores interessados na produção e na aquisição das narrativas em Português Europeu.

⁶ Trata-se de uma concepção interdisciplinar do universo, o qual é concebido como tendendo para a desordem e desestabilização, mas sujeito a um constante reestabelecimento de padrões. Na sequência desta ancoragem teórica, a variabilidade e a flexibilidade do significado linguístico são interpretadas por Teixeira (2001) como manifestações de um certo *caos* linguístico. Silva comenta esta postura teórica do autor de seguinte modo: “A interpretação *caótica* do fenómeno semântico e da conceptualização do espaço (que ganharia ainda mais se congraçada com a linguística *catastrofista* ou morfodinâmica de R. Thom e J. Petitot, P. Brandt e W. Wildgen), a originalidade e o pendor crítico da sua fundamentação, os modelos mentais que identifica na verbalização da *frente* e do *atrás* das coisas e das pistas que deixa para uma reinterpretação das relações entre o espaço e tempo (compatível com a recente teoria da integração conceptual ou “blending”) são razões que fazem desta obra sobre a frontalidade em português europeu um importante contributo para o estudo da linguagem/cognição espacial.” (Silva 2002b: 512).

metáfora no texto literário, com especial destaque para o texto poético. A investigação desenvolvida por Rosa Lúcia Coimbra insere-se na área de estudos da metáfora e dos processos de metaforização (Lakoff & Johnson, 1980 e Lakoff, 1987 e 1992), de projecção (= “mapeamento”) e de espaços conceptuais múltiplos bem como de integração conceptual (= “blending”) (ver: vários estudos de Turner e Fauconnier). Na mesma área têm vindo a publicar também os seus estudos os outros investigadores: Almeida (integração conceptual), Silva (processos de metaforização e metonimização na criação do sentido) e Batoréo (expressão de emoções e processos de metaforização da guerra) (ver: bibliografia).

3. Formação da escola cognitiva

3.1. Cursos de mestrado

Se, em 1988, surge por iniciativa de Isabel Hub Faria na FLUL o *Grupo de Estudos de Linguagem e Cognição* (GELC) e, posteriormente, o Laboratório de Psicolinguística, e, em 1994, aparece o primeiro seminário em *Linguística Cognitiva* (na altura: *Semântica Cognitiva*), orientado por José Pinto de Lima e integrado no *Mestrado em Linguística* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (coordenado por Isabel Hub Faria) é, apenas quatro anos depois, que surge o primeiro mestrado específico da área, em Braga.

Assim, dez anos volvidos sobre o aparecimento do GELC, em 1998, abre na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga o primeiro, em Portugal, (e o único até à data) *Curso de Mestrado em Linguística Portuguesa: Perspectiva Cognitiva*, orientado e coordenado por Mário Vilela (professor catedrático da Universidade do Porto) e Augusto Soares da Silva. Colaboram nele os professores catedráticos do país cuja investigação converge para a área das Ciências Cognitivas, tais como Isabel Hub Faria (da FLUL) e António Castro Caldas (da FMUL), bem como os (recém) doutorados no enquadramento (próximo do) da Linguística Cognitiva: José Pinto de Lima e Clotilde Almeida (da FLUL), Hanna Batoréo (da Universidade Aberta), José Teixeira (da Universidade do Minho) e, ainda, Margarita Correia da área de Lexicologia (da FLUL).

Nos primeiros anos do novo milénio saem deste curso novos mestres em Linguística Portuguesa (Perspectiva Cognitiva): Ana Margarida Abrantes, com os estudos sobre a expressão da raiva, sobre a metaforização da guerra e sobre uma abordagem cognitiva na literatura, Maria da Conceição Pires com um estudo sobre o desejo, António Afonso Novais com uma tese dedicada ao diminutivo, Marília Dionísio com um estudo sobre a “corporização” das emoções, David Gonçalves com uma tese dedicada às relações espaciais relativas à parte *cima* e António Mendes com um estudo sobre a causatividade.

Nos anos que se seguem vários são os seminários de *Linguística Cognitiva* inseridos em mestrados diversos ministrados em várias universidades portuguesas. A título de exemplo, vejam-se os seminários de Augusto Soares da Silva em *Mestrado das Ciências Cognitivas* e em *Mestrado em Literatura* na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga, os seminários de Hanna Batoréo de *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva* (presencial e *on-line*) do *Mestrado de Estudos Portugueses Interdisciplinares* na Universidade Aberta (em Lisboa), bem como os seminários de Isabel Hub Faria, José Pinto de Lima e Clotilde Almeida inseridos em vários mestrados ministrados pela FLUL. Também deles saem novos mestres com trabalhos desenvolvidos em Linguística Cognitiva, como é o exemplo de Cristina

Florescu Becken com uma tese na área de expressão das emoções sobre a verbalização da alegria.

3.2. Projectos de investigação em Linguística Cognitiva

3.2.1. Projecto *A Gramaticalização das Representações Espaço-Temporais em Português* (Cooperação Internacional, Programa CAPES/JNICT, 1996-2000).

Tanto quanto julgamos saber, nos últimos 15 anos surgiram, nas universidades portuguesas, dois projectos de investigação de grande envergadura com enquadramento (pelo menos parcial) na área da Linguística Cognitiva.

O primeiro desses projectos foi iniciado em 1996, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no Departamento de Linguística Geral e Românica, sendo a sua área de investigação *A Gramaticalização das Representações Espaço-Temporais em Português*. As investigadoras que integraram o *Grupo Português de Gramática e Cognição*, no seio do qual se desenvolveu o Projecto, foram duas linguistas, especialistas em Gramática Generativa, Inês Duarte e Gabriela Matos, e duas (psico)linguistas da área de estudos sobre a Linguagem e Cognição, Isabel Hub Faria e Hanna Batoréo. O grupo teve por objectivo missões académicas de intercâmbio com o Brasil, no campo da pesquisa linguística, com o objectivo de proferir conferências e participar em colóquios e sessões de trabalho de grupo com Margarida Salomão, Maria Lúcia Leitão de Almeida, Lilian Ferrari, Valéria Chiavegatto e Neusa Salim, docentes das seguintes universidades brasileiras: UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora e UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No âmbito da missão foram organizadas actividades, proferidas conferências e publicados artigos na Revista *Veredas* (UFJF) subordinadas, principalmente, aos temas genéricos *Descrição do Português: Representações Espaço-Temporais e Expressão da Causatividade*.

3.2.2. Projecto *Convergência e Divergência no Léxico do Português* (Projecto da FCT, iniciado em 2004)

O segundo dos grandes projectos arrancou, em 2004, na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga. Trata-se do Projecto *Convergência e Divergência no Léxico do Português*, coordenado por Augusto Soares da Silva (silva, 2005a).

Segundo as palavras do próprio coordenador, proferidas na altura do seu lançamento: “O projecto centra-se na análise de semelhanças e diferenças lexicais entre o Português Europeu e o Português Brasileiro e pretende, assim, investigar a convergência ou divergência lexical entre as duas variedades e a estratificação lexical de cada uma. Serão estudados principalmente os aspectos sociais da variação lexical, tanto sincrónica como diacronicamente. Para o efeito, privilegiar-se-á a perspectiva onomasiológica da variação (parte de um conceito para as diferentes expressões que o nomeiam), em detrimento da semasiológica (parte de uma categoria para os seus diferentes sentidos), e tomar-se-á como objecto preferencial a variação onomasiológica que envolve sobretudo sinónimos denotacionais, na medida em que são estes os que melhor revelam diferenças estilísticas, regionais e sociais. A base empírica desta investigação sociolexicológica é constituída por largos milhares de usos de termos alternativos para nomear conceitos de domínios como o futebol, o vestuário e outros. Será pois necessário produzir e/ou aplicar vários mecanismos tecnológicos de análise de corpus (recuperação de textos, organização de base de dados, análise estatística, representações

gráficas), juntamente com métodos quantitativos de medição da variação lexical. Os dados serão recolhidos de jornais, revistas, montras, conversações gravadas e electrónicas, de diferentes estratos e registos e de diferentes regiões de Portugal e do Brasil, e de um período que abrange a segunda metade do séc. XX. Utilizando medidas de 'uniformidade', poderá determinar-se o grau de distância lexical entre as duas variedades nacionais do Português e entre a norma padrão e as variantes geográficas, sociais e estilísticas e, enfim, saber se nas últimas décadas as variedades europeia e brasileira estão envolvidas num processo de convergência ou de divergência lexical.”

4. Encontros e congressos

Nos últimos 15 anos, foram organizados três grandes encontros nacionais e internacionais para a comunicação da investigação desenvolvida na área de Linguística Cognitiva e para permitir o intercâmbio de ideias entre os especialistas da área.

O primeiro destes encontros, denominado *1.º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, foi organizado pela FLUP, em 1998, sendo as respectivas actas publicadas um ano mais tarde numa edição organizada por Mário Vilela e Fátima Silva. O segundo surgiu como um Encontro Regional da Associação Portuguesa de Linguística e foi organizado por Augusto Soares da Silva na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa de Braga, em 2000. As actas do encontro saíram no ano seguinte com o título *Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva*. O terceiro e último foi organizado, em 2003, no mesmo local mas com a dimensão de um congresso internacional. As actas do congresso saíram, em 2004, organizadas por Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves com o título de *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, sendo publicadas em dois volumes pela editora Almedina de Coimbra.

Uma primeira abordagem das actas publicadas permite constatar que as comunicações apresentadas nos respectivos encontros e congressos nem sempre se situavam propriamente na área de Linguística Cognitiva, sendo o enquadramento teórico frequentemente dividido entre, por um lado, a área de Linguagem e Cognição e enquadramentos linguísticos alternativos de carácter cognitivo (Henriqueta Costa Campos, Clara Correia, Ernesto de Andrade) e, por outro, os estudos linguísticos de carácter léxico-semântico (Mário Vilela, Margarita Correia), semântico-sintáctico (Ana Maria Brito, Fátima Oliveira, Lígia Maia), pragmático (Ana Cristina Macário Lopes, Cristina Martins, Fátima Silva, Miguel Gonçalves, Armindo Moraes) ou psicolinguístico (Graça Pinto e outros). Esta participação significativa em termos numéricos dos autores chegados à Linguística Cognitiva provenientes das outras áreas do saber e, sobretudo, das outras vertentes do saber linguístico, deixa transparecer a grande preocupação dos organizadores dos eventos cognitivos em manter aberto o diálogo inter e intradisciplinar e não em criar divisões estanques onde as fronteiras se mantêm (ainda) fluídas e vagas.

Das 17 comunicações apresentadas e, posteriormente, publicadas no encontro de 1998, 12 foram apresentadas pelos investigadores nacionais, centrando-se nos estudos sobre a gramaticalização (Lima, Brito, Almeida, Teixeira, Silva, Correia e Maia), diacronia (Lima e Silva) tipologia das línguas (Batoréo) e protótipos (Vilela e Brito).

Dois anos depois, no encontro de Braga de 2000, foram 24 as comunicações apresentadas, 14 das quais da autoria de investigadores nacionais. As respectivas actas, prefaciadas pelo seu editor, Augusto Soares da Silva, foram, desta vez, divididas em

cinco partes, havendo em quatro delas comunicações portuguesas. Assim, na primeira Parte, dedicada à *Teoria e Modelos*, temos apenas os palestrantes estrangeiros convidados. Na Parte II: *Lexicologia e Semântica*, surgem os estudos de Abrantes, Lima, Silva, Teixeira e Vilela; na Parte III: *Metáfora*, o estudo de Patrícia Matos Amaral; na Parte IV: *Gramática*, estão incluídas as comunicações de Almeida, Henriqueta Costa Campos e Clara Nunes Correia e na Parte V: *Psicolinguística*, as comunicações de Ernesto de Andrade (em co-autoria com Bernard Laks), Hanna Batoréo, Alexandre Castro-Caldas, António Mendes, bem como um estudo, em co-autoria, de Ana Maria Henriques de Oliveira e Liliana Maria de Carvalho e Sousa.

Sinal da maturidade consolidada da área da Linguística Cognitiva surge o Congresso Internacional de 2003, organizado, tal como o encontro anterior, em Braga. As *Actas* do Congresso (2004) compreendem dois volumes de, aproximadamente, 700 páginas cada, traduzindo, assim, a riqueza e o pluralismo do acontecimento. Na Introdução às *Actas*, Silva comenta o evento do seguinte modo: “A consolidação da Linguística Cognitiva nos últimos quinze anos reflecte-se também num estimulante pluralismo de teorias, métodos e agendas e ainda na recepção e, nalguns casos, complementação mútuas de outras perspectivas linguísticas actuais, particularmente o funcionalismo linguístico de T. Givón e muitos outros [...]. Também estas perspectivas funcionalistas, mais umas do que outras, partilham da ideia fundamental da Linguística Cognitiva: a de que a linguagem é parte integrante da cognição (e não um “módulo” separado), se fundamenta em processos cognitivos, sócio-interaccionais e culturais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental, da interacção e da experiência individual, social e cultural.” Silva (2004: 2).

No Congresso de 2003 foram apresentadas 70 comunicações⁷ (muitas delas em parceria) da autoria de 90 participantes, que representavam quase todas as áreas dos estudos linguísticos, sobre diferentes línguas e culturas, incluindo algumas não-indo-europeias. De acordo com o foco (principal) de cada um, os 69 estudos reunidos nos dois volumes das *Actas* foram distribuídos por dez secções temáticas: I: *Teoria e Modelos*; II: *Categorização e Léxico*, III: *Construções e Gramática*, IV: *Espaço e Movimento*; V: *Metáfora, Metonímia e Integração Conceptual*, VI: *Análise do Discurso*, VII: *Poética Cognitiva e Estudos Literários*, VIII: *Psicolinguística e Linguagem Gestual*, IX: *Linguística Computacional*, X: *Fenomenologia e Filosofia da Mente*.

Das comunicações reunidas nas *Actas*, 17 são de autores portugueses: na Parte III encontram-se os estudos de Clara Nunes Correia, António Mendes, Augusto Soares da Silva, bem como o de Mário Vilela e Fátima Silva; na Parte IV, surge o estudo de Teixeira; na Parte V, os estudos de Almeida, Batoréo e Coimbra (este último em co-autoria com Urbana Pereira Bendinha); na Parte VI, temos as comunicações de Miguel Gonçalves, Ana Cristina Macário Lopes, Armindo Morais e Felicidade Morais; na Parte VII, o estudo de Ana Margarida Abrantes; na Parte VIII, o estudo de Sónia Vanessa Santos Alves e Ana Maria Roza de Oliveira, bem como o de Ana Cristina Martins; na Parte IX, a contribuição de António Branco e na Parte X, a de Sofia Miguens.

⁷ Das 70 comunicações apresentadas em 2003, 69 foram publicadas nas *Actas* de 2004.

O Congresso Internacional de 2003 foi particularmente rico em participações estrangeiras, das quais a espanhola foi a mais numerosa e visível. Dos representantes principais de Linguística Cognitiva a nível mundial estiveram presentes, em Braga, os três cognitivistas mais destacados e mais reconhecidos: Ronald Langacker, Leonard Talmy e George Lakoff (embora este último não tenha apresentado a sua comunicação para a publicação nas *Actas*), bem como Dirk Geeraerts (que aliás já participara nos dois encontros anteriores de 1998 e 2000), Arie Verhagen, Enrique Bernández, Eugen Casad, Maria Josep Cuenca, António Barcelona e vários outros.

5. Conclusões

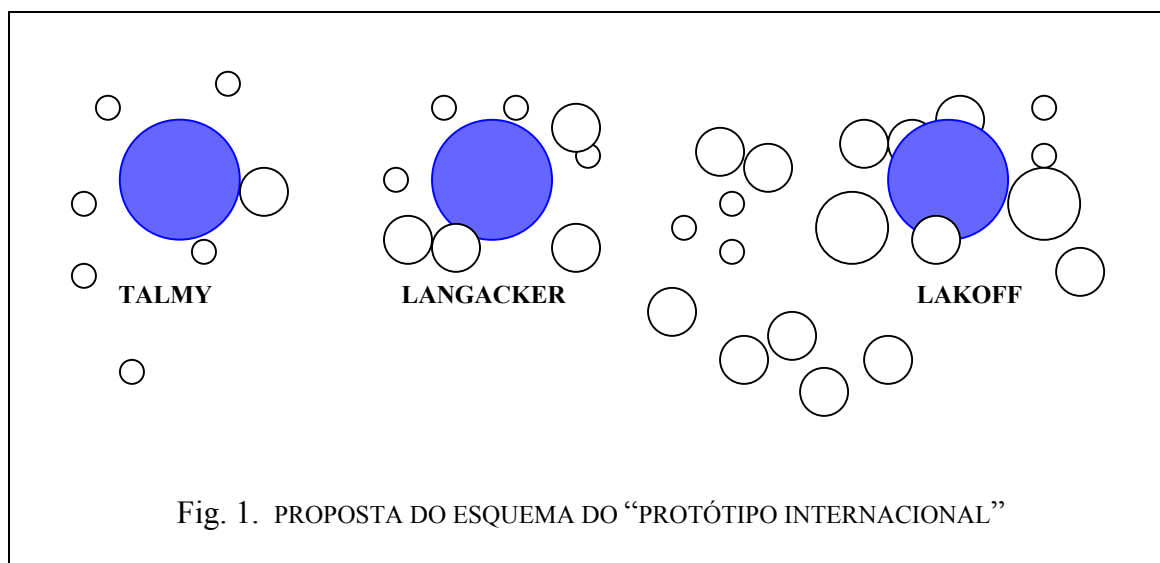
Tendo por área de estudo a Língua Portuguesa, a investigação desenvolvida em Portugal nos últimos 15 anos abrangeu todos os principais temas de estudo de Linguística Cognitiva:

1. As Características da categorização linguística:
 - (i) prototipicidade
 - (ii) polissemia
 - (iii) modelos cognitivos
 - (iv) metáfora e metonímia conceptuais e processos de metaforização
 - (v) imagens mentais
2. A interface conceptual entre sintaxe e semântica;
3. A base pragmática ligada à experiência da linguagem-no-uso;
4. A relação entre linguagem e pensamento;
5. O relativismo e universais conceptuais;
6. Os processos de gramaticalização e lexicalização vistos na perspectiva da “diacronia na síclonia”;
7. A interdependências entre Linguagem – Cultura – Cognição.

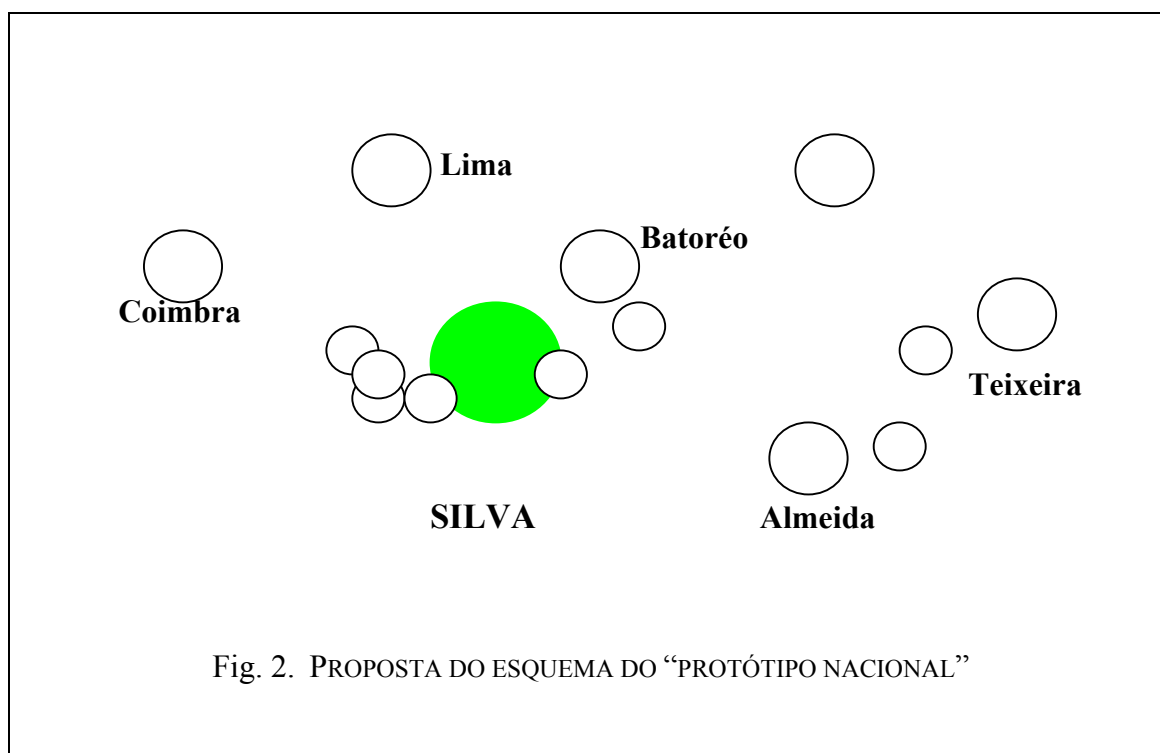
Embora seja verdade – tal como concluiu Silva, em 2004, e retomando as palavras da nossa Introdução – que “os estudos na perspectiva da Linguística Cognitiva não têm entre nós a projecção alcançada em diversos países” (2004: 12), também não deixa de ser verdade que a actividade nesta Área, em Portugal, se vai paulatinamente desenvolvendo, tendo vindo a alcançar uma apreciável dimensão ao fim de quinze anos de existência. Inicialmente mais diluída, tanto na área dos estudos de Linguagem e Cognição, centrados à volta de Isabel Hub Faria, na FLUL, como nos estudos léxico-semânticos com Mário Vilela, na FLUP, constata-se, passados os primeiros quinze anos do seu percurso, que esta área se afigura bastante mais consolidada e ciente da sua própria identidade.

Repare-se, no entanto, que a organização interna da Área não parece obedecer ao mesmo padrão funcional que se lhe reconhece ao nível internacional. Se - numa tentativa de meta-apreciação - procurarmos olhar para a área dos estudos em Linguística Cognitiva, hoje em dia, desenvolvidos no mundo (Fig. 1), repararemos que não se pode definir nela **um** núcleo único, apontar **um** único estudioso apenas que lhe possa servir de ponto central de referência – tal como acontece com a figura de Noam Chomsky na área da Gramática Generativa – à volta do qual se desenvolva a respectiva investigação. Parecem ser antes três os vultos importantes – Lakoff, Langacker e Talmy – que hoje em dia reúnem à sua volta a investigação desenvolvida em Linguística Cognitiva, tendo criado – paralelamente – teorias consistentes e paradigmas de estudo relevantes para a área em questão. Outros haverá, sem dúvida, que não se enquadrarão no esquema “tri-

nuclear” e que, futuramente, talvez venham a criar os seus núcleos independentes, internamente coesos e coerentes com os outros.



Na situação nacional, o quadro parece ser claramente diferente relativamente ao verificado a nível internacional.



Entre nós – e utilizando para o efeito os próprios instrumentos de análise cognitiva, tais como iconicidade, saliência semasiológica e frequência de ocorrências nos “produtos-no-uso” –, a investigação em Linguística Cognitiva é claramente centrada – prototipicamente – no núcleo de Braga, em torno da actividade de Augusto Soares da Silva (Fig. 2). Os outros centros de trabalho, relacionados com outros investigadores,

parecem, presentemente, tender para o mesmo núcleo, mesmo que, no futuro, se venham, um dia, a separar e criar núcleos independentes.

BIBLIOGRAFIA

(NOTA: Por razões de delimitação do espaço, a bibliografia a seguir apresentada integra **apenas** algumas das principais referências de estudos efectuados **EM PORTUGAL** na área de Linguística Cognitiva. Para consultar a bibliografia **ESTRANGEIRA**, deverá consultar-se a bibliografia citada por estes.)

ABRANTES, Ana Margarida

1999 “O Regresso às Emoções: a Expressão da Raiva em Português”, *Revista Portuguesa de Humanidades*, III (1999), 101-138.

2001 “Guerra, paz, ou pacificação? Aspectos semânticos e pragmáticos do eufemismo na imprensa”, in: Silva, Augusto Soares da (org.) (2001) – *Linguagem e cognição: a perspectiva da linguística cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 79-98.

2002a *É a Guerra. O uso do eufemismo na imprensa. Um estudo contrastivo em Linguística Cognitiva*, Viseu: Passagem Editores.

2002b “Eufemismo e Integração Conceptual”, *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1/ 2, 175-190.

2004 “On the cognitive process of reading Peter Weiss’ The Shadow of the Coachman’s Body”, in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp.499-518.

ALMEIDA, Maria Clotilde.

1995 *Transitividade e Trajectória nas Concepções de "Abrir" e "Cortar" em Português e Alemão: Análise Prototípico-Analogista*, Dissertação de Doutoramento, (apresentada à FLUL).

ALMEIDA, Maria Clotilde

2004 “More about blends: blending with proper names in the Portuguese media”, in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp. 145-158.

AMARAL, Patrícia

2001 “Metáfora e Linguística Cognitiva” in: Silva (org.) (2001), 241-262.

BATORÉO, Hanna Jakubowicz

1999 “Language Typology and Semantic Primitive of Space: Evidence from European Portuguese” in: M. Vilela & F. Silva (1999) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 1998, 33-48.

2000 [1996] *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Dissertação de Doutoramento de 1996, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

2000 “Protótipo em Linguística Cognitiva: O Exemplo do Protótipo Espacial”, *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Colibri, APL, FLUL, 2000, vol. I. 161-176.

2001a “O Espaço das Emoções no Português Europeu: Reflexões Metodológicas sobre a Ponte entre Neurociências e Linguística Cognitiva”, in: Augusto Santos Silva (org.) (2001) *Linguagem e Cognição. A Perspectiva de Linguística Cognitiva*, Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, Braga, 2001, 445-464.

2001b “The Structure of Child Language and the Structure of Learner Language in Narrative Discourse: First and Second Language Acquisition in European Portuguese” in: M. Almgren; A. Barreña, M.-J. Ezeizabarrena; I. Idiazabal; B. MacWhinney (eds.) *Research on Child Language Acquisition. Proceedings of the 8th Conference of the Study of Child Language*, Cascadilla Press, CD-ROM, 2001, 264-278.

2002a “Carácter Espacial da Significação Linguística: Localização Espacial, Temporal e Abstracta” em: Mateus, M. H. M. & C Nunes (org.) (2002) *Saberes no Tempo. Homenagem à Professora Doutora Henriqueta Costa Campos*. Edições Colibri, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (edição especial), 93-110.

- 2002b “‘There is Only a Thin Red Line Between the Sane and the Mad’: Mind, Culture, Language and Metaphor – Interaction Between Imagination, Visual Perception and Cognition”, Leonor Scliar-Cabral (ed.) *Ilha do Deserto. Unity and Diversity in Communication*, nº 43, Jul.- Dez. 2002, Florianópolis: Editora da UFSC, 111-126.
- 2002c “A metáfora conceptual ‘A linguagem é o Poder’ e a sua manifestação no discurso literário para crianças” (Parte I) in *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002 – vol. 6–Fasc. 1-2, págs. 163-174.
- 2002d “«Dar um Cheirinho no Travão» ou Morfologia na Mira Cognitiva”, em: *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Porto: APL, 171-182.
- 2003a “A metáfora conceptual ‘A linguagem é o Poder’ e a sua manifestação no discurso literário para crianças” (Parte II) in *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2003 – vol. 7–Fasc. 1-2, págs. 77-89.
- 2003b “Inter-sentidos: Modo e Causa no Padrão de Lexicalização Espacial do Português Europeu”, in: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003, 117-154.
- 2003c “Modes of culture, taboos, and metaphor production in European Portuguese: what do we need WAR and WARIORS for?”, in: *Researching and Applying Metaphor Conference – RAAM5 Conference*, University of Paris 13, September 3-5, 2003.
- 2003d “Descrever o Espaço em Português Europeu: Caso da Dimensão Superior do Eixo Vertical” in: *Língua e Discurso - Encontro em Homenagem a Joaquim Fonseca*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro 2003 (no prelo).
- 2003e “Space Image of Text Structure in European Portuguese and Other Languages” in: Barbara Lewandowska-Tomaszczyk e Alina Kwiatkowska (eds.) *Imagery in Language. In Honour of Professor Ronald W. Langacker*, Frankfurt/Main: Peter Lang, Series: Lodz Studies in Language (ed. Barbara Lewandowska-Tomaszczyk) Vol. 10 (no prelo)
- 2004a “The taboo of war and WAR metaphoric conceptualisation: song lyrics of the Portuguese colonial war”, in: Silva, Augusto Soares da; Amadeu Torres, Miguel Gonçalves (eds.) – *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina, Vol. 2: 185-202.
- 2004b “Recensão de: «Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina», in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 8, Ano 2004.
- 2004c *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*, CD-ROM, Lisboa: Universidade Aberta.
- 2005a “Em torno da GUERRA e da PAZ: uma despedida com regresso anunciado”, in: Carvalho, D.; R.de Azevedo Teixeira e D. Vila Maior (org.) *Homenagem à Professora Doutora Maria Emília Ricardo Marques*, Universidade Aberta (no prelo).
- 2005b “Como não ‘pôr o pé em ramo verde’ ou do papel da polissemia na construção do sentido” in: Silva, F. et alii (org.) *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, FLUP, 2005 (no prelo).
- BRANCO, António
- 2004 “Cognitive anaphor resolution and the binding principles” in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp. 629-641.
- CARVALHO, David Gonçalves de
- 2003 *‘Cima’ e suas Configurações Espaciais. Uma Análise Descritiva na Perspectiva da Linguística Cognitiva*. 2 vols. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa - Perspectiva Cognitiva, apresentada à Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2003.
- CASTRO-CALDAS, António
- 1999 A Herança de Franz Joseph Gall. O Cérebro ao Serviço do Comportamento Humano, McGraw-Hill De Portugal, Lda.
- 2001 “Conhecimento da Leitura e da Escrita Modela a Função Neural”, in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 465-490.
- COIMBRA E SILVA, Rosa Lúcia Torres do Couto
- 1990 A Metáfora e a Coesão Lexical no Texto Poético. Relatório para um trabalho de síntese, Universidade de Aveiro.
- 1999a *Estudo Linguístico dos Títulos de Imprensa em Portugal: a Linguagem Metafórica*. Dissertação de Doutoramento. Texto policopiado, Universidade de Aveiro.
- 1999b “Quando a Garrafa é um Porco: Metáforas (Verbo) Pictóricas no Texto Publicitário” in *Actas do XV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga: APL, 2000: 243-253.
- COIMBRA E SILVA, Rosa Lúcia Torres do Couto Coimbra e & Urbana Pereira Bendiha

- 2004 “Nem todas as cegonhas trazem bebês. Um estudo de metáforas com nomes de animais em falantes portugueses e chineses”, in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp.217-226.
- DIONÍSIO, Marília da Conceição Rodrigues
2002 “O Corpo e a Mente: Metáforas de ‘comer’ e ‘beber’ em Português”, Dissertação de Mestrado, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- FARIA, Isabel Hub
1999 “Expressões Idiomáticas, Metáforas, Emoções, Sentidos Figurados e Sujeitos Experienciadores” in I. H. Faria (org.) *Lindley Cintra - Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos/ Faculdade de Letras de Lisboa, 377-402.
- FARIA, Isabel Hub
2005 “Da Linguagem Humana ao Processamento Humano da Informação”, conferência de encerramento do XX Encontro da APL, in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (neste volume)
- FLORESCU BECKEN, Cristina
2002 *Expressão da Alegria no Português Europeu: Abordagem Cognitiva*. Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- GONÇALVES, Miguel
2004 “Delocutividade e Gramaticalização” in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp. 391-410.
- LIMA, José Pinto de
1989 ‘Significado Avaliativo’: para uma Clarificação à Luz de uma Semântica Prática, Dissertação de Doutoramento, FLUL, Lisboa.
- LIMA, José Pinto de
1999 “Neither by Metaphor nor Really by Metonymy: the Shortcomings of these Concepts as Explanatory of Language Change”, in: Vilela & Silva (org.) (1999), 207-221.
- 2001 “Sobre a Gênese e a Evolução do Futuro com ‘ir’ em Português” in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 119-146.
- LOPES, Ana Cristina Macário
2004 “A polifuncionalidade de ‘bem’ no PE contemporâneo” in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp.433-458.
- MENDES, António Ângelo Marcelino
2001 “A Gênese da Causatividade em Falantes do Português Europeu como Língua Materna” in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 491-508.
- 2004a “Estruturação e lexicalização da causação nos lexemas verbais derivados de ‘ducere’” in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. I, pp. 487-507.
- 2004b “Variação e prototipicidade nas construções causativas: o caso da família etimológica derivada de ‘ducere’”, in: *Actas do XIX Encontro da APL*, Lisboa, 301-313.
- MINEIRO, Ana & Phillipp Steger
2005 “A produtividade dos nomes metafóricos da construção naval em português europeu: um estudo comparado a partir de textos dos séculos XVI e XVII e do século XX”, in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (neste volume).
- NOVAIS, António Afonso A.
2002 *Para a Semântica do Diminutivo: Análise Cognitiva do Sufixo ‘-inho’*. Dissertação de Mestrado, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- PEREIRA, Iris Susana Pires
2005 “A referência anafórica discursiva: um processo cognitivo linguisticamente (pré-) configurado”, in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (neste volume)
- PIRES, Maria da Conceição Pena Lemos
2002 “O desejo no modelo cognitivo da mente”, *Revista Portuguesa de Humanidade*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1-6, 191-211.
- SILVA, Augusto Soares da
1995 “A Gramática Cognitiva. Apresentação e uma Breve Aplicação” *Revista do Centro de Estudos Humanísticos*, Braga: Universidade do Minho, 83-116.
- 1996 “Sobre a estrutura da variação lexical. Elementos de Lexicologia Cognitiva”, *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL/Colibri, vol. III, 413-423.

- 1997 “A Linguística Cognitiva. Uma Breve Introdução a um Novo Paradigma em Linguística”, in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 1 – Fasc. 1 – 2, 1997, 59-101.
- 1999a [1997] *A Semântica de Deixar: uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia Lisboa, [Dissertação de Doutoramento, Universidade Católica de Braga, Faculdade de Filosofia, Braga, 1997].
- 1999b “Metáfora e conceitos permissivos e proibitivos” in: Vilela, Mário & F. Silva (org.) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 231-252.
- 2001a “Introdução” in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 1-18.
- 2001b “O que é que a Polissemia nos Mostra acerca do Significado e da Cognição?” in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 147-176.
- 2002^a Recensão crítica de: «Hanna Jakubowicz Batoréo *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Dissertação de Doutoramento de 1996, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, 930 pp.» in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1-2., pp. 506-510.
- 2002b Recensão crítica de: «José Teixeira, *A Verbalização do Espaço: Modelos Mentais de Frente/Trás*, Coleção Poliedro 4, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2001, 527 pp.» in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1-2., pp. 511-512.
- 2002c Recensão crítica de: «Mário Vilela, *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Livraria Almedina, 2002, 408 pp.» » in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1-2., pp. 515-517.
- 2003a “O sentido múltiplo: polissemia, semântica e cognição” in: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educ, 2003, 91-116.
- 2003b “O poder cognitivo da metáfora e da metonímia”, in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Vol. 7 – Fasc. 1 – 2, Dez. 2003, 13-75.
- 2003c “Semântica cognitiva e análise do discurso”, in: *Língua e Discurso - Encontro em homenagem a Joaquim Fonseca*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro 2003 (no prelo).
- 2003d “Image schemas and category coherence: The case of the Portuguese verb *deixar*”. In: Hubert Cuyckens, René Dirven and John R. Taylor (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 281-322.
- 2004 “Cultural Determinations of Causation” Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. I, pp. 575-606.
- 2005a “Léxico e variação no Português Europeu e no Português do Brasil: Para uma sociolinguística cognitiva do Português”, in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (neste volume).
- 2005b “Revisitando as construções causativas e perceptivas em Português: significado e uso” in: *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa (neste volume).
- SILVA, Augusto Soares da (org.)
2001 *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa
- SILVA, Augusto Soares da; Amadeu Torres, Miguel Gonçalves (org.)
2004 *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina
- TEIXEIRA, J.
2001 [1999] *A Verbalização do Espaço: Modelos Mentais de Frente/Trás*. Dissertação de Doutoramento de 1999, Coleção Poliedro 4, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2001.
- 2001 “As confusões da esquerda e da direita. A configuração linguística da lateralidade” in: Silva (org.) (2001), pp. 173-192.
- 2004 “‘Front/back’ (‘Frente/ trás’): space and its verbalization. The Portuguese case”, in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. II, pp. 93-112.
- VILELA, Mário

- 1999 “O Seguro Morreu de Velho: Contributo para uma Abordagem Cognitiva” in: Vilela, Mário & F. Silva (org.) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 289-314.
- 2001 “Limites e ‘Performances’ da Semântica Cognitiva”, in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 193-214.
- 2002 *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Livraria Almedina.
- 2003 “Ter metáforas à flor da pele (ou outra forma de “ter nervos”) in: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003, 181-200.
- VILELA, Mário & Fátima Silva
- 2004 “The position of the adjective in Portuguese centre and periphery of the adjective class” Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. I, pp. 661-690.
- VILELA, Mário & Fátima Silva (org.)
- 1999 *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 1998,

[in: Augusto Soares da Silva (org.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 1-16].

Introdução

AUGUSTO SOARES DA SILVA

1. Uma ou duas décadas de Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitiva constituiu-se institucionalmente como paradigma científico há uma década, com a realização do primeiro *International Cognitive Linguistics Conference* (Duisburg, Alemanha, 1989), a que se têm seguido congressos bianuais organizados pela *International Cognitive Linguistics Association*, e o aparecimento, em 1990, da revista *Cognitive Linguistics* e da colecção *Cognitive Linguistics Research*. Mas é nos anos 80, ou um pouco antes, que nasce e se desenvolve, em diferentes locais e de diferentes formas, graças sobretudo aos trabalhos dos norte-americanos George Lakoff (Lakoff & Johnson 1980, Lakoff 1987, Lakoff & Turner 1989), Ronald Langacker (1987, 1990, 1991) e Leonard Talmy (1983, 1988), aos quais se juntam, entre outros, os de Fillmore (1985), Fauconnier (1985), Geeraerts (1985), os reunidos por Rudzka-Ostyn (1988) e o de Sweetser (1990). Das suas diversas origens (cf. Bernárdez 1999), destacam-se, por um lado, o interesse pelo significado, pela sua flexibilidade e variabilidade, já evidenciado, aliás, pelo extinto movimento heterodoxo da Semântica Generativa (de que G. Lakoff foi um dos líderes), e a insatisfação com os resultados do programa da Gramática Generativa e, por outro lado, os resultados da investigação psicológica de E. Rosch sobre o papel dos protótipos no processo de categorização.

Sinal da sua maturidade é o extenso e em rápido crescimento conjunto de publicações: citando apenas algumas das mais recentes e significativas para o conhecimento do paradigma, Achard (1998), Koenig (1998), Allwood & Gärdenfors (1999), Blank & Koch (1999), Gibbs & Steen (1999), Hiraga, Sinha & Wilcox (1999), Janssen & Redeker (1999), Lakoff & Johnson (1999), Langacker (1999a), Panther & Radden (1999), Stadler & Eyrich (1999), Van Hoek, Kibrik & Noordman (1999), Albertazzi (2000), Cuyckens & Zawada (2000), Foolen & Van der Leek (2000),

Kövecses (2000), Talmy (2000), Croft (a publicar). Do mesmo acervo, fazem parte introduções e manuais de Linguística Cognitiva: Ungerer & Schmid (1996), Dirven & Verspoor (1998), que inaugura a série de manuais *Cognitive Linguistics in Practice*, Cuenca & Hilferty (1999), Cruse & Croft (em preparação), Geeraerts & Cuyckens (em preparação), (uma breve introdução em português pode encontrar-se em Silva 1997).

A consolidação da Linguística Cognitiva na última década reflecte-se também num estimulante pluralismo de teorias, métodos e agendas e na recepção e, nalguns casos, complementação mútuas de outras perspectivas linguísticas actuais, também presentes neste volume, como são o funcionalismo de T. Givón e outros (é a esta tradição *funcionalista*, oposta à tradição *formalista*, leia-se, generativista, que Langacker 1999b relaciona o novo movimento), a linguística “catastrofista” (*teoria das catástrofes* de R. Thom e J. Petiot) ou morfodinâmica desenvolvida por P. Brandt e W. Wildgen, a teoria enunciativa de A. Culioli ou algumas orientações da pragmática linguística. Também estas perspectivas, mais umas do que outras, partilham da ideia fundamental da Linguística Cognitiva – a de que a linguagem é parte integrante da cognição (e não um “módulo” separado), se fundamenta em processos cognitivos e interaccionais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental e da experiência individual, social e cultural.

2. Fundamentos e âmbito da Linguística Cognitiva

É naturalmente no contexto do *paradigma cognitivo* em psicologia, antropologia, filosofia da ciência, biologia, neurociência e outras disciplinas afins que a Linguística Cognitiva justifica o seu atributo (cf. Geeraerts 1995, Peeters 1999): ao assumir que a interacção com o mundo é mediada por estruturas informativas na mente, tais como a linguagem, ela é *cognitiva* no mesmo sentido em que o são as outras ciências cognitivas. Mas, por outro lado, distingue-se de todo um vasto conjunto de abordagens da linguagem como fenómeno mental, constituindo também elas outras *linguísticas cognitivas*, como a Gramática Generativa ou ainda as investigações da linguagem no quadro da inteligência artificial: à parte aquela e outras compatibilidades genéricas (cf. Newmeyer 1999), como bem explica Geeraerts (1995: 113), enquanto a Linguística Cognitiva toma a linguagem como meio da relação epistemológica entre sujeito e objecto e procura, assim, saber como é que ela contribui para o conhecimento do

mundo, a Linguística Generativa toma a linguagem como objecto da relação epistemológica e quer saber como é que esse conhecimento da linguagem é adquirido. Justifica-se, assim, o subtítulo do presente volume.

Mais especificamente, a Linguística Cognitiva caracteriza-se por três princípios fundamentais (Geeraerts 1995: 113): o da *primazia da semântica* na análise linguística e os da natureza *enciclopédica e perspectivista* do significado linguístico. A primazia da semântica decorre da própria perspectiva cognitiva adoptada: se a função básica da linguagem é a categorização, então a significação será o fenómeno linguístico primário. Os outros dois princípios especificam a natureza do fenómeno semântico. Se a linguagem serve para categorizar o mundo, então o significado linguístico não pode ser dissociado do conhecimento do mundo e, por isso mesmo, não se pode postular a existência de um nível estrutural ou sistémico de significação distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas. E se a função categorizadora da linguagem impõe estruturas e formas ao conhecimento do mundo, então este não é objectivamente reflectido na linguagem: em vez de o espelhar, a linguagem é um meio de o interpretar e construir, de organizar conhecimentos que reflectem as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e das culturas. Neste princípio, assenta a própria posição filosófica e epistemológica do movimento, que Lakoff e Johnson (Lakoff 1987, Johnson 1987, Lakoff & Johnson 1999) caracterizam como sendo o *experencialismo*, em oposição ao *objectivismo*.

Segue-se daqui uma *estratégia geral de pesquisa* que, por um lado, tem levado dos processos de categorização no léxico aos existentes a nível da gramática e, por outro, às diferentes dimensões da função categorizadora da linguagem. Destas duas opções metodológicas resultam as principais linhas de investigação em linguística cognitiva. Tal como o léxico, a gramática é concebida como um inventário de unidades significativas convencionais (pares de forma e significado); léxico e gramática constituem um *continuum* e o conhecimento gramatical é uniformemente representado na mente dos falantes. Esta alternativa *simbólica* da gramática tem a sua expressão mais elaborada na Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1990, 1991, 1999a) e na Gramática de Construções de Fillmore e outros (Goldberg 1995, Fillmore & Kay a publicar, Croft a publicar). E a categorização linguística tem sido sistematicamente estudada em três vertentes. Primeiro, o estudo da estrutura interna das categorias tomadas isoladamente, onde se destaca a *teoria do protótipo* (Taylor 1995, Geeraerts 1997; complementarmente, a *teoria da vantagem* de MacLaury 1997) e com ela os

estudos sobre a polissemia e fenómenos afins. Segundo, a investigação de estruturas conceptuais que combinam categorias individuais em modelos mentais coerentes, nomeadamente a *teoria da metáfora conceptual* (com origem em Lakoff & Johnson 1980), a *frame semantics* (Fillmore 1985; também Talmy), a *teoria dos espaços mentais* e da *integração conceptual* (“blending”) (Fauconnier 1985, 1997, Fauconnier & Turner 1996, 1998, Turner 1996; cf. também a exploração morfo-dinâmica de Brandt 2000 e neste volume), o estudo de *modelos culturais* (Holland & Quinn 1987; mais recentemente, Palmer 1996) e ainda, embora vinculada ao funcionalismo anglo-saxónico e aos estudos de tipologia linguística, a *teoria da gramaticalização* (Hopper & Traugott 1993, para uma introdução). Finalmente, o estudo da relação entre forma e significado, orientado pelo *princípio da iconicidade*.

A este conjunto de programas, há que acrescentar os (poucos) estudos *neurocognitivos* da linguagem dentro do mesmo movimento, como os de Deane (1992), Howard (neste volume) e Lakoff, enquanto membro da equipa interdisciplinar sediada no Instituto Internacional de Ciência da Computação de Berkeley, que ultimamente tem desenvolvido a *teoria neural da linguagem*. Estes e os de outros linguistas, entre os quais se destaca o recente trabalho de Lamb (1999), justificarão, como argumenta Peeters (1999), um outro sentido ao adjectivo *cognitiva* ou um outro ramo (que o mesmo baptiza de *Linguística Neurocognitiva*) da Linguística Cognitiva, pelo qual ela poderá ganhar maior visibilidade e integração dentro da comunidade da ciência cognitiva. E muito perto de estudos, com aplicações à linguagem, de neurobiólogos e outros neurocientistas como o Prémio Nobel Gerald Edelman (1992) e o também premiado António Damásio (1995, 2000), que nos trabalhos de Lakoff, Johnson e Langacker têm encontrado várias afinidades, ou ainda Alexandre Castro-Caldas (1999).

3. Os contributos do presente volume

De praticamente todos os programas e domínios referidos encontrará o leitor valiosos exemplos nos estudos que passamos a apresentar. Optámos por uma certa organização temática e, embora muitos possam situar-se em mais do que um lugar dessa estrutura, distribuímos-los por cinco partes de acordo com o foco principal de cada um.

A primeira parte, intitulada *teoria e modelos*, reúne as contribuições de Ronald Langacker, Dirk Geeraerts e Per Aage Brandt.

No contexto da sua Gramática Cognitiva e da semântica conceptualista que a enforma, Ronald Langacker explora o papel fundamental da experiência ‘visual’, em sentido tanto *perceptual* como *conceptual*, na cognição e sobretudo na linguagem e desenvolve vários aspectos dessa ‘visão’ (“viewing”) cruciais para o significado de qualquer expressão linguística. Engloba-os no *arranjo de ‘visão’* ou circunstâncias pressupostas nas quais o conceptualizador ‘vê’ a situação descrita e que incluem factores como o seu *ponto de vista*, o seu posicionamento estático ou em movimento, a observação *objectiva* ou *subjectiva* da situação, etc. Um dos desvios do *arranjo por ausência* ou normal, *transparente* por natureza, é o *relato experiencial*, em que, mesmo observando o mundo ‘exterior’ e identificando a situação com algo da realidade, a atenção passa para a natureza da própria experiência ‘visual’ e o que é directamente descrito não é a existência objectiva da situação mas a sua manifestação experiencial, a sua impressão ‘visual’. Com base neste e noutros arranjos especiais de ‘visão’, pelos quais tomamos consciência da discrepância entre o que *existe* e o que ‘vemos’, Langacker analisa vários fenómenos semânticos e gramaticais: entre outros, eventos ‘virtuais’, actos de fala e predicções que envolvem participantes do acto de fala (“ground predications”), contável/massivo, perfectivo/progressivo. Contra os que consideram que a identificação do significado com a conceptualização conduz a uma linguística solipsista, argumenta que a caracterização dos *arranjos de ‘visão’* mostra precisamente que a conceptualização é sempre a conceptualização *de* alguma coisa e reside na actividade de ligação ao mundo.

Dirk Geeraerts apresenta uma síntese dos aspectos teóricos, metodológicos e descritivos da sua recente investigação no domínio da sociolexicologia cognitiva, que dá continuidade a trabalhos anteriores sobre a estrutura da variação lexical. Depois de aduzir as razões da inclusão deste estudo no programa da Linguística Cognitiva e evidenciar os contributos do mesmo para a investigação sociolinguística em geral, define um método de quantificação da convergência e divergência lexicais entre variedades de uma língua e expõe os resultados da sua aplicação à variação onomasiológica, envolvendo sinónimos denotacionais, de trinta conceitos dos domínios do vestuário e do futebol, nas variantes holandesa e belga do neerlandês. Destaca ainda a importância deste tipo de investigação onomasiológica no contexto da categorização e na perspectiva do acto fundamental de escolha onomasiológica do falante. E a relevância destes estudos no reconhecimento do papel da conceptualização da realidade social na constituição dos factos sociolinguísticos.

Na perspectiva da Semiótica Cognitiva, de que é um dos principais autores, e na sequência dos seus estudos linguísticos e semiolinguísticos sobre a arquitectura dos domínios semânticos, Per Aage Brandt revê a teoria dos espaços mentais e da integração conceptual proposta por G. Fauconnier e M. Turner. Evidencia a importância que há em introduzir no modelo um espaço mental de Relevância. A existência de redes de espaços mentais assim reconfiguradas constitui a base de uma análise de integrações conceptuais encaixadas no processamento linguístico do significado. Desenha assim um modelo de Redes de Espaços Mentais para a descrição dos princípios de integração linguística, articulando três níveis de integração: comunicação, regulação gramatical e formas.

A segunda secção temática reúne estudos de Lexicologia e Semântica. São aí tratados temas tão variados como o eufemismo, inventários preposicionais, processos de gramaticalização, polissemia, configurações espaciais, semântica do protótipo e verbos de movimento e de acção.

No âmbito do estudo da emoção no uso linguístico, ainda pouco explorado, pese embora a existência de vários trabalhos cognitivos sobre a linguagem das emoções, Ana Margarida Abrantes analisa estratégias cognitivo-semânticas e pragmático-discursivas do eufemismo, com base nos relatos da imprensa portuguesa sobre a guerra do Kosovo: das primeiras, encontra exemplos da metonímia e da metáfora, e em relação às segundas, evidencia a função de ocultação e a função de desvio da atenção para aspectos particulares e procura, ainda, mostrar como aquelas estratégias de variação onomasiológica servem o desempenho destas funções manipuladoras.

Aplicando a teoria da gramaticalização à preposição e definindo-a conceptualmente como um elemento de relação, José L. Cifuentes Honrubia propõe o método para a constituição dos inventários preposicionais e, especificamente, estabelece os critérios que permitem saber se uma possível locução prepositiva deve ser considerada como um único esquema prepositivo (e, assim, pertencer à categoria preposição) ou como vários sintagmas preposicionais (ou de outro tipo) em relação de determinação.

Na sequência dos seus estudos sobre processos de gramaticalização em português e, em particular, sobre a expressão perifrástica do futuro em inglês, José Pinto de Lima traça o percurso do verbo *ir* ao longo da história do português, desde verbo pleno seguido de oração infinitiva até verbo auxiliar de futuro, anotando as modificações semânticas e sintácticas que foi sofrendo por motivação pragmática, e problematiza a questão do papel dos processos metafóricos e metonímicos nesta evolução, acabando

por propor a hipótese de ter ocorrido um processo misto com predominância metonímica.

Com base nos resultados descritivos dos seus estudos sobre a estrutura semântica do verbo *deixar* e do objecto indirecto e no contexto do debate sobre a problemática da polissemia no interior da linguística cognitiva, Augusto Silva procura algumas respostas para problemas da polissemia e para o que esta pode revelar sobre o significado e a cognição: destaca as vantagens de um modelo multidimensional, identifica factores de coerência semântica categorial e respectivos mecanismos cognitivos e sugere elementos para a hipótese da polissemia na mente e determinadas opções metodológicas para a análise semântica.

No contexto do seus estudos sobre a configuração linguística do espaço em português, José Teixeira analisa, a partir dos resultados de inquéritos, a importância relativa do eixo da lateralidade (*esquerda/direita*), em comparação com os eixos estruturalmente prioritários da verticalidade (*alto/baixo*) e da frontalidade (*frente/trás*), verifica como naquele eixo se confrontam as orientações intrínsecas e situacionais e examina o papel do observador e respectivas interferências na configuração global das situações.

Discutindo os alcances e os limites da semântica do protótipo, Mário Vilela argumenta que a semântica linguística não pode dispensar nem o plano do *significado (linguístico)* nem o plano do *designado* (conceito), considerando que a preferência pelo enciclopédico nas análises cognitivas conduz a um *reducionismo semiótico*; por outro lado, defende que uma semântica do *protótipo-designado* é compatível com uma semântica do *significado linguístico*, pretendendo, assim, estabelecer uma ponte entre a semântica cognitiva e a semântica estrutural de matriz europeia.

O contributo de Wolfgang Wildgen centra-se na esquematização cognitiva e dinâmica, utilizando os meios da semântica “catastrofista”, dos cenários evocados pelos verbos de movimento e de acção e ainda, apoiando-se nos resultados da psicologia vectorial e topológica de K. Lewin, pelos verbos ilocutórios. Desta forma, delineia um inovador programa de investigação em semântica cognitiva e dinâmica, potenciado por técnicas de análise dinâmica (teoria das catástrofes, teoria das bifurcações e dos sistemas estocásticos, teoria dos atractores e da geometria fractal) e pelo princípio da iconicidade e da indexicalidade. Lança, ainda, um desafio no sentido de se procurar o fundamento do fenómeno semântico para lá do metafórico e da imaginação, num nível semiótico de abordagem da linguagem no contexto do *homo loquens*.

A terceira parte compreende dois estudos sobre diferentes aspectos da metáfora. Patrícia Amaral destaca a especificidade e os contributos da teoria da metáfora conceptual de Lakoff e Johnson e da teoria da integração conceptual de Fauconnier e Turner no tratamento cognitivo da metáfora e enquanto reformulação de questões recorrentes na teorização do mesmo fenómeno, nomeadamente as noções de transferência/projecção, analogia, literal/figurado, direcionalidade e inovação conceptual. Por seu lado, Manuel Sumares explora, na linha da filosofia de D. Davidson, o pragmatismo da metáfora, especialmente as suas influências na direcção dos *programas de investigação* (no sentido de I. Lakatos), e assinala o contributo que a filosofia de C. Peirce pode trazer para o que Davidson considera como a coisa importante das metáforas: o que elas fazem, mais do que o que elas significam.

A quarta secção temática tem por objecto a Gramática e compreende estudos sobre referência, anáfora, modalidade e enunciação mediatizada, classes gramaticais, diátese e voz e ainda construções causativas e incoativas.

Guy Achard-Bayle estuda o fenómeno da “referência evolutiva”, na sua problemática relativa aos modos de dar conta no discurso de fenómenos de transformação, a partir da noção de metamorfose e com base na análise de representações colectivas de metamorfoses de ficção. Trata especificamente dos processos cognitivos e das representações discursivas da ideia de *mesmo*, procurando assim responder à questão de saber se a *identidade* é ou não uma ideia partilhada.

Na sequência de outros estudos sobre geometria dos *enquadramentos* (“settings”) e configurações de “trajector-landmark” em estruturas gramaticais e lexicais do alemão e do português, Maria Clotilde Almeida sistematiza casos de conceptualizações espaciais baseadas no corpo expressos na língua alemã. Distribui-os por grupos correspondentes a diferentes configurações esquemáticas e experienciais. Conclui salientando a natureza baseada no corpo das representações espaciais e a importância dos processos de iconicidade e indexicalidade no modelo cognitivo do alemão.

O estudo de Maria Henriqueta Costa Campos visa contribuir para a identificação e sistematização, no sistema léxico-gramatical do português, das marcas linguísticas das diferentes operações cognitivas envolvidas no processo de enunciação mediatizada. Na linha da teoria enunciativa de Culioli e partindo das propostas de constituição da categoria gramatical do *mediativo* (próxima do *evidential* da literatura de língua inglesa), propõe um conceito lato desta nova categoria, que abrange os valores assertivos em todos os seus graus e remete para um espaço modal epistémico.

A partir de um *corpus* de diálogo, e seguindo igualmente o programa de A. Culioli, Clara Nunes Correia estuda a construção da referência no português europeu. Releva a variedade e sistematicidade das formas linguísticas aí disponíveis para a construção da referência, identifica os seus valores e sugere as operações mentais subjacentes a essas formas, evidenciando, assim, a inter-relação entre representação do mundo e construção de ocorrências linguísticas.

O estudo de Pablo Gamallo Otero centra-se nos mecanismos de conceptualização, bem como nas respectivas operações cognitivas, que caracterizam as categorias gramaticais relacional (verbos, adjectivos, preposições, etc.) e nominal (nomes ou sintagmas nominais, orações completivas, etc.), reconhecidas já por Langacker como as duas categorias gramaticais fundamentais de qualquer língua. Tomando em linha de conta ideias tanto da linguística cognitiva quanto da semântica formal, identifica dois mecanismos de designação (*participação* e *encenação*) e um mecanismo de integração composicional, realizado através do que designa por uma operação de *atribuição de um papel cénico*. Explicita ainda as diferenças entre esta abordagem e a de Langacker.

José García-Miguel estuda as motivações cognitivas observáveis na tipologia das variações de diátese e na polissemia dos morfemas de voz em línguas de sistema actancial acusativo (românicas e outras, como o náuatle e o lituano) e ergativo (guatuso, kuikúro e bibri). Entendendo a *diátese* como a correspondência entre papéis semânticos e funções sintácticas e a *voz* como a categoria verbal que expressa diferenças de diátese, considera como relevantes na análise das variações de diátese o protótipo de transitividade, a proeminência cognitiva e discursiva dos participantes no evento, o tipo de sistema actancial e a polissemia das formas utilizadas para exprimir essas variações (formas de voz reflexiva, média, passiva, anti-passiva, etc.). Mostra ainda que nas línguas de sistema acusativo as formas reflexivas e outros morfemas de redução de transitividade acumulam sentidos de processo espontâneo, passivo e impessoal, ao passo que nas línguas ergativas essas formas estendem-se a sentidos equivalentes a construções anti-passivas.

Harry Howard apresenta os elementos para uma caracterização neurocognitiva dos predicados causativos-incoativos. Mostra que estes verbos e construções lexicalizam uma cadeia de acção bi-partida, de que faz parte um segmento *negentrópico* (eventos realizados por expensão de energia por parte do causador), que corresponde à metáfora das “bolas de bilhar” proposta por Langacker, seguido de um outro *entrópico* (eventos realizados ‘natural’ ou ‘espontaneamente’), em relação ao qual identifica quatro

diferentes tipos de eventos. Refere ainda que a combinação dos dois segmentos numa cadeia lexicalizável num único verbo só ocorre quando as duas subcadeias se realizam no mesmo lugar e ao mesmo tempo, com o mesmo causador e sem cortes.

A quinta e última parte compreende cinco estudos centrados em temas, abordagens ou implicações dos domínios da Psicolinguística e das Neurociências.

Ernesto d'Andrade e Bernard Laks expõem e discutem as proposições formuladas pelo cognitivismo clássico e pelo cognitivismo articulado pelo connexionismo, no que diz respeito à arquitectura das gramáticas e, especialmente, aos níveis de representação. Argumentam que o connexionismo oferece uma alternativa neo-behaviorista ao mentalismo chomskyano, colocando no centro de estudo os mecanismos neuro-miméticos que explicam a emergência das representações mentais e não as próprias representações ou a sua estrutura sintáctico-lógica. Consideram ainda que o mesmo, ao retomar hipóteses já presentes no estruturalismo, se configura como um neo-estruturalismo cognitivo.

Hanna Batoréo propõe elementos para a ligação metodológica entre os estudos neurocognitivos e os da linguística cognitiva centrados nas emoções. Apresentando e discutindo as análises neurofisiológicas de A. Damásio e outros e as cognitivas de linguistas como Z. Kövecses, em particular sobre o medo e a raiva, a autora faz notar que todas elas seguem um esquema básico de carácter espacial. Daí entender tratar-se de um *espaço* das emoções e sentimentos e defender o papel fundamental das organizações espaciais na estruturação conceptual de outras categorias.

Com base nos resultados de estudos experimentais neuro-psicológicos com dois grupos de indivíduos, analfabetos e letrados, do mesmo meio cultural, Alexandre Castro-Caldas demonstra que a aprendizagem formal das operações e dos actos que conduzem à aquisição das capacidades de leitura e de escrita altera significativamente a função e a estrutura do cérebro, criando uma ponte fundamental entre o sistema visual e o sistema auditivo e, assim, o acesso a novos recursos para o tratamento da informação a múltiplos níveis. Esses novos mecanismos de processamento mental incluem o domínio declarativo da fonologia, o desenvolvimento de actos motores proposicionais para a escrita e o desenvolvimento da decodificação visual e categorização necessárias para a leitura e evidenciam uma interacção dos dois hemisférios cerebrais.

António Mendes estuda a génese das relações causais em falantes do português, a partir de um *corpus* elaborado segundo os métodos da narrativa provocada e dos testes de transformação de frases-estímulo. Seguindo a teoria de Langacker, formula as

hipóteses de que a categorização destas relações se desenvolve progressivamente passando por estádios de contiguidade espacial, sequência temporal, simultaneidade temporal de eventos com um agente e um paciente e conceptualização a partir de domínios abstractos. Propõe ainda uma tipologia da causatividade que inclui a forma complexa semântico-sintáctica e enunciativa.

Finalmente, Ana Oliveira e Liliana Sousa, com base num estudo experimental com bilingues de português e francês, submetidos a provas de completção de palavras ortograficamente fragmentadas, verificam que o reconhecimento visual verbal é maior para palavras morfologicamente similares usadas em situação bilingue e sugerem que o acesso ao léxico depende, não da língua seleccionada, mas da representação ortográfica.

Encontrará o leitor, neste volume e nas *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva* (M. Vilela & F. Silva 1999), realizado na Faculdade de Letras do Porto, em Maio de 1998, outras referências e exemplos da investigação portuguesa em linguística cognitiva.

Referências

ACHARD, Michel

(1998) *Representation of Cognitive Structures: Syntax and Semantics of French Sentential Complements*, (Cognitive Linguistics Research 11), Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

ALBERTAZZI, Liliana (ed.)

(2000) *Meaning and Cognition*, Amsterdam: John Benjamins.

ALLWOOD, Jens & GÄRDENFORS, Peter (eds.)

(1999) *Cognitive Semantics: Meaning and Cognition*, Amsterdam: John Benjamins.

BERNÁRDEZ, Enrique

(1999) «Some reflections on the origins of Cognitive Linguistics», *Journal of English Studies* 1, 9-27.

BLANK, Andreas & KOCH, Peter (eds.)

(1999) *Historical Semantics and Cognition*, (Cognitive Linguistics Research 13), Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

BRANDT, Per Aage

- (2000) «The architecture of semantic domains. A grounding hypothesis in Cognitive Semiotics», *Revista Portuguesa de Humanidades* 4, Faculdade de Filosofia da UCP.
- CASTRO-CALDAS, Alexandre
- (1999) *A Herança de Franz Joseph Gall. O Cérebro ao Serviço do Comportamento Humano*, Lisboa: McGraw-Hill de Portugal.
- CROFT, William
- (a publicar) *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*, Oxford: Oxford University Press.
- CRUSE, D. Alan & CROFT, William
- (em preparação) *Cognitive Linguistics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CUENCA, Maria Josep & HILFERTY, Joseph
- (1999) *Introducción a la Lingüística Cognitiva*, Barcelona: Ariel.
- CUYCKENS, Hubert & ZAWADA, Britta (eds.)
- (2000) *Polysemy in Cognitive Linguistics. Selected Papers from the 5th International Cognitive Linguistics Conference, Amsterdam, 1997*, Amsterdam: John Benjamins.
- DAMÁSIO, António
- (1995) *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- (2000) *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- DEANE, Paul D.
- (1992) *Grammar in Mind and Brain: Explorations in Cognitive Syntax*, (Cognitive Linguistics Research 2), Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- DIRVEN, René & VERSPOOR, Marjolijn (eds.)
- (1998) *Cognitive Exploration of Language and Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins.
- EDELMAN, Gerald M.
- (1992) *Bright Air, Brilliant Fire: On the Matter of the Mind*, New York: Basic Books. (trad. port. *Biologia da Consciência. As raízes do pensamento*, Instituto Piaget, 1995)
- FAUCONNIER, Gilles
- (1985) *Mental Spaces*, Cambridge, MA: MIT Press.
- (1997) *Mappings in Thought and Language*, Cambridge: Cambridge University Press.

FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark

(1996) «Blending as a central process of grammar», in A. Goldberg (ed.), *Conceptual Structure, Discourse and Language*, Stanford: CSLI Publications, 113-130.

(1998) «Conceptual Integration Networks», *Cognitive Science* 22/2, 133-187.

FILLMORE, Charles J.

(1985) «Frames and the semantics of understanding», *Quaderni di Semantica* 6/2, 222-255.

FILLMORE, Charles J. & KAY, Paul

(a publicar) *Construction Grammar*, Stanford: CSLI Publications.

FOOLEN, Ad & VAN DER LEEK, Frederike (eds.)

(2000) *Constructions in Cognitive Linguistics. Selected Papers from the 5th International Cognitive Linguistics Conference, Amsterdam, 1997*, Amsterdam: John Benjamins.

GEERAERTS, Dirk

(1985) *Paradigm and Paradox. Explorations into a Paradigmatic Theory of Meaning and its Epistemological Background*, Leuven: Leuven University Press.

(1995) «Cognitive Linguistics», in J. Verschueren *et al.* (eds.), *Handbook of Pragmatics*, Amsterdam: John Benjamins, 111-116.

(1997) *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*, Oxford: Clarendon Press.

GEERAERTS, Dirk & CUYCKENS, Hubert (eds.)

(em preparação) *Handbook of Cognitive Linguistics*, Oxford: Oxford University Press.

GIBBS, Raymond W. & STEEN, Gerard J. (eds.)

(1999) *Metaphor in Cognitive Linguistics. Selected Papers from the 5th International Cognitive Linguistics Conference, Amsterdam, 1997*, Amsterdam: John Benjamins.

GOLDBERG, Adele

(1995) *Constructions. A Construction Grammar Approach to Argument Structure*, Chicago: University of Chicago Press.

HIRAGA, Masako, SINHA, Chris & WILCOX, Sherman (eds.)

- (1999) *Cultural, Psychological and Typological Issues in Cognitive Linguistics. Selected Papers of the Bi-annual ICLA Meeting in Albuquerque, 1995*, Amsterdam: John Benjamins.
- HOLLAND, Dorothy & QUINN, Naomi (eds.)
 (1987) *Cultural Models in Language and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth C.
 (1993): *Grammaticalization*, Cambridge: Cambridge University Press.
- JANSSEN, Theo & REDEKER, Gisela (eds.)
 (1999) *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope, and Methodology*, (Cognitive Linguistics Research 15), Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- JOHNSON, Mark
 (1987) *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*, Chicago: University of Chicago Press.
- KOENIG, Jean-Pierre (ed.)
 (1998) *Discourse and Cognition: Bridging the Gap*, Stanford: CSLI Publications.
- KÖVECSES, Zoltán
 (2000) *Metaphor and Emotion. Language, Culture, and Body in Human Feeling*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAKOFF, George
 (1987) *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark
 (1980) *Metaphors We Live By*, Chicago: University of Chicago Press.
 (1999) *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*, New York: Basic Books.
- LAKOFF, George & TURNER, Mark
 (1989) *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*, Chicago: University of Chicago Press.
- LAMB, Sydney M.
 (1999) *Pathways of the Brain. The Neurocognitive Basis of Language*, Amsterdam: John Benjamins.
- LANGACKER, Ronald W.

- (1987) *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. I, *Theoretical Prerequisites*, Stanford: Stanford University Press.
- (1990) *Concept, Image, and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar*, (Cognitive Linguistics Research 1), Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- (1991) *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. II, *Descriptive Application*, Stanford: Stanford University Press.
- (1999a) *Grammar and Conceptualization*, (Cognitive Linguistics Research 14), Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- (1999b) «Assessing the cognitive linguistic enterprise», in T. Janssen & G. Redeker (eds.), 13-59.
- MACLAURY, Robert E.
- (1997) *Color and Cognition in Mesoamerica: Constructing categories as advantages*, Austin: University of Texas Press.
- NEWMAYER, Frederick J.
- (1999) «Bridges between generative and cognitive linguistics», in L. Stadler & C. Eyrich (eds.), 3-19.
- PALMER, Gary B.
- (1996): *Toward a Theory of Cultural Linguistics*, Texas: University of Texas Press.
- PANTHER, Klaus-Uwe & RADDEN, Günter (eds.)
- (1999) *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins.
- PEETERS, Bart
- (1999) «Does Cognitive Linguistics live up to its name?», comunicação apresentada no 6th International Cognitive Linguistics Conference, Stockholm, 1999 (disponível em <http://www.tulane.edu/~howard/LangIdeo/Peeters/Peeters.html>)
- RUDZKA-OSTYN, Brygida (ed.)
- (1988) *Topics in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins.
- SILVA, Augusto Soares da
- (1997) «A Linguística Cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística», *Revista Portuguesa de Humanidades* 1, Faculdade de Filosofia da UCP, 59-101.
- STADLER, Leon de & EYRICH, Christoph (eds.)
- (1999) *Issues in Cognitive Linguistics*, (Cognitive Linguistics Research 12), Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- SWEETSER, Eve

(1990) *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge: Cambridge University Press.

TALMY, Leonard

(1983) «How language structures space», in H. Pick & L. Acredolo (eds.), *Spatial Orientation: Theory, Research, and Application*, New York: Plenum Press, 225-282.

(1988) «Force dynamics in language and cognition», *Cognitive Science* 12, 49-100.

(2000) *Toward a Cognitive Semantics*, 2 vols., Cambridge, MA: MIT Press.

TAYLOR, John

(1995) *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*, 2nd ed., Oxford: Clarendon Press.

TURNER, Mark

(1996) *The Literary Mind*, New York: Oxford University Press.

UNGERER, Friedrich & SCHMID, Hans-Jörg

(1996) *An Introduction to Cognitive Linguistics*, London: Longman.

VAN HOEK, Karen, KIBRIK, Andrej & NOORDMAN, Leo (eds.)

(1999) *Discourse Studies in Cognitive Linguistics. Selected Papers from the 5th International Cognitive Linguistics Conference, Amsterdam, 1997*, Amsterdam: John Benjamins.

VILELA, Mário & SILVA, Fátima (orgs.)

(1999) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva (Porto, 29/30 - 5 - 98)*, Porto: Faculdade de Letras do Porto.

[in: Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (orgs.), *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*. Vol. I. Coimbra: Almedina, 2004, pp. 1-18].

Introdução: linguagem, cultura e cognição, ou a Linguística Cognitiva

Augusto Soares da Silva

1. 15 anos de Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitiva constituiu-se institucionalmente como paradigma científico há precisamente década e meia, com a criação da *International Cognitive Linguistics Association* e a realização do primeiro *International Cognitive Linguistics Conference* (Duisburg, Alemanha, 1989), a que se têm seguido congressos bianuais (o último em Logroño, Espanha, 2003, e o próximo em Seoul, Coreia, 2005), e com a fundação, em 1990, da revista *Cognitive Linguistics* e da colecção *Cognitive Linguistics Research*. Mas é nos anos 80 que nasce e se desenvolve, em diferentes locais e de diferentes formas, graças sobretudo aos trabalhos dos norte-americanos George Lakoff (Lakoff & Johnson 1980, Lakoff 1987), Ronald Langacker (1987, 1990, 1991) e Leonard Talmy (1983, 1988). Das suas diversas origens (cf. Bernárdez 1999), destacam-se, por um lado, o interesse pelo significado, pela sua flexibilidade e variabilidade, já evidenciado, aliás, pelo extinto movimento heterodoxo da Semântica Generativa (de que G. Lakoff foi um dos líderes), e a insatisfação com os resultados do programa da Gramática Generativa de N. Chomsky e, por outro lado, os resultados da investigação psicológica de E. Rosch sobre o papel dos protótipos no processo de categorização.

Sinal da sua maturidade é o extenso e em rápido crescimento conjunto de publicações: entre muitas outras, as cerca de três dezenas de obras da colecção *Cognitive Linguistics Research* (Mouton de Gruyter, Berlim/Nova

Iorque), os 15 volumes da revista *Cognitive Linguistics* (id.), o recente *Annual Review of Cognitive Linguistics* (John Benjamins, Amesterdão), vários estudos e colectâneas publicados por John Benjamins Publishing Company (Amesterdão) e pelo Center for the Study of Language and Information de Stanford (Califórnia), e naturalmente as obras mais recentes dos três fundadores da Linguística Cognitiva – G. Lakoff (Lakoff & Johnson 1999), R. Langacker (1999a) e L. Talmy (2000, no prelo). Do mesmo acervo, fazem parte introduções e manuais de Linguística Cognitiva: Ungerer & Schmid (1996), Cuenca & Hilferty (1999), Janssen & Redeker (1999), Taylor (2002), Lee (2002), Dirven & Verspoor (2004), que inaugura a série de manuais *Cognitive Linguistics in Practice*, Croft & Cruse (2004), Geeraerts & Cuyckens (no prelo), (uma breve introdução em português pode encontrar-se em Silva 1997). Também na Internet a Linguística Cognitiva encontra uma larga expressão, parcialmente documentada na pequena webliografia apensa a esta introdução.

A consolidação da Linguística Cognitiva nos últimos quinze anos reflecte-se também num estimulante pluralismo de teorias, métodos e agendas e ainda na recepção e, nalguns casos, complementação mútuas de outras perspectivas linguísticas actuais, particularmente o funcionalismo linguístico de T. Givón e muitos outros – é a esta vasta tradição *funcionalista*, claramente oposta à tradição *formalista* (leia-se, generativista), que Langacker (1999b) relaciona o novo movimento. Também estas perspectivas funcionalistas, mais umas do que outras, partilham da ideia fundamental da Linguística Cognitiva: a de que a linguagem é parte integrante da cognição (e não um “módulo” separado), se fundamenta em processos cognitivos, sócio-interaccionais e culturais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental, da interacção e da experiência individual, social e cultural.

2. O que é *cognitivo* na Linguística Cognitiva?

É naturalmente no contexto do *paradigma cognitivo* em psicologia, antropologia, filosofia da ciência, biologia, neurociência e outras disciplinas afins que a Linguística Cognitiva justifica o seu atributo (cf. Geeraerts 1995

e Peeters 2001): ao assumir que a interacção com o mundo é mediada por estruturas informativas na mente, tais como a linguagem, ela é *cognitiva* no mesmo sentido em que o são as outras ciências cognitivas. Mas, por outro lado, distingue-se de todo um vasto conjunto de abordagens da linguagem como fenómeno mental, constituindo também elas outras *linguísticas cognitivas*, como a Gramática Generativa ou ainda as investigações da linguagem no quadro da Inteligência Artificial: à parte aquela e outras compatibilidades genéricas (cf. Newmeyer 1999), como bem explica Geeraerts (1995: 113), enquanto a Linguística Cognitiva toma a linguagem como meio da relação epistemológica entre sujeito e objecto e procura, assim, saber como é que ela contribui para o conhecimento do mundo, a Linguística Generativa toma a linguagem como objecto da relação epistemológica e quer saber como é que esse conhecimento da linguagem é adquirido. Consequentemente, a Linguística Cognitiva assume que factores situacionais, biológicos, psicológicos, históricos e sócio-culturais são necessários e fundacionais na caracterização da estrutura linguística, ao passo que a Linguística Generativa os toma como secundários ou auxiliares – reside aqui, segundo Langacker (1999b: 14), a diferença crucial entre a perspectiva funcionalista (nela incluída o movimento cognitivo) e a perspectiva formalista (bem representada no modelo generativista) de estudo da linguagem.

Mais especificamente, a Linguística Cognitiva caracteriza-se por três princípios fundamentais (Geeraerts 1995: 113): o da *primazia da semântica* na análise linguística e os da natureza *enciclopédica* e *perspectivista* do significado linguístico. A primazia da semântica decorre da própria perspectiva cognitiva adoptada: se a função básica da linguagem é a categorização, então a significação será o fenómeno linguístico primário. Os outros dois princípios especificam a natureza do fenómeno semântico. Se a linguagem serve para categorizar o mundo, então o significado linguístico não pode ser dissociado do conhecimento do mundo e, por isso mesmo, não se pode postular a existência de um nível estrutural ou sistémico de significação distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas. (Perde, assim, sentido a famosa dicotomia entre conhecimento “linguístico” e conhecimento “enciclopédico”). E se a função categorizadora da linguagem impõe estruturas e formas ao conhecimento do mundo, então este não é objectivamente reflectido na

linguagem: em vez de o espelhar, a linguagem é um meio de o interpretar e construir, de organizar conhecimentos que reflectem as necessidades, os interesses e as experiências dos indivíduos e das culturas. Nestes princípios assenta a própria posição filosófica e epistemológica do movimento cognitivo, que Lakoff e Johnson (Lakoff 1987, Johnson 1987, Lakoff & Johnson 1999, Johnson & Lakoff 2002) caracterizam como sendo o *experencialismo* ou, em versão mais recente, *realismo corporizado* ou *encarnado* (“embodied realism”), (para uma discussão crítica, ver o terceiro fascículo do volume 13 da revista *Cognitive Linguistics*, de 2002, nomeadamente a crítica de Rakova 2002 e as respostas de Johnson & Lakoff, Sinha e Krzeszowski; ver também Martins 2003 e Silva 2004).

Metodologicamente, a Linguística Cognitiva autodefine-se como *modelo baseado no uso* (“usage-based model”) – expressão introduzida por Langacker (1988, 2000) e apropriadamente utilizada por Barlow & Kemmer (2000). Uma orientação maximalista, não-redutiva e de baixo para cima (em contraste com o espírito minimalista, redutivo e de cima para baixo do modelo generativista). Daqui, a importância do método da observação do uso real das expressões linguísticas com base em *corpora*. Experencialismo e análise do uso implicam uma orientação fundamentalmente *hermenêutica*, no sentido atribuído por Dilthey às ciências humanas (Geeraerts 1997: cap. 5). E a resposta ao crucial *problema da interpretação* consistirá, não em encontrar uma espécie de alfabeto do pensamento humano, mas em fundamentar *empiricamente* as interpretações das expressões linguísticas na experiência individual, colectiva e histórica nelas fixada, no comportamento interaccional e social e na fisiologia do aparato conceptual humano. Desta forma “empiricista” (enunciada por Langacker 1999b em termos de princípio de *evidência convergente*), conseguirá a Linguística Cognitiva, como assinala Geeraerts (1999), evitar, por um lado, o subjectivismo radical a que o princípio do experencialismo poderá conduzir e, por outro, o idealismo para que tendem certas análises em semântica cognitiva.

Segue-se, destes princípios e métodos, uma *estratégia geral de pesquisa* que, por um lado, tem levado dos processos de categorização no léxico aos existentes a nível da gramática e, por outro, às diferentes dimensões da função categorizadora da linguagem. Destas duas opções resultam as principais linhas de investigação em Linguística Cognitiva. Tal como o léxico, a gramática é concebida como um inventário de unidades simbólicas

convencionais (pares de forma e significado); as construções (e não as “regras”) são o objecto primário de descrição e qualquer construção válida é um par de forma e significado; léxico e gramática constituem um *continuum* e o conhecimento gramatical é uniformemente representado na mente dos falantes. Esta alternativa *simbólica* da gramática tem a sua expressão mais elaborada na Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1990, 1991, 1999a) e na Gramática de Construções (Goldberg 1995, Croft 2001). E a categorização linguística tem sido sistematicamente estudada em três vertentes. Primeiro, o estudo da estrutura interna das categorias tomadas isoladamente, onde se destacam a *teoria do protótipo* (Taylor 1995, Geeraerts 1997; complementarmente, a *teoria da vantagem* de MacLaury 1997) e, com ela, os estudos sobre a polissemia e fenómenos afins (ver Cuyckens & Zawada 2001; Cuyckens, Dirven & Taylor 2003; Silva 2001). Segundo, a investigação de estruturas conceptuais que combinam categorias individuais em modelos mentais coerentes. Destacam-se aqui a *teoria da metáfora conceptual*, protagonizada sobretudo por G. Lakoff (Lakoff & Johnson 1980, 1999; Lakoff 1987, 1993), (para uma visão de conjunto da investigação cognitiva recente sobre metáfora, metonímia e outros mecanismos de linguagem figurada, ver Gibbs & Steen 1999, Panther & Radden 1999, Barcelona 2000, Dirven & Pörings 2002, Panther & Thornburg 2003, Silva 2003), a *frame semantics* (Fillmore 1985), a *teoria dos espaços mentais* e da *integração conceptual* (“blending”) de G. Fauconnier e M. Turner (Fauconnier 1985, 1997; Fauconnier & Turner 1996, 1998; Coulson & Oakley 2000; Brandt 2000, 2001; Turner & Fauconnier 2002), o estudo de *modelos culturais* (Holland & Quinn 1987, Palmer 1996, Lakoff 1996) e ainda, embora vinculada ao funcionalismo anglo-saxónico e aos estudos de tipologia linguística, a *teoria da gramaticalização* (Hopper & Traugott 1993, Traugott & Dasher 2002). Finalmente, o estudo da relação entre forma e significado, orientado pelo *princípio da iconicidade*.

A este conjunto de programas, há que acrescentar os (ainda poucos) estudos *neurocognitivos* da linguagem dentro do mesmo movimento, como os de Deane (1992) e os de Lakoff, enquanto membro da equipa interdisciplinar sediada no Instituto Internacional de Ciência da Computação de Berkeley, que ultimamente tem desenvolvido a *teoria neural da linguagem*. Estes e os de outros linguistas, como Lamb (1999), justificarão, como argumenta Peeters (2001), um outro sentido ao adjectivo *cognitiva* ou

um outro ramo (que o mesmo baptiza de *Linguística Neurocognitiva*) da Linguística Cognitiva, pelo qual ela poderá ganhar maior visibilidade e integração dentro da comunidade das ciências cognitivas. E muito perto de estudos, com aplicações à linguagem, de neurobiólogos e outros neurocientistas como o Prémio Nobel Gerald Edelman (1992) e o também premiado António Damásio (1995, 2000, 2003), que nos trabalhos de Lakoff, Johnson e Langacker têm encontrado várias afinidades.

3. A posição da Linguística Cognitiva no contexto da linguística contemporânea

Como já foi referido, Langacker (1999b) relaciona a Linguística Cognitiva à tradição linguística funcionalista e, assim, opõe aquela à tradição formalista. Apesar da multiplicidade das suas agendas, metodologias e modelos teóricos, “the various strands of cognitive and functional linguistics are complementary, synergistically related facets of a common global enterprise” (Langacker 1999b: 14). A arquitectura da linguística cognitivo-funcional envolve, esclarece Langacker, o reconhecimento do estatuto fundacional das funções *semiológica* (cognoscitiva) e *interaccional* da linguagem e dos factores situacionais, biológicos, psicológicos, históricos e sócio-culturais que a determinam; uma agenda complexa e multifacetada, incluindo domínios tão diversos como discurso, variação e mudança, tipologia, aquisição e bases neurológicas da linguagem; e naturalmente diversas metodologias, mas cumprindo todas os princípios de *evidência convergente* a partir de múltiplas origens e de coerência geral.

Geeraerts (2003a) caracteriza o desenvolvimento da linguística do séc. XX em termos de uma sucessão de movimentos descontextualizadores e recontextualizadores, envolvendo *contexto* quer o ambiente sócio-cultural da linguagem, quer o nível performativo (interaccional) do uso linguístico, quer ainda as bases cognitivas e experienciais dos falantes. O movimento *descontextualizador* e autonomista tem a sua expressão mais representativa e elaborada na Gramática Generativa: a perspectiva genética assumida por Chomsky decorre da sua falta de interesse pela dimensão sócio-cultural da linguagem e conduz a uma des-semantização da gramática e focalização nos sistemas de regras formais. A *recontextualização* da gramática, ou

recuperação das várias dimensões contextuais rejeitadas pela movimento generativo, tem sido feita, sobretudo nas últimas duas décadas, pela reintrodução do léxico na gramática e assunção da centralidade do significado na arquitectura gramatical, pelo restabelecimento da ligação entre gramática e *performance* e a importância dada ao discurso e à interacção e, embora ainda como tendência minoritária, pelo interesse dado à construção sócio-cultural do significado e pela exploração da interacção entre linguagem e cultura. Para estes quatro processos de recontextualização, muito tem contribuído a Linguística Cognitiva, através dos seus vários programas de investigação, acima referidos, a par de outros contributos que se situam fora do movimento cognitivo, como os das abordagens funcionalistas.

4. Relações entre linguagem, cultura e cognição – Linguística Cognitiva e Cultural

Contrariamente a uma ideia relativamente generalizada, a focalização na cognição não implica uma perspectiva das mentes como entidades descontextualizadas; dito mais concretamente, a focalização na conceptualização e noutras bases cognitivas da linguagem não implica a exclusão nem a secundarização dos factores interaccionais, sociais e culturais, não implica uma perspectiva descontextualizada da estrutura linguística. Bem pelo contrário. As mentes individuais não são entidades autónomas, mas *corporizadas-encarnadas* e altamente interactivas com o seu meio; e é através desta interacção e acomodação mútua que a cognição e a linguagem surgem, se desenvolvem e se estruturam. Não existe, pois, propriamente linguagem humana independentemente do contexto sócio-cultural. Mas não é menos verdade que a linguagem reside primariamente nas mentes individuais, sem as quais a interacção linguística não poderia ocorrer.

Provavelmente mais do que qualquer outra abordagem contemporânea da linguagem, a Linguística Cognitiva reconhece explicitamente, não só que a capacidade para a linguagem se fundamenta em capacidades cognitivas gerais, como também que todas estas capacidades são culturalmente situadas e definidas. Ela assume e desenvolve uma concepção inteiramente

contextualizada (enciclopédica) do significado, claramente exposta em Langacker (1997). Muitos dos principais programas de investigação acima referidos exploram a dimensão sócio-cultural e as relações entre os aspectos cognitivos e os aspectos culturais da linguagem: entre outros, a teoria da metáfora conceptual de G. Lakoff, a Gramática Cognitiva de R. Langacker, o estudo de *modelos culturais e teorias populares*, os vários e importantes trabalhos existentes sobre cognição espacial, os estudos das condições cognitivas das inovações linguísticas e das condições sociais da sua propagação, numa linha de biologia evolutiva (Croft 2000), as implicações sociolinguísticas de um modelo baseado no uso (Geeraerts 2003b), estudos de Palmer (1996) e Lakoff (1996) e os reunidos em Hiraga, Sinha & Wilcox (1999) e Dirven, Frank & Pütz (2003). Os resultados destas investigações evidenciam que o conhecimento cultural desempenha um papel fundamental não só no léxico, como aliás é óbvio, mas também, e em idêntica extensão e profundidade, na gramática. É ainda de assinalar o espírito *incorporativo* (Hawkins 2001: 3) da Linguística Cognitiva, um espaço plural que acolhe e estimula naturalmente estudos especificamente linguísticos mas também estudos especificamente psicológicos ou neurológicos, estudos especificamente antropológicos e interculturais e ainda aqueles que combinam estas e outras orientações. Em síntese, e tomando as palavras de Langacker, “despite its mental focus, *cognitive linguistics* can also be described as *social, cultural, and contextual linguistics*” (1997: 240) ou “the advent of *cognitive linguistics* can also be heralded as a return to *cultural linguistics*” (1994: 31).

O estudo das relações entre linguagem e cultura e entre linguagem e pensamento tem uma longa história e deu lugar a algumas das propostas mais debatidas da linguística moderna, como a *hipótese da relatividade linguística* de Sapir e Whorf. Mas a influência da linguagem no pensamento, para que esta hipótese aponta, é apenas uma das componentes da complexa teia de relações entre linguagem, cultura e cognição. No essencial, ela acaba por deixar de fora a questão da cultura. Os resultados da investigação em Linguística Cognitiva e as necessárias clarificações conceptuais relativamente aos termos da questão, que alguns dos seus autores mais representativos, em particular R. Langacker, têm oferecido, bem como desenvolvimentos recentes em Antropologia Cognitiva, representam um importante avanço na compreensão desta crucial e perene problemática.

Langacker (1994) propõe a seguinte chave interpretativa das relações entre linguagem, cultura e cognição: linguagem e cultura são “facetas imbricadas” da cognição. Sem a linguagem um certo nível de conhecimento/desenvolvimento cultural não poderia ocorrer e, inversamente, um alto nível de desenvolvimento linguístico só se obtém através da interacção sócio-cultural. Por outro lado, certos aspectos da linguagem são não-culturais, porque capacidades psicológicas provavelmente inatas (como a capacidade para articular sons); e, inversamente, certos aspectos da cultura são basicamente não-linguísticos, na medida em que são apreendidos por meios não-linguísticos e são culturalmente específicos. Mas aspectos linguísticos não-culturais não deixam de ser culturalmente manifestados e convencionalizados e, inversamente, o conhecimento cultural originariamente não-linguístico não deixa de poder ser considerado como fazendo parte da convenção linguística ou do significado convencional, mesmo que não chegue a ser verbalizado. Quer isto dizer que a compreensão correcta das relações entre linguagem e cultura requer, como esclarece Langacker, uma perspectiva dinâmica e um entendimento da natureza cíclica do desenvolvimento cognitivo, balanceado entre capacidades psicológicas inatas (como a organização figura/fundo, a reificação conceptual, a categorização, a esquematização, a capacidade de ponto de referência) e estruturas mentais estabelecidas a partir da experiência prévia, umas pré-culturais (as que emergem bastante cedo) e outras marcadamente culturais. Assim se compaginam e se interligam na cognição e na linguagem factores *universais*, directamente ligados ao facto de os indivíduos terem a mesma estrutura biológica e interagirem num mundo basicamente igual para todos (Langacker 1997), e factores *culturalmente específicos*.

Outra importante leitura interpretativa das relações entre linguagem, cultura e cognição é oferecida por Bernárdez neste volume: linguagem e cultura relacionam-se, não só nem sobretudo a nível do sistema cognitivo individual, mas a nível da comum e partilhada *cognição-na-prática* de uma comunidade de indivíduos. Outros contributos interpretativos podem encontrar-se na entrevista de G. Lakoff conduzida por Oliveira (2001: 27-36) e em “The cognitive culture system” de Talmy (2000, vol. 2: 373-415).

Para o problema de como conceber a relação entre o individual (psicológico, universal) e o colectivo (sócio-cultural, variável), alguns autores têm proposto concepções que visam precisamente preencher o

buraco da dicotomia. Alguns exemplos. Shore (1996) desenvolve uma teoria etnográfica da mente e uma teoria cognitiva da cultura ou, simplesmente, uma teoria da *cultura-na-mente* e mostra que os modelos culturais são uma parte integrante do processamento mental e são inevitavelmente condicionados por este. Zlatev (1997) combina a perspectiva biológica do significado com a tese da *corporização* (“embodiment”) *situada* e, mais recentemente (Zlatev 2003), propõe o conceito de *mimese* (uso intencional do corpo para fins representacionais) para a articulação entre o significado público e convencional e o significado privado e subjectivo. Tomasello (1999, 2003) investiga as origens culturais da cognição humana e desenvolve um modelo baseado no uso sobre a aquisição da linguagem. Bernárdez (2003) e neste volume explora as noções de *cognição colectiva* e *cognição-para-a-acção* e sugere que a maior parte da cognição humana depende da acção humana (pensar e fazer estão intimamente ligados, ao contrário do que a cultura ocidental faz acreditar).

Obviamente que há ainda um caminho interpretativo e descritivo a percorrer, sobretudo no sentido de uma maior integração de linguagem, cultura e cognição. As conferências plenárias dos congressos de Braga e de Logroño reflectem bem esta problemática e esta procura. Eis algumas das questões com as quais o linguista, em particular, e o cientista da cognição, em geral, se confrontam (ou continuam a confrontar-se), e que estão em foco nestes dois volumes. Até que ponto é que a linguagem e a cultura influenciam a conceptualização? E até que ponto é que a conceptualização varia entre culturas, comunidades ou mesmo indivíduos? Serão as diferenças de conceptualização entre línguas diferenças superficiais (combinações ou variações de esquemas universais), ou serão diferenças profundas? Poderemos dizer que existem conceitos universais, metáforas universais, sentimentos/emoções universais? Como articular a hipótese dos conceitos universais, empiricamente verificada por alguns autores da Linguística Cognitiva (Lakoff 1987, Lakoff & Johnson 1999), com os recentes resultados de estudos interlinguísticos, nomeadamente os do Grupo de Antropologia Cognitiva do Instituto Max-Planck, que demonstram que falantes de diferentes culturas conceptualizam domínios cognitivos básicos como o espaço de uma maneira completamente diferente (Levinson 2003), dando assim um novo crédito ao velho princípio da relatividade linguística? Como é que metáforas, imagens, protótipos e outros mecanismos cognitivos

que têm sido revelados ou confirmados pela Linguística Cognitiva se fundamentam tanto na mente dos indivíduos como nas representações culturais? Poderá a Linguística Cognitiva e poderão outras ciências cognitivas continuar com uma *metalinguagem* de base inglesa? Qual, enfim, a interpretação correcta do princípio da *corporização* ou *encarnação* (“embodiment”) e de que modos específicos esta filosofia, partilhada por várias ciências cognitivas, ilumina as relações entre linguagem, cultura e cognição?

5. Os contributos da presente obra

De praticamente todas as linhas de investigação em Linguística Cognitiva, de quase todas as áreas dos estudos linguísticos e sobre diferentes línguas e culturas (incluindo algumas não-indo-europeias) encontrará o leitor valiosos exemplos nos estudos reunidos neste dois volumes. Importantes e diversos fenómenos da cognição e da linguagem são tratados, como modelos cognitivos e modelos culturais, conceptualização e sistemas de estruturação conceptual, corporização, figura/fundo e mecanismos de proeminência e de atenção, metáfora e metonímia, espaços mentais e integração conceptual, categorização e protótipos, polissemia, imagens mentais, subjectivação e gramaticalização, intersubjectividade, estruturação do espaço, do movimento e do tempo, posse e existência, causação, emoções, entre outros. E, como contributo maior, as questões das relações entre linguagem, cultura e cognição estão no centro de muitos dos estudos.

De acordo com o foco principal de cada um, os 69 estudos reunidos nestes dois volumes são distribuídos por dez secções temáticas, embora alguns pudessem situar-se também noutros lugares da estrutura. A primeira parte, intitulada *Teoria e Modelos*, reúne as conferências plenárias de Enrique Bernárdez, Dirk Geeraerts, Ronald Langacker, Leonard Talmy e Arie Verhagen.

Seguem-se estudos sobre *Categorização e Léxico*, incidindo alguns sobre expressões idiomáticas e questões relacionadas com o significado lexical. A terceira parte, a mais extensa, compreende estudos sobre *Construções e Gramática*, nomeadamente construções com verbos cognoscitivos e emotivos, construções causativas, construções locativas,

construções transitivas (e a transitividade prototípica), construções de ponto de referência, construções com aproximativos, ordem de palavras, posição sintáctica do adjectivo, elevação de negação, categorias gramaticais e ainda estudos de fonologia cognitiva. Seguem-se estudos (alguns psicolinguísticos e tipológicos) dedicados à cognição espacial, conceptualização e estruturação de *Espaço e Movimento*, expressa em verbos, preposições, construções e outras categorias e incluindo o movimento *fictivo* e o movimento metafórico.

A quinta secção reúne estudos sobre *Metáfora, Metonímia e Integração Conceptual* (“blending”), a nível do léxico e da construção de alguns domínios semânticos, mas também a nível da gramática (formação de palavras) e do discurso (metonímia e inferência pragmática) e na construção de determinados discursos (arquitectura, canções de guerra, anúncios turísticos), e incluindo a questão da interacção destes mecanismos cognitivos figurados. A sexta secção ocupa-se da *Análise do Discurso* na sua (necessária) articulação com espaços mentais discursivos e outros processos cognitivos (processos de integração conceptual, subjectivação, ponto de vista) e incidindo sobre diversas categorias, como advérbios, introdutores de enquadramento discursivo, deícticos, interjeições e outros marcadores discursivos, e sobre discursos particulares, como o narrativo, a conversação ou o debate político eleitoral. Seguem-se três estudos sobre o texto literário, agrupados na secção de *Poética Cognitiva e Estudos Literários*.

As três últimas secções versam áreas e temáticas variadas, igualmente em expansão em Linguística Cognitiva: estudos de *Psicolinguística* e sobre *Linguagem Gestual*, trabalhos de *Linguística Computacional* e, finalmente, aportações das áreas da *Fenomenologia e Filosofia da Mente*.

Os estudos na perspectiva da Linguística Cognitiva não têm entre nós a projecção alcançada em diversos países. A obra que agora se publica, na sequência das que resultaram de dois encontros anteriores (Silva 2001 e Fátima & Silva 1999), constitui, também, um importante contributo para a Linguística Cognitiva em Portugal (e para o desejado diálogo com outras perspectivas e saberes) e naturalmente para a investigação, o ensino e a política da língua portuguesa.

Referências

- Barcelona, Antonio (ed.)
 2000 *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Barlow, Michael & Suzanne Kemmer (eds.)
 2000 *Usage-Based Models of Language*. Stanford: CSLI Publications.
- Bernárdez, Enrique
 1999 Some reflections on the origins of Cognitive Linguistics. *Journal of English Studies* 1: 9-27.
 2003 Social cognition: Variation, language, and culture. Conferência plenária apresentada no 8th *International Cognitive Linguistics Conference*. Logroño: Universidade de La Rioja. 20-25 Julho, 2003.
- Brandt, Per Aage
 2000 The architecture of semantic domains. A grounding hypothesis in Cognitive Semiotics. *Revista Portuguesa de Humanidades* 4: 11-51. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP.
 2001 Mental space networks and linguistic integration. In: Augusto Soares Silva (org.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, 63-76. Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa.
- Coulson, Seana & Todd Oakley (eds.)
 2000 *Conceptual Blending*. Special issue of *Cognitive Linguistics* 11-3/4.
- Croft, William
 2000 *Explaining Language Change. An Evolutionary Approach*. London: Longman.
 2001 *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- Croft, William & D. Alan Cruse
 2004 *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cuenca, Maria Josep & Joseph Hilferty
 1999 *Introducción a la Lingüística Cognitiva*. Barcelona: Ariel.
- Cuyckens, Hubert & Britta Zawada (eds.)
 2001 *Polysemy in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- Cuyckens, Hubert, René Dirven & John R. Taylor (eds.)
 2003 *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Damásio, António
 1995 *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
 2000 *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
 2003 *Ao Encontro de Espinosa. As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*. Martins: Publicações Europa-América.
- Deane, Paul D.

14 *Augusto Soares da Silva*

- 1992 *Grammar in Mind and Brain: Explorations in Cognitive Syntax*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Dirven, René & Ralf Pörrings (eds.)
 - 2002 *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Dirven, René, Roslyn Frank & Martin Pütz (eds.)
 - 2003 *Cognitive Models in Language and Thought. Ideology, Metaphors, and Meanings*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Dirven, René & Marjolijn Verspoor (eds.)
 - 2004 *Cognitive Exploration of Language and Linguistics*, 2^a ed. revista. Amsterdam: John Benjamins.
- Edelman, Gerald M.
 - 1992 *Bright Air, Brilliant Fire: On the Matter of the Mind*. New York: Basic Books. (trad. port. *Biologia da Consciência. As raízes do pensamento*. Instituto Piaget, 1995)
- Fauconnier, Gilles
 - 1985 *Mental Spaces*. Cambridge, MA: MIT Press.
 - 1997 *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fauconnier, Gilles & Mark Turner
 - 1996 Blending as a central process of grammar. In: Adele Goldberg (ed.), *Conceptual Structure, Discourse and Language*, 113-130. Stanford: CSLI Publications.
 - 1998 Conceptual Integration Networks. *Cognitive Science* 22-2: 133-187.
- Fillmore, Charles J.
 - 1985 Frames and the semantics of understanding. *Quaderni di Semantica* 6-2: 222-255.
- Geeraerts, Dirk
 - 1995 Cognitive Linguistics. In: J. Verschueren et al. (eds.), *Handbook of Pragmatics*, 111-116. Amsterdam: John Benjamins.
 - 1997 *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*. Oxford: Clarendon Press.
 - 1999 Idealist and empiricist tendencies in cognitive semantics. In: Theo Janssen e Gisela Redeker (eds.), *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope, and Methodology*, 163-194. Berlin: Mouton de Gruyter.
 - 2003 a Decontextualising and recontextualising tendencies in 20th century linguistics and literary theory. In: Ewald Mengel, Hans-Jörg Schmid e Michael Steppat (eds.), *Anglistentag 2002 Bayreuth*, 369-379. Trier: Wissenschaftlicher Verlag.
 - 2003 b 'Usage-based' implies 'variational'. On the inevitability of Cognitive Sociolinguistics. Conferência plenária apresentada no 8th *International Cognitive Linguistics Conference*. Logroño: Universidade de La Rioja. 20-25 Julho, 2003.
- Geeraerts, Dirk & Hubert Cuyckens (eds.)

- no prelo *Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
- Gibbs, Raymond W. & Gerard J. Steen (eds.)
1999 *Metaphor in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- Goldberg, Adele
1995 *Constructions. A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Hawkins, Bruce
2001 Incorporating tensions: On the treatment of ideology in Cognitive Linguistics. In: René Dirven, Bruce Hawkins e Esra Sandikcioglu (eds.), *Language and Ideology*, Vol. I: *Theoretical and Cognitive Approaches*, 1-22. Amsterdam: John Benjamins.
- Hiraga, Masako, Chris Sinha & Sherman Wilcox (eds.)
1999 *Cultural, Psychological and Typological Issues in Cognitive Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.
- Holland, Dorothy & Naomi Quinn (eds.)
1987 *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hopper, Paul J. & Elizabeth C. Traugott
1993 *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Janssen, Theo & Gisela Redeker (eds.)
1999 *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope, and Methodology*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Johnson, Mark
1987 *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Johnson, Mark & George Lakoff
2002 Why cognitive linguistics requires embodied realism. *Cognitive Linguistics* 13-3: 245-263.
- Lakoff, George
1987 *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
1993 The contemporary theory of metaphor. In: Andrew Ortony (ed.) *Metaphor and Thought*, 202-251. Cambridge: Cambridge University Press.
1996 *Moral Politics: What conservatives know that liberals don't*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Lakoff, George & Mark Johnson
1980 *Metaphors We Live By*. Chicago: The University of Chicago Press.
1999 *Philosophy in the Flesh: The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*. New York: Basic Books.
- Lamb, Sydney M.
1999 *Pathways of the Brain. The Neurocognitive Basis of Language*. Amsterdam: John Benjamins.
- Langacker, Ronald W.

- 1987 *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 1: *Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press.
- 1988 A usage-based model. In: Brygida Rudzka-Ostyn (ed.), *Topics in Cognitive Linguistics*, 127-161. Amsterdam: John Benjamins.
- 1990 *Concept, Image, and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- 1991 *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 2: *Descriptive Application*. Stanford: Stanford University Press.
- 1994 Culture, cognition, and grammar. In: Martin Pütz (ed.), *Language Contact and Language Conflict*, 25-53. Amsterdam: John Benjamins.
- 1997 The contextual basis of cognitive semantics. In: Jan Nuyts e Eric Pederson (eds.), *Language and Conceptualization*, 229-252. Cambridge: Cambridge University Press.
- 1999 a *Grammar and Conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- 1999 b Assessing the cognitive linguistic enterprise. In: Theo Janssen e Gisela Redeker (eds.), *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope, and Methodology*, 13-59. Berlin: Mouton de Gruyter.
- 2000 A dynamic usage-based model. In: Michael Barlow e Suzanne Kemmer (eds.) *Usage-Based Models of Language*, 1-63. Stanford: CSLI Publications.
- Lee, David
2002 *Cognitive Linguistics. An Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Levinson, Stephen C.
2003 *Space in Language and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MacLaury, Robert E.
1997 *Color and Cognition in Mesoamerica: Constructing categories as advantages*. Austin: University of Texas Press.
- Martins, Helena
2003 Sobre linguagem e pensamento no paradigma experiencialista. *Veredas. Revista de Estudos Lingüísticos* 6: 75-90. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Newmeyer, Frederick J.
1999 Bridges between generative and cognitive linguistics. In: Leon Stadler e Christoph Eyrich (eds.), *Issues in Cognitive Linguistics*, 3-19. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Oliveira, Roberta Pires de
2001 Language and ideology: An interview with George Lakoff. In: René Dirven, Bruce Hawkins e Esra Sandikcioglu (eds.), *Language and Ideology*, Vol. I, 23-47. Amsterdam: John Benjamins.
- Palmer, Gary B.
1996 *Toward a Theory of Cultural Linguistics*. Texas: University of Texas Press. (trad. esp. de Enrique Bernárdez, *Lingüística Cultural*. Madrid: Alianza Editorial, 2000)

- Panther, Klaus-Uwe & Günter Radden (eds.)
 1999 *Metonymy in Language and Thought*. Amsterdam: John Benjamins.
- Panther, Klaus-Uwe & Linda Thornburg (eds.)
 2003 *Metonymy and Pragmatic Inferencing*. Amsterdam: John Benjamins.
- Peeters, Bert
 2001 Does Cognitive Linguistics live up to its name? In: René Dirven, Bruce Hawkins e Esra Sandikcioglu (eds.), *Language and Ideology*, Vol. I, 83-106. Amsterdam: John Benjamins.
- Rakova, Marina
 2002 The philosophy of embodied realism: A high price to pay? *Cognitive Linguistics* 13-3: 215-244.
- Shore, Bradd
 1996 *Culture in Mind: Cognition, Culture, and the Problem of Meaning*. Oxford: Oxford University Press.
- Silva, Augusto Soares da
 1997 A Linguística Cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades* 1: 59-101. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP.
- 2001 O que é que a polissemia nos mostra acerca do significado e da cognição? In: Augusto Soares Silva (org.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, 147-171. Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa.
- 2003 O poder cognitivo da metáfora e da metonímia. *Revista Portuguesa de Humanidades* 7: 13-75. Braga: Faculdade de Filosofia da UCP.
- 2004 Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento. In: Alfredo Dinis e José M. Curado (orgs.), *Consciência e Cognição*, 79-96. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP.
- Silva, Augusto Soares da (org.)
 2001 *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa (2ª ed. 2003).
- Talmy, Leonard
 1983 How language structures space. In: Herbert Pick e Linda Acredolo (eds.), *Spatial Orientation: Theory, Research, and Application*, 225-282. New York: Plenum Press.
- 1988 Force dynamics in language and cognition. *Cognitive Science* 12: 49-100.
- 2000 *Toward a Cognitive Semantics*, 2 vols. Cambridge: The MIT Press.
- no prelo *The Attentional System of Language*. Cambridge: The MIT Press.
- Taylor, John R.
 1995 *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*. Oxford: Clarendon Press.
- 2002 *Cognitive Grammar*. Oxford: Oxford University Press.
- Tomasello, Michael

18 *Augusto Soares da Silva*

- 1999 *The Cultural Origins of Human Cognition*. Cambridge: Harvard University Press.
- 2003 *Constructing a Language: A Usage-Based Theory of Language Acquisition*. Cambridge: Harvard University Press.
- Traugott, Elizabeth Closs & Richard Dasher (eds.)
2002 *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Turner, Mark & Gilles Fauconnier
2002 *The Way we Think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*. New York: Basic Books.
- Ungerer, Friedrich & Hans-Jörg Schmid
1996 *An Introduction to Cognitive Linguistics*. London: Longman.
- Vilela, Mário & Fátima Silva (orgs.)
1999 *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva (Porto, 29/30 - 5 - 98)*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Zlatev, Jordan
1997 *Situated Embodiment: Studies in the Emergence of Spatial Meaning*. Stockholm: Gotab.
- 2003 Mimesis: The “missing link” between embodiment and situatedness. Comunicação apresentada no 8th *International Cognitive Linguistics Conference*. Logroño: Universidade de La Rioja. 20-25 Julho, 2003.

Webliografia de Linguística Cognitiva

- International Cognitive Linguistics Association*
<http://www.cognitivelinguistics.org/>
- 8th International Cognitive Linguistics Conference, Logroño 2003*
<http://www.unirioja.es/dptos/dfm/sub/congresos/LingCog/>
- 9th International Cognitive Linguistics Conference, Seoul 2005*
<http://www.iclc2005.org/>
- Asociación Española de Lingüística Cognitiva*
<http://www.um.es/lincoing/aelco/>
- Blending and Conceptual Integration*
<http://www.wam.umd.edu/~mturn/WWW/blending.html>
- Center for the Cognitive Science of Metaphor Online*
<http://philosophy.uoregon.edu/metaphor/metaphor.htm>
- Cognitive Cultural Studies*
<http://cogweb.english.ucsb.edu/>
- Conceptual Metaphor Home Page*
<http://cogsci.berkeley.edu/lakoff/>
- Construction Grammar*
<http://www.constructiongrammar.org/>
- Empirical Methods in Cognitive Linguistics*
<http://www.cit.cornell.edu/computer/email/using-lists/>
- Language, Culture, and Mind (Portsmouth, Julho 2004)*

<http://www.port.ac.uk/departments/academic/psychology/lcmconference>

Linguagem, Cultura e Cognição (Braga, UCP, Julho 2003)

<http://www.facfil.ucp.pt/LingCog>

Neural Theory of Language

<http://www.icsi.berkeley.edu/NTL/>

O poder cognitivo da metáfora e da metonímia

AUGUSTO SOARES DA SILVA

Universidade Católica Portuguesa – Braga

1. Introdução¹

A concepção tradicional da metáfora e da metonímia, entendidas como instrumentos linguísticos retóricos, deu lugar, nos últimos anos, a uma nova e promissora abordagem, que vê nestas duas formas de sentido figurado autênticos mecanismos cognoscitivos. Esta revolução foi iniciada, há pouco mais de duas décadas, por G. Lakoff e M. Johnson em *Metaphors We Live By* (1980), e tem ganho consistência no seio, sobretudo, da Linguística Cognitiva, tal como tem sido desenvolvida, predominantemente, por G. Lakoff, R. Langacker e L. Talmy. Estes primeiros anos do terceiro milénio têm trazido um balanço sobre a concepção cognitiva da metáfora e da metonímia, bem expresso em Gibbs & Steen, *Metaphor in Cognitive Linguistics* (1999); Panther & Radden, *Metonymy in Language and Thought* (1999); Barcelona, *Metaphor and Metonymy at the Crossroads* (2000); e Dirven & Pörings (2002), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*.

Este estudo tem um objectivo duplo. Por um lado, apresentar as principais linhas da teoria cognitiva contemporânea da metáfora e da metonímia, incluindo os desenvolvimentos mais recentes da teoria da integração conceptual (ou teoria do “blending”) e da teoria das metáforas primárias. Por outro lado, contribuir para uma avaliação crítica desta teoria, integrando na discussão questões tanto de hoje como de ontem mas nem sempre presentes, como a distinção entre literal e figurado, entre metáfora e não-metáfora, a primariedade cognitiva da metáfora e da metonímia, a sua

¹ Partes do presente estudo foram apresentadas em conferências proferidas na Universidade Eötvös Loránd de Budapeste (Abril 2002) e na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Abril 2002, Março 2003). Agradeço às respectivas audiências os comentários críticos e as reflexões a que me obrigaram.

convencionalização e a formação de conceitos. Ambos convergem, porém, para uma mesma finalidade: evidenciar o poder cognitivo da metáfora e da metonímia.

2. Metáfora e metonímia: fenómenos conceptuais

Tradicionalmente, metáfora e metonímia são consideradas “figuras de estilo” ou mecanismos de criação e ornamentação da linguagem e, conseqüentemente, a linguagem e o pensamento são concebidos como fundamentalmente “literais”. Esta perspectiva “tradicional” não deixa de estar presente nas três principais teorizações clássicas da metáfora – a rainha das figuras –, cujos termos-chave são comparação, substituição e interacção. A concepção *comparativista*, que remonta a Aristóteles, entende as metáforas como comparações implícitas entre uma expressão metafórica e uma paráfrase literal baseada numa analogia ou similaridade. A concepção *substitutiva*, extensiva à metonímia e a outras expressões figuradas, identifica uma metáfora quando uma expressão é usada em vez de outra literal equivalente. E a *teoria da interacção*, proposta por Black (1962, 1993), estabelece que o significado metafórico é o resultado do complexo de implicações ou interacção entre uma expressão metafórica, designada “foco”, e a sua “moldura” literal. Não obstante o pendor conceptual da última, ao reconhecer a especificidade cognitiva da metáfora, as três concepções acabam por considerar a metáfora como um fenómeno linguístico e por assumir uma distinção fundamental entre sentido literal e sentido figurado.

Esta é também a perspectiva das principais teorias formalistas da linguagem, tanto o estruturalismo como o generativismo. E também estas assumem as pressuposições da noção tradicional de ‘literal’: entre outras, as ideias de que a linguagem e o pensamento quotidianos e convencionais são literais, todos os conceitos podem ser compreendidos literalmente e somente a linguagem literal pode ser objectivamente verdadeira ou falsa².

Mas a metáfora e a metonímia são fenómenos conceptuais por natureza, processos e modelos cognitivos, constitutivos do nosso sistema conceptual, modos naturais de pensar e de falar, tanto na linguagem corrente como no discurso científico, radicados na experiência humana e responsáveis quer pela estruturação do pensamento, da linguagem

² Para uma discussão pormenorizada da noção tradicional de ‘literal’ e suas pressuposições e implicações, ver Lakoff (1986, 1994) e Gibbs (1994: cap. 2). Na linguagem corrente, *literal* e *literalmente* são usados com vários sentidos: entre outros, significado original, sem exagero ou adorno, fidelidade de representação, de maneira directa ou convencional. Tanto as teorias clássicas do sentido figurado como as

e da acção, quer pela inovação conceptual. Especificamente, a metáfora é um importante mecanismo cognitivo pelo qual domínios da experiência mais abstractos e intangíveis podem ser conceptualizados em termos do que é mais concreto e imediato. Esta deslocação para o plano do sistema conceptual de fenómenos tradicionalmente identificados na linguagem e relegados para um nível anormal e este reconhecimento da naturalidade e ubiquidade do pensamento metafórico e metonímico enformam a teoria cognitiva contemporânea da metáfora e da metonímia, inicialmente explorada no trabalho seminal de Lakoff & Johnson (1980), sugestivamente intitulado *Metaphors We Live By*, e depois em Lakoff (1987), enquadrando filosoficamente a nova abordagem, Lakoff (1993), breve resumo do que também é conhecido como Teoria Contemporânea da Metáfora, Lakoff & Turner (1989), Sweetser (1990), Gibbs (1994) e Lakoff & Johnson (1999), colocando a metáfora no centro da ciência cognitiva, entre outros, e muito recentemente em colectâneas organizadas por Gibbs & Steen (1999), Panther & Radden (1999), Barcelona (2000), Dirven & Pörings (2002) e Panther & Thornburg (2003). O papel que G. Lakoff tem desempenhado como principal promotor e sintetizador justifica a designação de abordagem *lakoviana* da metáfora. Está aqui um dos pilares da Linguística Cognitiva³.

Metaphor is for most people a device of the poetic imagination and the rhetorical flourish – a matter of extraordinary rather than ordinary language. Moreover, metaphor is typically viewed as characteristic of language alone, a matter of words rather than thought or action. For this reason, most people think they can get along perfectly well without metaphor. We have found, on the contrary, that metaphor is pervasive in everyday life, not just in language but in thought and action. Our ordinary conceptual system, in terms of which we both think and act, is fundamentally metaphorical in nature (Lakoff & Johnson 1980: 3)

teorias formalistas da linguagem partem de um conceito apriorístico de *literal*, entendido em termos de “modelo cognitivo idealizado” de linguagem e pensamento (Lakoff 1986).

³ Alguém cuja familiaridade com a Linguística Cognitiva esteja limitada aos estudos de Lakoff e seus associados ficará com a impressão (errada) de que a Linguística Cognitiva é o estudo da metáfora. Não deixa de ser interessante verificar que os outros dois expoentes da Linguística Cognitiva, designadamente R. Langacker e L. Talmy, embora reconheçam na metáfora um importante mecanismo cognitivo, não a colocam no centro das suas investigações.

Para além dos congressos e publicações da Associação Internacional de Linguística Cognitiva (ICLA, sigla original), fundada em 1989, um outro fórum de investigação cognitiva da metáfora são os congressos, também bianuais, sobre “Researching and Applying Metaphor” (RAAM), celebrados desde 1995, e que têm congregado contributos provenientes da linguística, da psicologia cognitiva, da neuropsicologia e da inteligência artificial.

Uma das evidências desta concepção cognitiva do sentido figurado é justamente linguística e encontra-se na quantidade, sistematicidade e ubiquidade de expressões metafóricas e metonímicas da própria linguagem corrente. Expressões tão banais como *ideias indefensáveis*, *preços altos*, *conquistou-o com o seu sorriso*, *deixou-nos / foi para a sua última morada*, *custar os olhos da cara*, *ver/ler com outros olhos*, *passe-me a água*, *por favor* não podem interpretar-se literalmente, revelando o poeta que cada um de nós leva dentro de si ou a “poética da mente” (Gibbs 1994). E fenómenos estruturais da linguagem como a categorização, a polissemia, a mudança semântica, a gramaticalização, a pragmatização resultam de e/ou processam-se com a metáfora e a metonímia. Na linguagem de todos os dias, temos que fazer referência a conceitos abstractos como o tempo, as relações interpessoais ou a própria vida, e fazemo-lo habitualmente em termos metafóricos: conceptualizamos e verbalizamos o tempo em termos espaciais, a vida como uma viagem, as teorias intelectuais e científicas como edifícios, a discussão como guerra, etc. (Lakoff & Johnson 1980, 1999).

Outras evidências são psicológicas: Gibbs (1994) e Katz, Cacciari, Gibbs & Turner (1998) mostram que o processamento e a interpretação do sentido figurado podem ser independentes do sentido literal e que as metáforas e metonímias conceptuais desempenham um papel fundamental na aprendizagem, na interpretação consciente e na compreensão rápida e geralmente inconsciente de muitos tipos de linguagem convencional e inovadora.

Daqui a necessidade em distinguir entre *metáforas* e *metonímias conceptuais* ou *conceitos metafóricos* e *metonímicos*, por um lado, e *metáforas* e *metonímias linguísticas* ou *expressões metafóricas* e *metonímicas*, por outro. As primeiras são esquemas ou padrões do sistema conceptual, sob as formas X É Y (metáfora), em que X é (um elemento de) o domínio-alvo e Y (um elemento de) o domínio-origem, e X ESTÁ POR Y (metonímia)⁴, ao passo que as últimas são realizações (instanciações) linguísticas desses padrões de conceptualização. Tipicamente, uma mesma metáfora conceptual e uma mesma metonímia conceptual realizam-se (instanciam-se), respectivamente, em diferentes expressões metafóricas e metonímicas. Assim, *ideias indefensáveis*, bem como *atacar todos os pontos fracos*, *destruir a sua argumentação*, *utilizar as melhores estratégias para defender as suas ideias*, e *deixou-nos / foi para a sua última morada*,

⁴ É frequente, em Semântica Cognitiva, enunciar assim as metáforas e metonímias conceptuais ou, de forma mais compreensiva, e como a seguir se verá, DOMÍNIO-META É DOMÍNIO-ORIGEM, no caso da metáfora, e (SUB)DOMÍNIO DESTACADO ESTÁ POR (SUB)DOMÍNIO NÃO-DESTACADO, para a metonímia.

bem como *seguir a sua vida, desencaminhar-se, perder o norte, vir/chegar ao mundo*, são diferentes realizações da língua portuguesa, com expressões equivalentes em muitas outras línguas, das metáforas conceptuais DISCUSSÃO É GUERRA e A VIDA É UMA VIAGEM, respectivamente. E *passe-me a água, por favor* é uma realização da metonímia conceptual CONTEÚDO POR CONTINENTE, assim como *beber um copo* instancia a metonímia conceptual inversa CONTINENTE POR CONTEÚDO. É sobretudo no plano da realização linguística que se distinguem entre metáforas e metonímias *convencionais* e metáforas e metonímias *criativas* ou *literárias*, sendo que estas são extensões (realizações inovadoras) de metáforas e metonímias conceptuais, por natureza convencionais, generalizadas (Lakoff & Turner 1989). Por outro lado, se muitas metáforas e metonímias conceptuais são realizadas na linguagem (corrente, literária ou outra), as mesmas e outras poderão manifestar-se através de formas não-verbais (por exemplo, gestos: McNeill 1992) e haverá outras que ainda não foram verbalizadas. Também este facto é uma evidência da natureza não exclusivamente linguística mas fundamentalmente *conceptual* da metáfora e da metonímia.

Mas esta teoria contemporânea da metáfora e da metonímia, que a seguir explanaremos, não é inteiramente nova. A ideia da ubiquidade da metáfora ou a da natureza fundamentalmente metafórica de muitos dos nossos conceitos básicos foi já reconhecida pelo filósofo John Locke (1689) e pelo retórico Du Marsais (1730), como assinalam Nerlich & Clarke (2002), numa viagem ao passado de muitos antecedentes da moderna teoria cognitiva da metáfora e de muitos outros temas da semântica cognitiva. Também Jäkel (1999) alerta para a ascendência de muitos aspectos da teoria cognitiva da metáfora, salientando a originalidade das considerações dos filósofos Kant e Blumenberg e do linguista, também alemão, Harald Weinrich.⁵

Por outro lado, a Teoria Contemporânea da Metáfora na sua versão lakoviana, conhecida também como Teoria da Metáfora Conceptual, tem recentemente recebido importantes contributos e mesmo algumas revisões críticas. Os mais relevantes, a que faremos também referência, são a Teoria da Integração Conceptual (ou Teoria do "Blending"), desenvolvida por G. Fauconnier e M. Turner (Turner & Fauconnier 2002, para a apresentação mais recente) e a Teoria das Metáforas Primárias de Grady (1997a).

⁵ Amaral (2001) expõe os contributos da teoria cognitiva da metáfora enquanto reformulação de questões recorrentes na teorização clássica, particularmente os conceitos de transferência e de analogia, tradicionalmente definitórios da metáfora.

3. Do literal ao figurado

À parte os erros, já referidos, da distinção tradicional entre linguagem literal e linguagem figurada, em particular a falácia da noção tradicional de sentido/linguagem *literal*, haverá alguma possibilidade de reestabelecer ou reformular esta mesma distinção, psicologicamente real? Esta é uma questão ainda não satisfatoriamente explorada pela teoria cognitiva do sentido figurado, não obstante os valiosos contributos psicolinguísticos de Gibbs (1994) e Katz, Cacciari, Gibbs & Turner (1998). Assumindo, com Lakoff (1993) e Gibbs (1994), a não existência de uma distinção fundamental entre literal e figurado, convirá ao mesmo tempo reinterpretar a oposição em termos de um *continuum* e procurar os factores de figuratividade.

Adaptando o exemplo dado por Taylor (1995: 136-139) e Radden (2002: 409), o Quadro 1 ilustra diferentes usos do adjectivo atributivo *alto* e a sua transição gradual da literalidade para diferentes estádios e graus de figuratividade.

literal		metonímico		metafórico
(1) <i>edifício alto</i> <i>tecto alto</i>	(2) <i>maré alta</i>	(3) <i>temperatura alta</i>	(4) <i>preços altos</i>	(5) <i>alta qualidade</i>

Quadro 1. *Continuum* literal-figurado

Em (1), *alto* é usado literalmente para designar um grau superior (acima da média) da escala de verticalidade, quer no sentido extensional (*edifício alto*) quer no sentido posicional (*tecto alto*), mas o mesmo já não acontece, num crescendo de figuratividade, em (2)-(5). O uso de *alto* em (2) é parcialmente metonímico, pois refere-se quer à dimensão vertical quer à dimensão horizontal, realizando a metonímia ACIMA POR ACIMA E MAIS; e em (3) é inteiramente metonímico, já que *alto* substitui uma outra entidade do mesmo domínio, isto é, a escala da verticalidade é usada em vez da escala da temperatura, actualizando, assim, *alto* a metonímia ACIMA POR MAIS ou, mais genericamente, EFEITO PELA CAUSA, no sentido de que a temperatura quente faz subir o termómetro. O adjectivo *alto* em (4), bem como a expressão *subida de preços*, oscila entre uma leitura metonímica e uma leitura metafórica: no primeiro caso, a interpretação faz-se por representação gráfica do preço sob a forma de uma linha a subir traçada num

gráfico e a metonímia é do tipo COISA PELA SUA REPRESENTAÇÃO, ou então pela metonímia ACIMA POR MAIS, correlacionando o preço à quantidade de dinheiro despendido; no segundo caso, a interpretação faz-se, não por contiguidade, mas por similaridade entre ‘altura’ de um preço e ‘quantidade’ de dinheiro, segundo a metáfora MAIS É ACIMA. Finalmente, em (5) *alto* diz respeito a uma escala perfeitamente distinta, a de avaliação (axiológica), cujo ponto mais alto é ‘bom’, realizando assim a metáfora BOM É ACIMA.

Aplicando o modelo de aquisição e desenvolvimento das “cenas primárias” e das “metáforas primárias” proposto por Grady (1997a) e Grady & Johnson (2002) – a que mais adiante faremos referência (secção 6) –, em particular a noção de “(de)conflation” conceptual, podemos interpretar este *continuum* em termos de integração/desintegração de conceitos, neste caso, os conceitos ACIMA e, entre outros, MAIS. O estágio literal corresponde à experiência de um conceito único, aqui, a verticalidade e, mais concretamente, o conceito de ACIMA. O estágio parcialmente metonímico corresponde ao da “conflation” (ACIMA + MAIS), aplicado a uma “cena primária”, tal como a de ver a subida de nível de um fluido num contentor, simultânea e intimamente associada ao aumento de quantidade desse fluido. A metonímia parcial ocorre quando uma das manifestações da cena, neste caso, a subida do nível, é tomada em vez do conceito “conflated” como um todo. O estágio totalmente metonímico corresponde ao da percepção das diferentes manifestações da cena como conceitos distintos, isto é, ao da “deconflation” (ACIMA | MAIS). E o estágio metafórico corresponde a um desenvolvimento posterior em que as duas manifestações da cena passam a ser vistas como conceitos distintos pertencentes, não a um mesmo domínio conceptual, como no estágio anterior, mas a diferentes domínios conceptuais, isto é, à desintegração plena de (ACIMA) e (MAIS). Metáforas que resultam de cenas primárias e envolvem conflation e deconflation, como MAIS É ACIMA, são classificadas por Grady (1997a) como “metáforas primárias”.

Dirven (1993), revisto em Dirven (2002), elabora um *continuum* literal-figurado mais extenso, distinguindo 9 estádios, sendo, dos oito não-literais, quatro não-figurativos e outros quatro figurativos. O critério é o da *distância conceptual* entre o elemento ‘nomeado’ e o elemento ‘intendido’, maior nos casos figurados, máxima na metáfora, e menor nos não-figurados, metonímicos e pré-metonímicos. Essa distância não existe em (1) *pôr o carro na garagem*, exemplo de literalidade. Ela é reduzida em casos não-literais e não-figurados como (2) *lavar o carro* (lavar a carroçaria) ou *encher*

o carro (encher o depósito de combustível) e, um pouco maior, em (3) *passar pela porta* (passar pela abertura da porta), casos não-literais e não-figurados, ambos “pré-metonímicos”, constituindo o primeiro um exemplo do que Cruse (1986: 52) classifica como “modulação contextual” e o segundo o que Taylor (1995: 124) designa como “variação de *enquadramento*”. A distância é já maior em (4) *diferentes partes do país usam diferentemente a palavra ‘vermelho’*, em virtude da não coincidência nem física nem funcional entre o elemento nomeado (regiões do país) e o elemento intendido (grupos de habitantes) – um caso que Dirven classifica como “metonímia linear”, ainda não-figurativo e o grau mais baixo de metonimicidade. A distância conceptual sobe nos usos metonímicos de (5) *escola* (‘aulas’, ‘corpo docente’, ‘faculdade universitária’) e (6) *a Coroa* (‘realeza, monarquia’), sendo o primeiro ainda não-figurativo, em virtude da grande proximidade conceptual de cada uma daquelas partes e o conceito básico ‘instituição de ensino’, mas, ao contrário dos anteriores (1)-(4) e à semelhança dos posteriores (6)-(9), constituindo um caso de polissemia. Bem maior e crescente é a distância conceptual de (7) *boa cabeça*, (8) *knock somebody for* (‘criticar’) – uma metáfora não-transparente (perdeu-se a ligação com o sentido literal de *knock* ‘bater em, colidir’) e baseada numa metonímia, caso que Riemer (2002) classifica como “pós-metonímia” –, e finalmente de qualquer metáfora, como (9) *cabeça da organização*, havendo ainda lugar para distinguir diferentes graus de metaforicidade. Nestes três últimos estádios, o elemento nomeado pertence ao domínio físico e o intendido é do domínio abstracto, pelo que a distância conceptual entre os dois elementos é naturalmente acentuada e mais “completa” no último, em virtude da distintividade de domínios conceptuais envolvidos, característica da metáfora.

Também Croft (1993: 349), na sua distinção entre metáfora e metonímia em termos de diferentes operações mentais envolvendo domínios conceptuais, considera casos do tipo *livro pesado* (no sentido literal de muito peso) e *livro de histórias* como variações semelhantes à metonímia mas, e ao contrário de Taylor (1995: 124), distintas desta porque não-figuradas, visto que o que estas duas expressões destacam são diferentes domínios ‘primários’ intrinsecamente constitutivos do conceito de *livro* (o domínio do objecto e o domínio do conteúdo).

Sendo a metonímia e a metáfora tradicionalmente definidas com base nas relações de contiguidade e similaridade, respectivamente, será pois necessário distinguir entre contiguidade e similaridade figurativas e contiguidade e similaridade não-figurativas.

As variações ilustradas nos exemplos dados acima de *carro*, *porta*, *livro*, *maré alta* resultam de uma contiguidade não-figurativa e não-metonímica (ou pré-metonímica, segundo Dirven). De acordo com Dirven (1993), *diferentes partes do país usam diferentemente a palavra 'vermelho'* e os usos de *escola* designando 'aulas' e 'corpo docente' envolvem contiguidade não-figurativa e metonímica, com a diferença de que o segundo constitui um caso típico de polissemia ('aulas' e 'corpo docente' são diferentes sentidos da palavra *escola*, metonimicamente associados ao seu sentido básico de 'instituição de ensino'), ao contrário do primeiro. Assim, a metonímia pode envolver quer sentido não-figurado, como em *escola* ou em *cidade* (por 'habitantes'), quer sentido figurado, como em *boa cabeça* (por 'inteligência'). Exemplo de similaridade não-figurativa e não-metáforica é a associação de pinguim a pomba, por exemplo, como igualmente membro da categoria *ave*, e o mesmo acontece em muitos casos de categorização por semelhança com o protótipo. Já a similaridade que está na base da expressão *ave rara*, atribuída a uma pessoa, essa é figurativa e metáforica. Dificilmente haverá similaridade não-figurativa metáforica, o mesmo é dizer metáfora envolvendo sentido não-figurado. Mas há com certeza similaridade metáforica não-polissêmica, ao contrário do que o *continuum* desenhado por Dirven (2002: 107) pode deixar entender.

Quanto aos processos de extensão semântica de uma categoria ou polissemização, há ainda, para além da metonímia e da metáfora, a especialização e a generalização: retomando a categoria *escola*, o primeiro está representado nos usos 'faculdade universitária' e 'curso especial' e o segundo em 'escola de artistas' e 'escola de pensamento'. E estes processos poderão acompanhar ou ser acompanhados pela metonímia ou pela metáfora.

Mas quais são, afinal, os factores de figuração? A resposta não é fácil. A noção tradicional de *transferência* ou *transporte* de elementos é hoje, na teoria cognitiva, substituída pela de *projecção* ("mapping")⁶ de estruturas, mas o processo de transferência ou de projecção não é exclusivo da metáfora e da metonímia, como o mostra a teoria da *integração conceptual* ("blending"), desenvolvida por Fauconnier e Turner, a que a seguir faremos referência. O critério da *distância conceptual* de Dirven (1993) – "figurative meaning only arises – or at least can arise – if the conceptual distance between the two (sub)domains or things referred to is large enough" (Dirven

⁶ "Mapping" é aqui usado em sentido matemático de uma correspondência entre dois conjuntos que atribui a cada elemento do primeiro um homólogo no segundo (Fauconnier 1997: 1). Em sentido mais

1993: 18) –, embora intuitivo, é vago. E vago é também o critério de Croft (1993) ao considerar que a operação de destaque (“highlighting”) de um elemento por outro numa mesma *matriz de domínios* é metonímica quando esse elemento é de um domínio *secundário*, mas quando releva de uma faceta intrínseca ou de um domínio *primário* é não-metonímica e não-figurada.

Num estudo sobre formação de conceitos, Bartsch (2002) considera que a metáfora e a metonímia envolvem, não somente um processo de *projectão*, mas também uma *mudança de perspectiva*, que torna possível essa projecção estrutural; pelo contrário, especialização e generalização de conceitos processam-se sob a mesma perspectiva, que se torna mais ou menos específica. Por *perspectiva* entende Bartsch um conceito de segunda ordem para todos os conceitos que nela cabem (por exemplo, 'ter dores', 'sentir náuseas', 'ser saudável', etc. entram na perspectiva da saúde), e a linguagem figurada ocorre quando se passa de uma perspectiva normal para uma perspectiva diferente. É o caso, por exemplo, do uso (metafórico) de *leão* referindo-se a um ser humano, em que a mudança se dá da perspectiva de uma espécie de animal, sob a qual os leões contrastam com outras espécies de animais, para a perspectiva do comportamento em situações adversas ou perigosas, pela qual um aspecto típico do comportamento do leão é projectado no domínio do ser humano. E mudança de perspectiva também ocorre na expressão (metonímica) *o fígado do terceiro piso*, em contexto hospitalar, no sentido do órgão do corpo humano para o paciente. Todavia, *mudança de perspectiva* também existe em variações referidas acima como não-figuradas e/ou não-metonímicas.

Ou seja, *transferência*, *projectão*, *distanciamento conceptual*, *mudança de perspectiva* são manifestações perfeitamente intuitivas de linguagem figurada, metonímica e metafórica, mas não parecem ser suficientes como elementos definitórios da produção e interpretação da linguagem figurada. Assim, as diferentes reformulações cognitivas da noção tradicional de *transferência* ainda não são devidamente explicativas do processo de figuração.

Do ponto de vista da compreensão da linguagem configurada, Giora (1997) procura demonstrar, em acordo apenas parcial com a teoria cognitiva da metáfora e da metonímia, que a distinção relevante não é a divisão literal/figurado mas o *continuum* saliente/não-saliente, sendo a saliência de uma palavra ou expressão uma função da sua

estrito, trata-se de uma projecção de uma estrutura noutra em que a estrutura projectada impõe os (alguns dos) seus elementos internos aos seus homólogos no outro (Barcelona 2002: 225).

convencionalidade, familiaridade, frequência ou estatuto num determinado contexto. Assim, são os significados mais salientes quer de expressões literais quer de expressões figuradas que são processados primeira e directamente. A ser verdade esta hipótese psicolinguística, o princípio defendido pela teoria cognitiva de que o significado figurado é processado directamente sem ser necessário activar o respectivo sentido literal (p.ex., Gibbs 1994) só se confirma quando esse sentido figurado é saliente, o que acontece, por exemplo, com as expressões idiomáticas convencionalizadas, cujo significado saliente é figurado. Mas quando o significado intendido não é saliente, como acontece com o sentido figurado de metáforas novas, o sentido literal de expressões idiomáticas convencionalizadas ou uma nova interpretação de uma expressão literal convencionalizada, então o respectivo processamento não é directo mas, e de acordo com as teorias clássicas da oposição literal/figurado (p.ex., Searle 1979), sequencial, isto é, primeiramente é processado o sentido mais saliente (literal ou figurado, conforme os casos) e só depois o sentido intendido. E quando significados alternativos de uma expressão são igualmente salientes, como os sentidos figurado e literal das metáforas convencionalizadas, então o processamento é paralelo, isto é, ambos os sentidos são processados inicialmente.

4. Contrastando metáfora e metonímia

À primeira vista, metáfora e metonímia são semelhantes, na medida em que tanto uma como outra representam uma conexão entre duas entidades na qual um termo é substituído por outro. E até em termos da moderna teoria cognitiva, metáfora e metonímia descrevem, ambas, *projeções* (“mappings”) conceptuais sistemáticas de um domínio-origem para um domínio-meta, experiencialmente motivadas. Estas e outras semelhanças entre metáfora e metonímia (ambas são fenómenos conceptuais, processos de projecção, podem ser convencionalizadas e são mecanismos de extensão dos recursos limitados da linguagem) propiciam a falta de consenso, tanto ontem como hoje, na divisão das águas metafóricas e metonímicas, e mesmo curiosas (con)fusões. Para Searle (1979) e Genette (1980), por exemplo, assim como para Aristóteles⁷, a

⁷ Aristóteles define metáfora como “transportar para uma coisa o nome de outra, ou do género para a espécie, ou da espécie para o género, ou da espécie de uma para a espécie de outra, ou por analogia”

metonímia é um tipo de metáfora, ao passo que o núcleo de retóricos de Liège, conhecido por *Grupo μ* , subsumiu a metáfora e a metonímia na sinédoque. Mas Jakobson (1956), Ullmann (1962) e, já antes destes, Roudet (1921)⁸ postulam uma oposição fundamental entre metáfora e metonímia. E entre autores da semântica cognitiva, enquanto uns insistem na oposição, como Dirven (1993), outros, como Goossens (1990), preferem focalizar o *continuum* metáfora-metonímia – uma das ideias mais destacadas da investigação mais recente em linguística cognitiva sobre metáfora e metonímia –, e ainda outros vêm na metonímia primariedade cognitiva sobre a metáfora, como Barcelona (2000)⁹.

Na literatura contemporânea sobre a distinção entre metáfora e metonímia destacam-se duas interpretações. Uma, mais antiga, incide na natureza da relação de associação e descreve a distinção com base na oposição entre similaridade e contiguidade. A outra, recentemente desenvolvida no quadro da semântica cognitiva, explica a distinção em termos do âmbito da extensão envolvida tendo por ponto de referência o conceito de *domínio* experiencial ou conceptual (Langacker 1987: cap. 4).

Admite-se geralmente que a metáfora se baseia numa relação de *similaridade*, ao passo que a metonímia assenta numa relação de *contiguidade*. Esta distinção tem por base a classificação psicológica tradicional das relações de associação de ideias (similaridade, contraste e contiguidade) e remonta, pelo menos, à aplicação linguística destas associações psicológicas na classificação das mudanças semânticas, feita primeiro por Roudet (1921) e depois por Ullmann (1951, 1962), bem como à mais popular aplicação não-diacrónica de Jakobson (1956) daquelas associações semânticas e da dicotomia saussuriana formal paradigmático/sintagmático às estratégias de comunicação dos afásicos em paralelismo com a metáfora e a metonímia (donde a correlação entre relação paradigmática, similaridade e metáfora, por um lado, e relação sintagmática, contiguidade e metonímia, por outro)¹⁰.

Mas nem sempre as relações de similaridade/contiguidade são devidamente entendidas. Na tradição estruturalista, elas são geralmente interpretadas como relações

(*Poética*, 1457b 6-9), incluindo assim na mesma definição os conceitos (posteriores) de sinédoque e metonímia, respectivamente.

⁸ Sobre o pioneirismo de Léonce Roudet, ver Koch (1999) e Blank (1999).

⁹ Curiosamente, a publicação mais recente de abordagem cognitiva da metáfora e da metonímia, um monumental volume organizado por Dirven & Pörings (2002), distribui a maior parte das diferentes contribuições justamente por uma secção de contrastes e por outra de interacções.

¹⁰ Sobre esta tradição linguística associacionista e jakobsiana, ver sobretudo Koch (1999) e Blank (1999). Com ela se cruzam a tradição retórica e a filosófica (sobre esta última, ver Black 1962 e Searle 1979 e a “teoria da similaridade” na explicação da metáfora).

do mundo real entre referentes e/ou como relações linguísticas: relações entre *signos* linguísticos, para Jakobson (1956), ou relações entre *sentidos* de *palavras*, para Ullmann (1962). Raramente relações entre conceitos, sendo por isso de assinalar a concepção excepcional de Roudet (1921), que fala de mudanças resultantes de associações por similaridade/contiguidade entre *ideias*. Ora, as associações que estão na base da metáfora e da metonímia não são necessariamente *reais*, nem linguísticas: resultam do conhecimento do mundo (e não do conhecimento das palavras) e são de ordem mental, sendo algumas puramente mentais¹¹. Mesmo até a contiguidade espacial entre, por exemplo, ‘recipiente’ e ‘conteúdo’ ou entre *cara* e *nariz* deve ser considerada como conceptual, no sentido de que essas relações espaciais são apreendidas através dos nossos “modelos cognitivos” sobre os recipientes e sobre as partes do corpo humano e suas posições normais, respectivamente. Consequentemente, *contiguidade* deve entender-se num sentido amplo, compreendendo não apenas a proximidade espacial, mas várias associações nos domínios espacial, temporal e causal. Assim, diferentes tipos de associações, como continente-conteúdo, parte-todo, antecedente-consequente, objecto-propriedade, causa-efeito, etc. podem ser categorizadas como contíguas.

É com esta reinterpretação de similaridade/contiguidade em termos de relações *conceptuais* ou *conceptualizadas* – com maior necessidade para a contiguidade, visto que esta mais facilmente se pode entender como relação referencial – que alguns autores da semântica cognitiva estabelecem a distinção entre metáfora e metonímia: entre outros, Dirven (1993), Blank (1999), Koch (1999) ou Feyaerts (1999, 2000). Dirven (1993: 14) afirma que “contiguity cannot be based on any form of objective or ‘natural’ contiguity. This has the far-reaching implication that contiguity must be taken to mean ‘conceptual contiguity’”. Menos radicalmente, Taylor (1995: 124) diz que “entities need not be contiguous, in any spatial sense” e Feyaerts (1999: 320) assevera que “the primary and decisive criterion for the distinction between metonymy and metaphor resides in the nature of the conceptual relationship (contiguity vs. similarity)”.

Todavia, o conceito de *contiguidade conceptual* exige outros esclarecimentos. Trata-se de uma relação conceptualmente não necessária ou *contingente*. Por exemplo, a relação entre ‘recipiente’ e ‘líquido’ é contingente neste sentido, já que qualquer um destes conceitos pode ser focalizado sem necessariamente implicar o outro, pelo que

¹¹ Há aqui uma certa assimetria a observar: enquanto a similaridade não implica que entidades similares o sejam *objectivamente*, já que pode existir apenas na mente das pessoas, entidades relacionadas por

esta relação pode ser metonimicamente explorada, donde *beber um copo*. Pelo contrário, a relação hponímica, como a que existe entre *rosa* e *flor*, não é contingente, já que uma rosa é, por definição, uma flor. Por isso mesmo, numa expressão como *comprar rosas* o conceito ‘rosa’ implica necessariamente o conceito ‘flor’. Por outro lado, há que distinguir a contiguidade da especialização e generalização, igualmente responsáveis pela formação de novos sentidos ou conceitos: estas relações hierárquicas não envolvem uma certa incompatibilidade semântica ou, nas palavras de Bartsch (2002), uma “mudança de perspectiva”, características daquela. Por seu lado, nem toda a relação de *similaridade* é metafórica: como já foi referido na secção anterior, a similaridade entre o ‘pinguim’ e o ‘pardal’ que está na base da categorização daquele como membro de *ave* não é metafórica, ao passo que a similaridade que está na base da expressão *ave rara*, atribuída a uma pessoa, essa já é metafórica. Embora não seja fácil precisar os limites entre a similaridade metafórica (figurativa) e a similaridade não-metafórica (ou literal), a primeira implica, como vimos na secção anterior, uma grande distância e um grande contraste conceptuais.

No contexto do *modelo da rede* (“network model”) de categorização popularizado por Langacker (1987/1991), a contiguidade metonímica e a similaridade metafórica são relações de *extensão*. Destas se distinguem as relações de *esquematização* (generalização) e *especificação*: naquelas existe um certo conflito ou incompatibilidade semântica que não existe nestas. Um terceiro tipo de relação de categorização é a de *similaridade mútua*, como a que se dá (adaptando o exemplo do verbo *run* ‘correr’, dado por Langacker) entre o ‘correr’ do cão e o ‘correr’ do cavalo, distinta da extensão, como entre o ‘correr’ da pessoa e o ‘correr’ do animal, pela ausência de direcção.

Como princípios de formação de conceitos e, consequentemente, de polissemização, explica Bartsch (2002) que similaridade e contiguidade envolvem diferentes áreas de entidades: o princípio de similaridade diz respeito a propriedades de objectos e situações, ao passo que o princípio de contiguidade incide sobre indivíduos e eventos, dando assim lugar a conceitos *históricos*, especialmente conceitos de eventos particulares e de indivíduos.

Associando e pesando a natureza e a função das relações conceptuais subjacentes à metáfora e à metonímia, Feyaerts (2000: 60-65) aponta a seguinte assimetria, sistematizada no Quadro 2 (as linhas destacadas indicam um alto grau de proeminência

contiguidade pode dizer-se que são contíguas num sentido *objectivo*, pois interagem ou coocorrem na realidade, e não apenas na mente.

do respectivo atributo): na metáfora, é mais saliente a dimensão funcional de estabelecer “raciocínio imagético” do que a dimensão ontológica da relação de similaridade, ao passo que na metonímia é mais importante a dimensão ontológica da relação de contiguidade do que a dimensão funcional da mudança referencial.

	Metáfora	Metonímia
função da relação conceptual	“raciocínio imagético”	mudança referencial
natureza da relação conceptual	similaridade	contiguidade

Quadro 2. Metáfora vs. metonímia

Passemos à segunda interpretação acima referida, inteiramente desenvolvida no quadro da Linguística Cognitiva. Desde há mais de duas décadas que, predominantemente, George Lakoff e Mark Johnson (Lakoff & Johnson 1980, 1999, Lakoff 1987, 1990, 1993, Johnson 1987, Lakoff & Turner 1989), seguidos por, entre outros, Sweetser (1990) e Gibbs (1994), estabelecem a distinção basicamente nos seguintes termos: a metáfora envolve domínios conceptuais (*experienciais*) distintos, como uma *projecção* (“mapping”), por uma série de correspondências conceptuais ontológicas e epistémicas, da estrutura de um domínio (*origem*) num outro (*alvo*), passando este a ser entendido em termos daquele, ao passo que a metonímia envolve um mesmo domínio conceptual (*experiencial*), em que um subdomínio é tomado em vez de um outro (ou por todo o domínio ou este por um dos seus subdomínios)¹².

Procurando desenvolver esta distinção, explica Croft (1993) que a metonímia se caracteriza por uma *salientação de domínios* (“domain highlighting”), uma activação mental de um (sub)domínio pouco saliente por referência a outro mais saliente – em termos de Langacker (1984, 1993, 1999), *zona activa* (ZA) e *ponto de referência* (PR), respectivamente –, ao passo que o que é próprio da metáfora é uma *projecção de domínios* (“domain mapping”). A Figura 1 permite visualizar esta distinção.

¹² Lakoff & Turner (1989: 103) estabelecem três elementos distintivos: (i) a metáfora envolve dois domínios conceptuais, ao passo que a metonímia envolve apenas um; (ii) a metonímia, mas não a metáfora, envolve a relação ‘stand-for’; a metáfora permite compreender o domínio-alvo em termos do domínio-origem, ao passo que a função da metonímia é primariamente referencial.

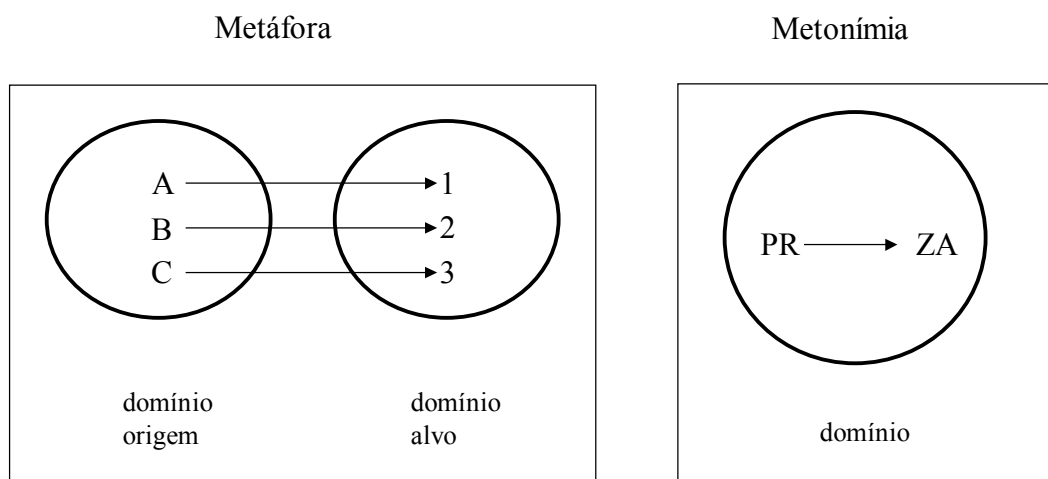


Figura 1. Metáfora vs. metonímia

Por exemplo, a bem conhecida metáfora conceptual COMPREENDER É VER, instanciada em expressões como *agora estou a ver o que me queres dizer, lançar luz sobre o problema, pensamento claro/obscuro*, processa-se na base de várias sub-projecções de atributos, entidades e proposições do domínio experiencial da visão para o domínio experiencial da compreensão. Entre muitas outras sub-projecções ou correspondências, estão as seguintes: o acto de ver corresponde ao acto de compreender; a pessoa que vê é a pessoa que compreende; um aumento de luminosidade corresponde a um aumento de compreensão; impedimentos de ver correspondem a impedimentos de compreender. Estas correspondências são *ontológicas*, na medida em que envolvem sub-estruturas dos domínios origem e alvo. Outras são *epistémicas*, isto é, representam o conhecimento que se importa do domínio-origem para o domínio-alvo: assim como um objecto opaco não permite ver o seu interior, assim também uma ideia ou conjunto de ideias não claramente expressas tornam-se difíceis de compreender; assim como mais iluminação conduz a melhor visibilidade, assim também mais esclarecimento permite uma melhor compreensão.

Numa outra metáfora conceptual, também bastante frequente e conhecida, IDEIAS SÃO ALIMENTOS (*digerir informação, beber uma ideia, cozinhar um plano*), as correspondências ontológicas incluem ideias e alimentos, pessoa que come alimentos e pessoa que aceita a ideia, cozinhar o alimento e conceber a ideia, digerir o alimento e compreender a ideia, e as correspondências epistémicas envolvem o conhecimento de

que os alimentos sustentam o corpo projectado no conhecimento análogo de que as ideias sustentam a mente. Ainda um outro exemplo: em DISCUSSÃO É GUERRA elementos do domínio-origem da guerra, designadamente beligerantes, posições dos beligerantes, atacar, defender, render-se, fases de uma guerra, etc. têm como correspondentes ontológicos no domínio-alvo da discussão, respectivamente, participantes, conflito de opiniões, levantar objecções, manter opinião, desistir de opinião, fases de uma discussão.

Como exemplo de metonímia, *Lisboa ainda não atendeu aos pedidos das populações*. Dentro do mesmo domínio da capital de Portugal, encontram-se, entre outros, os sub-domínios da cidade capital como lugar, das instituições políticas localizadas na capital e das pessoas dessas instituições que tomam as decisões (o primeiro-ministro, os ministros, os deputados, etc.). Via metonímia, o sub-domínio das instituições políticas é referido através do sub-domínio da cidade como lugar e assim aquele sub-domínio é mentalmente activado ou destacado, tendo este último sub-domínio como ponto de referência. Posteriormente, e através de uma segunda metonímia, as pessoas mais importantes dessas instituições (em primeiro lugar, o primeiro-ministro e os seus ministros, isto é, o governo, no nosso sistema político semi-presidencial) serão activados e destacados, sendo referidas pelas instituições que representam. Temos aqui um exemplo de duas metonímias conceptuais bastante frequentes: LUGAR PELAS INSTITUIÇÕES e INSTITUIÇÕES PELAS PESSOAS RESPONSÁVEIS, respectivamente.

Ora, o maior problema com que esta teoria cognitiva da metáfora e da metonímia se confronta é precisamente a questão da delimitação de domínios, mesmo tendo em conta a noção langackeriana, explorada por Croft (1993) para este mesmo efeito, de “matriz de domínios” (uma combinação de diferentes domínios que funciona como uma unidade). Concretamente, a questão é saber se os domínios origem e alvo pertencem ou não a um mesmo domínio (ou matriz de domínios). Efectivamente, e tal como a própria concepção enciclopédica do significado linguístico prevalecente em linguística cognitiva vem demonstrar, os domínios conceptuais são por natureza estruturas *abertas* de conhecimento experiencial. Como poderá pois uma noção tão difusa como a de *domínio* (ou *matriz de domínios*) constituir o elemento chave da distinção entre metáfora e metonímia?

Reconsideremos o exemplo dado acima da relação entre ‘ver’ e ‘compreender’, geralmente descrita em termos da metáfora conceptual COMPREENDER É VER. Embora

seja compreensível que o domínio da visão seja projectado num domínio bem diferente, o da compreensão, através de uma série de correspondências já acima identificadas, também se poderia admitir que estes dois domínios pertencem a um mesmo domínio superordenado – o da ‘percepção’ (especificado como percepção sensitiva, donde a percepção visual, e percepção mental) –, e que os mesmos domínios, tal como os respectivos conceitos ‘ver’ e ‘conhecer/compreender’, estão causal ou condicionalmente ligados, o que permitiria que, através da metonímia CAUSA PELO EFEITO (especificamente, PERCEPÇÃO PELO RESULTADO DA PERCEPÇÃO), ‘ver’ fosse tomado por ‘conhecer/compreender’. É claro que poder-se-á dizer que este é um daqueles casos, a que mais adiante faremos alusão, de *interacção* entre metáfora e metonímia, mas de qualquer forma fica sempre em aberto a questão de saber se os dois domínios em causa estão ou não vinculados a um mesmo domínio ou matriz de domínios.

Barcelona (2002) sugere que a questão tem a ver, não com domínios taxionómicos, mas com domínios funcionais, consciente e convencionalmente tomados numa determinada cultura como separados ou não, e aponta como critério a existência de uma ligação pragmática entre os domínios origem e alvo no caso da metonímia e a ausência dessa ligação no caso da metáfora. Assim, ‘ver’ e ‘conhecer/compreender’, embora pertençam, taxionomicamente, a um mesmo domínio superordenado, remetem para diferentes domínios funcionais, não conectados por nenhuma função pragmática. Pelo contrário, ‘cidade de Lisboa’, ‘instituições políticas’ e ‘governantes’, apesar de poderem ser tomados como pertencendo a diferentes domínios taxionómicos (entidades não-humanas e entidades humanas, ou entidades físicas inertes, os edifícios, e entidades abstractas, o governo), cabem no mesmo domínio funcional e estão pragmaticamente ligados entre si pelas relações apontadas acima. Mais ainda: se domínio-origem e domínio-alvo não estiverem ligados por uma função pragmática, mesmo que pertençam ao mesmo domínio funcional, não poderão entrar em relação metonímica. Um exemplo, já referido antes, é o do nariz e da boca: ambos pertencem ao domínio do rosto, mas entre eles não pode haver nenhuma relação pragmática válida.

Idêntica posição é tomada por Dirven (1993), ao sugerir que a distinção entre domínios é uma questão de *interpretação* (“construal”). Barcelona (2001) acrescenta uma diferença adicional entre metáfora e metonímia: a natureza *assimétrica* (isto é, desprovida de uma correspondência estrutural entre os domínios origem e alvo) da projecção (“mapping”) de domínios no caso da metonímia e *simétrica* no caso da

metáfora. Esta assimetria da metonímia tem levado alguns autores, como Kövecses & Radden (1998), a rejeitar a ideia de que a metonímia envolve um “mapping”.

Outros problemas da teoria cognitiva da metáfora e da metonímia prendem-se com a noção de metonímia. Estará a metonímia necessariamente ligada a um acto de referência? Será ela uma relação entre “entidades” ou entre “domínios”? O que é que caracteriza melhor a metonímia: um processo de destaque, uma activação mental ou uma projecção de domínios?

Embora tanto a concepção tradicional como a concepção moderna cognitiva (Lakoff & Johnson 1980: cap. 8, Lakoff & Turner 1989: 103, Croft 1993) vejam na metonímia um fenómeno primariamente referencial, a referência não é um requisito necessário da metonímia. A metonímia ocorre também, e com frequência, a nível predicativo e a nível ilocutório (Thornburg & Panther 1997, Panther & Thornburg 1999, Kövecses & Radden 1998, Ruiz de Mendoza 2000, Ruiz de Mendoza & Díez Velasco 2002, Barcelona 2003), como uma importantíssima estratégia inferencial (Barcelona 2003, Panther 2003). Metonímias predicativas, como *O João é um Picasso*, *Ele é um crânio*, não são referenciais (pelo menos no sentido tradicional de referência). E metonímias ilocutivas, como *Não sei onde é a casa de banho*, em que uma asserção é enunciada por um pedido, também o não são.

Os elementos envolvidos no processo metonímico são *domínios* conceptuais mais do que *entidades* individuais, melhor, as entidades nele envolvidas funcionam como elementos de um domínio conceptual e, nesta medida, essas entidades pressupõem grande parte ou todo o conhecimento experiencial do domínio de que fazem parte. Croft (1993) esclarece bem este ponto ao demonstrar que a metonímia destaca um (sub)domínio dentro de uma matriz de domínios.

Autores como Lakoff & Turner (1989: 103) e Barcelona (2002) definem a metonímia em termos de uma *projecção* (“mapping”) de domínios, ao passo que outros, como Croft (1993) e Kövecses & Radden (1998), preferem caracterizá-la, respectivamente, como um processo de *destaque* (“highlighting”) ou, no quadro das noções de Langacker (1993) de *ponto de referência* e *zona activa*, como processo de *activação mental* da entidade ou domínio alvo. Kövecses & Radden (1998: 39) apresentam a seguinte definição de metonímia: “Metonymy is a cognitive process in which one conceptual entity, the vehicle, provides mental access to another conceptual entity, the target, within the same domain”. Para Ruiz de Mendoza & Díez Velasco (2002), o que melhor caracteriza a metonímia e a distingue da metáfora não é o processo

de activação mental mas o processo de *inclusão* de domínios (cf. também Pauwels 1999: 272), quer a expansão (inclusão do conceito origem no conceito alvo) quer a redução (inclusão do alvo na origem). Embora as duas primeiras explicações possam ser compatíveis, parece ser mais definitório da metonímia o processo de activação mental do que o processo de projecção de domínios.

Concluindo, a dilucidação do contraste entre metáfora e metonímia passa pela integração das duas interpretações que acabamos de apresentar: a interpretação cognitiva recente só ganhará se incorporar a interpretação mais antiga da natureza da relação conceptual. Sem pôr de parte as semelhanças entre os dois processos conceptuais de pensamento figurado, a metonímia caracteriza-se por uma relação contingente de contiguidade conceptual entre elementos de um mesmo domínio conceptual, ao passo que a metáfora consiste numa projecção de um domínio conceptual noutra distinto na base de um conjunto sistemático de correspondências por similaridade conceptual. Enquanto a metáfora tem por função a estruturação do alvo em termos da origem, a função da metonímia é a activação mental do alvo tendo a origem por ponto de referência.

5. Metáfora

Vamos considerar os seguintes aspectos da metáfora: esquematicidade e hierarquias, produtividade e restrições, direcionalidade, tipologia, motivação experiencial e metáfora como maneira de pensar. Antes de mais, o reconhecimento da ubiquidade da metáfora conceptual na linguagem corrente (e também, como veremos, na linguagem científica), bem demonstrada por Lakoff & Johnson (1980, 1999). Em Lakoff & Turner (1989) e Barcelona (ed.) (2000), encontram-se, alfabeticamente ordenadas nos respectivos índices, extensas listas de metáforas conceptuais (incluindo metonímias conceptuais). Uma outra importante fonte é a lista de metáforas elaborada por Lakoff *et al.* (1994) e disponível no sítio da metáfora conceptual, em <http://cogsci.berkeley.edu>

5.1. Esquematicidade e metaforicidade

Não só determinado conjunto de expressões metafóricas é determinado por uma mesma metáfora conceptual, como vimos na secção 2, como também várias metáforas conceptuais podem formar estruturas hierárquicas, em que as projecções metafóricas de nível inferior herdam as estruturas de projecções de nível superior (Lakoff & Turner 1989). Por exemplo, AMOR É UMA VIAGEM e PROFISSÃO É UMA VIAGEM herdam a estrutura da projecção metafórica mais esquemática VIDA É UMA VIAGEM, cujas correspondências ontológicas ou sub-projecções metafóricas incluem pessoa é viajante, nascimento é ponto de partida, problemas pessoais são bagagem, dificuldades externas são obstáculos, duração é distância, realizações são distância percorrida, propósito de vida é destino, morte é fim da viagem. Da mesma forma, PREMISSA É UM PONTO DE PARTIDA e CONCLUSÃO É UM PONTO DE CHEGADA herdam a estrutura da metáfora mais esquemática IDEIAS SÃO LUGARES. Por sua vez, VIDA É UMA VIAGEM e IDEIAS SÃO LUGARES elaboram a metáfora de nível ainda mais esquemático bem estudada por Lakoff (Lakoff 1993, Lakoff & Johnson 1999: 178-206) como Metáfora da Estrutura de Evento, cujas correspondências ontológicas entre o domínio-origem do espaço e o domínio-alvo dos eventos se representam no Quadro 3¹³.

Metáfora da Estrutura de Evento		
ESPAÇO		EVENTOS
lugares	→	estados
movimentos	→	mudanças
forças	→	causas
movimentos auto-impelidos	→	acções
ausência de movimento	→	ausência de acção
caminhos	→	meios
metas	→	propósitos
obstáculos	→	dificuldades
plano da viagem	→	progresso da viagem
jornadas	→	actividades programadas

Quadro 3. Correspondências ontológicas na Metáfora da Estrutura de Evento

¹³ O nosso modelo cultural da moral, estruturado por várias metáforas conceptuais (Johnson 1993) e do qual fazem parte os conceitos permissivos e proibitivos de base igualmente metafórica (Silva 1999b), inscreve-se nesta mesma Metáfora da Estrutura de Evento.

Podem, assim, formar-se *esquemas* de extensão metafórica, o que, além do mais, evidencia a compatibilidade entre metaforização e abstracção. Lakoff (1993) sugere que a organização hierárquica é um traço característico do sistema metafórico e que “the metaphors higher up in the hierarchy tend to be more widespread than those mappings at lower levels”. Considera que a Metáfora da Estrutura de Evento é um candidato a universal metafórico.

Naturalmente que uma metáfora esquemática envolve um processo de abstracção e descontextualização bem maior do que uma metáfora específica. E também é óbvio que a distância conceptual entre uma metáfora de nível genérico e as suas expressões metafóricas é maior do que a que existe entre uma metáfora de nível específico e as suas expressões metafóricas; consequentemente, esta tem maior poder predizível do que aquela. Nem sempre é tarefa fácil a formulação das metáforas mais esquemáticas. Por exemplo, a metáfora conceptual identificada e descrita por Lakoff & Johnson (1980) como TEORIAS SÃO EDIFÍCIOS tem sido objecto de discussão crítica, por (i) nem todas as componentes do domínio origem das construções (como quartos/salas e janelas) se projectarem no domínio alvo das teorias e (ii) algumas das projecções se aplicarem também a outros domínios (economia, política, relações interpessoais). A este propósito, Grady (1997b) identifica duas metáforas conceptuais a nível mais alto de esquematicidade – ORGANIZAÇÃO É ESTRUTURA FÍSICA e PERSISTIR É PERMANECER ERECTO –, Clausner & Croft (1997) propõem como formulação mais adequada O CONVENCIMENTO DE UM ARGUMENTO É A INTEGRIDADE FÍSICA DE UM EDIFÍCIO e Taylor (2002: 494-497), considerando ainda inadequadas as formulações anteriores, propõe A VALIDADE DE UM ARGUMENTO É A INTEGRIDADE FÍSICA DE UM EDIFÍCIO.

5.2. Produtividade, restrições e esquemas imagéticos

Uma metáfora conceptual será produtiva na medida em que os falantes criarem um vasto e aberto conjunto de expressões que a realizem. As metáforas conceptuais referidas acima são produtivas precisamente neste sentido. Mas nem todas as metáforas são igualmente produtivas. Por exemplo, entre as várias metáforas do tempo, as que o conceptualizam em termos de movimento (os eventos futuros “vêm até nós”, “passam por nós”, “recuam ao passado”; nós “vamos em direcção ao” futuro; cf. Lakoff & Johnson 1980: 41-45) são bem mais produtivas do que as que o constróem como um

ciclo (o Verão “volta de novo”, o “ciclo das estações”, o “ciclo da vida”). Produtividade mínima têm as metáforas *idiomáticas*, sendo neste aspecto análogas, como observam Clausner & Croft (1997), às formas morfológicas altamente irregulares.

As já ilustradas correspondências ontológicas e epistémicas entre os domínios origem e alvo não implicam que a projecção metafórica seja completa. Naturalmente, a projecção é sempre parcial, já que a projecção total equivale a uma tautologia. Poderá pois não ser possível projectar cada elemento do domínio-origem no domínio-alvo, como poderá não ser possível que cada elemento do domínio-alvo possa encontrar correspondência em algum elemento do domínio-origem. Além disso, a “lógica” do domínio-origem poderá não ser integralmente projectada no domínio-alvo. Um exemplo encontramos-lo na metáfora TEMPO É ESPAÇO. Há alguns aspectos do domínio espacial que não podem ser projectados no domínio temporal, já que o espaço é tridimensional, ao passo que o tempo é unidimensional. Podemos escolher uma localização no espaço e reocupá-la, mas não podemos escolher quando é que o “agora” é, nem reocupar ou voltar a uma localização na linha temporal. Além disso, não podemos “ver” (conhecer) o futuro simplesmente olhando para a frente, ao passo que podemos ver o que espacialmente está diante de nós; inversamente, não podemos ver o que está atrás de nós (nas nossas costas), ao passo que podemos recordar o passado.

Há pois lugar para restrições. Mas o que é que exactamente restringe as projecções metafóricas? A hipótese mais generalizada diz que as projecções são condicionadas pelo que Johnson (1987) designa de *esquemas imagéticos*, isto é, padrões dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação de objectos e de interacções perceptivas, que emergem da experiência mais básica, como a nossa actividade sensório-motora e a nossa percepção de acções e de eventos, e que foram adquiridos em idade muito tenra. A restrição principal nas projecções metafóricas constitui a chamada *Hipótese de Invariância* (Lakoff 1990, 1993, Turner 1990, Brugman 1990, Clausner & Croft 1999). Esta hipótese diz que a projecção tem que ser consistente com a estrutura de esquemas imagéticos do domínio-origem e não pode violar a estrutura básica de esquemas imagéticos do domínio-alvo (Lakoff 1993: 215-16)¹⁴. Por exemplo, a bem conhecida

¹⁴ A formulação desta hipótese passou por alguma polémica relativamente a saber-se qual dos domínios, origem ou alvo, é preservado e qual impõe restrições, tendo-se chegado a esta formulação mais consensual. No entanto, argumenta Brugman (1990) que em certos domínios-alvo abstractos, tais como o tempo, dificilmente, pelo menos, se poderá encontrar qualquer estrutura de *esquemas imagéticos* preexistente, de forma que nestes casos a questão é a de “whether source-domain properties which are maintained in a metaphorical mapping create the image-schematic structure in the target domain, rather than merely being consistent with preexisting image-schematic structure” (Brugman 1990: 259).

metáfora TEMPO É DINHEIRO permite-nos pensar e falar acerca do tempo em termos de mercadoria que se pode gastar, mas que não se pode receber de volta, justamente em sintonia com o facto de o tempo passar e não voltar atrás. Sob nomes diferentes e em diferentes contextos, este princípio da *invariância* desempenha um papel importante em teoria cognitivas mais recentes sobre projecção e metáfora: está diluído como princípio autónomo na Teoria Neural da Linguagem de G. Lakoff (Lakoff & Johnson 1999) e está bem presente na Teoria da Integração (“blending”) Conceptual de Fauconnier & Turner (1998, Turner & Fauconnier 2002), designadamente nos “princípios de optimalidade sobre redes de integração”.

Uma das fontes mais produtivas da metáfora vem precisamente de projecções de esquemas imagéticos. O Quadro 4 identifica algumas metáforas de esquemas imagéticos e o Quadro 5 documenta a grande produtividade metafórica dos esquemas imagéticos ‘em cima’ e ‘em baixo’. Com base nestes dados e noutros similares, Lakoff e Johnson (1980, 1999, Lakoff 1987, Johnson 1987) avançam com uma das mais ambiciosas teses da sua teoria sobre a metáfora: a de que o raciocínio abstracto se baseia no raciocínio espacial através de projecções metafóricas de esquemas imagéticos.

ESQUEMAS IMAGÉTICOS		METÁFORAS
EI ‘percurso’	→	<i>a vida é uma viagem</i>
EI ‘origem-percurso-meta’	→	<i>propósitos são metas</i>
EI ‘em cima’	→	bom (<i>altos valores, espírito elevado</i>)
	→	mais (<i>preços elevados, alta velocidade</i>)
	→	poder (<i>superior, poder sobre, classe alta</i>)
EI ‘em baixo’	→	mau (<i>baixos valores, cair em desgraça</i>)
	→	menos (<i>baixos salários</i>)
	→	falta de poder (<i>inferior, sob controlo</i>)
EI ‘centro/periferia’	→	<i>ideias importantes/laterais</i>
EI ‘proximidade/distância’	→	relações interpessoais (<i>relação estreita, pessoa chegada, abandonar alguém</i>)
EI ‘contentor’	→	palavras, ideias, estados psicológicos

Quadro 4. Esquemas imagéticos (EI) e metáfora

EM CIMA	EM BAIXO
feliz	triste
consciente	inconsciente
saúde e vida	doença e morte
ter domínio	ser dominado
mais	menos
estatuto elevado	estatuto baixo
bom	mau
virtude	vício
racional	emocional
acontecimentos futuros	

Quadro 5. Produtividade metafórica dos EI ‘em cima’ e ‘em baixo’

5.3. Direccionalidade

A projecção metafórica é não só parcial como unidireccional: é o domínio-origem que é projectado no domínio-alvo e não o inverso. Por exemplo, as metáforas PESSOAS SÃO ANIMAIS (*ser uma raposa*) e ANIMAIS SÃO PESSOAS (*os leões são corajosos*) não são variantes de uma mesma metáfora esquemática, visto que o que é projectado é muito diferente nos dois casos. A assunção deste facto constitui uma importante diferença entre a teoria da metáfora conceptual e a teoria da interacção de Black (1962).

Há um padrão de direccionalidade da metáfora conceptual que vai do concreto ao abstracto: o domínio-origem é concreto e pode ser experienciado ou percebido “directamente”, ao passo que o domínio-alvo é mais abstracto e diz respeito a experiências “subjectivas”. Alguns exemplos mais frequentes (e que sistematizam as metáforas já referidas e outras a referir):

Domínios-origem: movimento, lugar, contendor (dentro/fora), distância, orientação (em cima/em baixo), tamanho, percepção (especialmente: ver), luz, peso, temperatura, etc.

Domínios-alvo: tempo, vida, pensamento, raciocínio, mente, comunicação, emoções, intenções, causação, moralidade, amor, casamento, sociedade, economia, política, etc.

Parece assim haver uma tendência em conceptualizar domínios mais abstractos e complexos em termos de domínios mais concretos e experienciais. Com base na ubiquidade da metáfora e nesta tendência da projecção metafórica, Lakoff & Johnson

(1980 e, sobretudo, 1999) chegam à conclusão audaciosa de que os domínios abstractos não podem ser conceptualizados directamente, mas somente através da metáfora, e por isso mesmo a metáfora é intrínseca ao pensamento abstracto. Esta é uma ideia bastante forte, que merece, pelo menos, algumas reservas.

Sem negar que a metáfora pode enriquecer a estrutura do domínio-alvo e a conceptualização que dele fazemos e influenciar o modo como interagimos com ele, não passará o domínio-alvo por uma conceptualização prévia pré-metafórica, necessária para que a *projectão* (“mapping”) se efectue (Quinn 1991)? Ou então, não será que a *projectão* metafórica pressupõe, não só essa compreensão prévia, como a apreensão de algo (abstracto) de comum aos dois domínios? A ser assim, será exagerado afirmar que a metáfora *cria* as nossas concepções do tempo, do raciocínio, da moralidade, etc. Grady (1997a) sugere que a motivação inicial da metáfora pode ser a necessidade, não de compreender o domínio-alvo, mas de simbolizar as nossas conceptualizações do domínio-alvo de uma maneira facilmente apreensível pelos outros. O acordo intersubjectivo é mais fácil de alcançar relativamente a significados mais “concretos” – particularmente espaciais – do que a estados mentais e emocionais ou a outros domínios abstractos. Falando do abstracto em termos do concreto, criamos a ilusão da objectividade e facilitamos a comunicação acerca do abstracto. Por outro lado, não será que a *projectão* metafórica envolve também a capacidade de abstracção e generalização, ou seja, não será que ao metaforizarmos estamos também a abstrair e a generalizar? Uma terceira reserva: em expressões altamente concencionalizadas, cuja consciência da *projectão* metafórica seja apenas histórica, é implausível que a entidade designada pela expressão seja directamente conceptualizada em termos de *projectão* metafórica¹⁵. Mas também é verdade que as metáforas cuja *projectão* se efectua em direcções diferentes – do ‘abstracto’ para o ‘concreto’ e do ‘abstracto’ para o ‘abstracto’ – exigem um esforço maior de compreensão (Jäkel 1999).

5.4. Tipologias

¹⁵ Para uma crítica bastante dura à tese do pensamento abstracto metafórico de Lakoff & Johnson (1980), ver Wierzbicka (1986). Para uma discussão mais construtiva, veja-se Jäkel (1999) e, sobretudo, Taylor (2002: 491-492).

Lakoff & Johnson (1980) identificam três grandes tipos de metáforas conceptuais: ontológicas, orientacionais e estruturais. As metáforas *ontológicas* equiparam actividades, sentimentos/emoções e ideias a entidades e substâncias: por exemplo, *a inflação está baixando o nível de vida* (A INFLAÇÃO É UMA ENTIDADE), *tenho um desejo enorme de te ver* (O DESEJO É UMA SUBSTÂNCIA QUANTIFICÁVEL), *gastar tempo* (TEMPO É DINHEIRO), *explodir de raiva*, *saltar-lhe a tampa* (A RAIVA É O CALOR DE UM LÍQUIDO NUM CONTENTOR), *pôr muitas ideias em poucas palavras* (IDEIAS SÃO OBJECTOS, PALAVRAS SÃO CONTENTORES). As metáforas *orientacionais* proporcionam orientação espacial a conceitos abstractos, tendo como domínio-origem esquemas imagéticos de natureza espacial: exemplos ilustrativos encontram-se nos Quadros 4 e 5, apresentados acima. As metáforas *estruturais* envolvem projecções sistemáticas de um domínio noutro(s): por exemplo, o domínio do fogo é sistematicamente projectado em vários domínios que compreendem diferentes sentimentos e emoções e muitos tipos de acções, eventos e estados; o domínio dos edifícios é sistematicamente projectado, não só no domínio das teorias, mas também na economia, nas relações sociais, na vida humana em geral. O *âmbito da metáfora* (Kövecses 2000) do fogo e dos edifícios é pois bastante vasto: um mesmo conceito origem é sistematicamente projectado em vários domínios-alvo diferentes.

Outras classificações são possíveis, embora não haja na literatura recente nenhuma classificação sistemática desenvolvida. Atendendo à natureza do domínio-origem da projecção metafórica, temos metáforas espaciais, metáforas perceptivas, metáforas antropomórficas, metáforas animistas, metáforas sinestésicas, metáforas de imagens, etc.¹⁶. Estes são os tipos mais frequentes de metáforas convencionalizadas (já assim identificadas por Ullmann 1962) e, conseqüentemente, as principais raízes metafóricas da polissemia.

5.5. Corporalização e metáfora

Todos os dados apresentados convergem evidência no sentido de que as metáforas conceptuais não são arbitrárias, antes se fundamentam na experiência humana mais básica, particularmente na experiência corpórea – donde a noção-chave em semântica

¹⁶ Em Silva (1992), podem encontrar-se elementos para uma tipologia da metáfora conceptual, sobretudo da metáfora convencionalizada.

cognitiva, bem como noutras ciências cognitivas, de *corporalização* (“embodiment”) –, isto é, na maneira como o corpo funciona e interage com o mundo. A metáfora é assim um dos elementos fundamentais do *experencialismo* (ou *realismo corporalizado*) do pensamento e da linguagem, teórica e metodologicamente bem explorado por Lakoff e Johnson (Lakoff 1987, Johnson 1987, Lakoff & Johnson 1999).

O próprio corpo humano é um centro de expansão metafórica bastante produtivo: são vários os termos de partes do corpo humano que desenvolveram sentidos metafóricos (mais ou menos) lexicalizados (Silva 1992). E, como vimos acima, outras experiências humanas básicas constituem importantes e produtivos domínios-origem de conceptualização metafórica de domínios mais abstractos. É igualmente sintomático o facto de categorias de nível básico (ligadas a experiências humanas básicas) serem fontes bem produtivas de metáforas: um exemplo paradigmático pode encontrar-se nos conceitos de ‘comer’ e ‘beber’ como meio de conceptualização de muitos conceitos dos domínios emocional, psicológico e intelectual (cf. Dionísio 2002).

As projecções metafóricas podem operar num nível baixo e, portanto, mais básico e menos específico de elaboração conceptual. Investigações recentes, sobretudo de Grady (1997a,b, 1999; Grady & Johnson 2002; Grady, Taub & Morgan 1996), sugerem que as projecções mais importantes do pensamento e da linguagem metafóricas apresentam menos detalhes e são experiencialmente mais básicas do que as projecções descritas na literatura sobre a metáfora conceptual. Elas operam a um nível conceptualmente inferior e anterior ao dos familiares *domínios*. Surgem daí as chamadas *metáforas primárias*, motivadas por experiências básicas, que Grady (1997a) denomina *subcenas* e *cenas primárias*. Uma *subcena* é uma experiência simples e irreduzível: por exemplo, ver algo ou sair de um sítio. Uma *cena primária* é uma experiência ainda simples mas um pouco mais complexa, na medida em que compreende duas ou mais subcenas correlacionadas: por exemplo, o nível perceptual de ver alguma coisa e o nível mental de tomar consciência daquilo que se vê. Esta cena primária está na base da metáfora primária VER É COMPREENDER. Por sua vez, esta metáfora emerge de projecções básicas, tais como TORNAR ACESSÍVEL AO CONHECIMENTO É EMERGIR DE UM CONTENTOR, cujas correspondências se estabelecem entre, por um lado, ‘X dentro de um contentor, X não visível’ e ‘X inacessível ao conhecimento’ e, por outro lado, ‘X fora do contentor, X visível’ e ‘X acessível ao conhecimento’. As metáforas primárias envolvem, assim, correlações directas entre a experiência subjectiva e a experiência sensório-motora dentro de cenários experienciais recorrentes (ou *cenas primárias*),

como as que existem entre conhecer e ver, intimidade e proximidade, coisas importantes e coisas grandes, afectividade e calor. Esta Teoria das Metáforas Primárias, que acabou por ser inteiramente integrada na Teoria Contemporânea da Metáfora no recente livro de Lakoff & Johnson (1999), tem as vantagens de melhor evidenciar as motivações experienciais da metáfora, demonstrando empiricamente as conexões entre *corporalização* ("embodiment") e metáfora, e permitir compreender o processo de aquisição das projecções metafóricas pela criança.

É conveniente estabelecer uma comparação mais aprofundada entre a Teoria das Metáforas Primárias e a Teoria da Metáfora Conceptual, no sentido de melhor compreender os avanços possibilitados por aquela. A teoria lakoviana da metáfora evidencia a tendência de conceptualizar domínios abstractos em termos de domínios mais concretos e físicos, mas não explica bem a emergência destas metáforas. A teoria de Grady mostra que tais metáforas surgem de uma correlação entre as duas dimensões distintas da experiência envolvidas. Um dos constructos fundamentais da teoria tradicional é o de *esquema imagético*, ao passo que a nova teoria assenta nas *cenas primárias*. Estas são mais concretas, mais pontuais e locais do que aquele. Por exemplo, todos os casos de contentores podem ser incluídos no mesmo esquema imagético do contentor, mas podem no entanto envolver diferentes cenas primárias: *meter algo na caixa* e *entrar em casa* representam diferentes cenas primárias do mesmo esquema imagético do contentor. Um terceiro aspecto: ao contrário da teoria lakoviana, a teoria de gradiana permite uma apreciável predizibilidade de emergência de expressões metafóricas.

5.6. Metáfora e ciências

A natureza experiencialista da metáfora conceptual não a restringe ao pensamento e linguagem quotidianos. Ela constitui uma verdadeira *maneira de pensar* em domínios aparentemente hostis, como as ciências e tecnologias. As inovações tecnológicas são um dos lugares privilegiados da inovação metafórica, por duas razões. Primeiro, a necessidade de nomes para os novos elementos tecnológicos. Segundo, à medida que as novas tecnologias se vão tornando familiares, elas próprias constituem domínio-origem da metáfora.

A maior inovação tecnológica do séc. XX foi, sem dúvida, o computador. A Informática tem-se revelado bastante fértil em projecções metafóricas. Um exemplo é a metáfora do vírus. O vírus do computador é conceptualizado em termos de (conhecimento médico popular acerca do) micro-organismo biológico: ele é invisível, multiplica-se, infecta o disco duro, destrói ficheiros; justifica uma vigilância particular quando um computador está em contacto com outros; tem que ser destruído e, para isso, são usados programas que funcionam como antídotos ao vírus¹⁷. Estamos nos limiares da próxima revolução tecnológica, envolvendo os domínios da biologia e da genética. Também aí a metáfora tem e terá um papel crucial.

A Economia é uma das outras áreas férteis em metáforas: A ECONOMIA É GUERRA (*combate ao desemprego*), É VIAGEM (*derrapagem económica, metas de convergência*), É ORGANISMO (*crescimento incontrolado, comportamento instável da moeda*), É ESPAÇO (*margens do lucro, economia aberta/fechada*), É DOENÇA (*surto inflacionário*), É CORRIDA (*inflação galopante, metas de convergência*), É MÁQUINA (*pôr a funcionar os mecanismos de controlo do pagamento de impostos*), etc. São várias as metáforas da inflação: todas elaboram o esquema metafórico A INFLAÇÃO É UM ADVERSÁRIO (que nos pode atacar, destruir), o que exige medidas económicas e políticas da parte do governo¹⁸.

Muito rico em metáforas conceptuais é o domínio da Política. Exemplo paradigmático é o da Guerra do Golfo, quer em Janeiro de 1991 quer em Março de 2003. Num estudo exemplar sobre a discurso ocidental centrado na Guerra do Golfo de 1991, Lakoff (1992) mostra como o pensamento metafórico pode transformar uma guerra “ilegal” numa “guerra justa” ou mal menor e, deste modo, como as “metáforas podem matar”. O mesmo se pode dizer da Guerra do Golfo II de 2003 (Lakoff 2003). A legitimação da Guerra do Golfo I é alcançada pela metáfora do conto de fadas: o vilão é o Iraque, a vítima é o Kuwait e o herói são os EUA e seus aliados. A racionalização da guerra é feita através da metáfora de von Clausewitz (general prussiano): a guerra é reduzida a um cálculo frio de custos-benefícios em termos políticos (faz-se crer que as baixas e os danos colaterais são largamente compensados pela expulsão dos invasores e pelo petróleo barato).

Estas ideias metafóricas repetem-se na Guerra do Golfo II, mas num contexto diferente e mais perigoso. Com a metáfora NAÇÃO É UMA PESSOA, o Iraque é

¹⁷ Sobre a metáfora do vírus, ver Fauconnier (1997: cap. 1) e Rohrer (2000).

¹⁸ Para um estudo da metáfora na linguagem da Economia, ver Vilela (1996).

identificado a Saddam Hussein: a guerra não é dirigida contra o povo iraquiano mas contra Saddam. Associada àquela está a metáfora da comunidade internacional: há nações amigas, hostis (França, Alemanha, Rússia) e inimigas e/ou criminosas e, por outro lado, há adultos-Nações e crianças-Nações, sendo a maturidade metaforicamente compreendida em termos de industrialização. A comunidade de relações internacionais acrescenta à metáfora da Nação-Pessoa o “modelo do actor racional”: os países tentam maximizar os seus ganhos e bens e minimizar os custos e perdas. Um dos usos mais frequentes da metáfora da Nação-Pessoa é a ideia de “guerra justa”. Misturam-se aqui a metáfora da Nação-Pessoa e dois contos de fadas: o da “legítima defesa”, em que Saddam é identificado à organização terrorista Al Qaeda, e o da “libertação” do povo iraquiano. Na Guerra do Golfo I, Bush-pai experimentou a história da “legítima defesa”: Saddam era uma “ameaça para o nosso petróleo”. Mas a história mais convincente foi a da “libertação” do Kuwait. Na Guerra do Golfo II, Bush-filho promoveu as mesmas histórias com algumas variantes: a associação de Saddam à Al Qaeda, variante da “legítima defesa”, e o reconhecimento de que as vítimas são, não só o povo iraquiano, como também os países vizinhos e, mesmo até, o mundo inteiro, relativamente à história da “libertação”.

O poder cognitivo da metáfora é tal que, por vezes, a metáfora se torna perniciosa. As metáforas podem matar, como acabamos de ver, podem enganar, podem conduzir-nos a concepções de domínios-alvo, tanto populares como científicas, perfeitamente erradas. Um exemplo de concepções metafóricas falsas é o da conceptualização habitual da linguagem humana, através do que Reddy (1993) brilhantemente caracterizou, num estudo originalmente publicado um ano antes de Lakoff & Johnson (1980), como “metáfora do conduto”. No pensamento geral das pessoas, bem como por parte de várias teorias linguísticas, tanto tradicionais como modernas, as expressões linguísticas são contentores, o significado é o seu conteúdo, a expressão individual envolve a colocação de conteúdos (“significados”) em contentores, a comunicação é o envio dos contentores ou pacotes, juntamente com os seus conteúdos, através de um conduto, em direcção ao receptor, a compreensão é a recepção desses contentores e a recuperação dos seus conteúdos. Justamente por isso, dizemos *pôr ideias em palavras*, *lançar ideias* a uma audiência, *extrair ideias* / *colher ideias* de um texto, *palavras vazias*. Ora, esta concepção popular e científica é errónea, porque os significados não são coisas, nem entidades bem definidas e preexistentes, os “significados” que o alocutário “recebe” podem não coincidir com os do locutor, a comunicação não é um processo de

“telementação”, isto é, transferência de pensamentos de uma mente para outra (Harris 1981: 9). Um outro caso igualmente aplicado à linguagem é o que Langacker (1991: 186) designa como “metáfora do bloco de construção”, e por ela somos levados a pensar que as expressões linguísticas complexas são formadas por uma espécie de junção de unidades mais pequenas (as palavras, os morfemas), de acordo com certos princípios (sintácticos). Tal como a metáfora do conduto, também a metáfora do bloco de construção proporciona, pelas mesmas razões, uma concepção pouco adequada da linguagem e da comunicação.¹⁹

6. Metonímia

Consideremos agora a metonímia, cujo reconhecimento crescente da sua importância cognitiva e linguística está patente em Kövecses & Radden (1998), Radden & Kövecses (1999), Panther & Radden (1999), Ruiz de Mendoza (1999), Barcelona (2000), Dirven & Pörings (2002) e Panther & Thornburg (2003).

6.1. Regularidade e produtividade

Tal como a metáfora, ou mesmo mais do que esta, a metonímia conceptual é extremamente frequente e regular na linguagem e no pensamento. O Quadro 6, baseado em Cuenca & Hilferty (1999: 112), Ungerer & Schmid (1996: 116) e Silva (1992), apresenta alguns dos padrões metonímicos mais frequentes, identificando os respectivos *pontos de referência* (PR) e *zonas activas* (ZA).

PARTE PELO TODO <i>um turbo diesel imbatível</i>	PR: motor	ZA: carro
TODO PELA PARTE <i>lavar o carro 1 vez por mês</i>	PR: carro	ZA: exterior
CONTINENTE PELO CONTEÚDO <i>beber um copo</i>	PR: copo	ZA: líquido
MATERIAL PELO OBJECTO <i>um vidro, um ferro</i>	PR: substância	ZA: objecto feito de
PRODUTOR PELO PRODUTO <i>comprar um kleenex</i>	PR: marca Kleenex	ZA: lenço de papel

¹⁹ Para um desenvolvimento dos efeitos perniciosos destas metáforas, ver Taylor (2002: 490, 282, 512) e Taylor, Cuyckens & Dirven (2003).

LUGAR PELO EVENTO <i>poderá ser outro Kosovo</i>	PR: Kosovo	ZA: guerra
LUGAR PELA INSTITUIÇÃO <i>conversações entre Lisboa e Washington</i>	PR: cidades	ZA: governo
INSTITUIÇÃO POR PESSOAS <i>Universidade abriu Curso</i>	PR: Universidade	ZA: responsáveis
PESSOA PELO NOME <i>Não estás nas listas</i>	PR: tu	ZA: o teu nome
CAUSA PELO EFEITO <i>estar ao sol</i>	PR: astro	ZA: calor

Quadro 6. Metonímias frequentes

Um dos domínios de elevada regularidade e produtividade da metonímia conceptual é o dos sentimentos e emoções. Na conceptualização de muitos sentimentos e, sobretudo, emoções é activada a metonímia fisiológica EFEITO PELA CAUSA, em que a emoção ou o sentimento é designado pelo(s) respectivo(s) efeito(s) fisiológico(s). O Quadro 7 sistematiza, com base nos estudos de Kövecses (1986, 1988, 1990, 2000), as principais metonímias fisiológicas das emoções.

EFEITO FISIOLÓGICO	EMOÇÃO/SENTIMENTO
aumento de temperatura do corpo	fúria, alegria, amor
abaixamento temperatura do corpo	medo
vermelhidão da cara e pescoço	fúria, amor
palidez	medo
gritos e lágrimas	fúria, tristeza, medo, alegria
suor	medo
secura na boca	medo
aumento de pulsação e sangue	fúria, revolta
ansiedade, palpitações	medo, amor
aritmias	medo
postura erecta	orgulho
cabisbaixo	tristeza, vergonha
incapacidade de se movimentar	medo
saltar	alegria
abraçar	alegria, amor
agitação física geral	fúria, revolta, medo, alegria, amor

Quadro 7. Metonímias fisiológicas de emoções/sentimentos

A acção da metonímia ultrapassa largamente, tal como a metáfora ou mesmo mais do que esta, as fronteiras do léxico²⁰. Estende-se à

²⁰ Para uma síntese sobre os alcances e os poderes da metonímia, ver Barcelona (1998) e Gibbs (1999). Panther & Thornburg (2003) oferecem um importantíssimo contributo sobre o papel da metonímia em

- morfologia: por exemplo, formação de palavras (Koch 1999, Panther & Thornburg 2002), conversão (Twardzisz 1997, Dirven 1999), morfemas como o diminutivo (Jurafsky 1996, Silva 2000, Novais 2002);
- sintaxe: por exemplo, a metonímia EFEITO PELA CAUSA na sintaxe do inglês (Panther & Thornburg 2000), o objecto indirecto (Goldberg 1995, Silva 1999c, 2000);
- fonologia (Taylor 1995: cap. 12; Silva 2002a, sobre a entoação);
- áreas “marginais” do léxico, como a onomástica (Jäkel 1999);
- discurso: convencionalização de implicaturas conversacionais, bem estudada no âmbito da investigação sobre a gramaticalização (Hopper & Traugott 1993; Traugott & Dasher 2002, para uma síntese recente; Silva 1996), marcadores discursivos (por exemplo, Silva 2002b), inferência (Panther & Thornburg 1998, Panther 2003, Barcelona 2003), actos de fala (Thornburg & Panther 1997).

Tal como as metáforas, também as metonímias conceptuais podem ser descritas em diferentes níveis de abstracção ou esquematização. Por exemplo, a metonímia RESULTADO PELA ACÇÃO é uma especificação da metonímia EFEITO PELA CAUSA. Ao contrário das metáforas, em que, como vimos na secção anterior, metáforas de nível inferior herdam a estrutura do domínio-origem de metáforas de nível superior, as metonímias herdam, não estruturas de domínio, mas a relação de contiguidade de padrões metonímicos esquemáticos. Uma boa ilustração das hierarquias metonímicas é apresentada por Feyaerts (1999), relativamente à conceptualização da ‘estupidez’ em expressões idiomáticas do alemão. Tanto as hierarquias metafóricas como as hierarquias metonímicas apresentam áreas de sobreposição (um mesmo conceito pode elaborar várias estruturas esquemáticas) e diferenças de saliência cultural (estruturas de nível inferior tendem a ser culturalmente mais específicas e, por isso mesmo, de uso mais restrito).

6.2. Metonímia e zonas activas

todas as grandes áreas da estrutura e funcionamento das línguas, com particular incidência na gramática e no discurso.

A metonímia parece fazer parte de um processo de saliência cognitiva ainda mais ubíquo, que Langacker (1984, 1990: cap. 7) denomina fenómeno da *zona activa* e caracteriza assim: quando uma entidade X participa numa situação, geralmente determinadas partes de X estão mais intimamente envolvidas nessa situação do que outras; estas “partes” – ou, na terminologia de Cruse (1996), seguida por Kleiber (1999: cap. 3), *facetas* – constituem a *zona activa* de X²¹. Por exemplo, em *livro em cima da mesa* a superfície da mesa é a zona activa da ‘mesa’. Em *lavar o carro* e *revisão do carro* diferentes facetas do ‘carro’ estão envolvidas: na primeira expressão, a carroçaria e na segunda, a componente mecânica. O mesmo se passa em *fazer um piquenique debaixo da árvore*, *esconder o tesouro debaixo da árvore* e *o túnel passa por debaixo da árvore*: diferentes facetas da ‘árvore’ estão envolvidas na relação ‘debaixo de’, respectivamente, ramos e folhas, ramos, folhas e tronco e ramos, tronco e raízes, isto é, toda a árvore.

Difícilmente admitiríamos que *carro* e *árvore* são aqui polissémicos relativamente às diferentes leituras resultantes do fenómeno da zona activa – trata-se antes do que Cruse (1986: 52) designa de *modulação* contextual de um mesmo significado (cf. também Silva 1999a: cap. 6)²². Mas já poderíamos admitir que estes diferentes usos de *carro* e *árvore* são metonímicos, embora não polissémicos,²³ e que todos instanciam o mesmo esquema metonímico PARTE PELO TODO.

Estes exemplos de *zona activa* envolvem “partes” estritas de uma entidade. Mas o mesmo fenómeno pode estender-se a entidades intimamente associadas à entidade designada: por exemplo, *ouvir o piano*, em que o que é activado não é o piano como tal mas o som que vem deste instrumento musical, e *estar na lista*, em que o que é activado não é a pessoa física mas o seu nome e, eventualmente, outros elementos de identificação. Estes são casos de *zona activa* que se inscrevem numa relação de contiguidade e assim melhor se identificam com a noção tradicional de metonímia²⁴.

²¹ Este fenómeno envolve outros mecanismos cognitivos de importância crucial na Gramática Cognitiva de Langacker (1987, 1991, 1999), designadamente a assimetria “trajector”/“landmark” e a distinção “perfil”/“base”.

²² Verifique-se como a noção de “modulação contextual” de Cruse (1986) e a noção de “zona activa” de Langacker (1984) e ainda, em grande parte, a noção de “destaque de domínios” (“domain highlighting”) de Croft (1993) são sinónimas.

²³ Sobre a metonímia não-figurativa e não-polissémica, ver Dirven (1993), Taylor (1995: cap. 7) e as referências e pontualizações feitas acima na secção 3.

²⁴ Kleiber (1999: cap. 6) faz alguns reparos críticos à teoria langackariana das *zonas activas*, sobretudo em relação à pressuposição de Langacker de que estas variações conduzem à polissemia, ilustrando o

Fenómeno complementar de saliência cognitiva, do qual a metonímia também participa, é o que Langacker, num outro estudo seminal (1993, 1999: cap. 6), designa de *ponto de referência* e define como “ability to invoke the conception of one entity for purposes of establishing mental contact with another, i.e., to single it out for individual conscious awareness”. O próprio Langacker (1993: 30) caracteriza a metonímia em termos de pontos de referência: “metonymy is basically a reference-point phenomenon [...] the entity that is normally designated by a metonymic expression serves as a reference point affording mental access to the desired target (i.e., the entity actually being referred to) [...] a well-chosen metonymic expression lets us mention one entity that is salient and easily coded, and thereby evoke – essentially automatically – a target that is either of lesser interest or harder to name”. Por exemplo, o ‘motor’ é o *ponto de referência* da expressão metonímica “um turbo diesel imbatível” e é ele quem permite acesso mental (e deste modo activa) ao que esta expressão pretende significar – o ‘carro’. O Quadro 6, apresentado acima, exemplifica os *pontos de referência* (e as *zonas activas*) de padrões metonímicos frequentes.

A metonímia convencionalizada difere dos fenómenos de *zona activa* e *ponto de referência* no facto de aquela, mas não necessariamente estes, pressuporem polissemia.

Uma outra importante fonte de metonímia, e sobretudo de polissemia metonímica, é o fenómeno conceptual e discursivo da implicatura. Diacronicamente, implicaturas (e inferências) conversacionais convencionalizam-se e dão origem a dois ou mais sentidos de um mesmo item²⁵. Um exemplo encontra-se no verbo *deixar* (Silva 1999a: cap. 2): dos sentidos de ‘ir embora’ e ‘não se aproximar’, por um lado, para os sentidos de ‘não levar (o objecto) consigo (quando alguém se afasta de um lugar)’ (intencionalmente ou por esquecimento-distracção, em que *deixar* adquire as nuances de ‘esquecer’, ‘perder’) e ‘abster-se de levar (o objecto)’, através de implicaturas daqueles sentidos, segundo as quais quando alguém se afasta ou não se aproxima de um lugar também se separa ou se mantém separado das entidades que podem estar nesse lugar²⁶. Um outro exemplo ainda com *deixar*: metonímia por implicatura entre ‘transferir (/ não se apropriar de) o direito de intervenção (posse, uso, responsabilidade)’ e ‘não intervir’, isto é, ‘transferir o direito de intervenção’ conduz, por implicatura, a ‘não intervir’, já que quem transfere o

problema com as interpretações de *commencer un livre* (‘começar a ler’ / ‘começar a escrever’ / ‘começar a leitura / a escrita’).

²⁵ No âmbito dos estudos sobre a gramaticalização, Traugott & König (1991) chamam a este processo “reforço pragmático”.

direito de posse, de uso, de responsabilidade (ou outro direito de intervenção) do objecto a alguém não pode mais intervir (pelo menos, directamente) e, assim, permite ou não impede que outrem passe a intervir nesse mesmo objecto; inversamente, ‘não intervir’ conduz, também por implicatura, a ‘transferir o direito de intervenção’, pois quem não intervém dá a outrem a possibilidade (pelo menos) de intervenção.

6.3. Tipologias

Na literatura sobre a metonímia, são várias as tentativas de classificação das muitas e diferentes relações metonímicas, revelando-se todas como um esforço para a compreensão do próprio fenómeno da metonímia. Algumas das relações metonímicas reconhecidas como mais frequentes correspondem às apresentadas, acima, no Quadro 6: continente-conteúdo, produtor-produto, material-objecto, instrumento-agente, lugar-instituição, lugar-evento, instituição-pessoas, parte-todo, causa-efeito, etc., em grande parte destes casos nas duas direcções da respectiva relação (por exemplo, parte pelo todo e todo pela parte). É mais ou menos esta a classificação que se pode encontrar em tratados de retórica (Sappan 1987, para uma perspectiva de conjunto), em manuais clássicos de semântica (Ullmann 1962), em estudos como os de Nunberg (1979), Norrick (1981) e Apresjan (1992: 194-259), e mesmo em autores da teoria cognitiva contemporânea, como Lakoff & Johnson (1980: 35-40). Silva (1992) procura sistematizar e desenvolver a classificação tradicional. Outras classificações tradicionais apoiam-se na natureza ontológica da relação de contiguidade e distinguem entre contiguidade-metonímia espacial, temporal e causal (Ullmann 1962).

As diversas relações metonímicas podem reduzir-se a alguns esquemas gerais. Constituindo a mais consistente e recente tipologia cognitiva da metonímia, Kövecses & Radden (1998) e Radden & Kövecses (1999) identificam três tipos metonímicos: PARTE PELO TODO, TODO PELA PARTE e PARTE PELA PARTE. Os dois primeiros, subsumidos na relação mais geral ‘todo e suas partes’, aplica-se tipicamente a ‘coisas’ e a uma grande variedade de “modelos cognitivos idealizados” (expressão de Lakoff 1987, sinónima da de “domínio” conceptual, de Langacker 1987), nomeadamente coisa-e-parte, escala, constituição, evento complexo, categoria-e-membro e categoria-e-propriedade. O

²⁶ Taylor (1995: 126) denomina este processo de “perspectivação de uma implicação” e apresenta-o igualmente como uma importante fonte de polissemia metonímica.

terceiro aplica-se a várias partes de “modelos cognitivos idealizados”, mais concretamente a ‘predicações’ em eventos, isto é, a ‘entidades conceptuais’ que fazem parte de modelos/domínios de eventos, e entre estes modelos estão acção, percepção, causação, produção, controlo, posse, contentor, localização, signo e referência e modelos que envolvem relações indeterminadas. Incluindo as variantes de cada uma destas relações, no total os autores identificam 37 relações metonímicas, sem com isso pretenderem uma tipologia exhaustiva.

Relativamente apenas aos tipos mais gerais, Ruiz de Mendoza (2000, Ruiz de Mendoza & Díez Velasco 2002: 497-98) reconhece, não três, mas apenas dois – PARTE PELO TODO e TODO PELA PARTE (ditos “origem-no-alvo” e “alvo-na-origem”, respectivamente) –, considerando que os tradicionais casos de PARTE PELA PARTE constituem especificações de PARTE PELO TODO e concluindo que a metonímia envolve sempre *inclusão* (expansão e redução) de domínios. Relevando a ambiguidade das expressões “parte pelo todo” e “todo pela parte” entre o sentido taxionómico (‘espécie de’) e o sentido meronímico (‘parte de’), Seto (1999) revaloriza e redimensiona a noção tradicional de sínédoque²⁷ (hoje mais frequentemente tomada como tipo particular de metonímia): define-a como uma relação taxionómica de inclusão categorial, remetendo para a metonímia a relação estritamente meronímica de ‘parte de’, como uma especificação da relação de contiguidade entre entidades (relação que considera definidora da metonímia).

Explorando os mecanismos e as motivações da contiguidade conceptual, Blank (1999) propõe uma tipologia cognitiva da metonímia assente em “dois modelos de contiguidade”: o modelo sincrónico de *co-presença* e o modelo diacrónico de *sucessão*. As relações estáticas de co-presença dão-se entre os ‘actores’ que interagem num domínio, a sua ‘actividade’, ‘instrumentos’, ‘objectos afectados’ ou ‘produtos’, ‘lugar’ e ‘tempo’ da actividade, ‘atributos’ e ‘partes’ das entidades e eventos desse domínio. Tipos ou esquemas de metonímia por co-presença são, entre outros, inventor-produto, instrumento-agente, lugar-objecto, objecto-aspecto típico, objecto-função. Relações dinâmicas de sucessão dão-se entre um ‘estado’ e o seu ‘estado prévio’ ou ‘estado consequente’, uma ‘acção’ ou ‘processo’ e o seu ‘objectivo/finalidade’, a sua ‘causa’ ou

²⁷ A noção tradicional de sínédoque é heteróclita: compreende (e confunde!) casos de generalização e especialização, de um lado, e casos de parte pelo todo e todo pela parte, do outro. Ora, as relações de generalização e especialização são distintas da metonímia, ao passo que as relações parte-todo participam do mecanismo metonímico e, por isso, têm sido (e continuam a ser) incluídas na metonímia – esta é a

‘pré-condições’, o seu ‘produto’ ou ‘resultado’; ocorre também entre ‘períodos’, diferentes ‘lugares’ e entre ‘domínios’ relacionados. Tipos ou esquemas de metonímia por sucessão incluem actividade-resultado, resultado-causa, pré-condição-actividade, material-produto, instrumento-produto. Todos os esquemas metonímicos, transversalmente distribuídos pelos domínios do espaço, tempo e causação, são assim, conclui Blank (1999), ora de co-presença ora de sucessão no tempo.

Procurando articular algumas das propostas apresentadas, podemos combinar três dimensões esquemáticas para uma tipologia *cognitiva* da metonímia, tal como representamos na Figura 2. A primeira e a segunda dimensões serão mais esquemáticas do que a terceira. Os vários padrões metonímicos tradicionalmente conhecidos são elaborações destes esquemas mais gerais.

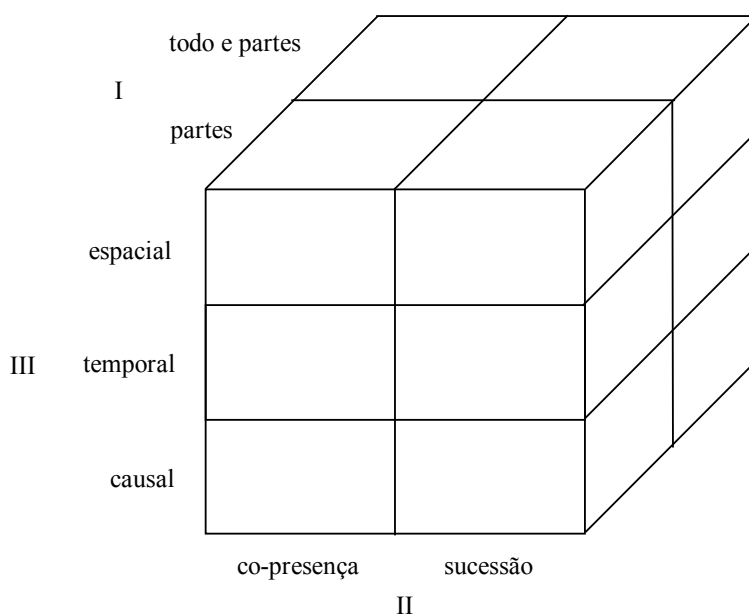


Figura 2. Para uma tipologia da metonímia

Algumas relações metonímicas são reversíveis ou bi-direccionais, mas outras só admitem (ou então preferem) uma direcção. Assim, a metonímia CONTINENTE POR CONTEÚDO, isto é, aquela que escolhe o continente como *ponto de referência*, é mais natural do que a metonímia CONTEÚDO POR CONTINENTE. De igual modo, CONTROLADOR POR CONTROLADO é mais natural do que CONTROLADO POR CONTROLADOR. E o esquema metonímico todo-partes (TODO PELA PARTE e PARTE PELO TODO) é mais proeminente do

posição mais consensual, partilhada por Ullmann (1962: 212), Lakoff & Johnson (1980: 36) ou Croft

que o esquema metonímico PARTE PELA PARTE. Estas preferências metonímicas explicar-se-ão à luz de princípios cognitivos e comunicativos, de que a seguir se faz referência.

6.4. Motivações da metonímia

Quais as motivações da metonímia, considerada em toda a sua diversidade? Blank (1999) aponta duas ordens de motivações: (i) psicológicas, na associação por contiguidade (distinta das associações por similaridade e por contraste) e (ii) cognitivo-comunicativas, na base das próprias relações de contiguidade conceptual existentes entre os elementos de um domínio e visando a saliência de entidades e relações dentro desse domínio. Ou seja, a metonímia vem responder ao princípio de maximização do sucesso cognitivo e comunicativo e ao princípio de minimização do esforço linguístico.

Também Kövecses & Radden (1998) e Radden & Kövecses (1999), nos já referidos estudos cognitivos sobre a metonímia, identificam princípios cognitivos e comunicativos para a explicação do mecanismo metonímico (em particular, no que diz respeito à selecção do “ponto de referência”, que permite aceder à “zona activa”). Um dos princípios cognitivos é o da *experiência humana*: a nossa perspectiva antropocêntrica do mundo leva a preferir o ‘humano’ em detrimento do ‘não-humano’ (daí, por exemplo, as metonímias POSSUIDOR POR POSSUÍDO, CONTROLADOR POR CONTROLADO, PRODUTOR POR PRODUTO), o ‘concreto’ em detrimento do ‘abstracto’ (FÍSICO POR MENTAL, FÍSICO POR EMOCIONAL). Um outro é o da *selectividade perceptiva*: tendemos a seleccionar o ‘imediato’ (por exemplo, os efeitos afectam-nos mais imediatamente do que as causas, e daí a metonímia EFEITO PELA CAUSA), o ‘real’, o ‘domínio’ (donde, por exemplo, a metonímia CAPITAL PELO PAÍS), o ‘delimitado’ e o ‘específico’. Um terceiro princípio cognitivo é o das *preferências culturais*, pelo qual é atribuído estatuto proeminente a elementos de um domínio culturalmente marcados. Daí a preferência pelo ‘estereotípico’ em detrimento do ‘não-estereotípico’, do ‘prototípico’ em detrimento do ‘não-prototípico’, do ‘central’ pelo ‘periférico’, do ‘importante’ pelo ‘menos importante’, do ‘ideal’ pelo ‘não-ideal’, do ‘comum’ pelo ‘raro’, etc. Os autores

acrescentam dois factores comunicativos: o princípio de *clareza* e o princípio de *relevância*, tal como tem sido formulado por Sperber & Wilson (1995).

Sintetizando, as motivações para a metonímia envolvem factores de saliência cognitiva, entre os quais estão os fenómenos estudados por Langacker sob a designação de *ponto de referência* e *zonas activas*, e factores de eficácia comunicativa.

7. *Metaftonímia*, ou a interacção entre metáfora e metonímia

Metáfora e metonímia não são mecanismos conceptuais independentes, mas interactuam frequentemente. Esta é uma das ideias-chave da mais recente investigação cognitiva sobre a metáfora (cf., sobretudo, Dirven & Pörings 2002), sugerida já em estudos cognitivos anteriores (Lakoff & Turner 1989: 104-106, Gibbs 1994: 449-451). Num estudo pioneiro, Goossens (1990, 2002) evidencia esta interacção, a que dá o nome sugestivo de “*metaphonymy*”, nas expressões do inglês que denotam “acção linguística” (tendo como domínios-origem a acção violenta, o som e partes do corpo), e verifica que há casos de *integração* da metonímia e da metáfora, ora como “metonímia dentro da metáfora” ora, mais raramente, “metáfora dentro da metonímia”, e casos de *cumulação*, quer como “metáfora a partir de uma metonímia” quer, menos frequentemente, como “metonímia a partir de uma metáfora”. Barcelona (2002) propõe a distinção entre dois grandes tipos de interacção: (i) interacção a nível conceptual, ora como motivação metonímica da metáfora ora como motivação metafórica da metonímia, e (ii) co-instanciação textual numa mesma expressão linguística.

Um dos domínios em que a interacção metáfora-metonímia é particularmente recorrente é o das categorias de emoção. Nos seus importantes estudos sobre a linguagem das emoções, Kövecses (1986, 1988, 1990, 2000) e Lakoff (1987: 380-415) concluem que na conceptualização das emoções e dos sentimentos funcionam um princípio metonímico geral de tipo EFEITO PELA CAUSA, pelo qual a ira, a tristeza, o medo, a alegria, o amor e outras emoções/sentimentos são referidas por sintomas fisiológicos correspondentes – tais como aumento/abaixamento da temperatura do corpo, rosto corado/pálido, gritos e lágrimas, abraços, suor, alteração das pulsações e do ritmo cardíaco (cf., na secção anterior, Quadro 7) –, e várias metáforas conceptuais desencadeadas por estas metonímias fisiológicas – por exemplo, IRA É CALOR / É FOGO / É ANIMAL PERIGOSO, MEDO É OPRESSOR, ALEGRIA É LUZ / ESTÁ EM CIMA, TRISTEZA É

ESCURIDÃO / ESTÁ EM BAIXO, AMOR É NUTRIENTE / ALIMENTO SABOROSO / FOGO. Geralmente, o calor do corpo é metonimicamente tomado em vez da emoção/sentimento e metaforicamente compreendido como um fluido quente que corre num contentor: o aumento do calor faz o fluido ferver e pode causar uma explosão, o que explica emoções tais como a ira, a alegria ou o amor, e a diminuição do calor está na base do medo. O Quadro 8, elaborado com base nos resultados dos vários estudos de Kövecses, sistematiza as principais metonímias e metáforas que estão na base da conceptualização da categoria ‘emoção/sentimento’. No inglês, a alegria e o amor são conceptualizadas mais por metáforas e o medo mais por metonímias; no caso da ira, há um equilíbrio entre os dois processos cognitivos²⁸.

Metonímia	AGITAÇÃO FÍSICA POR EMOÇÃO
Metáfora	A EMOÇÃO SURGE REPENTINAMENTE DO EXTERIOR A EMOÇÃO É UMA FORÇA NATURAL A EMOÇÃO É UM ORGANISMO VIVO PRESENÇA É A EXISTÊNCIA DA EMOÇÃO EMOÇÃO É UM FLUIDO NUM CONTENTOR O CORPO / OS OLHOS / O CORAÇÃO / OUTROS ÓRGÃOS SÃO CONTENTORES DE EMOÇÕES

Quadro 8. Metaftonímia nas emoções/sentimentos

É um facto extremamente frequente, de reconhecimento imediato em semântica diacrónica, que a metáfora e a metonímia operam em sucessão (muitas vezes em séries com várias etapas) como mecanismos de extensão semântica (Geeraerts 1997 e Silva 1999: cap. 4, sobre a história semântica de *deixar*).

Consequentemente, é natural que surjam casos justamente situados *entre* a metáfora e a metonímia e, assim, de indeterminação entre metáfora e metonímia. Por exemplo, o uso de termos de temperatura para a caracterização de cores e pessoas, donde expressões como *cor fria* e *pessoa fria*: por um lado, uma transferência de *frio* do domínio da temperatura para o domínio das cores e das pessoas, resultante da metáfora;

²⁸ Para estudos sobre a conceptualização das emoções no português, evidenciando, além do mais, a interacção metáfora-metonímia, ver Faria (1999), Abrantes (1999, 2002), Pires (2001), Batoréo (2001, 2003) e Florescu (2002).

por outro lado, poder-se-á admitir uma relação metonímica da causa para o efeito, isto é, da sensação de uma temperatura fria para o estado emotivo que acompanha essa sensação. Outro exemplo apresentámo-lo acima, no Quadro 1 (secção 3), com o adjectivo *alto* nas expressões *preços altos* e *subida de preços*.

Neste contexto de estudo da interacção metáfora-metonímia, alguns autores avançam a hipótese de que a metonímia é cognitivamente mais básica do que a metáfora. Taylor (1995: 124, 139) considera a metonímia como processo de extensão semântica mais básico que a metáfora. Argumenta que, embora algumas metáforas (em particular, as que representam o que tradicionalmente se designa por *sinestesia*) não envolvam a relação de contiguidade, grande parte delas “are grounded, ultimately, in metonymy”, já que a relação de similaridade entre propriedades de diferentes domínios pressupõe, geralmente, que essas propriedades sejam vistas como contíguas dentro de um mesmo domínio complexo. Também Goossens (1990), na classificação dos padrões de interacção metáfora-metonímia, sugere a mesma ideia, ao verificar que casos de “metáfora a partir de uma metonímia” e “metonímia dentro da metáfora” são mais frequentes do que os inversos.

Barcelona (2000) assume uma posição radical ao defender a hipótese de que *qualquer* metáfora é motivada por uma metonímia conceptual, incluindo os casos de sinestesia, como *música doce* e *cor berrante*, que Taylor (1995: 139) afasta da metonímia. Barcelona identifica dois tipos gerais de motivação metonímica da metáfora. Num, como em *cor berrante* ou *música doce*, um modelo experiencial metonímico do domínio-alvo da projecção metafórica motiva e restringe a escolha do domínio-origem. Noutro, como *MAIS ESTÁ EM CIMA, TRISTEZA ESTÁ EM BAIXO*, a metáfora resulta da generalização de uma metonímia. Os conceitos emotivos são tomados como uma boa prova em favor desta hipótese, visto que, como ficou patente nos Quadros 7 e 8, as várias metáforas de emoções parecem assentar em metonímias fisiológicas (cf. também Kövecses & Radden 1998: 61). Procurando complementar diferentes abordagens, Barcelona argumenta ainda que as “metáforas primárias” estudadas por Grady (1997) são motivadas por correlações experienciais metonímicas. Analogamente, Radden (2002) defende que as metáforas baseadas em metonímias são mais básicas e naturais do que as que não têm a motivação metonímica.

Uma rica exploração empírica desta mesma hipótese deve-se a Radden (2002). O autor identifica quatro tipos de bases metonímicas da metáfora: (i) base experiencial comum, (ii) base de implicatura, (iii) base de estrutura de categoria e (iv) base de

modelo cultural. A base experiencial comum de dois domínios envolvidos pode consistir ora na correlação dos dois domínios, ora na complementaridade de elementos. Exemplos de metáforas por correlação metonímica são, entre outros, MAIS ESTÁ EM CIMA, IMPORTANTE É GRANDE, ACTIVO É VIVO. Elementos complementares como corpo e mente formam uma forte unidade, que está na base da metáfora MENTE É UM CORPO. As implicaturas conversacionais constituem, como já vimos, um importante mecanismo de extensão semântica. Algumas podem ocorrer em eventos sequenciais, como, por exemplo, ver algo e tomar conhecimento disso, dando assim origem à metáfora VER É COMPREENDER. Outras implicaturas decorrem da relação entre eventos e seus resultados e um dos tipos de implicatura mais frequente é a que envolve a relação metonímica entre um lugar e a actividade realizada nesse lugar, como em *ir à igreja* e *ir para a cama*, dando origem à metáfora PROPÓSITOS SÃO METAS. A relação metonímica entre uma categoria e os seus elementos mais salientes pode também ser origem de metáforas: é o caso de OFENSA É UM DANO FÍSICO. E a metáfora CAUSA É FORÇA pode ser vista como resultante de uma inclusão categorial. Com efeito, as causas envolvem, tipicamente, o exercício de uma força física: por exemplo, a força física é necessária para pôr um carro em movimento, ora rodando a chave de ignição ora empurrando o carro. Os modelos culturais são a quarta fonte de metáforas de base metonímica: exemplos paradigmáticos são os modelos populares das forças físicas, da comunicação e da linguagem (cf. a “metáfora do conduto”, referida acima na secção 5) e das emoções e suas reacções fisiológicas.

Provavelmente tão ou mais importante do que a exploração da hipótese da primariedade conceptual da metonímia, é a investigação de todos os diferentes padrões de interacção entre metonímia e metáfora e a verificação do *continuum* entre estes dois processos cognitivos e, consequentemente, o reconhecimento de que entre eles há bem mais elementos em comum do que o que tradicionalmente se pensa.

8. Integração conceptual e metáfora

Uma nova teoria em linguística cognitiva que subsume a metáfora e a metonímia como casos particulares de mecanismos de projecção mental é a teoria da *integração (mesclagem) conceptual* (“blending”) – uma extensão dos estudos iniciais de Gilles Fauconnier sobre *espaços mentais* (Fauconnier 1985) e que tem sido desenvolvida pelo

próprio e por Mark Turner e seus colaboradores (Fauconnier 1997, Fauconnier & Turner 1996, 1998, Turner & Fauconnier 1995, 2000, 2002, Grady, Oakley & Coulson 1999, Coulson & Oakley 2000, Brandt 2000). Esta nova teoria procura explicar como é que falantes e ouvintes registam correspondências conceptuais e constróem novas inferências durante o processo discursivo. A ideia nova e central é a de que na projecção conceptual, tal como decorre no discurso, os domínios origem e alvo (ou *espaços input*) são projectados num *espaço integrado* (“blend”), cuja estrutura conceptual não deriva inteiramente dos *espaços input*. Não estamos, pois, perante uma nova teoria específica da metáfora, mas uma teoria dos mecanismos de integração (e inovação) conceptual que ocorrem no discurso e que se aplicam a uma vasta diversidade de fenómenos, entre os quais estão a categorização, as inferências, a metáfora e a metonímia, a ironia, processos e mecanismos discursivos, construções sintácticas, morfo-sintácticas e fonológicas.

Como os seus proponentes asseguram, a teoria da integração conceptual não é incompatível com a teoria da metáfora conceptual de Lakoff e Johnson; as duas abordagens são, antes, complementares (cf., sobretudo, Grady, Oakley & Coulson 1999). As duas teorias partilham vários aspectos: por exemplo, para ambas a metáfora é um fenómeno conceptual e não meramente linguístico, ambas envolvem projecção sistemática de linguagem, imagens e estrutura inferencial entre domínios conceptuais, ambas reconhecem condições e limites nesta projecção. As principais diferenças são as seguintes: a teoria da metáfora conceptual postula relações entre pares de representações mentais, ao passo que a teoria da integração conceptual permite correlações entre mais do que duas representações; a teoria da metáfora conceptual define a metáfora como um fenómeno estritamente direccionado, ao passo que a teoria da integração conceptual rejeita essa unidireccionalidade; a teoria da metáfora conceptual diz respeito sobretudo a relações conceptuais estabelecidas, ao passo que a teoria da integração conceptual centra-se sobre novas conceptualizações que podem ser temporárias. A complementaridade entre as duas teorias reside, especificamente, no facto de as relações inter-domínios identificadas pela teoria da metáfora conceptual darem forma e condicionarem o processo mais complexo de integração conceptual.

Vejam os mais de perto o processo de integração conceptual. Ele dá-se entre *espaços mentais* e não entre *domínios*: ao contrário dos *domínios* da teoria da metáfora conceptual, que são representações mentais estáveis e gerais, os *espaços mentais* da teoria da integração conceptual são representações mentais discursivas e temporárias que os falantes constróem quando pensam e falam acerca de uma determinada situação

passada, presente ou futura, vivida ou imaginada, que recrutam informação de vários domínios ao mesmo tempo e do contexto e cuja função é responder às necessidades de conceptualização, muitas vezes novas e mesmo únicas. Por outro lado, o processo de integração conceptual envolve, não dois domínios, como na teoria da metáfora conceptual, mas, pelo menos, quatro espaços mentais – daí ser esta nova abordagem também conhecida como teoria dos “espaços múltiplos”, em oposição à teoria dos “dois espaços” da metáfora conceptual. Como a Figura 3, adaptada de Fauconnier & Turner (1998: 143) sistematiza, há, pelo menos, 2 *espaços input* (correspondem ao domínio-origem e ao domínio-alvo da metáfora), 1 *espaço genérico*, que contém o que há de comum aos espaços *input* e, pelos conceitos superordenados que alberga (esquemas imagéticos, interacções de dinâmica de forças, movimento abstracto, entre outros candidatos a conceitos do espaço genérico), facilita o estabelecimento de correspondências entre elementos desses espaços, e ainda 1 *espaço integrado (blend)*, que incorpora elementos seleccionados dos espaços *input* (alguns deles equivalentes, marcados por linhas contínuas, e outros nem tanto).

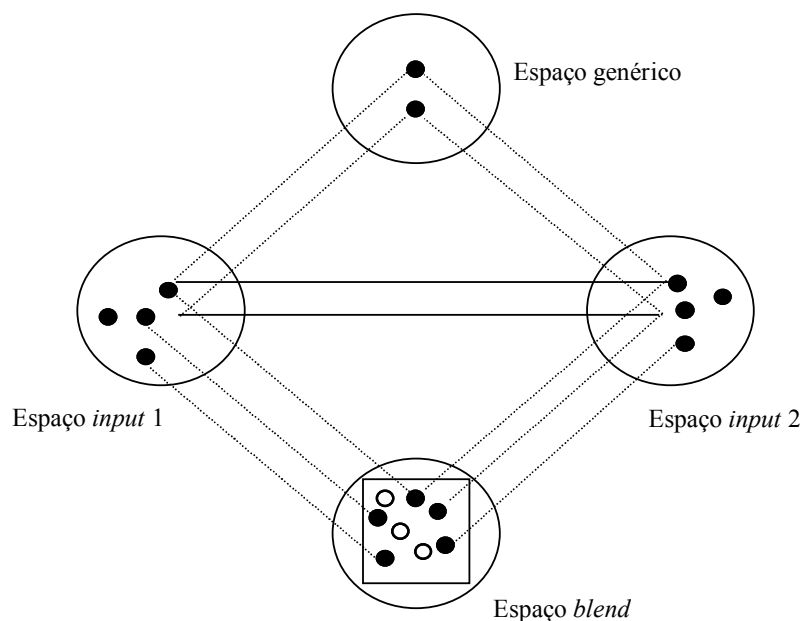


Figura 3. Processo de *integração conceptual*

É deste processo de integração (“blending”), em que são projectados elementos seleccionados de ambos os espaços *input* (em contraste com a projecção unidireccional

postulada pela teoria da metáfora conceptual), que emerge uma nova conceptualização, não subsumível a uma soma das estruturas dos espaços *input*, nem previsível quer somente a partir dos espaços *input* quer a partir do espaço genérico, e ainda incompatível com os espaços *input*. Isto é, o espaço *blend*, lugar da nova conceptualização, tem uma lógica e uma dinâmica próprias e contém uma *estrutura emergente* constituída por não-correspondências entre os espaços origem e alvo. O dinamismo dos espaços *blend* está patente também no facto de o processo de integração envolver a activação de novos espaços e a alteração de espaços previamente activados.

Um exemplo ilustrativo do processo de integração conceptual e ao mesmo tempo do alcance explicativo desta teoria em relação à metáfora encontra-se na expressão metafórica *o cirurgião é um carnicheiro*. Será que a teoria da metáfora conceptual explica bem esta metáfora? Em termos da teoria lakoviana, temos aqui uma projecção do domínio-origem do açougue para o domínio-alvo da cirurgia, envolvendo uma série de correspondências: carnicheiro → cirurgião, animal (vaca) → ser humano, mercadoria → doente, cutelo → bisturi, etc. Mas esta análise parece não poder explicar o elemento crucial desta metáfora: a ‘incompetência’ do cirurgião (é esta a interpretação mais normal da expressão em causa). Esta noção não é projectada do domínio-origem para o domínio-alvo, já que um carnicheiro, embora com menos prestígio social do que um cirurgião, é suposto que também seja competente no que faz e merece igualmente reconhecimento por isso. Esta avaliação negativa deriva, antes, da incongruência da combinação entre o tipo de coisas que um cirurgião faz com o tipo de coisas que um talhante faz, apesar de entre as duas actividades poder reconhecer-se algo em comum.

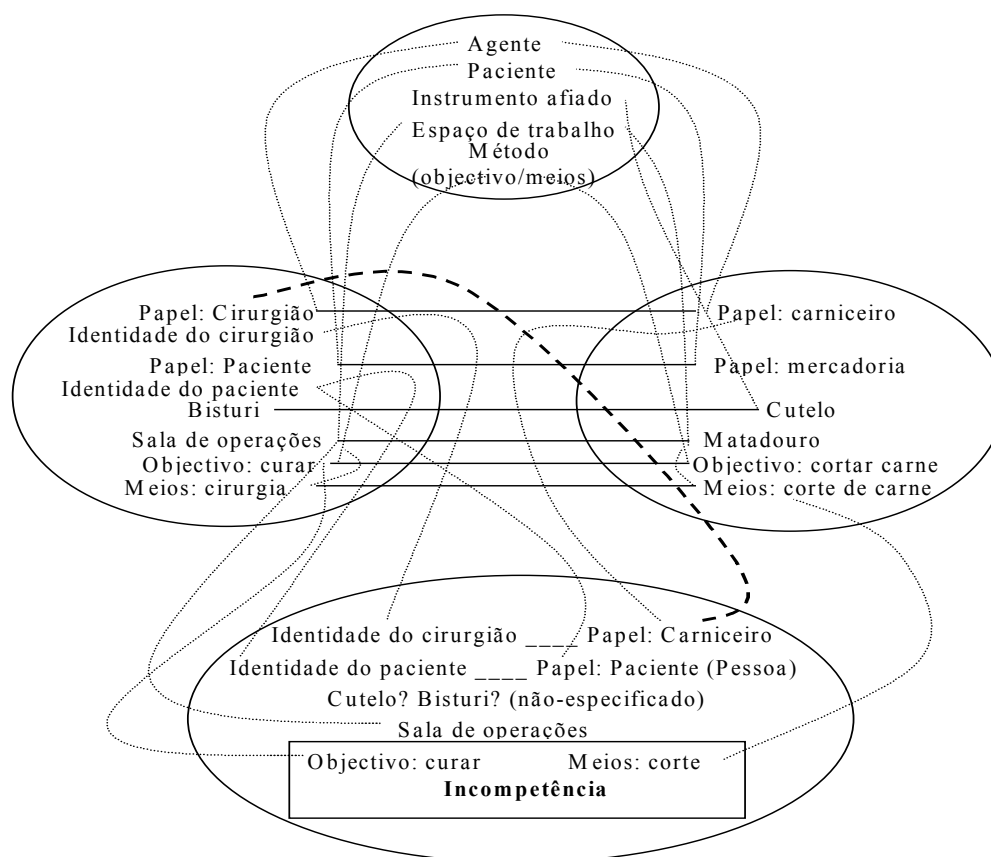


Figura 4. Rede de integração conceptual de “o cirurgião é um carnicheiro”

Vejamos a explicação desta metáfora em termos da teoria da integração conceptual e atentemos na Figura 4, adaptada de Grady, Oakley & Coulson (1999: 105), que sistematiza todo o respectivo processo de integração (as linhas contínuas representam correspondências entre os espaços *input* que estão na base da projecção; as linhas descontínuas indicam projecções entre espaços e a linha tracejada indica que o carnicheiro no espaço *blend* está associado ao cirurgião no espaço alvo).

O espaço *blend* herda alguns elementos de cada um dos espaços *input*. Do *input* alvo, herda a identidade da pessoa que está a ser operada e da que opera e detalhes da sala de operações. Do *input* origem, herda o papel do carnicheiro e actividades associadas. Os dois espaços *input* partilham elementos, representados no espaço genérico: ‘cortar carne com um instrumento cortante’. Além de herdar elementos dos espaços *input*, o espaço *blend* constrói o seu próprio conteúdo ‘emergente’. Este resulta da sobreposição de elementos dos espaços *input*. Designadamente, o espaço do corte do açougue projecta uma relação meios-finalidade incompatível com a relação meios-

finalidade do espaço da cirurgia. No espaço do açougue, o objectivo do processo é matar o animal e, em seguida, separar a carne dos ossos. Pelo contrário, o objectivo da cirurgia é curar o doente. No espaço *blend*, os meios do açougue são combinados com os fins, os participantes e o contexto cirúrgico do espaço da cirurgia. A incongruência dos meios do talhante relativamente aos fins do cirurgião conduz à inferência central de que o talhante é incompetente. Esta propriedade emergente da integração conceptual não pode ser encontrada numa análise do tipo da teoria da metáfora conceptual, já que esta focaliza apenas correspondências e projecções do domínio-origem para o domínio-alvo.

Um dos aspectos centrais desta nova teoria é a identificação dos mecanismos de integração conceptual. Fauconnier & Turner (1998) distinguem três operações básicas: a composição, a completude e a elaboração. A *composição*, a mais simples destas operações, consiste na combinação de material conceptual de mais de um espaço *input*. As representações resultantes do processo de composição podem ser ou não realistas: por exemplo, embora não seja plausível que a um talhante seja permitido operar um doente de cirurgia, frequentemente construímos e manipulamos esta imagem mesclada. A *completude* envolve o recrutamento de conhecimento e estruturas conceptuais na memória de longo prazo e a sua activação no processo de integração: por exemplo, quando mentalmente projectamos um talhante numa sala de operações introduzimos a noção de incompetência e/ou crime na cena e a ideia de uma acção desapropriada traz à mente a noção de pessoa incompetente e/ou criminosa. Finalmente, a *elaboração* é o desenvolvimento imaginativo da integração, passível de ser prolongado indefinidamente: por exemplo, podemos passar da imagem de um carnicheiro talhando um doente para a imagem ainda mais surrealista de um talhante embalando carne de um doente. Em cada um destes processos há, assim, um potencial emergente de conceptualização nova, não disponível a partir de nenhum dos espaços *input*. Grady (2000) sugere que estas operações estão intimamente ligadas a processos cognitivos básicos, bem conhecidos por psicólogos e neurocientistas, como a ligação, a restrição e a activação de propagação.

Sendo o processo de integração conceptual muito mais vasto do que a metáfora e procurando uma melhor compreensão da integração metafórica, o que é que distingue esta da integração não-metáfórica? Respondem Grady, Oakley & Coulson (1999) que o que faz uma integração metafórica é a fusão com adaptação, isto é, o recrutamento de alguns elementos dos diferentes espaços *input* e ao mesmo tempo o não-recrutamento

de aspectos salientes desses espaços, e é também a direccionalidade do processo e a topicalidade assimétrica dos espaços *input*, isto é, um deles pode ser tópico e o(s) outro(s) não. Ora, esta explicação não deixa de estar em sintonia com o princípio da teoria da metáfora conceptual que postula a distinção dos domínios conceptuais envolvidos no processo de projecção.

Refira-se, ainda, que esta nova teoria dos “espaços múltiplos” sintoniza com a já referida teoria das metáforas primárias de Grady (1997a), como teoria dos “pré-domínios”: ambas aportam novas e iluminadoras contribuições e algumas críticas à teoria lakoviana da metáfora e metonímia, como teoria dos “dois domínios”²⁹.

Alguns aspectos da teoria da integração conceptual têm sido questionados. Ruiz de Mendoza (1998) e Ruiz de Mendoza & Díez Velasco (2002) rejeitam a tese de que os espaços *blend* possam conter estrutura conceptual não derivada ou não compatível com os espaços *input*. Argumentam que o espaço *blend* é o resultado da actividade cognitiva e não o produtor de tal actividade, estando este nos diferentes mecanismos e operações cognitivas que operam entre os diferentes espaços envolvidos (padrões de interacção envolvendo todos os tipos de modelos cognitivos: interacções baseadas em esquemas imagéticos, em modelos cognitivos proposicionais, em modelos metonímicos e interacções entre metáfora e metonímia). E ainda que as operações de correlação e integração ocorrem antes de a estrutura conceptual ser integrada no *blend*. E concluem que a sua proposta, denominada *hipótese de inputs múltiplos*, é mais consistente com o conhecimento que temos sobre os mecanismos de processamento cognitivo e o princípio de economia.

9. Metáfora e não-metáfora

Metáfora e metonímia poderão constituir casos particulares de processos cognitivos mais gerais. É o caso do processo de integração conceptual explorado por G. Fauconnier e M. Turner, que acabámos de ver. É também o caso, relativamente à metonímia, dos fenómenos de pontos de referência e zonas activas, estudados por R. Langacker. Tudo isto vem questionar a tese da primariedade da metáfora na

²⁹ É interessante verificar que, numa breve referência à metáfora, Langacker (200: 39-43) propõe uma estrutura igualmente com quatro elementos: origem, alvo, *esquema* (correspondente ao espaço genérico) e um “domínio híbrido” a emergir dos domínios origem e alvo (ou seja, o espaço *blend*).

estruturação do pensamento e da linguagem, largamente defendida por G. Lakoff e M. Johnson.

A questão que agora se põe é saber quais os limites da metáfora e, mais concretamente, se alguns fenómenos por vezes tidos como metafóricos o são efectivamente ou não. Esta questão vem dar continuidade ao problema da distinção entre literal e figurado, desenvolvido na secção 3. De referir que a mesma questão, particularmente no que diz respeito à discussão de fenómenos assumidos como metafóricos, raramente tem sido explicitamente enfrentada por autores da linguística cognitiva. Uma excepção é Taylor (2002: capp. 25-26).

Um caso concreto é o de usos não-espaciais do verbo *ir*, estáticos e de expressão do futuro. A interpretação mais imediata é considerá-los como projecções metafóricas do domínio espacial no domínio temporal ou noutros domínios abstractos. Todavia, Langacker (1987: 168, 1990) explica estes usos, não em termos metafóricos, mas como resultado de processos de “movimento abstracto” e de “subjectificação”. Sintetizando, a ênfase vai, não para projecções de domínios, características da metáfora, mas para similaridades entre domínios e, sobretudo, estruturas conceptuais esquemáticas que abstraem o que há de comum a diferentes domínios.³⁰ Ou seja, o facto de uma expressão ter usos concretos e usos abstractos não implica que os abstractos sejam metaforicamente construídos em termos dos concretos. E as similaridades entre diferentes domínios podem dever-se, não a projecções metafóricas de um domínio concreto num domínio abstracto, mas a instanciações de estruturas abstractas em domínios mais específicos.

A teoria dos *esquemas imagéticos* de Johnson (1987) e a teoria dos *sistemas de estruturação conceptual* de Talmy (2000), em particular a sua teoria da *dinâmica de forças* (Talmy 1988), constituem, a par da teoria do *movimento abstracto* de Langacker, outros modos de conceptualizações específicas poderem derivar de conceptualizações mais esquemáticas, sem que a metáfora esteja necessariamente presente. No entanto, e procurando contrariar a tendência de Taylor (2002: cap. 26) em ver nisso puras “alternativas à metáfora”, convém advertir para o facto bastante frequente de os esquemas imagéticos e as configurações de dinâmica de forças poderem ser alvo de processos de metaforização na estruturação de muitos conceitos. Um exemplo concreto da complementaridade entre a conceptualização por abstracção e a conceptualização por

³⁰ Sobre as motivações da origem do sentido de futuro de *ir* + infinitivo e discussão crítica da explicação em termos de metáfora ou de metonímia, ver Lima (1998).

metáfora encontramos-lo no verbo *deixar* em conceitos dos domínios das relações interpessoais e funcionais, da morte, da posse e transferência de posse, da modalidade e da permissão, da conduta negativa, da actividade mental, do tempo – conceitos metaforicamente construídos a partir do domínio do movimento (movimento de afastamento e de não aproximação) e de interações de dinâmicas de forças de cessação ou não-ocorrência de oposição (Silva 1999a, 2003).

10. A metáfora literária

A distinção entre metáfora literária e metáfora não-literária não é fácil. Todavia, as metáforas literárias são tipicamente ricas em significado, ao passo que as metáforas científicas são tipicamente claras. Por isso mesmo, as metáforas científicas são apreciadas pelo seu potencial explicativo, ao passo que as metáforas literárias têm uma função predominantemente expressiva ou evocativa (Steen 1993).

No seu guia sobre a metáfora poética, Lakoff & Turner (1989) defendem a ideia de que a metáfora literária usa basicamente os mesmos mecanismos cognitivos que a metáfora convencional e o que distingue aquela é a extensão, elaboração e combinação desses mecanismos em formas que vão além da linguagem corrente. Argumentam que as metáforas criativas literárias dependem geralmente de metáforas convencionais, tanto na sua geração como na sua interpretação. E identificam três mecanismos básicos para a interpretação de expressões linguísticas como metáforas criativas: extensão de metáforas convencionais, metáfora de nível genérico e metáfora de imagem.

Por exemplo, o célebre verso camoniano “Amor é fogo que arde sem se ver” é uma actualização inovadora da metáfora conceptual convencional AMOR É FOGO e da metáfora mais genérica EMOÇÃO É O CALOR DE UM FLUIDO NUM CONTENTOR. Outro tipo de metáforas frequente em literatura são as chamadas metáforas de imagem. Ao contrário das metáforas conceptuais convencionais, que projectam todo o conhecimento de um domínio conceptual noutra domínio, as metáforas de imagem projectam o conhecimento de uma imagem conceptual noutra imagem, sendo por isso mais singulares e concretas (Gibbs 1994: 258-260). Outras metáforas literárias incluem metáforas de nível genérico. Por exemplo, a chamada personificação em literatura inscreve-se, segundo Lakoff & Turner (1989), na metáfora de nível genérico EVENTOS SÃO ACÇÕES.

Conclui Lakoff (1993) que o nosso sistema metafórico convencional é constantemente activado na interpretação de metáforas novas. Como também evidencia Sweetser (1992: 707), “literary metaphors are creative uses of precisely those metaphors that shape our everyday language and thought”, e é por isso mesmo que “literary language is not ‘another language’ from everyday language”.

Na última década, tem emergido um novo campo de investigação literária interdisciplinar, que utiliza métodos e resultados das ciências cognitivas, em particular da neurobiologia, da psicologia evolutiva, da linguística cognitiva, dos estudos sobre a consciência e do estudo cognitivo da emoção. Esta nova abordagem da literatura, diversamente designada como *poética cognitiva*, *retórica cognitiva* ou *estilística cognitiva*, tem não só encontrado novas respostas para muitos domínios da teoria literária tradicional, como dado importantes contributos, com os seus estudos sobre a *mente literária*, para as teorias contemporâneas da mente. Nas agendas destes estudos cognitivos sobre a literatura está, invariavelmente, o fenómeno da metáfora. Os estudos de Margaret Freeman, em particular Freeman (2000), são convincentes ilustrações do poder e utilidade de uma *poética cognitiva* ou teoria cognitiva da literatura e importantes contributos para o estudo dos mecanismos da metáfora literária e das aportações desta sobre o funcionamento da mente.

Uma última observação de carácter metodológico. Uma das questões sempre presente, e mais premente ainda no domínio do texto literário, é saber se se está ou não perante uma metáfora ou uma metonímia num determinado fragmento textual. Barcelona (2002) sugere alguns passos na identificação/explicação da metáfora no texto, ilustrando-os com a análise de uma passagem de “Romeu e Julieta”. Primeiro, verificar os domínios interligados pela projecção metafórica. Depois, caracterizar a projecção metafórica em termos precisos. Aqui, convirá procurar expressões convencionais adicionais, procurar evidência semântica/pragmática adicional, identificar o padrão metafórico e, finalmente, descrever o funcionamento da metáfora no contexto em causa.

11. Convencionalização da metáfora e da metonímia e formação de conceitos

Lakoff & Johnson (1980) e os estudos cognitivos posteriores focalizam a metáfora e a metonímia convencionalizadas, na medida em que são estas as que mais luz

proporcionam sobre o sistema conceptual humano. A metáfora *convencionalizada* é a que os falantes são capazes de utilizar sem terem (ou sem precisarem de ter) consciência da sua natureza metafórica, isto é, sem terem que activamente construir o domínio-alvo em termos do domínio-origem. Por exemplo, quando dizemos *chegar a uma conclusão* não temos que activamente construir o raciocínio em termos de uma viagem; o uso normal desta expressão não requer a activação da projecção a partir do domínio-origem das viagens. Naturalmente que qualquer falante poderá (re)activar esta projecção e tomar, assim, consciência da natureza desta metáfora. É esta a impressão de “coisa óbvia!” quando tomamos consciência da natureza metafórica da maior parte das metáforas convencionais. Não de todas, porque algumas estão tão convencionalizadas que o seu domínio-origem é inerte, já não pode ser mentalmente activado e o conhecimento que dele podem tomar os falantes, por via etimológica e diacrónica, equivale simplesmente a uma descoberta. Por exemplo, o verbo *espalhar*, cujo significado primitivo, hoje desaparecido, era ‘separar a palha (dos cereais)’.

No sentido de manter a motivação original metonímica ou metafórica de uma extensão semântica generalizada e convencionalizada, Riemer (2002) propõe duas novas categorias, designadamente *pós-metonímia* e *pós-metáfora*, para o que tradicionalmente se diz metonímia morta e metáfora morta (ou então metonímias e metáforas lexicalizadas). As pós-metonímias e as pós-metáforas são extensões semânticas originalmente metonímicas e metafóricas que se generalizaram e convencionalizaram a ponto de já não ser activado o respectivo “ponto de referência” e “domínio-origem”. Esta é uma maneira de preservação da motivação original das metáforas e metonímias (mais) convencionalizadas.

A convencionalização é um processo social de aceitação de um novo sentido ou de um novo termo por parte de uma comunidade linguística. Este processo gradual e contínuo estabelece-se através do uso constante da expressão e compreende o que Langacker (1987) denomina *rotinização* (“entrenchment”) de traços comuns recorrentes em “eventos de uso”, isto é, no próprio discurso. Este processo de rotinaização cognitiva implica uma esquematização ou abstracção reforçando esses traços recorrentes e “cancelando” os não recorrentes, o que semanticamente traz consigo uma descontextualização. Qualquer aspecto do contexto que ocorra frequente e consistentemente através de um conjunto de eventos de uso é um potencial significado convencionalizado.

Há evidências psicológicas e linguísticas de um processo de convencionalização. As melhores evidências da convencionalização de um sentido são, diacronicamente, a mudança semântica e, sincronicamente, a polissemia. Mais genericamente, a extensão semântica, tanto a semasiológica (envolvendo sentidos) como a onomasiológica (envolvendo termos), é a prova e o resultado da convencionalização de uma expressão.

Por que é que um novo sentido metafórico ou metonímico se convencionaliza e outro não? As motivações da convencionalização são várias – cognitivas, culturais e funcionais. Taylor (1995: 122-125) e Barcelona (2002: 229-232) identificam alguns quesitos para a convencionalização de uma metonímia. *Mutatis mutandis*, os mesmo podem também aplicar-se à convencionalização de uma metáfora. Primeiro, uma metonímia convencionaliza-se se satisfizer algum dos tipos de metonímia conceptual, como CONTINENTE PELO CONTEÚDO, PRODUTOR PELO PRODUTO, PARTE PELO TODO, etc. E uma metáfora convencionaliza-se na mesma condição, isto é, se corresponder a algum dos padrões de metáfora conceptual bem conhecidos. Quanto mais uma expressão metonímica ou metafórica corresponder a um desses padrões, tanto mais prototípica é essa metonímia e essa metáfora. Segundo, uma metonímia e uma metáfora convencionalizam-se se forem socialmente aceites. Por sua vez, a aceitação social depende do *número* de princípios gerais cognitivos e comunicativos que favorecem os padrões metonímicos e metafóricos – quanto mais princípios satisfizerem, mais imediata será a convencionalização – e da existência de um princípio cultural, sócio-interaccional ou estético *específico* – a inexistência desse princípio bloqueia a convencionalização. Por exemplo, *comprar um Picasso* actualiza o padrão metonímico autor pela obra, e esta actualização é motivada por princípios cognitivos que Kövecses & Radden (1998: 71) caracterizam como preferência pelo ‘humano’ em detrimento do ‘não-humano’, ‘concreto’ em detrimento do ‘abstracto’ e ‘bom gestalt’ sobre ‘pobre gestalt’. A convencionalização desta metonímia deve-se, ainda, a um princípio cultural segundo o qual as obras literárias, bem como outras obras artísticas, são consideradas produtos únicos de um artista e, nesta medida, uma extensão da sua própria personalidade. Ora, *comprar um Joana*, motivado pelo facto de a minha filha pintar o que para mim são bons quadros, não é uma metonímia convencionalizada: embora esta expressão responda ao quesito dos padrões metonímicos, actualizando o mesmo padrão de *comprar um Picasso*, e apesar de ser motivada pelos mesmos princípios cognitivo-comunicativos, não satisfaz o princípio cultural específico, não sendo por isso

socialmente aceite, a não ser dentro do nosso pequeno círculo familiar (cf. Taylor 1995: 123).

Metáfora e metonímia, configuradas em processos de convencionalização, são importantíssimas fontes de extensão semântica e formação de conceitos. Não são, porém, as únicas, embora sejam provavelmente as mais produtivas. Outros mecanismos de extensão semântica há, como a generalização (dita também esquematização ou abstracção) e a especialização de sentido, tradicionalmente bem conhecidas em estudos de semântica histórica. E existem outros processos cognitivos mais abrangentes do que a metáfora e a metonímia, como os que acima vimos sob as designações de integração conceptual (“blending”), pontos de referência e zonas activas. Todos eles podem também gerar novos conceitos e estar, assim, na origem de complexos polissémicos.

12. Conclusão

Graças à Linguística Cognitiva, desde o trabalho seminal de Lakoff & Johnson (1980) a toda uma teoria lakoviana da metáfora conceptual (Lakoff & Turner 1989, Lakoff 1993, Gibbs 1994, Lakoff & Johnson 1999) e congregando as novas e recentes aportações da teoria da integração conceptual (“blending”) de G. Fauconnier e M. Turner (Turner & Fauconnier 2002, na versão mais recente) e da teoria das metáforas primárias de Grady (1997a), a que interdisciplinarmente se ligam outros contributos provenientes da Psicologia Cognitiva e das Neurociências, hoje sabemos bem mais sobre a natureza, a estrutura e as propriedades da metáfora e da metonímia e podemos reconhecer o seu omnipresente poder cognitivo.

Sabemos que a metáfora e a metonímia são fenómenos essencialmente conceptuais e que a linguagem metafórica e a linguagem metonímica são, pois, manifestações de metáforas e metonímias conceptuais. Sabemos que a metáfora é uma projecção parcial, através de um conjunto de correspondências ontológicas e epistémicas, entre domínios conceptuais. Sabemos que a metáfora e a metonímia se processam na base de projecções (“mappings”) de um domínio conceptual noutro distinto ou não, experiencialmente motivadas e podendo estar vinculadas a processos cognitivos mais gerais. Sabemos que as metáforas e as metonímias formam sistemas conceptuais altamente estruturados e hierarquizados, porque suportados por metáforas e metonímias esquemáticas, que a metáfora e a metonímia interagem frequentemente.

Sabemos que há metáforas que se geram a um nível muito básico de conhecimento experiencial, as chamadas “metáforas primárias”. Sabemos que as metáforas e as metonímias conceptuais são inconscientes e automáticas e que as metáforas literárias são, na sua maior parte, uma extensão do sistema metafórico convencional. Sabemos que as projecções metafóricas e as projecções metonímicas podem ser ora gerais ou universais, não no sentido de conhecimento inato mas de experiências humanas universais, ora culturalmente específicas. Sabemos, enfim, que pensamos (e *pensamos bem!*) com metáforas e metonímias, que boa parte do nosso pensamento é *metafórico* e *metonímico*.

Até que ponto é que a metáfora é, como amplamente defendem Lakoff & Johnson (1999), intrínseca ao pensamento abstracto; mais concretamente, até que ponto é que a metáfora pode criar as nossas concepções do raciocínio, do tempo, da moral, das emoções e de muitos outros domínios mais ou menos abstractos? Até que ponto é que metáfora e metonímia interactuam uma com a outra a ponto de se poderem (con)fundir? Quando é que similaridades entre domínios são evidência de uma metáfora conceptual e quando é que reflectem uma estrutura conceptual abstracta sujeita a várias especificações em diferentes domínios? Em que se diferenciam e como se articulam metáfora, abstracção e categorização? Haverá alguma distinção essencial entre pensamento literal e pensamento figurado? Qual a relação entre os significados literais e os não-literais? Será que o significado abstracto só pode ser expresso figurativamente? Estas são algumas das questões à procura de respostas (mais) fundamentadas, a que a investigação cognitiva da metáfora e da metonímia no século XXI com certeza se entregará.

Referências

ABRANTES, Ana Margarida

1999 «O regresso às emoções: a expressão da raiva em Português», *Revista Portuguesa de Humanidades* 3, Faculdade de Filosofia da UCP, 101-138.

2002 *É a Guerra: O Uso do Eufemismo na Imprensa. Um estudo contrastivo em Linguística Cognitiva*, Viseu: Passagem Editores.

AMARAL, Patrícia

2001 «Metáfora e Linguística Cognitiva», In: Augusto S. Silva (org.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa, 241-261.

APRESJAN, Jurij D.

1992 *Lexical Semantics: User's Guide to Contemporary Russian Vocabulary*, Ann Arbor: Karoma.

BARCELONA, Antonio

- 1998 «El poder de la metonimia»; In: José Luis Cifuentes Honrubia (ed.), *Estudios de Lingüística Cognitiva*, Alicante: Universidad de Alicante, 365-380.
- 2000 «On the plausibility of claiming a metonymic motivation for conceptual metaphor», In: A. Barcelona (ed.), *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*, Berlin: Mouton de Gruyter, 31-58.
- 2001 «The distinction between metaphor and metonymy: A question of (a)symmetry?», paper presented at the Fourth Conference on Researching and Applying Metaphor, Tunis, 5-7 April.
- 2002 «Clarifying and applying the notions of metaphor and metonymy within cognitive linguistics: An update», In: R. Dirven & R. Pörings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 207-277.
- 2003 «Metonymy in discourse-pragmatic inferencing», paper presented at Language, Culture and Cognition: An International Conference on Cognitive Linguistics, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 16-18 July.
- BARCELONA, Antonio (ed.)
2000 *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*, Berlin: Mouton de Gruyter
- BARTSCH, Renate
2002 «Generating polysemy: Metaphor and metonymy», In: R. Dirven & R. Pörings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 49-74.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz
2001 «O espaço das emoções no Português Europeu: reflexões metodológicas sobre a ponte entre neurociências e linguística cognitiva», In: Augusto S. Silva (org.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa, 445-463.
- 2003 «Expressão dos afectos: polarização ou intensidade?», In: Ivo Castro & Inês Duarte (orgs.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 27-35.
- BLACK, Max
1962 *Models and Metaphors. Studies in Language and Philosophy*, Ithaca: Cornell University Press.
- 1993 «More about metaphor», In: A. Ortony (ed.), *Metaphor and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press, 19-41.
- BLANK, Andreas
1999 «Co-presence and succession: A cognitive typology of metonymy», In: K.-U. Panther & G. Raddden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins, 169-191.
- BRANDT, Per Aage
2000 «The architecture of semantic domains. A grounding hypothesis in Cognitive Semiotics», *Revista Portuguesa de Humanidades* 4, Faculdade de Filosofia da UCP, 11-51.
- BRUGMAN, Claudia
1990 «What is the Invariance Hypothesis?», *Cognitive Linguistics* 1-2, 257-266.
- CLAUSNER, Timothy & CROFT, William
1997 «Productivity and schematicity in metaphors», *Cognitive Science* 21, 247-282.
- 1999 «Domains and image schemas», *Cognitive Linguistics* 10-1, 1-31.
- COULSON, Seana & OAKLEY, Todd (eds.)
2000 *Conceptual Blending*, Special issue of *Cognitive Linguistics* 11-3/4.
- CROFT, William
1993 «The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies», *Cognitive Linguistics* 4-4, 335-370.
- CRUSE, D. Alan
1986 *Lexical Semantics*, Cambridge: Cambridge University Press.
- 1996 «La signification des noms propres de pays en anglais», In: S. Rémi-Guiraud & P. Rétat (éds.), *Les mots de la nation*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 93-102.
- CUENCA, Maria Josep & HILFERTY, Joseph
1999 *Introducción a la Lingüística Cognitiva*, Barcelona: Ariel.
- DIONÍSIO, Marília da Conceição Rodrigues
2002 *O Corpo na Mente: Metáforas de 'comer' e de 'beber' em Português*, Dissertação de Mestrado, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- DIRVEN, René
1993 «Metonymy and metaphor: Different mental strategies of conceptualisation», *Leuvense Bijdragen* 82, 1-28.

- 1999 «Conversion as a conceptual metonymy of event schemata», In: K.-U. Panther & G. Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins, 275-287.
- 2002 «Metonymy and metaphor: Different mental strategies of conceptualisation», In: R. Dirven & R. Pörings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 75-111.
- DIRVEN, René & PÖRINGS, Ralf (eds.)
2002 *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter.
- FARIA, Isabel Hub
1999 «Expressões idiomáticas, metáforas, emoções, sentidos figurados e sujeitos experienciadores», In: Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*, Lisboa: Edições Cosmos, 377-402.
- FAUCONNIER, Gilles
1985 *Mental Spaces*, Cambridge, MA: MIT Press.
1997 *Mappings in Thought and Language*, Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark
1996 «Blending as a central process of grammar», In: A. Goldberg (ed.), *Conceptual Structure, Discourse and Language*, Stanford: CSLI Publications, 113-130.
1998 «Conceptual Integration Networks», *Cognitive Science* 22/2, 133-187.
- FEYAERTS, Kurt
1999 «Metonymic hierarchies: The conceptualization of stupidity in German idiomatic expressions», In: K.-U. Panther & G. Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins, 309-332.
2000 «Refining the inheritance hypothesis: Interaction between metaphoric and metonymic hierarchies», In: A. Barcelona (ed.), *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*, 59-78.
- FLORESCU BECKEN, Cristina
2002 *Expressão da Alegria no Português Europeu: abordagem cognitiva*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- FREEMAN, Margaret H.
2000 «Poetry and the scope of metaphor: Toward a cognitive theory of literature», In: A. Barcelona (ed.), *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*, Berlin: Mouton de Gruyter, 253-281.
- GEERAERTS, Dirk
1997 *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*, Oxford: Clarendon Press.
- GENETTE, Gerard
1980 *Narrative Discourse: An Essay in Method*, Ithaca, NY: Cornell University Press.
- GIBBS, Raymond W.
1994 *The Poetics of Mind. Figurative Thought, Language, and Understanding*, Cambridge: Cambridge University Press.
1999 «Speaking and thinking with metonymy», In: K.-U. Panther & G. Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins, 61-76.
- GIBBS, Raymond W. & STEEN, G. (eds.)
1999 *Metaphor in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins.
- GIORA, Rachel
1997 «Understanding figurative and literal language: The graded salience hypothesis», *Cognitive Linguistics*, 8-3, 183-206.
- GOLDBERG, Adele
1995 *Constructions. A Construction Grammar Approach to Argument Structure*, Chicago: The University of Chicago Press.
- GOOSSENS, Louis
1990 «Metaphonymy. The interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action», *Cognitive Linguistics* 1-3, 323-340.
2002 «Metaphonymy. The interaction of metaphor and metonymy in expressions for linguistic action», In: R. Dirven & R. Pörings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 349-377.
- GRADY, Joseph
1997a *Foundations of Meaning: Primary Metaphors and Primary Scenes*, Ph.D. dissertation, University of California, Berkeley.
1997b «THEORIES ARE BUILDINGS revisited», *Cognitive Linguistics* 8, 267-290.

- 1999 «A typology of motivation for conceptual metaphor: Correlation vs. resemblance», In: R. Gibbs & G. Steen (eds.), *Metaphor in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, 79-100.
- GRADY, Joseph & JOHNSON, Christopher
2002 «Converging evidence for the notions of *subscene* and *primary scene*», In: R. Dirven & R. Pörings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 533-554
- GRADY, Joseph, OAKLEY, Todd & COULSON, Seana
1999 «Blending and metaphor», In: R. Gibbs & G. Steen (eds.), *Metaphor in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, 101-124.
- GRADY, Joseph, TAUB, Sara & MORGAN, Pamela
1996 «Primitive and compound metaphors», In A. Goldberg (ed.), *Conceptual Structure, Discourse, and Language*, Stanford: CSLI, 177-187.
- HARRIS, R.
1981 *The Language Myth*, London: Duckworth.
- HOPPER, Paul & TRAUGOTT, Elizabeth Closs
1993 *Grammaticalization*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JÄKEL, Olaf
1999 «Kamt, Blumenberg, Weirich: Some forgotten contributions to the cognitive theory of metaphor», In: R. Gibbs & G. Steen (eds.), *Metaphor in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, 9-27.
- JAKOBSON, Roman
1956 «Two aspects of language and two types of aphasic disturbances», In: R. Jakobson & M. Halle, *Fundamentals of Language*, Den Hague, Paris: Mouton, 1971, 67-96.
- JOHNSON, Mark
1987 *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*, Chicago: The University of Chicago Press.
1993 *Moral Imagination: Implications of Cognitive Science for Ethics*, Chicago: The University of Chicago Press.
- JURAFSKY, Dan
1996 «Universal tendencies in the semantics of the diminutive», *Language* 72-3, 533-578.
- KATZ, Albert, CACCIARI, Cristina, GIBBS, Raymond & TURNER, Mark
1998 *Figurative Language and Thought*, Oxford: Oxford University Press.
- KLEIBER, Georges
1999 *Problèmes de Sémantique. La polysémie en questions*, Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.
- KOCH, Peter
1999 «Frame and contiguity: On the cognitive bases of metonymy and certain types of word formation», In: K.-U. Panther & G. Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins, 139-167.
- KÖVECSES, Zoltán
1986 *Metaphors of Anger, Pride, and Love. A Lexical Approach to the Structure of Concepts*, Amsterdam: John Benjamins.
1988 *The Language of Love*, Lewisburg: Bucknell University Press.
1990 *Emotion Concepts*, New York: Springer-Verlag.
2000 *Metaphor and Emotion. Language, Culture, and Body in Human Feeling*, Cambridge-Paris: Cambridge University Press.
2002 *Metaphor. A practical introduction*, Oxford: Oxford University Press.
- KÖVECSES, Zoltán & RADDEN, Günter
1998 «Metonymy: developing a cognitive linguistic view», *Cognitive Linguistics* 9-1, 37-77.
- LAKOFF, George
1986 «The meanings of literal», *Metaphor and Symbolic Activity* 1: 291-296.
1987 *Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind*, Chicago: The University of Chicago Press.
1990 «The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schemas?», *Cognitive Linguistics* 1-1, 39-74
1992 «Metaphors and war: The metaphor system used to justify war in the gulf», In M. Pütz (ed.), *Thirty Years of Linguistic Evolution. Studies in Honour of René Dirven on the Occasion of his Sixtieth Birthday*, Amsterdam: John Benjamins, 463-481

- 1993 «The contemporary theory of metaphor», In: A. Ortony (ed.), *Metaphor and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press, 202-251.
- 1994 «What is a conceptual system?», In: W. F. Overton & D. S. Palermo (eds.), *The nature and ontogenesis of meaning*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- 1996 *Moral Politics: What conservatives know that liberals don't*, Chicago: The University of Chicago Press.
- 2003 «Metaphor and war, again», <http://www.alternet.org/story.html>
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark
- 1980 *Metaphors We Live By*, Chicago: The University of Chicago Press.
- 1999 *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*, New York: Basic Books.
- LAKOFF, George & TURNER, Mark
- 1989 *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*, Chicago: The University of Chicago Press.
- LAKOFF, George *et al.*
- 1994 *Master Metaphor List*. Conceptual Metaphor Home Page at Berkeley, CA: <http://cogsci.berkeley.edu>
- LANGACKER, Ronald W.
- 1984 «Active zones», *Berkeley Linguistics Society* 10, 177-188. Reprinted in Langacker (1990), 189-201.
- 1987 *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. I, *Theoretical Prerequisites*, Stanford: Stanford University Press.
- 1990 *Concept, Image, and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar*, Berlin: Mouton de Gruyter.
- 1991 *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. II, *Descriptive Application*, Stanford: Stanford University Press.
- 1993 «Reference-point constructions», *Cognitive Linguistics* 4, 1-38. Reprinted with revisions in Langacker (1999), 171-202.
- 1999 *Grammar and Conceptualization*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- 2000 «A dynamic usage-based model», In: Michael Barlow & Suzanne Kemmer (eds.), *Usage-Based Models of Language*, Stanford: CSLI, 1-63.
- LIMA, José Pinto de
- 1999 «Neither by metaphor nor really by metonymy: The shortcomings of these concepts as explanatory of language change processes», In: M. Vilela & F. Silva (orgs.), *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: Faculdade de Letras, 207-221.
- MCNEILL, David
- 1992 *Hand and Mind: What Gestures Reveal about Thought*, Chicago: The University of Chicago Press.
- NERLICH, Brigitte & CLARK, David D.
- 2002 «Blending the past and the present: Conceptual and linguistic integration, 1800-200», In: R. Dirven & R. Pörrings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 555-593.
- NORRICK, Neal R.
- 1981 *Semiotic Principles in Semantic Theory*, Amsterdam: John Benjamins.
- NOVAIS, António Afonso A.
- 2002 *Para a Semântica do Diminutivo: Análise cognitiva do sufixo -inho*, Dissertação de Mestrado, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- NUNBERG, Geoffrey D.
- 1979 «The non-uniqueness of semantic solutions: Polysemy», *Linguistics and Philosophy* 3, 143-184.
- PANTHER, Klaus-Uwe
- 2003 «Inferencing in the construction of meaning», paper presented at the 8th International Cognitive Linguistics Conference, Logroño: University of la Rioja, 20-25 July.
- PANTHER, Klaus-Uwe & RADDEN, Günter (eds.)
- 1999 *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins.
- PANTHER, Klaus-Uwe & THORNBURG, Linda
- 1998 «A cognitive approach to inferencing in conversation», *Journal of Pragmatics* 30, 755-769.
- 1999 «The potentiality for actuality metonymy in English and Hungarian», In: K.-U. Panther & G. Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins, 333-357.

- 2000 «The EFFECT FOR CAUSE metonymy in English grammar», In: A. Barcelona (ed.), *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*, Berlin: Mouton de Gruyter, 215-231.
- 2002 «The roles of metaphor and metonymy in English -er nominals», In: R. Dirven & R. Pörings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 279-319.
- 2003 *Metonymy and Pragmatic Inferencing*, Amsterdam: John Benjamins.
- PAUWELS, Paul
- 1999 «Putting metonymy in its place», In: Klaus-Uwe Panther & Günter Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins, 255-273.
- PIRES, Maria Conceição Pena Lemos
- 2001 *Para a Semântica do Desejo. Análise cognitiva de alguns aspectos da sua expressão nominal e verbal*, Dissertação de Mestrado, Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa.
- RADDEN, Günter
- 2002 «How metonymic are metaphors?», In: R. Dirven & R. Pörings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 407-434.
- RADDEN, Günter & KÖVECSES, Zoltán
- 1999 «Towards a theory of metonymy», In: Klaus-Uwe Panther & Günter Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins, 17-59.
- REDDY, Michael J.
- 1979 «The conduit metaphor - A case of frame conflict in our language about language», In: A. Ortony (ed.), *Metaphor and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press, 284-324 (reed. 1993, 164-201).
- RIEMER, Nick
- 2002 «When is a metonymy no longer a metonymy?», In: R. Dirven & R. Pörings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 379-406.
- ROHRER, Tim
- 2000 «Even the interface is for sale: Metaphors, visual blends and the hidden ideology of the Internet», In: R. Dirven, R. Frank & C. Ilie (eds.), *Language and Ideology: Descriptive Cognitive Approaches*, Amsterdam: John Benjamins, 189-214.
- ROUDET, Léonce
- 1921 «Sur la classification psychologique des changements sémantiques», *Journal de Psychologie* 18, 676-692.
- RUIZ DE MENDOZA, Francisco José
- 1998 «On the nature of blending as a cognitive phenomenon», *Journal of Pragmatics* 30-3, 259-274.
- 1999 *Introducción a la teoría cognitiva de la metonimia*, Granada: Método Ediciones.
- 2000 «The role of mappings and domains in understanding metonymy», In: A. Barcelona (ed.), *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*, Berlin: Mouton de Gruyter, 109-132.
- RUIZ DE MENDOZA, Francisco José & DíEZ VELASCO, Olga Isabel
- 2002 «Patterns of conceptual interaction», In: R. Dirven & R. Pörings (eds.), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter, 489-532.
- SAPPAN, Raphael
- 1987 *The Rhetorical-Logical Classification of Semantic Changes*, Braunton: Merlin Books Ltd.
- SEARLE, John
- 1979 «Metaphor», In: A. Ortony (ed.), *Metaphor and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press, 92-123.
- SETO, Ken-ichi
- 1999 «Distinguishing metonymy from synecdoche», In: K.-U. Panther & G. Radden (eds.), *Metonymy in Language and Thought*, Amsterdam: John Benjamins, 91-120.
- SILVA, Augusto Soares da
- 1992 «Metáfora, metonímia e léxico», *Diacrítica* 7, 313-330.
- 1996 «Dos conceitos lexicais aos conceitos gramaticais: Aspectos da gramaticalização», *Diacrítica* 11, 113-138.
- 1997 «A Linguística Cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística», *Revista Portuguesa de Humanidades* 1, Faculdade de Filosofia da UCP, 59-101.
- 1999a *A Semântica de DEIXAR: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- 1999b «Metáfora e conceitos permissivos e proibitivos», In: M. Vilela & F. Silva (orgs.), *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: Faculdade de Letras, 231-252.
- 1999c «A semântica do objecto indirecto em Português: um espaço cognitivo multidimensional», *Revista Portuguesa de Humanidades* 3, Faculdade de Filosofia da UCP, 63-99.
- 2000a «A estrutura semântica do objecto indirecto em Português», *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 433-452.
- 2000b «A estrutura semântica do diminutivo em Português», Volume de Homenagem ao Professor José G. Herculano de Carvalho, Faculdade de Letras de Coimbra.
- 2001 «O que é que a polissemia nos mostra acerca do significado e da cognição?», In: Augusto S. Silva (org.), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa, 147-171.
- 2002a «Da Semântica Cognitiva à Fonologia: a polissemia da entoação descendente e ascendente», *Actas do XVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 457-467.
- 2002b «Da Semântica Cognitiva à Pragmática Lexical: a polissemia de pronto», In: Isabel M. Duarte et al. (orgs.), *Encontro Comemorativo dos 25 Anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto, 83-97.
- 2002c «Porque e como é que surgem novos significados? Prototipicidade e eficiência cognitiva e comunicativa», *História da Língua e História da Gramática. Actas do Encontro*, Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 421-433.
- 2003 «Image schemas and category coherence: The case of the Portuguese verb *deixar*», In: Hubert Cuyckens, René Dirven & John Taylor (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*, Berlin: Mouton de Gruyter, 281-322.
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre
1995 *Relevance: Communication and Cognition*, 2nd ed., Oxford: Blackwell.
- STEEN, Gerard
1993 *Metaphor and Literary Reception*, London: Longman.
1999 «From linguistic to conceptual metaphor in five steps», In: R. Gibbs & G. Steen (eds.), *Metaphor in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, 57-77.
- SWEETSER, Eve
1990 *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge: Cambridge University Press.
1992 «English metaphors for language: Motivations, conventions, and creativity», *Poetics Today* 13, 705-724.
- TALMY, Leonard
1988 «Force dynamics in language and cognition», *Cognitive Science* 12, 49-100.
2000 *Toward a Cognitive Semantics*, 2 vols., Cambridge, MA: MIT Press.
- TAYLOR, John
1995 *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*, Oxford: Clarendon Press.
2002 *Cognitive Grammar*, Oxford: Oxford University Press.
- TAYLOR, John, CUYCKENS, Hubert & DIRVEN, René
2003 «Introduction: New directions in cognitive lexical semantic research», In: Hubert Cuyckens, René Dirven & John Taylor (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*, Berlin: Mouton de Gruyter, 1-28.
- THORNBURG, Linda & PANTHER, Klaus-Uwe
1997 «Speech act metonymies», In: W.A. Liebert et al. (eds.), *Discourse and Perspectives in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, 205-219.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs & DASHER, Richard (eds.)
2002 *Regularity in Semantic Change*, Cambridge: Cambridge University Press.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs & KÖNIG, Ekkehard
1991 «The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited», In: E. Traugott & B. Heine (eds.), *Approaches to Grammaticalization*, Amsterdam: John Benjamins, 189-218.
- TURNER, Mark
1990 «Aspects of the Invariance Hypothesis», *Cognitive Linguistics* 1-2, 247-255.
1996 *The Literary Mind*, New York: Oxford University Press.
- TURNER, Mark & FAUCONNIER, Gilles
1995 «Conceptual integration and formal expression», *Metaphor and Symbolic Activity* 10-3, 183-203.

- 2000 «Metaphor, metonymy, and binding», In: A. Barcelona (ed.), *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*, Berlin: Mouton de Gruyter, 133-145.
- 2002 *The Way we Think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*, New York: Basic Books.
- TWARDZISZ, Piotr
- 1997 *Zero Derivation in English: A Cognitive Grammar Approach*, Lublin: Wydawnictwo UMCS.
- ULLMANN, Stephen
- 1951 *The Principles of Semantics*, Oxford: Blackwell.
- 1962 *Semantics. An introduction to the science of meaning*, Oxford: Blackwell.
- UNGERER, Friedrich & SCHMID, Hans-Jörg
- 1996 *An Introduction to Cognitive Linguistics*, London and New York: Longman.
- VILELA, Mário
- 1996 «A metáfora na instauração da linguagem. Teoria e aplicação», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Línguas e Literaturas Modernas* 13, 317-356.
- 2002 *Metáforas do nosso Tempo*, Coimbra: Livraria Almedina.
- WIERZBICKA, Anna
- 1986 «Metaphors linguists live by: Lakoff and Johnson contra Aristotle», *Papers in Linguistics* 19, 287-313.

Como não ‘*Pôr o pé em ramo verde*’ ou do papel da polissemia na construção do sentido

Hanna J. Batoréo

Universidade Aberta, Lisboa

(hanna@univ-ab.pt)

0. Introdução

Houve alturas na história de Linguística em que o sentido múltiplo de uma expressão, ou seja, a polissemia¹, era encarado como um fenómeno de menor interesse pelos estudiosos ou, até, chegou a ser considerado um falso problema (Silva, 1999, 2001 e 2003). Nas correntes que abstraem da importância do estudo do significado ou que o minimizam, tal como acontece nos formalismos do estruturalismo derivacional e da escola generativista, a polissemia é convertida em homonímia², negando-se quer a relevância da diferenciação de sentidos quer o estatuto linguístico do seu estudo. Defende-se, nestas escolas linguísticas, que os diferentes usos de uma expressão são predizíveis a partir de princípios gerais pragmáticos, estando estas estratégias na base do postulado linguístico “uma forma – um significado”, no qual este último aparece como único, genérico e abstracto.

O estudo do sentido múltiplo surge em Linguística no fim dos anos setenta com o advento do Léxico e da importância dos estudos lexicológicos. Todavia, o verdadeiro interesse pelo estudo da polissemia aparece no seio de Linguística Cognitiva, em que não é efectuado apenas ao nível das estruturas lexicais, mas onde é encarado como efeito da prototipicidade, um dos fenómenos basilares desta corrente, e estudado no “modelo baseado no uso”, revelador da sua flexibilidade e variabilidade semânticas.

¹ Tradicionalmente, entende-se por polissemia uma “Propriedade das unidades lexicais que têm vários significados relacionados de forma muito próxima. No domínio da linguística estrutural, a polissemia foi normalmente referida por oposição à homonímia em que uma mesma forma pode ter significados muito diversos e afastados entre si, mas nas mais recentes teorizações essa oposição tornou-se menos relevante.” (Xavier e Mateus (eds.), vol. II, 1992: 298)

² Por homonímia entende-se a “Relação existente entre unidades lexicais que têm as mesmas formas gráfica e fonética, mas significados diferentes. A homonímia compreende a homofonia, a homografia ou as duas.” (Xavier e Mateus (eds.), vol. II, 1992: 206). Cf. homonímia parcial.

Defende-se, em Linguística Cognitiva³ – tal como, para Português, o demonstra Silva nos seus estudos quer do verbo ‘deixar’, quer do diminutivo quer ainda do dativo –, que as categorias linguísticas geralmente não se podem definir em termos de propriedades suficientes e necessárias (como o eram nas correntes monossemitas), mas são construídas por similaridades parciais ou “parecenças de família”, em que uns elementos são mais salientes do que outros e em que não existem fronteiras bem delimitadas⁴. Assim, o conteúdo semântico de uma categoria não precisa de ser unitário, sendo antes construído por interrelações de sentidos. Por conseguinte, os sentidos de um determinado item não são dados, mas se constroem, sendo “interpretações” que surgem de um contexto particular. Neste enquadramento, os sentidos prototípicos servem para outros de perspectiva interpretativa, dando origem a uma teoria de significado de carácter flexível, dinâmico e “perspectivista”. Tendo por base a corporização ou a “incarnação” («embodiment») dos significados na experiência individual e corporal, bem como na sua perspectiva colectiva e histórica, a criação dos novos sentidos surge através dos processos da metáfora, da metonímia, da analogia e de outros mecanismos de imaginação. No meio da multiplicidade de sentidos, é provavelmente o critério de convencionalização que determina a criação das fronteiras de sentido: um uso que esteja convencionalizado constituirá um sentido diferente, que fará parte do léxico mental.

³ “Provavelmente uma das primeiras razões da afirmação ou mesmo do sucesso da Linguística Cognitiva terá sido o reconhecimento explícito de um fenómeno linguístico do senso comum: o significado múltiplo das expressões linguísticas ou polissemia. A partir dos trabalhos pioneiros de Langacker (p.ex. 1978), Brugman (1981), Lakoff (p.ex. 1982) e Talmy (p.ex. 1983), descrevendo estruturas altamente polissémicas, a tendência para o estabelecimento de distinções e de relações entre os usos de uma expressão tornou-se uma constante e a descrição da polissemia quase que uma obsessão, a tal ponto que se poderá perguntar o que é que resta à Linguística Cognitiva sem a polissemia.” (Silva, 2003: 14).

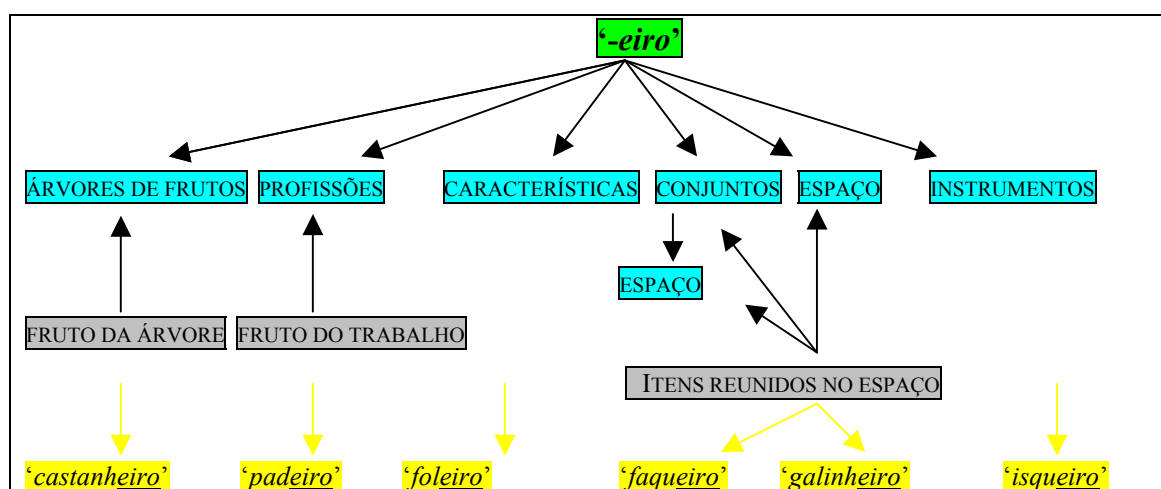
⁴ “Será que os vários usos de uma mesma forma lexical ou gramatical estão polissemicamente representados na mente dos falantes? Ou: as “network analyses” poderão ser tomadas como reflectindo idêntico armazenamento no léxico mental dos falantes? [...] Para começar, a instabilidade tanto sincrónica como diacrónica da polissemia é já sinal evidente de que os significados não são *objectos mentais* depositados nessa caixa misteriosa do cérebro/mente, mas *processos* ou *actos* (*actos de significação*, no sentido de Bruner 1990) subjectivamente construídos para fazerem sentido em universos do discurso intersubjectivamente partilhados, e que portanto a ‘linguagem do pensamento’ ou *mentalês* de que fala Fodor (1976) pura e simplesmente não existe. Depois, a polissemia é um efeito cognitivo real da maneira como categorizamos o mundo, não em termos de condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes, mas segundo o princípio da prototipicidade. Terceiro, a polissemia revela-nos importantes mecanismos cognitivos e estratégias de conceptualização: imagens esquemáticas sensorio-motoras, metáfora, metonímia, esquematização, subjectivação, integração conceptual, etc. E estas evidências linguísticas encontram fundamentação biológica nas teorias neurobiológicas da consciência de Edelman e Pöppel (1997) [...]. Segundo Edelman, a consciência (ou melhor, a sua evolução) envolve três diferentes níveis que emergem de uma relação dinâmica entre o cérebro e o mundo ou entre diferentes áreas do cérebro.” (Silva, 2001: 162-165).

1. A perspectiva monossémica de homonímia versus a multidimensionalidade da polissemia.

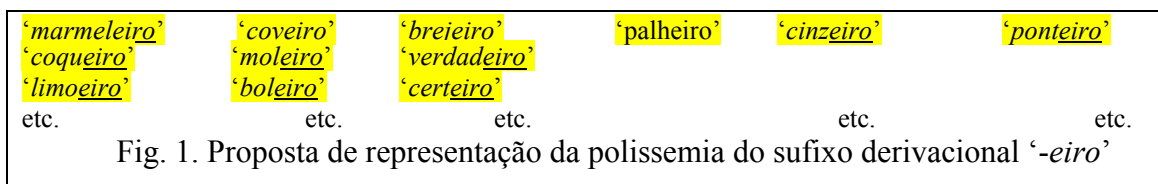
Repare-se que a polissemia não surge apenas a nível dos itens lexicais, abrangendo a multiplicidade de significados das expressões linguísticas todos os níveis de análise. Observemos, p. ex., o caso do morfema derivacional ‘-eiro’ em Português (Cf. Almeida & Gonçalves (2005). Como relacionar entre si os significados das palavras formadas por derivação com este sufixo, tais como, ‘*castanheiro*’, ‘*padeiro*’, ‘*brejeiro*’, ‘*cinzeiro*’, ‘*galinheiro*’, ‘*faqueiro*’, ‘*isqueiro*’?

Em primeiro lugar, verificamos que se trata de casos de ‘-eiro’ diferentes que traduzem sentidos diversos. Assim, verificamos que ‘*castanheiro*’ é uma árvore que dá castanhas, ‘*padeiro*’ é uma pessoa que trabalha na padaria, ‘*brejeiro*’ é uma característica de fenómeno, pessoa ou coisa sem jeito, ‘*cinzeiro*’ é um lugar onde se deposita cinza, ‘*galinheiro*’ é um lugar que abriga as galinhas⁵, ‘*faqueiro*’ é um lugar onde se guardam facas (talheres), mas também é um conjunto de facas (talheres), ‘*isqueiro*’ é um instrumento que serve para fazer lume, etc.

Em segundo lugar, podemos observar que os sentidos diferentes acima exemplificados podem agrupar-se em subgrupos. No caso em apreço, podemos distinguir: árvores de frutos (p.ex., ‘*castanheiro*’), profissões (p.ex., ‘*padeiro*’), características (p.ex., ‘*foleiro*’), lugares (depósitos, abrigos, contentores de conjuntos, etc.) (p.ex., ‘*cinzeiro*’, ‘*galinheiro*’, ‘*faqueiro*’), instrumentos (p. ex., ‘*isqueiro*’) que – por sua vez – podem ser representados como núcleos prototípicos, à volta dos quais se agrupam os diferentes itens, portadores de sentidos diferentes (Fig. 1):



⁵ Num inquérito feito recentemente na TVI, em que se perguntava às pessoas na rua como se chamava o “conjunto de galinhas”, alguns dos inquiridos respondiam “*galinheiro*[?]”, evidenciando não apenas a sua incapacidade de activação (ou mesmo desconhecimento) da palavra ‘bando’, mas também a presença no seu léxico mental da (pelo menos) dupla, neste caso, interpretação do morfema derivacional “-eiro”.



Em terceiro lugar, reparamos que nem todos os grupos que distinguimos na primeira etapa de análise são igualmente produtivos. Se é relativamente fácil encontrar nomes de profissões (*'mineiro'*, *'carteiro'*, *'fuzileiro'*, *'empreiteiro'*, etc.) ou nomes de árvores de fruto (*'limoeiro'*, *'coqueiro'*, *'marmeleiro'*, etc.), este já não é o caso das características atribuídas às pessoas ou coisas (*'verdadeiro'*, *'grosseiro'*, *'certo'*) ou de instrumentos (*'ponteiro'*).

Em quarto lugar, a área das designações de lugares é, por sua vez, bastante complexa, sendo preciso distinguir entre um lugar de poiso (*'galinheiro'*), de depósito (*'cinzeiro'*), de colocação de um conjunto de objectos individuais (*'faqueiro'*, *'palheiro'*, etc.).

O princípio de análise polissémica acima traçado evidencia apenas alguns dos problemas que se levantam numa tentativa de representações possíveis entre vários exemplos da mesma categoria polissémica. Existe apenas um centro nuclear prototípico, ou vários? Se forem vários, todos eles apresentam o mesmo grau de saliência (são igualmente produtivos)? Quais são as distâncias das categorias menos prototípicas em relação ao núcleo principal? Quais são as distâncias existentes entre vários elementos menos centrais e/ou mais periféricos? Como podemos representar estas dependências? Em rede? Numa representação radial? Ou é apenas uma representação multidimensional que pode dar conta da riqueza dos sentidos existente acima exemplificado?

Se pensarmos, p.ex., na palavra *'pé'* (parte do corpo), nos outros sentidos da mesma palavra, tais como *'pé'* (medida) ou *'pé'* (parte de uma planta p.ex., *'pé de salsa'*) e nas várias expressões de que este item linguístico faz parte *'pé da cama'* (≠ *'cabeceira'*), *pé da montanha'*, *'pé da mesa'*, *'estar ao pé de (alguém)'*, *'pé de dança'*, *'pé-de-meia'*, etc., até – intuitivamente – constatamos que, em todos os casos apresentados, se trata de significados múltiplos do mesmo item *'pé'* (ver a análise pormenorizada mais adiante). Também, intuitivamente, sabemos que o caso de *'pé'* é diferente do caso de *'canto'*, em que a mesma forma, por coincidência histórica, surgiu a designar (i) um ângulo (ou: lugar interior oposto à esquina), p.ex. *'um canto da casa'* e (ii) a primeira pessoa do verbo *'cantar'*, isto é, *'eu canto'* ou, ainda, o resultado da

acção de cantar ‘o *canto* (p. ex., *gregoriano*)’. No caso exemplificado por ‘*canto*’, trata-se claramente de dois tipos de sentido diferentes, sem parentesco ou raízes comuns, ou seja de homonímia. No entanto, se olharmos para o aspecto referenciado em (ii) acima apresentado, verificamos que – dentro da própria área semântica de ‘*cantar*’ – temos polissemia entre ‘(eu) *canto*’ e ‘*canto (gregoriano)*’. Este exemplo simples mostra que as relações polissémicas e hominímicas entre unidades lexicais se cruzam de um modo complexo e nunca são lineares.

2. Incorporação («embodiment») da criação do sentido

No processo de metaforização, umas línguas servem-se do objecto-suporte a que se referem, outras apontam para o objectivo que se propõem alcançar, enquanto outras, ainda, evocam imagens simbólicas. Assim, por exemplo, enquanto as crianças portuguesas que não sabem nadar colocam nos braços as ‘*braçadeiras*’ para se manterem à superfície da água e as americanas põem os ‘*floaties*’ que lhes permitem ‘flutuar’ (ing. ‘*float*’), as polacas usam ‘*skrzydelka*’, isto é, as ‘*asinhhas*’. Muitas línguas – como, por exemplo, o Inglês, o Francês ou o Polaco – utilizam a metáfora da *asa* na designação dos flancos (partes laterais) de grandes edifícios ou organizações; temos, assim as *asas* de castelos, igrejas ou hospitais, as *asas* do exército, dos partidos políticos, das multidões e, até, dos pensos higiénicos (‘*wings*’, ‘*ails*’ e ‘*skrzydla/skrzydelka*’, respectivamente). Em todos estes casos, o Português lexicaliza esta metáfora como ‘*ala*’ - ‘*a ala da igreja*’, ‘*a ala do partido/ exército*’, etc., embora, também aceite, pontualmente, o emprego de ‘*asa*’ em vez de ‘*ala*’.

Observe-se, agora, a metáfora de ‘*asa*’, já acima referida, muito comum em várias línguas, em que o sentido primeiro da ‘*asa do pássaro*’ deu origem a um sentido derivado. Enquanto em muitos idiomas existem, por exemplo, as ‘*asas do avião*’, o que nos faz pensar numa metáfora muito generalizada, outras há que não têm uso geral, incidindo só em casos pontuais. Assim, em Inglês (Britânico) e em Francês, existem as ‘*asas do carro*’ na designação do *guarda-lamas* – ‘*the wings of a motor-vehicle*’ ou ‘*les ailes de la voiture*’, respectivamente. A expressão as ‘*asas do moinho*’, existe como metáfora obrigatória, por exemplo, em Francês – ‘*les ailes du moulin*’, e em Polaco – ‘*skrzydla wiatraka*’, sendo, em Português, formalmente existente e dicionarizada, mas de emprego pouco comum e de reconhecimento marginal. No caso das ‘*asas (asinhhas) do nariz*’, isto é as partes laterais inferiores que ladeiam as narinas, trata-se de uma metáfora obrigatória em Francês – ‘*les ailes du nez*’ – ou em Polaco, ‘*skrzydelka nosa*’, e

possível em Português. Existem, igualmente, fragmentos da realidade que umas línguas chegam a lexicalizar e outras não. Assim, por exemplo, o Português refere-se à parte superior da orelha como a uma '*asa da orelha*', criando uma metáfora obrigatória lusa, desconhecida, por exemplo, em Polaco.

Uma parte substancial das metáforas obrigatórias comumente utilizadas constrói-se como emprego derivado das partes do corpo, especialmente na linguagem coloquial de várias línguas. Observem-se, aqui, os exemplos da '*perna da mesa*', do '*braço do sofá*' ou dos '*pés da cama*'. São, igualmente, frequentes as metáforas ligadas ao mar e à navegação, especialmente quando a tradição marítima tem importância cultural, como no caso português, o que acontece, de um modo análogo, por exemplo, em Inglês. Repare-se, assim, nas seguintes metáforas portuguesas '*abordar uma questão*', '*andar a vapor*', '*uma tempestade num copo de água*', '*os escolhos a evitar*', etc. Em Português existem, no entanto, metáforas agrícolas que se referem ao mar - lembrando que a herança portuguesa é tanto marítima como agrícola - como, p. ex., *sulcar o mar*.

3. O caso do 'pé'

3.1. O 'pé' nos corpora.

Basta visitar os "sites" dos corpora linguísticos mais comuns disponíveis na Net, tais como a *Linguateca* ou o corpus disponibilizado pelo Centro de Linguística (CLUL), para verificar que a frequência da palavra 'pé' quer no discurso oral quer no jornalístico é muito alta. Assim, por exemplo, só na *Linguateca*, foram registadas 12 955 e no CLUL, 1710 ocorrências em todo o tipo de contextos. Para exemplificar, observem-se os seguintes extractos:

- Ext 1345 (pol, 93a): "*Mas será que, apesar das funções que desempenha, não tem os governantes ao pé ?*"
- Ext 3223 (pol, 94b): "*Há dias em que já não me consigo ter de pé, tal é a minha fraqueza e cansaço, e já por várias vezes pensei em regressar à frente de combate.*"
- Ext 3704 (soc, 98b): "*No último sábado, a PJ localizou, no sítio da Casa Branca, freguesia de Erada, sem qualquer documento de identificação, o cadáver do jovem, que aparenta ter 18 a 20 anos de idade, cabelo louro, rosto oval, dentes incisivos da arcada superior grandes e salientes e com 39/40 de medida de pé.*"
- Ext 3792 (soc, 93b): "*Em reacção às propostas do IEFPP, os trabalhadores responderam com um «daqui ninguém arreda pé» e mantiveram o corte da EN-242, entre a Marinha Grande e a Nazaré, e da Linha do Oeste até às 18h45.*"
- Ext 5064 (clt, 91b): "*De qualquer forma, isto é uma operação complexa que envolve muitas equipas, que tentam pôr de pé um projecto ambicioso, o que me levou sempre a pensar que, antes de ter as iniciativas confirmadas, não valia a pena dar notícia delas.*"

- Ext 5160 (clt, 94b): “*Atrás da comitiva presidencial, muita gente passeava entre os «stands» montados na enorme sala branca, de alto pé direito e inúmeras estruturas de ferro da Central Tejo, onde também funciona o Museu da Electricidade.*”
- Ext 5218 (soc, 98b): “*Se assim for, continua de pé a ameaça de fazer um plenário nacional que poderá ter, segundo um comunicado da OM, «consequências imprevisíveis».*”

Foram, igualmente, levantados exemplos de provérbios portugueses de que a palavra ‘*pé*’ faz parte (v. os “sites” de provérbios citados na bibliografia):

- ‘*Lua deitada, marinho de pé*,’
- ‘*Nunca o invejoso medrou nem quem ao pé dele morou*,’
- ‘*Quanto mais te agachas, mais te põem o pé em cima*,’
- ‘*Quem não gosta de samba, é ruim da cabeça ou doente do pé*,’
- ‘*Em pé de pobre, todo sapato serve*,’
- ‘*Porco velho não se coça em pé de espinho*,’
- ‘*Nunca falta um chinelo velho para um pé cansado*.’,
- ‘*Ao pé da silveira padece a videira.*’’,
- ‘*De Amarais, viúvas com corais e viagens a pé, libera nos Domine.*,’
- ‘*Deus nos livre dos maus vizinhos de ao pé da porta*.’,
- ‘*Dia de S. Barnabé (11/6), sega-se a palma do pé*,’
- ‘*Dar uma de pé contra a parede, mata a fome e a sede*, etc.

Repare-se, logo de início, que o que é relativamente menos comum são os exemplos do tipo do acima citado n.º 3704 da *Linguateca*, em que a palavra ‘*pé*’ surge no seu sentido básico de “*extremidade de cada um dos membros inferiores do homem que lhe permite o apoio e a locomoção*”, para citar a definição que aparece em primeiro lugar das respectivas acepções dos dicionários portugueses. Esta acepção ocorre, no entanto, com frequência nos provérbios, seja na referência à própria parte do corpo ou na da parte dela, como em: ‘*planta do pé*’.

Uma análise mais atenta permite verificar que a principal razão da alta frequência inicialmente observada se prende com o facto de o item lexical em causa entrar em inúmeras expressões correntes da nossa “linguagem-no-uso”, as quais se caracterizam por graus muito variáveis de fixidez, de extensão e de flexibilidade. Observem-se, por exemplo, as seguintes expressões: ‘*abalar os pés a X*’, ‘*andar a pé*’, ‘*atar de pés e mãos*’, ‘*dar com os pés*’, ‘*dobrar os pés com a cabeça*’, ‘*dar um pé de dança*’, ‘*estar de pé*’, ‘*estar em pé*’, ‘*fazer finca-pé*’, ‘*fugir a sete pés*’, ‘*pé-de-burro*’, ‘*ser bom pé de dança*’, ‘*ser pé leve*’, ‘*saltar a pé coxinho*’, ‘*ser pé de chumbo*’, etc.

Para analisar as ocorrências apresentadas, é praticamente inviável utilizar o critério ortográfico. O facto de uma expressão aparecer grafada sem hífen não constitui índice da sua maior flexibilidade, o que leva, por vezes, à ocorrência indistinta da

mesma expressão com ou sem hífen, sem alteração de sentido, tal como se pode observar, a seguir, no caso da expressão ‘fazer/ manter finca-pé’.

- “mantendo-se o finca-pé no turismo temático”
Tot: 1710 Nº: 2 Ref: J63811
- “em que êle fazia fincapé” # Tot: 1710 Nº: 3 Ref: L0009P0057X
- “o PSD não vai fazer finca pé” # Tot: 1710 Nº: 101 Ref: J65151

3.2. Expressão do espaço, colocação do corpo e os seus movimentos

Das expressões atrás apresentadas, as mais frequentes, por sua vez, são aquelas que se reportam, directa ou metaforicamente, aos estados (locativos) ou a movimentos. Veja-se o caso da locução prepositiva ‘ao pé de’, no sentido ‘perto de’ (como em: ‘estar ao pé de alguém’, ‘ao pé do mar’, ‘ao pé de casa’, ‘chegar ao pé de alguém’, etc.). Trata-se de uma expressão de alto grau de fixidez e de avançado estado de gramaticalização. Outras expressões do mesmo grupo, tal como, ‘estar de pé’, ‘estar em pé’, ‘estar a pé’, com os respectivos verbos aspectuais, p.ex., ‘estar’/ ‘ficar’/ ‘continuar’/ ‘andar’/ ‘pôr’, etc. são igualmente muito frequentes tanto em contextos referentes ao espaço físico como em situações abstractas conceptualizadas como espaciais, como em “a ameaça continua de pé” no sentido de “a ameaça mantém-se” ou de “pôr de pé um projecto ambicioso” no sentido de “realizar um projecto”. Também muitos movimentos se servem das expressões com ‘pé’, o que permite a conceptualização das manifestações emocionais, tal como se verifica, p. ex., na expressão atrás citada ‘fazer um finca-pé’ na expressão de teimosia, convicção e inflexibilidade de opiniões ou em ‘fugir a sete pés’ no sentido de afastar-se depressa física ou emocionalmente.

3.3. Conceptualização por similaridade e por contiguidade

Nas análises efectuadas, verificamos que os diferentes sentidos podem ser conceptualizados através da metáfora e/ou da metonímia a partir do sentido prototípico de base: o ‘pé’ como parte do corpo. Ao conceptualizarmos outros sentidos como se fossem parte do “corpo” das entidades de que são elemento constituinte, estaremos a efectuar uma operação por similaridade, ou seja construir uma metáfora. Assim, vemos os suportes dos móveis como se fossem os ‘pés’ dos respectivos “corpos” (p.ex., ‘os pés da mesa’, ‘o pé do candeeiro’) e – por extensão metonímica – a parte inferior que serve de suporte de uma “construção” da natureza ou de uma obra humana (p.ex., ‘o pé da montanha’, ‘o pé de uma planta’, ‘o pé de uma coluna’ ou o suporte lógico (fase de resolução) na expressão ‘em que pé está este assunto?’). A expressão ‘o pé de uma

planta’, como no caso de ‘*o pé de salsa*’ significa “a parte de base da planta (com as raízes)”, mas serve – outra vez por similaridade – de base para o sentido de “cada exemplo de uma planta”, como no caso de ‘*o pé de laranja-lima*’.

Existem, no entanto, significados que não são formados por similaridade a partir do sentido prototípico, mas por contiguidade. Assim, por exemplo, surge a expressão ‘*os pés da cama*’, no sentido contrário ao de ‘*a cabeceira da cama*’ (e não no sentido: os pés do móvel, que é um caso análogo às metáforas ‘*os pés da mesa*’, ‘*o pé do candeeiro*’, etc.). A expressão ‘*os pés da cama*’, no sentido contrário ao de ‘*a cabeceira da cama*’ é constituída por contiguidade a partir do sentido prototípico: o ‘*pé*’ como parte do corpo. Esta expressão refere-se ao lugar na cama onde “o dono” dos pés os costuma colocar, sendo este oposto ao lugar onde o mesmo “repousa” a cabeça. Trata-se de uma imagem esquemática o que significa que, mesmo que uma pessoa durma atravessada na cama ou com os pés virados para a cabeceira, a conceptualização do espaço do móvel mantém-se inalterado, mantendo-se, igualmente, as respectivas designações.

Repare-se, igualmente, na conceptualização que leva à formação da expressão ‘*pé*’ como medida, como no exemplo ‘*a sala tem dez pés de altura*’, o que significa que a altura da sala é cerca de três metros (equivalendo a medida inglesa de um ‘*pé*’ a cerca de trinta centímetros). Em tempos, as medidas eram definidas em função de um pé prototípico de alguém que se serviu dessa parte do seu próprio corpo para determinar as medidas dos espaços e das dimensões circundantes. Por tradição, a conceptualização por contiguidade mantém-se, bem como a respectiva expressão. Na sequência desta conceptualização, quando falamos em ‘*o pé direito da sala tem três metros*’, transmitimos – por metáfora, ou seja, como se fosse de altura saliente – a imagem de um espaço com a dimensão vertical mais saliente do que o tradicionalmente esperado (o que é relativo e culturalmente determinado). Igualmente por metáfora criamos a expressão ‘*dar um pé de dança*’, que significa dar um passo de dança, *como se* um passo *fosse* uma medida de ‘*pé*’. Por sua vez, ‘*dar um pé de dança*’ corresponde – por extensão metonímica – à actividade de dançar. A partir daí e, mais uma vez por extensão metonímica, surge a expressão ‘*ser bom pé de dança*’ que significa ‘*ser pé leve*’ e, ao contrário de ‘*ser pé de chumbo*’, refere uma característica pessoal de leveza e agilidade.

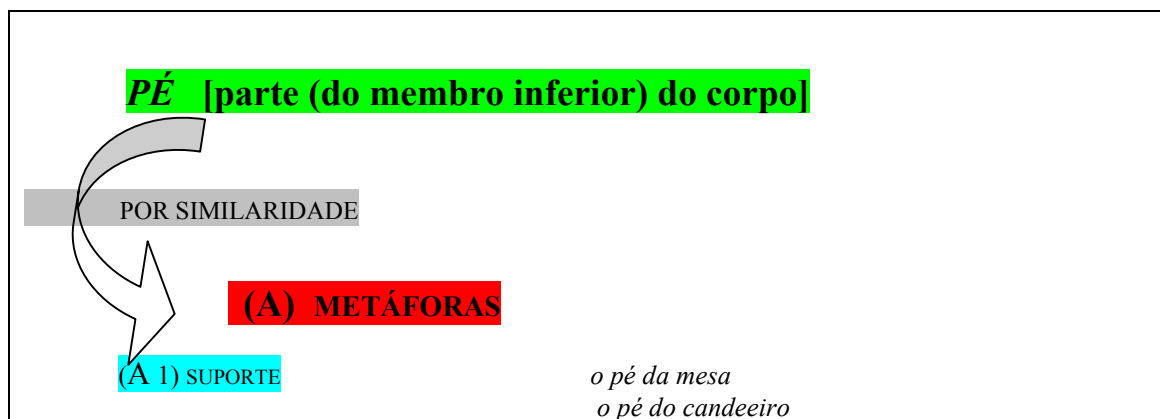
Do mesmo modo, ou seja, por contiguidade, podemos conceptualizar o referente da expressão ‘*pé de meia*’. Por tradição, as pessoas amealhavam o dinheiro e guardavam

as poupanças numa meia, preenchendo – fisicamente – primeiro o espaço que serve para colocar o pé dentro da meia (que, por sua vez, é designado – por extensão metonímica – como ‘*pé*’ de uma meia). O conteúdo colocado no espaço do pé de uma meia passava, assim, e outra vez por metonímia, a designar-se por ‘*o pé-de-meia*’. Com o tempo – e por similaridade – todo e qualquer tipo de poupança, independentemente do sítio onde fosse guardado, passava a designar-se com a mesma expressão.

Os exemplos de polissemia da palavra portuguesa ‘*pé*’ acima apresentados estão longe de dar conta de todas as ocorrências existentes na Língua, mas presumimos tratar-se das expressões mais frequentes. Pelo contrário, as expressões populares como, por exemplo, ‘*pé-de-burro*’, ‘*pé-de-galo*’, ‘*pé-de-ganso*’, ‘*pé-de-leão*’ ou ‘*pé-de-lebre*’ são geralmente desconhecidas das pessoas sem raízes na cultura agrícola, visto denominarem espécies de flora, cujas folhas (por contiguidade) apresentam – metonimicamente – parecenças com as características específicas das patas dos animais indicados na expressão. Trata-se de expressões de alto nível de lexicalização, tal como no caso de nomes de doenças ‘*pé boto*’, ‘*pé-de-atleta*’ ou ‘*pé chato*’. Assim, também um utensílio pode ser designado por ‘*pé*’ como na expressão ‘*pé-de-cabra*’. Trata-se de uma alavanca de ferro com uma extremidade fendida, à semelhança do pé da cabra.

3.4. Representação do “mapeamento” das conceptualizações

Na sequência da apresentação efectuada, parece evidente que, para procurar representar a complexidade das relações existentes entre o “primeiro” ‘*pé*’ prototípico e as restantes expressões existentes na Língua com base na conceptualização do mesmo, é preciso estabelecer uma rede de extensões efectuada por similaridade – metáforas – ou por contiguidade – metonímias – em cadeias sucessivas, em que os sentidos derivados se tornam, por sua vez, sentidos nucleares para as expressões novas. Uma das tentativas deste tipo de representação encontra-se proposta nas figuras em baixo (Figuras 2, 3 e 4).



	<i>o pé do copo/ cálice</i>
(A 2) BASE	<i>o pé de uma coluna</i> <i>o pé do copo/ cálice</i>
	(A 2a) <i>o pé de uma planta</i> [=cada exemplo de uma planta]
(A 3) RESÍDUOS (= DEPÓSITO)	
	(A 3a) <i>o pé de vinho</i> <i>água-pé</i>
(A 4) DESCULPA, MOTIVO, PRETEXTO	<i>em que pé está este assunto?</i>
(A 5) ESTADO DE COISAS	<i>estar em pé de guerra</i>
(A 6) A PARTE PROFUNDA (PROFUNDIDADE) DE ÁGUA	<i>ter pé</i> <i>perder o pé</i> <i>fora de pé</i>
(A 7) NOMES LEXICALIZADOS de plantas	<i>pé-de-leão</i> <i>pé-de-ganso</i> <i>pé-de-lebre</i> <i>pé-de-galo</i> <i>pé-de-burro</i>
(A 8) NOMES LEXICALIZADOS - nomes de enfermidades	<i>pé chato</i> <i>pé-de-atleta</i> <i>pé boto</i>
(A 9) NOMES LEXICALIZADOS de utensílios	<i>pé-de-cabra</i>

Figura 2. ‘Pé’ – construção de metáforas (por similaridade)


		PÉ [parte (do membro inferior) do corpo]
		POR CONTIGUIDADE
		(B) METONÍMIAS
(B 1)	<i>os pés da cama</i> [=/= cabeceira]	
(B 2)	<i>pé</i> [medida]	(B 2a) <i>uma sala de pé direito</i>
		(B 2b) <i>dar um pé</i> (= passo) <i>de dança</i>
(B 3)	<i>pé</i> (= parte) <i>de uma meia</i>	(B 3a) <i>pé-de-meia</i>
(B 4) características de pessoas	(B 4a)	
<i>ser pé de chumbo</i> /= <i>ser pé leve</i> =		<i>ser pé de dança</i>

Figura 3. 'Pé' – construção de metonímias (por contiguidade)

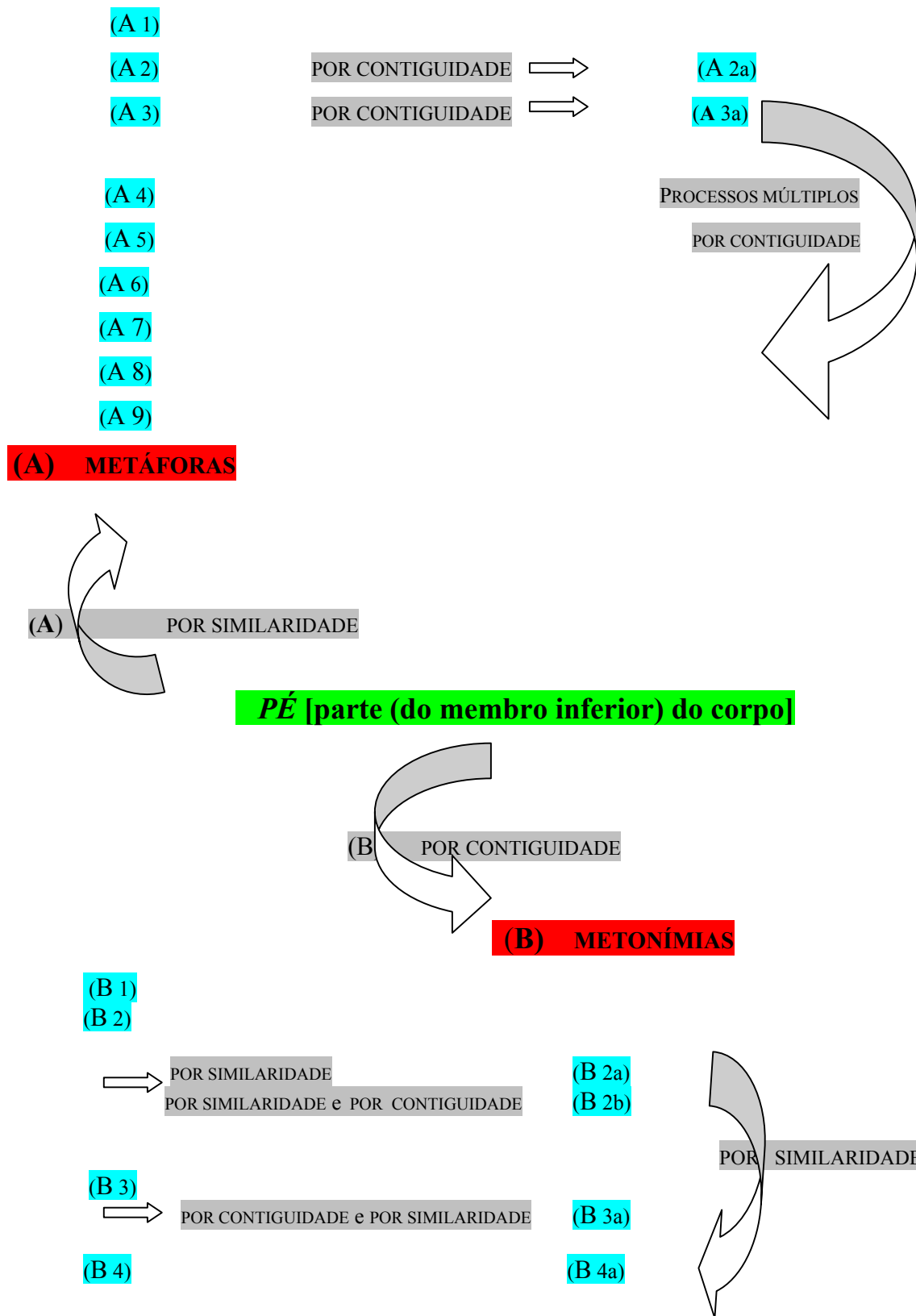


Figura 4. 'Pé' – construção de metáforas e metonímias (quadro conjunto)

4. Discussão

Na sequência da análise apresentada podemos perguntar “Para quê é que a Língua Portuguesa precisa do(s) ‘*pé(s)*’?”

Primeiro, o Português precisa dos ‘*pé(s)*’ para (i) se referir à extremidade dos membros inferiores dos seus falantes ou a uma das partes desta, concebida como uma parte de um todo (‘*peito do pé*’, ‘*planta do pé*’, etc.). A análise do *corpus* consultado mostrou, no entanto, que a referência pura não é frequente no uso da língua. Na esmagadora maioria dos casos, ela serve para designar a localização dos objectos e dos seres no espaço. Antes de mais, trata-se da (ii) localização do próprio locutor e da postura física por ele assumida em função dos eixos de orientação espacial. Assim, quem não está deitado ‘*está a pé*’ (e, por conseguinte, mantém-se desperto, acordado) e quem não está sentado ‘*está em pé*’ ou ‘*de pé*’, mantendo-se na posição vertical. Para passar à posição vertical é preciso ‘*pôr-se de/em pé*’, demonstrando, explicitamente, que na verticalidade exige um sustento, uma base, um suporte que os próprios pés humanos asseguram. Do mesmo modo, para quem se encontra (iii) dentro das águas com alguma profundidade, a sua segurança é vista como tendo ou não onde manter apoiados os pés (‘*ter pé*’). (iv) A qualidade dos movimentos é efectuada, também, em função das características dos pés: ‘*pé de chumbo*’, ‘*pé leve*’, o que passa para (v) as características das próprias pessoas, como em ‘*ser pé de dança*’, etc.

Os pés humanos asseguram, igualmente, (vi) a locomoção “não assistida” ou seja, efectuada ‘*a pé*’ (em contraste com a efectuada ‘*a cavalo*’, ‘*de carro*’ ou de outro meio de transporte). Se (vii) a deslocação for efectuada ‘*a sete pés*’, transmite-se a ideia de rapidez. Uma deslocação espacial ‘*de pé para a mão*’ implica um movimento pouco coordenado e/ou determinado. Assim, certos movimentos dos pés que, simbolicamente, servem para representar sintomas de certas (viii) emoções, acabam por lhes ser atribuídos. Por conseguinte, ‘*bater o pé*’ corresponde à teimosia, ‘*meter os pés pelas mãos*’ significa atrapalhar-se, ‘*fazer finca-pé*’, mostrar-se obstinadamente teimoso, etc.

A ideia de “base” e de “suporte” atrás referida mantém-se na descrição dos objectos intrinsecamente orientados no espaço. Assim, tanto copos, móveis como montanhas e construções arquitectónicas têm (ix) a parte de suporte que é referida como

‘*pé(s)*’ de X. Mas não são só os objectos físicos que dispõem de uma “base” ou de um “suporte”. Também a têm, por extensão metafórica, as interacções humanas (a interacção verbal, a guerra, etc.). A noção de “base” mantém-se, também na muito frequente gramaticalizada locução prepositiva ‘*ao pé de*’ X, em que se indica uma localização no espaço, na proximidade que é fronteira com a contiguidade.

A imagem da forma do pé pode ainda transparecer iconicamente nalgumas das (x) designações dos nomes das plantas (cujas folhas nos lembram remotamente a forma da pata de animais), das ferramentas ou das doenças pelos sintomas que lhes são atribuídos, ou ainda aparecer em certas manifestações culturais, como p. ex., ‘*fazer um pé-de-meia*’ no sentido de amealhar dinheiro.

5. Conclusões

Procurámos defender com base num estudo de polissemia que o significado não é objecto mental estável, tratando-se antes da construção de interpretações, e que para tal são precisos critérios linguisticamente bem definidos⁶.

Centrando a análise no estudo específico dos múltiplos sentidos da palavra ‘*pé*’, procurou apresentar-se alguns percursos metodológicos de interpretação do sentido, com base nos *corpora* linguísticos extensos, representativos e de fácil acesso para o público comum, que nos permitem estudar a verdadeira “linguagem-no-uso”. O levantamento das ocorrências das expressões com ‘*pé*’ mostram a sua extensão, a grande flexibilidade verificada na área, a sua variabilidade e a complexidade dos interrelacionamentos e das interdependências ocorridas nas conceptualizações e nas interpretações propostas. Estas permitem verificar a pertinência da análise da conceptualização por contiguidade, no caso da metonímia, e por similaridade, no caso da metáfora. Permitem constatar que, independentemente de existirem, basicamente, dois processos principais muito produtivos de conceptualização, e que partem do mesmo sentido básico da designação de uma parte do corpo, ocorrem na nossa língua do dia-a-dia também muitos significados frequentes que são fruto de sucessivos processos de conceptualização mais complexos, efectuados por várias

⁶ “E a resposta ao crucial *problema da interpretação* (isto é, a questão dos critérios de interpretação, por forma a evitar a arbitrariedade) consistirá em fundamentar *empiricamente* as interpretações das expressões linguísticas nas experiências individual, colectiva e histórica nelas fixadas, no comportamento dos falantes que as usam e na fisiologia do aparato conceptual humano. Tais critérios implicam, naturalmente, a observação do uso real das expressões linguísticas e daí a importância dos métodos quantitativos baseados no *corpus*” (Silva, 2003:110).

metáfora(s) e/ou metonímia(s). Nas propostas de análise apresentadas em quadros procurou dar-se conta dos processos de “mapeamento” ocorridos, que sustentam as interpretações possíveis na construção do significado.

6. Bibliografia

- Abrantes, Ana Margarida, 1999, “O Regresso às Emoções: a Expressão da Raiva em Português”, *Revista Portuguesa de Humanidades*, III (1999), 101-138.
- Batoréo, Hanna Jakubowicz, 2000 [1996], *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*, Dissertação de Doutoramento de 1996, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.
- Batoréo, Hanna Jakubowicz, 2001, “O Espaço das Emoções no Português Europeu: Reflexões Metodológicas sobre a Ponte entre Neurociências e Linguística Cognitiva”, in: Augusto Soares da Silva (org.) (2001) *Linguagem e Cognição. A Perspectiva de Linguística Cognitiva*, Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia de Braga, Braga, 2001, 445-464.
- Batoréo, Hanna Jakubowicz, 2004 *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*, CD-ROM, Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, Augusto Soares da, 1999 [1997], *A Semântica de Deixar: uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*,. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia Lisboa, [Dissertação de Doutoramento, Universidade Católica de Braga, Faculdade de Filosofia, Braga, 1997].
- Silva, Augusto Soares da, 2001, “O que é que a Polissemia nos Mostra acerca do Significado e da Cognição?” in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 147-176.
- Silva, Augusto Soares da, 2002, Recensão crítica de: «Mário Vilela, *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Livraria Almedina, 2002, 408 pp.» in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Ano 2002, Vol. 6, Fasc. 1-2., pp. 515-517.
- Silva, Augusto Soares da, 2003, “O sentido múltiplo: polissemia, semântica e cognição” in: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003, 91-116.
- Silva, Augusto Soares da (org.), 2001, *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa
- Silva, Augusto Soares da; Amadeu Torres, Miguel Gonçalves (org.), 2004, *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina.
- Vilela, Mário, 1999, “O Seguro Morreu de Velho: Contributo para uma Abordagem Cognitiva” in: Vilela, Mário & F. Silva (org.) *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 289-314.
- Vilela, Mário 2001, “Limites e ‘Performances’ da Semântica Cognitiva”, in: Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 193-214.
- Vilela, Mário, 2002, *Metáforas do Nosso Tempo*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Vilela, Mário, 2003, “Ter metáforas à flor da pele (ou outra forma de “ter nervos”) in: Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (org.) *Produção de Sentido. Estudos Interdisciplinares*, São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003, 181-200.
- Vilela, Mário & Fátima Silva, 2004, “The position of the adjective in Portuguese centre and periphery of the adjective class” Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.) Vol. I, pp. 661-690.
- Vilela, Mário & Fátima Silva (org.), 1999, *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: FLUP, 1998.
- <http://afundacao.no.sapo.pt/proverbios-POPulares.htm>
- <http://www.deproverbio.com/DPbooks/VELLASCO/INTRODUCAO.html>
- <http://www.linguateca.pt/CETEMPUBLICO/>
- <http://www.lusowine.com/content.html>
- <http://pintopc.home.cern.ch/pintopc/www/cois&lois/proverbios.html>
- <http://proverbios.aborla.net/pd.php>

Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento

Augusto Soares da Silva
Universidade Católica Portuguesa - Braga

1. Introdução: objectivismo vs. experiencialismo

Vamos partir da enunciação de três questões essenciais sobre o pensamento e a linguagem:

1. Como é que organizamos, melhor, categorizamos a infinitude de entidades que povoam o mundo e qual é a estrutura das categorias resultantes? Por exemplo, como é que agrupamos entidades tão diferentes na mesma categoria *fruto*? E como é que conseguimos definir 'fruto' e distingui-lo do 'vegetal'?
2. Conceitos e categorias serão representações do mundo exterior ou constructos da mente humana? Ou: de onde vem o conhecimento? Qual a relação entre pensamento e realidade e entre linguagem, pensamento e realidade?
3. Serão os conceitos, e logo o pensamento e a linguagem, fundamentalmente literais? Qual o papel da imaginação no pensamento e na linguagem? Para que serve a metáfora?

As seguintes respostas configuram a posição epistemológica e filosófica que pode ser designada por *objectivismo*:

1. As categorias (conceptuais e linguísticas) formam-se e definem-se por “condições necessárias e suficientes” (propriedades individualmente necessárias e conjuntamente suficientes); consequentemente, todos os elementos de uma categoria têm o mesmo estatuto e os limites entre si e entre diferentes categorias são nítidos.

2. O pensamento é abstracto e independente dos condicionamentos individuais, sociais e culturais e, por isso mesmo, a mente humana é um espelho da realidade; consequentemente, os conceitos e os significados são dados *a priori*, são elementos depositados na mente e a linguagem é uma capacidade diferenciada e autónoma relativamente à cognição humana.
3. O sistema conceptual humano é, por natureza, literal, todo o conceito pode ser literalmente compreendido e somente o pensamento/linguagem literal pode ser verdadeiro ou falso; consequentemente, a metáfora e outros tipos de linguagem figurada são fenómenos exclusivamente linguísticos e próprios de uma linguagem “extraordinária”.

Pelo contrário, as respostas a seguir definem uma posição filosófica e epistemológica radicalmente oposta, a que George Lakoff e Mark Johnson, duas figuras proeminentes da Linguística Cognitiva, deram o nome de *experencialismo* (Lakoff & Johnson 1980, Lakoff 1987, Johnson 1987, 1992) ou, mais recentemente, *realismo corporizado* ("embodied realism"), em Lakoff & Johnson (1999):

1. A categorização processa-se na base de protótipos; consequentemente, os vários elementos de uma categoria apresentam diferentes graus de saliência, agrupam-se por “parecenças-de-família” e os limites entre si e entre diferentes categorias são geralmente difusos.
2. O pensamento fundamenta-se na experiência do mundo e este não é directamente dado mas mediadamente construído através de estruturas informativas na mente, tais como a linguagem; consequentemente, a linguagem é parte integrante da cognição (e não um “módulo” separado) e não há lugar para a famosa distinção entre conhecimento *linguístico* e conhecimento *enciclopédico* (ou conhecimento do mundo).
3. Pensamos e falamos, não só mas também, figurativamente; consequentemente, não existe uma oposição fundamental entre literal e figurado e a metáfora e outros tipos de linguagem figurada são fenómenos conceptuais por natureza, processos e modelos cognitivos, modos naturais de pensar e de falar.

Lakoff (1987: xiv) caracteriza assim esta posição experencialista:

Thought is *embodied*, that is, the structures used to put together our conceptual systems grow out of bodily experience and make sense in terms of it; moreover, the core of our conceptual systems is directly grounded in perception, body movement, and experience of a physical and social character [...] meaningful thought and reason essentially concern the nature of the organism doing the thinking – including the nature of its body, its interaction in its environment, its social character, and so on” (Lakoff 1987: xiv, xvi).

A filosofia experiencialista ou filosofia do realismo corporizado fundamenta o movimento da Linguística Cognitiva – paradigma recente desenvolvido nas últimas duas décadas predominantemente por George Lakoff, Ronald Langacker e Leonard Talmy, que estuda a linguagem como parte integrante da cognição e em conexão com a experiência humana (Janssen & Redeker 1999, para uma visão conjuntural) –, mas também outras ciências cognitivas, como a Psicologia Cognitiva (por exemplo, Rosch 1978, Tomasello 1999), a Antropologia Cognitiva (por exemplo, Shore 1996, o Grupo de Antropologia Cognitiva do Instituto Max-Planck, coordenado por Stephen Levinson) e também as Neurociências, particularmente nos trabalhos de Edelman (1992) e Damásio (1995, 2000).

2. Categorização e protótipos

A resposta experiencialista à questão da categorização configura a Teoria do Protótipo, com origem na investigação antropológica de Berlin e sua equipa (Berlin & Kay 1969) e psicolinguística de Eleanor Rosch e sua equipa (Rosch 1973, 1975, Rosch & Mervis 1975, Rosch, Mervis et al. 1976, Rosch 1978) sobre a categorização das cores, das plantas, das aves e de outras classes de entidades naturais e é hoje uma das principais linhas de investigação tanto em psicologia cognitiva (Smith & Medin 1981, Neisser 1987) como em linguística cognitiva (Taylor 1995, Geeraerts 1997). A Teoria do Protótipo apresenta-se como uma alternativa à concepção clássica ou lógica da categorização (impropriamente dita "aristotélica"), resumida na respectiva resposta objectivista.

Os *protótipos* são imagens mentais relativamente abstractas que se formam através da interacção de uma série de atributos tidos como característicos. Eles resultam, não do mundo real ou do conhecimento que dele possa ter um indivíduo, mas das nossas representações mentais do mundo, dos nossos *modelos cognitivos idealizados* (Lakoff

1987). Entre os protótipos e o mundo real as correspondências podem ser imperfeitas: é destas discrepâncias entre os nossos modelos cognitivos idealizados e a realidade que resultam os *efeitos de prototipicidade*. Um exemplo paradigmático é o conceito de *mãe*, aparentemente definível em termos de "condições necessárias e suficientes". A mãe prototípica supõe vários atributos que nem sempre se verificam na mesma pessoa: é aquela que concebe, gera e dá luz um filho, cria-o e educa-o e, além disso, está casada com o pai da criança e, ainda para muita gente, é a que se dedica às tarefas do lar. Ora, a falta de correspondência entre o protótipo e a realidade dá lugar a uma grande variedade de conceitos de mãe, como *mãe biológica*, *mãe adoptiva*, *mãe de aluguer*, *mãe solteira*, *mãe trabalhadora* (e outras que o desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida nos reserva). Deste modo, perde razão o famoso aforismo *mãe há só uma* e não surpreenderá dizer que eu tenho quatro mães reais: a mulher donde procedem os meus genes, a mulher que me deu à luz, a mulher que me criou e a esposa do meu pai.

Além disso, os protótipos são dinâmicos, variam com o contexto e dependem do nosso conhecimento social e cultural, organizado em modelos cognitivos e culturais. Compare-se, por exemplo, a secretária/mesa prototípica na sociedade ocidental e na japonesa ou as propriedades prototípicas da primeira refeição do dia em Portugal e na Inglaterra.

As características ou efeitos de prototipicidade são manifestações de duas propriedades fundamentais da significação e logo da categorização: a *não-igualdade* ou diferenças de saliência entre os elementos de uma categoria e a *não-discrição* ou flexibilidade desses elementos (Geeraerts 1989). A não-igualdade manifesta-se, extensionalmente, nos diferentes graus de representatividade entre os membros de uma categoria e, intensionalmente, no agrupamento de sentidos por “parecenças-de-família”. E a não-discrição tem também dois efeitos: extensionalmente, as flutuações nas margens de uma categoria, sinal de limites difusos, e, intensionalmente, a impossibilidade de definições em termos de propriedades necessárias e suficientes. Categorias há (como *fruto*) que combinam estes diferentes efeitos de prototipicidade, ao passo que outras (como *vermelho* ou, até mesmo, o conceito matemático de número ímpar) apresentam apenas alguns, o que indicia que a prototipicidade é também uma noção *prototípica*, no sentido de que não se reduz a um único fenómeno, mas compreende vários não necessariamente co-extensivos. E há ainda categorias, embora em número reduzido e não necessariamente científicas, formatadas segundo o modelo clássico e, portanto, definíveis em termos de condições necessárias e suficientes: *triângulo* é um bom

exemplo de uma categoria “clássica”, pois uma forma com 3 linhas e 3 ângulos só pode ser um triângulo.

Como evidências da teoria do protótipo, podemos apontar:

- (i) a própria estrutura interna da maior parte das categorias linguísticas – complexos polissémicos *radiais* e *multidimensionais* (um bom exemplo encontra-se nos vários sentidos do verbo *deixar*, analisados em Silva 1999a) –, e a impossibilidade da sua definição em termos de condições necessárias e suficientes e da sua redução a uma significação fundamental; donde a *falácia da generalidade* (a procura, estimulada pelo *preconceito monossémico* e sob o argumento falacioso da cientificidade e da economia, de significações genéricas e abstractas, como ideal de definição e como assunção do desenvolvimento cognitivo dos falantes);
- (ii) as características e as causas da mudança semântica, sob a forma de modulações e reestruturações de centros prototípicos e motivada por princípios de eficiência cognitiva e comunicativa orientada, quer para a produção do falante, quer para a recepção do ouvinte (um bom exemplo pode encontrar-se no desenvolvimento semântico de *deixar* desde o étimo latino *laxare* 'afrouxar, relaxar', analisado em Silva 1999a); aquela estrutura sincrónica tipicamente polissémica das categorias é o resultado desta deriva diacrónica governada pelo princípio da prototipicidade.

Evidências não linguísticas:

- (iii) a aquisição e o desenvolvimento da linguagem como um processo construtivo de incorporação de novas experiências em estruturas conceptuais já existentes e, assim, como reorganização e extensão do sistema conceptual preexistente – e não como construção de um sistema conceptual linguístico autónomo –, em sintonia com as teorias psicológicas de Bruner e Piaget;
- (iv) o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento das ciências como aplicações flexíveis de estruturas conceptuais e esquemas de expectativas a novas experiências, em sintonia com as teoria paradigmáticas da ciência desenvolvidas por Karl Popper, Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyerabend; donde o interessante paralelismo entre os protótipos das categorias linguísticas e os paradigmas das teorias científicas: uns e outros funcionam como *modelos interpretativos* para o conhecimento de novas realidades (Geeraerts 1985).

Qual a razão de ser desta estrutura prototípica e polissémica das categorias ? Ou, simplesmente, donde vem a prototipicidade? A explicação só pode ser psicológico-

funcional. Uma categoria assim estruturada satisfaz três requisitos de eficiência cognitiva (Geeraerts 1985, 1988): *densidade informativa*, possibilitando máxima informação com o mínimo esforço; *flexibilidade*, permitindo ao falante adaptar a categoria a novas circunstâncias e nela integrá-las; e *estabilidade estrutural*, permitindo-lhe interpretar novos factos através do conhecimento já existente (o centro prototípico da categoria) e, assim, evitar que aquela flexibilidade torne a categoria comunicativamente ineficiente.

3. Imagens e corporização

Uma das ideias mais estimulantes em semântica cognitiva é a de que o nosso pensamento não é estático nem lógico (no sentido filosófico do termo, de formalizável a partir de valores de verdade), mas imaginativo e corporizado ou incarnado (“embodied”). Conceptualização e significação dependem de imagens mentais, não só visuais como de todos os outros modos sensoriais, e ontologicamente configuradas como protótipos, esquemas imagéticos, metáforas, metonímias e outras estruturas imaginativas. Além disso, todas estas imagens, na base de diferentes modelos cognitivos, estão fundamentadas na nossa própria experiência corporal e são social e culturalmente construídas. Estas ideias e, em particular, a tese da corporização dos nossos conceitos ou do *corpo na mente*, desenvolvidas sobretudo por George Lakoff e Mark Johnson (Lakoff & Johnson 1980, 1999, Lakoff 1987, Johnson 1987), têm encontrado eco entre investigadores de outras áreas das ciências cognitivas, em particular das neurociências, como o prémio Nobel Gerald Edelman (1992) e o nosso conceituado neurocientista António Damásio (1995, 2000). Estes e outros estudos neurocientíficos têm mostrado que o significado se fundamenta na experiência sensorio-motora e que este significado corporizado é projectado, através de mecanismos cognitivos como a metáfora, a metonímia, as categorias radiais e várias formas de integração conceptual (“blending”), para a conceptualização abstracta.

Não só são bem diversas as imagens mentais, como há concepções diferentes do termo *imagens* entre os autores da semântica cognitiva. Vamos destacar aqui duas das explorações linguísticas que se têm revelado mais profícuas: a de Lakoff e Johnson (Lakoff 1987, 1990, Johnson 1987, Lakoff & Johnson 1999) sobre *esquemas imagéticos*

("image schemas") e a de Langacker (1987, 1991, 1999) sobre *imagens* convencionais ("imagery").

Esquemas imagéticos não são nem imagens ricas nem redes proposicionais abstractas, mas abstracções ou padrões dos nossos movimentos no espaço, da nossa manipulação dos objectos e de interacções perceptivas; são pois “gestalts” da experiência física (corporal) ou social, estruturas pré-conceptuais ou, pelo menos, pré-linguísticas que emergem da actividade sensório-motora e da percepção de acções e eventos e que foram adquiridas em idade muito tenra. Entre os esquemas fundamentais, estão o do *contentor* e o da *força*. O esquema do contentor ou recipiente emerge da compreensão dos nossos próprios corpos como contentores físicos tridimensionais e expande-se para interpretar metaforicamente grande parte da nossa experiência quotidiana. É com base neste esquema que conceptualizamos, por exemplo, emoções e estados mentais: o corpo ou partes dele são recipientes de emoções e sentimentos, de ideias, etc. O esquema da força tem origem nas nossas experiências corporais com o movimento de objectos através do espaço e estende-se também para a interpretação metafórica de muitas experiências abstractas. Este esquema realiza-se de diferentes maneiras, nomeadamente como compulsão, bloqueio, contra-força, atracção e eliminação de barreiras (Johnson 1987 e, particularmente, a teoria da *dinâmica de forças* elaborada por Talmy 1988). Conceitos causais e morais, por exemplo, são conceptualizados com base nestas configurações de força. Vejam-se os conceitos permissivos e proibitivos e a causação do tipo ‘deixar’ e do tipo ‘fazer’ (Silva 1999a,b, 2002 e, particularmente, Silva 2003a, para uma análise em termos de esquemas imagéticos e padrões de dinâmica de forças).

Outro exemplo mais simples: a ideia que temos de equilíbrio é algo que apreendemos, não pela compreensão de um conjunto de regras, mas com o nosso próprio corpo, através da experiência tão comum e frequente de nos mantermos de pé ou de caminhar, de transporte de pesos, de mudanças de pressão sanguínea ou de temperatura. E este esquema imagético da *balança*, incluindo duas forças simétricas que actuam relativamente a um ponto, é metaforicamente elaborado para a compreensão de vários domínios abstractos, como estados psicológicos, relações legais e jurídicas, sistemas formais. Um outro exemplo de esquema imagético com diversas e significativas projecções metafóricas é o de *direito*, brilhantemente analisado por Cienki (1998). Outros esquemas imagéticos fundamentais são *centro-periferia*, *parte-todo*, *caminho*, *origem-percurso-meta*, *elo*.

A realidade e o papel fundamental dos esquemas imagéticos na cognição e na linguagem podemos-os comprovar com dois tipos de evidências:

- (i) linguísticas: a extensão semântica das categorias lexicais e gramaticais e a coerência dos complexos polissémicos (cf. o caso de *deixar*, Silva 1999a, 2003a); a metáfora (muitas metáforas conceptuais resultam de projecções de esquemas imagéticos em domínio abstractos); a criação e a motivação semântica de formas e construções gramaticais;
- (ii) psicológicas: Gibbs & Colston (1995) e Beitel, Gibbs & Sanders (2001) apresentam dados experimentais que evidenciam a realidade psicológica dos esquemas imagéticos; outros estudos salientam o papel fundamental dos esquemas imagéticos na transição da percepção aos conceitos, quer no processo de desenvolvimento da criança (Mandler 1992), quer no domínio dos gestos (McNeill 1992).

Langacker entende por *imagens* a capacidade de conceptualizar uma mesma situação de diferentes maneiras e identifica várias facetas desta capacidade. Assim, a conceptualização de uma cena dada pode variar na sua organização de figura-fundo, no seu nível de especificidade, no seu alcance, na sua perspectiva, na sua objectividade/subjectividade. Por exemplo, ainda que as expressões *o relógio está em cima da mesa* e *a mesa sustém o relógio* designem a mesma situação objectiva, elas diferem na organização figura-fundo. E *o relógio está colocado sobre a mesa* é mais específico que *o relógio está em cima da mesa*. As expressões *o copo está meio cheio* e *o copo está meio vazio* designam praticamente o mesmo mas perfilam coisas distintas: *meio cheio* perfila o conteúdo do copo (água, por exemplo), ao passo que *meio vazio* perfila a porção por encher. Outro exemplo: *O Zé passeou do outro lado do campo, pelos bosques e no cimo do monte* denota um movimento concreto e *objectivamente* construído – existe uma entidade que se move, inteiramente distinta do conceptualizador ou locutor, tal como o é o próprio percurso. Mas *Ontem houve um fogo do outro lado do rio, que atravessou o bosque e chegou ao cimo do monte* exprime um movimento abstracto e *subjectivamente* construído: o percurso é parcialmente subjectivo, dado que se estende do locutor até à localização do fogo; é o locutor quem, conceptualmente, se move ao longo do percurso; o movimento não é, agora, o objecto de conceptualização, mas antes uma faceta inerente do processo de conceptualização.

Ou seja, a ideia fundamental é a de que o significado se encontra, não no valor de verdade que um enunciado pode ter, mas na interpretação que se dá a uma determinada conceptualização. Mais: o significado de uma expressão não se esgota no conteúdo

conceptual que ela representa; igualmente significativa é a maneira como esse conteúdo é conceptualmente construído. Langacker procura mostrar que alguns destes processos, nomeadamente a organização figura-fundo, a perspectiva e a oposição objectividade/subjectividade, desempenham um papel fundamental nas formas e construções da gramática de uma língua. Reside aqui um dos aspectos mais estimulantes do modelo gramatical desenvolvido por Langacker (1987, 1991, 1999) e conhecido como Gramática Cognitiva.

E todos estes processos fundamentam-se em aspectos gerais da experiência humana e são a manifestação linguística de capacidades cognitivas gerais, em particular a percepção visual. Tal como um observador, também o conceptualizador divide uma situação em partes que constituem o plano de fundo e partes que constituem o primeiro plano, distingue um objecto como figura proeminente que se destaca do fundo, assume uma posição estratégica a partir da qual consegue uma determinada perspectiva e realiza operações cognitivas tais como focalizar determinada região, salientar ou secundarizar certos elementos, examinar as unidades relevantes de uma situação. Daí que Langacker (1993) apresente estas imagens como fortes candidatas ao estatuto de “universais”.

4. Metáforas conceptuais

O trabalho seminal de Lakoff & Johnson (1980) é sugestivamente intitulado *Metaphors we live by*. Outros autores em semântica cognitiva publicaram *The poetics of mind* (Gibbs 1994) e *The literary mind* (Turner 1996). Tudo isto vem mostrar as falácias da perspectiva clássica segundo a qual metáfora e outros tipos de linguagem figurada são fenómenos linguísticos, figuras de estilo ou mecanismos de criação e ornamentação da linguagem e, consequentemente, o pensamento e a linguagem são fundamentalmente literais. Vem também rejeitar a clivagem tradicional entre literal e figurado e as pressuposições da noção tradicional de ‘literal’, designadamente as ideias de que a linguagem e o pensamento quotidianos e convencionais são literais, todos os conceitos podem ser compreendidos literalmente e somente a linguagem literal pode ser objectivamente verdadeira ou falsa.

Metáfora e metonímia são fenómenos conceptuais por natureza, processos e modelos cognitivos, constitutivos do nosso sistema conceptual, modos naturais de pensar e de falar, radicados na experiência humana e responsáveis, quer pela

estruturação do pensamento, da linguagem e da acção, quer pela inovação conceptual (Silva 2003b, para um desenvolvimento). A sua principal diferença é a de que enquanto a metáfora envolve *domínios cognitivos* (domínios da experiência) diferentes, como uma projecção da estrutura de um domínio-origem numa estrutura correspondente de um domínio-alvo, por correspondências ontológicas, epistémicas ou perceptivas entre esses domínios, a metonímia realiza-se dentro de um mesmo *domínio*, activando e realçando uma categoria ou um sub-domínio por referência a outra categoria ou a outro sub-domínio do mesmo domínio.

Esta deslocação para o plano do sistema conceptual de fenómenos tradicionalmente identificados na linguagem e relegados para um nível anormal e este reconhecimento da naturalidade e ubiquidade do pensamento metafórico e metonímico enformam a teoria cognitiva contemporânea da metáfora e da metonímia, inicialmente explorada por Lakoff & Johnson (1980), e depois em Lakoff (1987), enquadrando filosoficamente a nova abordagem, Lakoff (1993), breve resumo do que também é conhecido como Teoria Contemporânea da Metáfora, Lakoff & Turner (1989), Sweetser (1990), Gibbs (1994) e Lakoff & Johnson (1999), colocando a metáfora no centro da ciência cognitiva, entre outros, e muito recentemente em colectâneas organizadas por Gibbs e Steen (1999), Barcelona (2000) e Dirven & Pörings (2002).

Uma das evidências desta concepção cognitiva da metáfora e do sentido figurado é justamente linguística e encontra-se na quantidade, sistematicidade e ubiquidade de expressões metafóricas e metonímicas da própria linguagem corrente. Expressões tão banais como *ideias indefensáveis*, *preços altos*, *conquistou-o com o seu sorriso*, *deixou-nos / foi para a sua última morada*, *custar os olhos da cara*, *ver/ler com outros olhos*, *passe-me a água*, *por favor* não podem interpretar-se literalmente, revelando o poeta que cada um de nós leva dentro de si ou a “poética da mente” (Gibbs 1994). E fenómenos estruturais da linguagem como a categorização, a polissemia, a mudança semântica, a gramaticalização, a pragmatização resultam e/ou processam-se com a metáfora e a metonímia. Na linguagem de todos os dias, temos que fazer referência a conceitos abstractos como o tempo, as relações interpessoais ou a própria vida e fazemo-lo geralmente em termos metafóricos: conceptualizamos e verbalizamos habitualmente o tempo em termos espaciais, a vida como uma viagem, as teorias intelectuais e científicas como edifícios, a discussão como guerra, etc. (Lakoff & Johnson 1980, 1999). Mas as metáforas conceptuais constituem uma maneira de pensar também em domínios científicos, como a economia, a informática, a política, a ética.

Outras evidências são psicológicas: Gibbs (1994) e Katz, Cacciari, Gibbs & Turner (1998) mostram que o processamento e a interpretação do sentido figurado podem ser independentes do sentido literal e que as metáforas e metonímias conceptuais desempenham um papel fundamental na aprendizagem, na interpretação consciente e na compreensão rápida e geralmente inconsciente de muitos tipos de linguagem convencional e inovadora.

Daqui a necessidade em distinguir entre *metáforas* e *metonímias conceptuais* ou *conceitos metafóricos* e *metonímicos*, por um lado, e *metáforas* e *metonímias linguísticas* ou *expressões metafóricas* e *metonímicas*, por outro. As primeiras são esquemas ou padrões do sistema conceptual, sob as formas X É Y (metáfora), em que X é (um elemento de) o domínio-alvo e Y (um elemento de) o domínio-origem, e X ESTÁ POR Y (metonímia), ao passo que as últimas são realizações linguísticas desses padrões de conceptualização. Geralmente, uma mesma metáfora conceptual e uma mesma metonímia conceptual realizam-se, respectivamente, em diferentes expressões metafóricas e metonímicas. Assim, *ideias indefensáveis*, bem como *atacar todos os pontos fracos, destruir a sua argumentação, utilizar as melhores estratégias para defender as suas ideias*, de um lado, e, do outro, *deixou-nos / foi para a sua última morada*, bem como *seguir a sua vida, desencaminhar-se, perder o norte, vir/chegar ao mundo*, são diferentes realizações da língua portuguesa, com expressões equivalentes em muitas outras línguas, das metáforas conceptuais DISCUSSÃO É GUERRA e A VIDA É UMA VIAGEM, respectivamente. E *passe-me a água, por favor* é uma realização da metonímia conceptual CONTEÚDO POR CONTINENTE, assim como *beber um copo* instancia a metonímia conceptual inversa CONTINENTE POR CONTEÚDO. É sobretudo no plano da realização linguística que se distinguem entre metáforas e metonímias *convencionais* e metáforas e metonímias *criativas* ou *literárias*, sendo que estas são extensões (realizações inovadoras) de metáforas e metonímias conceptuais, por natureza convencionais, generalizadas (Lakoff & Turner 1989). Por outro lado, se muitas metáforas e metonímias conceptuais são realizadas na linguagem (corrente, literária ou outra), as mesmas e outras poderão manifestar-se através de formas não-verbais (por exemplo, gestos: McNeill 1992), e haverá outras que ainda não foram verbalizadas. Também este facto é uma evidência da natureza não exclusivamente linguística mas fundamentalmente *conceptual* da metáfora e da metonímia.

A Teoria Contemporânea da Metáfora na sua versão lakoviana (por G. Lakoff ser o seu principal promotor e sintetizador), conhecida também como Teoria da Metáfora

Conceptual, tem recentemente recebido importantes contributos e mesmo algumas revisões críticas. Os mais relevantes, a que faremos também referência, são a Teoria da Integração Conceptual (ou Teoria do "Blending"), desenvolvida por G. Fauconnier e M. Turner (Fauconnier 1985, 1997; Fauconnier & Turner 1996, 1998; Turner & Fauconnier 2002, para a apresentação mais recente) e a Teoria das Metáforas Primárias de Grady (1997).

Quanto à oposição literal/figurado, os dados linguísticos e psicológicos apontam para a não existência de uma distinção fundamental e para a sua reinterpretação em termos de um *continuum*. Exemplificando, atente-se nos seguintes usos do adjectivo *alto*:

- (1) *edifício alto; tecto alto*
- (2) *maré alta*
- (3) *temperatura alta*
- (4) *preços altos*
- (5) *alta qualidade*

Em (1), *alto* é usado literalmente para designar um grau superior (acima da média) da escala de verticalidade, quer no sentido extensional (*edifício alto*) quer no sentido posicional (*tecto alto*), mas o mesmo já não acontece, num crescendo de figuratividade, em (2)-(5). O uso de *alto* em (2) é parcialmente metonímico, pois refere-se quer à dimensão vertical quer à dimensão horizontal, realizando a metonímia ACIMA POR ACIMA E MAIS; e em (3) é inteiramente metonímico, já que *alto* substitui uma outra entidade do mesmo domínio, isto é, a escala da verticalidade é usada em vez da escala da temperatura, actualizando assim *alto* a metonímia ACIMA POR MAIS ou, mais genericamente, EFEITO PELA CAUSA, no sentido de que a temperatura quente faz subir o termómetro. O adjectivo *alto* em (4), bem como a expressão *subida de preços*, oscila entre uma leitura metonímica e uma leitura metafórica: no primeiro caso, a interpretação faz-se por representação gráfica do preço sob a forma de uma linha a subir traçada num gráfico e a metonímia é do tipo COISA PELA SUA REPRESENTAÇÃO, ou então pela metonímia ACIMA POR MAIS, correlacionando o preço à quantidade de dinheiro despendido; no segundo caso, a interpretação faz-se, não por contiguidade, mas por similaridade entre 'altura' de um preço e 'quantidade' de dinheiro, segundo a metáfora MAIS É ACIMA. Finalmente, em (5) *alto* diz respeito a uma escala perfeitamente distinta,

a de avaliação (axiológica), cujo ponto mais alto é ‘bom’, realizando assim a metáfora BOM É ACIMA.

Quais são, afinal, os factores de figuração? A resposta não é fácil. Mas será pelo menos sinal de produção/interpretação de linguagem figurada o processo tradicionalmente designado de *transferência* e a sua reinterpretação cognitiva em termos de *projectão* ("mapping", em sentido matemático de uma correspondência entre dois conjuntos que atribui a cada elemento do primeiro um homólogo no segundo) sistemática da estrutura de um domínio-origem na estrutura de um domínio-meta, ou ainda em termos de distanciamento conceptual ou mudança de perspectiva.

5. O experiencialismo da linguagem e do pensamento

As três respostas que acabamos de justificar caracterizam o *experiencialismo* ou *realismo corporizado* do pensamento e da linguagem, que tem sido amplamente caracterizado quer em Linguística Cognitiva, particularmente por Lakoff & Johnson (1980, 1999), quer no âmbito de outras ciências cognitivas. Mas não conduzirá esta posição filosófica a um subjectivismo, empiricismo ou relativismo extremo? Como defender a existência de conceitos e esquemas imagéticos universais ao mesmo tempo que se aceita a ideia de conceptualizações culturalmente definidas?

Estas questões e dúvidas estão no centro do debate tanto fora como dentro da Linguística Cognitiva. Muito recentemente, o debate instaurou-se na própria revista *Cognitive Linguistics*, nomeadamente no terceiro fascículo do volume 13, de 2002. Num artigo fortemente crítico, a filósofa Marina Rakova argumenta que o experiencialismo ou realismo corporizado não passa de uma forma de empiricismo extremo: "The main point I want to make here is that *the idea of the metaphoric structuring of concepts is only tenable if an extreme empiricism of Lakoff and Johnson's kind is accepted*. However, it is doubtful that any version of extreme empiricism can ever turn out to be true" (Rakova 2002: 218). Johnson & Lakoff (2002) refutam esta identificação procurando demonstrar que a questão da necessidade e da realidade cognitiva do realismo corporizado é *empírica*, não se prestando por isso a uma mera especulação filosófica, e que é impossível separar a teoria da metáfora conceptual do realismo corporizado. Outros intervenientes no mesmo volume, como T. Krzeszowski e C. Sinha, procuram mostrar que Rakova distorce os princípios e os resultados da

linguística cognitiva ao discuti-los em termos da dicotomia filosófica tradicional entre "reducionismo" (ou universalismo) e "relativismo". Acrescenta Sinha, em resposta directa a Rakova, que não há nenhuma contradição entre uma abordagem naturalística e biologicamente determinada da cognição humana e o reconhecimento do papel fundamental que nesta desempenha a cultura. A contradição existe somente quando se insiste ora em reduzir a cultura à biologia, ora em negar que a biologia é relevante para a cultura.

Não quer isto dizer que o experiencialismo ou realismo corporizado como posição filosófica geral e como fundamento da linguística cognitiva e de outras ciências cognitivas, tal como tem sido mais directa e amplamente caracterizado por G. Lakoff e M. Johnson, seja claro e sem problemas. Não. Esta posição carece de esclarecimentos e provavelmente de algumas modificações, motivadas por algumas investigações actuais em linguística cognitiva sobre aquisição e desenvolvimento da linguagem (ver, por exemplo, Tomasello 1999).

Vamos procurar esclarecer o experiencialismo da linguagem e do pensamento a dois níveis – ontológico e metodológico. Ontologicamente, convém esclarecer 3 pontos. Primeiro, a experiência que se expressa na linguagem e noutras actividades humanas é não só individual como também cultural e histórica; leis, rituais, convenções, linguagem, etc. incorporam a experiência historicamente transmitida mais propriamente de culturas do que de indivíduos. Daí que no experiencialismo neural forte de Lakoff & Johnson (1999) seja necessário inserir ou tornar mais evidente a componente social e cultural. Por outras palavras, o princípio da corporização ("embodiment") não pode reduzir-se a operações neurais meramente individuais.

Segundo, o conhecimento semântico armazenado não pode ser concebido, tal como no cognitivismo clássico, de uma maneira simbólica, isto é, como informação codificada numa qualquer linguagem mental ou *mentals*, de que fala Fodor (1976). A crença na existência de um conjunto de significados bem definidos constituindo a *essência* do nosso conhecimento conceptual é uma forma de idealismo linguístico e cognitivo. Os significados não são *objectos mentais* depositados nessa caixa misteriosa do cérebro/mente, mas *processos* ou *actos* subjectivamente construídos para fazerem sentido em universos do discurso intersubjectivamente partilhados. O conhecimento semântico armazenado existe, mas não pode ser directamente observado, apenas inferido.

Terceiro, e porventura mais importante, o conhecimento advém não só da experiência mas também de sistemas conceptuais preexistentes que funcionam como modelos interpretativos dessas experiências. Por outras palavras, o desenvolvimento cognitivo é um processo integrado envolvendo, por um lado, estímulos experienciais (*input* exterior) e, por outro, estruturas mentais dadas (sistemas interiores de expectativas). O significado é não só o resultado, na mente do nosso cérebro, de processos neurológicos que desencadeiam a integração de informação perceptual e conceptual, mas depende também da mobilização mental de um bom número de esquemas dinâmicos que recebem e interpretam essas unidades de integração e as estabilizam numa perspectiva humana. Um dos aspectos mais importantes da cognição humana é a sua capacidade em adaptar-se a mudanças no mundo exterior e esta capacidade revela duas características essenciais: a flexibilidade ou acomodação a novas experiências, por um lado, e a estabilidade estrutural ou papel interpretativo do conhecimento já existente, por outro. Daqui a importância, assinalada sobretudo por Geeraerts (1985, 1993, 1997), da teoria do protótipo e das teorias epistemológicas dos paradigmas. Como argumenta Geeraerts (1993), é pela integração de factores *subjectivos* (a experiência individual determina o conhecimento) e *objectivos* (conceptualizações existentes influenciam a interpretação de novas experiências) que a semântica cognitiva é capaz de transcender a famosa dicotomia pós-cartesiana *empiricismo/racionalismo*. Os aspectos subjectivos experientialistas são mais importantes nos primeiros estádios do desenvolvimento conceptual, ao passo que os aspectos objectivos paradigmáticos tornam-se mais importantes quando os conceitos abstractos estão estabelecidos e dão lugar a extensões.

Metodologicamente, o experientialismo implica uma orientação fundamentalmente *hermenêutica*, no sentido atribuído por Dilthey às ciências humanas. Trata-se de todo um trabalho interpretativo no sentido de descobrir a experiência humana original que está por trás das suas várias expressões (não só objectos de arte e textos literários, mas também, por exemplo, instituições sociais e culturais). Neste sentido, a lógica das ciências humanas é fundamentalmente diferente da das ciências naturais: enquanto estas se orientam por uma explicação positivista em termos de leis imutáveis da natureza, aquelas procuram uma compreensão da experiência vivida através das suas exteriorizações e expressões. Mas poderá este trabalho interpretativo ser conduzido objectivamente? Quais os critérios para as interpretações correctas? A resposta ao crucial *problema da interpretação* (na expressão de U. Eco) consistirá, não em

encontrar uma espécie de alfabeto do pensamento humano, mas em fundamentar *empiricamente* as interpretações das expressões linguísticas ou outras na experiência individual, colectiva e histórica nelas fixada, no comportamento interaccional e social e na fisiologia do aparato conceptual humano. Neste sentido, a metodologia hermenêutica deverá consistir numa fusão interdisciplinar de investigações psicológicas, antropológicas, históricas e linguísticas.

6. Conclusões

Os dados apresentados e discutidos no âmbito do recente paradigma da Linguística Cognitiva permitem três conclusões gerais:

1. Protótipos, imagens e metáforas desempenham um papel essencial no pensamento e na linguagem.
2. A posição epistemológica em Ciências Cognitivas deve ser a de um experiencialismo integrado, isto é, interligando três factores – mente, experiência e estrutura.
3. A concepção fenomenológica do ser humano como sujeito cognitivo activo. E o conhecimento humano como reconstrução criativa da realidade. Quer isto dizer que o ser humano nem constrói autonomamente o seu conhecimento, nem passivamente experiencia os estímulos exteriores. O mesmo é dizer: por um lado, não há conhecimento à parte da experiência; por outro lado, a própria experiência é construída por mediação subjectiva contínua.

Referências

- BARCELONA, Antonio (ed.) (2000), *Metaphor and Metonymy at the Crossroads: A Cognitive Perspective*, Berlin: Mouton de Gruyter
- BEITEL, Dinara, GIBBS, Raymond W. & SANDERS, Paul (2001), "The embodied approach to the polysemy of the spatial preposition *on*", In: Hubert Cuyckens & Britta Zawada (eds.), *Polysemy in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, 241–260.
- BERLIN, Brent & KAY, Paul (1969), *Basic Colour Terms: Their Universality and Evolution*, Berkeley: University of California Press.
- CIENKI, Alan (1998), "STRAIGHT: An image schema and its metaphorical extensions", *Cognitive Linguistics* 9, 107-149.

- DAMÁSIO, António (1995), *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- _____ (2000), *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- DIRVEN, René & VERSPOOR, Marjolijn (eds.) (1998), *Cognitive Exploration of Language and Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins.
- DIRVEN, René & PÖRINGS, Ralf (eds.) (2002), *Metaphor and Metonymy in Comparison and Contrast*, Berlin: Mouton de Gruyter.
- EDELMAN, Gerald M. (1992), *Bright Air, Brilliant Fire: On the Matter of the Mind*, New York: Basic Books.
- FAUCONNIER, Gilles (1985), *Mental Spaces*, Cambridge, MA: MIT Press.
- _____ (1997), *Mappings in Thought and Language*, Cambridge: Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, Gilles & TURNER, Mark (1996), "Blending as a central process of grammar", In: A. Goldberg (ed.), *Conceptual Structure, Discourse and Language*, Stanford: CSLI Publications, 113-130.
- _____ (1998), "Conceptual Integration Networks", *Cognitive Science* 22/2, 133-187.
- FODOR, Jerry (1976), *The Language of Thought*, Hassocks: Harvester.
- GEERAERTS, Dirk (1985), *Paradigm and Paradox. Explorations into a Paradigmatic Theory of Meaning and its Epistemological Background*, Leuven: Leuven University Press.
- _____ (1988), "Where does prototypicality come from?", In: B. Rudzka-Ostyn (ed.), *Topics in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins, 207-229.
- _____ (1989), "Prospects and problems of prototype theory", *Linguistics* 27, 587-612.
- _____ (1993), "Cognitive Semantics and the history of Philosophical Epistemology", In: R. Geiger & B. Rudzka-Ostyn (eds.), *Conceptualizations and Mental Processing in Language*, Berlin: Mouton de Gruyter, 53-79.
- _____ (1997), *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*, Oxford: Clarendon Press.
- GIBBS, Raymond W. (1994), *The Poetics of Mind: Figurative Thought, Language, and Understanding*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GIBBS, Raymond W. & COLSTON, Herbert L. (1995), "The cognitive psychological reality of image schemas and their transformations", *Cognitive Linguistics* 6-4, 347-378.
- GIBBS, Raymond W. & STEEN, Gerard (eds.) (1999), *Metaphor in Cognitive Linguistics*, Amsterdam: John Benjamins.
- GRADY, Joseph (1997), *Foundations of Meaning: Primary Metaphors and Primary Scenes*, Ph.D. dissertation, University of California, Berkeley.
- JANSSEN, Theo & REDEKER, Gisela (eds.) (1999), *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope, and Methodology*, Berlin / New York: Mouton de Gruyter.
- JOHNSON, Mark (1987), *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*, Chicago: The University of Chicago Press.
- _____ (1992), "Philosophical implications of Cognitive Semantics", *Cognitive Linguistics* 3-4, 345-366.
- _____ (1993), *Moral Imagination: Implications of Cognitive Science for Ethics*, Chicago: The University of Chicago Press.
- JOHNSON, Mark & LAKOFF, George (2002), "Why cognitive linguistics requires embodied realism", *Cognitive Linguistics* 13-3, 245-263.
- KATZ, Albert, CACCIARI, CRISTINA, GIBBS, Raymond & TURNER, Mark (1998), *Figurative Language and Thought*, Oxford: Oxford University Press.
- LAKOFF, George (1987), *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, Chicago: University of Chicago Press.

- ____ (1990), "The Invariance Hypothesis: is abstract reason based on image-schemas?", *Cognitive Linguistics* 1-1, 39-74.
- ____ (1993), "The contemporary theory of metaphor", In: A. Ortony (ed.), *Metaphor and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 202-251.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark (1980), *Metaphors We Live By*, Chicago: University of Chicago Press.
- ____ (1999), *Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought*, New York: Basic Books.
- LAKOFF, George & TURNER, Mark (1989): *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*, Chicago: The University of Chicago Press.
- LANGACKER, Ronald W. (1987), *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. I, *Theoretical Prerequisites*, Stanford: Stanford University Press.
- ____ (1991), *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. II, *Descriptive Application*, Stanford: Stanford University Press.
- ____ (1993), "Universals of construal", *Proceedings of the Nineteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 447-463.
- ____ (1999), *Grammar and Conceptualization*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter.
- MANDLER, Jean (1992), "How to build a baby: II Conceptual primitives", *Psychological Review* 99, 587-604.
- MCNEILL, David (1992), *Hand and Mind: What Gestures Reveal about Thought*, Chicago: The University of Chicago Press.
- NEISSER, Ulrik (ed.) (1987), *Concepts and Conceptual Development. Ecological and Intellectual Factors in Categorization*, Cambridge: Cambridge University Press.
- RAKOVA, Marina (2002), "The philosophy of embodied realism: A high price to pay?", *Cognitive Linguistics* 13-3, 215-244.
- ROSCH, Eleanor (1973) "On the internal structure of perceptual and semantic categories", in T. Moore (ed.), *Cognitive Development and the Acquisition of Language*, New York, Academic Press, pp. 111-144.
- ____ (1975), "Cognitive representations of semantic categories", *Journal of Experimental Psychology* 104, 192-233.
- ____ (1978), "Principles of categorization", In: E. Rosch & B. Lloyd (eds.), *Cognition and Categorization*, Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 27-48.
- ROSCH, Eleanor & MERVIS, Carolyn B. (1975), "Family resemblances: studies in the internal structure of categories", *Cognitive Psychology* 7, 573-605.
- ROSCH, Eleanor & MERVIS, Carolyn B. et al. (1976), "Basic objects in natural categories", *Cognitive Psychology* 8, 382-439.
- SHORE, Bradd (1996), *Culture in Mind: Cognition, Culture and the Problem of Meaning*, Oxford: Oxford University Press.
- SILVA, Augusto Soares (1997), "A Linguística Cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística", *Revista Portuguesa de Humanidades* 1, 59-101.
- ____ (1999a), *A Semântica de DEIXAR: Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Ciência e Tecnologia.
- ____ (1999b), "Metáfora e conceitos permissivos e proibitivos", In: Mário Vilela & Fátima Silva (orgs.), *Actas do 1º Encontro Internacional de Linguística Cognitiva*, Porto: Faculdade de Letras do Porto, 231-252.
- ____ (2002), "Causação, permissão e negação: um modelo cognitivo de causação", In: M. Helena Mateus & Clara Correia (orgs.), *Saberes no Tempo: Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*, Lisboa: Colibri, 485-503.

- ____ (2003a), "Image schemas and category coherence: The case of the Portuguese verb *deixar*", In: Hubert Cuyckens, René Dirven & John Taylor (eds.), *Cognitive Approaches to Lexical Semantics*, Berlin: Mouton de Gruyter, 281-322.
- ____ (2003b), "O poder cognitivo da metáfora e da metonímia", *Revista Portuguesa de Humanidades* 7.
- SILVA, Augusto Soares (org.) (2001), *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa
- SMITH, Edward E. & MEDIN, Douglas L. (1981), *Categories and Concepts*, Cambridge: Harvard University Press.
- SWEETSER, Eve (1990), *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge: Cambridge University Press.
- TALMY, Leonard (1988), "Force dynamics in language and cognition", *Cognitive Science* 12, 49-100.
- TAYLOR, John (1995), *Linguistic Categorization: Prototypes in Linguistic Theory*, Oxford: Clarendon Press.
- TOMASELLO, Michael (1999), *The Cultural Origins of Human Cognition*, Cambridge: Harvard University Press.
- TURNER, Mark (1996), *The Literary Mind*, New York: Oxford University Press.
- TURNER, Mark & FAUCONNIER, Gilles (2002), *The Way we Think. Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities*, New York: Basic Books.

**DA VIDA E OUTRAS VIAGENS... A relevância das metáforas
conceptuais na abordagem de uma língua estrangeira¹**

ANA MARGARIDA ABRANTES

1. Introdução

Não é preciso ser dono de uma criatividade genial para entender o título da comunicação que aqui se apresenta. Que a vida é comparada a uma viagem, também não parece constituir novidade. Da mesma forma que entendemos que TEMPO É DINHEIRO (que interessa, por isso, *poupar* para *gastar* com o que realmente importa), UM DEBATE É UMA BATALHA (onde as partes se *atacam* e *defendem*) ou uma TEORIA É UM EDIFÍCIO (construída sobre os *alicerces* de uma investigação *sólida*).

Mais do que artifícios de retórica, expressões como estas fazem transparecer a força criadora inerente à linguagem de todos os dias, que não é mais do que um reflexo da maneira como conceptualizamos o mundo à nossa volta. Assim, a metáfora não é apenas um uso anormal (no sentido de ‘invulgar’, ‘fora do comum’) das palavras de todos os dias, que apoia a descrição poética do real, tal como era concebida pelos teóricos clássicos, desde Aristóteles. A metáfora não é uma mera questão de linguagem, mas antes uma questão de pensamento. Por isso, um olhar atento sobre a linguagem corrente bastará para que se reconheça o valor e a frequência de expressões metafóricas. A este olhar não poderão ser alheios aqueles que de mais perto lidam com as questões da linguagem. Neste sentido, além dos linguistas, este assunto interessa também àqueles que fazem do ensino de língua estrangeira a sua profissão. É que as metáforas são um fenómeno recorrente, que ultrapassa os limites de uma comunidade linguística. Arriscar-se-ia dizer até que estão presentes em todas as línguas, apontando para semelhanças interculturais de conceptualização e expressão do real.

Na apresentação que se segue procurar-se-á fazer um ponto de situação do estudo da metáfora como estrutura conceptual, integrando-

¹ Texto da comunicação apresentada no IV Simpósio de Culturas e Literaturas, *A Universidade no Novo Milénio* (Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa, Viseu, 15 a 17 de Março de 2000).

o no recente paradigma em Linguística, a Linguística Cognitiva. A partir desta descrição, considerar-se-ão algumas implicações desta teoria para o ensino de língua estrangeira.

2. A Linguística Cognitiva – um novo paradigma de estudo da linguagem

A Linguística Cognitiva propõe uma abordagem alternativa da linguagem como meio de conhecimento da realidade, assente na experiência mais concreta (física) sobre o mundo. No âmbito deste novo paradigma em Linguística, a linguagem não é uma faculdade humana autónoma, um sistema independente, mas antes uma capacidade em interacção com outras, nomeadamente a cognição e a conceptualização. O uso linguístico ultrapassa os limites da funcionalidade comunicativa, assumindo-se antes de tudo como o meio de conceptualizar a realidade e de reflectir essa conceptualização. E porque esta é um processo organizado e assente em experiências colectivas (sociais e culturais), por um lado, e individuais (físicas e epistemológicas), por outro, a Linguística Cognitiva não pode nem pretende trabalhar isolada de outras ciências. Pelo contrário, a riqueza desta alternativa em Linguística resulta da interdisciplinaridade em que surgiu e se tem vindo a desenvolver. Os estudos em Linguística Cognitiva inserem-se num plano mais abrangente da Ciência Cognitiva, em que interagem várias áreas de investigação, como a Psicologia, a Antropologia ou as Neurociências.

O arranque da Linguística Cognitiva fez-se na transição da década de 70 para os anos 80. Surgiram então os estudos em Psicolinguística de Eleanor Rosch, que apontam para uma nova visão sobre a estrutura das categorias conceptuais, baseadas em representantes centrais ou protótipos. O interesse pela visão cognitiva da linguagem expandiu-se, tendo surgido estudos vários, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Entre estes contributos destacam-se as obras de George Lakoff (1987, 1993, Lakoff e Johnson 1980), Ronald Langacker (1987, 1991), Leonard Talmy (1988), Mark Johnson (1987), Dirk Geeraerts (1997, Geeraerts, Grondelaers e Bakema 1994, Geeraerts e Grondelaers 1995), Anna Wierzbicka (1992, 1996), Raymond Gibbs (1996) ou Gilles Fauconnier (1997, Fauconnier e Sweetser 1996). Os estudos destes e de cada vez mais investigadores estendem-se por áreas com a Semântica, a Lexicologia, a Sintaxe, a Linguística Histórica e a Semântica Intercultural, e inserem-se num quadro mais

abrangente de investigação em Ciência Cognitiva, de que nos orgulhamos ter um representante reconhecido internacionalmente, António Damásio, autor de inúmeros trabalhos em Neurologia, de que destacamos *O Erro de Descartes*. O carácter 'cognitivo' desta nova abordagem em Linguística advém da procura de uma relação entre a experiência do domínio físico, a natureza conceptual do pensamento e a arquitectura da linguagem.

O interesse crescente pela perspectiva cognitiva na análise linguística também se verifica em Portugal, sendo de referir os trabalhos de Augusto Silva (1995, 1996, 1997 e 1999), na área da Semântica Lexical, de Hanna Batoréo (1996), no campo da Psicolinguística, os estudos sobre a gramaticalização, de José Pinto de Lima (1989), e os trabalhos ao nível da Sintaxe de Maria Clotilde de Almeida (1995).

Entre as áreas de interesse da Linguística Cognitiva, podem apontar-se as seguintes:

?? No âmbito da Semântica Lexical, a estrutura das categorias lexicais, a que pertencem elementos organizados em função do seu grau de representatividade (dos membros centrais da categoria ou protótipos, aos elementos periféricos). Esta capacidade cognitiva de categorização reflecte-se na nomeação das categorias e dos elementos, definidos não em função da exibição de um conjunto de traços essenciais, mas antes do seu maior ou menor grau de representatividade da categoria em que se inserem;

?? a estreita relação entre a Sintaxe e a Semântica (nesta abordagem linguística é atribuído um significado próprio às estruturas sintácticas, independentemente dos elementos lexicais e morfológicos que as preenchem);

?? a base pragmática da relação entre linguagem e pensamento, onde se destaca o interesse suscitado pelos universais linguísticos, que traduzem tendências universais do processo de conceptualização;

?? os mecanismos cognitivos de conceptualização e expressão da realidade, entre os quais se inserem os modelos cognitivos e culturais, a metáfora e a metonímia conceptuais ou os esquemas de imagens.

É este último ponto que interessa aqui desenvolver. Para este fim tomar-se-ão por base os trabalhos George Lakoff (as obras *Metaphors we live by*, de 1980, em co-autoria com Mark Johnson, *Women, Fire*

and Dangerous Things, de 1987, e artigos posteriores do autor sobre a metáfora em geral – *The contemporary theory of metaphor*, de 1993 – e a sua aplicação ao domínio conceptual das emoções – *The cognitive model of anger inherent in American English*, em co-autoria com Zoltan Kövecses, de 1987). Para o estudo da contribuição da metáfora na conceptualização das emoções, constituem referência incontornável os trabalhos de Kövecses (1986, 1990 e 1995). Para além destes textos, seguir-se-á ainda o ‘booklet’ *Whole Language, Whole Person*, de Maya Pentcheva e Todor Shopov (1999), um compêndio de metodologia de abordagem de línguas estrangeiras, que constitui o suporte teórico de base aos dossiers de formação de professores desenvolvidos no âmbito do Projecto LINGUA *Echanger pour Changer*, que será apresentado numa outra comunicação prevista neste simpósio. Deste livro consta uma análise dos princípios subjacentes ao ensino de LE, contando-se entre os princípios linguísticos e cognitivos a atenção que deve ser dispensada ao papel de estruturas cognitivas específicas, como a metáfora conceptual.

3. A Teoria Contemporânea da Metáfora Conceptual

Retomemos o título desta comunicação. Vimos já que não é preciso revelar grande mestria na escolha das palavras para dizer que A VIDA É UMA VIAGEM. Da mesma forma, chegar ao significado de expressões como as que a seguir se apontam, será certamente pouco problemático:

Diz-se de alguém ambicioso, que sabe onde quer *chegar* na vida. Assim sendo, *traçará* para si próprio *um caminho*. Deparar-se-á certamente com algumas *encruzilhadas* no seu *percurso* e terá também de *ultrapassar alguns obstáculos*. Por vezes sentirá que está *num beco sem saída*. Poderá ainda haver momentos em que decide dar *um novo rumo* à sua vida e não deixará que ninguém *se cruze no seu caminho*. No final dirá que *passou por* muito, mas que *chegou a um ponto* na vida onde poderá finalmente *descansar, olhar para trás* e recordar a forma como *percorreu as várias etapas* da sua existência.

A expressões assinaladas em itálico pertencem ao domínio espacial e retratam aspectos vários de uma viagem, entendida como um evento da esfera das experiências concretas. Ao recorrermos a expressões como estas para nos referirmos à vida, falamos desta como de uma viagem, logo entendemo-la, concebemo-la como uma viagem. Ou seja, a análise da forma como falamos da vida é o reflexo da forma

como pensamos a vida, como conceptualizamos esta realidade ‘abstracta’, aproximando-a de uma referência concreta. Esta transferência de um domínio conceptual concreto, cujo conhecimento advém da experiência mais directa, física até, sobre ele, para a conceptualização de um domínio abstracto, constitui a essência da metáfora conceptual. Deste modo, muito além do valor retórico, a metáfora adquire um valor conceptual de projecção da estrutura de um domínio concreto num domínio abstracto da experiência. Esta projecção (também designada por mapeamento, uma tradução da versão inglesa, ‘mapping’) é unidireccional: parte do domínio da experiência física (domínio de origem) para a esfera de entidades abstractas (domínio alvo). O mapeamento implica a projecção da estrutura dos domínios envolvidos e uma correspondência ontológica estreita, segundo a qual as entidades do domínio alvo da conceptualização correspondem a entidades específicas do domínio de origem.

Voltando à metáfora conceptual A VIDA É UMA VIAGEM, vemos que os elementos incluídos na estrutura de uma viagem (ponto de partida, destino, obstáculos no percurso ou outros) estão presentes na conceptualização do domínio de chegada, a vida:

?? a *pessoa* corresponde ao *viajante*;
 ?? os *objectivos da vida* são os *destinos da viagem*;
 ?? as *dificuldades da vida* são os *obstáculos* ou impedimentos
 ao prosseguimento da viagem.

É a coerência estruturada da analogia entre domínios do conhecimento que faz com que a metáfora faça sentido intuitivamente, por um lado, e que limita também as possibilidades dos seus vínculos ao domínio de origem, por outro. Deste modo, alargar a metáfora conceptual em causa para conceber a fase de existência antes do nascimento e a morte como dois percursos complementares ao ciclo da vida, apenas ajuda a corroborar a exactidão expressiva que encontramos ao conceptualizar e exprimir a vida como uma viagem. Algumas expressões ajudam a tornar claro este argumento:

Ela <i>espera</i> um filho.	Ele <i>já não está connosco</i> .
O bebé <i>está a caminho</i> .	Ele <i>partiu</i> .
Ela <i>trouxe</i> um filho ao mundo.	Ela <i>deixou-nos</i> .

Convém neste ponto fazer uma referência breve à distinção que é necessário estabelecer entre o nome do mapeamento (A VIDA É UMA

VIAGEM) e o mapeamento em si, ou seja, o conjunto de correspondências entre os domínios VIAGEM e VIDA. É também importante distinguir entre a metáfora conceptual propriamente dita (o mapeamento que designamos A VIDA É UMA VIAGEM) e as expressões metafóricas que resultam da aplicação desse mapeamento (como as que vimos há pouco).

Resumindo o que foi dito até aqui, a análise de expressões metafóricas recorrentes no discurso quotidiano revela que nos apoiamos em modelos do mundo concreto para conceptualizar fenómenos abstractos. Isto acontece não só por uma questão de economia conceptual pela rentabilização da estratégia cognitiva eficaz que é a metáfora, mas também porque ao estabelecer uma ligação cognitiva entre estados de coisas abstractos e domínios da experiência concretos, asseguramos não só a eficiência e a expressividade do discurso (cf. Blank 1999), mas através destas a felicidade de um acto de comunicação bem sucedido (cf. noção de felicidade conversacional – “bonheur conversationnel” de Auchlin 1993).

A metáfora conceptual que analisámos até aqui é um exemplo de um dos três tipos de transferência metafórica que Lakoff em Johnson descrevem na sua tipologia: a **metáfora estrutural**. Segundo os autores, este grupo particular de metáforas consiste na estruturação metafórica de um conceito em termos de um outro, que se projecta sobre aquele. Ainda dentro deste tipo podemos encontrar outras metáforas:

TEMPO É DINHEIRO	Não <i>percas</i> mais tempo com este assunto. Este novo programa vai permitir <i>poupar</i> horas de trabalho. Por vezes tenho dificuldades em <i>gerir</i> o meu tempo. Não posso <i>investir</i> mais tempo neste projecto.
UM DEBATE É UMA BATALHA	O deputado <i>defendeu-se</i> das <i>fortes críticas lançadas</i> pela bancada. O entrevistado <i>contra-atacou</i> com o documento que trouxera.
O CORPO É UM CONTENTOR	Estava <i>a transbordar</i> de alegria. Sentiu-se <i>vazio</i> .

Um segundo tipo de metáforas, as **metáforas orientacionais**, implicam a organização de conceitos pela relação que estabelecem entre si e partem da experiência corporal, física sobre o espaço. Alguns exemplos destas relações de orientação espacial são EM CIMA - EM BAIXO, DENTRO - FORA ou À FRENTE - ATRÁS:

O BEM ESTÁ EM CIMA
Tudo *em cima*? (P. Do Brasil)

O MAL ESTÁ EM BAIXO
Hoje estou um bocado *em baixo*.

O BEM ESTÁ À FRENTE
Há que *seguir em frente*.
Ele *está à frente* dos negócios.

O MAL ESTÁ ATRÁS
Ele chumbou, *ficou para trás*.

A oposição metafórica baseada na relação espacial EM CIMA - EM BAIXO regista várias extensões, como a oposição entre razão e emoção ou controlo e subserviência.

O último tipo de metáfora conceptuais, as **metáforas ontológicas**, baseia-se na nossa experiência de objectos ou substâncias físicas, em função das quais lidamos com noções abstractas. Um exemplo é a metáfora O TEMPO É UM CONTENTOR:

Estou de volta *dentro de três dias*.
Terminou o trabalho *num curto espaço de tempo*.
Ele chegou *fora de horas*.

A metáfora assume, assim, um valor cognitivo que vai muito além da sua importância estilística. Mais do que uma estratégia de palavras, a metáfora é uma estratégia conceptual, que funciona em primeira mão ao nível do pensamento humano. Ou seja, a metáfora é uma forma de pensar o mundo, e ao dizer a metáfora os conceitos abstractos tornam-se mais acessíveis à compreensão. Uma breve reflexão acerca da nossa linguagem de todos os dias bastará para que nos apercebamos da verdadeira amplitude desta estratégia conceptual. Lakoff (1993) vai ainda mais longe, ao defender que do conhecimento mundano às teorias científicas, muito do nosso conhecimento depende da capacidade de entendermos conceitos abstractos com base na parte não metafórica do nosso sistema conceptual. Esta capacidade cognitiva permite-nos dar estrutura a conceitos não estruturados. Consideremos ainda alguns exemplos:

COMPREENDER É VER

Não *estou a ver bem* o que estás a dizer.
No meu ponto de vista, este assunto está encerrado.

VER É TOCAR

Não consigo *tirar* os olhos dela.
Está há horas *colado* ao ecrã.

O AMOR É UMA VIAGEM

O Luís *anda com* a Teresa.
Aqueles dois *não vão a lado nenhum*.
Olha só *onde chegámos*.
Agora já *não podemos voltar atrás*.

O último exemplo, do domínio das emoções, é extensivamente comentado por Lakoff (1993), que além de descrever as correspondências ontológicas entre os dois domínios cognitivos, refere ainda que as eventuais novas extensões da metáfora conceptual são compreendidas de imediato, sem levantar problemas de conceptualização. Assim, por exemplo, quando ouvimos letras de canções novas como “*We’re driving in the fast lane on the freeway of love*” (exemplo apontado por Lakoff, 1993) ou “*Love is a highway, I wanna ride it all night long*”, a compreensão do cenário em causa não levanta dificuldades, porque há coerência e sistematicidade entre estas novas extensões e a metáfora na sua origem.

Já aqui foi referido que o grau de eficácia de expressões metafóricas no discurso tem que ver com o facto de assentarem numa base experiencial concreta, o que depressa nos permite obter uma imagem mental de um conceito abstracto e de o dotar de uma estrutura que de outro modo seria difícil encontrar nele. Assim, pensar o tempo como se fosse dinheiro, permite-nos *poupá-lo, rentabilizá-lo, geri-lo*, ou seja, tratá-lo como um recurso limitado ou uma comodidade valiosa, da mesma forma como encaramos o dinheiro. No entanto, o que é para nós uma verdade, pode não ser aplicável noutras culturas. O valor atribuído ao tempo ao compará-lo com o dinheiro é uma visão baseada na subcategorização do tempo nas sociedades ocidentais. A questão seguinte é então ver se é plausível considerar o carácter universal das metáforas conceptuais.

Se se pensar que os domínios de origem dos mapeamentos metafóricos são domínios concretos, de base experiencial física, que advêm em primeira linha da nossa experiência mais imediata do mundo, então poderíamos concluir que as metáforas conceptuais são universais, já que a experiência de base física da realidade é comum a toda a espécie. Contudo, pensar com mais cuidado nesta experiência sobre o mundo implica igualmente reconhecer o papel e a influência que a cultura da comunidade onde estamos inseridos exerce até sobre as experiências mais básicas, como a do contacto com o tempo. Deste modo, se o processo de conceptualização de base metafórica é universal (a prová-lo estão estudos vários de Wierzbicka ou de Lakoff), os domínios conceptuais de partida dessa conceptualização são em parte motivados pelo alcance da influência cultural específica.²

² É interessante analisar as perspectivas de Kövecses (1995), por um lado e Geeraerts e Grondelaers (1995), por outro, sobre a conceptualização da raiva, enquanto emoção básica. Kövecses aponta apenas a base experiencial física na origem

Assim, as metáforas conceptuais que ultrapassam os limites das diferentes culturas particulares, prendem-se com experiências básicas do mundo, que não estão dependentes de visões culturais da realidade. Entre estas metáforas básicas, podemos encontrar as seguintes (em sintonia com Pentcheva e Shopov, 1999):

ESTADOS SÃO LOCALIZAÇÕES
EVENTOS SÃO ACÇÕES
PESSOAS SÃO PLANTAS
PESSOAS SÃO CONTENTORES
A VIDA É UMA VIAGEM

Cada comunidade linguística trata então de elaborar estes esquemas metafóricos de base, alargando-os a outras metáforas conceptuais, onde já é possível reconhecer uma influência cultural específica. Apesar das variações é, no entanto, possível reconhecer muitas semelhanças entre línguas faladas por comunidades que partilham valores culturais mais abrangentes. Que o tempo é dinheiro, por exemplo, não é só verdade para a comunidade linguística e cultural portuguesa. Noutras comunidades é possível reconhecer precisamente a mesma conceptualização do tempo, bastando para tal atentar a algumas expressões metafóricas omnipresentes no discurso quotidiano:

	Português	Inglês	Alemão	Francês
TEMPO É DINHEIRO	Poupar tempo Gastar tempo	To save time To spend time	Zeit ersparren Zeit verschwenden	Sauver du temps Dépenser du temps

O suporte cultural comum a estas expressões metafóricas recorrentes na referência ao tempo é o que se designa por ‘cultura

da conceptualização desta emoção, o que torna a sua nomeação igualmente semelhante em línguas tão distantes como o Inglês americano, o Japonês, o Chinês, o Húngaro ou o Wolof, falado no Senegal (cf. Kövecses, 1995). Já Geeraerts e Grondelaers são cépticos quanto à exclusividade dos factores físicos neste processo. Assim, referem que muito do que nos é dado a conhecer da conceptualização da raiva pela análise da sua expressão linguística, revela a forte e inegável influência de factores culturais na sua conceptualização. Só esta influência permite entender, por exemplo, a alusão, na expressão de emoções como a raiva, aos fluidos corporais ou humores, como é visível em expressões como *Ter o sangue quente* ou *Ter um ódio fígadal a alguém*. Contudo, e ainda que aponte para uma direcção diferente, o estudo de Geeraerts e Grondelaers não exclui a influência de factores experienciais na conceptualização.

ocidental’, em que as diferentes comunidades linguísticas partilham valores comuns. Assim sendo, não causa estranhamento que a referência ao tempo se faça pela aproximação ao domínio concreto do dinheiro.

4. A Metáfora Conceptual: da Linguística à Didáctica

Após esta descrição, necessariamente breve, da teoria contemporânea da metáfora, que realça o seu valor cognitivo antes de qualquer outra função, chegamos à questão que esteve presente desde o início: em que medida é que se pode aplicar o conhecimento acerca deste processo cognitivo ao contexto concreto do ensino e aprendizagem de uma língua estrangeira?

Antes de tudo, arriscamos dizer que nunca como agora a Linguística pode ser tão aplicada. Já há algum tempo que os processos cognitivos têm vindo a ser considerados no âmbito de correntes metodológicas e didácticas como factores centrais e inalienáveis do processo de aprendizagem de uma nova língua. Porém, há que considerar a sua relevância antes de mais na aquisição e uso da língua materna, uma vez que aprender uma língua estrangeira não é começar de novo, mas antes acrescentar algo à competência linguística já existente, como afirmam Pentcheva e Shopov (1999, p. 28):

“The learning of a second language is rather a question of increasing a repertoire, or learning a set of alternatives for something they already know.”

Ora a língua materna é o primeiro meio de contacto com a realidade, a primeira perspectiva sobre aquela. A língua não é o reflexo da realidade, mas antes uma visão possível desta, ou, como afirmam os autores, (Pentcheva e Shopov, op. cit, p. 9), uma “*Picture of the world*”. Cada língua oferece uma visão possível da realidade, simultaneamente subjectiva e colectiva, e não um mero reflexo daquela. Aprender uma língua estrangeira é, pois, adquirir uma nova visão da realidade, olhar para esta de uma perspectiva diferente. Ou, em termos da Linguística Cognitiva, entrar num novo domínio conceptual. As diferentes imagens do mundo, que nos oferecem as várias línguas, não são necessariamente opostas ou incompatíveis. Pelo contrário, uma vez que assentam em princípios e mecanismos

cognitivos comuns, é possível reconhecer semelhanças entre línguas diametralmente opostas.³

Um desses mecanismos cognitivos é precisamente a metáfora. O nosso sistema conceptual revela uma estrutura metafórica, embora não estejamos dela normalmente conscientes. No entanto, isso não impede que não recorramos a essa estratégia ao usar a língua, da mesma forma que recorremos a princípios fonológicos ou a regras de sintaxe.

No caso particular das línguas estrangeiras ensinadas no contexto português (referem-se aqui as mais recorrentes, Inglês, Alemão e Francês), e dado que partilham a origem e as comunidades linguísticas revelam afinidades em termos culturais (um filtro de valores e crenças que determinam as imagens do mundo que as línguas veiculam), é pela consciência destes traços comuns que deve começar a aplicação do nosso conhecimento acerca da linguagem, no contexto particular do ensino/aprendizagem destas línguas.

É importante começar pela consciencialização de que a aprendizagem de uma nova língua se faz na base do conhecimento de um primeiro idioma. Ao contrário do que aconteceu em momentos determinados do desenvolvimento de metodologias de ensino de língua estrangeira (LE), a língua materna (LM) não pode ser encarada como um tabu na aula de LE, mas antes como o porto seguro onde é possível e até desejável ancorar o novo conhecimento. Aprender uma coisa nova através da associação a algo já conhecido não é apenas fonte de segurança para o aluno, mas oferece igualmente mais garantia de sucesso da aprendizagem do que a apresentação isolada de novos conhecimentos.

No caso particular da expressão linguística de metáforas conceptuais como as que vimos, o reconhecimento da importância desta estratégia conceptual no uso quotidiano da LM é o primeiro passo a dar. A partir desta consciencialização é possível trabalhar na LE, estabelecendo redes de referência, que nos permitam abordar novos campos lexicais e explorar as potencialidades das extensões da metáfora conceptual na LE, confrontando-as com o que acontece na LM. Trabalhar (ou quase 'jogar') com a língua a este nível dá ao aprendente uma sensação de domínio do desconhecido, que, no mínimo, ajudará a ultrapassar medos e a cultivar a autoconfiança e, além disto testar a sua criatividade. Embora não se pretenda aqui avançar com receitas infalíveis, pode adiantar-se uma sugestão (válida para o Inglês, o Alemão e o Francês). Partindo da associação das

³ De novo aqui se remete para a análise de expressões da raiva em línguas distantes, de que dá conta Kövecses (1995).

emoções a elementos concretos como as cores, a temperatura ou actividades culinárias, é possível levar os alunos a interpretar (ou até mesmo, numa fase posterior, a criar) expressões metafóricas na LE para exprimir as emoções. Antes disso, contudo, haverá decerto a necessidade de uma breve referência à LM, devidamente ilustrada com exemplos. Poderão então surgir expressões como:

Derreteu-se todo.

Estava a *fervilhar* de emoção.

É uma pessoa *fria*.

Tem o *sangue quente*.

INGLÊS	ALEMÃO	FRANCÊS
She's got a <i>hot temper</i> .	ein <i>hitziges</i> Temperament haben; sich <i>schwarz</i> ärgern	Elle a le <i>sang chaud</i> .
Be <i>cool</i> !	Sei <i>cool</i> !	Sois <i>cool</i> !
To <i>boil</i> with indignation.	<i>Dampf</i> ablassen	<i>Bouillir</i> d'indignation.

Desenvolver actividades deste tipo é cultivar a criatividade cognitiva e semântica de maneira diferente do habitual, ou seja, exercer um domínio consciente acerca das estruturas conceptuais subjacentes à língua. Deste modo, o reconhecimento e a utilização destes mecanismos na LE implicam não só que se aprenda a língua, mas também que se aprenda algo sobre a língua.

A curiosidade e as potencialidades de trabalho a partir das estruturas cognitivas subjacentes à linguagem ficarão em aberto. Pretendeu-se, sobretudo, chamar a atenção para a nova perspectiva sobre a linguagem enquanto faculdade em interacção com outras capacidades cognitivas, como a conceptualização, tal como defende a Linguística Cognitiva. Abre-se todo um caminho de aplicação dos contributos deste novo paradigma, e o importante é que cada professor de LE, na sua polivalência, esteja consciente da sua curiosidade enquanto especialista em Linguística, da sua ousadia de metodólogo e do desafio que a sua própria prática pedagógica constantemente lhe impõe. Procurar a interacção entre estas várias componentes da sua formação é decerto o ponto de partida de um longo caminho a percorrer numa abordagem diferente e inovadora do ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras. Afinal, a viagem só há pouco começou...

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. C. (1995) *Transitividade e Trajectória nas Concepções de abrir e de cortar em Português e Alemão: Análise Prototípico-analogista*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- AUCHLIN, A. (1993) "Au petit bonheur du bien dire. Note sur le traitement du 'bien dire' en analyse pragmatique du discours", *Cahiers de Praxématique*, 20, Montpellier, Praxiling, 58-85.
- BATORÉO, H. J. (1996) *Contribuição para a Caracterização da Interface Expressão Linguística – Cognição Espacial no Português Europeu: Abordagem Psicolinguística da Expressão do Espaço em Narrativas Provocada*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- BLANK, A. (1999) "Why do new meanings occur? A cognitive typology of the motivations for lexical semantic change" in BLANK, A. – KOCH, P. (Eds.) *Historical Semantics and Cognition*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter, 61-89.
- DAMÁSIO, A. (1995) *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- FAUCONNIER, G. (1997) *Mappings in Thought and Language*, Cambridge, Cambridge University Press.
- FAUCONNIER, G. – SWEETSER, E. (Eds.) (1996) *Spaces, Worlds and Grammar*. Chicago, London, The University of Chicago Press.
- GEERAERTS, D. (1997) *Diachronic Prototype Semantics: A Contribution to Historical Lexicology*, Oxford, Clarendon Press.
- GEERAERTS, D. et alii. (1994) *The Structure of Lexical Variation: Meaning, Naming and Context*, Berlin, Mouton de Gruyter [Cognitive Linguistics Research 5].
- GEERAERTS, D. – GRONDELAERS, S. (1995) "Looking back at anger: cultural traditions and metaphorical patterns" in TAYLOR, J. – MACLAURY, R. (Eds.) *Language and the Cognitive Construal of the World*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 153-179.
- GIBBS, R. W. (1996) "What's cognitive about cognitive linguistics?" in CASAD, E. (Ed.) *Cognitive Linguistics in the Redwoods. The Expansion of a New Paradigm in Linguistics*, Berlin, Mouton de Gruyter, 27-53.
- JOHNSON, M. (1987) *The Body in the Mind. The Bodily Basis of Meaning, Imagination, and Reason*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- KÖVECSES, Z. (1986) *Metaphors of Anger, Pride and Love. A Lexical Approach to the Structure of Concept*, Amsterdam, John Benjamins.
- KÖVECSES, Z. (1990) *Emotion Concepts*, New York, Springer.
- KÖVECSES, Z. (1995) "Anger: Its language, conceptualisation and physiology in the light of cross-cultural evidence" in TAYLOR, J. – MACLAURY, R. (Eds.) *Language and the Cognitive Construal of the World*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter, 181-196.
- LAKOFF, G. (1987) *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. (1993) "The contemporary theory of metaphor" in ORTONY, A. (Ed.) *Metaphor and Thought*, Cambridge, Cambridge University Press, 202-251.

- LAKOFF, G. – JOHNSON, M. (1980) *Metaphors We Live By*, Chicago, The University of Chicago Press.
- LANGACKER, R. (1987) *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. I: *Theoretical Prerequisites*, Stanford, California, Stanford University Press.
- LANGACKER, R. (1991) *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. II: *Descriptive Application*, Stanford, California, Stanford University Press.
- LIMA, J. P. (1989) “Significado avaliativo”: para uma clarificação à luz de uma semântica prática, Lisboa, Universidade Lisboa, Faculdade de Letras, 2 vol.
- PENTCHEVA, M. – SHOPOV, T. (1999) *Whole Language, Whole Person: A Handbook of Language Teaching Methodology*. (A aguardar publicação no âmbito do Projecto LINGUA A Echanger pour Changer.)
- SILVA, A. S. (1995) “A gramática cognitiva: Apresentação e uma breve aplicação”, *Diacrítica* 10, 83-116.
- SILVA, A. S. (1996) “Dos conceitos lexicais aos conceitos gramaticais. Aspectos da gramaticalização”, *Diacrítica* 11, 113-138.
- SILVA, A. S. (1997) “A Linguística Cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística”, *Revista Portuguesa de Humanidades* vol. 1 – 1/2, Braga, Faculdade de Filosofia da U.C.P.
- SILVA, A. S. (1999) *A Semântica de Deixar. Uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- TALMY, L. (1988) “Force dynamics in language and cognition”, *Cognitive Science* 12, 49-100.
- WIERZBICKA, A. (1992) *Semantics, Culture and Cognition*, Oxford, Oxford University Press.
- WIERZBICKA, A. (1996) *Semantics – Primes and Universals*, Oxford, Oxford University Press.

Guerra, paz ou pacificação?
Aspectos semânticos e pragmáticos do eufemismo na imprensa

Ana Margarida Abrantes
Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Letras - Viseu

1. Introdução

Um dos domínios onde o estudo linguístico tem revelado uma produção exaustiva é o campo das relações entre linguagem e emoção. Contudo, se é certo que muito tem sido já dito acerca da linguagem das emoções^[1], o mesmo não se aplica em relação ao estudo da emoção no uso linguístico (GEERAERTS e GRONDELAERS, 1998). Neste domínio específico, o Eufemismo é um dos processos onde se pode reconhecer a relação entre o enunciador e o estado de coisas a que se refere no seu enunciado, e ainda a reacção do interlocutor a este conteúdo enunciativo. O Eufemismo não se resume, assim, a um processo linguístico de selecção lexical, mas traz à luz o carácter avaliativo das realidades e dos recursos linguísticos que as exprimem. A opção do enunciador pela substituição de um lexema ou expressão susceptível de provocar uma reacção emotiva indesejada no interlocutor não é arbitrária ou ingénua, mas deliberada ou até mesmo premeditada.

O estudo que aqui se apresenta insere-se num projecto de investigação mais abrangente, a tese do *Curso de Mestrado em Língua Portuguesa – Perspectiva Cognitiva*, que visa o estudo da ocorrência do Eufemismo no registo da imprensa. Para essa análise foram seleccionados todos os textos referentes à guerra do Kosovo, publicados entre 10 e 16 de Abril de 1999 em dois jornais portugueses e em dois diários alemães equivalentes: *Público*, *Correio da Manhã*, *Frankfurter Rundschau* e *Bild-Zeitung*. Neste momento apenas se pretende dar conta das primeiras observações que foi possível fazer acerca do uso do Eufemismo na imprensa portuguesa e da análise deste processo linguístico, na sua dimensão semântica e cognitiva e nas implicações da sua dimensão pragmática.

2. Em busca de uma definição de trabalho de Eufemismo – questões de partida

Em traços gerais, de acordo com W. D. Redfern (1994: 1181) “*Euphemism provides a way of speaking about the unspeakable*” [o eufemismo permite falar sobre o

inominável]. Eufemismo é, assim uma designação abrangente, aplicável a pelo menos três ordens de coisas distintas (BOHLEN, 1994: 101-104):

- 1) o **lexema ou expressão** utilizada para substituir uma palavra, cuja referência se pretende evitar pelos motivos que se apontaram acima;
- 2) o **processo de substituição** eufemística (*Euphemisierung* – eufemização);
- 3) a **utilização** de uma expressão suavizante, atenuante, desviante ou melhorativa.

Para uma definição praticável e englobante de eufemismo há que ter em conta causas e intenções que presidem à sua utilização, bem como os resultados pretendidos. Deste modo, integrando as perspectivas de Geeraerts e Grondelaers (1998: 357-358) e de Blank (1999: 80-81), considerar-se-á o eufemismo como a estratégia de natureza onomasiológica pela qual se evita a referência directa a domínios conceptuais emocionalmente marcados (incluindo domínios tabu), substituindo a designação directa por uma designação simultaneamente “ocultante” e explícita, prevenindo a ocorrência de um acto ameaçador da face (*face threatening act*^[2]) e garantindo a eficácia e a expressividade do discurso^[3]. Deste modo, o Eufemismo é uma estratégia orientada simultaneamente para o enunciador (no âmbito das causas subjacentes à sua intenção de substituição lexical) e para o interlocutor (no que diz respeito à garantia de um correcto entendimento por parte deste do enunciado, e eventualmente da sua influência em favor do enunciador).

O Eufemismo destaca-se como estratégia linguística pela sua natureza interdisciplinar (ZÖLLNER, pp. 113,114). Na perspectiva da Sociolinguística, o eufemismo é a resposta à necessidade de respeitar normas sociais que impõem restrições à utilização de certas expressões, substituídas por outras menos directas, cuja recorrência sublinha a validade daquelas normas. A dimensão pragmática do Eufemismo relaciona a expressão de substituição com o contexto em que surge, a referência ao segmento da realidade, à intenção do enunciador e à forma como é recebido e interpretado pelo interlocutor. Semanticamente, o eufemismo enquanto processo de substituição lexical, levanta a questão do relacionamento entre o referente, a sua conceptualização e ainda a expressão que o designa. Facilmente se compreende que as várias dimensões do Eufemismo não são estanques, mas antes interagem na sua produção e utilização. Não é possível analisar a relação entre a designação e o referente sem ter em consideração o contexto. Perante este primeiro levantamento de aspectos a ter em conta na abordagem do Eufemismo, são estas as questões que se colocam à partida e para as quais se procurará encontrar uma primeira resposta.

1. Que tipos de substituição linguística (Eufemismo) é possível encontrar nos textos analisados?
2. Quais as estratégias conceptuais e cognitivas que lhes estão subjacentes?

3. Qual o alcance do Eufemismo na sua dimensão pragmática (nomeadamente funções que presidem à sua utilização e efeitos pretendidos junto do interlocutor)?

3. Os tipos de substituição eufemística encontrados

Uma das dificuldades que pode colocar-se à detecção do Eufemismo é o princípio de que, à partida, toda a frase pode visar um objectivo eufemístico, se existir um contexto linguístico e extra-linguístico favorável. Linguagem neutra pode, pois, assumir-se como eufemística mediante o contexto em que é utilizada, a natureza do referente e a intenção do enunciador em provocar com ela uma determinada reacção no interlocutor. Neste sentido, é possível reconhecer algumas tendências recorrentes na criação de expressões eufemísticas, de que se pretende, de seguida, dar conta.

3.1. O eufemismo ao nível lexical: estratégias de substituição recorrentes

O processo mais recorrente de substituição eufemística é o recurso a uma designação alternativa, ou seja, a substituição de um lexema, que nomeia explícita e directamente um referente, por um equivalente mais indirecto, que evita fazer surgir no interlocutor a imagem mental do referente.

De todos os lexemas evitados, *guerra* é, sem dúvida, o que mais se presta à substituição: *conflito* e *ofensiva* são as alternativas preferidas, mas a par destas surgem outras

designações: *crise*, *questão*, *intervenção*, *campanha (aérea)*, *agressão*, *acção*, *operação*, *esforço militar* ou até mesmo *aventura*. Falar das acções levadas a cabo num contexto de guerra, e sobretudo das suas consequências tão terríveis quanto previsíveis, suscita igualmente alguma contenção. Por isso se opta frequentemente pela referência a um *teatro* ou *cenário de guerra*, numa alusão a um plano fictício, como se o evento fosse fruto de uma imaginação colectiva, onde as bombas são a fingir e os mortos se levantam quando cai o pano. Mas mesmo quando a guerra é a sério, os soldados são a *força*, e se morrem tornam-se as indesejáveis *baixas*. Se invadem ou ocupam, fala-se de *incursão*, se violam, mais não foi do que um *assalto*.

O tacto com que se fala das acções de guerra e em particular da morte é uma das motivações mais recorrentes que presidem à substituição eufemística, bem patente no exemplo a seguir:

- 1) ...os Estados Unidos fornecem a tecnologia e os serviços de informação

para futuras acções e os europeus contribuem com os caixões e o que vai lá dentro.^[4]

No domínio da substituição lexical é possível reconhecer a interacção de certos processos de conceptualização, traduzidos em várias relações de significado entre a designação directa e a nomeação alternativa. Abordar-se-ão, de seguida, alguns destes processos.

3.1.1. A metonímia

A metonímia é entendida, na Linguística Cognitiva como uma estratégia de conceptualização, baseada numa relação de contiguidade entre duas entidades de um mesmo domínio conceptual. O reflexo desta estratégia é visível na expressão linguística de uma entidade por meio da designação de outra.

Enquanto estratégia cognitiva presente na língua, a metonímia pode servir um propósito eufemístico ao nível do discurso, como acontece nos exemplos a seguir:

- 2) *...uma resolução sem os capacetes azuis...*^[5]
- 3) *...que a campanha aérea contra a Jugoslávia...*^[6]
- 4) *Rússia nega ter apontado mísseis a países da NATO*^[7]
- 5) *Mas espanta-se com a apatia do mundo muçulmano perante o Kosovo.*^[8]
- 6) *...cobrir as necessidades do Departamento da Defesa...*^[9]

No primeiro e no segundo exemplos, a relação de contiguidade explorada é o contacto entre a parte e o todo. *Capacetes azuis*, na primeira frase, refere-se aos *soldados da ONU*, o que aponta para uma intervenção armada na solução da guerra, ou seja, uma forma de “paz à força”. Em *campanha aérea* é possível ler *bombardeamentos*, que metonimicamente tomam na frase o lugar de *guerra*, a palavra evitada. O terceiro exemplo ilustra a relação inversa, ou seja, ao exprimir o todo, visa-se dizer uma parte: a *Rússia* (o país) pelos *governantes* ou *autoridades*. A responsabilização pela ameaça de lançamento de mísseis ao Ocidente não recai sobre um grupo particular de pessoas (ou até uma, especificamente), mas é intencionalmente dividido por um grupo mais abrangente, que partilha com aquele a nacionalidade. O quarto exemplo aponta para a expressão da situação pela localização, ou seja, onde se lê *Kosovo* deve entender-se *guerra do* ou *no Kosovo*. De novo, a palavra *guerra* é evitada, desta vez por omissão, e não, como nos outros exemplos, por substituição.

O último exemplo aponta para a alteração da designação deste tipo de instituições (e seus mais altos representantes) ocorrida logo após a Segunda Guerra. Tal como Departamento da Defesa, também Ministério e Ministro da Defesa são o resultado deste processo, que permitiu a omissão da palavra *guerra*, substituída por uma parte desta:

a *defesa*. Esta designação é mais inofensiva, uma vez que acentua a legitimidade de uma iniciativa ou participação numa guerra.

3.1.2. A metáfora

A substituição eufemística através da metáfora baseia-se numa relação de semelhança entre dois sentidos. A metáfora conceptual consiste na projecção de um domínio conceptual estruturado (geralmente um domínio experiencial concreto, o domínio de origem), sobre um outro domínio conceptual (normalmente abstracto, o domínio alvo da conceptualização). O resultado onomasiológico desta estratégia conceptual é claro: aos referentes são atribuídas designações apontando para outros referentes, que partilham com aqueles traços comuns. A eficácia da metáfora como estratégia conceptual projectada para o discurso resulta, por um lado, da aproximação da esfera da palavra à esfera da imagem, e por outro do seu potencial de expressividade e compreensão.

No contexto particular da substituição eufemística, a metáfora revela-se igualmente produtiva, pelo potencial manipulativo que permite exercer no âmbito do discurso político no registo de imprensa. Considerem-se os seguintes exemplos:

- 7) *Ontem, o principal organismo dos direitos humanos da ONU condenou as autoridades sérvias pela **limpeza étnica** no Kosovo...*^[10]
- 8) *A defesa do povo albanês do Kosovo [...] justificaria só por si a participação portuguesa na **operação**.*^[11]
- 9) *Para **capitalizar** aliados no conflito com a NATO...*^[12]
- 10) *Não tem valor o **custo “humano”** da guerra contra a Jugoslávia.*^[13]

Os dois primeiros exemplos apontam para uma conceptualização metafórica da guerra como um conjunto de actos médicos, o que Lakoff (1992: 472) designa por WAR-AS-MEDICINE-METAPHOR. Falar de guerra como *operação* implica a conceptualização do adversário como uma doença a combater. O inimigo, neste caso, também luta contra outro mal, que procura erradicar do território pela “limpeza”. Ambas as expressões resultam eufemísticas, por velar o que de facto acontece: guerra e genocídio.

Outra forma de conceptualizar metaforicamente a guerra, igualmente apontada por Lakoff, é concebê-la como uma transacção financeira. A origem desta metáfora está ligada às palavras de um general prussiano, Carl von Clausewitz, que definia a guerra nos seguintes termos: *Der Krieg ist die Fortsetzung der Politik mit anderen Mitteln*^[14] [A guerra é a continuação da política com outros meios]. Numa visão de guerra como o frágil equilíbrio entre ganhos e custos, a alusão clara é ao mundo dos negócios, onde importa

maximizar os ganhos políticos (através, por exemplo, da “capitalização de aliados”) e minimizar as perdas (os “custos” da guerra).

No âmbito do discurso metafórico, é possível constatar que a situação de guerra nos Balcãs contagia o modo como se escreve a política nos jornais. Desentendimentos políticos nacionais e internacionais são relatados como se fossem outras formas de conflito armado. O vocabulário bélico reproduzido pelos jornalistas em relatos políticos é testemunho da forma como a guerra afecta a política interna e a opinião pública em vários países. Tudo, desde a guerra propriamente dita, aos debates partidários se parece resumir a ataques e retaliações, como o exemplo a seguir deixa transparecer:

- 11) *Até mesmo o presidente da Duma, **arqui-inimigo** de Ieltsin, parece querer **dar-lhe tréguas** ...* ^[15]

Ao contrário dos exemplos acima, estas expressões metafóricas não revelam um intento eufemístico, mas antes uma forma de conceptualização da vida política como a guerra.

3.1.3. Substituição por “understatement” e litote

O valor eufemístico destas estratégias revela-se através da interpretação do contexto extra-linguístico, já que elas se referem a um estado de coisas que transcende a linguagem e que o interlocutor tem de conhecer, de forma a poder descodificar o que se tenciona dizer por trás do que efectivamente se diz.

No caso do “understatement”, o efeito eufemístico atinge-se pelo enfraquecimento da realidade na expressão utilizada para a referir. A referência directa é sempre mais forte do que a expressão eufemística, pelo menos pelas emoções que desperta no interlocutor. É o caso do exemplo a seguir:

- 12) *...os casos conhecidos de **assalto sexual** são levados a cabo pelos sérvios...* ^[16]

A litote consiste na negação do oposto do que se pretende dizer, consistindo, portanto, numa forma desviante de afirmação. Muito produtiva no discurso polido das formas de delicadeza, esta estratégia está também presente no discurso de imprensa sobre a realidade política da guerra, como se pode comprovar pelos exemplos a seguir:

- 13) *...o envio de tropas de combate **não estará** [...] **excluído**...* ^[17]

- 14) *... a acção aliada **não está a ser propriamente um sucesso**...* ^[18]

- 15) ***Não se pode dizer que seja um homem feio.*** ^[19]

A negação da exclusão no primeiro exemplo é outra forma de admitir a hipótese, com a vantagem de não comprometer o enunciador à afirmação e às consequências que esta possa trazer. Por outras palavras, *não estar excluído* significa *estar incluído*, ou seja, ser considerado como uma das hipóteses, ao mesmo nível de outras alternativas.

Da mesma forma, poder ler-se o *fracasso* no segundo exemplo. A negação do *sucesso* é só uma forma menos incisiva de o afirmar, sem que o enunciador incorra no risco de se tornar o alvo das reacções emotivas que a afirmação possa suscitar. Para tal, serve-se ainda da relativização gradual proporcionada pelo advérbio *propriamente*.

O terceiro exemplo é o único caso de eufemismo encontrado no âmbito da referência à aparência física de uma pessoa. Compreende-se que este domínio, particularmente propício à ocorrência de eufemismos que as normas de delicadeza social impõem, não seja recorrente no *corpus* analisado, nem se revista neste estudo de uma importância equivalente à área temática da guerra. Contudo, não deixa de ser curioso notar que a referência ao aspecto físico de uma terceira pessoa possa despertar um inevitável prurido por parte do enunciador.

3.1.4. Os sinais gráficos ao serviço do eufemismo

Os sinais gráficos detectados com eventual valor eufemístico são as aspas, que chamam a atenção do leitor para o carácter desviante da expressão usada em substituição da designação directa, e as reticências, que suscitam no leitor o sentimento de que algo foi (intencionalmente) omitido, ou de que a interpretação dos factos relatados foi propositadamente deixada em aberto pelo autor do texto, cabendo ao leitor completar ou reconstruir o sentido do enunciado. É esta a interpretação que se propõe para os exemplos a seguir:

16) *Terá sido o mais grave “dano colateral” da operação militar da NATO iniciada a 24 de Março.*^[20]

17) [...] *para uma intervenção de tropas terrestres da NATO, com a missão de “pacificar” a região. E impor um “protectorado internacional”, primeiro passo para a “independência” do Kosovo.*^[21]

A utilização de aspas nestes exemplos pode ser interpretada como uma chamada de atenção intencional para o carácter eufemístico das expressões utilizadas: o que se diz não corresponde ao que na verdade se quer dizer. Neste sentido, os jornalistas assumem a sua condição de prisioneiros da linguagem, já que não conseguem evitar a utilização dos eufemismos. O máximo que parecem conseguir fazer é assinalá-los através das aspas. As expressões assim assinaladas podem ainda motivar uma leitura alternativa: os jornalistas

tê-las-ão eventualmente mantido tal como foram proferidas por terceiros, (nomeadamente os responsáveis superiores ou porta-vozes da NATO), limitando-se apenas a transcrevê-las. Desta forma, conseguem atingir um duplo objectivo: por um lado, evitam designações certamente mais directas e comprometedoras. Por outro, remetem para outros a responsabilidade da camuflagem linguística.

No exemplo a seguir, as reticências são utilizadas com o intuito de alertar o leitor para o facto de haver algo mais a revelar, mas que é deliberadamente omitido e deixado à especulação e interpretação que o leitor lhe queira atribuir. Neste caso, são as eventuais consequências da união eslava que são deixadas em aberto:

18) *A verdade é que Moscovo vai reforçando a sua aliança com Belgrado, tendo as autoridades jugoslavas pedido mesmo a integração na união Rússia-Bielorrússia...*^[22]

3.1.5. A alternância de estilo como estratégia eufemística

Ao recurso a um registo alternativo no discurso jornalístico pode estar subjacente um propósito eufemístico, de tentar minorar a gravidade de uma situação. Neste domínio, é elucidativo o exemplo a seguir:

19) *Kosovo a dar para o torto*^[23]

Esta expressão é tão representativa do discurso oral, que o próprio acto de a escrever causa estranhamento. Ao “descer” o nível estilístico do seu registo, o jornalista responsável desdramatiza a gravidade de uma eventual derrota da NATO a quem cabe a iniciativa da guerra, aproximando o seu relato da maneira de referir acontecimentos quotidianos, cujo resultado não está a ser o previsto. Esta aproximação do teor da notícia ao leitor pela selecção de um registo mais informal, é acompanhada de uma forma subtil de moldar a sua opinião, levando-o a considerar um mal menor uma situação potencialmente grave. Sem dúvida que não são boas as notícias que traz o jornal, mas também não são especialmente graves. Aqui se revela a função manipuladora do Eufemismo, a que voltaremos mais adiante.

3.2. O Eufemismo ao nível sintáctico

Alguns dos tipos de substituição abordados não se limitam ao nível do léxico, mas têm também implicações de âmbito sintáctico (como a negação). No entanto, para esta

apresentação, optou-se por se considerar duas opções de substituição sintáctica num grupo à parte:

- a substituição do predicado lexical (com eventuais implicações ao nível da alteração valencial da cláusula);
- a opção pela estrutura passiva como forma alternativa de perspectivar um mesmo estado de coisas.

As implicações dos dois tipos de ocorrências são semelhantes: a descodificação do enunciado pelo leitor é diferente da que surgiria no caso de uma referência directa. Daqui resulta igualmente uma interpretação diferente do estado de coisas, e a formação de uma opinião individual e colectiva, moldada ao sabor das vontades e das intenções de um grupo.

Considerem-se, pois, os exemplos a seguir:

- 20) *Forças sérvias **entram** na Albânia*^[24]
- 21) *...como se não fosse previsível que os sérvios se iriam vingar nos kosovares das bombas e dos mísseis que **lhes caem em cima**.*^[25]
- 22) *Enquanto os **mísseis chovem** sobre a Jugoslávia, a barbárie progride entre os timorenses.*^[26]
- 23) *Em breve vocês **serão forçados** a partir.*^[27]
- 24) *As vítimas **foram provocadas** por uma série de ataques contra localidades...*^[28]

O primeiro exemplo é um título de primeira página do *Público*, que dá conta da invasão dos sérvios à zona norte da Albânia. Não tendo durado mais do que algumas horas, tratou-se de uma invasão do território albanês, considerado o contexto em que ocorreu. Substituir *invadir* ou até mesmo *ocupar*, o que foi o caso de pelo menos duas aldeias na fronteira, por *entrar* é claramente uma suavização do ocorrido. Este predicado perspectiva apenas o início do acto de invasão e não está contaminado da intencionalidade desafiante subjacente àquele acto ilegal de desrespeito às fronteiras de um país independente.

Os dois exemplos seguintes são ainda mais interessantes. A opção de substituição de um predicado que poderia ser *lançar* (bombas e mísseis) ou *bombardear* (um território) por um verbo não causativo, como *cair* ou mesmo *chover*, implica uma redução da valência verbal na construção da cláusula, uma vez que o verbo transitivo cede lugar a um verbo intransitivo. A reorganização sintáctica daí resultante pode ilustrar-se da seguinte forma: no lugar da cláusula X BOMBARDEIA Y COM Z, surge a estrutura Z CAI/CHOVE. Ao seleccionar estes predicados, o enunciador procede igualmente a uma selecção relativamente aos participantes no estado de coisas: focaliza o Instrumento (que assim preenche o único actante obrigatório, o Sujeito) e omite o Agente real exterior (eventualmente *os pilotos da NATO*, isto é, um Agente a que Langacker (1991: 210)

atribuiria os traços de intencionalidade, controlo e volição). O efeito discursivo desta reestruturação é claro: a ocultação do Agente leva a uma desresponsabilização ou até mesmo a uma desculpabilização pelo evento em causa. A omissão do Paciente, por seu turno, desvia a atenção dos efeitos ou consequências da manipulação do Instrumento.

Os dois últimos exemplos são cláusulas passivas, sendo que esta estrutura aponta à partida para a atribuição de maior relevo ao resultado da acção perfilada do que ao seu agente directo. Nas cláusulas consideradas, este nem sequer chega a ser referido. Segundo van Oosten (1986: p. 133), o uso da construção passiva sem agente pode dever-se a factores de ordem vária, dois dos quais importa aqui ter em atenção: por um lado, pode ser opção do enunciador deixar vaga a identidade do agente, por razões de delicadeza ou para reduzir ou evitar a menção de responsabilidade do agente. Outro motivo para esta opção pode ser o desejo de enfatizar o efeito da acção no paciente ou o resultado da acção, e não a própria acção ou o agente. Por estes motivos, a construção passiva não agentiva nos textos analisados pode servir um propósito eufemístico de desvio da atenção para aspectos particulares dos eventos.

Com a análise desta estrutura conclui-se o breve levantamento das principais estratégias eufemísticas encontradas no *corpus* analisado. De seguida analisar-se-á o Eufemismo na sua dimensão pragmática, nomeadamente nas motivações inerentes à utilização dos vários tipos semânticos de substituição e da sua estrutura sintáctica, a ainda dos efeitos que o recurso e estas estratégias eufemísticas podem causar nos interlocutores.

4. Da dimensão semântica à dimensão pragmática do eufemismo

A dimensão pragmática de um fenómeno linguístico como o Eufemismo aponta para o contexto extra-linguístico em que ele surge. No caso particular do discurso da imprensa, há que ter em consideração o papel que esta desempenha na sociedade (ocidental) como agente formador de uma consciência comum, a opinião pública. Perante esta responsabilidade partilhada pelos outros media, seríamos porventura levados a pensar que este tipo de discurso tende à objectividade e não é permeável a recursos linguísticos que possam comprometer a sua missão. A realidade aponta contudo para uma direcção diferente. A frequência de utilização de formas de contornar a nomeação directa dos vários estados de coisas, como a metáfora ou o Eufemismo, compromete a finalidade do recurso a estas estratégias num discurso que se pretende objectivo.

Sigrid Luchtenberg (1975, cap. IV) aponta para duas funções principais que presidem à utilização do Eufemismo. A primeira, que ela designa por *Funktion des Verhüllens*, explora o potencial atenuante do Eufemismo na referência a tabus sociais ou individuais. É esta a função que o Eufemismo cumpre no discurso da delicadeza, quer no plano da

interacção individual (referência ao aspecto físico ou às capacidades intelectuais) ou social (no plano da designação de profissões menos prestigiadas ou na abordagem de temas socialmente incómodos, como a doença incurável, a morte ou o sexo). No caso específico da linguagem da imprensa, é a segunda função proposta por Luchtenberg que se cumpre: *Funktion des Verschleierns*, ou seja, uma função de desvio da atenção do interlocutor para aspectos particulares de um acontecimento, que o falante quer sobrepor a outros igualmente ou até mais importantes, mas cuja relevância ele procura estrategicamente atenuar, moldando desta forma a reacção do interlocutor às palavras e ao evento de que elas dão conta. Não se trata aqui de mentira, mas da revelação de uma verdade parcial ou de uma perspectiva particular sobre um acontecimento que poderia ser visto de um prisma mais abrangente. Por outras palavras, é uma forma de manipulação.

Entendemos que é esta última a função que se cumpre no discurso da imprensa. Para tal, é importante considerar o contexto da guerra do Kosovo e recordar o lexema específico que regista o maior número de substituições alternativas, de que já aqui demos conta: a palavra *guerra*. No local e no momento em que surge, a guerra do Kosovo é particular sob vários pontos de vista. A iniciativa deste conflito armado cabe à NATO, que à revelia de um parecer da ONU resolve demonstrar ao mundo as consequências em que incorre um governante com políticas tão duvidosas como as que Slobodan Milosevic ensaiava no Kosovo. Por tudo isto e ainda por se tratar de um conflito armado numa Europa a refazer-se dos traumas da Segunda Guerra, ensombrada também pela reacção tardia à investida sérvia na Bósnia, a guerra do Kosovo suscitou reacções tão numerosas como contraditórias, que encontraram voz nos media, em particular na imprensa. Trata-se efectivamente de uma guerra, ou a ausência de uma declaração formal e os combates exclusivamente aéreos tornam esta uma nova forma de conflito?

Tendo em conta toda esta conjuntura e ainda a rapidez com que a guerra se iniciou, os jornais (analisados) parecem ter dificuldade em chamá-la pelo nome. Surgem formas várias de substituição: *conflito*, *acção militar*, *ofensiva*, *intervenção*, *operação*, *crise*, *investida* ou mesmo *situação* ou *acção*, todas as opções parecem preferíveis ao lexema evitado. *Guerra* surge a par destas designações, normalmente até em títulos, mas no corpo da notícia é de imediato substituída, como se o apelo eufórico e sensacionalista à simpatia pela desgraça nas primeiras páginas, desse subitamente lugar ao velho tabu de sempre.

Também os argumentos contra e a favor deste conflito revelam as posições de comentadores assíduos ou esporádicos, que não quiseram deixar de manifestar a sua opinião. Entre os motivos aludidos a favor da guerra está o carácter *humanitário* de uma guerra que se entende *justa*. Mas há também quem se insurja contra essas razões, revelando a contradição que escondem:

25) *Estou farto de ser **humanitário** e **pacifista de café**.* ^[29]

Esta visão da guerra, aliás, confirma uma conceptualização metafórica, que Lakoff apresenta (1992: p. 466-467): *The fairy tale of the just war* [o conto de fadas da guerra justa]. Esta visão imaginária da guerra atribui-lhe uma razão de ser indiscutível e não é tão pueril como se possa julgar. As figuras do vilão, da vítima e do herói salvador são fortemente exploradas nos discursos políticos dos chefes da diplomacia e de Estado e reproduzem-se igualmente nos jornais, não só nas reportagens (os textos mais narrativos e mais esforçadamente objectivos), mas sobretudo nos artigos de opinião. A exploração desta conceptualização metafórica da guerra ajuda a perceber a ocorrência de estratégias eufemísticas, mas por vezes é também questionada:

26) *A crise balcânica fez reviver a discussão sobre a ‘**guerra justa**’ [...] Do meu ponto de vista, mais do que discutir a ‘**guerra justa**’ importa sobretudo reflectir sobre a ‘**paz justa**’, porque é a paz e não a guerra, o objectivo que deve orientar sempre qualquer acção política.* ^[30]

Um último comentário merece ainda a ocorrência das palavras *paz* e *pacificação* em substituição do lexema *guerra*. A primeira surge em expressões como *tropas de paz, missão de paz, acções de manutenção de paz* e *de pacificação, forças de manutenção de paz, força de paz*, gerando uma perigosa aproximação entre os dois conceitos, numa política onde os meios parecem justificar os fins. Nestas expressões, onde se lê *paz* deve entender-se *combates, ferimentos, mortes, destruição*.

Pacificação é um conceito de compromisso, de transição entre o estado de guerra e o estado de paz, mas não deixa de ser igualmente um “lobo em pele de cordeiro”. *Pacificação* designa o processo de atingir a paz através da acção militar armada, ou seja, uma forma de alcançar a paz à força.

Para esta perigos alternância entre *guerra* e *paz* no discurso político (de que, de resto, o discurso da imprensa dá conta), já alertava George Orwell em 1946. No seu ensaio “Politics and the English Language” (1994, 356), Orwell afirma:

In our time, political speech and writing are largely the defense of the indefensible. [...] Thus political language has to consist largely of euphemism, question-begging and sheer cloud vagueness. Defenceless villages are bombarded from the air, the inhabitants driven out into the countryside, the cattle machine-gunned, the huts set on fire with incendiary bullets: this is called pacification. [...] Such phraseology is needed if one wants to name things without calling up mental pictures of them.

5. Observações finais

Ensaaiando uma conclusão, podem resumir-se as observações de que se procurou dar conta.

1. O Eufemismo é a expressão linguística de um processo iniciado ao nível conceptual, uma estratégia de natureza onomasiológica de contorno de uma realidade negativa, pela selecção de uma designação suavizante.
2. O Eufemismo surge da necessidade da observação de normas que condicionam a interacção social. O respeito pelo Outro e a observação destas regras conduz à necessidade de evitar uma referência directa e a substituí-la por uma designação alternativa. Esta é a essência da função de ocultação do Eufemismo (*Funktion des Verhüllens*).
3. Além desta função, o Eufemismo cumpre ainda o propósito (menos isento) de guiar a atenção do interlocutor para aspectos específicos ou particulares da realidade referida, evitando a menção de partes dessa realidade, que seriam relevantes para uma visão total e imparcial dos acontecimentos em causa. Esta é a função manipuladora de desvio da atenção para aspectos particulares (*Funktion des Verschleierns*).
4. No desempenho destas duas funções (alternada ou conjuntamente) destacam-se várias estratégias linguísticas ao nível do léxico e da sintaxe, que possibilitam a reconstrução suavizante de uma referência parcial a uma realidade negativa. Entre estas estratégias contam-se a metonímia, a metáfora, a litote ou a construção passiva.
5. A utilização do eufemismo na imprensa coloca em questão a isenção e o rigor objectivo que se espera deste tipo de registo. O Eufemismo pode constituir uma ameaça a esta responsabilidade social da imprensa, na medida em que a coloca na posição de um frágil equilíbrio entre informação e manipulação. Contudo, e apesar desta tendência perigosa, para a qual já alertava Orwell no final da Segunda Guerra, é igualmente possível encontrar nos jornais de hoje vozes atentas que se insurgem contra o uso pouco ético das palavras ao serviço de poderes e interesses. De certa forma, também elas repensam o Eufemismo^[31].

Referências

Allan, Keith e Kate Burridge
1991 *Euphemism and Dysphemism. Language used as Shield and Weapon*. New York: Oxford University Press.

Blank, Andreas

- 1999 *Why do new meanings occur? A cognitive typology of the motivations for lexical semantic change*. In: Andreas Blank e Peter Koch (eds.), *Historical Semantics and cognition*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 61-89.
- Bohlen, Andreas
 1994 *Die sanfte Offensive. Untersuchungen zur Verwendung politischer Euphemismen in britischen und amerikanischen Printmedien bei der Berichterstattung über den Golfkrieg im Spannungsfeld zwischen Verwendung und Mißbrauch der Sprache*. Frankfurt am Main, Berlin, Bern, New York, Paris, Wien: Peter Lang.
- Damásio, António
 1995 *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
 2000 *O Sentimento de Si. O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Geeraerts, Dirk, Stefan Grondelaers e Peter Bakema
 1994 *The Structure of Lexical Variation. Meaning, Naming and Context*. (Cognitive Linguistics Research 5.) Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- Geeraerts, Dirk
 1997 *Diachronic Prototype Semantics. A Contribution to Historical Lexicology*. Oxford: Clarendon.
- Geeraerts, Dirk e Stefan Grondelaers
 1998 «Vagueness as a euphemistic strategy». In: Angeliki Athanasiadou e Elzbieta Tabakowska (eds.), *Speaking of Emotions: Conceptualization and Expression*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 357-374.
- Goffman, Erwing
 1974 *Les rites d'interaction*. Paris : Les Editions de Minuit. [Trad.]
- Goleman, Daniel
 1995 *Inteligência Emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Kövecses, Zoltán
 1986 *Metaphors of Anger, Pride and Love. A Lexical Approach to the Structure of Concepts*. Amsterdam: John Benjamins.
 1990 *Emotion Concepts*. New York: Springer.
 1995 «Anger: Its language, conceptualisation and physiology in the light of cross-cultural evidence», in Taylor, J. e R. MacLaury (eds.): *Language and the Cognitive Construal of the World*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, pp. 181-196.
 2000 *Metaphor and Emotion: Language, Culture and Body in Human Feeling*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lakoff, George
 1987 *Women, Fire and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago: The University of Chicago Press.
 1992 «Metaphor and war». In: Martin Pütz (ed.), *Thirty Years of Linguistic Evolution. Studies in Honour of René Dirven on the Occasion of his Sixtieth Birthday*. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 463-481.
- Lakoff, George e Zoltán Kövecses
 1987 «The cognitive model of anger inherent in American English», in Holland, Dorothy e Naomi Quinn (eds.): *Cultural Models in Language and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Langacker, Ronald W.

- 1991 *Concept, Image and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- Luchtenberg, Sigrid
1985 *Euphemismen im heutigen Deutsch*. Frankfurt am Main, Bern, New York: Peter Lang.
- Niemeier, Susanne e René Dirven (ed.)
1997 *The Language of Emotions: Conceptualization, Expression and Theoretical Foundation*. Amsterdam: John Benjamins.
- Ortony, A. et al.
1988 *The Cognitive Structure of Emotions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Orwell, George
1994 «Politics and the English Language». In: George Orwell, *The Penguin Essays of George Orwell*. London: Penguin, 348-360.
- Redfern, W. D.
1984 «Euphemism». In: R.E. Asher e J.M.Y. Simpson (eds.), *The Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford, New York, Seoul, Tokyo: Pergamon Press. Vol. 3, pp. 1180-1181.
- Scoltze-Stubenrecht
1993 *Duden – Zitate und Aussprüche*. Mannheim: Duden Verlag.
- Van Oosten, Jeanne
1986 *The Nature of Subjects, Topics and Agents: A Cognitive Explanation*. Bloomington, Indiana: Indiana University Linguistics Club.
- Zöllner, Nicole
1997 *Der Euphemismus im alltäglichen Sprachgebrauch des Englischen*. Frankfurt am Main, Berlin, Bern, New York, Paris, Wien: Peter Lang.

^[1] No âmbito da Linguística Cognitiva, os maiores contributos para o estudo das emoções e da sua expressão linguística cabem a Zoltán Kövecses (1986, 1990, 1995 e 2000) e a George Lakoff (1987; Lakoff e Kövecses: 1987). A par destas, outras obras, como Niemeier e Dirven (1997) e Ortony (1988), devem ser perspectivadas num quadro mais abrangente de análise neurológica das emoções, no âmbito da Ciência Cognitiva. Neste domínio são particularmente significativos os estudos de Daniel Goleman (1995) e António Damásio (1995, 2000).

^[2] Para a noção de face, cf. Erwing GOFFMAN (1974).

^[3] Blank propõe para *eficiência e expressividade* comunicativas as seguintes definições: *...to communicate as successfully as possible and to reach this communicative goal within minimal linguistic effort [...] I would like to call this efficiency of communication [...] On the same level, expressivity is also a strategy that speakers can adopt for optimising their communicative success when they want to impress their interlocutors, treat him or her gently, manifest emotions, show things under a different light, etc.* (BLANK, 1999, p. 65.)

^[4] In: *Público*, 12.04.1999, p. 7 (Trata-se de uma citação do diário inglês *The Guardian*, publicada na secção *na imprensa estrangeira* deste número do *Público*).

^[5] In: “NATO procura solução política”, *Público*, 13.04.1999, pp. 2-3.

^[6] In: “EUA admitem “meses” de ataques”, *Público*, 16.04.1999, p.3.

^[7] In: *Correio da Manhã*, 10.04.1999, p. 25.

^[8] In: “Há dez anos que tentam destruir-me” - entrevista a Benazir Bhutto, *Público*, 14.04.1999, p.13.

^[9] In: “Os custos da ofensiva”, *Correio da Manhã*, 12.04.1999, p. 23.

^[10] In: “Mulheres kosovares vítimas de violações”, *Correio da Manhã*, 14.04.1999, p. 27.

^[11] In: *Público*, 12.04.1999 (citação de uma declaração de Durão Barroso ao *Expresso*, publicada na secção *diz-se* deste número do *Público*).

^[12] In: “Parlamento jugoslavo aprova adesão à união eslava”, *Correio da Manhã*, 13.04.1999, p. 26.

- [13] In: “Custos da guerra: uma factura em crescimento”, *Público*, 10.04.1999, p. 5.
- [14] Scholze-Stubenrecht (1993: 267).
- [15] In: “ Rússia nega ter apontado mísseis a países da NATO”, *Correio da Manhã*, 10.04.1999, p. 25.
- [16] In: “Mulheres violadas por soldados sérvios”, *Correio da Manhã*, 11.04.1999, p. 23.
- [17] In: “Cenários para uma intervenção terrestre”, *Público*, 10.04.1999, p. 3
- [18] In: “Bombardear e resistir”, *Público*, 12.04.1999, p. 4.
- [19] In: “Transporto toda a espécie de animais”, *Público*, 13.04.1999, pp. 6 e 7.
- [20] In: “Sérvia acusa NATO de matar 75 refugiados kosovares”, *Público*, 15.04.1999, p. 3.
- [21] In “Bombardear e resistir”, *Público*, 12.04.1999, p. 4.
- [22] In “Bombardear e resistir”, *Público*, 12.04.1999, p. 4.
- [23] In: *Correio da Manhã*, 14.04.1999, p. 1.
- [24] In *Público*, 14.04.1999, 1ª página. A invasão e ocupação temporária de aldeias no norte do território albanês é dado o nome de ataque ou invasão (título da notícia de destaque desenvolvida nas páginas 2 e 3 do mesmo número). A legenda da imagem que acompanha esta notícia, descreve esta entrada de tropas sérvias como incursão, designação igualmente adoptada pelo Correio da Manhã na sua edição do mesmo dia.
- [25] In: “Incompetência política”, *Público*, 10.04.1999, p. 10.
- [26] In: espaço público, *Público*, 11.04.1999, p. 10.
- [27] In: “Plano Ferradura: 1878-1999”, *Público*, 14.04.1999, p. 5. Forçados: passiva, futuro, omissão do agente - deportados
- [28] In: Albânia ao serviço da NATO, *Público*, 12.04.1999, p. 2.
- [29] In: *Público*, 10.04.1999, p. 7 (citação do diário espanhol *El Mundo*, publicada na secção *na imprensa estrangeira* deste número do *Público*).
- [30] In: *Público*, 14.04.1999, p. 6 (citação de um artigo do diário italiano *La Stampa*, publicado na secção ‘na imprensa estrangeira’ do *Público*).
- [31] *De Milosevic e da NATO se dirá, um dia, com os antigos, que do Kosovo, talvez da Sérvia, fizeram um deserto e lhe chamaram paz.* (In: “Kosovo ‘blues’”, *Público*, 11.04.1999, p. 9).

[In: Silva, A.; A. Torres e M. Gonçalves (org.) (2004), Vol. 2: 185-2002]

The taboo of war and WAR metaphoric conceptualisation: song lyrics of the Portuguese colonial war

Hanna Jakubowicz Batoréo

Abstract

Being part of a bigger research field perspectivising Language and Emotion, our present research focuses on European Portuguese metaphors produced in order to avoid belligerent conceptualisation of WAR reality in some song lyrics from the seventies dealing with the Portuguese colonial war (Cf. Pinto, 2002) where two different systems of WAR metaphors are put in contact: the initial FAIRY TALE OF THE JUST WAR and the final vision of war in its moral dimension, when what is highlighted are those aspects of war that would otherwise be seen as major crimes. Therefore, there is an initial “Us-Them” asymmetry between the public WAR-as-POLITICS and private WAR-as-CRIME metaphors. Pain, dismemberment, death, starvation, madness and psychological disturbances are not metaphorical ones; they are real. This initial metaphorical conceptualisation fades away giving way to a strong WAR AS VIOLENT MORAL CRIME metaphorization.

The results from the present study are compared with the studies of euphemistic strategies based on metaphorical conceptualisation gathered from Portuguese journalistic texts dealing with the Kosovo war (Abrantes 2001 & 2002) and Gulf War II (Silva 2003b). The comparison shows that the war reference is regularly avoided or hidden as a taboo concept and language designation, giving place to new conceptualisations and metaphor creation. This process seems to be quite productive and differentiated in Portuguese, depending on: (i) the type of text used - journalistic or poetic -, (ii) emotional engagement in the type of belligerent event referred to.

Keywords: War metaphorisation, Metaphor conceptualisation, Metaphors of WAR, Metaphors in European Portuguese, Metaphors in song lyrics

0. Language and Emotion

There are two different ways of perspectivising Language and Emotion in Cognitive Linguistics: either (i) we centre on the language of emotions, trying to define how we express anger, joy, happiness, etc. or (ii) we research the way we deal with our emotions at the linguistic level, that is,

e.g., how we conceptualise and express realities that are emotionally difficult to deal with, such as DEATH, ILLNESS, WAR, AGING, etc.

In the present study we follow (ii) an approach based on our experience of “difficult realities” of the world and the way we perceive and conceptualise them. The extreme case of realities difficult to deal with is the case of phenomena that we simply avoid to refer to, known as taboo.

Taboos are universal phenomena and exist in all known cultures, referring to certain acts, objects, or relationships (such as SEX, SUPERNATURAL FORCES, EXCRETION, DEATH and so on) which society wishes to avoid and – consequently – to the language used to label them. The word ‘*taboo*’ has been borrowed (internationally) from Tongan, where it means ‘*holy*’ and ‘*untouchable*’. The use of a taboo word or expression can lead to a variety of sayings, practices and responses such as shocked recrimination, physical violence, or legal action.

1. Presentation of the hypotheses - the taboo of DEATH

The usual way of coping with taboo words and notions is to develop euphemisms and circumlocutions which are based on metaphorical concepts, as we can observe in the following English and European Portuguese examples of DEATH (DEAD and DYING): ‘*to pass on*’, ‘*to pass over*’, ‘*kick the bucket*’, ‘*sniff the candle*’, ‘*go aloft*’, ‘*cut the painter*’, ‘*make one’s bow*’ in English and ‘*expirar*’ ‘*ir-se*’, ‘*falecer*’, ‘*finar-se*’ (→ ‘*finado*’), ‘*dar a vida*’, ‘*acabar*’, ‘*desamparar a loja*’, ‘*fenecer*’, ‘*perecer*’, ‘*rematar*’, ‘*terminar*’, ‘*embarcar*’, ‘*transitar*’ (→ ‘*trânsito*’), ‘*passar*’ (→ ‘*passamento*’) in European Portuguese. It is interesting to notice that in both languages one basic common metaphor underlying the two groups of expressions can be found and that it is based on the image of transition from one existential space to the other: ‘*to pass on*’, ‘*to pass over*’,) and ‘*transitar*’ (→ ‘*trânsito*’), ‘*passar*’ (→ ‘*passamento*’) ‘*ir-se*’ (= ‘*to go away*’). On the other hand, in both languages there is quite a number of expressions that imply the end of a certain phase i.e. that are based on the metaphor LIFE IS A JOURNEY and correspond to the idea of the death as the end of the path undertaken by a human being in the lifespan. In both languages the underlying image can be a *sea trip*: in English the corresponding image is that of cutting down the ties with the life space, and becoming independent: ‘*to cut the painter*’ (= *to cut the rope fastened to the bow of the boat by which it may be tied to a pier* = *to set (a boat) adrift*) and to set free for a new existential

space. The drifting image comes up as well in the expression ‘go aloft’, in which the death is seen as the highest level of the life container reached by the dead body as if it were drowned coming high up to the sea surface. In European Portuguese, on the other hand, the basic sea image schema is that of setting for a new space: ‘embarcar’ (= ‘to take a boat’) meaning to cross the border line between the spaces of life and death. Nevertheless, in spite of this common metaphorical basis, the linguistic means used in other expressions of each of the exemplified languages are different. Whereas in English the expressions commonly used are perspectivising life as an unconventional metaphor + metonymy of an (INDIVIDUAL) CONTAINER or a part of it (--> *bucket, candle flame, boat tied up to the pier, sea with a drown body on its surface*) but becoming not useful anymore when it comes to an end (*kicked over, blown down, cut, aloft when drowned*), in European Portuguese it is more common to use synonymous designations of the final phase of the life trip (‘*expirar*’, ‘*falecer*’, ‘*finarse*’ (--> ‘*finado*’), ‘*acabar*’, ‘*fenecer*’, ‘*perecer*’, ‘*rematar*’, ‘*terminar*’). The best known metaphorical expression used in this language is based on the (EVERYONE’S =/= INDIVIDUAL) CONTAINER metaphor: ‘*desamparar a loja*’ (= *free the shop*) in which life is conceived as a big common container crowded with human beings some have to abandon in order to give space to the newcomers.

The short exemplification of the metaphors of DEATH used in English and European Portuguese shows that - first of all - we can hypothesise (i) some *generic common conceptualisations* that speakers of different languages are expected to share while experiencing life realities that from the human point of view are conceived as “difficult”. These generic conceptualisations can be even apparently quite specific – as e.g. the boat metaphor shown above – but even then they are transculturally shared, profiling though different parts of the image schema (in the above example, cutting the life boat ties in English and getting into a new ‘*post-mortem*’ boat, in Portuguese).

On the other hand, life in specific cultural and language realities is supposed to trigger (ii) different language operations to translate its basic experiential specificity turning the whole process to some extent language dependent.

The purpose of the present study will be to exemplify the European Portuguese (persistent) specificity of war experience on the basis of colonial song lyrics from the sixties and seventies (in a CD edition from the nineties). We will claim that the initial persistent “Us-Them” asymmetry between the public WAR-as-POLITICS and private WAR-as-CRIME

conceptualisation blurs in song lyrics showing only the second image, in which CRIME is understood in broad moral terms concerning both the initial “heroes” and initial “villains”. During the Portuguese colonial war pain, dismemberment, death, starvation, madness and psychological disturbances that are difficult to deal with and often impossible to speak about can stand metaphorically for WAR-as-CRIME perspectivisation but they are not only metaphorical ones; they are real and have afflicted hundreds of thousands of real human beings, whether African or Portuguese.

2. The taboo of WAR: Common conceptualisation of WAR reality

2.0. General overview

Generally speaking, there are two possible strategies of dealing with taboos. The first one is using avoidance strategies i.e. silence (leading to semantic gaps in discourse); the second one is applying euphemisms. According to studies developed in this area - Cf. Lakoff (1992) for English and A. M. Abrantes (2001, 2002) for European Portuguese - the usual way of coping with taboo cultural phenomena is by euphemisms and circumlocutions which are based on metaphorical concepts. As defends Redfern “Euphemisms provide a way of speaking about the unspeakable” (1984: 1181).

If metaphors are not just stylistic ornaments, but a way of thinking (Lakoff & Johnson 1980), there is no reason why this potential should only be used to structure categories underlying certain abstract words, and why it should not show up in the way we approach the complex scientific or socio-political issues of our world. So cognitive linguists have joined philosophers in investigating these more general effects of conceptual metaphors.

According to Lakoff (1992), “Metaphorical thought, in itself, (...) is simply commonplace and inescapable. (...) There is an extensive, and mostly unconscious system of metaphor that we use automatically and unreflectively to understand abstractions.”(1992:463). It is not only common to use metaphorical language but it is also common to manipulate emotionally the choice of metaphors on a conscious level. Lakoff defends that “The use of a metaphor with a set of definitions becomes pernicious when it hides realities in a harmful way”(1992: 463) and “(...) metaphors backed up by bombs can kill”(1992:481).

Conceptual metaphors are rich in the sense that they do not just link up two isolated items but rather connect multi-faceted categories or cognitive models. All the characteristics of the *Origin Domain* can be mapped onto the *Target Domain* and may help us to conceptualise its (abstract) notions. Metaphors do not only describe the reality, rendering an abstract category most tangible. While helping to conceptualise it, they explain what otherwise seems “unexplainable”. As the philosopher Boyd (1993) has put it, we arrive at a point where metaphors are “constitutive of the theories they express rather than merely exegetical”(1993: 486).

Lately, to study taboos and to lead with them linguistically is dealt with in the research field of emotions in language usage (Geeraerts & Grondelaers 1998). In this area euphemisms are not just the question of lexical selection but also the result of evaluation character of language choice and usage.

While facing the taboo, the speaker has power to make a rational option between an expression that can provoke emotionally negative reaction and all the other, less negative ones, often even deliberately positive or persuasive, sometimes blurring the difference between two different opposite meanings. Thus, in the most extreme case, when we refer to WAR, sometimes it is difficult to make distinction between ‘war’ and ‘peace’ “.... if one wants to name things without calling up mental pictures of them” (Orwell 1946/1994: 356).

Since the privileged field and purpose of politics or political rhetoric is persuasion (= manipulation of the public, exercising the LANGUAGE IS POWER metaphor), the explanatory potential of metaphors is often less important than their emotional impact. The metaphors favoured by many politicians combine a very simple explanation with strong emotional effects. Even if we assume that political metaphors which are designed to structure people’s thinking are not necessarily shared by their creators and do not function as constitutive elements in their thinking, we cannot forget that they may be shared by the others. There are, in fact, many politicians, political journalists and opinion-makers whose thinking is influenced by their own or by other people’s metaphors. This is the problem addressed by Lakoff (1992, 2003) in his analysis of metaphors used to justify the Gulf Wars I and II. What the author finds particularly interesting and – at the same time – highly dangerous (cf. the quotation presented above - 1992: 463, 481) is that not only the layman’s thinking but also the experts’ argumentation is structured by a set of conceptual metaphors.

2.1. *The WAR IS POLITICS metaphor*

At the centre of the system called by Lakoff (1992) ‘expert metaphors’ is a metaphor first coined by the Prussian general Clausewitz: WAR IS POLITICS. Closely linked to it is another metaphor: WAR IS BUSINESS. If we look at these two metaphors, we realise that they reduce horrible war reality we have difficulty to deal with to quite normal and essentially harmless human activities: politics and business.

Like *politics* WAR is a matter of: (i) formulating positions and defining opponents, (ii) finding allies, (iii) keeping opponents at bay (= prevent enemies from coming too near), (iv) and of convincing the public.

Like *business*, WAR is (i) providing the goods, (ii) negotiating the price, (iii) selling one’s ideas, (iv) getting profit, and so on.

The two metaphors can be fused into one expert metaphor: WAR IS A COST/ BENEFIT ANALYSIS that – very conveniently - brings in the notion of (i) accountancy and (ii) sober economic evaluation. In this way we face (iii) harmlessness, and (iv) normality instead of WAR reality we do not want to see, (v) innocent give-and-take reasoning instead of enforcing sanctions, and (vi) game perspective instead of risks of war, which appear as controllable by mathematical probability calculation and game theory. This metaphor can be seen as instantiation of another metaphor: RATIONALITY IS PROFIT MAXIMIZATION (Lakoff 1992: 470).

2.2. *THE STATE IS A SINGLE PERSON metaphor*

A second WAR expert metaphor pointed out by Lakoff (1992) is the metaphor THE STATE IS A SINGLE PERSON. This metaphor shifts our interest from a notion of a state to a notion of a human being, justifying a claim that there is always an overriding unifying national interest that is often pursued at the expense of powerless minorities. As Lakoff puts it just in the very beginning of his article: “*Metaphors can kill*. The discourse over whether to go to war in the gulf was a panorama of metaphor. Secretary of State Baker saw Saddam Hussein as ‘sitting on our economic lifeline’. President Bush portrayed him as having ‘stranglehold’ on our economy. General Schwartzkopf characterized the occupation of Kuwait as a ‘rape’ that was ongoing. The president said that the US was

in the gulf to ‘protect freedom, protect our future, and protect the innocent’, and that we had to push Saddam Hussein back’. Saddam Hussein was painted as Hitler.” (Lakoff 1992: 463).

2.3. THE FAIRY TALE OF THE JUST WAR metaphor

A third WAR expert metaphor is THE FAIRY TALE OF THE JUST WAR. The most natural way to justify a war on moral grounds is to fit this fairy tale structure to a given situation, as it has been done in referring to the Gulf War I and II in different languages (Lakoff 1992, 2003; Abrantes 2001, 2002; Silva 2003). The fairy tale brings up the asymmetry ‘hero-villain’ into its structure: (i) the hero is moral and courageous, while the villain is amoral and vicious; (ii) the hero is rational, while the villain may be cunning and calculating; (iii) heroes cannot negotiate with villains, i.e., villains cannot be reasoned with but must be defeated. The ‘hero-villain’ structural asymmetry gives way to a new asymmetry between two new metaphors: THE ENEMY-AS-VILAIN vs. THE HERO-AS-MORAL-FORCE which, on the other hand, results in two different scenarios: The Self-Defence Scenario and The-Rescue Scenario. Referring to Gulf War I, Lakoff exemplifies it in this way: “The-Self-Defence Scenario: Iraq is a villain, the US is hero, the US and other industrialized nations are victims, the crime is a death threat, that is, a threat to economic health. The Rescue Scenario: Iraq is villain, the US is hero, Kuwait is victim, the crime is kidnap and rape. The American people could not accept The Self-Defence Scenario, since it amounted to trading lives for oil. The day after a national poll that asked Americans what they would be willing to go to war for, the administration settled on The Rescue Scenario, which was readily embraced by the public, the media and Congress as providing moral justification for going to war.” (Lakoff 1992: 467).

2.4. The WAR AS CRIME metaphor

On the basis of some nuclear WAR metaphors Lakoff (1992, 2003) shows that metaphors are not only rich conceptual contribution to our understanding. As the analysed WAR metaphors show, they can be generating a most inhuman view of war, disguising important aspects of the issue that should have been considered. However, this apparent discrepancy is only superficial: both “positive” and “negative” metaphors strengthen the view that metaphors are very powerful and natural cogni-

tive processes which make us understand the complex issues by concrete categories.

If we bear in mind what is hidden by Clausewitz's metaphor (ch. 2.1.) we should consider an alternative metaphor: WAR IS VIOLENT CRIME, perspectivised from a profile different than that of the victorious, strong and rational. "WAR IS VIOLENT CRIME: MURDER, ASSULT, KIDNAPPING, ARSON, RAPE AND THEFT. Here the war is understood only in terms of its moral dimension, and not, say, its political or economic dimension. The metaphor highlights those aspects of war that would otherwise be seen as major crimes" (Lakoff 1992: 471).

If we compare now the two metaphors: WAR IS A COST/BENEFIT ANALYSIS and WAR IS VIOLENT CRIME we can see two different faces of the same problem, two opposite ways of perspectivising the war phenomenon. If, for one belligerent side, war shows itself as business and politics, for the other, it is nothing else but crime: rape, theft, assault and murder. A clear Us-Them asymmetry emerges between the public use of Clausewitz's metaphor and its private counterpart. As Lakoff puts it: "The Iraqi invasion of Kuwait was reported on its terms of murder, theft and assault, and arson. Moreover, the US plans for war were seen, in Clausewitzian terms, as rational calculation. But the Iraqi invasion was discussed not as a rational move by Saddam Hussein, but as the work of a madman. We portrayed Us as rational, moral, and courageous and Them as criminal and insane." (Lakoff 1992: 471).

Though the political dimension of the war and the moral one are inseparable views of the same whole, they generally do not occur simultaneously in discourse. There is a chronological gap between them: gap that is very difficult to bridge if you are willing to overcome one-side analysis.

If WE are on the side of strength and rationality, the first one to appear is the Clausewitz's political metaphor. This is the one provided by the official media. It usually takes some time for the other sort of information to come: THEIR point of view. It turns up in war reports, literature, cinematography, music and shows the other face of the political war: the private face of it.

3. The taboo of WAR: Specific conceptualisation of the colonial WAR reality in European Portuguese.

3.0. Corpus of analysis

Our research focuses on European Portuguese metaphors from a *Corpus* of thirteen authentic war song lyrics from the sixties and seventies (before and after the end of the Portuguese colonial war 1961-1974), gathered and published (compiled in a CD) a quarter of a century afterwards by João Maria Pinto “*Canções Proibidas – O Cancioneiro do Niassa*” (*Prohibited songs – The Niassa Songs*), EMI, 2002*.

The most representative song of the whole *Corpus* seems to be the song *Taberna do Diabo* (*The Devil’s Inn*), which we are going to analyse thoroughly.

3.1. Taberna do Diabo (‘Devil’s Inn’)

1. *Um dia fui dar com Deus*

‘One day I went to see (I met) God’

2. *Na taberna do Diabo*

‘At the inn of Devil’

3. *Entre cristãos e ateus*

‘Among (between) Christians and atheists’

4. *Fizeram de mim soldado*

‘(They) made me a soldier’

5. *E eu sem querer fui embarcado*

‘Not willingly (by accident) I was embarked’

6. *Levei armas e um galão*

‘I took weapons and one stripe’

7. *P(a)r(a) o outro lado do mar*

‘Over the sea’

8. *Quis levar o coração*

‘I wanted to take my heart’

9. *Não mo deixaram levar*

‘I was not let take it’

10. *E eu sem querer ia matar*

* Our acknowledgments go to Olga Pinto (our MA student in 2002 at Universidade Aberta in Lisbon) for conceding the CD and transcribing the Portuguese lyrics of the songs.

‘And not willingly (by accident) I was going to kill’

11. *Deram-me uma cruz de guerra*

‘I was given a war cross’

12. *Quando matei meu irmão*

‘When I killed one of my brothers’

13. *E a gente da minha terra*

‘And people of my country’

14. *Promoveu-me a capitão*

‘Promoted me to captain’

15. *E eu sem querer fiquei papão*

‘And not willingly (by accident) I became a bogey’

16. *Todos me chamam herói*

‘Everybody calls me a ‘hero’’

17. *Ninguém me chama “Manel”*

‘Nobody calls me ‘Manel’’

18. *Quem quer uma cruz de guerra?*

‘Who wants a war cross?’

19. *Que eu já não vou p(a)r(a) o quartel...*

‘I am not going to the quarters anymore ... ‘

3.2. The analysis of ‘The Devil’s Inn’ data

The poem that serves as the song lyrics of ‘*The Devil’s Inn*’ is composed of 19 lines organised in four strophes. It is a narrative of a soldier who was enlisted into the armed forces of the Portuguese colonial war.

The first two strophes (lines 1-10) deal with the enlistment experience; whereas the two last ones (lines 11-19) narrate the experience of the ‘war hero’ coming back home. The real war happens somewhere in the middle of the traumatic experience: between lines ten and eleven. There is a clear caesura in the middle of the poem: the war is there in the silence gap in the middle between the enlistment and the coming back. It is implied. The soldier seems unable to speak about this ‘*inenarrable time*’, showing that the war for him is a traumatic experience he even cannot find euphemisms for. This ‘*inenarrable time*’ can be approached only by narrating the “before” story and the “after” experience which “circumstand” the taboo of the real war.

In the first part of the poem (lines 1-10) the soldier narrator speaks about his enlistment experience. He went to '*the devil's inn*' where he met God. Metaphorically '*the devil's inn*' stands here for the quarters that – metonymically – represent the WAR. Meeting God at the quarters corresponds to the metaphor THE FAIRY TALE OF THE JUST WAR. This fairy tale was totally apolitical. The man who was made soldier (l. 4) was completely passive and did not identify himself politically with any sort of ideology. The only distinction he was taught was the one between the Christians and the atheists (l. 3), being convinced that he was on the right Christian (God's) side. He was shipped off to the colonies "unknowingly": nobody asked his opinion about the embarkation (line 5). The reason for his enlistment was a strong political indoctrination - WAR IS POLITICS - represented - metonymically – by one military stripe he was given and the weapons (symbol of soldier's craftsmanship) he was carrying (line 6) overseas (line 7). At the human level the soldier wanted to take also his heart – metonymically the nucleus of his emotion and the source of his good will - (line 8) but he was not let to do so (line 9) and - again "unknowingly" and unwillingly (as in line 5) – he was meant to go and to kill. In this first part of the poem the soldier presents himself as a passive puppet (Passive thematic role on the semantic level) in the hands of the Devil made him believe he was acting on the right God's side. The only *Agentive thematic role* comes out in carrying soldier's war symbols and in his intention of taking his heart with him, which he was forbidden to do.

Between lines 10 and 11 the real WAR happens but it is silenced. The taboo of WAR works fully: there is not even any space for euphemisms. The caesura in the poem is very strong and the semantic gap marked by persisting silence exposed prosodically.

Starting with line 11 the post-war period is narrated. The soldier was given a war cross (line 11) for having killed his brothers (line 12) and he was promoted to captain, becoming a bogey (line 15) – again unwillingly, submitting himself to passive experiences (as in lines 5 and 10). In this way the passive paradigm continues: the soldier was given the war cross, he was promoted and became a centre of all attentions without showing any interest to do so. Worst than that: he became a hero (line 16), loosing his private identity and the right to be called by his own name (line 17). The only action performed – with *the Agentive thematic role* of the soldier - was killing (lines 10 and 11). But here comes a new element for the WAR story: the one who was killed was not the prototypical enemy of WAR IS POLITICS metaphor, the villain who had to be

exterminated. The one who was killed was emotionally conceptualised as the soldier's own brother (line 11). In this moment THE FAIRY TALE OF THE JUST WAR ends: the 'Us – Them' clear distinction fades away. There is no 'just' vs. 'wrong' belligerent confrontation if the frontiers between the hero and the villain are blurred and both of them appear as 'brothers'.

THE FAIRY TALE OF THE JUST WAR gives place to WAR AS CRIME metaphor. A soldier who kills his own brother – another human being as himself – is a criminal, not a hero, as he was meant to believe by the big ones who set him for war. Also the quarters he was trained in for the war activity is not the place of meeting with God but a Devil's place: the source of all crime. Nobody wants really to come back to it even if belonging to it promotes you socially for a generally recognised hero. But it makes you kill another human being and this is the reason it is considered a CRIME. The soldier becomes conscious of the situation and this moment is the very first instance of taking his *Agentive role* and decision-making. At the end of the poem (lines 18 and 19) the soldier asks a rhetoric question: "who wants a war cross" and makes – for the first time – his decision: "I am not going to the quarters anymore!". The real victim of the WAR is not its initial enemy; it is the soldier himself who – at first – was withdrawn all his will and made act as a war machine. He becomes *Agentive* and *Volitional* only when he becomes conscious of his real role in the scenario. He decides he does not want to be an imposed hero, serving the interests of the '*Devil*', as he does not identify himself with the ideals of the war making him kill others and thus going against his own convictions.

The WAR IS VIOLENT CRIME metaphor is therefore reconceptualised. Killing is CRIME but making kill is even worst: it is VIOLENT MORAL CRIME.

The WAR is '*the Devil's inn*', seen as a metaphor of CONTAINER, reason and origin of all the moral, political and public evil, mistaken for God in the intentional period, represented metonymically as the source of all wicked, sinful and harmful events. The real belligerent conflict is not between the 'hero' and the 'war enemy' as it might have been thought initially. The real conflict is between the WAR machine and a simple soldier, its real victim. It is the WAR IS VIOLENT MORAL CRIME metaphor.

In a fairy tale or a game, victory is well defined. Once it is achieved, the story or game is over. Neither is the case of the colonial war. The war is over and some soldiers come back home promoted and

made heroes. But this is not the victory. The real victory comes only when the war heroes understand that the only victory possible is the one that makes them win their own moral defeat in the criminal enterprise; when the catharsis makes them understand that killing brothers cannot make them heroes.

Clausewitz's metaphor requires a calculation of the "costs" and the "gains" of going to war. What, exactly, goes into the calculation and what does not? Certainly Portuguese casualties, loss of equipment and money spent on the operation count as costs. But the Portuguese colonial war, as all the other colonial wars, as Vietnam, as the Gulf wars I and II taught us that there are social costs: "trauma to families and communities, disruption of lives, psychological effects on veterans, long-term health problems, in addition to the cost of spending our money on war instead of on vital social needs at home, as well as the vast cost of continuing to develop and maintain a huge war machine. Barely discussed is the moral cost that comes from killing and maiming as a way to settle disputes. And there is the moral cost of using a "cost" metaphor at all. When we do so, we quantify the effects of war and thus hide from ourselves the quantitative reality of pain and death. But those are costs to us. ... The devalue of the lives of ... [the enemy], even when most of those actually killed will not be villains at all, but simply innocent draftees or reservists or civilians..." (Lakoff 1992: 479).

3.3. Other songs analysis

A song '*Erva lá na picada*' ('*Grass on the path*') is another example of the real function of the machine war in the Portuguese African colonial reality. Seen, again, from the perspective of a simple soldier who steps on the high grass in order to open his path, THE WAR IS CRIME in which the poor are stepped on by their hierarchical superiors referred to as "*filhos da puta*" ('*sons-of-the-bitch*') who enrich themselves and make the others fight, kill and be killed for them. In this poem simple soldiers have already become conscious of their situation. They feel hatred against those who "step on them" and wish they could eat grass instead of bread, deserving even "*shit*" ("*merda*" repeated many times at the end of the poem) instead of grass. The usage of obscene language characteristic of this poem has strongly cathartic effect. The soldiers who have to fight their lives through the high grass perspectivise it as the metaphor of the military hierarchy of the type MORE IS UP. Who is higher in the military

graduation steps on the others who are below them. The lowest positioned ones have nothing else to step on but the real grass which becomes a symbol of their moral devalue and the equivalent of “shit” they wish the “big ones” should be fed with. Again, we deal here with the THE WAR IS VIOLENT MORAL CRIME: soldiers who are humiliated by their life conditions and who are made feel hatred against their superiors are violated in their moral dimensions, being this the highest cost of any WAR that can be paid.

In “*Fado do desertor*” (‘*Deserter’s fado*’) another soldier’s narration is presented. The soldier is the same *Patient* hero from the “*Devil’s inn*” sent for the war he knew nothing about. What he met at the war was only the ‘*Grass on the path*’ reality: killing, poverty, and moral devaluation by the military hierarchy. In the middle of the poem the soldier says: “I was so fed up with the war that one day while thinking about my own country I saw a lonely hut and a nice black woman that became crying”. This critical desertion moment gave origin to a love story of the two different sorts of war victims. The soldier and the African woman fled away, started their happy life together far away from all the crimes and “happily they lived ever after” with their son, fruit of the encounter of the two lonely human beings, victims of WAR atrocities. The soldier’s desertion in this story is conceived not as a crime itself and the beginning of all unhappiness but – on the contrary – as the cathartic moment of becoming aware of THE WAR IS VIOLENT MORAL CRIME conceptualisation. To desert from a war that is a crime means to become free to start another “activity” of building one’s happiness together with another human being, in spite of all frontiers and prejudices. Both the deserter (initially meant to be a war hero) and his African lover (initially perspectivised as the war villain prototypical enemy) are morally violated by the war. The only way to survive the war reality is never to surrender to its violation of human rights and to start building a new peaceful reality where a new human life – made up on the crossroads of different war “fates” (‘fado’ in Portuguese) – is the very beginning of the NEW FATE. This desertion story that in fact is a ‘new fate story’ is worked out at the musical level as a ‘fado song’, traditional Portuguese song dealing with the future as decided by fate.

4. Conclusions

The cases of song lyrics of our *Corpus* illustrate two different systems of WAR metaphors: (i) the initial FAIRY TALE OF THE JUST WAR and (ii) the WAR IS VILENT MORAL CRIME final vision, where what is highlighted are those aspects of war that would otherwise be seen as major crimes. As the result of (i) there is an initial “Us-Them” asymmetry between – on one hand - the public WAR-as-POLITICS metaphorical expressions of soldiers passivity of those unwillingly participating in the war, and obeying the military system imposed on them (*Patient* thematic role). On the other hand, we assist to the private WAR-as-CRIME full of pain, dismemberment, death, starvation, madness and psychological disturbances. Becoming conscious of this reality goes through avoiding strategies (=> silence gap in the first analysed poem) and arriving at *Agentive* thematic role that drives at: (i) intention of revenge; (ii) intention of deserting as fleeing away from the destructive reality; (iii) deserting as emotional catharsis: beginning of new human life and starting of new human fate.

If we compare the results of the present study with the previous studies of euphemistic strategies based on metaphorical conceptualisation gathered from present Portuguese journalistic texts dealing with the Kosovo war (Abrantes 2002) and with Gulf War II (Silva 2003), we realise that although in both types of studies the WAR reference is regularly avoided or hidden as a taboo concept and language designation, giving place to new conceptualisations and metaphor creation, the means used in each of these cases are different.

The metaphorical processes seem to be quite productive and differentiated in Portuguese, depending on: (i) the type of text used: (a) WAR-as-POLITICS metaphor in journalistic texts or (b) WAR-as-POLITICS/ FAIRY TALE vs. WAR-as- (MORAL) CRIME in poetic discourse (ii) emotional engagement in the type of belligerent event referred to: (a) still *emotionally* present colonial Portuguese war in the national consciousness (in spite of geographic distance of the overseas colonial “stages”) and the persistence of *the cathartic need still commonly sought after* (b) psychologically and emotionally (quite) *distant* recent European war at Kosovo or actual Gulf War II European interventions in Iraq.

To close our conclusions we end making ours Lakoff’s (1992) final remarks: “What metaphor does is limit what we notice, highlight what we do see, and provide part of the inferential structure that we reason

with Because of the pervasiveness of metaphor in thought, we cannot always stick to discussions of reality in purely literal terms. There is no way to avoid metaphoric thought, especially in complex matters like foreign policy. ... It is in the service of reality that we must pay more attention to the mechanisms of metaphorical thought, especially because such mechanisms are necessarily used in foreign policy deliberations, and because, as we are witnessing, metaphors backed up by bombs can kill.” (Lakoff 1992: 481).

References

- Abrantes, Ana Margarida
 2001 “Guerra, paz, ou pacificação? Aspectos semânticos e pragmáticos do eufemismo na imprensa”, in: Silva, A. S. da (org.) (2001) *Linguagem e Cognição: A Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 79-98.
- Abrantes, Ana Margarida
 2002 *É a Guerra. O uso do Eufemismo na Imprensa. Um Estudo Contrastivo em Linguística Cognitiva*, Viseu: Passagem Editores.
- Batoréo, Hanna Jakubowicz
 2003a “Modes of culture, taboos, and metaphor production in Eroepean Portuguese: What do we need WAR and WARIORS for?” in: *Researching and Applying Metaphor Conference – RAAM5 Conference*, University of Paris 13, September 3-5, 2003 (presented for publication).
- Batoréo, Hanna Jakubowicz
 2003b “Guerra e Paz”, in Carvalho, D., D Vila-Mayor e R. A. Teixeira (org.) *Livro em Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*, Universidade Aberta (in press).
- Boyd, Richard
 1993 “Metaphor and Theory Change: What is “metphor” a metaphor for?”, in: Ortony, Anthony (ed.) (1993). *Metaphor and Thought*, 2nd edn. Cambridge: Cambridge University Press, 481-532.
- Geeraerts, Dirk & Stefan Grondelaers
 1998 “Vagueness as a Euphemistic Strategy” in: Athanasiadou, A. & Elzbieta Tabakowska (eds.) *Speaking of Emotions*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 357-374.
- Lakoff, George
 1992 “Metaphor and War: The Metaphor System Used to Justify War in the Gulf” in: Pitz, M. (ed.) *Thirty Years of Linguistic Evolution. Studies in Honour of René Dirvin on the Occasion of his Sixtieth Birthday*. Philadelphia, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 463-481.
- Lakoff, George
 2003 “Cognitive Activism: the Importance of Cognitive Linguistics for Politics” communication presented at *Language, Culture, and Cognition. An International Conference on Cognitive Linguistics*, Braga, July 16-18, 2003.
- Lakoff, George. & Mark Johnson
 1980 *Metaphors we Live By*, Chicago: The University of Chicago Press.

The taboo of War and WAR metaphoric conceptualisation: 17
song lyrics of the Portuguese Colonial War

- Lakoff, George & Mark Turner
1989 *More than Cool Reason: a Field Guide to Poetic Metaphor*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Orwell, George
1946/1994 "Politics and the English Language", in: *George Orwell, The Penguin Essays of George Orwell*, London: Penguin, 1994.
- Silva, Augusto Soares da
2003a "O poder cognitivo de protótipos, imagens e metáforas" in: *Revista Portuguesa de Humanidades*, Dez. 2003 (in press).
- Silva, Augusto Soares da
2003b "Semântica Cognitiva e Análise do Discurso", *Língua e Discurso, Encontro em Homenagem a Joaquim Fonseca*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro 2003 (in press).
- Pinto, João Maria (ed.)
2002 "*Canções Proibidas – O Cancioneiro do Niassa*", (*Prohibited songs – The Niassa Songs* [Portuguese colonial war songs compiled in a Compact Disk]), EMI, 2002
- Redfern, W. D.
1984 "Ephemisms" in: Asher, R. E. & J. M. Y. Simpson (eds). *The Encyclopaedia of Language and Linguistics*, Oxford, New York, Seoul, Tokyo: Pergamon Press, Vol. 3.